

**Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola**  
de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei,  
Minas Gerais (1750-1850)

**Christianni Cardoso Morais**

Belo Horizonte, 10 de julho de 2009

**Christianni Cardoso Morais**

**Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola**  
de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei,  
Minas Gerais (1750-1850)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Belo Horizonte, 10 de julho de 2009

*O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma auto-estrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas. Às vezes saem-lhes lacraus ou escolopendras, grossas roscas brancas ou crisálidas a ponto, mas não é impossível que, ao menos uma vez, apareça um elefante...*

SARAMAGO. *A viagem do elefante*. 2008, p. 35.

Tese apresentada no dia 10 de julho de 2009 à banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta – Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Rogério António Fernandes  
Universidade de Lisboa

Profa. Dra Laura de Mello e Souza  
Universidade de São Paulo

Profa Dra Cláudia Rodrigues  
UNIVERSO/Rio de Janeiro

Prof. Dr. João Pinto Furtado História  
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho  
Universidade Federal de Minas Gerais

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à CAPES por financiar a pesquisa, especialmente pela bolsa de estudos que me permitiu vasculhar os melhores arquivos e bibliotecas de Portugal.

Também agradeço imensamente aos meus colegas, professores do Departamento das Ciências da Educação da UFSJ, dos quais recebi licença integral para poder me dedicar exclusivamente à pesquisa. Agradeço especialmente à Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Aparecida Arruda pela amizade constante; ao Prof. Écio Antônio Portes (e sua esposa Iracê) pelo carinho e pelas remessas semanais de frutas cítricas de seu pomar; ao Prof. Laerthe Abreu, pela confiança demonstrada como coordenador do Curso de Pedagogia e incentivo para que eu chegasse ao fim da tese. Às professoras Ana Maria Cambuzzi e Elaine Rizzuti, minha e eterna amizade e gratidão pelo tanto que me ajudaram em meu primeiro ano no papel de professora. Além da amizade, estes professores me ajudaram a resolver questões burocráticas internas à universidade e disso eu nunca me esquecerei. Aos secretários Carvalho (da Coordenação de Pedagogia) e Marcelo (do DECED), obrigada por nos protegerem da burocracia universitária e pelo tratamento sempre educado, atencioso, bem humorado e efficientíssimo.

Com relação a minha família, primeiramente agradeço a minha mãe, a Prof<sup>a</sup> Maria Dorotéia, por ter me ensinado a ler por volta de meus cinco anos de idade, por me transmitir o amor pelos livros, por sempre me dizer que o conhecimento adquirido é o maior bem que se pode possuir e que nunca devemos ter preguiça de aprender. Aos meus irmãos Fernando, Hernando e Geraldinho e aos primos Neide e Wander, obrigada pela infância feliz que tivemos em Jeceaba, com muitas travessuras, risos e inúmeras cicatrizes. À minha Tia Gessy e minha Vó Ana, (*in memoriam*) e à babá Nica, pelo carinho que me dedicaram na infância, as cantigas de ninar e as histórias de assombração contadas ao pé do fogão à lenha. Minha querida prima Francyne, minha afilhada, por me oferecer um carinho admiravelmente doce. À minha madrinha de batismo Margareth e à de crisma Tia Inhana, agradeço por me darem sábios conselhos. Ao meu pai Geraldo, que faleceu recentemente, em outubro de 2008, agradeço por nunca ter se negado a me contar “historinha do sapo e do jacaré na festa do céu” e, ainda, por me ensinar, por caminhos tortuosos e até mesmo dolorosos, que a verdade sobrevive a tudo.

Aos professores que lecionaram para mim na Escola Estadual “Santos Reis”, onde cursei todo o Ensino de Primeiro Grau e o Curso de Magistério no nível secundário, pela infinita paciência que tiveram comigo, especialmente na fase inquieta da adolescência. Às amigas de infância, feitas na escola, Aninha e Débora, Soninha, Maguinha e Marinalva, pela companhia nas primeiras descobertas da vida.

Aos amigos que conquistei em São João del-Rei, durante a graduação em Filosofia: Luciene, Soraia, Sávio, Raquel, Waleska, Cláudio, Rúbia, Maria Angélica, Gisele e Maria Tereza, meu eterno carinho. Uma lembrança *in memoriam* a Ângela, que tão precocemente nos deixou. Agradecimentos especiais eu devo à Luciene, por me convidar para ser madrinha de sua filhota, nossa querida Helena. Também à Maria Teresa, por ter me oferecido hospedagem em Belo Horizonte no começo de meu mestrado; Rúbia, que providenciou toda documentação necessária para meu pedido de visto junto ao Consulado de Portugal e que me empresta sua mãe, Luzia, e a Tia Elza, quando preciso, meus sinceros agradecimentos; para o Augusto, que se mudou para minha casa durante uma semana e corrigiu as notas e referências bibliográficas da tese, conforme as normas da ABNT, não há palavras, só retribuindo o favor quando chegar a

sua vez; ao Sávio e seu companheiro Alex e ao Cláudio, simplesmente porque nos amamos e rimos da vida e de nós mesmos, indo ao cinema ou ao teatro todos os domingos e depois lanchando no “limpinho”. Dona Rita, que me ensinou vários pontos de tricô e ainda a bordar o crivo, prendas que me faziam descançar a cabeça, meus sinceros agradecimentos e saudade eterna de Dona Sinhá.

Aos professores da UFSJ que muito contribuíram para minha formação, principalmente Sílvia Brügger, de quem fui monitora de História do Brasil I e auxiliar de pesquisa; Eder Carneiro, que me apresentou a Sociologia de Bourdieu e por termos caminhado juntos, “bravos de alegria”, durante nove anos; Maristela Duarte, que, no primeiro período da graduação, me obrigou a refazer um trabalho de Sociologia várias vezes, insistindo na idéia de que eu poderia escrever melhor; ao Prof. de Latim Geraldo Tibúrcio, pelo esmero na correção de minha dissertação de mestrado e grande parte de meus textos anteriores, com quem sempre aprendo muito a melhorar a redação e que não tem culpa pelos erros que se encontram nesta tese.

À Prof<sup>a</sup> Lucy Fontes Hargreaves, agradeço pela orientação dada durante anos em que fui sua bolsista, organizando os arquivos e acervos de obras raras de São João e na Especialização em História. Por me socorrer inúmeras vezes com toda a sorte de problemas e dúvidas, por ser a referência profissional de minha ainda recente carreira no magistério. Mas, acima de tudo, por ser minha amiga e me levar para almoçar todos os primeiros sábados de cada mês uma maravilhosa feijoada, servida no Restaurante Empório Santo Antônio, com seu marido Peter Hargreaves. Ao Peter, pelos passeios na Serra de Tiradentes e pelas aulas de Access, que fizeram com que eu construísse um banco de dados maravilhoso para a tese. Não bastasse tudo isso, Lucy e Peter nunca se negaram a traduzir resumos de trabalhos meus para o inglês, inclusive o que se encontra nesta tese.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFMG, M<sup>a</sup> Cristina Soares de Govêa (minha orientadora de mestrado) Luciano Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, Ana Gomes, M<sup>a</sup> Alice Nogueira, Antônio Augusto Gomes Batista (Dute), obrigada por terem me acolhido e por me ajudarem durante a pesquisa de mestrado, sempre com suavidade, paciência, profissionalismo e dedicação. Pelas excelentes sugestões bibliográficas e, ao Dute e ao Luciano, por escreverem para mim cartas de apresentação que necessitava para os exames de seleção de doutorado que prestei.

Aos professores do Departamento de História da UFF que participaram da banca de seleção de doutorado na qual fui aprovada, meus sinceros agradecimentos por terem lido tão atentamente meu projeto. Durante a seleção em Niterói, os amigos Rafael e Selma e seus filhos Luciana e Rafael, que me hospederam com o maior carinho do mundo, o que espero um dia retribuir. À Profa Marta Abreu, por demonstrar boa vontade em me orientar, caso eu me matriculasse no Programa de Pós-graduação em História da UFF.

Os amigos feitos durante o mestrado, Mônica Yumi, Mônica Rahme, Anna Rachel Mazzoni, Elisângela Chaves e Charles Cunha, obrigada pela ajuda e pelas alegrias divididas na cantina da FaE/UFMG, pelas inúmeras vezes em que me hospedaram em suas casas durante várias estadas em Belo Horizonte, Mariana e Montes Claros e por permitirem que eu faça parte de suas histórias de vida. Às “Mônicas”, pela constante interlocução intelectual e por me emprestarem os ombros para chorar nas horas difíceis, jovens mulheres que eu admiro profundamente, tanto sob o ponto de vista pessoal quanto profissional.

No período em que morei em Belo Horizonte para cursar disciplinas do doutorado, fiz novos queridos amigos, todos professores: Camila Santiago, Isnara Ivo, Marcelo Ricardo, André Favacho, Margareth Diniz e Valter Vitor, que seguraram minha

mão em momentos difíceis e com os quais compartilho festas maravilhosas e gargalhadas intermináveis, além de uma constante interlocução sobre nossas pesquisas. Com Camila também vivi grandes aventuras nos dez dias em que estivemos juntas em Lisboa. No doutorado, nas leituras orientadas do Prof. Luiz Carlos Villalta, foi fundado o “Honorável Cordão de São Francisco”, a quem agradeço as acalouradas discussões de textos políticos e romances libertinos do século XVIII. Aproveito para fazer um agradecimento especial a um dos membros fundadores do “Cordão”, Luciano da Silva Moreira, pelo apoio incondicional que me ofereceu no período anterior à qualificação e por ter gravado em meu computador um arquivo de músicas setecentistas, trilha sonora que me acompanhou todos os dias de escrita da tese.

Na qualificação, as leituras atentas e sugestões de Douglas Libby e Luciano de Faria Filho, foram cruciais para que eu me organizasse e reunisse forças para continuar a pesquisa e a escrita da tese. E, sobretudo, para que abandonasse temas pouco férteis.

Ao ir para o Velho Continente como bolsista da Capes, fui recebida de braços abertos pelo Prof. Rogério Ant3nio Fernandes, que me aprensetou os melhores documentos e extensa bibliografia especializada, nos quais me baseei para escrever a parte da tese sobre o período colonial. Mestre e amigo, companhia bem humorada nas horas de solid3o, me levou para conhecer as Escadinhas de Santo Amaro numa manh3a fria e cheia de neblina. Ao final das tardes, coment3vamos os tesouros encontrados nos arquivos ao sabor de uma bica curta (para ele) e de uma meia de leite com broinha de passas (para mim) na cantina da UL, sendo sempre bem atendidos pelos dois Pedros que l3 trabalhavam. Essa pr3tica constante, al3m dos past3is de nata, fizeram com que eu voltasse com 8 kg acima de meu peso, mas foi um prazer. Prof. Rog3rio, homem erudito e respeitado por gera3es e gera3es de pesquisadores que se dedicam a estudar a Hist3ria da Educa3o no mundo luso-brasileiro, aprendi imenso com o senhor e lhe devo eternos agradecimentos. Mesmo estando do lado de c3 do Atl3ntico, enviarei gr3beras amarelas para enfeitar seu gabinete sempre que poss3vel for.

Em Lisboa fui muito bem acolhida na Resid3ncia da Paz, pela inesquec3vel D. Rosa e suas bacalhoadas, fiz novos queridos amigos na moradia: Ana Elisa de Arruda Pentead0, de Campinas; Angel Gallardo, “o Amarelo” da Gal3cia; Suely Ferreira, de Goi3nia, K3tia Marques e Paulo Bene de Moçambique. Dividimos receitas t3picas e costumes de nossas terras e vinhos portugueses, embalados pelo fado vadio de Alfama e do Bairro Alto, al3m das maravilhosas idas a museus e ao cinema e 3 incr3vel Feira da Ladra.

De volta ao Brasil, a ajuda de minha ex-aluna Kelly Lisl3e J3lio e de 3ngela M3rcia Chaves para digitar os dados dos livros de testamentos e dos invent3rios *post mortem* foi fundamental. Trabalho 3rduo e obsessivo, ao qual ambas dedicaram horas intensas de trabalho, sendo minhas auxiliares de pesquisa. Outras amigas queridas que n3o posso deixar de mencionar s3o Eliane Calsavara e Tal3tha Brand3o, ex-alunas que, juntamente com Kelly, me enchem de orgulho e com as quais sempre tenho novas id3ias para melhorar minhas pesquisas.

Em todos os arquivos e bibliotecas que pesquisei fui muito bem atendida. Dessa forma, faço um agradecimento a todos os funcion3rios dos lugares que guardam as preciosidades que buscamos, pois destacar um ou outro nome seria injusto de minha parte.

Agradeço tamb3m 3 Norma, secret3ria da Coordena3o do Programa de P3s-gradua3o em Hist3ria da UFMG e 3 Professora Regina Horta que, quando ocupou o lugar de coordenadora do programa, me ajudou imensamente a me organizar para fazer a solicita3o de bolsa junto 3 Capes. Ao Prof. Eduardo França Paive e ao Prof. Jo3o

Pinto Furtado, por auxiliarem na minha inserção na Linha de História das Culturas Políticas do Programa de Pós-graduação em História da UFMG.

Aqui em São João del-Rei tenho a sorte de ter como vizinha a Prof<sup>a</sup> Ana Lúcia Camarano, que rega meu jardim sempre que viajo e cuidou de ventilar minha casa e de resolver um desastre hidráulico quando de minha estada em Lisboa. Ana é a pessoa mais discreta e confiável que alguém pode ter como vizinha e amiga.

Ainda com relação aos cuidados da casa, muito devo a Michele Lúcia Borges, estudante de Letras aplicada, que limpa e organiza minha morada desde 2002, sem nunca ter tirado um papel ou livro do lugar. Que faz chá para mim quando fico gripada e conta as histórias mais divertidas de Belo Vale, sua terra natal. Pessoa honesta na qual se pode confiar plenamente para ir ao centro da cidade pagar umas contas, disposta a fazer todo o possível para otimizar o tempo que dedico aos meus estudos. Nas últimas 36 horas de trabalho ininterrupto para editar a tese, Michele esteve firme ao meu lado, ajudando a numerar os gráficos, figuras e tabelas e a fazer o sumário. Nunca vou poder lhe pagar por isso.

Tenho, ademais, os meus amigos rabujentos, os “homens de ciência” da universidade, entre os quais se encontra Prof. Valdir Mano, da Química, que sempre me ajuda com o que eu preciso, seja uma simples carona ou o aluguel de muletas, quando caí e engessei o pé e até mesmo escanear duas vezes as figuras que se encontram na tese, depois de eu as haver deletado por engano. O Valdir sempre me telefona quando desapareço, para saber se estou bem. Prof. Roberto Calazans, da Psicologia, que ouviu meus problemas existenciais atentamente e depois me faz rir deles, mostrando o quanto são pouco importantes na maioria das vezes; Prof. Samuel Kurcbart, da Física, que tem questões didáticas relevantes a discutir sobre as licenciaturas e que também me telefona para saber se estou almoçando, dormindo bem etc.; Prof. José Hissa, da Engenharia, que cuida do bem estar do meu computador, que funciona perfeitamente bem; Prof. Avelino Dias, cujas gargalhadas contagiam qualquer um, mesmo que tenha sido um dia daqueles. Ao Thierry, proprietário da creperia que freqüentamos semanalmente e ao Jorge, o melhor garçon de São João del-Rei, obrigada pelo bom atendimento. Ainda falando de gente formada em Engenharia e a quem eu quero bem, registro aqui um abraço de saudade do Prof. Antônio Maurício Ferreira de Sá que foi embora para a UFRJ e ao prof. Oriane Magela Neto, que nos trocou pela UFMG.

Recentemente tenho recebido o carinho e amizade da artista plástica Deborah Engelder, a quem agradeço por tornar muitas das minhas solitárias tardes de domingo mais divertidas, em seu lindo ateliê, com vista para a Serra de São José, em Tiradentes. E por ter me presenteado com uma aquarela delicada, de coloridos pássaros, para a qual olho enquanto escrevo e me sinto mais leve, como se pudesse voar.

Em, São João del-Rei encontrei, ainda, excelentes profissionais que me auxiliam no tratamento de meus males, de toda a sorte. Agradeço muitíssimo a minha Fisioterapeuta, Heloísa Helena de Souza Veloso, que tem se mostrado uma amiga dedicada. Com as técnicas criadas por Pilates, a “Ló” fez com que eu conseguisse vencer as horas e horas de digitação da tese, e as dores, tornando, ainda, meu corpo mais flexível e harmonioso, com ombros elegantes. O Dr. Henrique Alvarenga, Psiquiatra a quem já recorri mais de uma vez nos momentos tenebrosos, que me receitou “remedinhos” para diminuir as dores da alma, agradeço por ter me levado ao caminho do tratamento psicanalítico, que muito tem me ajudado a suportar esta vida com ânimo e coragem. A sua secretária, Branca, obrigada pelo carinho que demonstra por todos os pacientes. João Gualberto Teixeira de Castro Filho, Psicanalista que me apresentou ao divã, obrigada por me encaminhar para que eu pudesse tomar decisões radicais, mas necessárias para sair da depressão, nos idos de 2003. Ao Psicanalista que há três anos



me escuta, Júlio Eduardo de Castro, muito obrigada por me ajudar a enxergar meus limites, a diminuir minha obsessão pelo trabalho acadêmico, o que tem me permitido aproveitar mais a vida, sem culpa por estar com a tese atrasada e feliz com os resultados que alcancei, aprendendo a comemorar. Hoje sinto que não tenho que ser uma menina exemplar a vida toda. Ainda na parte de cuidados com o corpo, agradeço muitíssimo a minha amiga Vanda Sandim, que cuida dos meus cabelos rebeldes (minha marca registrada), há 14 anos e que eu sei que sempre pensa em mim de maneira positiva, como uma querida irmã.

Faço também um agradecimento especial à Profa Márcia Abreu e ao Prof. Marcello Moreira, com quem tive o prazer de estabelecer interlocuções durante o doutorado. Aprendi muito com vocês nas reuniões realizadas em Campinas, com o curso de Retórica que Marcello ministrou e mais ainda com a leitura de seus escritos.

Deixo aqui registrada a honra e a felicidade que sinto em ser orientanda do Prof. Luiz Carlos Villalta, que me guiou pelas difíceis trilhas da pesquisa historiográfica e da metodologia quantitativa de forma serena e amiga, o que fez com que eu me sentisse sempre amparada. Professor e pesquisador atuante no campo da História das Culturas Políticas e História Cultural, especialista no século XVIII, fazia como que os debates do “Cordão de São Francisco” transcorressem de maneira didática e exemplar. Incentivador constante para que seus orientandos publiquem artigos, capítulos de livros e que participem de congressos, sempre esteve à nossa disposição, a qualquer hora do dia ou da noite, para ler nossos textos, que voltavam com inúmeras sugestões de melhoria e que realmente fazem a diferença. Prova disso é o livro *Trajetórias do Romance*. Publicada em 2008 sob a organização da Prof<sup>a</sup> Márcia Abreu, esta obra conta com vários capítulos de orientandos do Villalta, gerados, nascidos e melhorados nas reuniões do “Honorável Cordão”. Vários foram os encontros do grupo de estudos para discutir as obras lidas e para que pudéssemos ler os textos uns dos outros. Marquei encontros de orientação com o Villalta para conversar especificamente sobre minha tese por apenas quatro vezes, durante estes quatro anos e meio de processo de doutoramento. Não foi preciso mais do que isso, pois todas as quatro vezes saí das sessões de orientação com uma idéia brilhante oferecida, com generosidade, por meu orientador e com o sentimento de que Villalta estava, indubitavelmente, me indicando o norte, para que eu não me perdesse jamais. Conseguimos estabelecer uma parceria de trabalho pouco comum nos dias de hoje. Por tudo isso é que agradeço ao Villalta, professor exemplar, generoso, dedicado e sensível aos problemas pessoais de seus orientandos; amigo e esteio nas horas em que se pensa que tudo está perdido. Se não fosse a ajuda e a amizade de meu orientador, não sei o que teria sido de mim durante este trajeto que se encerra com a apresentação da tese, o que acredito que abrirá novos caminhos na minha vida acadêmica. Ao trilhar estes novos caminhos, sei que poderei continuar contando com as orientações de Lucy, Cristina, Prof. Rogério e Villalta, que representam, para mim, o melhor do que há em ser professor do Ensino Superior.

Desde fevereiro deste ano de 2009, retomei minhas atividades junto à UFSJ. Espero, com meu retorno, poder contribuir para a formação de nossos estudantes e para a consolidação da pesquisa em nosso departamento. Peço desculpas aos estudantes que cursaram as disciplinas História da Educação I e História da Infância este semestre, por eu não ter podido me dedicar mais às aulas e agradeço a paciência e as palavras de incentivo dos alunos nos dias em que eu chegava exausta para lecionar, consumida pelas horas e horas de escrita da tese. Minha aluna do primeiro período que me deu um amuleto, fique sabendo que ele funciona mesmo e que, quando eu encontrar alguém em apuros, vou passar o bicho pra frente, como manda a tradição. Por todos estes gestos de carinho, meu muito obrigada.

## Sumário

Introdução .....	16
Capítulo I: Dos espaços régios de aprendizagem: as aulas públicas no período colonial .....	54
Capítulo II: Espaços para formar bons cidadãos: as aulas públicas no período imperial .....	105
Capítulo III: Para além dos espaços públicos de instrução: alternativas diversas de acesso à cultura escrita .....	145
Capítulo IV: Posse e circulação da cultura escrita em São João del-Rei .....	203
Capítulo V: Arqueologia dos usos cotidianos da cultura escrita: indícios indiretos encontrados na Vila e Termo de São João del-Rei .....	261
Conclusão .....	297
Fontes .....	306
Referências Bibliográficas .....	350
Anexos .....	368

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Testamentos de moradores da Vila e Termo de São João del-Rei transcritos em códices .....	42
<b>Tabela 2:</b> Número de mestres régios e estudantes no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Goiás (1761) .....	84
<b>Tabela 3:</b> Distribuição das Aulas Régias na América Portuguesa em 1772 .....	85
<b>Tabela 4:</b> Distribuição das Aulas Régias em Funcionamento na América Portuguesa (Década de 1790) .....	92
<b>Tabela 5:</b> Aulas particulares em funcionamento no Termo de São João del-Rei (1831) .....	167
<b>Tabela 6:</b> Testamentos por décadas e testadores assinantes da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	212
<b>Tabela 7:</b> Capacidades autográficas e ocupações de testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	242
<b>Tabela 8:</b> Condição e capacidades autográficas dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-850) .....	247
<b>Tabela 9:</b> Capacidades autográficas de escravos e forros da Comarca do Rio das Mortes (1793-1850) .....	292

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1 :</b> Escala de <i>literacy</i> e classes sociais .....	p. 49
<b>Quadro 2:</b> Escala de capacidades <i>literácitas</i> e posições sociais .....	p. 50
<b>Quadro 3:</b> Escala de assinaturas e de níveis de leitura e escrita .....	p. 51

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição das Aulas Régias em Funcionamento nas Possessões Portuguesas (década de 1790) .....	88
<b>Gráfico 2:</b> Quantidades de testamentos por anos na Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	207
<b>Gráfico 3:</b> Quantidade de testadores assinantes por anos na Vila e Termo de São João del-Rei (1752-1850) .....	211
<b>Gráfico 4:</b> Sexo, origens e capacidades autográficas dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1759-1848) .....	p. 216
<b>Gráfico 5:</b> Sexo, origens e capacidades autográficas dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	217
<b>Gráfico 6:</b> Sexo e capacidades autográficas dos testamenteiros da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	225
<b>Gráfico 7:</b> Moradia de testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	236
<b>Gráfico 8:</b> Moradia de testadores da Vila e Termo de São João del-Rei e capacidades autográficas (1759-1848) .....	238
<b>Gráfico 9:</b> Moradia de testadores da Vila e Termo de São João del-Rei e capacidades autográficas (1750-1850) .....	238
<b>Gráfico 10:</b> Cores dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	244
<b>Gráfico 11:</b> Capacidades autográficas, sexo e condição de testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	248
<b>Gráfico 12:</b> Qualidade de assinaturas e origens dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	256
<b>Gráfico 13:</b> Sexo e qualidade de assinaturas dos testamenteiros da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	257
<b>Gráfico 14:</b> Qualidades de assinaturas de testadores e testamenteiros da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850) .....	259

## Lista de Figuras

- Figura 1:** Postura do corpo à mesa (WANZELLER, 1840, p. 9) ..... 29
- Figura 2:** Maneiras corretas de se segurar a pena para aparar e para escrever (SALAZAR, 1807, estampa 2) ..... 30
- Figura 3:** Capitais, rasgos e penadas ou lançados (FIGUEIREDO, 1719, estampa VIII) ..... 31
- Figura 4:** Nível 1: Sinal/assinatura - Cruz de Antônio José, preto forro, firmada em 1810 (AHET2/IPHAN/SJDR: testamento, 1818, cx 06). ..... 251
- Figura 5:** Nível 2: Assinatura de “mão guiada” - Assinatura de João Silva Abreu, preto forro, firmada em 1789 (AHET2/IPHAN/SJDR: testamento 1791, cx 01). ..... 252
- Figura 6:** Nível 3: Assinatura normalizada, completa - Maria do Carmo Albina, firmada em 1829 (AHET2/IPHAN/SJDR: testamento, 1831, cx 02)..... 253
- Figura 7:** Nível 4: Assinatura caligráfica - Antônio Joaquim do Rego Barros, firmada em 1844 (AHET2/IPHAN/SJDR: testamento, 1846, cx 11). ..... 254
- Figura 8:** Nível 5: Assinatura pessoalizada - Manoel Ignácio de Almeida Faria, firmada em 1781 (testamento, 1789, cx 03). Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei/IPHAN ..... 255

## **Lista de Abreviaturas**

**ACMSJDR:** Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei

**AGAL:** Arquivo Geral das Alfândegas de Lisboa

**AHET2/SJDR/IPHAN:** Arquivo Histórico e Escritório Técnico 2 de São João del-Rei/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**BPE:** Biblioteca Pública de Évora

**BORABCD/SJDR:** Biblioteca de Obras Raras e Antigas Baptista Caetano d'Almeida de São João del -Rei

**BNPT:** Biblioteca Nacional de Portugal

**IANTT:** Instituto e Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

## Resumo

A presente tese tem como objetivo analisar a posse, os usos e a disseminação a cultura escrita, bem como a difusão da escola entre os anos de 1750 a 1850, em Portugal e no Brasil, especialmente na Vila e Termo de São João del-Rei. Com este recorte temporal de duração mais longa, que vai da Colônia ao Império, tem-se como objetivo perceber as rupturas e permanências no que se refere aos temas tratados no desenvolvimento da tese. O recorte geográfico empregado articula Minas Gerais (sem perder de vista sua inserção na América Portuguesa) e o Reino de Portugal e Ultramar, analisando-se de maneira mais específica a Vila e o Termo de São João del-Rei, uma das mais localidades mineiras mais populosas e urbanizadas do período tomado como referência. Para atingir os objetivos propostos, o trabalho de pesquisa exigiu o uso de fontes documentais distintas, dentre elas as variadas legislações educacionais de todo o período, mapas de escolas, relatórios dos diversos órgãos responsáveis pela fiscalização das aulas públicas, manuais de caligrafia, periódicos do século XIX, documentos produzidos pela Câmara Municipal de São João del-Rei, testamentos e inventários *post mortem*. A análise destas fontes impôs a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Se as aulas régias, iniciadas em 1759 por D. José I e seu poderoso Ministro Carvalho e Melo, eram voltadas para uma pequena parte dos súditos, pois a educação escolar no período colonial tinha como finalidade reproduzir a ordem estamental, as aulas públicas financiadas pelo Império do Brasil não eram menos excludentes. Todavia, nas primeiras décadas do período imperial brasileiro, tinha-se a pretensão de civilizar a Nação, constituindo um sentimento de patriotismo. A escola pública elementar, voltada para os estratos mais baixos da população, era considerada como a instituição capaz de criar cidadãos civilizados, minimamente letrados, que pudessem entender as leis e se submeter à ordem pública. Tanto a sociedade colonial quanto a imperial, cada uma ao seu modo, eram hierarquizadas e excludentes, mas havia, para além das escolas públicas, uma multiplicidade de possibilidades para os que pretendiam se apoderar das habilidades básicas de ler, escrever e contar. Dessa maneira, a tese articula a constituição da educação escolar pública com outras alternativas criadas para além dos espaços públicos de ensino: os seminários, as “casas de educação” para crianças órfãs fundadas por religiosos ou por leigos e, ainda, as estratégias familiares de contratação de professores particulares, abundantes em todo o período analisado. Ao analisar todas estas possibilidades de acesso à cultura escrita, a tese permite demonstrar que o mundo luso-brasileiro, apesar de possuir um número restrito de aulas públicas, não possuía uma população alheia ao mundo das letras. Havia, sim, pessoas capazes de ler e escrever. A palavra escrita, manuscrita ou impressa, circulava e estava disseminada e, mesmo sujeitos inabilitados para ler e escrever, foram identificados como capazes de se utilizar cotidianamente da cultura escrita, de formas variadas e inventivas.

## Abstract

This thesis intends to analyze the ownership, the uses and the dissemination of the culture of the written word, as well as the establishment of schools between the years 1750 to 1850, in Portugal and in Brazil, especially in the town and administrative area of São João del-Rei. This particularly long period, from Colony to Empire, is necessary to perceive the rupture or durability of trends in the various themes developed within the thesis. The geographic boundaries include Minas Gerais (without losing sight of its place in Portuguese America) and the Kingdom of Portugal and Colonies, specifically analyzing the town and administrative area of São João del-Rei, one of the mining localities more populous and urbanized of the period. To attain the proposed objectives, the research involved the use of distinct types of documents, among which were various legislation on education for the whole of the period, school data, reports of diverse organs responsible for the inspection of official schools, manuals of calligraphy, nineteenth century periodicals, documents produced by the town council of São João del-Rei, wills and associated inventories. The analysis of these sources required a combination of quantitative and qualitative methods. If the schools, initiated in 1759 by Dom José I and his powerful minister Carvalho e Melo, were aimed at a small proportion of the royal subjects, if only because school education in the colonial period had in view the maintenance of state order, then the schools financed by the Brazilian Empire were no less exclusive. However, in the first decades of the imperial period there was an attempt to civilize the nation, establishing a sense of patriotism. Elementary schools aimed at the lower levels of the population, were considered an institution capable of producing civilized citizens, at least literate, that could understand the laws and submit to public order. Both colonial and imperial society were, in their own ways, hierarchical and exclusive, but there was, outside public education, a multiplicity of possibilities for those who wished to improve their powers of reading, writing and arithmetic. In this way, the thesis articulates the structure of public education with other alternatives created outside of the public teaching spaces: seminars, the “houses of education” for orphaned children administrated by religious or lay groups, and even the strategy of some families to contract private tutors, alternatives which were common throughout the period. Through the analysis of all these possibilities of access to the culture of the written word, the thesis allows the demonstration that the Portuguese-Brazilian world, despite having a restricted number of official schools, did not represent a population far removed from the world of letters. There were, indeed, people capable of reading and writing. The written word, manuscript or print, was in circulation and disseminated, and even those unable to read and write were identified as being capable of everyday use of the culture of the written word in diverse and inventive ways.



## Introdução

A tradição de estudos em História da Educação no Brasil tem a instituição escolar como objeto de estudo principal. Ao analisar sua constituição, Marta CARVALHO afirma que a História da Educação não se institucionalizou como tema da História, “mas como uma ciência auxiliar da educação”<sup>1</sup>. Essa especificidade acabou por produzir “rígidos esquemas de enquadramento da disciplina”<sup>2</sup>. Para a autora, a obra *A cultura brasileira* (1943), de Fernando de Azevedo, produziu, durante gerações de pesquisadores, um padrão que estabeleceu a preferência por determinados temas, como o espaço escolar e seus agentes (principalmente os professores) ou as idéias pedagógicas, além de um recorte cronológico que enquadrou os estudos em um esquema de investigação que negligencia o final do século XVIII e a quase totalidade do XIX. Corroborando a análise de CARVALHO, Marina AMORIM, ao fazer um levantamento dos trabalhos apresentados nos principais congressos de História da Educação no Brasil, conclui que

o trajeto percorrido pela historiografia da educação brasileira [...] vislumbra que a História da Educação no Brasil, em larga medida, é sinônimo de história da educação escolar, já que o recorte espacial privilegiado define a escola como espaço educativo a ser pesquisado<sup>3</sup>.

Mas desde a década de 1980, pode-se perceber um interesse dos pesquisadores brasileiros por abordar novos temas e construir novos problemas no âmbito da História da Educação, apesar da instituição escolar ser, ainda, o assunto mais pesquisado<sup>4</sup>. Segundo Luciano Mendes de FARIA FILHO, além do espaço escolar, outros objetos têm sido eleitos pela História da Educação, como

a história do alfabetismo e das práticas, escolares ou não, de leitura e da escrita [que], de forma crescente, [tem] chamado a atenção dos historiadores da educação, [havendo] um número crescente de

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Configuração da historiografia educacional brasileira, In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 329.

<sup>2</sup> Id., *ibid.*, p. 331.

<sup>3</sup> AMORIM, Marina Alves. Por uma História da Educação para além da escola. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM). p. 1.118.

<sup>4</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. A escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, José (org.). *Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

pesquisadores que, a partir e no interior de um fecundo diálogo com outros campos do conhecimento, buscam ancorar suas ‘aventuras historiográficas’ no debate<sup>5</sup>.

Dessa forma, um campo de interlocução importante para minha pesquisa é o da História do Livro e da Leitura. De acordo com André BELO, trata-se de “uma área fortemente interdisciplinar [...] em que dialogam a história, a sociologia, a antropologia e as ciências da linguagem e da informação”<sup>6</sup>. Atualmente, interessam aos estudiosos não só os livros impressos e encadernados, considerados como objetos materiais, uma vez que “essa história [também] compreende a comunicação e todos os processos sociais, culturais e literários que os textos afetam e envolvem”<sup>7</sup>.

Outra área marcadamente interdisciplinar – e que traz importantes contribuições a meu estudo – é a História do Alfabetismo (prefiro utilizar o termo *Letramento*), que também sofreu mudanças nas últimas décadas do século XX. Os primeiros trabalhos desse campo datam de finais do século XIX, quando os pesquisadores se preocupavam em elaborar taxas de analfabetismo, tomando alfabetização como sinônimo de escolarização. A partir da década de 1960, os historiadores do campo passaram a se preocupar com duas ordens de questões. Tomaram como objeto os *processos de alfabetização*. Reconceituaram esse termo, puseram-se a questionar quem se alfabetiza, de que modo e por quais motivos. Partindo do pressuposto de que as pessoas atingem níveis diferenciados de *letramento*, começaram a estabelecer critérios para medir e comparar esses graus no decorrer de longos períodos históricos<sup>8</sup>.

Essas três áreas de pesquisa, que durante muito tempo traçaram trajetórias dissociadas, têm atualmente a possibilidade de se relacionar no que se pode nomear, de acordo com Antonio CASTILLO GÓMEZ, como *História da Cultura Escrita*. De acordo com suas palavras:

Si hasta hace poco la escritura y la lectura se han considerado como ‘objecto de estudio separados, movilizandoo saberes específicos y tradiciones nacionales extrañas las unas a las otras’, el objetivo de la historia de la cultura escrita pasaría justamente por ‘ensamblar, en una historia de la larga duración, los diferentes soportes del escrito y las

---

<sup>5</sup> FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). Modos de ler, formas de escrever. BH: Autêntica, 1998. p. 7.

<sup>6</sup> BELO, André. *Livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção. História &...). p. 37-39.

<sup>7</sup> Id., *ibid.* p. 39.

<sup>8</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

diversas prácticas que lo producen o lo apropian<sup>9</sup>. Se configura, en fin, como uma forma específica de elaborar la historia cultural<sup>9</sup>.

As pesquisas históricas que privilegiam a cultura escrita em Minas Gerais vêm se proliferando. Observa-se um crescente interesse pela historicidade do processo de constituição de outras instituições difusoras das práticas da leitura e da escrita que não apenas as escolas “formais”, como as bibliotecas, gabinetes de leitura, sociedades científicas ou literárias e mesmo o âmbito familiar. Assim é que as pesquisas sobre História do livro, da leitura, dos leitores, dos modos de alfabetização e das formas de ler e escrever se constituem como novas possibilidades para a pesquisa historiográfica<sup>10</sup>. Embora lide também com a instituição escolar, espaço tradicionalmente privilegiado por aqueles que se ocupam da História da Educação, o presente estudo inova ao buscar entender as relações estabelecidas entre a cultura escrita “tradicional” e momentos específicos de institucionalização da escola: as diversas reformas pelas quais passaram os Estudos Menores do Reino de Portugal e Ultramar (iniciadas em 1759), a instituição das escolas públicas brasileiras com a Lei de 15 de outubro de 1827 e, em âmbito provincial, a publicação, em 1835, da Lei número 13 de Minas Gerais, com seu respectivo Regulamento número 3. De acordo a perspectiva que adoto, a educação é pensada como um processo mais amplo, não apenas restrito às salas de aula. A escola nem sempre ocupou o centro dos processos de acesso ao ler/escrever/contar, pois outras possibilidades de aprendizado, como o mundo da família e a contratação de professores particulares são importantes, mas pouco se

---

<sup>9</sup> CASTILLO GÓMEZ, António. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 5, jan./jun. 2003. p.105.

<sup>10</sup> Sobre a História do Livro e da Leitura em Minas Gerais, cf. os trabalhos de ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura). ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1800*. Dissertação (Mestrado) São Paulo: FFLCH da Universidade Federal de São Paulo, 2003, todos privilegiando o século XVIII e a região de Vila Rica e Mariana. No que se refere aos processos de alfabetização, há pesquisas pontuais, como as que vêm sendo realizadas por DAVES, Alexandre. Subsídios para a História da instrução em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII: as vilas coloniais mineiras. . In: “I Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação”, 2001, Belo Horizonte. *Caderno de resumos*. Ver também MAGALHÃES, Beatriz R. Vestígios de formas elementares da instrução em uma comarca mineira setecentista: o ler, o escrever e o contar. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM), ambas sobre a Comarca do Rio das Velhas, tomando como período de investigação o século XVIII.

sabe sobre como eram criadas essas outras estratégias de acesso à cultura escrita<sup>11</sup>. Entendo por *cultura escrita* o universo que engloba os diversos modos como os sujeitos se organizam, se comunicam e agem utilizando a palavra escrita (manuscrita ou impressa). A cultura escrita regula as práticas de *letramento*, e essas práticas, ao mesmo tempo, mantêm essa cultura escrita viva, atualizada.

A noção de *letramento* é aqui redefinida para além do espaço escolar. Tomando o conceito neste sentido, faz-se necessário que se desconstrua a dicotomia alfabetizado *versus* analfabeto, que foi “formada” pela escola durante um longo e conflituoso processo de “desapossamento” do direito de ensinar. Nesse processo de longa duração, família, Igreja e outras instituições sociais que se ocupavam do ensino elementar foram relegadas a planos inferiores em seu papel “educativo”. Angela KLEIMAN também afirma que, ao longo do tempo, a escola tomou para si a função de se tornar a “mais importante das *agências de letramento*”. A autora define *letramento* “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita”, como sistema simbólico e como tecnologia, “em contextos específicos, para objetivos específicos”<sup>12</sup>. Sublinha, porém, que não há um sentido único para a noção de *letramento*, e, por haver uma grande quantidade de estudos com usos diferenciados do conceito, o mesmo se torna extremamente complexo. Magda SOARES considera o conceito em discussão extremamente impreciso e complexo, pois diz respeito “a um conjunto de comportamentos [que] engloba um amplo leque de conhecimentos, habilidades, técnicas, valores, usos sociais, funções, e varia histórica e espacialmente”<sup>13</sup>. Justino MAGALHÃES define letrado o sujeito “cujo grau de alfabetismo compreende um domínio da leitura e das destrezas necessárias à escrita e que sabe contar pelo sistema grafo-numérico”<sup>14</sup>, mas admite a existência de níveis diferenciados de capacitação *literácita* (vocábulo utilizado em Portugal como sinônimo de *letramento*). O autor afirma ser necessário, para pesquisas históricas, definir esse conceito conforme o período estudado, pois há concepções distintas de “letrado” ao longo do tempo. Reitera

---

<sup>11</sup> Poucos estudos tratam da relação família e educação, dentre eles o de VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. Relação Governo, família e educação na primeira metade do século XIX na Província de Minas Gerais. In: “II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO”, 2002, Natal. CD-ROM.

<sup>12</sup> KLEIMAN, Angela B. O que é letramento? In: KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

<sup>13</sup> SOARES, Magda B. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, set./out./nov./dez. 1995, p. 07.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994. p. 62.

a proposição acima citada, dizendo que, atualmente, é em função da escolarização que se define o conceito de letrado e alerta os pesquisadores que se interessam por esse tema para que não se confundam os processos de alfabetização com os de escolarização.

Para estudar o *letramento*, SOARES enfatiza a necessidade de trabalhos multidisciplinares e propõe várias perspectivas de análise, dentre as quais destaco a histórica, que, segundo a autora, investiga

a história dos sistemas de escrita, dos suportes da escrita, dos objetos de escrita, dos processos de acumulação, difusão, circulação, distribuição da escrita ao longo do tempo e em diferentes momentos históricos (história de bibliotecas, de livrarias, de sistemas de informação...), a história das possibilidades de acesso à escrita, das conseqüências sociais e culturais da imprensa, a história dos leitores (número, condição social, sexo etc.) das leituras e das práticas de leitura e de escrita em diferentes grupos sociais<sup>15</sup>.

Considerando a discussão suscitada pelo conceito e as dificuldades de sua aplicabilidade, a noção de *letramento* é aqui tomada como a *apropriação* da capacidade de uso dos códigos escritos em suas variadas formas. Assim como Cecília GOULART<sup>16</sup>, acredito que ser letrado é estar capacitado a utilizar socialmente os códigos escritos, mesmo que o sujeito em questão não saiba ler ou escrever. É estar envolvido em uma cultura letrada e conseguir se utilizar dessa cultura. Não é uma capacidade circunscrita à habilidade da leitura/escrita e muito menos a um processo de escolarização<sup>17</sup>. A escola é uma das diversas instituições capazes de disseminar as práticas sociais de leitura e escrita e, no período tomado como recorte cronológico desta tese, a instituição escolar era pouco difundida na sociedade luso-brasileira. Dessa maneira, recorro a uma concepção mais ampla de *letramento*, que considera a escola, mas não exclui outros espaços de aquisição da cultura escrita.

---

<sup>15</sup> SOARES, 1995, p. 13.

<sup>16</sup> GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, p. 450-460.

<sup>17</sup> Cabe aqui fazer um esclarecimento do ponto de vista conceitual. Sob a perspectiva sociológica, letrados são os intelectuais, escritores, poetas ou mesmo cronistas, que também eram burocratas ou agentes de Estados centralizados (ou em vias de centralização). No século XX estes letrados foram denominados de intelectuais, sobretudo os que participavam dos debates da esfera pública de poder. Há trabalhos de historiadores que tomam a noção de letrado sob esta perspectiva, como, por exemplo, o de Sérgio Alcides Pereira do AMARAL, historiador que se dedicou ao estudo do poeta português Francisco de Sá de Miranda (1486?-1558). Este poeta, a partir de sua obra, se dedicou a criticar os rumos tomados pelo Reino de Portugal, principalmente as navegações e o comércio com as Índias. Cf: AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. *Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do Dr. Francisco de Sá de Miranda*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007. Esta não é a definição utilizada na presente tese.

O conceito de *letramento* está entrelaçado ao de *apropriação*, e este aspecto é extremamente relevante em relação ao eixo da tese. A *apropriação* da cultura escrita pode ser feita de maneira diferenciada pelos grupos ou agentes que se tornam letrados. A forma de se relacionar com o mundo do escrito é pessoal e intransferível e, ao mesmo tempo, está intimamente associada com o contexto no qual os sujeitos são formados. Nesse sentido, o conceito de *apropriação* refere-se, conforme a perspectiva de CHARTIER, a “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais)”. Desse modo, a construção de sentido é intrinsecamente ligada à inserção sócio-cultural, uma vez que “as inteligências não são desencarnadas”<sup>18</sup>. Isso é possível porque todos aqueles que se encontram inseridos num momento histórico ou numa dada instituição compartilham coerentemente as maneiras de acordo com a quais são estabelecidas as relações com os variados tipos de materiais de leitura/escrita, o modo como lêem/escrevem e os lugares onde essas práticas são permitidas; a importância que lhes são atribuídas e o que procuram quando se apoderam dessas tecnologias ou as efetuam.

Para que se entendam os processos de implantação da escola e a maneira como as sociedades reagem a esses processos, outro conceito importante empregado na tese é o de *civilização*. O conceito de *civilização* “diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’ e que deve ser o tempo todo buscado” por quem deseja que um povo se torne civilizado<sup>19</sup>. A iniciativa de se inaugurar escolas mostra que, para o Império do Brasil, a educação era vista como uma das principais vias de acesso à *civilização*, mas não deveria ser estendida a todos da mesma maneira, pois considerava-se que as diversas categorias sociais e os diferentes sexos não deveriam ter o mesmo tipo de educação. O povo do nascente Império deveria ser civilizado, mas o conceito de povo, de acordo com a Constituição de 1824, dizia respeito aos “cidadãos ativos”, ou seja, homens proprietários, livres e brancos<sup>20</sup>. Maria Augusta do Amaral CAMPOS analisa vários *projetos civilizadores* da elite de São João na primeira metade do XIX, como a disseminação da vacinação contra varíola, a inauguração e o funcionamento de sociedades de cunho cultural e político e ainda a

---

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p. 26.

<sup>19</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 1 v. p. 24.

<sup>20</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro, 1994. p. 109). Ver também: RIBEIRO, Gladys Sabina. “Pés-de-chumbo” e “garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set./ago./1992, p. 141.

imprensa periódica. Afirma que o objetivo almejado pela elite local era extirpar a “barbárie” e formar um povo civilizado, tomando como modelo a Corte do Rio de Janeiro, a qual, por sua vez, se inspirava na Europa, sobretudo na França. A educação desse povo era uma das principais vias de acesso à *civilização*<sup>21</sup>.

Tendo feito esses parênteses para explicar os conceitos utilizados na tese, passo a me referir ao objetivo principal da pesquisa, que foi entender os processos de difusão da cultura escrita ao longo de um tempo longo, as motivações e os procedimentos que fizeram com que agentes ou grupos determinados se tornassem letrados, sendo o espaço geográfico privilegiado para análise a Vila e o Termo de São João del-Rei. Para essa “primeira base”, estabeleci como recorte cronológico os anos de 1750 e 1850. Os motivos que me levaram a escolher esse período e esse espaço geográfico serão explicados a seguir.

Primeiramente, examinei os projetos do Estado para a escolarização, tanto os concebidos no período colonial quanto no contexto imperial. Procurei identificar os resultados provenientes da aplicação desses projetos, mas sem desconsiderar que outras estratégias de acesso ao mundo das letras foram criadas pela atuação de instituições diversas que não apenas as escolas públicas. Entre o século XVIII e o XIX, diversos sujeitos cumpriam o papel de disseminadores das habilidades de leitura e escrita: pais de famílias, professores particulares, clérigos etc. Busquei entender quais estratégias familiares e/ou individuais eram comumente elaboradas e de que modo estes outros agentes de educação eram utilizados para a aquisição das habilidades de leitura, escrita e cálculo. Sempre considerei que as possibilidades de combinação dos projetos públicos com estas outras estratégias de ampliação da cultura escrita eram possíveis.

De outra parte, ao observar os períodos privilegiados pelos estudiosos da História da Educação e corroborando as idéias de Marta CARVALHO<sup>22</sup>, Thais Nívea de Lima e FONSECA, ao se referir aos estudos sobre o período colonial, afirma que a maior parte da produção brasileira tem como interesse analisar

a atuação educacional da Companhia de Jesus [...] e as reformas produzidas pela administração do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. Em ambos os casos, muito raramente os estudos afastam-se de uma abordagem tradicional, que concentra as atenções na

---

<sup>21</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes*. 1810/1844. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998.

<sup>22</sup> CARVALHO, 2003, p. 329-323.

ação do Estado ou da Igreja, sem considerar outras dimensões dos processos educativos possíveis na América portuguesa<sup>23</sup>.

Há poucos estudos de História da Educação que se detenham sobre o período que compreende a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. O mesmo não ocorre com a tradição de estudos do campo da História do Livro e da Leitura luso-brasileiro. De acordo com Maria Beatriz Nizza da SILVA, nossa tradição de estudos sobre o livro e as práticas de leitura elegeu os setecentos como recorte privilegiado por ser este um período de menor complexidade em relação aos processos de produção e publicidade dos textos impressos, sendo a documentação produzida menos dispersa. É possível localizar vários agentes vinculados ao mundo da produção dos livros, tanto os autores, impressores, livreiros quanto o aparato censório, que busca ordenar a produção e a difusão do escrito<sup>24</sup>.

Para compreender as relações estabelecidas pela população em análise com a cultura escrita, fez-se necessário buscar, primeiramente, as taxas de *letramento* ao longo do tempo. Segui, dessa maneira, os passos de VIÑAO FRAGO<sup>25</sup>, que sugere que se tome como universo para a análise um período extenso e uma comunidade circunscrita. Tomei como referência, ademais, a idéia de CHARTIER, segundo a qual a

História da Leitura e História da Educação [...] podem-se cruzar de muitas maneiras [sendo as possibilidades de] diálogo entre os historiadores da educação e os historiadores das práticas de leitura e do livro [...] numerosas. [Para tanto, busco uma] vinculação entre História da Leitura e História da Educação utilizando, como primeira base, [...] os trabalhos feitos sobre as assinaturas<sup>26</sup>.

A tese que ora se apresenta aborda uma periodização pouco explorada e um espaço geográfico pouco estudado pela História da Educação. O recorte cronológico da presente pesquisa se inicia em 1750 até 1850. A periodização da pesquisa foi estabelecida a partir da análise da distribuição da documentação, que é mais abundante no século tomado como referência. As fontes mais antigas que tornam esse estudo

---

<sup>23</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da Educação na América Portuguesa. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM). p. 1.125.

<sup>24</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade de Coimbra à Independência*. Lisboa: Estampa, 1999. p. 148.

<sup>25</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 76.



factível datam de 1731, mas não constituem séries contínuas nos anos de 1731 a 1749. Os testamentos produzidos em São João del-Rei, fontes privilegiadas na primeira etapa da pesquisa, possuem séries completas a partir do ano de 1750. No que se refere ao extenso recorte cronológico, este é justificado pelo fato de que os processos de difusão da leitura/escrita se encontram profundamente marcados pelas permanências, sendo, no curto prazo, a estabilidade mais perceptível do que as mudanças. Assim, os estudos que privilegiam um tempo longo para análise permitem que sejam observados fenômenos sócio-culturais que se modificam lentamente, como o caso específico das relações sociais com a cultura escrita. Não só as continuidades, mas as rupturas, avanços e os retrocessos também podem ser identificados e analisados na observação daquilo que possui um carácter estrutural, conforme demonstram as pesquisas de Justino MAGALHÃES e Maria do Céu ALVES<sup>27</sup>.

Até meados do século XIX, grande parte da população que tinha acesso à língua escrita era dotada apenas da capacidade de ler, uma vez que os aprendizados da leitura e da escrita eram feitos em momentos dissociados e sucessivos. De acordo com o *Diccionario universal de educação e ensino* elaborado por E. M. CAMPAGNE,

nas escolas d'outro tempo a escripta e a leitura constituíam duas ordens d'ensino essencialmente desligadas. Um grande numero de alumnos contentava-se só com aprenderem a lêr, e mesmo para os que desejavam aprender tambem a escrever, este ensino só começava geralmente depois do alumno estar bem desembaraçado na leitura<sup>28</sup>.

Os estudos de VIÑAO FRAGO corroboram as palavras de CAMPAGNE, demonstrando que,

no século XIX, uma das principais inovações pedagógicas foi a aprendizagem da leitura feita ao mesmo tempo que a da escrita, ao contrário do que acontecia tempos anteriores, quando o aprendizado da escrita era feito – se o aluno tivesse condições de seguir sua vida escolar – dois anos após seu ingresso na escola, quando já dominava um pouco a leitura<sup>29</sup>.

Os manuais de caligrafia que pesquisei comprovam o costume de se ensinar a ler e escrever em momentos dissociados e sucessivos nas escolas que se utilizavam do

---

<sup>27</sup>MAGALHÃES, 1994. ALVES, Maria do Céu G. L. R. *Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896*. Braga: Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2003.

<sup>28</sup> CAMPAGNE, E. M. *Diccionario universal de educação e ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1886. Vol. I. p. 894.

<sup>29</sup> (VIÑAO FRAGO, 1993, p. 66)

método individual. Além disso, são fontes preciosas para que se possa entender como eram ensinadas as habilidades de leitura e escrita<sup>30</sup>. De acordo com o método individual de ensino, o professor chamava a sua mesa os alunos, sucessivamente e lhes prescrevia alguma atividade a ser feita durante o horário da aula. De acordo com Pierre LESAGE, cada estudante se dedicava isoladamente ao seu exercício, que se restringia, muitas vezes, a ler o material de leitura que possuía. Não havia programas obrigatórios a serem seguidos por toda a classe, nem seriação, tampouco divisão dos alunos conforme suas idades ou desenvolvimento intelectual<sup>31</sup>.

O mestre calígrafo P. Jerônimo Soares BARBOSA era um dos professores que defendia de modo veemente que o ensino da leitura fosse dissociado e antecedesse ao da escrita:

os meninos não se devem ensinar a Escrever, senão depois de terem já alguma firmeza nos musculos da mão [...] e depois de saberem lêr desembaraçadamente a letra impressa tanto redonda como bastarda; e antes de entrarem na leitura da letra de mão ou diplomatica<sup>32</sup>.

A maneira de se ensinar a ler, descrita na maioria dos manuais de caligrafia, deveria respeitar a determinadas fases. A primeira delas tratava-se do aprendizado do *ABC*, ou seja, do alfabeto. Em primeiro lugar eram aprendidas as vogais e, depois, as consoantes. Em seguida, vinha a soletração e a silabação – parte esta feita a partir de cartas de sílabas em que as sílabas ficavam dispostas conforme suas “famílias” (ba, be, bi, bo, bu; bam, bem, bim, bom, bum etc). Por fim, era necessário que os estudantes memorizassem frases simples e depois as identificassem no papel. A silabação era uma etapa fundamental no aprendizado da técnica da leitura, principalmente para que os estudantes pronunciassem bem as palavras, de acordo com o professor Manoel de Andrade e FIGUEIREDO. Em seu manual de caligrafia, publicado em 1719, dizia o professor em tom um tanto indignado que

---

<sup>30</sup> Durante a pesquisa, foram analisados 13 manuais de caligrafia, publicados em Portugal, entre 1719 e 1855, que se encontram na BNPT. Os nomes dos autores e os títulos completos dos manuais de caligrafia estudados podem ser vistos no Anexo 1. Poucos trabalhos se debruçam sobre estas fontes. Sobre o século XVIII, cf: ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997, p. 221-235. Sobre os séculos XIX e XX, veja: VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*. N. 8, p. 13-30, mai/ago/1998.

<sup>31</sup> LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas escolas mútuas no século XIX, In: BASTOS; FARIA FILHO, 1999. p. 10.

<sup>32</sup> [BARBOSA, P. Jerônimo Soares], *Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes. Parte terceira: da calligraphia, e orthographia, ou arte de escrever bem, e certo a lingua portugueza*. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1796, p. 2.

Alguns pays, [...] que imprudentes perseguem aos Mestres, para que lhes adiantem os seus filhos, não querendo admitir o inconveniente da pouca idade [...], ou rudeza; parecendo-lhes que no darem os meninos por escritos, ou sentenças, consiste o saberem ler, o que he ignorancia conhecida; porque todas as vezes, que os Mestres os passãõ das cartas de nomes, & orações sem perfeitto conhecimento das letras, & syllabas, aprendem o ler com mais dilação, & com o defeyto de não saberem ao depois escrever o que pronunciaõ<sup>33</sup>.

Na segunda fase de aprendizado da leitura, passava-se aos catecismos, textos religiosos e de moral. O *Catecismo de Montpellier*, publicado em 1770 pela Real Mesa Censória, era o compêndio oficial de Doutrina Cristã dos estudantes das aulas régias. Como será visto no Capítulo I, o *Catecismo de Montpellier* possuía adeptos, mas aqui demonstrarei que possuía também opositores. Dentre estes, estava o professor Antônio Pereira de Figueiredo, da Congregação do Oratório<sup>34</sup>, que dezaconselhava a utilização do referido catecismo, em um raro documento manuscrito. Nestas anotações, o professor descreve, de próprio punho, seu método utilizado nas aulas régias de Primeiras Letras:

- 1 – Dar as Lições de Ler por livros impressos, e não por escritos.
- 2 – Obrigallos a Dechorar e repetir algum bom Compendio da Historia Portugueza, ordenado em forma de Dialogo.
- 3 – Obrigallos a Dechorar e repetir outro Compendio da Geografia do Mundo principalmente da Europa, com a situação e nome dos Reinos, Províncias e Capitaes.
- 4 – Ensinar-lhe a Doutrina Christã por algum bom Catecismo escolhido. Em o Mundo para todas as circunstancias, votaria que a não se adoptar a Reforma de Mompilher [sic], sendo optima escolha adoptar o pequeno Catecismo que Benedicto XIII publicou no Synodo Lateranense de 1728 a que assistirão mais de cem bispos. O qual pequeno catecismo anda impresso nas Actas do mesmo Concílio em Latim e em Italiano com o título: Para os meninos que estão para se ensinar pela primeira vez: e he facillimo traduzir-se em Portuguez (sublinhado no original)<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> FIGUEIREDO, Manoel de Andrade e. *Nova escola para aprender a ler, escrever, & contar*. Lisboa Ocidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1719, p. 12.

<sup>34</sup> O professor Figueiredo foi “Deputado da Real Meza Censoria, Socio da Acad. Real das Sciencias de Lisboa, havido por um dos maiores latinistas da Europa no seculo passado, e celebre pelos seus escriptos theologicos e por sua incontestavel e profunda erudição, nasceu na Villa de Mação, comarca de Thomar, aos 14 de Fevereiro de 1725”. Faleceu em 1797, deixando extensa obra publicada, entre livros de uso escolar de Gramática Latina, Retórica, Eloquência, Linguagem Nacional e de Teologia e Matérias Eclesiásticas. Cf.: SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, p. 224-230. vol. I. Agradeço a Prof<sup>a</sup> Márcia Abreu, do Departamento de Letras da UNICAMP, por ter me ajudado a identificar o autor do manuscrito e por me ceder, gentilmente, os dados bibliográficos referidos. A autora cita Figueiredo em seu texto: ABREU, Márcia. O “mundo literário” e a “nacional literatura”: leitura de romances e censura, In: \_\_\_\_ (org). *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Histórias de Leitura). p. 275-306.

<sup>35</sup> O documento, intitulado *Reflexões sobre o modo de ensinar as Primeiras Letras*, do Mestre Antônio Pereira de Figueiredo, encontra-se sem data. BPE: CXI, n. 8//2-11. Porém, foi possível datar a fonte a

Com relação ao ensino da escrita, os manuais de caligrafia citam com minúcia quais os materiais deveriam ser utilizados. Papel, somente do melhor tipo, que não fosse grosseiro. No manual *Nova escola para aprender a ler, escrever, & contar*, publicado em 1719, Manoel de Andrade de FIGUEIREDO ensina a escolher o melhor papel e o melhor pergaminho, os bons tinteiros e oferece ao leitor duas receitas de tinta: uma à base de água e outra à base de vinho. Considera a tinta feita à base de vinho de melhor qualidade. O calígrafo descreve, ainda, o método que considera o mais adequado para o cozimento das penas, pois as cruas são cheias de caspas e gordurosas, o que atrapalha a escrita. As folhas pautadas também eram indispensáveis para o aprendiz de caligrafia<sup>36</sup>. O mobiliário adequado, segundo os manuais de caligrafia, era constituído de “bufete” ou banca (mesa) e assento proporcional à altura da pessoa que escreve.

Na primeira fase da escrita, os professores de caligrafia consideravam indispensável que o estudante mantivesse uma correta posição da mão e dos dedos ao segurar a pena e uma postura adequada.

O professor FIGUEIREDO chega a afirmar que a primeira regra para bem escrever era pegar na pena corretamente. Segundo suas próprias palavras, os mestres da arte caligráfica deveriam insistir para que seus aprendizes pegassem bem na pena,

porque nisto está o tomarem bem o corte das letras, & disposição para escreverem liberal; para o que he necessario que os mestres não consintão, que os discipulos escrevão fora da sua presença, emquanto não estiverem fixos no pegar da pena, & no seu movimento; porque assim evitão os vicios que a mão toma, que ao depois se não tirão com facilidade<sup>37</sup>.

O professor e mestre de calígrafo Manoel José Satirio SALAZAR, em seu manual de caligrafia em forma de catecismo, insistia na correta posição do corpo:

---

partir de uma afirmação estabelecida pelo professor em outra parte do texto, ao tratar do ensino da Retórica: “os Elementos de Retorica se podem ensinar e aprender dentro de seis mezes pelos meus Principios de Eloquencia; (que ainda que está gasta a primeira impressão delles, he facil repetilla dentro de dois mezes” (Id., grifos no original) Trata-se da obra de Figueiredo: *Elementos da invenção e locução rhetorica, ou principios da eloquencia*: ilustrados com breves notas. Lisboa, na Off. de Francisco Luis Ameno 1759. Portanto, concluo que o professor escreveu suas reflexões sobre como ensinar em ano posterior à publicação da referida obra de Retórica.

<sup>36</sup> FIGUEIREDO, 1719, p. 27-31.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, p. 12.

P[ergunta:] Como se deve estar assentado para escrever?

R[esposta:] Com o corpo direito, sem affectação, e com liberdade, sem tocar com o peito na meza; e com os dois dedos do braço esquerdo se deve segurar o papel; e o direito se deve esar em cheio sobre a meza<sup>38</sup>.

A preocupação dos professores de caligrafia com a boa postura pode ser encontrada em outros manuais, como no de Fortunado Rafael Hermano WANZELLER, que também publicou seus ensinamentos em forma de catecismo, em 1840:

R[esposta:] Em assento proporcional á sua altura, e da mesa onde estiver escrevendo, de sorte que afastados os braços do corpo cheguem os cotovelos acima da mesa, e o corpo deverá estar direito na mesa, (a cabeça algum tanto inclinada, e *o peito sem tocar a mesa, que poderá resultar alguma molestia de peito*) segurando o papel com os dois dedos da mão esquerda, indice, e o maior; o braço direito estará assente sobre o papel de sorte que fique na mesma postura, e o cotovelo sobre a mesa (destaques meus)<sup>39</sup>.

A maneira correta de se sentar para escrever e, ainda, de segurar a pena e o papel podem ser observadas na **Figura 1**, a seguir:

---

<sup>38</sup> SALAZAR, Manoel José Satírio. *Nova arte de escrita para se aprender theorica, e praticamente a I e II parte da forma de letra portugueza, intituladas de secretaria, e escritório, caracteres próprios para se ensinarem nas escolas deste Reino; e ultimamente a letra ingleza, extrahida dos sobreditos caracteres nacionaes, própria para todas as pessoas, que não tiverem aprendido a escrever com methodo, e se acharem occupadas em empregos públicos, que lhe embarcem frequentar as aulas*. Lisboa: na Impressão Régia, 1807. p. 23.

<sup>39</sup> WANZELLER, Fortunado Rafael Hermano. *Compedio calligrafico ou Regras geraes da Calligrafia. Muito necessario para uso da mocidade, como tambem para toda a qualidade de pessoa poder aprender methodicamente a escrever com perfeição, o character da letra portugueza, o appellidado letra ingleza, com todas as regras d'escrita, sem que para isso seja necessario de professor: dividida em seis lições, e com as estampas análogas*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1840. p. 8.

**Figura 1**

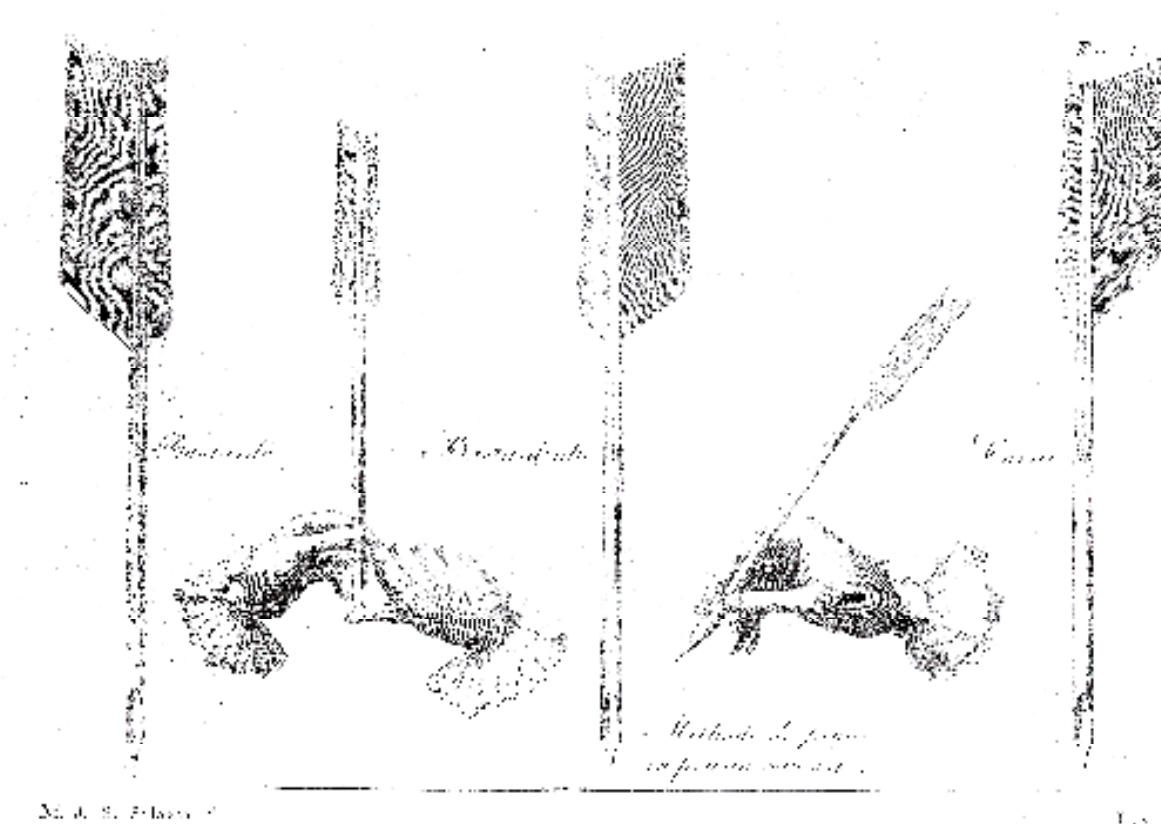
Postura do corpo à mesa (WANZELLER, 1840, p. 9)



Como disse anteriormente, a escolha das penas era descrita nos manuais. Todavia, o corte correto para cada estilo de letra era um dos ensinamentos descritos como extremamente importante e difícil de se aprender. A posição correta da mão ao segurar a pena, referida anteriormente e alguns tipos de cortes de penas podem ser visto na **Figura 2**:

**Figura 2**

Maneiras corretas de se segurar a pena para aparar e para escrever  
(SALAZAR, 1807, estampa 2)

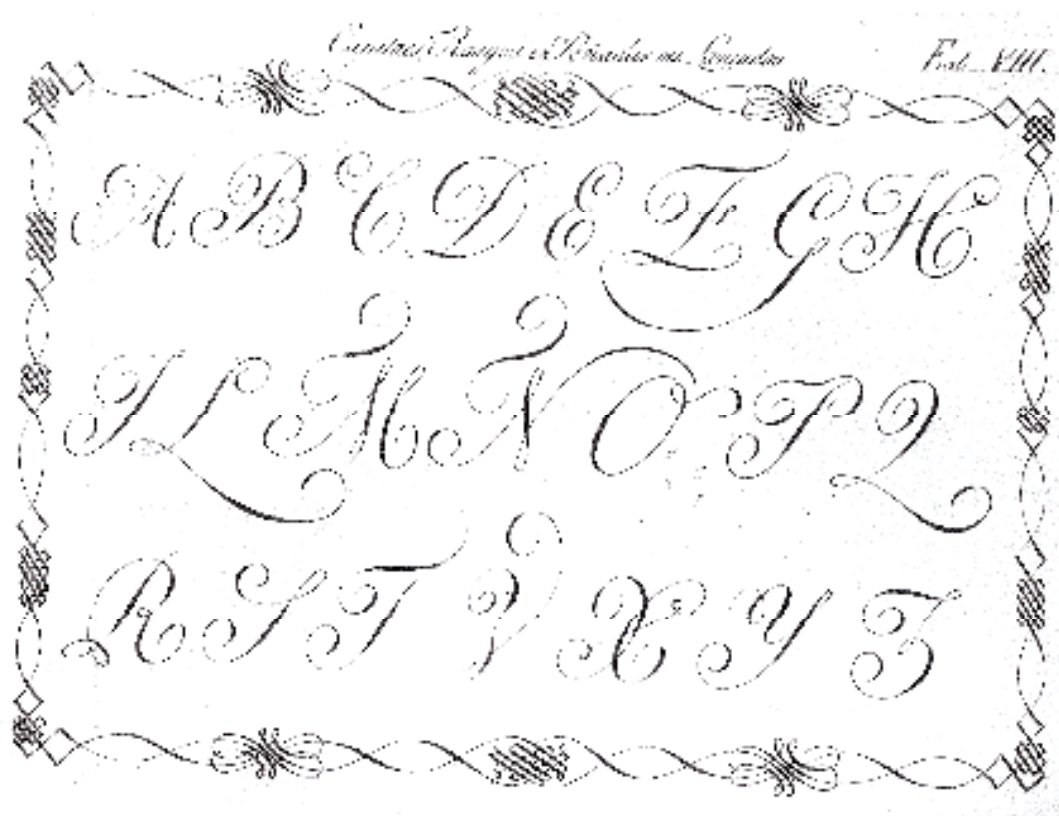


Ainda na primeira fase de aprendizado da escrita, passava-se para os exercícios caligráficos, ou seja, o treinamento das linhas. Estes exercícios tinham como objetivo “adestrar” todo o braço daquele que aprendia a escrever. Primeiramente eram treinadas as linhas retas, depois as curvas e, por fim, as combinadas ou mistas. Os desenhos das letras começavam das minúsculas para para maiúsculas, em formatos grandes, para dar movimentos amplos ao braço. O pulso deveria ficar fixo. Segundo os mestres calígrafos, os estudantes iniciados na arte da escrita com letras minúsculas e

movimentos pequenos não desenvolviam bem o membro que escreve e não conseguiriam, futuramente, executar todos os tipos de letra, principalmente as mais ornamentadas, que exigiam grande adestramento do braço, mão firmes e ao mesmo tempo leveza no correr a pena. Um exemplo de exercício caligráfico avançado, que combina abecedário maiúsculo, rasgos (linhas retas) e penadas (linhas curvas), além de variados tipos de ornamentação, pode ser visto a seguir, a partir da **Figura 3**.

**Figura 3**

Capitais, rasgos e penadas ou lançados (FIGUEIREDO, 1719, estampa VIII)





Assim que estivessem treinados a escrever abecedários com variados estilos de letras, os aprendizes passavam para as cópias de palavras. A seguir, vinham as cópias de traslados, também denominadas de “escrita corrida”, exercícios durante os quais quanto menor o número de vezes se retirasse a pena do papel, melhor. Finalizando a primeira etapa de aprendizado da escrita, o estudante passava para a cópia de pequenos traslados, repetidos infinitas vezes. Estes traslados se tratavam, na maioria dos manuais de caligrafia pesquisados, de máximas com fundo moralizador e edificante, como bem ensina a lição número XII do mestre Joaquim José Ventura da SILVA:

A virtude he sempre o exercicio do bem.  
Bem manda, o que bem soube obedecer.  
Calculai primeiramente as vossas ideas.  
Deve-se estudar para illustrar o espirito.  
Eu condemno sómente a sua preguiça.  
Fazei sempre com que todos vos estimem<sup>40</sup>.

A segunda fase de aprendizado indicada por grande parte dos manuais de caligrafia era a “escrita corrente”, que se tratava de composição e ditado, para treinar, além da letra, a ortografia. A última fase do ensino do ler e escrever era o estudo da gramática, reservado somente para as classes mais avançadas.

Os manuais de caligrafia, ao recomendar determinadas práticas e condenar os “maus costumes”, acabam informando ao historiador, indiretamente, quais as práticas correntes de ensino do período analisado. A regularização da letra manuscrita era importante, pois fazia-se necessária uma letra fácil de ser lida, que possuísse certa elegância e, ao mesmo tempo, que permitisse agilidade no trabalho por parte daqueles que tinham como ofício escrever para outrem. Assim como nos cadernos escolares analisados por Jean HÉBRARD, os manuais de caligrafia buscavam uma escrita regular, de legibilidade absoluta e, para obtê-la, o estudante “se esmera, portanto, em imitar o livro, um livro severo”<sup>41</sup>. Os manuais de caligrafia analisados eram estes “livros severos”, nos quais as intenções iam além dos objetivos práticos do dia-a-dia. Procurava-se, a partir da prática constante e da repetição/imitação infinita das letras,

---

<sup>40</sup> SILVA, Joaquim José Ventura da. *Regras methodicas para se aprender a escrever o character da letra ingleza, acompanhadas de humas noções de Arithmetica*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803. p. 49 (volume de estampas).

<sup>41</sup> HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 1, p. 115-141, jan/jun/2001, p. 127. Um interessante estudo sobre ensino de escrita no Brasil, entre 1835-1893 é o de: ABREU, Sandra Elaine Aires de. O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da província de Goiás no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 18, p. 13-48, set/dez/2008.

penadas, rasgos e excertos morais, adestrar o corpo e o espírito, misturando técnica e arte.

Mas nem todos os estudantes conseguiam chegar a tão elevado nível na arte da escrita. Grande parte da população do século XVIII e de meados do XIX, tanto em Portugal quanto na América Portuguesa/Brasil, tendo passado por um aprendizado escolar público ou particular, se encontrava restrita à habilidade de ler e somente ler. Dessa maneira é que os níveis de *letramento* variavam tanto. Conforme António CANDEIAS e Eduarda SIMÕES, em Portugal, os critérios de avaliação da *literacia* mudaram ao longo do período por eles pesquisado (os pesquisadores fizeram um estudo retrospectivo de longa duração a partir do século XVI). Os autores demonstram que os recenseamentos nacionais portugueses partiam de critérios diferentes e que, em Portugal, durante o XIX, para ser considerado “letrado”, devia-se estar de posse apenas da habilidade da leitura, o que indica que, historicamente, nem sempre as figuras de leitor e de escrevente estiveram fundidas na mesma pessoa<sup>42</sup>.

Como ficou comprovado, aprendia-se, primeiramente, a técnica da leitura. Depois de cerca de dois anos, caso houvesse possibilidades e aspirações, aprendia-se a escrever e, por fim, as quatro operações básicas da Matemática. Essa dissociação entre os aprendizados da leitura e da escrita foi fundamental para o estabelecimento do recorte cronológico da tese. A partir dos estudos existentes e da análise dos manuais de caligrafia, conclui-se que, ao longo do período em estudo, não havia um único processo de ampliação do *letramento*, mas dois: o da difusão da leitura e o da difusão da escrita. A leitura se disseminou de modo mais rápido, pois se trata de uma aprendizagem mais fácil e mais acessível do ponto de vista financeiro, quando comparada com a técnica da escrita. Vários alunos poderiam aprender com a ajuda de um livro ou cartilha, mas o papel e a tinta não podiam ser reutilizados. Ao longo do século XIX, é verdade, esse cenário mudou, uma vez que outros fatores contribuíram para uma maior disseminação da prática da escrita. A aprendizagem da leitura e da escrita de forma simultânea e combinada no contexto escolar foi uma inovação trazida pelo método do ensino mútuo<sup>43</sup>. Este procedimento didático do novo método era apresentado como uma de suas principais vantagens, pois diminuiria o tempo de aprendizagem gasto pelos alunos. Mesmo de acordo com esse método, os alunos levavam vários meses para começar a escrever no papel, sendo que outros materiais mais

---

<sup>42</sup> CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso. In: *Análise psicológica*, v. 1, n. XVIII. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 1999, p. 169-173. (Coleção Estudos CDAPH – Série Historiografia).

<sup>43</sup> VIÑAO FRAGO, 1993. p. 41.

baratos eram utilizados nos primeiros exercícios para o adestramento do corpo, como as mesas de areia e as lousas ou ardósias. O método do ensino mútuo foi implantado no Império do Brasil como a Lei de 15 de outubro de 1827. Mas Marcilaine Soares INÁCIO comprovou que, na Província de Minas Gerais, o método mútuo ou lancasteriano não foi empregado conforme propugnado por seus criadores e incentivadores. A dificuldade de acesso dos professores ao mobiliário e materiais didáticos adequados, indicados pelo método, corroboraram para o seu fracasso em terras mineiras. De acordo com INÁCIO, é muito difícil precisar o tempo gasto pelos alunos para que deixassem de escrever nas lousas e começassem a escrever no papel. Havia prazos estipulados pelos divulgadores do método do ensino mútuo, mas nem sempre estes coincidiam o que a pesquisadora encontrou descrito na documentação que demarca os graus de adiantamento dos alunos. De maneira geral, INÁCIO demonstra que, com o método lancasteriano, os alunos gastavam entre 4 e 6 meses para começar a escrever nas lousas; somente depois passariam para os exercícios no papel<sup>44</sup>. Uma vez que o método lancasteriano nem sempre era aplicado como indicavam seus criadores, o ensino da leitura e da escrita continuaram, mesmo após as tentativas de implantação do referido método, a ser ensinados de forma dissociada e sucessiva. Ademais, os professores particulares que, como demonstrarei no *Capítulo III* da tese, eram bastante solicitados, desconheciam tal método de ensino empregado apenas em algumas das aulas públicas de os Oitocentos.

A partir de meados do século XIX outros fatores, mais importantes do que a proposta pedagógica do ensino mútuo, contribuíram para uma maior disseminação da escrita. Dentre esses, destaco a invenção e popularização de materiais que facilitavam o trabalho de escrita, como a pena de metal e o papel de celulose e, ainda, a simplificação da grafia e a instituição da ortografia<sup>45</sup>. Essas variáveis trazem repercussões para parte importante desta pesquisa: a análise das assinaturas originais dos testamenteiros. Com o ensino da leitura e da escrita combinados e simultâneos, corre-se o risco de serem formados bons “copistas”, com excelentes caligrafias, mas que eram, na realidade, incapazes de ler ou escrever por conta própria. Sem dúvida, escrever, a partir da segunda metade de os Oitocentos, era uma atividade muito mais fácil e disseminada do que em períodos anteriores – e essa é a principal justificativa para o estabelecimento do ano de

---

<sup>44</sup> INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. p. 186-187.

<sup>45</sup> HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, jul./dez. 1990, p.65-110.

1850 como o marco final para a pesquisa de tese, uma vez que corresponde a uma modificação crucial na disseminação da escrita.

Cumprir ter em mente, ademais, que nesta tese trabalho com a idéia de duas temporalidades: uma da cultura, que muda lentamente e que necessita ser entendida na longa duração e outra da política, que se altera de modo mais rápido. Penso que somente aliando a pesquisa na longa duração com a pesquisa sobre as conjunturas políticas poderei entender a “tradição” representada pelas aulas régias implantadas no Reino de Portugal e Ultramar em 1759 e a “modernidade”, que se pretendia instaurar com o projeto de escolarização elementar do Império brasileiro. Dentro do tempo alargado da cultura, além disso, avaliam-se duas importantes conjunturas políticas nas quais as autoridades governamentais agiram para interferir, ou melhor, disciplinar o universo da cultura escrita: a primeira, referente às Reformas Pombalinas (a partir de 1759) e a segunda, depois da Independência do Brasil (1822), iniciada com a “Lei de 15 de outubro de 1827” ou “Lei do ensino mútuo”. Trata-se de dois momentos cruciais, de esforço de sistematização das formas tradicionais de acesso e usos da cultura escrita.

Quanto ao recorte geográfico, este respeitou as fontes, que, em determinados momentos, se referiam às várias possessões do Reino Lusitano, espalhadas pelas quatro partes do globo. Em determinadas passagens, foi necessário recorrer a um recorte regional, restrito a Minas Gerais ou mesmo à Vila e Termo de São João del-Rei. Este movimento, produzido, em parte, pelos limites impostos pela documentação disponível e, em parte, por uma preferência pessoal, me levou a grandes desafios teórico-metodológicos. Esta opção me obrigou a pensar em minha própria situação de pesquisadora como uma observadora que necessitava, a todo tempo, “ajustar o foco” para enxergar melhor. A este “ajustamento do foco” ou mudança de posição do pesquisador, Jacques REVEL deu o nome de “jogos de escalas”<sup>46</sup>. Esta necessidade de “variar as escalas” permitiu que diferentes dimensões fossem apreendidas: passei do recorte geográfico micro-histórico ao macro, da dimensão mundial para a regional, da regional para a local, sem perder de vista o contexto no qual as fontes foram produzidas. A perspectiva de REVEL, que

vê no princípio da variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e, portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social. Ela

---

<sup>46</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

afirma ao mesmo tempo que nenhuma escala tem privilégio sobre a outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico<sup>47</sup>.

Neste sentido, a História Regional, entendida como posição de análise, permite que se dê visibilidade a permanências e diferenças, quando comparamos regiões distintas. A Capitania e, mais tarde, a Província de Minas Gerais, conformada por diferentes regiões, era marcada pela diversidade. Por isso, as conclusões possivelmente obtidas em um estudo referente a um recorte geográfico reduzido não podem ser generalizadas. Todavia, a análise aprofundada de uma determinada área pode propiciar uma revisão do que se encontra estabelecido pela historiografia, matizando explicações que se referem a toda Capitania/Província e, ainda, lançando luzes sobre o que se encontra desconhecido. Centrando-se numa região determinada de Minas Gerais, mas acompanhando-a em um longo período e por meio de fontes numerosas, esta tese pode facilitar a comparação com os resultados de outras pesquisas. Deve-se lembrar, porém, que, para que um estudo regional ganhe representatividade, este precisa ser referenciado em questões gerais, focalizadas pela tradição de estudos da qual esta tese é tributária, ou seja, sempre que possível, foram feitas comparações do local com um conjunto maior, com uma abordagem mais panorâmica.

Por causa das especificidades da documentação, é difícil precisar com rigidez o espaço geográfico ocupado pelos moradores da Vila e Termo de São João del-Rei. Esse problema foi enfrentado por outros historiadores, dentre eles Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO, segundo o qual

a delimitação regional pela paisagem geográfica só pode responder em parte ao recorte regional a ser adotado [...] o conceito de região é sempre uma construção histórica e mutável, que abarca múltiplos fatores, tais como as características produtivas, a circulação econômica dos bens e capitais, a mobilidade dos homens, as identidades culturais, a jurisdição do poder religioso, político e administrativo, em geral não são coincidentes<sup>48</sup>.

A alternativa para meu trabalho foi “criar” a “minha” Vila e o “meu” Termo de São João del-Rei, ou seja, estabelecer critérios para que a documentação fosse selecionada e analisada. Para “criar” este espaço geográfico de análise, considerei os distritos que pertenciam ao Termo de São João del-Rei, seguindo de perto a relação

---

<sup>47</sup> Id., *ibid*, p. 14.

<sup>48</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 22.

organizada por Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO, que pode ser observada no **Anexo 2**.

Em 1714 foram estabelecidas as comarcas mineiras, em número de três. A Capitania das Minas Gerais dividia-se entre as Comarcas de Vila Rica, da Vila Real do Sabará e do Rio das Mortes. Esse quadro mudou constantemente ao longo do século XIX, durante o qual se deram várias transformações: aumento do número de comarcas, supressões e acréscimos de distritos a este ou aquele termo, mudança de jurisdição de municípios para determinada comarca etc. Para evitar distorções, tomo como recorte geográfico a divisão jurídico-administrativa que delimitava São João del-Rei, ou seja, a sede (Vila) e seus distritos (Termo). As fronteiras alteraram-se ao longo do período e, dessa maneira, tenho observado o aumento e/ou diminuição dos limites do município em foco e, por isso, trabalho com fronteiras que se expandiram e retraíram no transcorrer dos anos. Para entender essas demarcações, segui a documentação e os limites geográficos que a mesma impõe, recorrendo ainda aos estudos de GRAÇA FILHO e Ivan VELLASCO<sup>49</sup>.

A Comarca do Rio das Mortes – à qual pertenciam o Termo e a Vila de São João del-Rei – destacou-se, no cenário das Minas Gerais, desde a segunda metade do século XVIII, primeiramente sob o ponto de vista econômico. Ao lado da exploração do ouro, eram desenvolvidas atividades agrícolas e pastoris para suprir a demanda daqueles que se dedicavam à mineração. No final do XVIII, momento em que as antigas áreas mineradoras buscavam equilibrar-se economicamente, passando por dificuldades com o fim do *boom* da extração aurífera, a referida região já se encontrava “alicerçada”, produzindo gêneros alimentícios e buscando novos mercados para escoar esses produtos. No século XIX havia, além do comércio de alimentos, a produção e mercantilização de produtos, tais como o tabaco – especialidade de Baependi – e o algodão, muito cultivado no Norte de Minas e exportado para outras províncias através dos caminhos que cortavam a comarca em questão<sup>50</sup>. A Vila de São João del-Rei era a sede administrativa da Comarca do Rio das Mortes e um meio urbano bastante ativo, se tomarmos o urbano conforme as características da época, ou seja, como locais marcados pela presença do Estado, que possuíam atividades econômicas, administrativas e uma estrutura social mais diversificada, composta de comerciantes, oficiais de ofícios

---

<sup>49</sup> Id., *ibid*, 2002. VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século XIX*. Bauru: EDUSC, 2004.

<sup>50</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

mecânicos, representantes do Estado etc., embora essa estrutura fosse permeada pelas atividades do mundo agrícola.

A povoação de onde se originou a cidade de São João del-Rei foi iniciada com a exploração do ouro, e seu primeiro núcleo habitacional denominava-se Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar ou Arraial do Rio das Mortes (1704). Em 1713, essa povoação inicial foi elevada à categoria de Vila, recebendo então o nome de Vila de São João del-Rei, em homenagem a D. João V, rei de Portugal na época. Caracterizava-se por sua posição geográfica privilegiada, dada a sua proximidade com o Rio de Janeiro e por ser entrecortada por importantes estradas, o que favorecia o comércio. A partir do século XIX, a praça comercial de São João del-Rei exerceu a função de entreposto, pois era um dos principais centros de exportação dos produtos mineiros e de redistribuição das mercadorias trazidas da Corte, além de um grande centro financeiro. Somente em meados da segunda metade do século XIX, o dinamismo econômico gerado pela produção de gêneros de primeira necessidade perdeu seu dinamismo<sup>51</sup>. São João del-Rei possuía, ainda, a partir da Independência, uma vida política e cultural intensa, pois nela funcionavam várias associações, como a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* e instituições musicais. Contava, ainda, com uma Biblioteca Pública e uma imprensa periódica bastante significativa no cenário brasileiro dos oitocentos<sup>52</sup>. Uma região com tamanha importância cultural, econômica e política gerou uma grande quantidade de documentos, que se encontram organizados e à disposição dos pesquisadores, os quais raramente têm se voltado para a História da Cultura Escrita.

Esta pesquisa alia a metodologia quantitativa à qualitativa, pois penso que o trabalho quantitativo permite a superação do horizonte impressionista. Mas a integração de estudos de caso a essa primeira forma de abordagem das fontes é fundamental, na medida em que refina a análise. Para que se produza uma História da disseminação e dos usos da cultura escrita, é imprescindível fazer uma reconstrução das práticas culturais de forma não monolítica, utilizando-se de uma multiplicidade de fontes e do mapeamento das várias possibilidades de acesso/uso da cultura escrita. É muito difícil, em períodos pré-estatísticos, encontrar fontes seriais que permitam a avaliação das

---

<sup>51</sup> GRAÇA FILHO, 2002.

<sup>52</sup> SILVA, Wlamir. *Liberals e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. MORAIS, Christianni Cardoso. *“Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria”*: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

capacidades de *letramento* das populações. Essa dificuldade pode ser uma das possíveis explicações para o pouco interesse dos pesquisadores brasileiros para o recorte cronológico desta tese. Os dados em que esta se fundamenta têm sido coletados de maneira indireta, uma vez que as fontes utilizadas não foram explicitamente constituídas para a finalidade que ora lhes atribuo. Um documento que permite ajuizar sobre a questão da utilização da palavra escrita é o testamento, pois traz informações sobre a capacidade de assinatura de seu titular (o testador) e de pessoas indicadas para realizar as disposições deixadas (os testamentários).

De acordo com Justino MAGALHÃES, desde final da Idade Média

o testamento vulgarizou-se entre os detentores de bens fundiários e de bens móveis, por duas ordens de razões fundamentais: uma de caráter defensivo perante as prerrogativas eclesiais à morte dos fiéis, cujos bens eram submetidos a uma avaliação a fim de estipular quanto era devido a ‘bens de alma’; um outro conjunto de fatores prende-se com a partilha dos bens entre os diversos filhos. No século XVIII, o testamento vulgarizou-se, centrando-se em questões econômicas do foro familiar e social e não apenas em questões de foro religioso<sup>53</sup>.

Os testamentos foram utilizados, pela produção historiográfica brasileira, como o documento principal para se ter acesso às crenças e manifestações de religiosidade dos que viveram em tempos passados, conforme Carlos BACELLAR<sup>54</sup>. Eduardo França PAIVA os utilizou como fontes que lhes permitiram entender o cotidiano e as estratégias de resistência de escravos e forros que habitaram as Minas Gerais no século XVIII, mais especificamente a Comarca do Rio das Velhas<sup>55</sup>. Cláudia RODRIGUES utilizou os testamentos para analisar o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX<sup>56</sup>.

Os testamentos, no que se refere à sua produção, possuíam diferentes formas. Poderiam ser redigidos pelos próprios testadores e lacrados, sendo abertos somente após seu falecimento (estes eram denominados testamentos “místicos”). Os testamentos “nuncupativos” eram ditados a outrem ou redigidos pelo testador na presença de testemunhas e do tabelião público. Eram, em sua maioria, ditados a alguém de confiança

---

<sup>53</sup> MAGALHÃES, 1994. p. 160-161.

<sup>54</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 36.

<sup>55</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

<sup>56</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



e depois registrados em cartório, em um códice apropriado<sup>57</sup>. Dessa maneira, tais fontes transitam entre o oral e o escrito, o que confere à sua estrutura uma dialética que produz, como resultado final, um documento híbrido. A questão das diferenças e da inter-relação entre a oralidade e a escrita é importante para este estudo, uma vez que a linguagem escrita

não é apenas um meio de organização das experiências do real e da sua comunicação, ela é também uma forma de apropriação desta mesma realidade. Não se trata de uma interação com a realidade mas sim de uma reinvenção dessa mesma realidade. Uma ‘recriação’ da realidade em que intervêm fatores psicológicos, fatores sociais e fatores cultura<sup>58</sup>.

Assim, a escrita das experiências vividas ao se elaborar um testamento não é uma simples transcrição da fala, mas principalmente um momento de organização do pensamento e daquilo que é relatado. Os testamentos trazem as últimas determinações dos sujeitos, sua naturalidade, filiação, os nomes dos cônjuges e filhos. Raramente informam a data de nascimento ou a idade dos testadores. Mas as informações mais importantes para este estudo são as aquelas que se referem às capacidades de assinatura e indícios da utilização da palavra escrita pelos testadores e, em muitas vezes, também pelos testamenteiros.

Os testamentos produzidos entre 1750 e 1850 na Vila e Termo de São João del-Rei compõem, em conjunto, as fontes privilegiadas dos *Capítulos IV e V* desta tese. Esses documentos encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Escritório Técnico 2 de São João del-Rei – IPHAN. O arquivo possui 2.715 testamentos, com datas que variam de 1730 a 1937. Limitei a pesquisa aos anos que vão de 1750 a 1850, período em que se situam os registros, em sua maioria. Isso facilita a construção de séries completas de documentos. Inicialmente, pensei em comparar os índices de *letramento* da Vila de São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes) com a de São João del-Rei, mas, na documentação produzida naquela vila, os códices contendo os traslados da totalidade de testamentos se encontram muito incompletos, o que impede a comparação das populações que procederam ao ato da testamentaria, uma vez que há séries completas na documentação de São João del-Rei.

---

<sup>57</sup> Outros trabalhos em que os testamentos foram utilizados: MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983; OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988.

<sup>58</sup> MAGALHÃES, 1994. p. 47.

A primeira etapa da pesquisa foi a identificação de todos os testadores que residiram na Vila e Termo de São João del-Rei. Esses dados encontram-se nos códices que possuem a transcrição de todos os testamentos registrados na região em estudo. Os dados trazidos por essas cópias de testamentos foram indexados em banco de dados<sup>59</sup>. A quantificação do número de testamentos transcritos nos códices foi importante para que se estabelecesse uma idéia da representatividade dos testadores quando comparados a estudos demográficos sobre a Vila e Termo de São João, como o de Silvia Maria Jardim BRÜGGER<sup>60</sup>. Apesar de não cobrirem todo o período selecionado para a pesquisa e de não possuírem as assinaturas originais, os códices em que os testamentos foram transcritos servem de baliza para que se entenda qual a representatividade do universo de testamentos originais. Há, para o recorte geográfico delimitado, 60 códices que correspondem ao período de 1759 a 1848, e neles foram transcritos 1.093 testamentos de pessoas que moravam na Vila ou Termo de São João del-Rei (411 de mulheres e 682 de homens – respectivamente 37,6% e 62,4%). O quadro abaixo demonstra quantos testamentos foram registrados ao longo dos períodos cobertos por 48 dos 60 códices existentes no arquivo<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup>O banco de dados sobre as cópias de testamentos possui os seguintes campos: número e data do códice; nome, naturalidade, moradia e ocupação do testador; nome e ocupação do testamenteiro; data do testamento; informações sobre as capacidades de *letramento* do testador: se assina, não sabe, não pôde assinar, fez sinal, leu o testamento, ouviu ler e/ou escreveu o próprio testamento.

<sup>60</sup> BRÜGGER, Silvia M.<sup>a</sup> Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

<sup>61</sup> Devido ao fato de o arquivo estar em processo de reorganização após sua mudança de prédio, os livros de números 04, 20 e 48 (2º livro) não foram localizados, apesar de este último constar em uma relação feita por antigos funcionários do Arquivo.

<b>Tabela 1</b>				
<b>Testamentos de moradores da Vila e Termo de São João del-Rei transcritos em códices</b>				
<b>Nº do Códice</b>	<b>Período</b>	<b>Mulheres/SJDR</b>	<b>Homens/SJDR</b>	<b>Quantidade de testamentos</b>
01	1765-1789	01	06	130
02	1776-1779	07	24	137
03	1779-1780	02	16	71
04	1781-1782	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
05	1782-1783	06	17	72
06	1785-1787	04	16	88
07	1787-1789	10	30	192
08	1789-1791	06	20	108
09	1790-1793	01	17	76
10	1792-1794	14	25	172
11	1794-1795	00	07	59
12	1794-1796	09	13	90
13	1796-1798	07	20	153
14	1801-1805	08	43	189
15	1805-1807	05	15	93
16	1807-1808	07	28	121
17	1808-1810	11	18	129
18	1811-1813	14	19	123
19	1813-1815	01	04	74
20	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
21	1815-1816	02	00	42
22	18195-1817	49	32	70
23	1816-1821	19	22	53
24	1815-1820	00	03	42
25	1816-1817	01	02	87
26	1817-1818	02	01	77
27	1819-1820	01	02	46
28	1819-1821	03	04	51
29	1821-1822	01	00	45
30	1822-1823	02	10	15
31	1824-1825	00	00	20
32	1824-1826	13	21	45
33	1825-1826	01	01	82
34	1826-1828	03	03	102
35	1829-1830	00	02	43
36	1821-1822	14	21	56
37	1822-1823	01	02	57
38	1823-1824	00	00	44
39	1823-1824	12	19	41
40	1827-1828	13	30	62
41	1828	00	00	81
42	1829	01	02	42
43	1810-1811	06	11	92
44	1820-1821	01	02	55
45	1823	00	01	14
46	1823-1825	02	02	83
47	1824	00	00	08
48 (1º livro)	1828-1829	00	01	56

... Continuação da Tabela 1.

48 (2º livro)	1828-1830	13 (não encontrado)	10 (não encontrado)	36 (não encontrado)
49	1830-1831	01	00	34
50	1830-1831	15	17	45
51	1831-1832	01	01	37
52	1831-1834	20	32	71
53	1832-1833	00	02	30
54	1833-1834	07	03	44
55	1834-1837	27	22	57
56	1837-1839	17	16	39
57	1832	01	01	34
58	1841-1842	19	14	44
59	1843-1845	17	11	37
60	1845-1848	13	21	39
<b>TOTAL</b>		411	682	4.135
<b>Fontes:</b> Códices de traslados de testamentos, AHET2/IPHAN/SJDR: 1759-1848.				

Conforme a tabela acima, elaborada a partir de listagens feitas por funcionários do arquivo, foram registrados nos códices de testamentos 4.135 documentos. O banco de dados baseado nos livros de testamentos e construído durante esta pesquisa contava, inicialmente, com 1.039 testamentos. Mas cinco documentos, apesar de terem sido feitos a rogo de moradores do local em estudo, foram excluídos por apresentarem imprecisões em dados importantes à pesquisa<sup>62</sup>. Restaram 1.034 testamentos, dos quais 23 foram transcritos no livro 48/2º, ao qual não tive acesso, os quais também foram excluídos na última versão do banco de dados, restando, finalmente, **1.011** registros, dos quais 657 feitos por homens (65%) e 354 por mulheres (35%)<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> É o caso dos testamentos a seguir: Padre Manoel Afonso, natural da Freguesia de Santo Estevão de Vilar, Bispado de Braga, morador no Arraial de Lavras, Termo da Vila de São João del Rei, livro 5, folha 5, excluído porque faltam as folhas 07 e 08 do livro, sendo assim impossível saber se assina ou e tampouco a data do testamento; Capitão Antônio José Teixeira, natural da Freguesia de São Romão de [...], Termo da Vila de Guimarães, Bispado de Braga, morador na Vila de São João del-Rei, testamento de 1807, livro 16, folha 108, excluído por não constar informação sobre assinatura, apenas: "e por estar conforme minha ultima vontade dou este meu testamento por acabado"; Gregório Soares Araújo, natural da Freguesia de São Martinho de Travassos, Bispado de Braga, morador na Fazenda Fundão, Aplicação de Nossa Senhora da Piedade, Termo da Vila de São João del-Rei, livro 9, folha 243, excluído por estar com parte da data ilegível: 179[...]; Padre Cipriano José da Costa, natural da Freguesia de Prados, morador na Vila de São João del-Rei, livro 12, folha 50v, excluído por estar com parte da data ilegível: 17[...]; José Soares de Oliveira, natural do Capão Redondo, Freguesia da Vila de São José, Bispado de Mariana, morador na Paragem Saco das Araras, livro 16, folha 9v, Termo da Vila de São João del-Rei, livro 16, folha 9v, excluído por estar com data completamente ilegível.

<sup>63</sup> Entre estes 1.011 há que se fazer duas observações: O testador Salvador Jorge Bueno, natural da Freguesia de Santana de Lavras do Funil e morador na Fazenda Pinheiro, Freguesia de Santana das Lavras do Funil, Termo da Vila de São João del-Rei, testamento de 1805, livro 17, folha 179, foi mantido neste banco de dados como *não pôde assinar*, com a ressalva de que finaliza o testamento com uma cruz

Outra etapa da pesquisa foi a análise e coleta de todos os testamentos originais que atenderam aos pré-requisitos estipulados, fase durante a qual tive que tomar o cuidado de fotografar, com câmera digital, as assinaturas ou sinais-assinaturas dos testadores. Consultando os bancos de dados do arquivo em questão, verifiquei que há 2.715 testamentos originais com datas que variam de 1730 a 1937. Foram selecionados 1.612 testamentos registrados em São João del-Rei no período definido para a tese. No início da pesquisa, constatei que nem todos os que registravam documentos na localidade selecionada residiam de fato na mesma. Além disso, ao construir os bancos de dados, os funcionários do arquivo tomaram como data a ser registrada a do fim de todo processo da testamentaria, que pode variar entre dois a dez anos, sendo que as datas que interessam para o presente estudo são aquelas em que foram lavrados e assinados os testamentos<sup>64</sup>. Dessa forma, todos os locais de moradia dos testadores e as datas dos documentos foram conferidos para, em seguida, suas informações terem sido indexadas em banco de dados. Essas questões dificultaram sobremaneira o andamento da pesquisa, pois todos os testamentos originais foram lidos, um a um<sup>65</sup>. Ao final da pesquisa, foram indexados **787** testamentos originais que atendem aos critérios da estipulados inicialmente: terem sido registrados entre 1750-1850 por pessoas que habitavam a Vila ou Termo de São João del-Rei. Dessa maneira, a partir do universo de

---

afirmando que "porque me axo gravemente infermo [...] que me deo principalmente no braço direito e mão direita assigno o testamento com huma cruz por de todo não poder fazer o meu nome."O testamento de Teodora Rodrigues da Silva, natural da Freguesia de São João del-Rei, moradora no Sítio das Goiabeiras, Curato de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, Freguesia de São Miguel do Cajuru, Termo da Vila de São João del-Rei, datado de 1834, foi registrado duas vezes por erro do escrivão do cartório, uma no livro 54, folha 92v e outra no livro 55, folha 64. Mantive apenas uma entrada para esta testadora.

<sup>64</sup> Ao fazer referência aos testamentos, estabeleci a seguinte metodologia: indiquei, para todos os casos, a data em que foi escrito e assinado o testamento original, a data do fim do processo da testamentaria e o número da caixa em que cada documento pode ser encontrado (estes últimos dados são fundamentais para que os funcionários do Arquivo possam localizar a documentação). No decorrer da tese, a data da assinatura de cada testamento pode ser encontrada de duas maneiras: no corpo do texto ou em nota de rodapé, conforme o exemplo: João da Silva Abreu, 1789 (1791, cx. 01). Neste caso, o ano entre parênteses indica o fim do processo da testamentaria.

<sup>65</sup> Os "traslados" de testamentos que, por serem cópias, não trazem as assinaturas originais e os que se encontravam com datas ou assinaturas ilegíveis, na maioria dos casos por má conservação do suporte do documento, o que impossibilitou a identificação da data ou da assinatura deixaram de ser incluídos no banco de dados. Três casos foram excluídos pelo fato de dois não possuírem a identificação da moradia dos testadores e um, pelo testador afirmar que não era morador na Vila de São João del-Rei, mas estar de passagem na localidade e, encontrando-se enfermo, decidir deixar registrada sua última vontade antes que fosse surpreendido pela morte. Testamentos com dados ilegíveis ou com folhas rasgadas: AHET2/IPHAN/SJDR: Pe. José Santos Coelho (cx. 25, 1795); Ana Silvéria Conceição (cx. 27, 1847); Sebastião José Esteves (cx. 44, 1799); Francisca Vieira Souza Ferraz (cx. 46, 1792); Francisco Homem Costa (cx. 32, 1818). Testamentos sem identificação de moradia: Davi Vieira Machado (cx. 76, 1794); Josefa Machado (cx. 76, 1823). Testador que afirma não ser residente na Vila ou Termo de São João del-Rei: Pedro Aires Costa (cx. 35, 1817).

1.011 testamentos registrados em códices (datados de 1759 a 1848) e de 787 originais (registrados entre 1752-1850), procedi à análise do perfil dos testadores-assinantes e à elaboração de uma “arqueologia” dos modos como os titulares desses documentos se utilizaram da palavra escrita, o que pode ser visto nos *Capítulos IV e V* desta tese. Os testamentos originais correspondem, em números relativos, a 77,8% do total de testamentos registrados nos códices referentes à região de São João del-Rei.

A partir da identificação dos testamentos que cumpriam os dois requisitos básicos da pesquisa, busquei no mesmo arquivo os inventários dos testamenteiros indexados no banco de dados, para melhor compor seu perfil sócio-econômico<sup>66</sup>. Há, no mesmo arquivo em que se encontram os testamentos, 9.156 inventários *post mortem*, produzidos entre 1715 e 1927. Foram selecionados, aleatoriamente, 205 inventários de testamenteiros que já se encontravam no banco de dados referente aos testamentos originais. Acerca da especificidade desta fonte, conforme Luiz Carlos VILLALTA, fazer inventário no século XVIII, “em consonância com as *Ordenações Filipinas* (1603), era uma obrigação apenas para os que tinham herdeiros menores de 25 anos”. Mas essa situação foi alterada a partir de 1809,

quando, após a chegada do Príncipe Regente, em razão das necessidades de se reunir fundos para sustentar a Corte do Rio de Janeiro, a Coroa instituiu o imposto do selo do papel e a décima das heranças, sem cujo pagamento nenhum herdeiro ou legatário poderia receber o que lhe cabia do espólio de algum falecido. De qualquer forma, mesmo depois de 1809, os inventários referem-se a um universo de indivíduos bastante limitado: os que possuíam bens para legar, os inventariados<sup>67</sup>.

Tais documentos têm sido utilizados pelos historiadores para identificar as características socioeconômicas das populações estudadas. Também os utilizei com esse fim, extraíndo, dessa documentação, dados referentes às profissões de seus titulares, às condições materiais e, ainda, examinando se há assinaturas ou escritos feitos pelos

---

<sup>66</sup> O banco de dados, formado a partir de testamentos originais e inventários, possui os seguintes campos referentes aos testadores: nome, sexo, cor, condição, estado civil, naturalidade, moradia, filiação, se estava enfermo; os nomes de cônjuges e filhos; pertencimento a irmandades; missas que mandou rezar; a posse de bens móveis, imóveis e de escravos; as dívidas; monte-mor e monte líquido; se possuía algum livro ou documentos manuscritos; informações sobre as capacidades de *letramento*: se assina, não sabe, não pôde assinar, fez sinal, leu o testamento, ouviu ler e/ou escreveu o próprio testamento. Constam também o nome e a ocupação de quem escreveu o testamento. Sobre testamenteiros e inventariantes: nome, sexo, ocupação e grau de parentesco; as mesmas informações sobre assinaturas. Dados dos documentos: ano de registro dos testamentos originais, dos processos de testamentaria e dos inventários e suas localizações no arquivo.

<sup>67</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 283.

mesmos, a posse de títulos ou patentes etc. Procurei também indícios da posse de bibliotecas particulares. No que se refere à caracterização dos leitores, advirto, os inventários são fontes bastante limitadas<sup>68</sup>. O aparecimento da posse de livros nesse tipo de fonte não é muito comum, o que não quer dizer que os inventariados não liam. Os livros poderiam ser tomados de empréstimo ou outras formas de escrito eram utilizadas e não inventariadas, como os periódicos, folhetos ou ainda cópias manuscritas de outros textos, que circulavam entre aquela população, mas geralmente não eram relacionados por seu baixo valor monetário. Nem sempre era através do livro impresso que uma pessoa se mantinha em contato com o mundo da leitura (nesse sentido, a análise das assinaturas pode suprir, em parte, a carência desses detalhes). Além disso, aquele que tinha por obrigação descrever uma biblioteca particular ao inventariar os bens, em muitos casos não o fazia de maneira minuciosa. Portanto, muitos livros não eram descritos ou, quando o eram, seus títulos por vezes estão incompletos, os nomes dos autores escritos de forma incorreta, não se mencionam o idioma em que o livro foi publicado e muito menos as datas, locais de publicação e editoras. Todas essas lacunas dificultam a identificação dos livros ali registrados. Algumas vezes o estado de conservação, o formato do livro e o número de tomos de determinadas coleções são informados. Como esses registros mais minuciosos são raros, não se pode dizer que esse tipo de fonte possibilite um estudo do livro como objeto, ou seja, que permita avaliar de que material era produzido, o aspecto da encadernação etc. Uma vez confirmada a posse de livros, faz-se importante tentar perceber qual a relação de seus donos com os mesmos, como, por exemplo, a correlação entre a profissão do proprietário e os temas dos livros, o que indica, muitas vezes, uma relação profissional com a cultura escrita. E ainda se foram deixados em testamento para alguma pessoa em especial, se alguma recomendação foi feita, qual a condição de uso dos mesmos. Com a ajuda de repertórios especializados, às vezes é possível identificar os títulos dos livros, apesar de ser esse um trabalho moroso, dificultado pelo fato de muitos títulos terem sido descritos

---

<sup>68</sup> No que diz respeito à utilização de inventários para a História Econômica, da Família e da Escravidão cf.: BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79. Sobre a localização de livros nessas fontes, ver os trabalhos de ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999; e, ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

incorretamente ou de maneira incompleta pelos avaliadores. A identificação e a “classificação” dos livros permitem que se delineie e se faça uma comparação do gosto literário dos proprietários, os assuntos e idiomas mais presentes, os autores mais recorrentes etc.<sup>69</sup>. Por fim, entre os 205 inventários pesquisados, foram encontradas bibliotecas particulares em apenas 18 documentos. Mesmo estando de posse destes dados, a pesquisa esbarra em outro limite imposto pelos inventários *post mortem*: o fato de não se poder afirmar, através das listas de livros em inventários, que seus proprietários os tenham lido<sup>70</sup>. Os inventários não nos dizem acerca da constituição de uma biblioteca particular ao longo da vida de seu proprietário. Trazem, sim, como que uma “fotografia” do momento em que os bens foram avaliados, quando um sujeito é tomado isoladamente. Mas quando o pesquisador reconstitui as famílias e consegue, através dos inventários de pais, filhos e netos, acompanhar a aquisição ou dispersão dos livros, a pesquisa se torna capaz de avaliar, pelo menos em parte, se esse patrimônio cultural circulou entre gerações diferentes dentro de uma mesma família. Através dos inventários, pode-se saber quem possuía qual livro e em que momento histórico e, provavelmente, quem lia o quê e em que período, mas não como se lia, ou como essa leitura era apropriada. Dessa maneira, como André BELO, considero que o pesquisador da História da Leitura tem que se conformar com a idéia de que essa prática “é um objeto de estudo que escapa sempre um pouco ao historiador que a quer agarrar”<sup>71</sup>.

Os inventários *post mortem* possuem ainda indícios sobre a criação dos filhos dos inventariados. Quando as crianças menores de idade ficavam órfãs e herdavam algum patrimônio, havia a obrigatoriedade de se instituir, legalmente, um tutor que cuidasse de seus bens e de sua educação – conforme as *Ordenações Filipinas*. Em muitos casos, as mães eram eleitas tutoras dos filhos menores e prestavam contas, em juízo, dos gastos e decisões tomados com a educação dos órfãos em documentação anexada ao fim do inventário, o que compunha as chamadas “prestações de contas de tutelas”. As prestações de contas das tutelas permitem que sejam identificados os modelos de educação pretendidos para os diferentes grupos sociais e, ainda, as estratégias familiares para apropriação ou manutenção da cultura escrita ao longo das

---

<sup>69</sup> Os mesmos cuidados tomados com a classificação das assinaturas serão tomados com a classificação dos livros encontrados em inventários.

<sup>70</sup> Interessantes críticas sobre os trabalhos que se utilizam das listas de obras encontradas em inventários para estudar a posse privada dos livros podem ser encontradas em BELO, 2002.

<sup>71</sup> Id., *ibid.*, p. 54.



gerações<sup>72</sup>. Foram examinados oito grupos de órfãos a partir destas prestações de contas anexadas ao fim dos inventários, também escolhidos de modo aleatório, no *Capítulo III* da tese.

Como disse anteriormente, um dos maiores problemas enfrentados pelos pesquisadores que buscam entender a posse, os usos e as atribuições sociais da palavra escrita em períodos como o que privilegia é a falta de fontes seriais que possibilitem a avaliação direta das capacidades de *letramento* dos agentes históricos. Por essa razão, as assinaturas podem ser elevadas ao estatuto de objeto de estudo, uma vez que possuem valor histórico, conforme demonstrou MAGALHÃES ao utilizar “como recurso e por via indireta a capacidade para assinar o próprio nome, como elemento de informação, relativamente à capacidade alfabética”<sup>73</sup>. Conforme aponta o historiador, as assinaturas podem ser qualificadas com o auxílio de uma escala e, quando relacionadas a outras variáveis, podem se tornar um importante indicador dos graus de *letramento* de grupos que viveram em períodos anteriores aos processos de massificação da escolarização ocorridos no Ocidente.

Durante muito tempo, as pesquisas feitas com base nas assinaturas separavam os assinantes dos não-assinantes e identificavam aqueles como alfabetizados. Mas é importante considerar que as taxas de assinaturas não nos permitem medir com exatidão a população que somente lê, pois, no período em tela, a aprendizagem da leitura e a da escrita se davam em dois momentos distintos e sucessivos, conforme dito anteriormente. A partir do que se sabe a respeito dos tempos dissociados de aprendizado da leitura e da escrita, deve-se ter em mente que os índices de assinaturas sempre subestimam o número daqueles que se encontravam reduzidos ao papel de leitores e, portanto, não deixaram rastros de seus graus de *letramento*.

Com relação à análise das assinaturas, atualmente admite-se que, mesmo entre os que são capazes de assinar, há habilidades *literácitas* distintas. Assim, na presente pesquisa, parto do pressuposto de que é possível definir níveis diferentes de capacidade de *letramento*, conforme VIÑAO FRAGO, que afirma que “é possível também estabelecer diversos níveis no domínio e uso da leitura e escrita e estabelecer critérios

---

<sup>72</sup> Há no AHET2/IPHAN/SJDR séries completas de prestações de tutela originais de muitos órfãos, contendo detalhes sobre os gastos com a educação dos mesmos, mas para períodos posteriores a 1850. Para o recorte temporal estabelecido nesta tese, há 4 documentos. Dessa forma, limitarei a pesquisa às prestações transcritas ao fim dos processos de inventário. Há também Livros de Tutoria, os quais possuem dados referentes à entrada e saída de cifras na conta dos órfãos. Não discriminam com o quê o dinheiro foi gasto e, dessa maneira, penso que não trazem contribuição à presente pesquisa.

<sup>73</sup> MAGALHÃES, 1994. p. 311.

para sua medição”<sup>74</sup>. Para medir o grau de *letrismo* dos assinantes e se fixar níveis diferenciados de *letramento*, a maneira mais usual é lançar mão de escalas de assinaturas. A partir da constatação de que os indivíduos estudados assinam e da coleta de suas assinaturas originais, passa-se à análise de seus traços com a ajuda de uma “escala de assinaturas”, que pode ser convertida em “escala de *letrismo*”<sup>75</sup>. Antonio VIÑAO FRAGO refere-se à escala produzida por L. STONE, em 1969, a qual possui 05 graus de *literacy* e que foi formulada a partir da correspondência entre as os graus de *letramento* e as características culturais das classes sociais analisadas, conforme o quadro que se segue.

Quadro 1		
Escala de <i>literacy</i> e classes sociais		
Níveis	Escala de <i>literacy</i>	Classes sociais
5	Que se obtém nas Universidades e escolas de Advocacia.	Característica das elites culturais.
4	Educação humanístico-clássica.	Prepara para a Universidade e as posições de elite.
3	Educação secundária de tipo comercial, contábil etc.	Prepara para as categorias profissionais baixas e para o mundo dos negócios.
2	Uma aprendizagem mais intensa e extensa da leitura, da escrita e do cálculo.	Classes médias baixas.
1	Pode-se ler algo e assinar.	O máximo a que podiam aspirar as classes inferiores.
<i>Fonte: STONE apud VIÑAO FRAGO, 1993, p. 62, nota n. 44.</i>		

Outra escala, proposta por E. Le Roy Ladurie, em 1975, foi criada para analisar a sociedade de Montaignou, entre 1294 e 1324, trazendo as seguintes classificações:

<sup>74</sup> VIÑAO FRAGO, 1993. p. 41.

<sup>75</sup> Não posso deixar de mencionar que, “sem dúvida, todo sistema de classificação arrisca-se a deformar as coisas, já que na escolha das categorias é impossível evitar o arbítrio” (DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Schuarcz, 1992.. p. 156). Para ser coerente com a noção de *apropriação* anteriormente apresentada, a palavra *arbítrio* não é tomada aqui como uma “*liberdade metafísica*”, mas como a propensão do pesquisador a gerar determinada classificação do mundo que, por sua vez, resulta da exposição continuada a práticas específicas de certos grupos sociais. Portanto, cabe ao “cientista-classificador” explicitar a perspectiva a partir da qual é feita sua classificação e situá-la em relação a outras existentes no campo de que faz parte.

Quadro 2		
Escala de capacidades <i>literácitas</i> e posições sociais		
Níveis	Capacidades <i>literácitas</i>	Posições sociais
4	Elite carismática.	Elite letrada.
3	Elite não investida de um carisma específico.	Elite letrada vagamente latinista.
2	Capazes de ler em língua vulgar.	Laicos cultos.
1	Analfabetos.	Laicos pobres.
<i>Fonte: LE ROY LADURIE apud VIÑAO FRAGO, 1993, p. 62.</i>		

Há, ainda, uma “classificação binária” utilizada por Rita MARQUILHAS para analisar índices de literacia em Portugal no século XVI, segundo a qual dividiu-se a população estudada em:

- 1 – assinatura alfabética, hábil ou inábil;
- 2 – assinatura não alfabética (cruz ou outro sinal, normalmente remissivo de uma profissão e delegação na capacidade do notário para assinar<sup>76</sup>).

No presente estudo, pretendo utilizar a escala de assinaturas proposta por Justino MAGALHÃES, pois essa é a que permite possibilidades de análises mais refinadas. Além disso, nossa tradição de escrita está intimamente ligada à portuguesa, uma vez que foram os lusitanos que trouxeram de além-mar a palavra escrita para seus territórios no Novo Continente. Outro fator relevante para a escolha dessa escala é o fato do autor analisar o mesmo período selecionado para este estudo de doutorado. A escala de MAGALHÃES foi empregada por Maria do Céu ALVES para analisar assinaturas produzidas na região de Mafra, em Portugal<sup>77</sup>. O uso da mesma escala para os assinantes de São João del-Rei facilitou a comparação com esse outro estudo sobre *letramento*. Para estabelecer níveis de *literacia* ou *letramento* para a região açoriana e no Norte de Portugal, MAGALHÃES montou suas séries de dados a partir das assinaturas encontradas em fontes paroquiais, estabelecendo uma escala com cinco níveis, quais sejam:

<sup>76</sup> MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 140.

<sup>77</sup> ALVES, 2003.

Quadro 3		
Escala de assinaturas e de níveis de leitura e escrita		
Níveis	Escala de assinaturas	Níveis de leitura e escrita
5	Assinatura pessoalizada; criativa.	Lê e escreve bem ou uma formação acadêmica equivalente.
4	Assinatura caligráfica; estilizada.	Lê e escreve sofrivelmente, escreve.
3	Assinatura normalizada; completa (podendo ser abreviada).	Apenas lê e escreve, escreve sofrivelmente, escreve, lê e escreve alguma coisa.
2	Assinatura imperfeita; rudimentar; de “mão guiada”.	Apenas lê e escreve mal, apenas lê e escreve o nome, apenas lê, apenas escreve ou faz o nome.
1	Não assinatura (siglas, sinais-assinaturas).	Não sabe ler nem escrever.

*Fonte:* MAGALHÃES, 1994, p. 317-319.

O referido pesquisador formulou ainda uma *escala de literacia* correspondente a cada um desses níveis, levando em consideração fatores internos, como o conhecimento da “cultura gráfica” (a caligrafia dominante do período pesquisado) e fatores externos, como as profissões, posição sócio-econômica, ocupação de cargos administrativos ou obtenção de patentes militares, as circunstâncias históricas, os contextos de iniciação à escrita e de reforço. À escala de assinaturas, aliou as de funções profissionais, administrativas e jurídicas, estabelecendo, a partir da consideração dessas demais variáveis, a escala de níveis de leitura e escrita citada acima e uma outra de níveis de alfabetização<sup>78</sup>.

Outras fontes tomadas para esta pesquisa são os 2.297 *processos crime* que existem no Arquivo Técnico e Escritório 2 de São João del-Rei/IPHAN (produzidos entre 1793 e 1807-1900). Em muitos desses documentos, foi registrado se réus e ofendidos sabiam ler e escrever, o que pode ser tomado como indício da relação dos envolvidos nos crimes com o escrito, dados relevantes para a pesquisa. Não se pode ter acesso às assinaturas originais, devido ao fato de o arquivo possuir os “traslados” dos processos. Mas a capacidade de assinar mencionada pelos envolvidos nos processos-crime pode ser tomada como um indicador para que lacunas da pesquisa com testamentos sejam preenchidas. O levantamento de todos os dados dos réus e ofendidos envolvidos nos crimes da Comarca do Rio das Mortes foi feito pelos professores Ivan

<sup>78</sup> MAGALHÃES, 1994. p. 320-333.

VELLASCO *et. al.*, os quais construíram um banco de dados detalhado, que pôde ser facilmente consultado<sup>79</sup>. Estes dados foram utilizados no *Capítulo V* da tese.

A legislação referente à educação no período, fontes já consagradas pelos historiadores da educação, foi analisada sobretudo nos *Capítulos I e II*, mas também no *Capítulo III*. A esse respeito, evitei estabelecer reduções, como, por exemplo, uma visão dicotômica em relação ao Estado *versus* sociedade. Assim, pretendi criar um olhar diferenciado sobre as leis, na medida em que não tomei a legislação de forma isolada. Busquei perceber como os mecanismos legais foram apropriados pelas populações do período estudado em busca da ampliação de seu acesso ao mundo das letras, mesmo que de forma precária. E, ainda, como os representantes do Estado, tanto do período colonial, quanto do Império, procuravam negociar com a população suas demandas por escolarização. Dessa maneira, o cruzamento do estudo da legislação da época com documentos produzidos por outras instâncias responsáveis pela educação escolar permitiu uma aproximação às negociações e apropriações ou ainda rejeições dos projetos estatais de escola. Uma grande quantidade de documentos produzidos pelos variados órgãos oficiais de organização e controle das escolas do período colonial, como a Diretoria Geral dos Estudos, a Real Mesa Censória, a Real Mesa da Comissão Geral para o exame a censura dos livros etc., foram localizados e utilizados com este fim. Para o período posterior à Independência, variados documentos produzidos pela Câmara Municipal de São João del-Rei (acórdãos, correspondências e atas) foram muito reveladores acerca destes temas, que foram tratados tanto no *Capítulo I* quanto no *Capítulo II* desta tese.

A leitura do periódico sanjoanense *O Astro de Minas* (1827-1839) trouxe à tona instigantes notícias e debates sobre o papel da escola na sociedade oitocentista, principalmente no momento da implantação das aulas do ensino mútuo, contexto no qual a construção do Estado-Nação e a importância da escola para tal empreendimento eram assuntos em pauta. *O Astro de Minas* oferecia, aos leitores de seu tempo, importantes debates em torno do primeiro processo centralizador de escolarização vivido nos oitocentos, mas também outras informações sobre o comércio livreiro na Vila de São João del-Rei e, ainda, anúncios sobre aulas particulares e notícias de fugas de escravos (que mencionam, às vezes, a capacidade de ler/escrever). Todas essas

---

<sup>79</sup>Esse banco de dados se encontra disponível na *Internet*, no site <http://www.acervos.ufsj.edu.br>

informações permitiram o melhor entendimento da relação da população em estudo com a cultura escrita e a oferta das aulas particulares<sup>80</sup>.

A partir da documentação pesquisada, pude realizar um estudo mais aprofundado sobre o significado social da escola, os modos como a instituição escolar era demandada, as tensões entre os poderes locais e os projetos centralizadores de educação, do período colonial às primeiras décadas da constituição do Império do Brasil. Em resumo: as fontes me permitiram perceber como um processo mais geral de educação foi vivido em uma região específica das Minas Gerais e, para tanto, a opção metodológica pelos “jogos de escalas” foi fundamental.

A curiosidade fez com que eu me aventurasse e voltasse os olhos para os séculos anteriores. A construção desta tese, nos últimos quatro anos e meio, foi uma aventura, da qual vários colaboradores e leitores participaram. Esta aventura me fez atravessar o Atlântico e, no além-mar, permanecer por alguns meses. Tal travessia, que teve como lastro a saudade, me permitiu um distanciamento fundamental para poder entender melhor a História e a cultura do país onde nasci. E para que esta aventura ganhe significado, convido o leitor a percorrer as páginas que se seguem.

---

<sup>80</sup>A pesquisa foi feita nos microfílmes do referido jornal, que foram adquiridos na Fundação Biblioteca Nacional e se encontram na Biblioteca do *Campus* Dom Bosco, na Universidade Federal de São João del-Rei.

## Capítulo I

### DOS ESPAÇOS RÉGIOS DE APRENDIZAGEM: AS AULAS PÚBLICAS NO PERÍODO COLONIAL

No reinado de D. José I (1750-1777), com o *Alvará Régio de 28 de junho de 1759*, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, dá princípio à *Reforma dos Estudos Menores*. A primeira providência tomada foi a extinção das escolas jesuítas. Até então, os inicianos eram os principais agentes educativos em todo o Reino. Com sua expulsão e o confisco de seus bens, estabeleceu-se uma nova organização pedagógica que se inseria em um projeto político-econômico amplo e centralizador. As práticas pedagógicas jesuíticas passaram a ser expressamente proibidas. O iluminismo josefino pretendia modernizar Portugal, tanto do ponto de vista administrativo, quanto econômico e cultural. Era preciso que Portugal acompanhasse o movimento das “Luzes” e, para tanto, o déspota esclarecido D. José I procurou, com a criação de um gabinete ministerial, intervir em todos os setores do Estado, por meio de uma doutrina regalista<sup>81</sup>.

A reforma dos estudos previa a gratuidade da educação e regulamentava novos métodos de ensino do Latim, Grego, Hebraico e Retórica, conhecimentos ministrados nas *Escolas Menores*<sup>82</sup>. O Alvará de 1759 determinava que o estudo dessas línguas

---

<sup>81</sup> Francisco FALCON considera a perseguição aos jesuítas como uma tentativa do Estado de se afirmar. Pombal pretendia eliminar qualquer forma de oposição ao Estado e, ao mesmo tempo, implementar medidas amplas de modernização administrativa e cultural, visando a fortalecer o poder absoluto. A reforma dos estudos insere-se, neste contexto, como uma dimensão fundamental dessa busca de fortalecimento do Estado (FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*, São Paulo: Ática, 1982). Esta perspectiva é compartilhada por Luiz Carlos VILLALTA, especialmente no capítulo III: “O Reformismo Ilustrado Português”. (VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. p. 135-176). Kenneth MAXWELL afirma que a intenção de Pombal com a expulsão dos jesuítas era restabelecer o controle do Estado Português sobre as colônias e suas riquezas. No período, a rebeldia dos inicianos dificultava a realização de tal projeto, impedindo a implantação dos tratados de demarcação dos limites da América Portuguesa e, desta forma, restou à Companhia de Jesus ser retirada de cena (MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996). Considero a perspectiva de FALCON mais adequada, por melhor explicar as intervenções do Estado Português daquele período. De acordo com os princípios da *doutrina regalista*, implantada por D. José I, “a autoridade do soberano não tinha limites e as barreiras do poder do Estado estavam no próprio Estado. As leis deviam cumprir-se, porque era essa a vontade de D. José, que conduziu à supremacia do poder temporal em relação ao poder espiritual e ao respeito devido ao rei por todos os estratos sociais” (ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997, p. 3).

<sup>82</sup> Guardadas as devidas diferenças, as *Aulas Menores* correspondiam ao que hoje se denomina ensino secundário. Apesar de as aulas de Hebraico terem sido instituídas no Alvará de 1759, esta cadeira nunca funcionou de fato (ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Notas sobre a reforma pombalina dos estudos menores no Brasil. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. p. 99-116).

começasse, preferivelmente, pelo da Gramática Portuguesa. Com o Alvará de 1759, os professores passaram a gozar os privilégios da classe nobre, uma medida que visava a estimular o ingresso no exercício do magistério. Esperava-se que os professores tivessem fidelidade ao Rei e uma boa conduta moral.

Para que este projeto fosse posto em funcionamento, instituiu-se a *Direção Geral dos Estudos*, da qual o primeiro *Diretor de Estudos* foi o Principal D. Tomás de Almeida<sup>83</sup>, ao qual estavam subordinados os professores. O Diretor-Geral era o responsável pelo cumprimento de toda legislação referente ao ensino, pelo regulamento das aulas e pela nomeação de comissários. No Ultramar, os comissários seriam responsáveis por regular, com o auxílio de governadores e bispos, o funcionamento das aulas, a organização de exames para contratações de mestres e deveriam, ainda, prestar relatórios anuais ao Diretor-Geral sobre o estado das escolas. Este, por sua vez, prestava contas da situação geral do ensino ao Rei em seus relatórios anuais.

Os anos que se seguiram à publicação do Alvará de 1759 são considerados como o período do alvorecer da escola pública em Portugal e seus domínios, nas quatro partes do mundo. Todavia, mesmo tendo sido publicada uma regulamentação bastante minuciosa, que criava uma rede escolar pública padronizada, não se deve deixar de considerar que o alvorecer é sempre um momento difícil. A Reforma dos Estudos Menores sofreu, em sua *primeira fase* (compreendida entre os anos de 1759 a 1772), sérias dificuldades de concretização. Esta fase inicial da Reforma dos Estudos se encontra ainda pouco explorada pela historiografia. De acordo com Adriana SILVA, “ainda está por ser feita, para a América portuguesa, a história do processo através do qual, nos treze anos seguintes à legislação de 1759, as aulas e os professores régios foram se constituindo”<sup>84</sup>. Isto ocorre devido à exigüidade das fontes encontradas para o período em arquivos brasileiros. Todavia, muitas foram as adversidades descritas, tanto pelos funcionários do Estado quanto pela primeira geração de mestres que participou deste momento de instituição das aulas públicas. Sobre esse assunto, há informações em arquivos portugueses, especialmente no Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa e na Biblioteca Pública de Évora, muitas delas inéditas. Sem dúvida, os obstáculos

---

Nas aulas de Latim, o método a ser empregado deveria se diferenciar do jesuítico, e novos compêndios para seu ensino foram determinados. Ver também: MACHADO, J. T. Montalvão. *No II Centenário da Instrução Primária*. 1972, p. 87-102.

<sup>83</sup> Era principal Decano da Santa Igreja Patriarcal e sua família mantinha relações políticas com Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (Id., Ibid. p. 103).

<sup>84</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: EDUFPE, 2007, p. 81.



encontrados no momento de implantação das aulas régias eram muitos e, a partir de informações que a documentação setecentista de Portugal oferece, passarei a demonstrar algumas das medidas tomadas durante este processo de implementação da Reforma dos Estudos. Ao utilizar estas fontes, produzidas por diversos sujeitos sociais que se encontravam envolvidos na tarefa de dar estabilidade à Reforma iniciada em 1759, parto do pressuposto de que um sistema educativo “é consequência de um conjunto de reajustamentos inscritos na emergência de situações imprevistas e produzidos por múltiplos atores”<sup>85</sup>.

Para que o projeto centralizador do Ministro Carvalho e Melo fosse efetivamente implantado, a padronização dos conteúdos ensinados era necessária, assim como a edição e controle sobre os livros de uso no ensino. Após o ano de 1759, foi empreendida uma verdadeira caçada a tudo o que se ligasse à tradição intelectual jesuítica. Dentre os objetos que poderiam disseminar as idéias da Companhia de Jesus, estavam os livros. A busca, apreensão e destruição de obras publicadas por padres inicianos e proibidas pelo Alvará de 1759 era uma das atribuições da Diretoria Geral dos Estudos, que deveria ser efetivada por seus comissários em todo o Reino e Ultramar. A falta de funcionários dificultava tal empreitada, mas graças aos esforços de alguns de seus membros, informações importantes sobre a circulação e a posse destes livros proibidos destinados ao ensino puderam chegar aos nossos dias. Em um documento não datado, assinado por José Roberto Vidal da Gama, encontra-se a seguinte lista de livreiros da Corte de Lisboa que negociavam livros proibidos:

Jerônimo Francisco e Araujo Mestre Livreiro e morador ao Moinho de Vento tem os Livros seguintes

- 5 – Primeiras partes da Arte explicada de Madureira
- 2 – Segundas partes = e primeira ortografia do mesmo Autor
- 1 – Cartapacio de Syntaxe do Padre Manoel Alves e
- 3 – de Syllaba
- 4 – de Gêneros de Joaõ Nunes Freire e
- 3 – de Rudimenta do mesmo Autor
- 2 – Promptuarios do Padre Franco

Christovaõ Joze de Azevedo Mestre Livreiro e morador ao Menino Deos tem os Livros seguintes

- 1 – Jogo de Madureira
- 2 – Tomos Truncados do mesmo Autor
- 1 – Promptuario

---

<sup>85</sup> MORAIS, Christianni Cardoso & FERNANDES, Rogério. *Pombalismo sem Pombal*. Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 20-23 de junho de 2008, Porto. <http://web.lettras.up.pt/7clbheporto/> Acesso em: 1º mai. 2009. p. 01.

João Baptista Xenon mercador de Livros que mora ao Paço novo tem os seguintes

- 2 – Cartapacios de Syntaxe de Joaõ Nunes Freire
- 2 – Jogos de Arte explicada de Madureira

Domingos Gonçalves Impressor e morador a São Christovão tem os seguintes

- 8 – Cartapacios de Rudimenta e gêneros de Joaõ Nunes Freire

Francisco Gonçalves Marques Mestre Livreiro e morador na Rua nova tem os seguintes

- 11 – Livros de Artes de Madureira
- 215 – Cartapacios de Gêneros e Rudimenta de Joaõ Nunes Freira
- 2 – Promptuarios de Syntaxe
- 7 – Xarros

Luis de Moraes que contrata em Livros e morador no principio da Rua da Fé tem os seguintes

- 28 – Cartapacios de Gêneros de João Nunes Freire
- 1 – Promptuario

Agostinho Joze Peleja Mestre Livreiro e morador ao Salitre tem os seguintes

- 4 – Artes Portuguezas
- 4 – Promptuarios do Padre Franco
- 4 – Cartapacios de Gêneros dos P<sup>es</sup>
- 6 – de Rudimenta e gêneros de Joaõ Nunes Freire<sup>86</sup>.

Esta é uma fonte que apresenta problemas, como a ausência da data em que foi realizada a averiguação. Ademais, os títulos dos livros se encontram muitas vezes incompletos e sem indicação dos nomes dos autores. Apesar de todos esses empecilhos, tal documento não deve ser desprezado, uma vez que comprova que em Lisboa, na Corte do Reino de Portugal, havia *seis livreiros* que punham à venda nada menos que *318 livros proibidos*. Tal apreensão demonstra as dificuldades da Diretoria Geral dos Estudos em exterminar a cultura letrada difundida pelos jesuítas e evidencia o poder dos livreiros em disseminar a cultura escrita. Outro documento corrobora estas afirmativas, uma relação, na qual o escrivão do seqüestro, Manoel Gomes de Bessa Negrão, indica que foram apreendidas *1.015 exemplares* em Coimbra. Foram encontradas as seguintes obras:

---

<sup>86</sup> *Lista dos Livros Classicos prohibidos pelo Alvará e Instrucções de Estudos que se achão em poder de particulares nesta Corte na forma da Relação que seu o Provedor dos Orphaos e Capelas Joze Roberto Vidal da Gama assignada pelo mesmo Ministro e se lhe remeteo com a Carta Regia para os fazer entregar ao Secretario da Diretoria*, AGAL, Livro 174-1. Tal “livro” não é um códice criado para cópia de documentos, com termo de abertura e encerramento. Constitui-se da reunião de variados documentos avulsos (todos com temas referentes a escolas, públicas ou particulares), produzidos em datas variadas e que foram posteriormente encadernados. Muitos destes documentos não foram datados com precisão, referem-se, de maneira geral, à segunda metade do século XVIII. Não foi estabelecida, ademais, uma numeração das folhas.

Prozodias do Padre Bento Pereyra – 30  
Promptuarios de Sintaxe- 22  
Cartapacios de Sintaxe 35  
Artes do Padre Manoel Álvares – 57  
Artes de Madureira – 5  
Cartapacios de gêneros, e perteritos – 31  
Hum chorro.

E alem deste, havia mais neste Collegio pertencentes ao de Évora, que se venderão por ordem do Dez<sup>or</sup> do Paço Juis da Inconfidência a Luis Seco Ferreira Livreiro desta Cidade, antes da prohibiçaõ; por 335\$: os seguintes

Prozodias do Padre Bento Pereyra – 32  
Artes do Padre Manoel Álvares 228  
Promptuarios de Sintaxe – 24  
Cartapacios de gêneros, e perteritos – 202  
Cartapacios de Sintaxe – 348<sup>87</sup>.

Além deste tipo de relação, foram produzidos relatórios por comissários da Diretoria Geral dos Estudos, contendo pormenores da situação cultural nas diversas possessões portuguesas. Suas informações foram, de maneira resumida, compiladas pelo Diretor Geral dos Estudos, o Principal D. Tomás de Almeida, em seus relatórios anuais encaminhados a D. José I. Em 04 de setembro de 1765, afirmava D. Tomás que “o mais que tenho que pôr na presença de V. Magestade offreço na conta do anno de 1763 e não remeto a Cópia de 1764 porque nessa se me não offreceo de novo o que dizer”. Com relação aos livros proibidos, no período ao qual se refere, o diretor de estudos afirma ter tomado as seguintes providências:

Mandey pelo Reyno fazer busca por cazas de Livreiros, e em o Porto, Coimbra e Santarem foraõ achados muitos Livros dos sobreditos, e foraõ prezos muitos delles; e todos os Livros achados daquella qualidade foraõ queimados às suas portas a horas de dia, que a todos se fizesse bem publico aquelle castigo; e aos donos das Logens obriguey a fazer termo de nunca mais terem semelhantes Livros, sugeitandose às mais severas penas se reincidisse<sup>88</sup>.

Mesmo tendo sido ordenadas buscas pelas casas dos livreiros por D. Tomás, o problema não se encontrava resolvido, uma vez que, segundo o Diretor-Geral, não havia sido nomeado um comissário para o Arcebispado de Braga. D. Tomás possuía a suspeita de que muitos livros proibidos tivessem sido enviados para aquela região, “pela noticia de que Lá se admitem, não porque haja quem favoressa esta dezobediencia, mas por que

---

<sup>87</sup> AGAL: *Rellação dos Livros prohibidos, que em observancia do decreto de S. Mag<sup>de</sup> de 20 de Dezembro próximo passado, se remetem do Collegio da Companhia da Cidade de Coimbra ao Ex<sup>mo</sup> Principal D. Thomas de Almeida director geral dos Estudos do Reyno, e suas Conquistas*, Livro 174-1.

<sup>88</sup> AGAL, Livro 174-1.

não há Commissario que zele a extinção daquela dezordem”. Dessa forma, segundo as suspeitas de D. Tomás, os professores do Arcebispado de Braga continuavam a ensinar por meio dos livros proibidos<sup>89</sup>. A existência de variadas práticas de ocultação de livros proibidos, disseminadas entre os livreiros portugueses, era notória. Entre as principais artimanhas criadas por livreiros de Portugal para ocultar, transportar e negociar livros proibidos, segundo Luiz Carlos VILLALTA, havia a “prática de importar os livros em folha, deixando-os para encadernar em Portugal”. Assim poderiam esconder as páginas das obras proibidas entre as permitidas. A elaboração de listas com os nomes das obras proibidas incompletos também era usada para enganar os censores. Até mesmo a utilização de caixas com fundos falsos era uma das possibilidades criadas pelos livreiros portugueses para burlar a censura<sup>90</sup>. Se a falta de comissários a serviço da Diretoria Geral dos Estudos na região de Braga, Norte de Portugal, lugar tão próximo geograficamente de Lisboa, favorecia a circulação de livros proibidos, o que se passaria em locais mais distantes do poder central, no Ultramar? O próprio D. Tomás indicava que em outras terras a situação poderia ser ainda mais grave, afirmando que “se donde eu, e meus Commissarios tendo neste particular o mayor cuidado, ainda não temos conseguido extinguir esta teima, que será aonde ninguem solecita a sua extinção?”<sup>91</sup>.

Do outro lado do Atlântico, aos 11 dias de Março de 1761, o Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Desembargador João Alberto de Castelo Branco, enviava ao diretor de estudos um relatório sobre o estado das aulas no Distrito do Rio de Janeiro (distrito este composto pelas Capitânicas do Rio, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Goiás)<sup>92</sup>. Acerca dos livros proibidos, afirmava Castelo Branco que o Bispo local havia mandado “desterrar” os mesmos, mas alertava para o fato de haver ainda, em sua jurisdição, práticas temerárias à reforma dos estudos, uma vez que “em dous dos ditos Seminarios estão Mestres aprovados por mim, mas no de N. Senhora da Lapa ensina

---

<sup>89</sup> Esta citação e a precedente, retiradas do relatório de D. Thomaz de Almeida referente ao ano de 1765 (AGAL, Livro 174-1), podem ser encontradas também em IANTT, *Ordens às Reformas dos Estudos*, Livro 417, fl. 83v, com ligeiras modificações, mas mantendo-se o mesmo conteúdo.

<sup>90</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Os livreiros, os ‘livros’ proibidos e as livrarias em Portugal, sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807). 2009, p. 7-8. Texto inédito, cedido gentilmente pelo autor.

<sup>91</sup> AGAL, Livro 174-1.

<sup>92</sup> Este documento foi publicado por ANDRADE, Antônio Banha de. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981. Volume 2. (Documentação). p. 176-177. Foi citado por CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal I: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. E também citado e publicado quase na íntegra por CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 312 (Anexos). Para o presente capítulo, utilizo-me do original encontrado no AGAL, Livro 175.

hum que foi Jesuíta sem aprovação; Como acontece nos [seminários] das Cidades, e Bispados de Mariana e S. Paulo, porem neste não sei os Livros de que se uza”<sup>93</sup>.

Não obstante a posse, comercialização e circulação dos livros dos inacianos, como também a insistente presença de alguns jesuítas que continuavam a se ocupar do ensino da mocidade, outras questões preocupavam D. Tomás. O número insuficiente de funcionários da Diretoria Geral dos Estudos para a execução dos trabalhos era flagrante. O Principal se queixava da “falta de subalternos que tenho para a execussão das minhas ordens”<sup>94</sup>. A escassez de livros impressos em que se encontrava Portugal em meados do XVIII, decorrência de um inesperado desastre, o Terremoto de Lisboa de 1755, prejudicou imensamente a efetivação da Reforma dos Estudos Menores. Este desastre obstou e muito a produção de impressos para o uso escolar e esta carência era reclamada por todos os comissários do Reino e Conquistas, conforme fez registrar D. Tomás em seu relatório de 06 de agosto de 1760, ao qual acrescenta que

os motivos desta falta [de livros] são dous; o primeiro he a pouca expedição das Emprentas por serem ocupadas com outras obras, e pela falta de Letra, que rezultou da muita que se perdeu com o Terremoto, e fogo que a elle se seguiu, e pobreza dos Impressores<sup>95</sup>.

Juntamente com a Carta de Lei de 1759 foram publicadas as *Instruções para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica e de Retórica*, contendo os princípios norteadores da reforma, inclusive quais livros deveriam ser utilizados nas aulas. Um ano após a publicação das *Instruções...*, a carência de um dicionário Latim-Português voltado para o ensino era relatada por D. Tomás como um grande obstáculo:

serião muito mayores os progressos dos Estudos deste anno se os Professores, e dicipulos tivessem o Diccionario Latino e Portuguez de que fallão as Instrucções [...] porque sem Diccionario, nem mestres, nem estudantes podem dar passo. Os Professores que sabem Francez tem com que se remedeem, porque uzaõ de Faciolati, e de Fabro, e de Danet; porem os que o não sabem estaõ inteiramente dezarmados<sup>96</sup>.

De qualquer maneira, sem a posse de um dicionário português-latim, tanto os professores que sabiam francês e poderiam se socorrer dos dicionários de francês-latim

---

<sup>93</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>94</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, maço 3483, fl. 6.

<sup>95</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, maço 3483, fl. 6. Mais detalhes sobre o terremoto que acometeu Lisboa no dia 1º de novembro de 1755, veja: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Especialmente o Capítulo I: “Terremoto ou ‘o mal está na terra’”, p. 15-36.

<sup>96</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, Maço 3483, fl. 4-4v.

mencionados na citação, quanto os que não sabiam francês, perdiam muito tempo, uma vez que necessitavam interromper as aulas para dar atenção aos alunos que quisessem conferir os significados das palavras.

A *Prosódia do Padre Bento Pereira*, dicionário até então utilizado para o ensino do Latim, deveria ser abolida, segundo as *Instruções...*, “pelo perigo, que há de selhes imprimir [nos estudantes] logo nos primeiros annos a multidaõ de palavras bárbaras, de que está chêa”<sup>97</sup>. Vale lembrar que foram encontrados 62 exemplares da *Prosódia*, entre 1.015 livros proibidos apreendidos em Coimbra, em documento referido no início deste capítulo. Em 1761, exemplares da *Prosódia* ainda circulavam pela América Portuguesa, o que afiança o relatório do Chanceler Castelo Branco sobre o Distrito do Rio de Janeiro, que solicitava que “logo que houver providencia de Dictionarios será conveniente que venhão alguns porque de Outra forma he muito dificultozo velar de todo o uso da Prozodia”<sup>98</sup>.

Em lugar da *Prosódia do Padre Bento Pereira*, os professores deveriam utilizar um dicionário de Latim-Português. Todavia, levar a termo a elaboração deste novo dicionário era uma tarefa difícil para D. Tomás, que dizia se encontrar aflito com relação a este assunto. Além dos problemas com a imprensa portuguesa, já referidos, outros dois obstáculos o estorvavam. O primeiro originava-se do fato de que havia uma pessoa encarregada de produzir este dicionário, designada antes mesmo de D. Tomás ter sido nomeado Diretor-Geral dos Estudos. Ao assumir o cargo, o Principal não considerava correto interromper o trabalho em andamento. Em segundo lugar, era, naquele momento, praticamente impossível eleger um novo responsável pela composição do dicionário, uma vez os professores de Gramática Latina capazes de executar a empreitada se encontravam extremamente ocupados com as seis horas diárias que deveriam cumprir nas salas de aula. Para remediar a situação, uma vez que, segundo D. Tomás “a necessidade pede remedio muito prompto”, sugeria que

por hora se podia acudir a ella [a necessidade] imprimindo hum dos Dictionarios antigos de Cardozo, ou Barboza, e depois se cuidará no modo possivel de se fazer hum novo mais completo e exacto em lugar da Prozodia abolida, e justamente reprovada<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> *Instruções para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica e de Rhetórica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey Nosso Senhor, para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios*. Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, 1759, § XII. Até ficar pronto o dicionário português-latim, os professores deveriam se utilizar da edição de Faciolati e Basílio Fabro, publicada em Frankfurt, 1794, conforme o mesmo parágrafo das *Instruções...*

<sup>98</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>99</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, Maço 3483, fl. 4v-5.

Até o ano de 1761, a questão do dicionário português-latim não havia sido solucionada. Para que tivesse bom termo, D. Tomás confiou ao professor de Gramática Latina, Pedro José da Fonseca<sup>100</sup>, a tarefa de executar o trabalho, o que acabou por gerar outros problemas. O professor poucas vezes podia comparecer às aulas, que passaram a ser substituídas por discípulos mais adiantados. Por esta razão, os estudantes daquela classe não se encontraram suficientemente preparados e não puderam fazer o exame público ao fim do ano letivo. Mas esta questão era considerada, naquela altura, como um problema menos urgente<sup>101</sup>.

Se a falta de pessoal especializado para executar trabalhos importantes era grande – como a elaboração e impressão de dicionários fundamentais ao ensino do português-latim –, a incompetência dos funcionários era maior e incomodava a D. Tomás. Em dada ocasião, ordenou ao tesoureiro da Diretoria Geral dos Estudos (Bernardo Agostinho de Mesquita) que enviasse livros a todos os comissários do Reino e que lhes participasse das remessas por cartas. Tempos depois, o Diretor-Geral recebera correspondências das possessões informando que os livros não haviam chegado aos destinos. Depois das missivas, segundo D. Tomás,

vim a descobrir que o Tizoureiro se achava com os despachos em caza sem os cumprir [...] e naõ o Castigüey assim por naõ ter faculdade para nomear pessoa que tomasse conta do que elle se acha encarregado, como por ver que a sua dezobediencia foy cometida por falta de capacidade, e naõ por malicia<sup>102</sup>.

Os impressos destinados ao uso escolar, tanto aqueles enviados pela Diretoria Geral dos Estudos, quanto os que eram postos à venda por negociantes, só poderiam ser utilizados se possuíssem assinaturas dos comissários da Diretoria. Esta prática de assinar os livros tinha como objetivos facilitar o controle sobre os impressos, obstar furtos e/ou falsificações. A fiscalização e a distribuição dos livros escolares eram tarefas que os comissários da Diretoria Geral deveriam cumprir. Outrossim, o controle feito

---

<sup>100</sup> O professor de Latim Pedro José da Fonseca (1737-1816) publicou vários livros de retórica, poética e outros dicionários, dentre os quais o *Parvum lexicon latinum lusitana interpretatione adjuncta, ad usum lusitanorum adoles centium*: in lucen editum jussu Josephi I Regis Fidelissimi. Lisboa: s.n., 1762, 826 p. in 4°. Pesquisa feita no site da *Biblioteca Nacional de Portugal*: [web.bnportugal.pt](http://web.bnportugal.pt), acesso: 15/02/2009.

<sup>101</sup> IANTT, Ordens às Reformas dos Estudos, Livro 417, fl. 57-57v. Este dicionário foi publicado somente em 1771, contendo 743 páginas e 29 cm, sob o título: *Diccionario Portuguez, e latino impresso por ordem del fidelissimo Dom José I para uso das escolas de todos os seus Reinos*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica. Pesquisa feita em [web.bnportugal.pt](http://web.bnportugal.pt), acesso: 15/02/2009. A BORABCA/SJDR conta com um exemplar da obra.

<sup>102</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, Maço 3483, fl. 6v-7.

pelos representantes da Diretoria visava a impedir a cobrança abusiva dos preços dos livros. Em Goa, capital da Índia portuguesa, aos 18 de dezembro de 1760, Menezes<sup>103</sup> dizia procurar coibir a venda de livros por preços excessivos:

Os ditos livros todos vão taxados por mim na primeira folha com o meo sobre nome de Menezes por baixo pellos preços declarados na folha de Receita, e importância dos Livros incluza; para desta forma se obviar o poderem-se vender por mayor preço, como V. Ex<sup>a</sup> justamente adverte.<sup>104</sup>

O relatório enviado ao Reino pelo Chanceler Castelo Branco, em 1761, também oferece indícios sobre as remessas de livros feitas pela Diretoria Geral dos Estudos. Demonstra, ainda, que o Chanceler procurava se mostrar inteirado da lisura do comércio livreiro estabelecido em seus territórios, pelo menos perante os olhos de D. Tomás. Em 1761, sobre o Distrito do Rio de Janeiro, Castelo Branco relatava ao Diretor-Geral que, em uma Nau que aportara nos últimos dias de fevereiro,

veyo bastante provimento de livros e foi admiravel a providencia de virem enquadernados para terem mais prompta sahida o que não aconteceria se viessem em papel; por que senão poderia vender, senão pelo mesmo, ou mayor preço porque se tem vendido os que Vários particulares troucerao por negocio, mas assignados pelos commissarios de V. E<sup>x</sup>a<sup>105</sup>.

As notícias provindas do Distrito composto pelas Capitâneas de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará eram diferentes destas do Distrito do Rio de Janeiro. Em 25 de abril de 1760, de Pernambuco, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco (encarregado de substituir o Desembargador Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Casco), afirmava que faltavam os “fundamentos necessários” para que o novo método de estudo fosse posto em execução: os livros. Sem livros, dizia que

apenas pude por em pratica nesta Vila e Cidade de Olinda o que as Reaes ordens, e as de V. Ex<sup>a</sup> determinao, mandando vir da Bahia 50 artes que são as únicas, que se acharao, das pequenas do Padre Antonio Pereira da Congregaçao do Oratorio<sup>106</sup>.

Conforme Miguel Castelo Branco, havia, em Pernambuco, cinco aulas em funcionamento e os livros recomendados, tantos os enviados da Bahia quanto os

---

<sup>103</sup> Não consta, no documento, o nome completo de Menezes, responsável por enviar o citado Relatório para D. Thomás. Concluí que se tratava do Desembargador Chanceler da Relação de Goa, João de Sousa de Menezes e Lobo, a partir da leitura do trabalho de ALMEIDA, 2003, p. 99-116. Merece atenção a p. 107, especialmente a nota nº 14.

<sup>104</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>105</sup> Id.

<sup>106</sup> Id.



remetidos do Reino, foram distribuídos pelas cinco aulas ali existentes. Entre estes livros, havia 50 exemplares das *Artes*; 200 tomos da *Selecta Latini Sermonis*, de Chompré, dos quais “vieraõ 3 troncados foraõ bastantes a prover por ora esta Capital”; 98 exemplares das *Instruções...* que deveriam ser vendidas aos professores<sup>107</sup>. Sobre o comércio destes livros de uso escolar, o comissário de Pernambuco revela mais detalhes do que o do Distrito do Rio, ao indicar inclusive seus preços: “taxey as Selectas a 500 reis cada huã; e as instruções com os Alvarás a 270”<sup>108</sup>.

No Distrito do Maranhão, o Ouvidor Geral Francisco Martins da Silva também se queixava de que a Diretoria não lhe remetera um exemplar sequer da *Selecta Latina* de Chompré “e os que aquy tem aparecido foraõ remetidos pela Companhia Geral, e já vem assignados, posto que não taxados e assim os tem vendido os Administradores”<sup>109</sup>.

Do outro lado do mundo, em Goa, no ano de 1760, Menezes relatava a mesma escassez de livros. Dizia que, apesar de ter sido informado por carta de D. Tomás de que as *Artes* já haviam sido remetidas para aquela possessão, o tesoureiro da Diretoria Geral, Bernardo Agostinho de Mesquita, não havia ainda realmente enviado os livros - falta referida por D. Tomás em relatório citado anteriormente. Menezes dizia que os livros “fizeraõ grande falta em não virem; por que as poucas, que cá tinhaõ os Padres Congregados logo se venderão, e estaõ muitos estudantes sem as ditas Artes”<sup>110</sup>. Quanto aos livros existentes em Goa e os preços ali praticados, dizia Menezes ter recebido 380 coleções das *Seletas* de Chompré (de seis tomos cada uma) e que cada tomo era vendido a 400 réis. Também vendia as *Instruções...* e outros alvarás por 240 réis cada exemplar,

---

<sup>107</sup> AGAL, Livro 175. Sobre as *Artes*, o § IV das *Instruções de 1759* versa que se deveria ensinar a Gramática Latina principiando pela Gramática Portuguesa e a partir de livros publicados nos dois idiomas, “pois não ha maior absurdo, que intentar aprender huma Lingua no mesmo idioma, que se ignora”. Os impressos indicados para o ensino da Gramática Latina eram o “Methodo abreviado feito para uso das Escolas da Congregação do Oratorio [e a] Arte de Grãmatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, que tem as referidas circumstancias”. O § VIII das *Instruções* indica que, para o ensino dos principiantes, os mestres “deve[m] preferir a excelente Collecção feita em Pariz no anno de 1752 por Chompré para uso da Mocidade Christã”. O título completo da “*Selecta*” de Chompré é: *Selecta Latini Sermonis Exemplaria e Scriptoribus Probatissimis ad Christianae Juventutis Usus Olim Collecta Nunc Vero Jussu Regis Fidelissimi Josephi I Instauratis Bonarum Artium Studiis ad Lusitanorum Adolescentium Bonum Denou in Lucem Edita*. A BORABCA/SJDR conta com 3 tomos da coleção (que era dividida em 6 tomos) publicados em Lisboa, em 1819 e 1850. De acordo com Márcia ABREU, as *Selectas* de Pierre Chompré estavam entre os livros de belas-letas mais requisitados à censura portuguesa pelos leitores brasileiros, tendo sido solicitadas 22 vezes entre 1769-1807, o que lhes garantia o 3º lugar. De 1808 a 1826 ocuparam o 2º lugar entre os livros mais reclamados, com 55 pedidos. (ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003). Cf. especialmente as tabelas Nº 1 (p. 90) e Nº 2 (p. 107).

<sup>108</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>109</sup> Id.

<sup>110</sup> Id.

mas que este preço parecia excessivo, uma vez que considerava os moradores daquela possessão extremamente pobres<sup>111</sup>.

No mesmo relatório referente a Goa, há informações sobre Moçambique. Segundo Menezes, por haver poucos estudantes naquela Conquista, para lá foram enviados apenas 20 exemplares do primeiro tomo e outros 20 do sexto tomo das *Selectas* de Chompré<sup>112</sup>.

Também em Angola, em 1766, aos 02 de abril, João Delgado Xavier relatava a carência de mais exemplares dos principais livros para o ensino, as duas *Artes* ou Gramáticas de Latim-Português indicadas pelas *Instruções...* e as *Selectas* de Chompré:

As artes do Padre Antonio Pereira e de Antonio Felis Mendes [...] ainda não chegaraõ, mas tem suprido a sua falta alguãz, que aqui havia e pellas quaes já se fica ensinando. Será contudo necessario que tendo deixado de vir por esquecimento se remetaõ na primeira occaziaõ as Seletas<sup>113</sup>.

A Diretoria-Geral dos Estudos determinava que seus comissários controlassem os impressos destinados ao uso escolar. Conforme demonstrado neste capítulo, nos relatórios enviados do Ultramar, os comissários asseveravam trabalhar para que as resoluções fossem cumpridas. Todavia, isto não quer dizer que tudo ocorresse conforme descreviam em seus relatórios. Os furtos de livros e as impressões não autorizadas, por exemplo, não foram totalmente coibidos. Em relatório do ano de 1760, D. Tomás dizia ter expedido ordens por todo o Reino para que fossem presos aqueles “que furtão as Impressões”, asseverando que flagrara impressões clandestinas destinadas ao uso escolar:

tem sido achados rezumos do Padre Antonio Pereira impressos a furto, que se tem sequestrado nas mãos em que forão achados sem embargo que me não tem sido possivel descobrir a mina donde sahirão; e temo que nos fassão o mesmo em os Livros, que por ordem da Direcção se imprimirem se tiverem destrictos, em que eu não tenha Commissarios<sup>114</sup>.

Diversas tentativas de impressores portugueses para publicar livros sem autorização foram localizadas por VILLALTA para o período colonial. Havia, entre os impressores, diferenciadas práticas ilegais, desde a publicação de textos não permitidos à inclusão de frases não autorizadas pelos censores e, ainda, a estampa de tiragens

---

<sup>111</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>112</sup>Id.

<sup>113</sup>Id.

<sup>114</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, maço 3483, fl. 9v-10.

dolosas, com a impressão de maior quantidade de exemplares do que o permitido, os quais poderiam ser vendidos clandestinamente<sup>115</sup>. O caso apontado por D. Tomás parece singular, uma vez que são citados “resumos do Padre Antonio Pereira”. Tratar-se-ia de uma edição simplificada, comercializada a preços mais módicos, de uma das Gramáticas Latinas indicadas pelas *Instruções*? Mesmo não encontrando resposta para esta pergunta, o documento acima permite que se diga que a impressão clandestina em Portugal se ocupou também dos livros de uso escolar.

As medidas coordenadas postas em prática pela Diretoria Geral dos Estudos evidenciam a intenção de organizar, de forma centralizada, as aulas públicas que se instauravam em todo o mundo luso. Para tanto, vários foram os agentes sociais a serviço de El-Rei que trabalhavam com o intuito de criar meios para que a Reforma dos Estudos Menores tivesse bom termo. As fontes comprovam que, mesmo após a expulsão dos jesuítas, havia circulação e venda de livros proibidos pelo Alvará de 1759. Não foi possível rastrear exatamente as rotas percorridas por estes livros que desembarcavam nos domínios ultramarinos de Portugal. Tampouco os caminhos internos percorridos pelos livros que se encontravam em uso durante todo o período jesuítico e que poderiam, perfeitamente, ter escapado das fogueiras. Muito menos ainda as cópias manuscritas que, conforme o costume da época, eram uma possibilidade para que textos clandestinos e proibidos passassem de mãos em mãos<sup>116</sup>.

Constata-se que, passados alguns anos após a expulsão dos jesuítas, apesar de todos os esforços empreendidos para o estabelecimento da Reforma dos Estudos Menores, a ausência dos livros aprovados para o ensino continuava a ser uma queixa recorrente, tanto no Reino quanto no Ultramar. Foi, portanto, em um contexto de escassez de impressos específicos para o ensino que os primeiros professores públicos executavam suas atividades.

Tendo como referência os estudos de historiadores do livro e da leitura, como M<sup>a</sup> Beatriz Nizza da SILVA, Lúcia Bastos Pereira das NEVES, Paulo Gomes LEITE, Luiz Carlos VILLALTA, Márcia ABREU, Thábata ALVARENGA e Álvaro ANTUNES, pode-se afirmar que, pela América Portuguesa, circulavam impressos,

---

<sup>115</sup> VILLALTA, 2009, p. 29-30.

<sup>116</sup> VILLALTA reuniu vários indícios que comprovam a circulação de cópias manuscritas de livros proibidos, nas residências de professores e estudantes portugueses, no período mariano. Em documentos publicados pelo historiador, vê-se que o próprio Intendente da Polícia (Pina Manique) e o Reitor da Universidade de Coimbra (Francisco de Lemos), admitiram a existência desta prática. (Id. Ibid., p. 17).

proibidos ou não<sup>117</sup>. A partir das comprovações empíricas publicadas por estes pesquisadores, pode-se conjecturar que, em um contexto de escassez de material impresso elaborado especificamente para o ensino, textos de natureza variada poderiam ser utilizados clandestinamente para o ensino da leitura, tanto nas aulas públicas quanto nas particulares. Apesar das circunstâncias adversas descritas pelos comissários da Diretoria Geral dos Estudos, havia no mundo luso-brasileiro, comprovadamente, sujeitos capazes de ler e escrever, o que indica que existiam outros caminhos, para além das aulas régias, para que as práticas de leitura e escrita pudessem ser disseminadas, assunto demonstrado de maneira mais minuciosa no *Capítulo IV* desta tese.

Sob o ponto de vista do financiamento, a situação das aulas instituídas com a Reforma dos Estudos Menores estava longe de ser o ideal. Os mestres eram pagos pelas Câmaras Municipais, a partir do que se coletava nos “Cabeções das Sizas”. De acordo com Rogério FERNANDES, a partir de um processo de municipalização, as Câmaras “asseguravam financeiramente em numerosos casos o ensino abrangido pelos Estudos Menores”. Porém, os salários dos professores variavam muito de uma localidade para outra e demoravam a se efetivar. Para garantir seu sustento, os mestres tinham autorização para cobrar emolumentos dos pais dos alunos<sup>118</sup>. De acordo com o relatório de D. Tomás de Almeida de 1761, a falta de pagamento dos ordenados dos mestres era um grande obstáculo para a propagação das aulas:

Como se não acham ainda estabelecidos Estudos Régios com ordenados pelas mais partes, [...] os que tenho aprovado para ensinarem nas outras partes, necessariamente leuão estipêndio aos Discipulos, se acha huã grande parte dos vassalos de V. Mag<sup>e</sup> sem meyo de se applicarem aos Estudos por lhes faltarem os que necessitavaõ para pagarem aos Mestres<sup>119</sup>.

Em 1766 há notícias de que algumas aulas funcionavam de maneira satisfatória, como as das maiores cidades de Portugal (Lisboa, Porto, Coimbra), mas esta não era a realidade experimentada em outras terras, nas quais as dificuldades para o pagamento

---

<sup>117</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 147- 164. NEVES, Lúcia M<sup>a</sup> Bastos P., Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: Id. *Ibid.*, p. 377-394. LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/ 2, p. 153-166, jan./dez. 1995. VILLALTA, Luiz Carlos, 1999; ABREU, 2003; ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1800*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2003. ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

<sup>118</sup> FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994. p. 72-73.

<sup>119</sup> IANTT, *Ordens às Reformas dos Estudos*, Livro 417, fl. 59-59v.

dos ordenados dos mestres persistiam. D. Tomás de Almeida indicava que a situação era preocupante, uma vez que

me tem custado muito trabalho a conseguir que haja Mestres, que se sujeitem a ensinar sò com a utilidade dos pagamentos que lhe fazem os Pais dos Estudantes; por que estes em muitas partes são poucos, e não bastão para darem o que he preciso para se sustentarem os Mestres; e alguñs não pagam o que prometem, de forma que não podendo subsistir deychão o emprego<sup>120</sup>.

Os problemas com a falta de pagamento de estipêndios pelas famílias dos estudantes levavam os mestres a solicitar ao Rei o recebimento de ordenados pelas Câmaras Municipais. Em 11 de outubro de 1770, o professor de Gramática Latina de Vila Real, Francisco da Costa, enviava a Dom José I uma destas petições, alegando que ensinava com “publica e geral aseytação e boa instrução dos desipulos”, mas eram muitos os estudantes de Vila Real e os pobres não pagavam estipêndio. Dessa maneira, o professor solicitava “provisão para que nas Sizas da mesma villa se lançasse o partido de 30 mil reis premio do excessivo trabalho com que o suplicante emsinava os desipulos”<sup>121</sup>. Tal mercê foi dada por D. José, até que se ordenasse o contrário.

Os relatórios referentes às possessões portuguesas no Ultramar demonstram que, logo após a expulsão dos jesuítas, entre as providências tomadas para a fixação das aulas, estavam os concursos públicos, que os representantes da Diretoria Geral dos Estudos se esforçavam para organizar. Aos 18 de dezembro de 1760, as notícias enviadas de Goa por Menezes revelavam que, dos 14 opositores, 10 foram aprovados, mas apenas os 4 melhor colocados no exame haviam sido providos com o cargo de professor régio<sup>122</sup>.

No Distrito do Rio de Janeiro, o Desembargador João Alberto de Castelo Branco, em 1761, declarava que não admitiu aos exames “senaõ aquellas Pessoas de cujo procedimento e costumes tive boa informação, a qual por escrito me deu o Ex<sup>mo</sup> Bispo desta Cidade mandada tirar por elle em segredo pelos Parochos a rogos meus”<sup>123</sup>. A demanda por outros mestres além dos que haviam sido aprovados no primeiro concurso foi assinalada por Castelo Branco. Após consultar o Governador da Capitania, o Conde de Bobadella, homem que possuía grande conhecimento das necessidades das gentes que habitavam o território, concluiu que eram ainda necessários pelo menos mais

---

<sup>120</sup> IANTT, *Ministério do Reino*, maço 3483, fl. 1-1v.

<sup>121</sup> IANTT, *Chancelaria D. José I*, Livro 9 (1769-1771), Fl. 211v.

<sup>122</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>123</sup> Id.

seis mestres régios: dois para o Rio de Janeiro, um em Vila Rica, outro na Vila do Príncipe, mais um em Sabará e, por fim, um na Vila de São João del-Rei. Quanto aos seus ordenados, necessitariam receber, no mínimo, 300 mil réis. Para as demais localidades do Distrito do Rio de Janeiro, Castelo Branco indicava 150 mil réis para os ordenados dos mestres régios e as seguintes localidades para criação de aulas régias:

na Comarca do Espirito Santo se necessita de dous Professores; hum na Villa de Victoria; outro nos Campos dos Goytacazes, pela grande distancia que ha de huã a outra parte. Na Cidade de S. Paulo outro, como tambem outro na Villa, e Praça de Santos, outro em Pernaguá. Hum na Ilha de Santa Catharina e outro no Rio Grande<sup>124</sup>.

Chama a atenção o fato de ser indicada a necessidade de cinco professores para a Capitania de Minas Gerais, um número significativamente superior às demais citadas por Castelo Branco. Tal disparidade pode ser explicada pelo fato de Minas Gerais não ter sido “palco de sistemática política de catequese, missionação ou de redução do gentio”, uma vez que a coroa portuguesa cuidou de impedir a fixação de padres, de congregações religiosas, a construção de mosteiros e de conventos no território dos metais e pedras preciosas. Estes cuidados do estado português estavam relacionados a questões econômicas e também morais<sup>125</sup>. Dessa maneira, a capitania do ouro e dos diamantes esteve, no início de sua colonização, muito carente de pessoas habilitadas para o ensino da mocidade, diferentemente do que ocorria no litoral da América portuguesa, o que acabou por gerar uma demanda maior pelas aulas régias.

Apesar da necessidade de aulas expressa no relatório de Castelo Branco e de seus esforços em realizar o concurso, o mesmo não teve aplicação imediata. Até o ano de 1765 nenhum professor havia sido nomeado para exercer suas funções na América Portuguesa<sup>126</sup>.

A carência de professores públicos também era manifestada em Angola. No ano de 1766, no relatório enviado a D. Tomás de Almeida por João Delgado Xavier, o mesmo assinalava que a situação do local era de ausência de mestres, uma vez que, no concurso público, tendo comparecido apenas três opositores, “fica facil de perceber que aqui naõ habita mais que a ociozidade e a ignorância, mais radicada há cinco annos pela

---

<sup>124</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>125</sup> A este respeito, cf. BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 60.

<sup>126</sup> CARDOSO, 2002, p. 135-136.

falta total de quem instrua a mocidade”<sup>127</sup>. Estas afirmações devem ser matizadas, uma vez que a descrição apresentada por Xavier parecia estar permeada por representações pejorativas construídas acerca dos africanos desde o século XVI, quando os portugueses desembarcaram na “África negra”. Os lusitanos consideravam os povos encontrados como primitivos e, apesar de poucas etnias africanas terem desenvolvido uma cultura escrita própria, essa não era inexistente, tema sobre o qual discorrerei no *Capítulo IV* desta tese. A representação dos povos africanos como incapazes de se utilizar da cultura escrita pode ser percebida a partir dos relatos de João de Barros, em suas *Décadas*. Ao descrever a região conhecida como Monomotapa, ao Leste da África, afirmava João de Barros haver uma fortaleza “e sobre a porta do qual edificio está um letreiro que alguns mouros mercadores que ali foram ter homens doutos não souberam ler nem dizer que letra era”. Asseverava que “a gente da terra não tem letras nem há entre eles memória disso”, donde concluía que eram os africanos dessa região muito bárbaros e que as inscrições só poderiam ter sido feitas pelos gregos, uma vez que estes se utilizavam da escrita<sup>128</sup>. Mas retornando à situação angolana, mesmo havendo poucos opositores ao exame, a instituição das aulas públicas naquela possessão era vista pelo comissário João Delgado Xavier como importante para a manutenção do império lusitano.

Nenhum dos Dominioz adjacentes a este Reino merece contemplação excepto o Prezidio de Benguela no qual constantemente deve haver hum Mestre, com hum substituto naõ só; porque o seo comercio he hoje o mais florecente mas porque elle mesmo faz que se vai estabelecendo moradores em grande abundancia e que necessitaõ da Real attençãõ de Sua Magestade para conterem os seos filhos naõ só em obediência, mas em disciplina<sup>129</sup>.

Este trecho do relatório remetido de Angola comprova que as iniciativas da Diretoria Geral dos Estudos se desenvolviam no interior de um quadro mais amplo, de uma política centralizadora, que buscava modernizar o Reino de Portugal, organizando todos os aspectos da vida dos súditos, tanto do ponto de vista cultural, quanto administrativo, atentando, fortemente, para a questão econômica.

Após anos de atuação da Diretoria Geral de Estudos no Reino e em todas as possessões ultramarinas, em 5 de abril de 1768, criou-se a *Real Mesa Censória*, organismo orientador, dirigente e executivo, com jurisdição exclusiva sobre a censura literária. Cabia à Real Mesa Censória examinar, aprovar e autorizar a publicação de

---

<sup>127</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>128</sup> FERRONHA, António Luís de. *O Monomotapa*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994. p. 34-35.

<sup>129</sup> AGAL, Livro 175.

todos os livros em circulação no Reino de Portugal e suas possessões. Devia aprovar tanto as primeiras edições quanto quaisquer obras que se pretendesse publicar outra vez. Era ainda responsável por fiscalizar as escolas públicas, exceto a Universidade de Coimbra. Com esta medida, o processo de afastamento de D. Tomás de Almeida de seu cargo era visível. Em 1771 ficava extinta a Diretoria Geral de Estudos, passando a Real Mesa Censória a administrar completamente os Estudos Menores<sup>130</sup>.

A partir do ano de 1770, foi dada especial atenção ao ensino da Língua Portuguesa, no âmbito das Primeiras Letras. A prática de se ensinar a ler a partir de manuscritos, muito disseminada, passava a ser condenada. Em vez dos processos litigiosos e sentenças judiciais, até então utilizados, os professores deveriam ensinar a ler por meio de impressos, e o livro indicado para tal tarefa era o *Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier*, de Carlos Joaquim Colbert, conforme o Alvará Régio de 30 de setembro de 1770. Estas determinações encontravam seguidores na América Portuguesa. No Rio de Janeiro, em Pastoral de 17 de abril de 1773, o Bispo Dom Antônio do Desterro indicou

aos párocos e capelães das capelas, que nuns e noutra lugares lessem, ou fizessem ler em todos os domingos do ano aquêle catecismo [de Montpellier], por espaço de meia hora, antes da missa conventual; e aos professôres das primeiras letras recomendou, que o fizessem aprender, e decorar pelos discípulos, inibindo a estes alunos a entrada nas aulas da gramática latina, se não provassem suficientemente o estudo da doutrina conteúda, aos [sic] menos, no compêndio do mesmo Catecismo<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> A Real Mesa Censória foi extinta em 1787. Maiores detalhes sobre o aparato censório em Portugal e na América Portuguesa, entre 1517 e 1822, Cf: VILLALTA, 1999, p. 177-340. Ou ainda: ABREU, Márcia. “O ‘mundo literário’ e a ‘nacional literatura’: leitura de romances e censura”, In: Id. (org). *Trajelórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Histórias de Leitura). p. 275-306.

<sup>131</sup> Esta citação referente ao uso do *Catecismo de Montpellier* encontra-se em PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Salvador: Imprensa Régia: Silva Serva, 1820-1822, vol. 5º, p. 14. *apud*. BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira*. XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007, p. 11. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0782-1.pdf> Acesso em: 15 fev. 2009. A história do Bispo Dom Antônio do Desterro se encontra intimamente relacionada à História da Imprensa no Brasil. Em 1º de janeiro de 1747, tendo sido designado pelo Papa Bento XIV para a Mitra Fluminense, fez sua “entrada pública” na cidade. O relato deste evento resultou na primeira obra escrita, editada e impressa da América Portuguesa. Escrita pelo Juiz de Fora e Provedor dos Defuntos e Ausentes, Luiz Antônio Rosado da Cunha, foi publicada em 1747 por Antônio Isidoro da Fonseca, cujo título completo é: *Relação da Entrada que fez o Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Antola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Ponficia, foy promovido para esta Diocesi*. O Bispo veio a falecer no Rio de Janeiro em 1773. Antônio Isidoro da Fonseca foi, além do primeiro impressor-editor em terras luso-americanas, um dos maiores editores portugueses do reinado de D. João V, considerando o número de obras acabadas. Mais informações: BRAGANÇA, 2007.



O uso de tal catecismo impresso permitia que se evitasse a reprodução de erros ortográficos e facilitava a propagação e fortalecimento da fé católica entre a mocidade – lembrando que a Doutrina Cristã era um dos conteúdos obrigatórios nas aulas de Primeiras Letras, além do ler/escrever/contar<sup>132</sup>. Naquele contexto, o ensino da leitura em Língua Portuguesa e o uso do catecismo tinham como objetivo fortalecer as bases do poder régio: as leis e a religião<sup>133</sup>.

Treze anos após a implementação das primeiras providências em favor da Reforma dos Estudos Menores, chegou-se ao fim de uma etapa que pode ser considerada como a de preparação do terreno para que as modificações propostas em 1759 se firmassem. Com a publicação da Carta de Lei de 6 de novembro de 1772, iniciou-se uma *segunda fase* das reformas pombalinas da educação, que se estende até 1777, ano que marca o fim do período josefino. Em 1772, instituiu-se a instrução primária e reformou-se a Universidade de Coimbra<sup>134</sup>. O Ministro Carvalho e Melo, homem chave das reformas josefinas – e que desde o ano de 1770 ostentava o título de Marquês de Pombal –, criava, dessa maneira, o primeiro sistema público do Ocidente, organizado em todos os níveis de ensino<sup>135</sup>.

Mantendo a política de intervir em todos os setores da sociedade, o Estado regalista trazia para si a tarefa de examinar e contratar os mestres, gerir e financiar as aulas régias, ficando a Real Mesa Censória responsável pela fiscalização do sistema de ensino. A distribuição dos professores era feita de acordo com sua especialização por disciplinas, criando-se uma estrutura com níveis diferenciados de ensino (conforme os conteúdos que seriam ministrados). Eram oferecidas, nos níveis que antecediam à universidade, as aulas de *Primeiras Letras* e as cadeiras do “Secundário”. Naquelas, os estudantes aprenderiam a ler/escrever/contar (as 4 operações básicas da Matemática), Doutrina Cristã, Língua Portuguesa. No segundo nível, as Humanidades (Grego, Latim, Retórica) e Filosofia (Ciências da Natureza, ou seja, Química, Física, Botânica). De acordo com Adriana SILVA, o Alvará de 1772 tinha como principais objetivos:

---

<sup>132</sup> Cf. FERNANDES, 1994, p. 71; VILLALTA, Luiz Carlos. “Educação, nascimento, haveres e gêneros”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 274-275.

<sup>133</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 91-115.

<sup>134</sup> Sobre a Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina cf. VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. 2004. Especialmente o capítulo II (p. 112-210).

<sup>135</sup> FERNANDES, 1994, p. 69.

A submissão das práticas dos profissionais daquele nível de ensino à Censura Régia; o estabelecimento de concurso público para o provimento do cargo de professor; a ampliação do poder de certificação do Estado para todos os níveis de ensino [...] e para todas as instâncias do seu exercício, tanto público quanto particular, por meio da avaliação de listas anuais a respeito do desempenho do alunado; o estabelecimento de um currículo mínimo visando à uniformização das ações docentes [...]; a criação da prática trimestral de inspeção escolar para o controle dos professores e alunos; o enquadramento profissional dos professores públicos e particulares por meio da exigência de licenças para o exercício do magistério e o estabelecimento de punições (multa, prisão e degredo) para os professores que teimassem em não se enquadrar<sup>136</sup>.

Ainda segundo Adriana SILVA, o Alvará de 1772 não trazia qualquer tipo de exigência ou especificação quanto ao perfil dos alunos ou mesmo dos professores. Para que pudesse lecionar, a única obrigação do candidato a mestre era estar de posse de uma licença passada pela Real Mesa Censória<sup>137</sup>.

Para que se pudesse manter o sistema de ensino em Portugal e em seus domínios, foi instituído um fundo especial, gerado pela cobrança do *Subsídio Literário*, imposto cujas rendas seriam revertidas para que fossem pagos os ordenados dos professores régios, que incidia sobre os seguintes itens:

No Reino e ilhas: 1 real em cada canada de vinho consumido; 4 réis em cada canada de aguardente; 160 réis em cada pipa de vinagre. Na América e na África: 1 real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; 10 réis em cada canada de aguardente. Na Ásia: 10 réis em cada canada de aguardente, das que se fazem naquelas terras, debaixo de qualquer nome, que se lhe dê, ou venha a dar<sup>138</sup>.

Sobre a produção de cachaça e os lucros com obtidos com este destilado produzido na América Portuguesa, sabe-se que, em 1679, a Coroa portuguesa proibiu a sua exportação para Angola. Alegava-se que o consumo exagerado da bebida causava danos à saúde de soldados e de escravos. Mas esta legislação nunca foi respeitada. Calcula-se que, da América Portuguesa, cerca de 310 mil litros de cachaça foram enviados anualmente para Angola e que “cerca de 25% dos escravos trazidos da África para o Brasil entre 1710 e 1830 foram trocados por cachaça”. Acrescentando a estes cálculos o tabaco produzido na Bahia, “chega-se à cifra de quase a metade dos cerca de dois milhões de escravos trazidos no século XVIII tendo sido trocados por estes dois

---

<sup>136</sup> SILVA, p. 83-84.

<sup>137</sup> Id. Ibid. p. 84.

<sup>138</sup> MACHADO, 1972, p. 114.

produtos (cachaça e tabaco)”<sup>139</sup>. De acordo com Adriana SILVA, a cobrança do Subsídio Literário sobre a cachaça, produto abundante em terras americanas, “demonstra o esforço pombalino no sentido de viabilizar os seus projetos”<sup>140</sup>.

As Câmaras Municipais deveriam arrecadar e registrar as receitas derivadas do imposto em livros específicos. Ficavam obrigadas a remeter, a cada três meses, os registros e o total dos valores arrecadados a seus Ouvidores. Estes, por sua vez, enviavam os registros e os rendimentos ao Cofre Geral da Junta da Fazenda de suas capitanias. As Juntas da Real Fazenda, estabelecidas em todas as capitanias da América Portuguesa, eram as responsáveis pela administração do tributo e pelo pagamento dos mestres. Ao final de cada ano, as Juntas elaboravam um balanço geral, que deveria ser remetido à Junta de Administração e Arrecadação do Subsídio Literário que, por sua vez, encaminhava as contas ao Rei<sup>141</sup>. Assistia-se, dessa maneira, conforme Rogério FERNANDES, a um movimento de *desmunicipalização* e, conseqüentemente, de *estatização* do sistema de ensino<sup>142</sup>.

A Lei de 1772 determinava que as aulas públicas deveriam ser criadas em todos os domínios portugueses – com maior ou menor oferta, de acordo com o contingente populacional e a localização mais adequada de cada povoação. Foi feito um estudo que deu origem a um *mapa*, o qual indica a distribuição das cadeiras pelas várias localidades que compunham o Império Lusitano<sup>143</sup>. Sabe-se que tal estudo ficou a cargo de corógrafos. Todavia, são desconhecidos o conteúdo e os nomes dos componentes da equipe encarregada da elaboração do trabalho, que culminou com o mapa apresentado em 1772. Da mesma maneira, não se tem conhecimento de quantas e quais das aulas indicadas no mapa teriam chegado a funcionar com regularidade<sup>144</sup>. A documentação da

---

<sup>139</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. “Cachaça”. In: *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 55. O termo *aguardente* é “de origem medieval [e] designa os destilados em geral. No Brasil, a aguardente mais tradicional foi fabricada a partir da destilação de cana-de-açúcar [...] mas não foi a única”, tendo havido aguardentes de abacaxi, de pitanga, caju etc. Atualmente, a legislação brasileira distingue *aguardente de cana* da *cachaça*. Ambas devem ter, no mínimo, 38% de teor alcoólico, mas a cachaça não deve ultrapassar 48%, ao passo que a aguardente pode chegar até 58% de álcool. (Id. Ibid., p. 50-51). “O termo português *cachaça* [...] servia para denominar a espuma do caldo de cana”. No Brasil, nos primeiros engenhos de açúcar da Capitania de São Vicente, por volta de 1540, começou-se a fazer um destilado das borras de cana. No final do século XVIII, a palavra *cachaça* passou a designar, de modo genérico, os destilados de cana feitos no Brasil. A palavra foi dicionarizada com este sentido por Antônio Moraes e Silva, em 1813, em seu *Dicionário da Língua Portuguesa*. (Id. Ibid., p. 54). Na documentação pesquisada, o termo utilizado para designar o destilado americano sobre o qual incidia o Subsídio Literário, é *aguardente*.

<sup>140</sup> SILVA., 2007, p. 86. (Nota de rodapé nº 78).

<sup>141</sup>Id. Ibid., p. 87.

<sup>142</sup> FERNANDES, 1994, p. 73.

<sup>143</sup> Este mapa encontra-se publicado em MACHADO, 1972, p. 117.

<sup>144</sup>Id. Ibid., p. 74-75.

Real Mesa Censória permite que se conheçam alguns critérios para a distribuição das cadeiras, dados a conhecer a partir de três “considerações”, explicitadas no texto que “subiu ao Rei”, acompanhando o mapa. Segundo o documento não era possível criar aulas em todas as povoações, uma vez que a “dezigualdade [é] humanamente indispensável”. Para os destinados aos serviços rústicos, a instrução dada pelos párocos era suficiente. Entre os que possuíam alguma habilidade para os estudos, deveriam ser muito variados os seus destinos e aplicações,

bastando a huns conteremse nos exercicios de ler, escrever e contar: A outros no Estudo precizo da Lingua Latina: E sendo necessario, que outros em menor numero se habelitem na Filologia para os diversos generos de applicaçoes superiores, que fazem figurar os Homens nos Estados <sup>145</sup>.

O documento reafirma o *caráter estamental da escolarização*, conforme assevera Luiz Carlos VILLALTA <sup>146</sup>. Apesar de não proibir expressamente o ingresso de qualquer categoria de súdito nas aulas públicas, nem todos deveriam estudar. Mesmo entre os que poderiam ingressar nas aulas régias, era indicada uma educação diferenciada para cada estrato social. Uma formação livresca, que passava pelo estudo do Latim e podia culminar com o ensino universitário, para os filhos de estratos sociais mais elevados. O ler/escrever/contar e, principalmente a doutrina cristã para os menos abastados e de “qualidades inferiores”, mas que necessitavam do aprendizado das Primeiras Letras, como os pequenos comerciantes e oficiais de ofícios mecânicos mais sofisticados, que precisavam lidar com anotações e cálculos em sua lida cotidiana. Desta maneira, o Estado regulava uma naturalização das disparidades sociais <sup>147</sup>.

Segundo o mapa, foram instituídos, em 1772, 837 lugares: 479 aulas de Primeiras Letras (57,4%) e outras 358 cadeiras distribuídas da seguinte maneira: 236 de Língua Latina (28% do total de 837), 38 de Grego (4,5%), 49 de Retórica (5,8%) e 35 de Filosofia (4%). Estavam previstas 743 cadeiras no Reino (88,7% do total), 34 nas Ilhas (4%), 44 na América Portuguesa (5,2%), 7 na África (0,8%) e 9 na Ásia (1%) <sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup> Este é, basicamente, o texto da *Carta de Lei de 6 de novembro de 1772*, publicado com algumas alterações. Consultei o documento manuscrito no IANTT, *Ordens às Reformas dos Estudos*, Livro 417, fl. 187-188. A referida lei pode ser consultada, na íntegra, em CARDOSO, 2002, p. 315-319.

<sup>146</sup> VILLALTA, 2007, p. 275.

<sup>147</sup> Esta diferenciação no modo de educar conforme a posição social, característica do período, foi muito bem demonstrada por Rogério FERNANDES em ensaio no qual apresenta as distinções da educação oferecida ao Marquês de Fronteira e de Alorna (nascido em 1802) e as “crianças de rua” ou “gaiatos”. (Cf. FERNANDES, Rogério. Notas em torno de retratos de criança, In: FELGUEIRAS, Margarida; MENEZES, M<sup>a</sup> Cristina (orgs.). *Rogério Fernandes*. Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação. Porto: Afrontamento, 2004. p. 435-444).

<sup>148</sup> Adriana SILVA afirma não ter tido acesso ao mapa em questão e indica discrepâncias na quantificação das escolas para a América Portuguesa, ao cotejar dados apresentados por outros historiadores (SILVA,

Apesar de todas essas medidas para que se fixasse a rede pública de ensino, logo ficou constatado que o número de aulas era insuficiente. Isso se observa a partir dos pedidos de aberturas de aulas públicas, enviados por pais de famílias ou Câmaras Municipais de diversas partes dos domínios portugueses. Tendo verificado que as aulas em funcionamento não satisfaziam à população, a Real Mesa Censória enviou ao Rei, em 30 de agosto de 1773, a solicitação de suplicantes que alegavam

que a distancia dos Professores naquelles Districtos ha de causar detrimento a muitas Pessoas de menoridade, particularmente sendo pobres, as quaes (sem diminuição de outros empregos indispensaveis) se podem aplicar aos referidos Estudos com grande progresso, e utilidade do Bem Commum<sup>149</sup>.

Tentando atender melhor às demandas da população, mas sem deixar de considerar que nem todos os súditos deveriam se dedicar à carreira das letras, com o *Alvará de Ampliação de 11 de novembro de 1773*, foram criadas 88 novas cadeiras, das quais 47 (53,4%) eram de Primeiras Letras<sup>150</sup>. Para a América Portuguesa, foram inauguradas apenas mais 2 cadeiras (2,2% de 88), uma de Gramática Latina e outra de Primeiras Letras, no lugar indicado como “Rio das Mortes”. Suponho que seja a Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. Para a cadeira de Gramática Latina há referência quanto ao nome do professor, Antônio Maciel Araújo, sem maiores detalhes. Chama a atenção o fato de que, em toda a América Portuguesa, apenas a Capitania de Minas Gerais tenha sido contemplada com novas cadeiras no Alvará de 1773. Conforme se sabe, a eleição de lugares para abertura de outras vagas foi feita pela Real Mesa Censória a partir de requerimentos das Câmaras e pais de família, mas os critérios exatos para que, dentre os diversos requerimentos, alguns fossem atendidos, não ficam evidentes na documentação pesquisada<sup>151</sup>. A princípio, pode-se pensar que, conforme orientação de 1772, as aulas deveriam ser inauguradas em vilas/cidades mais populosas e que fossem, geograficamente, pontos estratégicos para atender aos estudantes. Mas não se deve deixar de considerar que outras variáveis poderiam ter influenciado nesta decisão. Esta questão será examinada mais detidamente no decorrer deste capítulo,

---

2007, p. 84-85). De posse do mapa de 1772, contabilizei 44 mestres para a América Portuguesa, cifra com a qual está de acordo o trabalho de CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Raízes históricas da escola pública no Rio de Janeiro. In: MAGALDI; GONDRA, 2003, p. 124. Cf. ainda os estudos de MACHADO, 1972, p. 116 e FERNANDES, 1994, p. 75.

<sup>149</sup> IANTT, *Ordens às Reformas dos Estudos*, Livro 417, fl. 206v-207.

<sup>150</sup> FERNANDES, 1994, p. 75.

<sup>151</sup> Estes dados foram publicados por CARDOSO, 2002. p. 159. E por GOMES, Joaquim Ferreira. *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra: Almedina, 1982, pp. 18-21.39.

quando a distribuição diferenciada das aulas régias pelas capitâneas americanas for discutida a partir da apresentação de dados quantitativos.

Em 1777, com o falecimento de D. José I, iniciou-se o reinado de sua filha, D. Maria I (1777-1792), mais conhecido como período da “viradeira”. O Marquês de Pombal foi afastado de suas funções. Sob o ponto de vista da educação, este pode ser entendido como o período da “conventualização” do ensino, na medida em que se recorreu às ordens religiosas para que a oferta das aulas fosse ampliada, principalmente as de Primeiras Letras. Apesar do aumento do número de escolas régias, estas medidas foram severamente criticadas, tendo em vista que a qualidade do ensino decaía, uma vez que se constatava que os religiosos dos conventos não se encontravam qualificados ou mesmo não se mostravam comprometidos com o ensino da mocidade. Os salários dos mestres públicos também decaíam muito neste período, o que desestimulava os seculares a se ocupar do exercício do magistério. Apesar das medidas que diminuía a qualidade das aulas régias, foi D. Maria I quem apoiou e deu existência legal ao ensino feminino no sistema educativo português<sup>152</sup>. Em 21 de junho de 1787, em substituição à Real Mesa Censória, foi criada a Real Mesa da Comissão Geral para o exame e censura dos livros, que funcionou até 1794. D. Maria I foi afastada do poder em 1792, por ter sido acometida de um estado de insanidade mental, situação que seria oficializada, porém, anos depois. Sob a regência de seu filho D. João (1792-1826), houve uma retomada das orientações pombalinas. A partir do ano de 1794, a Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino ficou encarregada de administrar o sistema educativo português ao nível das Escolas Menores, composta por deputados e um presidente, o reitor da Universidade de Coimbra<sup>153</sup>. Após muitas disputas internas, em 1799 foi constituída, definitivamente, a Junta da Diretoria Geral dos Estudos, que ficaria sob a presidência do Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos, com o que o poder sobre o ensino ficou mais do que centralizado, concentrando-se nas mãos do reitor. Rogério FERNANDES classifica o período como o de Pombalismo sem Pombal. Esta orientação se acentuou com a Reforma de 1800<sup>154</sup>.

Após a queda do Marquês de Pombal em 1777, mesmo com o Subsídio Literário ainda sendo cobrado, nem todas as cadeiras criadas em 1772 e ampliadas em 1773

---

<sup>152</sup> Mais detalhes sobre o período mariano cf.: FERNANDES, 1994, p. 78-114. ADÃO, 1997, p. 73-82. Nesta época, os Estudos Maiores eram administrados ao nível do Estado pela Mesa de Consciência e Ordens.

<sup>153</sup> FERNANDES, 1994, p. 85.

<sup>154</sup> Id. Ibid. pp. 99 e 114. Sobre a Reforma de 1800, cf.: MORAIS; FERNANDES, 2008.

havia sido contempladas com mestres. Em Portugal, pouco tempo após a publicação da lei de 1773, de acordo com o estudo de Rogério Fernandes, das 526 cadeiras de Primeiras Letras criadas, apenas 173 ou 33% foram providas com professores<sup>155</sup>. Áurea ADÃO afirma que, em 1779, houve a confirmação de 375 lugares de Primeiras Letras, dos quais 235 ou 62,6% não possuíam mestres nomeados até então. No reinado de D. Maria I, foram criadas 351 novas escolas de ler/escrever/contar, o que corresponde a 74% dos lugares que existiam à época de Pombal<sup>156</sup>. Para a América Portuguesa, ainda não é possível mapear a ampliação ou o decréscimo no número das escolas de uma forma global. É possível acompanhar este movimento em algumas capitanias, assunto que será retomado em momento posterior deste capítulo.

Na verdade, no período mariano, a Junta da Diretoria Geral dos Estudos não conhecia a estrutura e o funcionamento das aulas régias que se espalhavam por todo o Reino. Pouco tempo depois do fim do período pombalino, em 12 de janeiro de 1778, o Arcebispo de Lacedemônia, assinando pela Real Mesa Censória, enviava um relatório à Rainha D. Maria I, no qual comentava a situação:

por se acharem destituídas de Professores muitas das Terras contempladas na Providentissima Ley de 6 de Novembro de 1772, e no Alvará de amplificação de 11 de Novembro de 1773, [...] procedeo a fazer continuas, e maduras reflexões sobre as contas que lhe tem dado annualmente os Professores; sobre o numero dos Alumnos, que tem frequentado as Aulas; sobre os Progressos que tem feito os Estudos; sobre as Representações, que tem vindo de muitos Povos a pedirem Mestres<sup>157</sup>.

Passados poucos anos da criação do Subsídio Literário e, conforme o relatório anteriormente citado (de 1778), muitas foram as solicitações de câmaras e pais de famílias pela abertura de aulas públicas em suas localidades. Um caso exemplar das solicitações de abertura de cadeiras pode ser visto a partir do requerimento encaminhado pelos moradores de Unhós, Freguesia de São Silvestre e suas anexas - Encarnação, Apelação e Catujal, em Portugal. O requerimento, datado de 04 de maio de 1789, afirmava que as referidas localidades contavam com mais de 250 fogos e com número superior a 300 rapazes em idade de frequentar a escola. Referindo-se ao mapa de 1772, os habitantes de Unhós e arrabaldes diziam que a região “Introu no Mapa, ou Relação das escolas [...] o lugar de Camarate com o de Sacavem onde existem proffessores, na hipoteze de que poderiaõ supprir, sem incomodo da mesma Mocidade os lugares

---

<sup>155</sup> FERNANDES, 1994, p. 76.

<sup>156</sup> ADÃO, 1997, p. 77.

<sup>157</sup> IANTT, MR, RMC, *Consultas sobre escolas menores*, Livro 363, fl. 1-1v.

sobreditos”<sup>158</sup>. Esta diligência de se inaugurar aulas em lugares considerados estratégicos para atender a várias localidades, plano do qual derivou o mapa de 1772, não foi muito bem sucedida. Os pais de família de Unhós, por exemplo, consideravam que a distribuição das aulas lhes era desfavorável, proporcionando graves prejuízos. Para começar, as cadeiras ficavam em lugares muito distantes e os estudantes não poderiam caminhar por caminhos tão ermos “por serem de tenras idades, não podem ir a Sacavem e Camarote sem pessoa adulta, que os derija, e desvie dos perigos”<sup>159</sup>. Além disso, as condições do clima deveriam ter sido consideradas para se percorrer tão longa distância, uma vez que “os rigores do Inverno, com as chuvas e atoleiros; e o verão com a demazia do Calor, [...] tudo concorre pra que a Mocidade deyxer de utilizar-se”<sup>160</sup>.

Os suplicantes em tela dedicavam-se, em sua maioria, à “labutação e lavoira em vinhatarias”. Dessa maneira, segundo os mesmos requerentes, “parecia justo, que sendo os Supplicants os mais comcorrem [com o Subsídio Literário], não deveriaõ supportar o incomodo, e prejuízo de não verem proveytar seus filhos”<sup>161</sup>. Consideravam justo, por isso, haver pelo menos uma aula pública em sua terra. Enquanto o Estado não supria as necessidades dos habitantes de Unhós – e, de resto, em todo o império português –, outras alternativas eram criadas para a superação da falta de aulas públicas, e/ou as distâncias e dificuldades climatológicas para chegar até elas. Para evitar que seus filhos passassem por estas adversidades, os suplicantes criavam outras estratégias. O requerimento revela que, para “de algum modo atalharem os prejuizos ponderados” os pais de Unhós “se valem de Francisco Duraens homem de probidade, e madureza, e com as circunstancias, que se requerem para bem instruir a Mocidade, para este supprir o ensino concorrendolhe os Supplicants com a paga correspondente do seu trabalho”<sup>162</sup>. Nessas condições, os suplicantes viam-se como extremamente prejudicados, trazendo prejuízos à “mocidade” – e, por conseqüência, conforme eles mesmos declaravam, ao “Estado” – por pagarem tributação sobre o vinho e não receberem em troca os benefícios que outros locais possuíam. Eles acrescentavam que enfrentariam outros “prejuízos”, isto é, “pagarem duas vezes o ensino de seus filhos; hum sendo colheitados para os proffessores de que não podem utilizar-se; e outra pagarem vay por dois annos ao sobredito Francisco Duraes o ensino, de sorte, que por

---

<sup>158</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>159</sup> Id.

<sup>160</sup> Id.

<sup>161</sup> Id.

<sup>162</sup> AGAL, Livro 174-2.



este modo vem duas vezes a ser colectados (destaques meus)<sup>163</sup>. Considerando o exposto, pediam os pais de Unhós e adjacências que o professor particular Francisco Durães passasse a receber seus ordenados pelo Subsídio Literário, ou que outro professor público fosse nomeado para ensinar aos seus filhos.

Aos 18 de novembro de 1790, a Mesa foi de parecer positivo ao requerimento dos pais de família daquela população, alegando que realmente as localidades em questão ficavam distantes de Camarate e Sacavem, lugares onde se havia estabelecido aulas régias e que, de mais a mais, os caminhos se encontravam em péssimas condições. Na medida em que o mestre particular Francisco Durães se encontrava ensinando com licença e possuía a aprovação dos pais de família, a Mesa se dizia persuadida de que “Vossa Majestade [possa] lhe conferir a Propriedade da dita Escola ficando sujeito á Apostilla triannual como o são todos mais Professores e Mestres”<sup>164</sup>.

Não só das Províncias e lugares menos populosos e de difícil acesso, mas também de Lisboa partiam requerimentos que solicitavam a criação de aulas públicas, incluindo escolas femininas. Um deles dizia que mesmo

nenhuã [providência] tem sido até agora dada para o ensino, e educação das meninas, que por certo a naõ necessitaõ menos, e como nem todos os Pays tem meios para pagarem às Mestras, que há, porque nenhuã hé gratuita, poucas são as que naõ ficaõ sem ensino algum, do que rezultaõ os damnos, que facil he conjecturar, e que ainda mal, tanto se experimentaõ continuamente [1790]<sup>165</sup>.

A resposta da Mesa a esta súplica asseverava que educar meninas era uma tarefa importante, mas não prioritária, e ainda que a grande demanda das Províncias por escolas para meninos dificultava tal projeto. Não se sabia exatamente, de acordo com a Mesa, qual o rendimento exato dos cofres do Subsídio Literário e quais seriam as despesas com as aulas para meninos. Portanto, desconhecia-se a possibilidade financeira de se arcar com esta nova despesa. Depois de refazer os cálculos do imposto, o pedido foi aprovado em 25 de fevereiro de 1790, dizendo a Mesa ser possível a criação de 18 aulas régias para meninas na Corte. Cada mestra venceria 60 mil réis de ordenado e as seguintes condições deveriam ser respeitadas:

naõ admittir Meninos ao ensino; e ficando sogeitas a esta Meza da mesma sorte, que os mais Professores: com declaração, porem, que para serem

---

<sup>163</sup> Id.

<sup>164</sup> Id.

<sup>165</sup> AGAL, Livro 174-2.

qualificadas as mesmas Mestras para o ensino das Meninas, procederão as mais exactas Informações tiradas pelos Parochos, e respectivos Ministros<sup>166</sup>.

A educação feminina do século XVIII encerrava em si algumas especificidades, como um currículo diferenciado. Na folha da aprovação do pedido de abertura de aulas para meninas, à margem esquerda, há a seguinte anotação digna de destaque:

Hey por bem aprovar, que se estabeleçam as Escolas de Meninas, e que pelo Cofre do Subsidio Literario se lhe dêem os ordenados competentes [...]; E por quanto não he muito praticável, que huma so Mestre possa ensinar a muitas Meninas que estas devem saber, *de Ler, e escrever, de fiar, de cozer de bordar e de cortar*, a Meza tomara este ponto em consideração, ou para dividir estes ensinos de sorte que humas das Mestras sejam para cozer, e fiar, outras para bordar e cortar, e outras para Ler, e escrever, mas todas com obrigação de ensinarem a *Doutrina Christam*; ou para Regular por outro modo este estabelecimento de maneiras que seja praticável na execução (itálicos meus)<sup>167</sup>.

Apesar de aprovado, o projeto de criação das aulas públicas para meninas foi adiado. A tentativa acima descrita parecia inovadora, mas o modelo de educação escolar proposto para as meninas incluía apenas os rudimentos do ler/escrever e excluía o contar. Era enfatizado o aprendizado de ocupações ou “prendas” manuais, consideradas indispensáveis para a formação das mulheres, uma vez que aquelas que não possuíam uma procedência aristocrática deveriam ser educadas exclusivamente para se dedicar ao lar e à família. Marginalizados desde o começo da estruturação do sistema educacional português, somente entre 1813-1814 alguns espaços públicos de escolarização do sexo feminino foram colocados em funcionamento. Conforme demonstra Rogério FERNANDES, somente a partir da década de 1820 é que os estabelecimentos para a educação das portuguesas foram ativados de maneira significativa. Apenas as aristocratas ou burguesas possuíam uma educação mais diversificada, que incluía “etiqueta do salão e da sociedade polida”, línguas estrangeiras, debuxo, pintura e o aprendizado de instrumentos musicais, sobretudo o famigerado piano, “símbolo da execrável ‘educação moderna’”<sup>168</sup>.

No campo da História da Educação do Brasil, durante várias décadas os pesquisadores vinham afirmando que a implementação das escolas régias na América Portuguesa foi um fracasso. As reformas pombalinas destruíram a majestosa obra

---

<sup>166</sup>Id.

<sup>167</sup> Id.

<sup>168</sup> FERNANDES, Rogério. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). *Faces de Eva*, n.9, Edições Colibri: Universidade Nova de Lisboa, 2003. p. 16-21.25.

inaciana e não foi implementado, de fato, nada melhor. Esta é a avaliação feita por Fernando de AZEVEDO em sua obra *A cultura brasileira*, publicada em 1943, resultado de um período de efervescência do movimento dos “renovadores da educação”<sup>169</sup>. Como disse na *introdução*, de acordo com Marta CARVALHO, após a publicação da obra, de Azevedo, a historiografia da educação no Brasil, durante muitos anos, seguiu seus argumentos. Foi estabelecido um molde que enquadrava todo e qualquer tipo de investigação e não foram considerados o lugar de produção de *A cultura brasileira* e as intencionalidades de seu autor, que são, como todos os demais, historicamente condicionados<sup>170</sup>. Esta visão vem sendo reavaliada, principalmente a partir de estudos regionais. Entretanto, mesmo tentando re-determinar o valor da perspectiva azevediana, ainda não é possível dimensionar, de uma maneira global, o impacto da instituição das aulas régias na América Portuguesa<sup>171</sup>. Mesmo sabendo da necessidade de se estabelecer o alcance das várias medidas reformadoras implementadas pelo Estado português ao longo do período colonial, um obstáculo tem sido encontrado: a impossibilidade de se quantificar de maneira precisa os locais de instrução que funcionavam, assim como os números de mestres e de estudantes atendidos pelo sistema público de ensino. Este obstáculo deriva do caráter das fontes, que ora referem-se a espaços circunscritos e ora a períodos muito curtos, o que impossibilita aos historiadores averiguar, de modo integral, o alcance das reformas em todo o período colonial. De todos estes obstáculos decorre o fato de a produção de estudos com caráter regional ser mais profícua. Como vimos, a documentação produzida pela Diretoria Geral dos Estudos e mesmo pela Real Mesa Censória, organismos responsáveis, em momentos diferentes, por averiguar a situação das aulas públicas, manifesta o ressentimento que os mesmos órgãos tinham a respeito da falta de controle sobre o sistema escolar que se estendia pelas possessões lusitanas. Fosse por causa da imensa extensão dos territórios, da dificuldade de acesso, fosse ainda por falta de comprometimento dos funcionários designados para prestar contas do estado das aulas.

---

<sup>169</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: UNB, 1963.

<sup>170</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 331 e p. 348

<sup>171</sup> Ver os trabalhos de CARDOSO, 2002, sobre o Rio de Janeiro; SILVA, 2007, sobre Pernambuco. Acerca de Minas Gerais, cf: SILVA, Diana de Cássia. As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835). In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 20-40. VILLALTA, 2007, p. 274-275. LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39. set/dez 2008. p. 535-544.

Mas há fontes que fornecem informações parciais sobre a disseminação das aulas em algumas regiões da América Portuguesa, como as relações de professores da Capitania de Pernambuco, produzidas em 1798, publicadas por Adriana SILVA, ou ainda os quadros que demonstram os números de professores públicos do Rio de Janeiro, ao longo de 1760-1834, elaborados por Tereza CARDOSO<sup>172</sup>.

Dentre as fontes que possibilitam alguma quantificação das aulas régias na América, encontra-se uma relação de mestres e estudantes, que acompanhou o já citado relatório do Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Desembargador João Alberto de Castelo Branco<sup>173</sup>. Mesmo antes da criação do Subsídio Literário, o Chanceler enviava ao diretor de estudos informações sobre as aulas no Distrito do Rio de Janeiro (composto pelas Capitanias do Rio, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Goiás), com data de 11 de março de 1761. Sem distinguir aulas de Primeiras Letras das demais cadeiras, Castelo Branco contabilizava, em seu Distrito, 40 mestres régios e 809 estudantes, além de alguns seminários que atendiam a alunos seculares. Esta prática de os seminários aceitarem alunos “de fora” será discutida no *Capítulo III* desta tese. A Comarca de Santa Catarina não possuía mestres régios nem seminários e, segundo informações enviadas a Castelo Branco pelo Ouvidor daquela Comarca, havia grande necessidade de um professor público, em virtude da pobreza de seus moradores, ocorrendo o mesmo no Rio Grande. Neste mapa, Castelo Branco registra ainda observações acerca da existência de mestres particulares, porém sem indicar os números de professores ou de alunos que tomavam parte desta modalidade de ensino. O ensino particular será objeto de discussão do *Capítulo III* desta tese. Por hora, fixemos a atenção sobre o ensino público. Para facilitar a visualização, os dados enviados por Castelo Branco sobre as aulas públicas foram coligidos e podem ser observados a partir da **Tabela 2**<sup>174</sup>:

---

<sup>172</sup> Os dados publicados por SILVA, 2007, p. 104-108 e 154-158, foram extraídos de fontes que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino. Infelizmente as informações divulgadas por CARDOSO não trazem indicação dos arquivos ou documentos, apenas a observação feita pela pesquisadora: “quadro elaborado a partir de fontes diversas”. (CARDOSO, 2002, p. 266-271).

<sup>173</sup> Esta relação foi utilizada parcialmente por Teresa CARDOSO, para contabilizar professores e estudantes na Comarca do Rio de Janeiro. (Cf. CARDOSO, 2002, p. 134-135).

<sup>174</sup> CARDOSO contabiliza, para a localidade do Rio de Janeiro, 12 mestres e 390 estudantes (CARDOSO, 2002, p. 134), mas o número de estudantes indicado no documento ao qual tive acesso, Livro 175 do Arquivo da Alfândega de Lisboa, é de 309 estudantes para o Rio de Janeiro. Como disse anteriormente, ANDRADE publicou o documento e os números são os mesmos que compõem a Tabela I. (Cf.: ANDRADE, 1981. Volume 1, parte 2, p. 804-805).

**Tabela 2**  
**Número de mestres régios e estudantes no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Goiás (1761)**

Localidade	Comarca	Mestres	Estudantes
Rio de Janeiro	Rio	12	309
Vila de Parati	Rio	1	30
Vila do Príncipe	Serro Frio	1	25
Arraial do Tijuco	Serro Frio	1	16
Arraial da Tapera	Serro Frio	1	9
Vila de Sabará	Sabará	2	29
Santa Luzia	Sabará	1	13
Arraial de Congonhas	Sabará	1	10
Arraial do Rio das Pedras	Sabará	1	5
Vila Nova da Rainha do Caeté	Sabará	1	20
Vila da Vitória	Capitania do Espírito Santo e Campos dos Goitacazes	2	49
Vila de São Salvador	Capitania do Espírito Santo e Campos dos Goitacazes	1	15
Vila de São João del-Rei	Rio das Mortes	2	6
Vila de São José	Rio das Mortes	1	3
Arraial de N. Sra da Conceição	Rio das Mortes	2	32
Arraial de N. Sra da Conceição dos Prados	Rio das Mortes	1	22
Vila Boa	Goiás	1	45
Cidade de São Paulo	São Paulo	1	58
Santa Ana de Parnaíba	São Paulo	1	15
Vila de Nossa Senhora da Candelária	São Paulo	1	8
Vila de Sorocaba	São Paulo	1	12
Santa Ana das Cruzes de Mogi	São Paulo	1	10
Vila de Guaratingueta, no T. e Freg. do Facão	São Paulo	1	08
Vila e Praça de Santos	Vila e Praça de Santos	1	30
Vila Rica	Ouro Preto	1	30
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>809</b>

**Fonte:** Mapa anexo ao Relatório de Castelo Branco de 11 de março de 1761, AGAL, Livro 175.

A partir da **Tabela 2**, observa-se que a Capitania de Minas Gerais era a que possuía maior número de mestres e maior número de localidades com professores, 16 entre os 40 professores que figuram na dita tabela (40%), seguida do Rio de Janeiro, com 13 (32,5%), de São Paulo com 07 mestres (17,5%), Espírito Santo com 3 ou 7,5% e apenas 1 em Goiás, o que equivale a 2,5%. Como afirmei em momento anterior neste capítulo, o maior número de mestres em Minas Gerais no período pós-1759 pode ser explicado, em parte, pela pequena circulação de padres e pela proibição do Estado da fixação de ordens religiosas, como a dos jesuítas, comumente ligados à tarefa de transmitir a cultura letrada em terras coloniais.

Em período posterior ao de Castelo Branco, após a criação do Subsídio Literário, a partir do mapa publicado em 1772 e também referido anteriormente, sabe-se que foram legalmente estabelecidas 44 aulas régias na América Portuguesa. Esta cifra representa um decréscimo nos números apresentados por Castelo Branco em 1761. As aulas financiadas pelo o Subsídio Literário, indicadas no mapa de 1772, foram organizadas na **Tabela 3** e se encontravam distribuídas da seguinte maneira:

<b>Tabela 3</b>					
<b>Distribuição das aulas régias na América Portuguesa em 1772</b>					
<b>Localidades</b>	<b>Primeiras Letras</b>	<b>Gramática Latina</b>	<b>Língua Grega</b>	<b>Retórica</b>	<b>Filosofia</b>
Rio de Janeiro	2	2	1	1	1
Bahia	4	5	1	1	1
Pernambuco	4	4	1	1	1
São Paulo	1	1	0	1	0
Mariana	1	1	0	1	0
Vila Rica	1	1	0	0	0
São João del-Rei	1	1	0	0	0
Sabará	1	0	0	0	0
Pará	1	1	0	1	0
Maranhão	1	1	0	0	0
<b>TOTAL</b>	17	15	3	6	3
<b>Fonte:</b> Mapa de 1772, In: MACHADO, 1972, p. 117					

A escassez de fontes para a história da educação no período considerado pode ser parcialmente driblada com alguns documentos ímpares. Em minha pesquisa, encontrei um documento exemplar, intitulado *Plano, ou Memoria das Cidades, Vilas e lugares que actualmente tem Professores, e Mestres, em as diverças Capitanias do Ultramar, com suas advertências, restricções, notaçoens, e ampliaçoens*<sup>175</sup>, ao qual recorro para elaborar um perfil do sistema escolar no final de os Setecentos. Trata-se de uma relação que apresenta, de modo sistematizado e organizado, informações sobre a disseminação das aulas públicas nos domínios portugueses em todos os continentes. Não há designação explícita do autor do estudo e tampouco a data exata de sua elaboração. Em suas observações, ao se referir ao Subsídio Literário, o texto anônimo indica que o autor era pessoa que se encontrara a serviço de El-Rei em 1778, quando da existência da Real Mesa Censória, tribunal ao qual o autor faz referência como se não existisse mais: “no anno de 1778 escrevi alguma couza sobre este importante imposto [Subsídio Literário], porque naquelle tempo a extincta Meza Censoria teve ordem de S.

<sup>175</sup> BPE: CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13 (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797).

Magestade para consultar sobre este objecto; o que nunca fes.” A Real Mesa Censória foi extinta em 1787. Portanto, o documento só poderia ter sido escrito após este ano.

Além disso, dava ares de que conhecia as questões relacionadas ao sistema escolar português, uma vez que asseverava:

sei que ao Excelentissimo Bispo de Tessalonia não desagradou as minhas fracas lembranças; que sempre naceraõ do zelo que sempre tive pelo serviço; porem vi na reforma da Meza Sua Magestade tinha adoptado o que havia feito o contador do Subsidio Joze de Almeida Eloi juncto com o Padre Mestre Francisco Jozé da Rocha.

A data mais próxima escrita no corpo do documento é o ano de 1794, indicada em observação referente ao mestre Bernardo José da Fonseca e Almeida, professor em Funchal, Ilha da Madeira, sobre o qual se registra: “substituto ordinario das ditas duas cadeiras [de Latim] *desde o anno de 1794*, vai neste Plano contemplado na Vila de Porto Santo” (itálicos meus). Entretanto, o elemento a meu ver mais relevante e utilizado para a datação do documento é a referência que o autor faz ao professor de Retórica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Manoel Inácio da Silva Alvarenga: “o sobredito Professor Manoel Inacio Alvarenga, *se dis estar prezo*” (destaques meus). O dito professor régio era, outrossim, poeta e advogado e realmente havia sido preso no ano de 1794, por ordem do conde de Resende, então Vice-rei do Brasil. Além de Alvarenga, outros homens letrados da sociedade fluminense que participavam da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (criada em 1786) foram encarcerados, acusados de realizar reuniões suspeitas, nas quais liam e se punham a discutir política, religião, a legitimidade do poder régio etc. Os suspeitos ficaram detidos até o ano de 1797, quando foram postos em liberdade, após o desembargador responsável pelo processo concluir que se tratava apenas de homens que se dedicavam a conversações e que não mereciam condenação pelo crime de Inconfidência. O processo pode ser acompanhado nos *Autos de devasssa do Rio de Janeiro*<sup>176</sup>. Dessa forma, ao afirmar sobre o mestre e poeta Alvarenga “*se dis estar prezo*” (destaque meu), depreende-se que a *Memória...* tenha sido produzida entre os anos 1794 e 1797.

---

<sup>176</sup> Mais detalhes podem ser encontrados nos trabalhos de SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ALMEIDA, Raphael Rocha de. Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794. In: ABREU, 2008. p. 329-350.

Ultrapassada a questão da datação do documento, passarei a uma breve descrição de seu conteúdo. São indicados pormenorizadamente os lugares (capitanias, cidades, vilas), os tipos de aulas conforme os conteúdos ministrados (se de Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica etc), os nomes completos dos mestres, suas categorias (se professor efetivo ou substituto) e ordenados. O anônimo autor teve, ainda, o trabalho de fazer algumas observações, demonstrando a conveniência de se suprimir ou de se criar cadeiras, sugerindo que determinados mestres mereciam aumento em seus ordenados, ou mesmo indicando a necessidade de aposentadoria de alguns professores. Tais sugestões de extinção de cadeiras eram fundamentadas nas “advertências”. Essas justificações para a supressão de cadeiras são bastante interessantes e mostram quem o autor da *Memória...* percebia como os beneficiados, aos quais o sistema público de ensino deveria, prioritariamente, atender:

Em a Vila de São Joaõ da Agoa fria [Bahia], tem havido substituto da Cadeira de Gramatica Latina Jozé Telles de Menezes; em esta Vila se faz absolutamente desnecessaria esta cadeira pela sua pequenes, porque suposto tenha na sua freguesia junta com outra que tem o seu termo quaze quatro mil rapazes, contudo saõ estas a maior parte pretos ou cabocos, e naõ mandam os seos filhos ao estudo de Latim; o dito substituto vencia annualmente 240\$000<sup>177</sup>.

Tal fonte permite que se faça uma radiografia do conjunto das aulas públicas distribuídas e em funcionamento no mundo colonial, em todas as possessões portuguesas. Uma sistematização das informações sobre a distribuição das cadeiras pode ser examinada a partir do **Gráfico Número 1**, apresentado a seguir<sup>178</sup>.

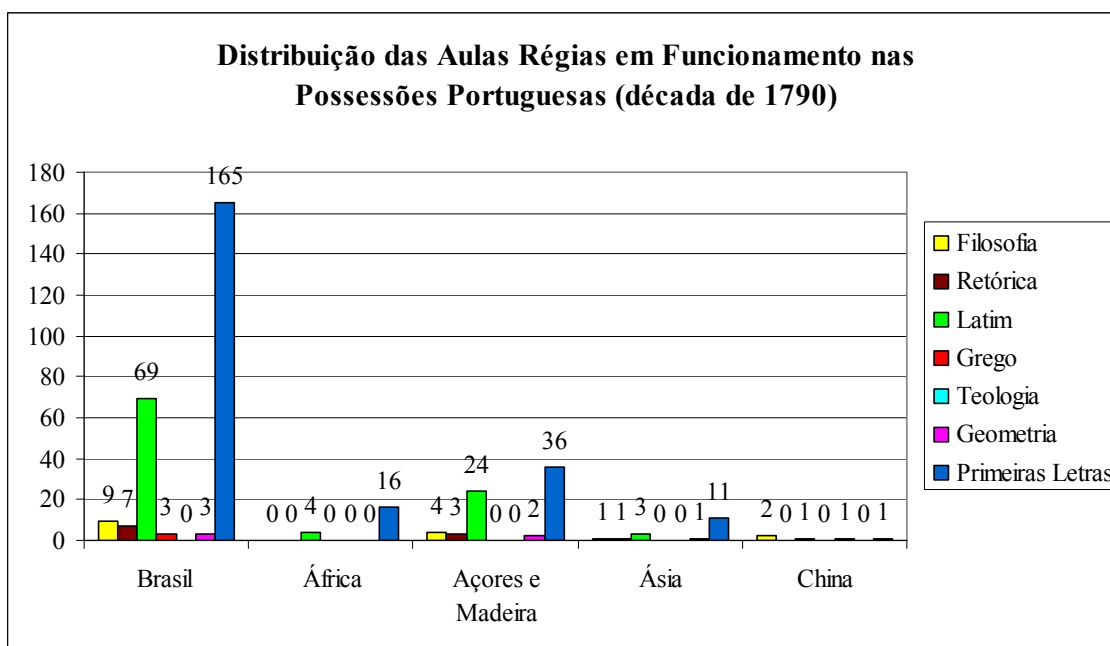
---

<sup>177</sup> *Plano, ou Memória...* BPE, CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13 (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797).

<sup>178</sup> Tanto na escrita do texto quanto na elaboração do Gráfico 1 e da Tabela 4 (subseqüente), foram respeitadas as designações de época quanto aos nomes das possessões, capitanias, cidades e vilas.



**Gráfico 1**



**Fonte:** *Plano, ou Memoria das Cidades, Vilas e lugares que actualmente tem Professores, e Mestres, em as diverças Capitanias do Ultramar...* (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797). BPE: CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13.

Conforme os dados do **Gráfico 1**, conclui-se claramente que o maior número de cadeiras era de Primeiras Letras, nada menos que 229 do total de 367 (o que equivale, em termos percentuais, a 62%). Em seguida, vinha o estudo do Latim, com 101 aulas régias (27,5%). As demais aulas das Humanidades contabilizavam 30 cadeiras, ou 8%, distribuídas da seguinte maneira: 16 de Filosofia (4%), 11 de Retórica (3%) e 3 de Grego (0,8%). Por fim, havia 1 aula de Teologia (0,2%) na Cidade de Macau, no “Convento ou collegio dos Padres de Santo Agostinho”. E 6 aulas de Geometria (1,6%), criadas nas maiores cidades e considerando, principalmente, a relação que se estabelecia entre esta área de estudo e os serviços militares, como a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ali se justificava a criação de uma cadeira de Geometria, na medida em que “pareço ser bem necessaria em huma terra aonde ha tanta Tropa, e aonde podem hir os seus offiçiaes aplicar-se a esta sciência”<sup>179</sup>. Da mesma maneira, na Cidade de Angra, Capital da Ilha Terceira (Açores),

se contempla de novo huma Aula de Geometria, naõ so por ser este estudo preparatorio, como tambem por ser cidade capital assas populosa em que reside o Governador Capitaõ General, tendo Bispo com Sée, e hum corpo de Magistrados;

<sup>179</sup> *Plano, ou Memória...* BPE, CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13 (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797).

e há igualmente na mesma hum corpo de Tropa à qual podem os seus officiaes e soldados hir apprehender esta sciencia<sup>180</sup>.

Os dados evidenciam que a prioridade do sistema de ensino português era dada às Primeiras Letras. Dessa forma, as habilidades de ler/escrever/contar e a Doutrina Cristã eram os conhecimentos que atingiam a maior parte da população digna de ser escolarizada. Esta conclusão aumenta as probabilidades de a data de produção do documento ter se dado no intervalo de 1794 a 1797, uma vez que, no período, priorizava-se o ensino das Primeiras Letras – segundo Rômulo CARVALHO, Rogério FERNANDES e Áurea ADÃO<sup>181</sup>. As demais cadeiras das Humanidades, com conteúdos mais especializados, iam sendo oferecidas para um contingente cada vez menor de estudantes. A definição da oferta de outras aulas, que não apenas as Primeiras Letras, era decorrente das necessidades que a Coroa possuía em algumas regiões, como a relação percebida entre as cadeiras de Geometria e os serviços militares. Ou ainda entre a cadeira de Teologia, criada em Macau, e a necessidade de pessoal capaz de realizar o trabalho de conversão das gentes da terra. Apesar de a *Memória...*, documento privilegiado nesta análise, se referir a um período determinado, não se deve deixar de considerar que a constituição do sistema de ensino português transcorria dentro de um quadro mais amplo, qual seja: o de uma sociedade estamental. Dessa maneira, a pequena oferta de cadeiras do nível médio pode ser encarada como um obstáculo que diminuía a margem para a mobilidade social, lembrando que, naquele contexto, nem todos deveriam ingressar no mundo da escola e, mesmo entre estes, somente alguns deveriam se dedicar aos estudos mais avançados e chegar à Universidade<sup>182</sup>.

Afora essas informações relevantes, outros detalhes consideráveis são apresentados na *Memória...* e não figuram no **Gráfico 1**, mas merecem ser descritos. Dentre as 367 cadeiras, somente 8 eram oferecidas em conventos, o que representa apenas 2% do total. Interessante reter que, em Portugal, de acordo com Rogério FERNANDES, os anos de 1778-1779 marcam o início da política de “conventualização” pretendida pela orientação mariana, segundo a qual os Estudos Menores deveriam ficar, ao final de um movimento progressivo, completamente sob a

---

<sup>180</sup> Id.

<sup>181</sup> CARVALHO, Rômulo. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987. FERNANDES, 1994. ADÃO, 1997.

<sup>182</sup> Ver, a este respeito: BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *Revista de Educação da Universidade de São Paulo*. Vol. 22, Nº 1, p. 169-192. jan./jun. de 1996. Neste artigo, a historiadora afirma que a importância dada às Primeiras Letras no período mariano e indica que a perspectiva educacional adotada por D. Maria I se aproximava das reflexões de Luís Antônio Verney e de Diderot.

responsabilidade das congregações religiosas<sup>183</sup>. Ainda de acordo com Rogério FERNANDES, mesmo após 1778, em Portugal foram inauguradas aulas de Primeiras Letras fora do espaço conventual, o que demonstra o quanto era hesitante a política mariana, quando comparada com as ações centralizadoras do período pombalino<sup>184</sup>. A “conventualização” não parecia ser exequível no Ultramar, uma vez que o número de conventos nas possessões portuguesas era muito inferior ao existente na Metrópole. Ademais, a partir da regência de D. João, iniciada em 1792, parte das determinações marianas sofre uma inflexão, principalmente no que se refere ao movimento de “conventualização” do ensino. *A Memória...* em tela, cuja data presumida é 1794-1797, foi produzida em um contexto de retomada das orientações centralizadoras à maneira pombalina. A própria existência do documento comprova a tentativa do Príncipe Regente em reorganizar os Estudos Menores. *A Memória...* trata-se, na verdade, de um estudo minucioso, que tinha, como objetivo, “cartografar” todas as aulas régias do Ultramar. Somente a partir do conhecimento metódico do sistema de ensino - cujos números tinham fugido do controle no período mariano - seria possível traçar estratégias para ampliação e/ou diminuição da oferta de aulas públicas, conforme as orientações políticas do período em que o príncipe D. João era regente.

Retomando os dados apresentados pela *Memória...*, quanto à distribuição dos mestres conforme suas categorias, contabilizei 265 substitutos e apenas 18 “proprietários”, respectivamente 72% e 5%. Há, ainda, 73 cadeiras criadas, mas para as quais o documento não informa a categoria dos professores que deveriam ocupá-las – número que equivale a 19,8% do total. Vale lembrar que os substitutos eram os professores públicos que não detinham a propriedade das cadeiras, ou seja, não eram efetivos. Havia as substituições temporárias, permissões com tempo determinado para exercício do magistério e a substituição sem limitação de tempo. Os substitutos com limitação de tempo deveriam se submeter constantemente a exames para renovar suas permissões para ensinar. Os professores substitutos, de qualquer tipo, recebiam ordenados inferiores aos proprietários. Caso um substituto quisesse se tornar proprietário, deveria se submeter a um novo exame quando houvesse uma cadeira vaga. O documento em tela não faz diferenciação entre as modalidades de substituição. A grande quantidade de professores substitutos, em comparação com os proprietários, um contraste de 67%, explica-se pelo fato de que, no período mariano, foi posta em prática

---

<sup>183</sup> FERNANDES, 1994, p. 80.

<sup>184</sup> Id. Ibid. p. 81.

uma política de contenção de gastos com as aulas régias, que se acentuou na medida em que o final do século XVIII se aproximava. Apenas 4 professores (1%) foram indicados como aptos a se aposentar. Os motivos alegados eram pouca saúde ou avançada idade, como o mestre Padre Antônio José Cordeiro, mestre de Latim na Cidade de Angra, Ilha Terceira (Açores): “se presupoem aposentado, isto por velho e demente e ser antigo no serviço pois serve a S. Magestade neste exercicio desde o ano de 1778”. O Padre-mestre Antônio José aposentava-se em meados da década de 1790 com o ordenado de 129\$000 por ano, o que equivale a 10\$750 por mês. No mesmo documento, indica-se que o professor de Latim de Vila Rica, Capital das Minas Gerais, deveria receber 400\$000 de ordenado e os dois professores de Primeiras Letras 150\$000 cada um<sup>185</sup>. A título de comparação, o Ouvidor de Vila Rica recebia de ordenado 500\$000 réis e mais 400\$000 pelo cargo de Juiz dos Feitos da Fazenda, além de quase dois contos de réis de propina. Totalizando, portanto, 2 contos e 900\$000 réis, quantia muito superior aos 150\$000 réis recebidos anualmente pelos professores de Primeiras Letras<sup>186</sup>.

As reflexões feitas a partir da Tabela II e sobre a quantidade de professores substitutos e proprietários referem-se a todo o além-mar. Para compreender mais profundamente a situação da América Portuguesa, pode-se analisar a **Tabela 4**, a partir da qual é possível visualizar a distribuição das aulas régias nas diferentes capitanias:

---

<sup>185</sup> *Plano, ou Memória...* BPE, CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13 (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797). A recuperação dos valores dos ordenados dos mestres é tarefa difícil, pois o leque salarial era extremamente amplo. Os ordenados dependiam do tipo de cadeira e das localidades onde funcionavam. Os vencimentos estabelecidos em 1772 eram insuficientes e diminuíram no período mariano. Em Lisboa, em 1772, um Professor de Filosofia recebia 414\$000 réis; de Grego e de Retórica, 405\$000; de Latim, 360\$000; de Primeiras Letras, 81\$000 anuais. (ADÃO, *op. cit.*, 1997, p. 288). Os atrasos nos pagamentos eram numerosos, como demonstrou Teresa CARDOSO com o caso do Professor de Latim José Elói Ottoni, assistente na Vila de Bonsucesso de Minas-Novas, Bahia. Em 1797, o professor reclamava que se encontrava há 4 anos sem receber salário. Como não encontrava solução para o problema na América, fora pessoalmente a Lisboa. (CARDOSO, *op. cit.*, 2002, p. 171-175).

<sup>186</sup> ANTUNES, Álvaro. Administração da justiça nas Minas Setecentistas. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 175.

<b>Tabela 4</b>						
<b>Distribuição das aulas régias em funcionamento na América Portuguesa</b>						
<b>(Década de 1790)</b>						
<b>Capitanias</b>	<b>Filosofia</b>	<b>Retórica</b>	<b>Gramática Latina</b>	<b>Grego</b>	<b>Geometria</b>	<b>Primeiras Letras</b>
Bahia	1	1	15	1	1	32
Distrito do Rio Grande do Sul	0	0	1	0	0	2
Goiás	1	0	2	0	0	10
Grão Pará	0	1	5	0	0	11
Ilha de Santa Catarina	1	0	1	0	0	1
Maranhão	1	1	3	0	0	7
Mato Grosso	1	0	3	0	0	3
Minas Gerais	1	1	8	0	0	23
Pernambuco	1	1	17	1	1	38
Rio de Janeiro	1	1	10	1	1	29
São Paulo	1	1	4	0	0	9
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>69</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>165</b>

**Fonte:** *Plano, ou Memoria das Cidades, Vilas e lugares que actualmente tem Professores, e Mestres, em as diverças Capitanias do Ultramar...* (sem indicação de autor, datação presumida: 1794-1797). BPE: CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13.

A Capitania mais provida de cadeiras era Pernambuco, que contava com 38 aulas de Primeiras Letras (14,8% dos 256 de todos os lugares distribuídos na América Portuguesa), 17 de Gramática Latina (6,6%) e outras 4 cadeiras de ensino “secundário”: uma aula de Filosofia, outra de Retórica, uma de Grego e uma de Geometria (em termos percentuais, cada uma dessas cadeiras equivale a 0,3% do total). Em segundo lugar, com 32 cadeiras de Primeiras Letras (12,5%), 15 de Latim (5,8%), e outras 4 aulas distribuídas da mesma forma que a capitania precedente, se encontrava a Bahia. A Capitania do Rio de Janeiro era a terceira em número de aulas régias, contando com 29 professores de Primeiras Letras (11,3% do total), 10 de Latim (3,9%) e outras 4 conforme as duas capitanias que ocupavam os primeiros lugares. Em quarto lugar se encontrava a Capitania das Minas Gerais, para a qual foram contabilizados 23 mestres de Primeiras Letras (8,9%), 8 cadeiras de Gramática Latina (3%), uma aula de Filosofia (0,3%) e outra de Retórica (0,3%).

A partir destes dados, como entender a distribuição diferenciada das cadeiras pelas Capitanias da América Portuguesa? A orientação da Coroa para o estabelecimento das aulas régias, desde o período pombalino, era que fossem priorizados os lugares mais populosos e de mais fácil acesso, especialmente as “cabeças de Comarcas”. Se considerarmos esta orientação, é possível explicar, em parte, a concentração de cadeiras em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que possuíam localidades

bastante populosas para o período, ao contrário das demais Capitânicas americanas que figuram na **Tabela 4**.

Pernambuco possuía uma expressiva população e uma economia bem estabelecida. Vale lembrar que o primeiro núcleo urbano realmente importante da América portuguesa foi a “Nova Lusitânia”, erguida por Duarte Coelho nos idos tempos das capitânicas hereditárias. A agromanufatura açucareira fez com que Pernambuco, entre 1550 e 1620, vivesse tempos de grande prosperidade econômica - apesar disso, não se deve deixar de considerar que a Capitania passava por períodos de seca, altamente desfavoráveis à agricultura, que levava à fome generalizada<sup>187</sup>. No fim do século XVII e início do XVIII, a Bahia (sobretudo a região do Recôncavo) e o Rio de Janeiro (especialmente os Campos dos Goitacazes) viveram momentos de esplendor, uma vez que o tabaco, principal produto dessas regiões, passou a ser uma atividade que rendia muitas receitas à Coroa portuguesa. A Bahia era uma Capitania extremamente rica, na qual foi estabelecida a primeira Capital da América Portuguesa, a cidade de Salvador. Era, ainda, a Capitania americana que enviava o maior número de estudantes para a Universidade de Coimbra<sup>188</sup>. Tanto Pernambuco, quanto Bahia e o Rio de Janeiro participaram, no final do século XVIII, da expansão da produção açucareira, a qual teve importância fundamental na economia colonial<sup>189</sup>. O cultivo da cana-de-açúcar, matéria prima utilizada não somente na produção do açúcar, como também da aguardente, produto sobre o qual incidia o Subsídio Literário, era uma importante fonte de renda destas Capitânicas. Dessa forma, não seria por falta de receita que as Câmaras Municipais das vilas e cidades localizadas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro deixariam de criar e manter as aulas régias. Estas capitânicas conjugavam um expressivo contingente populacional para o período, os maiores centros urbanos da colônia e grande produção de aguardente. Portanto, apresentavam condições econômicas

---

<sup>187</sup> SILVA, Francisco Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, M<sup>a</sup> Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 33-94. Sobre Pernambuco, ver especialmente as páginas 57, 70 e 74. Os dados apresentados por Adriana SILVA para a Capitania de Pernambuco no ano de 1798 indicam a existência de 60 cadeiras: “35 professores de Primeiras Letras, 20 de Gramática Latina, 2 de Retórica, 1 de Grego, 1 de Filosofia e 1 de Geometria” (SILVA, *op. cit.*, 2007, p. 108). Estas cifras diferem ligeiramente das apresentadas na Tabela 4, com data presumida de 1794-1797, cuja soma totaliza 58 mestres: 38 de Primeiras Letras, 17 de Gramática Latina, 1 de Retórica, 1 de Grego, 1 de Filosofia e 1 de Geometria. Não encontrei motivo(s) que explicasse(m) esta pequena disparidade.

<sup>188</sup> SILVA, José Carlos de Araujo. A ilustração dos baianos: o magistério régio na capitania da Bahia (1788-1808). Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 20-23 de junho de 2008, Porto, p. 01. <http://web.letras.up.pt/7clbheporto/> Acesso em: 1º mai 2009.

<sup>189</sup> SILVA, 1990. p. 79-81.

favoráveis para a criação das aulas régias, principalmente após a implantação do Subsídio Literário, em 1772.

Diferentemente das demais Capitânicas citadas, cujas economias, no século XVIII, se baseavam na produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado de exportação, nas Minas Gerais a ocupação do território foi iniciada com a descoberta de metais e pedras preciosas. Apesar de haver controvérsias, admite-se que a ocupação do território mineiro foi dada com a descoberta do ouro em 1659, por Borba Gato, no Sertão do Rio das Velhas. Ali se estabeleceu Vila Rica, que se tornou o centro administrativo e local mais urbanizado das Minas. No mesmo período, foram encontradas, no Serro do Frio, lucrativas jazidas de diamantes<sup>190</sup>. O porto mais próximo das minas de ouro e diamantes e melhor equipado era o do Rio de Janeiro. Dada estas especificidades, o Rio de Janeiro foi favorecido pelas descobertas feitas em Minas Gerais, tornando-se um considerável centro comercial, no qual eram embarcadas as pedras e metais preciosos e aportavam produtos importantes para o abastecimento dos sertões das Minas Gerais<sup>191</sup>. Apesar de contar com uma expressiva concentração populacional na segunda metade do século XVIII e início do XIX, de viver momentos de intensa exploração mineral, que gerava lucros para a Coroa portuguesa, Minas Gerais não possuía uma “vocação” agroexportadora como as demais Capitânicas citadas, em que o número de aulas régias era superior. Em 1697-1698 e em 1700-1701 ocorreram duas grandes crises de fome nas áreas mineradoras. A partir de então, a coroa portuguesa passou a se preocupar com a questão do abastecimento na Capitania, criando a ocupação de terras por sesmarias<sup>192</sup>. Na virada do século XVIII para o XIX, a inclinação agrícola das Minas Gerais se intensificou, tornando-se estável e diversificada. A Capitania das Minas possuía a atividade mineradora como nuclear para sua economia, mas era também uma grande produtora de gêneros alimentícios que abasteciam o mercado interno: primeiramente as regiões de extração mineral e, a partir da década de 30 do século XIX, as demais Províncias, chegando a contar com o maior contingente de escravos da América oitocentista<sup>193</sup>. O comércio diversificado e as atividades

---

<sup>190</sup> Sobre a mineração de diamantes nesta região das Minas, cf: FURTADO, Junia Ferreira. O Distrito dos diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 303-320.

<sup>191</sup> SILVA, 1990. p. 86-87.

<sup>192</sup> Sobre estas crises de fome e a estrutura agrária de Minas Gerais, cf.: PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 279-285. Ou ainda GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 321-335.

<sup>193</sup> Cf: LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e*

manufatureiras também marcavam a estrutura econômica da região. Havia uma expressiva produção de tabaco e de aguardente, principalmente no norte de Minas<sup>194</sup>. Além da cachaça, um dos gêneros mais produzidos e consumidos pela população mineira dos setecentos era a “carne verde”, o que possibilitou a criação de um intenso aparato legislativo para que sua comercialização fosse regulamentada, como bem demonstra o trabalho de Flávio Marcus da SILVA. De acordo com o pesquisador, nas vendas e lojas, as autoridades mineiras “encarregadas da fiscalização geralmente encontravam aguardente, carnes fresca e cozida, vinho, vinagre, azeite do reino e de mamona, farinha, milho, feijão, arroz, melado, etc”<sup>195</sup>.

A partir dos resultados de todas estas pesquisas citadas, apreende-se que as Minas geravam em grandes proporções dois dos principais produtos sobre os quais incidia o Subsídio Literário em terras americanas: a aguardente e a carne verde. Dessa maneira, a inexistência de uma agronomia de exportação não pode ser indicada como um entrave para a criação das aulas e a manutenção dos ordenados dos professores régios em Minas Gerais. Como então entender o menor número de aulas régias em Minas com relação a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro? Mesmo possuindo uma economia diversificada e estável, produzindo em abundância gêneros taxados pelo Subsídio Literário, talvez a coroa encontrasse dificuldades para cobrar os impostos dos produtores e comerciantes de Minas Gerais. Possivelmente um grande empecilho para a cobrança de impostos sobre estes produtos mineiros era o fato de serem pequenas as propriedades, o que facilitaria que estratégias ludibriosas fossem postas em prática, acarretando no não pagamento do imposto. Esta hipótese se torna bastante plausível se atentarmos para o fato de que muitas eram as reclamações feitas pelos funcionários da Coroa sobre as práticas dos súditos de burlar o pagamento do imposto. Esta possibilidade era real, conforme demonstrou Áurea ADÃO, ao publicar documento que justificava o atraso na recolha do imposto e, conseqüentemente, no pagamento dos mestres na Metrópole, por causa da “decadência, a que se acha reduzido o rendimento

---

*o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. Ou ainda: GUIMARÃES; REIS, 2007, p. 321-332.

<sup>194</sup> Sobre a produção de aguardente no norte de Minas: PAULA, João Antônio de. A mineração de outro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 285. De acordo com MENESES, a aguardente era um dos principais produtos das fazendas mineiras. A maioria dos inventários pesquisados pelo historiador arrolava peças de alambique, indicando todo o aparato material que permitia a fatura da cachaça como um produto corriqueiro. (MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE; VILLALTA, 2007. Especialmente as páginas 345, 347 e 353).

<sup>195</sup> SILVA, Flávio Marcus da. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE; VILLALTA, 2007. Atenção para as páginas 360 a 364 e 370.



do Subsídio Literário, tanto pela frouxidão, e abusos introduzidos na arrecadação, como pelo dolo, com que a maior parte dos lavradores ocultam consideráveis porções dos gêneros”<sup>196</sup>. Por mais que as Câmaras Municipais fossem vigilantes, se em Portugal havia sonegação do imposto, há de se perguntar o que se passaria então no interior da Colônia, nas pequenas propriedades espalhadas pelos sertões de Minas Gerais.

Outra possibilidade a ser considerada é a má administração dos recursos. Sobre as cifras referentes ao Subsídio Literário em Pernambuco, Adriana SILVA conclui que, naquela Capitania, os registros da arrecadação eram bastante rigorosos, ao passo que das despesas, nem tanto. Tal situação foi constatada pela pesquisadora a partir de uma querela, na qual o Bispo Azeredo Coutinho, que fazia parte da Junta Governativa de Pernambuco, fora acusado por professores e comerciantes de Recife e de Olinda de malversação do dinheiro arrecadado com o imposto<sup>197</sup>.

Atualmente não conhecemos com rigor as receitas geradas pelo Subsídio Literário e muito menos as aplicações feitas com este imposto, tanto na Metrópole quanto nas diversas possessões do Ultramar. Para tanto, seria necessário, de acordo com ADÃO, “um estudo aprofundado [o que] constituiria, só por si, tema bastante para um longo trabalho de investigação, exigindo levantamentos locais demorados”<sup>198</sup>. São poucos os que trilharam este caminho. As exceções são os já citados trabalhos de Áurea ADÃO (1997) sobre Portugal, Adriana SILVA (2007) acerca de Pernambuco e a pesquisa de Diana de Cássia SILVA, que analisou o Termo de Mariana, no período de 1772 a 1835. A partir de informações obtidas sobre 26 anos de cobrança do imposto nos “Livros de Manifesto” daquele local (1777-1778 e 1782-1808), Diana SILVA concluiu que o Subsídio Literário rendeu “aos cofres da Fazenda Mineira o valor de 21:139\$340. Desse valor, 3:498\$860 é referente aos manifestos de carne e o restante, 17:640\$480 é referente à produção de aguardente”<sup>199</sup>. A título de comparação, mesmo partindo de documentação diferente e se detendo sobre um período de tempo bastante inferior, com base em três “mapas”, vejamos o balanço do Subsídio Literário que Adriana SILVA elaborou para a Capitania de Pernambuco e suas anexas (Alagoas e Paraíba). Entre os meses de abril a dezembro de 1774 até o final do ano de 1777, Pernambuco e suas

---

<sup>196</sup> ADÃO, 1997, p 145.

<sup>197</sup>SILVA, 2007, p. 100-142.

<sup>198</sup>ADÃO, 1997, p. 143.

<sup>199</sup>SILVA, Diana de Cássia. As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835). In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 28.

anexas somaram 47:435\$257 de receita e 1:071\$249 de despesas<sup>200</sup>. Em menos de quatro anos, as 22 Câmaras que compunham a região à qual Adriana SILVA se reporta (4 de Pernambuco, 14 da Paraíba e 4 de Alagoas) arrecadaram 26:295\$917 a mais do que o Termo da Leal Cidade de Mariana em 26 anos, conforme demonstrou Diana SILVA.

Outra questão muito importante observada por Diana SILVA para a situação de Mariana é que quase todas as localidades que compunham aquele Termo contribuíam com o Subsídio Literário, mas nem todas as freguesias possuíam aulas régias, “podendo, em alguns casos, [...] ter contribuído com altos valores e não possuir nenhuma escola, passar por um longo período sem mestres ou tendo mestres que ficavam um bom tempo sem receber seus ordenados”<sup>201</sup>. Aqui poderiam residir as causas principais da discrepância da oferta de aulas régias nas diversas Capitânias. As questões políticas locais poderiam interferir diretamente na criação e manutenção das cadeiras, nomeação dos professores, pagamento de seus ordenados etc.

As relações estabelecidas entre as populações locais e as aulas régias eram muito complexas. Para que sejam compreendidas, faz-se necessário que se realizem pesquisas regionais aprofundadas. Em algumas localidades, os pais de família e as Câmaras Municipais se organizavam e enviavam à Coroa solicitações de abertura de aulas públicas. Alguns, como os pais de Unhós, caso descrito anteriormente, queixavam-se de pagar o Subsídio Literário e não possuir mestres régios. Mas mesmo entre aqueles que tinham à disposição aulas régias, nem todos concordavam em pagar o imposto do Subsídio Literário para custear o ensino. Caso exemplar ocorreu em 30 de julho 1776, data em que a Câmara Municipal da Vila de São João del-Rei enviava uma solicitação a Portugal, louvando a iniciativa de se instituir um imposto que possibilitava aos vassallos “meios de adquirirem as ciências nos seus próprios paizes”. Duas aulas régias, uma de Primeiras Letras e outra de Gramática Latina, se encontravam instituídas na vila em questão, sede administrativa ou “cabeça” da Comarca do Rio das Mortes. Porém, dada a grande extensão da Comarca, os que moravam para os lados do Rio Paraíba, se encontravam muito distantes de São João del-Rei e tinham o costume de mandar seus filhos estudar no Rio de Janeiro, com o que gastavam menos para manter os estudantes.

---

<sup>200</sup> De abril a dezembro de 1774, 11:275\$031 de receita e 310\$639 de despesas; para o ano de 1775, 12:727\$372 de receita e 331\$068 de despesas; em 1776, 12:073\$447 de receita e 221\$517 de despesas; em 1777, 11:359\$407 de receita e 208\$025 de despesas. (Cf.: SILVA, 2007, p. 95).

<sup>201</sup> Id. Ibid., p. 28-29.

Segundo o documento, a população da Comarca do Rio das Mortes sofria com sérios problemas:

Se compoem quazi tod[a] de uma probreza tal, que se pode sustentalos pela obediência dos seus mantimentos rústicos, certamente lhe faltaõ os meios para vestilos, e para tudo o mais que devem comprar: Nem seus pretos, em partes remotas, tem mais consumo que o do mestiço, porque todas plantão para si, e não á quem lhes compre, concorrendo o deplorável estado a que todos se vem reduzidos quazi sem alguma negociação própria do paiz, mas precizados a comprarem tudo ao Rio de Janeiro por presos exorbitantes, para o que não xega o limitado oiro que á anos se tira das Lavras, para o quinto do qual prefazem 100 Arrobas a V. Magestade, alem de lhe pagarem outro subsídio, os Dízimos, e os quintos das Estradas, e finalmente comprando por altos presos os escravos sem os quaes nada pode cultivarse<sup>202</sup>.

Considerando as longas distâncias entre as localidades, que impediam que muitos freqüentassem as aulas instituídas na cabeça da Comarca e ainda o estado de falta de liquidez em que viviam seus habitantes, segundo a Câmara de São João del-Rei, os vereadores suplicavam a Sua Magestade que a população fosse isentada do pagamento do Subsídio Literário, “atenta a nossa impossibilidade”<sup>203</sup>. Não encontrei resposta à súplica. A mesma solicitação foi feita em 19 de dezembro de 1778 pela Câmara de Vila Rica, utilizando os mesmos argumentos de distância entre as localidades atendidas pelas aulas régias e de falta de condições econômicas dos habitantes, mas também não encontrei a resposta a tal solicitação<sup>204</sup>. Estes dois documentos indicam que, para a distribuição das aulas régias, feita em 1772, não foram consideradas as grandes dimensões que caracterizavam o território da Capitania de Minas. As povoações ficavam muito distantes umas das outras e era difícil enviar os filhos para morar nos lugares mais populosos, onde havia mestres régios. Por outro lado, a alegada situação de decadência e de pobreza dos que viviam na Comarca do Rio das Mortes não é comprovada pela historiografia que se debruça sobre a economia mineira do período colonial. Os resultados da pesquisa de João Antônio de PAULA indicam que o ápice da produção aurífera mineira tenha sido entre 1750-1755 e que, a partir daí, iniciou-se uma etapa de queda irreversível da produção, o que poderia justificar, em parte, a falta de liquidez dos habitantes alegada nas correspondências em tela, principalmente da região de Ouro Preto<sup>205</sup>. Entretanto, no final da década de 70 do

---

<sup>202</sup> AHU, *Projeto Resgate*, Cx 107, Doc. 13, Cd 30.

<sup>203</sup> Id.

<sup>204</sup> Id. Cx 113, Doc. 74, Cd 32.

<sup>205</sup> PAULA, 2007. p. 295. Ver, especialmente, a Tabela I (página 294), na qual o pesquisador estabelece a produção de ouro em Minas por quilos ao longo de quinquênios, de 1700 a 1799.

século XVIII, quando foi escrita a súplica da Câmara de São João del-Rei, a Comarca do Rio das Mortes já se encontrava economicamente “alicerçada”, produzindo gêneros alimentícios de primeira necessidade, lembrando que a última grande fome vivida pelos mineiros data de 1700-1701. Dessa maneira, suponho que existiam outros motivos, não revelados nos pedidos de isenção enviados à Metrópole, que poderiam ajudar a explicar os movimentos feitos pelos vereadores de São João del-Rei e de Vila Rica. Tais razões poderiam contribuir para um melhor entendimento da distribuição diferenciada das aulas régias por cada Capitania da América Portuguesa. Mas creio que, para que se possa compreender estas diferenças, há que se considerar as especificidades dos Termos e Vilas que compunham as Capitanias, rastrear as receitas feitas com o Subsídio Literário, a utilização do imposto e, ainda, considerar a busca das elites locais pelo aumento ou diminuição da oferta de aulas régias. No período em estudo, todos estes fatores poderiam obstar ou favorecer a criação das cadeiras públicas. Portanto, para entender o contexto mais amplo de oferta diferenciada de aulas que a **Tabela 4** dá a ver, seria preciso que estas múltiplas variáveis fossem analisadas, considerando as especificidades regionais tanto do ponto de vista econômico quanto político. Caminhar por esta trilha demandaria um investimento em pesquisa documental que escapa ao escopo desta tese. Mas não se pode deixar de considerar que esta é um interessante ponto de partida para futuras pesquisas.

De volta aos dados apresentados na **Tabela 4**, percebe-se que, da mesma forma que em todos os domínios portugueses, as aulas de Primeiras Letras eram as mais numerosas (165 ou 64,4%). Em segundo lugar, vinham as de Gramática Latina, com 69 cadeiras (27%). Com cifras bastante inferiores, havia na América Portuguesa 9 cadeiras de Filosofia (3,5%), 7 de Retórica (2,7%), 3 de Grego e outras 3 de Geometria (1%), estas sempre nas capitais, localidades mais populosas e urbanizadas, como as cidades de Recife e do Rio de Janeiro. De acordo com as tendências observadas nas demais possessões e mesmo na Metrópole, o número de professores proprietários era bastante inferior ao de substitutos. Havia apenas 12 proprietários (o que representa 4,6% do total de 256 mestres), dos quais 4 se encontravam no Rio de Janeiro; 3 em Minas Gerais; 2 na Bahia; 2 em Pernambuco; 1 no Maranhão. Na Capitania de Minas Gerais, todos os professores proprietários ensinavam Gramática Latina e se encontravam em Vila Rica, na Vila de São José e na de São João del-Rei (respectivamente: Padre Silvério Teixeira Gouvêa, João Varela Fonseca da Cunha e Padre Marçal da Cunha Matos). Os substitutos perfaziam a cifra de 207 professores, 80,8% do total. Havia, ainda, 33 sem

indicação de categoria (12,8%). Apenas dois professores foram indicados para a aposentadoria (0,7%). Segundo as *Memórias...*, apenas uma cadeira funcionava em um convento. A aula de Filosofia da Vila do Recife, que "tem estado na caza dos Padres Congregados de S. Felipe Neri", mas que deveria, segundo o autor do estudo, ser extinta, "por se ignorar a sciencia do seu Professor que vencia de ordenado o convento 80\$000; Idem o professor 80\$000 [160\$000]". O mapa criado pelo Chanceler Castelo Branco em 1761, e mencionado anteriormente, cita seminários que atendiam a alunos "de fora" (tema a ser retomado no *Capítulo III*), mas não faz referência a aulas régias funcionando dentro de um seminário.

Retomando todos os dados apresentados até o momento e com o objetivo de compará-los, relembremos as informações enviadas à Diretoria Geral de Estudos por Castelo Branco em 1761, segundo o qual havia 40 aulas públicas no Distrito do Rio de Janeiro. As Capitânicas deste Distrito com maior quantidade de mestres eram Minas Gerais (com 16 cadeiras ou 40% do total de 40 aulas), Rio de Janeiro (com 13 ou 32,5%) e São Paulo, que possuía 7 mestres (17,5%). Em 1772, das 44 cadeiras destinadas à América Portuguesa, 18 se encontravam nas Capitânicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de São Paulo. De 1760 até 1772 foram extintas 22 cadeiras, o que corresponde a um significativo decréscimo de 55% de vagas. Institucionalizado o Subsídio Literário em 1772, Minas Gerais passaria a contar com 8 cadeiras (44,4% do total de 18), o Rio de Janeiro com 7 aulas (38,8%) e São Paulo com apenas 3 (16,6%). Se reconsiderarmos o *Alvará de Ampliação de 1773*, o fato de Minas Gerais ter sido a única Capitania da América Portuguesa contemplada com duas novas aulas régias pode ser explicado pela expressiva diminuição das aulas desta Capitania, uma vez que havia 16 mestres régios em 1761 (**Tabela 2**) e apenas 8 em 1772 (**Tabela 3**), ou seja, a supressão de 50% das aulas em um espaço de tempo de apenas 9 anos. Além disso, conforme disse anteriormente, as grandes dimensões territoriais que caracterizavam a geografia da Capitania de Minas devem ser consideradas, pois, certamente, dificultava o deslocamento dos estudantes. A *Memória...* (1794) indica 256 cadeiras para a América Portuguesa, um espantoso aumento de 212 lugares em relação ao período pombalino, que representa 82,8% de acréscimo. Destas 256 aulas régias, 91 estavam distribuídas nas Capitânicas do Distrito do Rio de Janeiro: 43 para o Rio de Janeiro (47% de 91 cadeiras do "distrito"), 33 para Minas Gerais (36%) e 15 para São Paulo (16,4%). Mas se os números absolutos diminuem significativamente no ano de 1772 e demonstram um aumento expressivo em 1794, há algumas constantes: em termos relativos, Minas

Gerais fica com a porcentagem de cadeiras acima de 36%, chegando a 44,4% e São Paulo com cerca de 16%, em todas as datas consideradas. A Capitania do Rio de Janeiro sofre uma oscilação, registrando sempre um acréscimo ao longo do tempo, em termos relativos: de 32,5% em 1761 sobe para 38,8% em 1772 e, finalmente, 47% do total de aulas do Distrito em 1794.

Como disse anteriormente, as oscilações na oferta de cadeiras poderiam ser ocasionadas por múltiplas circunstâncias. Havia em cena razões locais, específicas, que algumas vezes fugiam à orientação política, ou à aplicação dos recursos, como o falecimento do proprietário de uma cadeira e a demora em que fosse providenciado novo professor. Este era o caso da cadeira de Primeiras Letras da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (atualmente cidade de Tiradentes). Segundo uma solicitação enviada a Portugal em 1800, por Joaquim Marques Temudo, que vivia na referida vila, a dita aula se encontrava sem mestre há cinco anos, trazendo muitos prejuízos ao público. O suplicante se dizia em condições de ocupar o cargo de mestre régio, mas considerando “a grande distancia daquelles longes, donde se fas muito custozo ao supplicante vir pessoalmente a prezença de V. A. R. para fazer o seu Exame”<sup>206</sup>, enviava atestados da Câmara Municipal de São José e requeria sua avaliação. No atestado passado pela Câmara, afirmava-se que o requerente, Joaquim Marques Temudo,

filho legitimo de Domingos Marques Temudo, frequentou a Aula de Gramatica Latina, na qual sempre distinguio-se assim pelo seo adiantamento, como pela sua louvavel conduta; os quaes princípios em si encerraõ circumstancias necessarias para que o mencionado possa exercer o emprego da mesma Cadeira<sup>207</sup>.

A solicitação foi atendida pela Junta da Diretoria Geral dos Estudos, em 1801. Recomendava a Junta que o Ouvidor de Minas Gerais examinasse o suplicante conforme as *Instruções* e remetesse o auto de exame para Portugal o quanto antes. E que, “achando o dito supplicante capaz para o Ensino Publico, auctoriza a Junta o dito Ouvidor, para que dê ao supplicante Licensa de Ensinar por hum anno, dentro do qual deve o mesmo supplicante requerer à Junta o seu Despacho, e Titulo”<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> IANTT: *Ministério do Reino, Negócios Diversos Relativos à Instrução Pública*, Maço 3518, 1800-1818. As folhas deste maço não possuem numeração original.

<sup>207</sup> Id.

<sup>208</sup> Id.

Razões de ordem pessoal para o funcionamento das aulas públicas também devem ser consideradas. Em 1792, Frei João dos Querubins, religioso de São Francisco da Custódia da Ilha de São Miguel, fora nomeado pela Real Mesa da Comissão Geral como professor régio de Filosofia da Ilha da Madeira. Mas Frei João preferia permanecer na Corte, afirmando que não se mudava para a Ilha de São Miguel para exercer seu ofício de mestre “debaixo do pretexto de que frequentava a aula da Academia da Marinha”. O Custódio Provincial e mais Padres da Ilha de São Miguel reclamavam da situação. O processo contra Frei João foi iniciado em maio de 1792. Há registro de que em junho do mesmo ano o professor se encontrava detido no Convento de São Francisco da Cidade de Lisboa, onde seria conservado até o desfecho do caso, sobre o qual não obtive mais informações<sup>209</sup>. O que importa reter sobre este caso é que este tipo de comportamento do professor também concorria para a precariedade do sistema de ensino iniciado por Pombal.

Retomando os principais temas aqui discutidos neste capítulo, percebe-se que as Reformas dos Estudos Menores, em suas duas etapas, tiveram que vencer grandes desafios. Na primeira fase (1759-1772), a providência primordial foi destruir a tradição cultural deixada pelos jesuítas. Para tanto, localizaram-se e destruíram-se obras utilizadas pelos inicianos em sua prática pedagógica, constituiu-se um novo *corpus* de livros dirigidos ao mundo escolar e distribuíram-se estas novas leituras por todo o Império Português. Estabeleceram-se critérios para examinar os mestres régios, instituir as aulas públicas e colocá-las em funcionamento. Entretanto, o escasso financiamento trazia entraves ao projeto de Carvalho e Mello. Após esta etapa de preparação do terreno, a partir de 1772, em uma segunda fase da Reforma dos Estudos, foi criado um sistema de ensino, com regras bem claras para o funcionamento de todos os seus níveis. A instituição do Subsídio Literário trouxe novo fôlego ao projeto pombalino, e as populações começaram a solicitar a abertura de aulas régias em diversos pontos do Reino e Ultramar.

Com a morte de D. José I e a queda de Pombal em 1777, houve uma ampliação da oferta de cadeiras de Primeiras Letras. Todavia, com a “conventualização” das aulas e a diminuição dos ordenados dos professores, houve prejuízos quanto à qualidade do ensino. O ensino público feminino ganha existência legal no período mariano, mas as

---

<sup>209</sup> IANTT, Intendência Geral de Polícia, Livro 3, p. 218v-219, 222v. Agradeço ao meu orientador, Prof. Luiz Carlos Villalta, a generosidade em me enviar este presente de Lisboa.

medidas tomadas com relação à criação de escolas públicas para meninas foram pequenas. As mulheres continuavam relegadas a um segundo plano, sendo a educação masculina prioritária. Com a Reforma de 1800, o Príncipe Regente D. João retomava a orientação centralizadora pombalina.

Os dados quantitativos apresentados demonstram que as várias reformas pelas quais as aulas régias passaram ao longo do período em estudo tiveram um objetivo em comum: oferecer aos súditos, o ensino das Primeiras Letras, ou seja, rudimentos do ler/escrever/contar e Doutrina Cristã. Depois das prioritárias aulas de Primeiras Letras, o segundo lugar, no interior da política régia, foi dado às aulas de Gramática Latina. Somente os locais mais populosos, mais abastados e que contavam com uma estrutura administrativa diversificada, eram contemplados com outras cadeiras, como as de Filosofia, Retórica ou Geometria.

Outra constante em todo o período colonial é que, mesmo havendo uma regulamentação para o exercício do magistério, os baixos salários dos mestres públicos desestimulavam o ingresso de pessoas bem preparadas nesta carreira. O alto número de professores substitutos demonstra que a profissão de mestre era instável, que nem todos estavam aptos para a tarefa de ensinar e que, ao mesmo tempo, os investimentos feitos pelo Estado na área da educação não se encontravam entre os mais elevados e urgentes.

A oscilação na oferta de cadeiras públicas no decorrer do período também foi intensa. Esta inconstância atesta que a rede pública de ensino não se encontrava solidamente estabelecida e que outras alternativas para a disseminação dos aprendizados elementares tinham que ser criadas pelos pais de famílias, como a contratação de mestres particulares. Fatores muito diversos, isolados ou combinados, podiam acarretar a abertura ou o fechamento de uma aula pública. Como ficou demonstrado, o bom funcionamento das aulas estava à mercê do falecimento de algum mestre; da dificuldade de acesso dos estudantes às aulas (devido aos maus caminhos, à distância entre as localidades ou à severidade do clima); dos problemas em se coletar o Subsídio Literário; da má administração dos recursos; do atraso no pagamento dos ordenados dos mestres; da falta de comprometimento de alguns professores etc. Havia em curso várias forças em atuação, que contribuíam para a precariedade das aulas estabelecidas. Criar explicações e estatísticas gerais e ao mesmo tempo precisas, que permitam aos historiadores entender o movimento de criação e manutenção das aulas régias em toda a América Portuguesa nos tempos coloniais é tarefa praticamente impossível, se estas



múltiplas razões não forem consideradas, o que demanda muita pesquisa em arquivos dispersos.

Se, por um lado, a oferta de aulas públicas se expandia nos finais do século XVIII, não se deve esquecer que o papel da educação, no período colonial, era reproduzir a ordem estamental, ou seja, as distâncias sociais. E esta foi a tradição que o Brasil vai herdar depois de sua Independência, em 1822. Utilizando-me das palavras de Manuel FERRAZ LORENZO para se referir à educação em Tenerife durante o Antigo Regime, concluo que, também em Portugal e em todos os seus domínios do Ultramar havia “despotismo para todos [y] ilustración de unos cuantos”<sup>210</sup>.

---

<sup>210</sup> FERRAZ LORENZO, Manuel. La educación en Tenerife Durante el Antiguo Régimen (S. XVIII): entre el estatismo medieval y el pseudorreformismo Borbónico. *Revista de Educación*. N. 331. p. 265-285. 2002. Agradeço ao Prof. Manuel Ferraz a gentileza de me enviar cópia de seu artigo.

## Capítulo II

### ESPAÇOS PARA FORMAR BONS CIDADÃOS: AS AULAS PÚBLICAS NO PERÍODO IMPERIAL

Após a Independência do Brasil, em 1822, observa-se um movimento das elites brasileiras em busca do rompimento com o passado colonial. A afirmação da autonomia do Brasil passava pela fundação de uma nova *Nação*, pela constituição de um sentimento de pertencimento, de *patriotismo*<sup>211</sup>. Nos dizeres de Mariza VELOSO e Angélica MADEIRA, a Independência impôs

re-ordenamentos políticos e sociais, que se viabilizam pela absorção de princípios liberais que subjazem à transformação do estatuto da ex-colônia em Império. Cultura e política convergem, dando início à formação do Estado nacional brasileiro. A autonomia política teve grande importância na organização dos intelectuais, das instituições [...] que tiveram vigência nas primeiras décadas desse século<sup>212</sup>.

A principal característica cultural das elites brasileiras da primeira metade do XIX era a busca pela civilização aos moldes europeus. Este era um tema recorrente entre as elites políticas, econômicas e culturais, que assumiam como principal via de acesso ao poder uma dimensão civilizatória. Esta “operação civilizatória” gerava uma classificação excludente. Com um olhar “aristocrático”, as elites miravam os demais estratos sociais como “bárbaros”, buscando, de variadas formas, educá-los para que os

---

<sup>211</sup> Importante reter que, historicamente, a noção de “pátria” é modificada ao longo dos séculos XVIII e XIX. Conforme o *Vocabulário Portuguez & Latino, áulico, anatômico, architetonico* (1716), de Raphael Bluteau, a nação “correspondia ao agrupamento humano que vivia sob um mesmo soberano, compreendendo diferentes povos”, fazendo-se referência a usos e costumes como laços de união entre os que a constituíam (para além da sujeição a um mesmo soberano). Segundo o mesmo dicionário, pátria “é, fundamentalmente, o local de nascimento, a terra de origem, cuja amplitude ia da Vila ao Reino de onde se era natural. Em torno dessa terra de origem, as pessoas desenvolveriam afetos” (VILLALTA, Luiz Carlos; BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas II*. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007, v. 2, p. 569-570). Durante a Revolução Francesa, “os valores referentes à Pátria estiveram associados à defesa do que é público, em oposição aos vínculos pessoais, definidores da relação de súditos a um rei no interior de uma monarquia” (BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Unijuí, FAPESP: Hucitec, 2003, p. 349). No Brasil do XIX, ser “patriota” passa a significar tanto o pertencimento a um território, considerando o local de nascimento e uma nova identidade política, construída nos movimentos contra a Coroa portuguesa, qual seja: ser um cidadão que buscava fundar uma nova ordem. A idéia de *nação* nem sempre esteve ligada à de *pátria* e também assumiu significados diferentes ao longo do tempo. Primeiramente com um sentido puramente étnico; depois, durante os séculos XVII e XVIII uma noção política; no período do Romantismo, ocorreu a fusão dos dois sentidos anteriores, o que se denominou “princípio das nacionalidades”. Cf.: CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, 2003, p. 85.

<sup>212</sup> VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 59.

mesmos se tornassem civilizados, ou seja: capazes de se submeter à ordem pública<sup>213</sup>. Essa visão de mundo das elites brasileiras oitocentistas, de acordo com Ilmar Rohloff de MATTOS, possuía como objetivo final orientar “a conduta social, porque é através dela que cada indivíduo ou grupo social toma consciência de sua relação com os demais e com o próprio mundo”<sup>214</sup>.

Nesta corrida pela civilização, as elites procuravam se afastar dos valores lusitanos e a França era tida como modelo a ser buscado<sup>215</sup>. O francês, por sua vez, a língua que, desde finais do século XVIII, estava presente nas prateleiras das pessoas “ilustradas”. Sobre a posse de bibliotecas particulares no Brasil, Luiz Carlos VILLALTA afirma que havia, sim, predominância das obras de cunho religioso, mas “em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração”<sup>216</sup>. A pesquisa de Marco MOREL reforça a idéia de que os livros publicados em francês estavam presentes nas vidas dos brasileiros, sobretudo da Corte, como ele pôde constatar ao analisar as atividades tipográficas do “napoleônico” livreiro e editor francês Pierre Plancher, que desembarcou na Imperial Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1824. De acordo com MOREL, em 1827, os catálogos da Livraria Plancher ofertavam 317 títulos, dentre os quais 81% estavam publicados no idioma francês, 10% em inglês e 6% em português. Restava, portanto, apenas 1% dos livros publicados em latim. Na Livraria Plancher, obras de autores de nacionalidades diversas se encontravam traduzidos para o francês. Segundo MOREL, o francês pode ser considerado, no período, como “instrumento de divulgação para autores de outros idiomas”<sup>217</sup>. Em pesquisa para dissertação de mestrado, também localizei, no *corpus* inicial da *Biblioteca Pública de São João del-Rei*, inaugurada em 1827, vários títulos e autores franceses, publicados neste idioma, como, por exemplo, as obras de Voltaire, Rousseau, Diderot, La Fontaine, Buffon,

---

<sup>213</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro, 1994. p. 105.

<sup>214</sup> Id., *Ibid.*, p. 109.

<sup>215</sup> Sobre o antilusitanismo no Brasil, cf.: ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a constituição da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Unijuí, FAPESP: Hucitec, 2003. p. 365-388.

<sup>216</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 361.

<sup>217</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 36-37.

Condillac, Mably, Helvétius, Montaigne e Raynal. Grande parte dos demais autores existentes na Livraria Pública de São João eram muito lidos em outros locais do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, no período imediatamente posterior à Independência. De acordo com Yara Lis Carvalho SOUZA, “a obra de De Pradt circulava em trechos, recortada, através de vulgarizadores, adquirindo ampla divulgação e eficácia política. [...] Raynal, De Pradt, Benjamim Constant, Mably, Rousseau e outros mais contribuíram, assim, para o aprendizado político das elites”<sup>218</sup>. Todos estes autores se encontravam entre os livros da referida *Biblioteca Pública*, além de um dicionário de francês-português e da *Encyclopédie méthodique*<sup>219</sup>. Tais dados demonstram que a busca pelo ideal de civilização francês era patente no período posterior à Independência do Brasil e, ademais, que os livros, objetos que incorporavam a cultura francesa, se encontravam razoavelmente presentes no Império brasileiro.

O progressivo aumento da circulação de livros publicados em francês em nosso território e a busca das elites oitocentistas pelos bens materiais e práticas sociais identificados com a França (o que será demonstrado no *Capítulo III* desta tese), são indicadores de que os valores franceses se encontravam em voga mesmo antes da década de 1830. No ano de 1831, foi criada a primeira aula pública avulsa de Língua Francesa de Minas Gerais, na cidade de Mariana. Esta era, segundo Rita Cristina Lima Lages e SILVA, a única aula pública de Francês da Província, até o ano de 1837<sup>220</sup>. Faz-se importante destacar a criação desta aula pública, uma vez que, segundo SILVA, em sua constituição, a escola toma para si saberes que já são considerados importantes para a sociedade da época em que são criadas as disciplinas escolares. A transformação da Língua Francesa em um conteúdo a ser ministrado nas escolas públicas de Minas Gerais, na década de 30 do século XIX, é exemplo deste processo, uma vez que, no contexto posterior à Independência do Brasil, este saber já era considerado “digno” de ser “escolarizado”<sup>221</sup>.

---

<sup>218</sup> SOUZA, Yara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 123.

<sup>219</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria*”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2002. Ver, especialmente, o Capítulo II: “Luzes para a Vila de São João del-Rei”: o projeto de criação da Livraria Pública”, p. 54-94.

<sup>220</sup> SILVA, Rita Cristina Lima Lages e. “As práticas de ensino da língua francesa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX”, In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. p. 124. Atenção para a nota de rodapé número 4.

<sup>221</sup> Id., *ibid.*, p. 121-141.

Entretanto, ainda havia uma herança colonial com a qual os cidadãos do florescente Império do Brasil tinham que lidar e as antigas aulas régias iniciadas com a Reforma dos Estudos Menores, em 1759, compunham parte desta herança. Apesar da mudança de denominação nos primeiros anos do Império – as aulas régias passaram a ser chamadas de *aulas públicas* –, a estrutura educativa brasileira continuou a mesma que a do período colonial: o professor ensinava em sua própria casa ou em um local alugado para lecionar, utilizando-se do método individual. Os graus de ensino continuavam os mesmos: iniciando-se pelas Primeiras Letras e, em um segundo nível, as cadeiras isoladas de “Humanidades” ou de Filosofia.

Mesmo tendo que lidar com esta herança, no período pós-Independência, assistiu-se a uma profícua “atividade legislativa [...] em busca do ordenamento legal da educação escolar”, tanto por parte das Províncias, quanto do Estado Imperial. Porém, não se pode falar da existência de políticas eficientes para a propagação das habilidades de leitura e escrita, uma vez que a presença do Estado na educação era, ainda, muito restrita<sup>222</sup>. Neste período de intensos debates, foi promulgada a *Lei de 15 de outubro de 1827*, a primeira lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil. Neste contexto, acreditava-se que o bom funcionamento do Estado dependia da Nação, e a Nação tinha que ser formada. A educação escolar passou a ser um dos fatores básicos para a construção da Nação e foi à volta dessa construção que a escola se transformou numa instituição que

cumpria, ou deveria cumprir, um papel fundamental, que permitiria, ou deveria permitir, que o Império se colocasse ao lado das “Nações civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiria romper as trevas do passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a “desordem” das Ruas [...] além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza<sup>223</sup>.

Percebe-se, neste projeto, uma matriz política marcadamente liberal, que se aliava, ainda, ao ideário das Luzes. A escola começou a ser vista não apenas como a instituição capaz de preparar as gerações mais jovens para lidar com a cultura escrita, mas principalmente como o *locus* ideal para conformar uma “Nação civilizada” e submetida à ordem pública. A promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, em seus

---

<sup>222</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta, *et al* (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-137.

<sup>223</sup> MATTOS, 1994, p. 245-246.

dezessete artigos, foi um marco. Com esta lei, em seu artigo primeiro, o Imperador Constitucional estabelecia a obrigatoriedade e gratuidade das escolas de Primeiras Letras, ao afirmar que: “em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”<sup>224</sup>.

Era tempo de reorganizar as aulas públicas ofertadas. Para este fim, a Lei de 15 de outubro de 1827 permitia aos Presidentes das Províncias e às Câmaras Municipais que fizessem estudos sobre os números de escolas em funcionamento e das localidades atendidas. Caso ficasse constatada a necessidade, poder-se-iam “extinguir as [aulas] que existem em logares pouco populosos e remover Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta à Assembléia Geral para final resolução”<sup>225</sup>. Os ordenados dos professores públicos também mereceram atenção. No artigo 3º, os salários dos mestres foram regulados no valor compreendido entre 200\$000 e 500\$500 anuais, “com atenção ás circunstâncias da população e carestia dos logares”<sup>226</sup>. Recusando-se o método individual, indicava-se um novo método de ensino para as escolas da capital e das maiores vilas: o *método do ensino mútuo*, o qual será analisado mais detidamente em momento posterior, ainda neste capítulo da tese<sup>227</sup>. A legislação imperial repetia a mesma estrutura educativa da colônia, porém recomendava outros conteúdos a serem ensinados à mocidade. Acerca dos conteúdos ministrados, indicava que os professores ensinassem

a ler, escrever, as quatro operações de arithmética, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammática da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil<sup>228</sup>.

Apesar das mudanças evidenciadas pela citação, como leitura da *Constituição do Império* e da *História do Brasil*, em vez do *Catecismo de Montpellier*, e da criação das escolas para meninas (conforme o artigo 11º), a rede escolar pública do Brasil imperial era ainda incipiente e alvo de desconfiança por parte das famílias. Segundo Luciano Mendes de FARIA FILHO, ao longo do século XIX, “a produção da centralidade da

---

<sup>224</sup> Livro da Lei Mineira, 1827. Tal legislação pode ser acessada também no seguinte site: [www2.camara.gov.br/legislação/doimperio](http://www2.camara.gov.br/legislação/doimperio).

<sup>225</sup> Lei de 15 de outubro de 1827, Livro da Lei Mineira, 1827, Artigo 2º.

<sup>226</sup> Id., Artigo 3º.

<sup>227</sup> Id., Artigo 4º.

<sup>228</sup> Id., Artigo 6º.

escola dá-se como um movimento de questionamento, de redefinição ou de desqualificação de outros processos de formação das novas gerações”<sup>229</sup>.

No Brasil, durante a primeira metade do século XIX, o projeto nacional de escolarização enfrentava obstáculos. Havia um intenso debate entre as elites dirigentes, pois nem todos tinham em vista que era preciso ampliar o acesso aos aprendizados elementares de leitura e escrita e das quatro operações básicas da Matemática. Para alguns, estender o acesso a este tipo de instrução era uma estratégia importante para que se conseguisse construir e manter a ordem pública. Nas palavras de Ilmar Rohloff de MATTOS, para as elites oitocentistas do Brasil, instruir e educar eram ações consideradas complementares, uma vez que educar é a “ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir princípios éticos e morais considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação”<sup>230</sup>. Esta noção de educação era “o complemento do ato de instruir, que propiciava, a cada indivíduo, germes de virtude e a idéia dos seus deveres como homem e cidadão”<sup>231</sup>. Desta maneira, ansiosas por atingir graus mais elevados de civilidade, as elites da primeira metade do século XIX começaram a empreender alternativas para suprir suas necessidades de acesso ao mundo da cultura escrita. Os estratos sociais mais elevados da sociedade buscavam constantemente se diferenciar em relação ao que se denominava “povo miúdo” e, com este fim, adotavam várias medidas para que o “sonho da civilização” pudesse se concretizar. Assim, foram consolidadas diversas instituições culturais nas quais o ideário civilizatório oitocentista era dominante. Se, ao final do período colonial, em 1808, foram instituídos o Colégio Médico-cirúrgico de Salvador e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, posteriormente, já no Império, foram estabelecidos os cursos superiores de Direito, em São Paulo e em Olinda, criados em 1827 e iniciados em 1828. Foram fundados o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e várias associações literárias de caráter particular. As bibliotecas públicas também se desenvolveram no século XIX: ainda no período colonial, em 1811, a partir da iniciativa do Conde dos Arcos, na Bahia e, depois, em 1814, quando foi permitido ao público o acesso às obras da Biblioteca Real, instalada no Hospital dos Terceiros Carmelitas, no Rio de Janeiro (embrião de nossa atual

---

<sup>229</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.144.

<sup>230</sup> MATTOS, 1994, p. 251.

<sup>231</sup> Ibid. loc. cit..

Biblioteca Nacional). Também no Rio de Janeiro foi inaugurada a Academia Militar em 1829 (denominada posteriormente de Escola Militar), a Sociedade Amante da Instrução (1829), o Colégio Imperial de D. Pedro II (1837/1838) e, posteriormente, em 1843, a Sociedade de Literatura Brasileira<sup>232</sup>.

Várias propostas de associações, tanto de cunho político quanto cultural, foram encetadas até mesmo no interior das Províncias brasileiras. Em São João del-Rei, por exemplo, a *Biblioteca* ou *Livraria Pública* e a *Sociedade Philopolitécnica* são casos exemplares desta busca das elites oitocentistas pela ampliação dos usos da cultura escrita como meio de atingir a civilização<sup>233</sup>. A Livraria Pública de São João del-Rei, inaugurada no ano de 1827, foi a primeira biblioteca pública das Minas Gerais<sup>234</sup>. A iniciativa de se instalar uma biblioteca pública em Vila Rica, capital da Província de Minas, ocorreu mais tarde, no ano de 1831<sup>235</sup>. As primeiras tentativas para a inauguração da Livraria Pública de São João del-Rei foram feitas em 1824, quando um comerciante e político local, Baptista Caetano d’Almeida, escreveu ao Presidente da Província oferecendo-lhe “não só a minha pequena Livraria, como a Enciclopedia

---

<sup>232</sup> Ver, a respeito da inauguração destas várias instituições: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história da legislação*. Tradução de Antônio Chizzotti. Brasília: ENEP/MEC, 1989; FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 17-27, julho de 1998; AZEVEDO, Moreira. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVIII, parte II, p. 265-322, 1884. MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: CEB, 1943. Sobre as histórias de fundação da Biblioteca Nacional, da de Salvador e de São Paulo, ver: MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996. p. 357-367; e SCHWARCZ, Lília Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. D. João e sua corte do Rio de Janeiro: cumprindo o calendário. In: *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 287-341. Veja-se ainda: ELIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*. São Paulo, 43 (87), p. 225-239, 1971. FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, ACCESS, 1999.

<sup>233</sup> Mais detalhes sobre estas iniciativas civilizatórias de São João del-Rei, cf: MORAIS, 2002.

<sup>234</sup> Entendo por *públicos* os espaços predominantemente masculinos em que se debatiam idéias importantes para o momento vivido, tanto cafés, salões, sociedades e gabinetes de leitura, quanto periódicos. Conforme HABERMAS: os espaços públicos tratam de uma “esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante” (HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 42).

<sup>235</sup> Sobre a Biblioteca Pública de Vila Rica e outras sociedades políticas, literárias e filantrópicas atuantes em Minas Gerais, cf: MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Ver especialmente o *Quadro II*, p. 143-144.



methodica, Diccionario das Artes e Agricultura, e alguãs outras interessantes obras, que reunidas completaraõ talvez oitocentos volumes, para principio de huã Livraria Publica desta Villa” no intuito de criar “um dos mais úteis Estabelecimentos para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria”<sup>236</sup>. Pediu ao Presidente da Província um dos salões da “Casa do Conselho” para abrigar a Livraria, além da “entrada franca em Mathias Barboza [isto é, no Registro ali localizado, local de controle de circulação de mercadorias] de todas as obras que para a mesma forem importadas do Rio de Janeiro” e que se assinassem “Periódicos e Folhas Públicas” do país e do exterior, pois só dessa maneira os leitores poderiam acompanhar “a história do tempo manifestada diária ou mensalmente”<sup>237</sup>. Seu oferecimento foi aceito, mas nenhum de seus pedidos atendidos.

Sem desistir, Baptista Caetano inaugurou, em uma das Salas da Santa Casa da Misericórdia, a expensas próprias, aos 19 de agosto de 1827, a Livraria Pública. Foi criado um grupo de subscritores para que se pudesse manter a instituição, com uma “subscrição módica de cinco mil réis anuais”. Houve noventa assinantes que concorreram com “ações”, mas nem todos pagaram a quantia prometida e, logo no primeiro ano, praticamente todos desistiram da idéia. A partir de um pedido feito à Assembléia Legislativa, em 15 de novembro de 1827, conseguiu-se a isenção de impostos dos livros que fossem trazidos do Rio de Janeiro, conforme noticiou o periódico local *O Astro de Minas*<sup>238</sup>. Aos 06 de setembro de 1828, o acervo da Livraria foi “trasladado” da Santa Casa da Misericórdia para um dos Salões da Casa da Câmara, “não só por ficar alli mais bem accomodada, decente e util aos Cidadãos desta Villa, como pelo incomodo, que aqui causava, por se achar em huma das Sallas no interior das enfermarias”<sup>239</sup>.

Conforme disse, durante o processo de criação e manutenção da Livraria, o expediente da subscrição, muito comum no período, não auferiu tantos lucros quanto se esperava. Assim, além das subscrições, pensou-se em uma alternativa para dar continuidade ao projeto: a criação da *Sociedade Phylopolytechnica*. A Livraria Pública seria, então, administrada, protegida, e aumentada “pela Sociedade que [a] considera como seu Gabinete”. Apesar de a Sociedade ser responsável por “proteger” a Biblioteca,

---

<sup>236</sup> É importante destacar que o projeto de instrução a partir da leitura dos livros desta biblioteca não deveria ser estendido a todos, cabendo a cada um instruir-se de acordo com sua posição social.

<sup>237</sup> As informações sobre a *Livraria* aqui utilizadas encontram-se no ACMSJDR: “Livro para Subscrição voluntaria a beneficio da mantença da Livraria Publica de São João d’El Rey” (SUB 208 - 1824-1827).

<sup>238</sup> *O Astro de Minas*, n. 30, 02 de janeiro de 1828. p. 4.

<sup>239</sup> Id., n. 127, 09 de setembro de 1828. p. 1.

esta, por compor um estabelecimento que difere dos corpos daquela, teria um regimento particular, mas esses estatutos nunca chegaram a ser redigidos.

Finalizados em 30 de novembro de 1827, os *Projectos dos Estatutos da Sociedade Phylopolytechnica* foram enviados pelo diretor da Livraria Pública de São João del-Rei, Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o então Juiz de Fora da Vila, para exame e aprovação de Sua Majestade Imperial, aos 09 dias do mês de fevereiro de 1828<sup>240</sup>. A *Sociedade Phylopolytechnica* funcionaria de forma semelhante aos gabinetes alemães analisados por HABERMAS, nos quais os sócios “elegem a sua diretoria de acordo com os estatutos, resolvem por maioria sobre a aceitação de novos membros, decidem questões conflituosas, sobretudo por vias parlamentares”<sup>241</sup>.

O projeto previa que a *Sociedade Phylopolytechnica* fosse constituída de três “corpos” ou “institutos”. O primeiro seria o *Gymnasio Litterario*, que teria como finalidade “aperfeiçoar nossas faculdades pela deliberação, e pelo conflictio das Luzes em todos os assumptos dos conhecimentos humanos”, ou seja, seria este corpo um fórum de discussões. Conformer-se-ia, nos dizeres dos estatutos, em “huma escolla de perfeição, huma assembléa de ensaios”, de “índole [...] parte scientifica, parte erudita, parte instructiva”<sup>242</sup>. O segundo corpo seria chamado *Gabinete de Estudos*, descrito como um “Instituto estudioso, a fim de nos enriquecer, e pôr ao nivel das luzes da Europa culta pela leitura das peças periodicas de varias Nações”. Esse “thezouro” seria dividido com os demais interessados através de um periódico, uma “folha d’extractos” redigida pelos sócios participantes. Enquanto o primeiro corpo “nutrirá nosso Instituto do espirito das Nações cultas da Europa”, o segundo corpo teria um objetivo educativo mais amplo, pois nele se “diffundirá esse mesmo espirito sobre as bellas e remottas Provincias da nossa infante Nação”. A intenção de se tornar um instituto que desse aos leitores de seus extratos a possibilidade de se educar é muito enfatizada, pois o *Gabinete* “terá por fim o estudo, e o ensino”, ficando ocupado “em recolher, e transmittir” o conhecimento<sup>243</sup>. Por fim, haveria na sociedade um “Instituto economico”, para administrar e dirigir, denominado *Directoria*, de “índole não [...] litteraria, mas puramente administrativa”<sup>244</sup>. Em síntese, os estatutos demonstram que a sociedade em questão pretendia reunir homens para ler livros, periódicos e discutir as obras lidas e os

---

<sup>240</sup> Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica emprehendida em a Villa de São João D’El Rei, *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899. p. 815-842.

<sup>241</sup> HABERMAS, 1984, p. 92.

<sup>242</sup> *Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica...*, 1899, p. 817-818.

<sup>243</sup> Id., p. 826-831.

<sup>244</sup> Id., p. 837.

problemas relacionados ao seu tempo. Ademais, seus sócios se responsabilizariam pela publicação de um jornal que facilitasse o acesso à ciência por parte de leitores menos hábeis. Tratava-se, portanto, de um *locus* onde se articulariam saber e poder, uma vez que, para os homens do século XIX, era importante conhecer, para controlar, e saber, para se distinguir da massa de iletrados.

Apesar da intenção educativa e civilizatória dos idealizadores da *Sociedade Phylopolytechnica*, aos olhos do Estado Imperial tal empreendimento não foi tão bem visto. Em correspondência datada de 05 de março de 1828, o parecer sobre os Estatutos e o pedido de permissão para a abertura da Sociedade foram assim analisados pelo parecerista, o Visconde Cayru, que questionava: “ainda que sejam úteis as sociedades puramente Litterarias, que se pode esperar de hum Estalebecimento excentrico e sem base?”<sup>245</sup>. Essa indagação tão negativa acerca da Sociedade justificava-se, segundo o Visconde, pelo fato de que, uma vez declarando-se livre e com “liberdade de pensamento e expressão, em todos os assumptos de conhecimentos humanos” a instituição poderia “implicar com a Religião e Política” (grifos do autor)<sup>246</sup>. Além disso, os Estatutos permitiam que qualquer pessoa “cult”, de qualquer lugar pudesse ingressar na sociedade, sendo esta clausula considerada “perigosa, por dar facilidade à correspondencias sinistras com Estrangeiros”<sup>247</sup>. De acordo com Cayru, outro motivo que impedia a criação oficial desta sociedade de homens das letras em São João del-Rei era o fato de ela estar “tão remota da Corte, e sem Inspeção de Authoridade”<sup>248</sup>. Desde as primeiras povoações, no século XVIII, as Minas Gerais eram temidas pelas autoridades, pois, além de se localizar no interior do Brasil, seus habitantes eram considerados instáveis, inquietos. Todos os cuidados eram tomados com relação a Minas<sup>249</sup>.

---

<sup>245</sup> Parecer do Visconde Cayru acerca dos Projectos d’Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica empreendida em a Villa de São João D’El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899. p. 838 e 839.

<sup>246</sup> Id., p. 839.

<sup>247</sup> Id., p. 839. Preocupações e suspeitas semelhantes já haviam recaído sobre as sociedades literárias européias de final dos setecentos, sendo várias delas extintas por ordens oficiais, conforme WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CHARTIER, Roger; CAVALLLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II).

<sup>248</sup> Parecer do Visconde Cayru..., 1899, p. 839.

<sup>249</sup> Durante o século XVIII, o processo de urbanização turbulento e a relação desequilibrada entre o número de brancos e de negros nas Minas Gerais amedrontavam as autoridades portuguesas. A este respeito cf: SOUZA, Laura de Mello e. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 347-366. Ou ainda: SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Além destes espaços de sociabilidade, a *imprensa periódica* era outra alternativa das elites para a apropriação e propagação de idéias civilizatórias. Em São João del-Rei, entre 1827 e 1844, foram publicados 12 periódicos<sup>250</sup>. De acordo com Luciano da Silva MOREIRA, “imersas num ambiente efervescente, as tipografias [mineiras] tinham como função primordial produzir as armas para o combate político”<sup>251</sup>. Mônica Yumi JINZENJI afirma que, nas Minas Gerais, o surgimento da imprensa esteve relacionado a “um conjunto de condições, sejam elas materiais, políticas, geográficas ou culturais” e principalmente ao processo de urbanização vivido pela região que, desde o século XVIII, era a “mais populosa e mais urbanizada do Brasil”<sup>252</sup>. Segundo Maria Lúcia PALLARES-BURKE, havia, no século XIX, “a crença no poder das idéias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando idéias, tinha grande potencial para educar o público”<sup>253</sup>. Assim como PALLARES-BURKE, tanto MOREIRA quanto JINZENJI e ainda Wlamir José da SILVA<sup>254</sup> concordam com a idéia de que a imprensa periódica oitocentista possuía pretensões educativas. No entanto, cabe entender: qual o tipo de educação se propugnava? Qual o público se pretendia educar? Neste capítulo da tese, tentarei responder a estas questões a partir da análise de excertos publicados no periódico *O Astro de Minas*<sup>255</sup>.

---

<sup>250</sup> CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998, p. 176.

<sup>251</sup> MOREIRA, 2006, p. 115.

<sup>252</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Belo Horizonte: Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. p. 45.

<sup>253</sup> PALLARES-BURKE, M.<sup>a</sup> Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, julho de 1998, p. 147.

<sup>254</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

<sup>255</sup> Uma versão bastante rudimentar sobre este assunto encontra-se publicada. Cf. MORAIS, Christianni Cardoso. A noção de instrução no periódico sanjoanense *O Astro de Minas* (década de 20 do século XIX), In: MATA, Speranza França da *et al* (orgs.). *Direito e cidadania: interfaces científicas sob o olhar da educação*. São João del-Rei: UFSJ, 2003, p. 63-72. O periódico literário *O Recreador Mineiro*, publicado em Ouro Preto entre 1845 e 1848, participou sobre o debate referente à educação. Identificado com os princípios liberais e ilustrados, ao procurar forjar uma identidade para o país, fez da educação uma de suas bandeiras, vendo nela um instrumento civilizador e entendendo por civilização a cultura européia. “O artigo *Instrução Popular* [Tomo I. n.º. 2, 15/01/1845. p.17] é muito ilustrativo nesse sentido. Nele, ao defender-se a difusão do conhecimento e da educação, tomam-se tais elementos como bens inalienáveis à sociedade: ‘Uma explicação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, e para combater vitoriosamente, e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo.’ [...] Os redatores afirmam que comete um erro, ou melhor, um crime, aquele que se opõe a essa lida, reafirmando a importância da educação como fator de melhoria social, e que o melhor caminho para a sociedade é justamente: ‘(...) trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma, derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade.’” (MACIEL, Guilherme de Souza. *O ‘Recreador Mineiro’ e a construção da nação (Ouro Preto: 1845-48)*: formas de representação do conhecimento histórico na Construção de uma

A tipografia do *Astro* situava-se na Rua Direita da Vila de São João del-Rei, tendo sido inaugurada em 1827 por Baptista Caetano d’Almeida – o mesmo comerciante e político que iniciou a Livraria Pública já referida neste capítulo. *O Astro de Minas* vinha a lume às terças-feiras, quintas e sábados, podendo ser adquirido por subscrições (assinaturas) ou por números avulsos, na própria tipografia. Assumia-se como um jornal liberal e trazia, em seu discurso, uma função marcadamente educativa. Parecia ter largo alcance, conforme afirmava um colaborador, segundo o qual, a partir do periódico, os leitores poderiam “sem ir a lugares distantes communicar os nossos pensamentos, [e a partir] da propagação das luzes, [nos colocar] no gozo de um dos maiores bens da nossa Constituição: a Typographia”<sup>256</sup>.

São muitos os artigos que tratam da educação escolar publicados no *Astro* e a maioria deles trazia ares de descontentamento com a rede pública de ensino herdada dos tempos coloniais. Em algumas páginas, os redatores intitulavam-se “os vigilantes da educação” na Província de Minas Gerais, ao afirmar que “ora pois cumpre que os Mestres de primeiras letras tenham sempre por diante, que o *Astro* tem um exército de correspondentes nesta Província, que tudo sabe [...] e que se não procederem bem, lá iremos entender com elles”<sup>257</sup>. Tal preocupação com a “instrução” tinha como um de seus objetivos “educar” a população, para que esta pudesse se submeter à ordem pública, forjando, assim, um sentimento de patriotismo, de pertencimento à Nação, como me referi anteriormente. A construção da Nação dependia da realização do “sonho da civilização”. De acordo com Ilmar MATTOS, as elites brasileiras desejavam fortemente “que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’”. Todavia, para que isto acontecesse, era necessário instruir todas as classes, “pois, o ato de difusão das luzes [...] permitia romper com as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a barbárie”<sup>258</sup>.

No ano de 1828, nos números 80, 81, 82, 85 e 86 do *Astro de Minas*, seus editores publicaram um interessante texto, uma tradução intitulada *Do que se deve entender por instrução Nacional, e dos obstaculos, que ella encontra*, sem indicar o nome do autor ou o local e data de tal tradução. Este tipo utilização de outros impressos

---

Identidade Nacional. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. p. 78-9).

<sup>256</sup> *O Astro de Minas*, n. 09, 08 de dezembro de 1827. p. 3.

<sup>257</sup> Id, n. 59, 03 de abril de 1828. p. 3.

<sup>258</sup> MATTOS, 1994, p. 245.

pelos periódicos mineiros oitocentistas era muito comum. De acordo com Mônica Yumi JINZENJI,

a presença de excertos de obras, de capítulos de livros, ou mesmo a impressão de livros completos em números sucessivos dos jornais, permite discutir sobre uma das formas de utilização desses impressos, ou seja, o trabalho de apropriação operado pelos redatores desses jornais, que incorporavam aos seus números, das mais diversas formas, obras de cunho filosófico, moral, religioso, educativo e literário, com o objetivo de produzir um veículo de cunho educativo<sup>259</sup>.

De volta ao texto *Do que se deve entender por instrução Nacional, e dos obstáculos, que ella encontra*, logo no começo há a seguinte afirmação: “quando se falla de instrução, vem logo ao pensamento huma escola, hum Lycêo; e os seos mestres”. Mas isto não é tudo, pois “isto nao he mais do que huma parte, e talvez a mais pequena, da instrução Nacional”. Segundo as idéias do autor não identificado, a noção de instrução deveria ser tomada “no sentido mais amplo, [uma vez que] tudo o que faz pensar pode chamar-se *instrução*”. Desta maneira, com a publicação deste texto, o próprio periódico *O Astro de Minas* institui a si um papel educativo, principalmente ao publicar que “as Nações se tem civilizado em razao dos meios de comunicação das suas idéas”<sup>260</sup>. Em outro número, continuando a publicação da tradução, afirma-se que “as classes mais elevadas sentem muito fracamente a immensa vantagem, que vem dos verdadeiros conhecimentos. Milhares de prejuisos ainda se oppoem ao progresso das luzes na classe abastada da Sociedade”<sup>261</sup>. Nesta passagem, a carência de instrução para os que compunham a elite impedia esta classe de cumprir com um de seus principais objetivos: tornar-se guia do restante da sociedade, de acordo com os ideais de civilização e progresso dominantes naquele contexto. É importante lembrar que, no período em tela, a noção de cidadania estava intimamente ligada à de propriedade. Os escravos não eram, legalmente, cidadãos. Sob o ponto de vista legal, “não eram considerados pessoas, não tinham reconhecida a capacidade de praticar atos de vontade”<sup>262</sup>. Os cidadãos se dividiam “entre os que são apenas proprietários de suas pessoas e aqueles outros que são também proprietários de outrem”. Inclusive em nossa primeira Constituição (1824), “tal divisão ganha o conteúdo da diferença entre aqueles

---

<sup>259</sup> JINZENJI, 2008, p. 106.

<sup>260</sup> *O Astro de Minas*, n. 80, 22 de maio de 1828. p. 4.

<sup>261</sup> Id., n. 82, 27 de maio de 1828. p. 3.

<sup>262</sup> MATTOS, 1994, p. 110.

que são *cidadãos ativos* e os que são *cidadãos passivos*”<sup>263</sup> (grifos do autor). Os “cidadãos ativos” eram os homens proprietários de bens e escravos. Já os “passivos” possuíam apenas sua força de trabalho e a dura realidade de terem que trabalhar para se sustentar. Dessa forma, tendo que se ocupar de sua própria subsistência, os “cidadãos passivos” não podiam ocupar a cena pública, pois não eram votantes e não lhes era permitida a candidatura a cargos públicos. Portanto, no período imperial brasileiro, havia uma explícita diferenciação social baseada na posse desigual dos bens e no uso da força de trabalho escrava. Neste contexto de desigualdade regulamentada, a instrução não poderia ser a mesma para todos os extratos sociais. Assim era o pensamento do autor do texto publicado no *Astro de Minas*, que definia como “a verdadeira instrução Nacional” e ainda “a única que pode ser útil aquella, que der luz precisamente às idéas próprias de cada estado”<sup>264</sup>. Dessa forma, cada um deveria se especializar em seu ramo de trabalho ou seu estado, definido conforme o seu nascimento, pois:

he preciso, que o lavrador conheça a Agricultura; o Jardineiro o Jardim; o Pastor os Rebanhos. So esta instrucção aproveita geralmente ao povo, porque so Ella augmenta hum fundo de idéas convenientes à cada condição<sup>265</sup>.

A citação deixa bastante expresso que todos deveriam receber algum tipo de instrução, mas esta instrução deveria fazer com que cada um se mantivesse em seu lugar na sociedade. Cada qual deveria se desenvolver de acordo com o seu lugar de origem, executando seu trabalho da melhor maneira possível, uma vez que todos os tipos de ocupação eram necessários para o bem estar da Nação. O trecho a seguir corrobora esta idéia, que é central para que se entendam as primeiras décadas do período imperial brasileiro:

Os homens, que temem a instrução do povo, suppoem sempre, que os conhecimentos que lhe forem dados, o farão raciocinar sobre cousas, que não são, nem da sua compreensão, nem do seo estado. Não he bom por meio de prevenir este mal, o deixar que as idéas marchem ao acaso; convem antes, que ellas se concentrem precisamente nas condições em que podem ser úteis. Pôr os pensamentos dos homens de uma parte, e as suas occupaões da outra, he perverter a ordem da sociedade, mas pôr as condições de cada hum no

---

<sup>263</sup> Id., *ibid.*, p. 110.

<sup>264</sup> *O Astro de Minas*, n. 81, 24 de maio de 1828. p. 4.

<sup>265</sup> Id. Perspectiva similar seria defendida mais de quinze anos depois pelo periódico *Recreador Mineiro*, de Ouro Preto. A instrução era “encarada como um fator de desenvolvimento moral dentro de limites pré-estabelecidos”, cabendo a “cada individuo [...] adquiri-lo e empregá-lo apenas dentro do seu lugar na hierarquia social, melhor inserindo-se na sociedade”. Na verdade, os redatores do periódico ouropretano negavam que a educação devesse objetivar mudanças sociais e, pelo contrário, legitimavam a preservação das diferenças sociais (MACIEL, 2005, p. 80-81).

circuito das suas occupaçoens: concentrar as suas idéas nos deveres do seo estado, he consolidar o systema Social<sup>266</sup>.

A falta de instrução, a ignorância, deveria ser combatida, uma vez que era vista como sinônimo da “actividade do pensamento abandonada ao acaso, e esta actividade humana he muitas vezes destructiva”<sup>267</sup>. A instrução de todos os setores sociais só deveria ser incentivada se cada qual ocupasse seu lugar, tornando-se útil ao progresso da Nação brasileira que se encontrava em constituição. Mas para ser útil, a instrução para o povo deveria ser voltada, sobretudo, à moral e ao trabalho, pois “he preciso para que a maquina social trabalhe com regularidade, que cada huma das suas rodas gire de concerto com as outras: isto he, convém ser bom Magistrado, bom Militar, bom Negociante, e bom Lavrador”<sup>268</sup>. De acordo com o ideário publicado no *Astro de Minas*, a educação escolar não devia ser oferecida a todos os cidadãos. Mas todos deveriam receber algum tipo de instrução, desde que adequada ao papel que cada um deveria cumprir para o bom funcionamento da sociedade.

Era importante haver este tipo de educação voltada ao mundo do trabalho, para aqueles que deveriam se ocupar dos ofícios manuais, contribuindo para o bom funcionamento da sociedade. Estes poderiam até se apropriar das habilidades elementares de ler, escrever e contar. Mas tais conhecimentos não eram indispensáveis para o bom desenvolvimento do trabalho de um agricultor, ou de um criador de gado, por exemplo. Uma pequena parcela dos cidadãos deveria ser educada de forma mais refinada, com o objetivo de “guiar” os menos cultos e de zelar para que as normas e a ordem fossem respeitadas, ocupando os cargos do poder. A estes caberia uma instrução totalmente voltada para o mundo da cultura escrita. Entretanto, qual seria exatamente a instrução que se indicava para esta parcela da sociedade imperial? Esta questão também pode ser respondida a partir da leitura do periódico *O Astro de Minas*. Poucos meses após a publicação da Lei de 15 de outubro de 1827, em artigo não assinado e publicado no *Astro de Minas*, elogiava-se o estabelecimento da referida legislação, que regulou o estabelecimento das Escolas de Primeiras Letras. Além da necessidade do cumprimento da legislação que regulava o ensino elementar, afirmava-se no artigo que, na primeira sessão do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais, aos 7 dias de janeiro de 1828, o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, dizia ser “de igual urgência [...] a

---

<sup>266</sup> *O Astro de Minas*, n. 81, 24 de maio de 1828. p. 4.

<sup>267</sup> Id., n. 82, 27 de maio de 1828. p. 3.

<sup>268</sup> Id., n. 86, 05 de junho de 1828. p. 4.



execução da Resolução de 15 de Novembro de 1827 que estendeo alguns art. daquela importantissima Lei às Escolas de grammica Latina”<sup>269</sup>. A proposta do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, aprovada na Assembléia mineira, consistia em que as diversas Câmaras de toda a Província de Minas fossem ouvidas sobre os números de escolas de Latim que havia em seus Termos. Vasconcelos propunha que as Câmaras indicassem quais aulas de Latim deveriam ser mantidas e quais, por sua vez, seriam extintas, conforme a população de cada vila e suas necessidades locais<sup>270</sup>. Tal proposta se encontrava em acordo com o artigo 2º da Lei de 15 de outubro de 1827, apesar desta legislação se ocupar exclusivamente das aulas de Primeiras Letras, conforme demonstrei em páginas anteriores, neste mesmo capítulo. A opinião do autor do texto publicado no *Astro*, que afirmava ser “cidadão sanjoanense”, era de que “o Illm. Senado desta Camara [de São João del-Rei] deve restringir muito o numero das Cadeiras de grammica Latina, senão inteiramente propor a sua abolição”<sup>271</sup>. Segundo o “cidadão sanjoanense”, as aulas públicas de Latim não deveriam mais existir em face de que “a *lingoa Latina he huma lingoa morta, e nao sciencia, como crê muita gente*”<sup>272</sup> (grifos meus). A única utilidade em se continuar a oferecer esta língua morta era para servir aqueles que pretendiam ingressar no “estado Ecclesiastico, e isto emquanto a Missa, e mais Officios Divinos nao se resarem na lingoa Brasileira”<sup>273</sup>. A dedicação ao estudo do Latim em pleno século XIX era considerada como perda de tempo, tendo em vista que “todas as melhores producções da antiguidade estao tradusidas, e as traducções excedem os originaes”<sup>274</sup>. Mas o que o artigo apontava como o principal problema em se manter as aulas públicas de Língua Latina era o fato de que

o antigo e detestavel governo absoluto, tanto nos aconselhava o estudo desta lingoa, se era franco no estabelecimento de Cadeiras, em que fosse ensinada, era porque lhe convinha consumir o nosso tempo em estudos estéreis, para o não empregarmos nos das sciencias, que arriscava o seo governo, dando-nos o conhecimento de nossos direitos e dignidade<sup>275</sup>.

---

<sup>269</sup> Id., n. 29, 24 de janeiro de 1828. p. 2.

<sup>270</sup> O Deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos responsáveis pela elaboração da Lei de 15 de outubro de 1827. Durante as décadas de 1820 e 1830, envolveu-se profundamente nas discussões acerca da instrução pública. Membro do Conselho Provincial de Minas Gerais, esteve à frente dos projetos de reforma educacional da dita província, conforme FARIA FILHO, Luciano; ROSA, Walquíria Miranda. O Ensino Mútuo em Minas Gerais, In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 184.

<sup>271</sup> *O Astro de Minas*, n. 29, 24 de janeiro de 1828. p. 2.

<sup>272</sup> Id.

<sup>273</sup> Id.

<sup>274</sup> Id.

<sup>275</sup> Id.

Prender-se a uma tradição de tempos coloniais era insistir no obscurantismo e na ignorância, que alimentavam o despotismo do qual o Brasil já se encontrava livre. O texto anônimo, publicado no *Astro de Minas*, lembrava aos leitores que, após a Constituição de 1824, os cidadãos deveriam zelar pela liberdade, buscando o primado da razão. Nestes novos tempos, o estudo do Latim era a garantia da aquisição de um conhecimento inútil. Ao fazer uso da cobrança de impostos para manter as aulas públicas, a principal obrigação do Estado Provincial no setor educativo era oferecer escolas que pudessem contribuir para o bem público. O Estado deveria, dessa maneira, oferecer conteúdos com uma determinada escala de prioridade. Segundo o “cidadão sanjoanense”, primeiramente deveriam ser financiados “os estudos necessários”, em segundo lugar, “os úteis” e, por fim, “os de mera curiosidade, como o latim”<sup>276</sup>. Se não fosse possível abolir completamente, dever-se-ia “ao menos muito diminuir o numero das Cadeiras de grammatica Latina”<sup>277</sup>, que pertencia ao grupo de estudos de mera curiosidade. Tomando como referência e objetivo final o bem público, as escolas de Primeiras Letras se enquadravam no nível de estudos necessários e sobre as quais o artigo afirmava:

multipliquem-se quanto ser possa, até porque assim o prescreve a Constituição do Imperio art 179 §. 39. E permita-nos a Camara, que lhe recomendemos toda a sua attenção nas palavras deste §. = A instrucção primaria, e gratuita á todos os Cidadãos = [...] Ha muito a esperar de escholas de primeiras letras estabelecidas na forma prescripta na citada Lei de 15 de Outubro<sup>278</sup>.

De acordo com o artigo publicado no *Astro de Minas* em janeiro de 1828, esperava-se das escolas de Primeiras Letras que elas fossem o lugar privilegiado para o qual a mocidade se dirigiria com o intuito de aprender “os principios de nossa Sancta Religiao, a Constituição do Imperio, e a grammatica da lingua Brasileira”<sup>279</sup>. Estes estudos, tratados nas escolas elementares e indicados no artigo 6º da Lei de 15 de outubro de 1827, eram vistos como necessários, pois que garantiriam a obediência dos cidadãos civilizados às principais instituições da Nação. Ademais, as Primeiras Letras eram o primeiro passo, indispensável para aqueles que estivessem em condições de seguir seus estudos, uma vez que “hum moço instruido em taes escholas [de Primeiras

---

<sup>276</sup> Id.

<sup>277</sup> Id.

<sup>278</sup> Id.

<sup>279</sup> Id.

Letras] fica habilitado para o estudo de quaesquer Sciencias, e eu accrescento, que ainda mais, que qualquer Archi-Sabichao de Latim”<sup>280</sup>.

A busca pela implantação da ciência garantiria o ingresso do Império do Brasil no rol das “Nações civilizadas”. Este era o principal argumento utilizado pelo autor (ou autores) do artigo para justificar o fim do investimento público nas aulas de Gramática Latina. Na conclusão do artigo, para comprovar a total inutilidade das aulas públicas de Latim, recorre-se aos nomes daqueles que eram considerados os “grandes Escriutores”:

bastará citar os nomes para sempre memoraveis na Republica das Letras de Bentham, Say, e Benjamim Constant. Rosseau [sic], o mais eloquente, e profundo Escriptor do Século 18, nao sabia latim, e eu penso, que os grandes conhecimentos nesta lingua obstao aos progressos da eloquencia<sup>281</sup>.

Em conformidade com este modo de pensar, em abril de 1828, foi publicado outro artigo sobre as medidas tomadas pelo Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos para aumentar a oferta de cadeiras de Primeiras Letras. Também sem ser mencionado o nome do autor, segundo este outro texto publicado no *Astro de Minas*,

correm impressas varias propostas do mesmo Sr., de que a principal he a circular às Camaras da Província, communicando-lhes a resolução do Concelho sobre as localidades, e numeros das escollas de primeiras letras, e de grammatica latina, e sobre os compêndios para o ensino nessas escolas<sup>282</sup>.

A divulgação da circular referente ao estabelecimento das aulas públicas entre as câmaras mineiras suscitava algumas reflexões. Primeiramente, a adequada distribuição do número de cadeiras de Primeiras Letras com relação à população da Província era digna de louvor:

Propos o Sr. Vasconcellos a creação de cem Cadeiras de primeiras letras nos lugares mais apropriados pela sua posição, e população; e he demasiado numero. Esta Província orça por 700:000 habitantes, cabendo assim huma escola a 7:000 habitantes. E he so com este numero, que se podem preencher as vistas da nossa Constituição, que no art. 179 garante a instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos<sup>283</sup>.

Quanto às cadeiras de Gramática Latina, afirmava o artigo que o Deputado Vasconcelos julgou “(ah! com que dôr o digo!) que se devião abolir a metade das Cadeiras de grammatica latina desta Província”. E continuava o autor a constatar que extinguir somente a metade das referidas cadeiras era pouco e, ironicamente,

---

<sup>280</sup> Id.

<sup>281</sup> Id., p. 2-3.

<sup>282</sup> Id., n. 59, 03 de abril de 1828. p. 2.

<sup>283</sup> Id., p. 3.

contabilizava que “lá se forão pois as muito luminosas Cadeiras da dourada grammatica latina do Salgado, Rio Preto, Conceição do Serro, Tejuco, Caethé, Queluz, S. José, e a do Sr. Alcibiades em Baependy”. Segundo o autor do artigo, tal supressão de cadeiras era, para seus professores, uma calamidade. E “valha-nos Deos com esta calamidade!”. Não satisfeito com a ironia, carregava nas tintas e partia para a zombaria, dizendo-se extremamente preocupado com aqueles professores sem cadeiras, pois “quanto não chorarao os novos Jesuítas do Brasil, vendo diminuir-se o numero das escolas de grammatica latina, poderosas alavancas, com que promovião o embrutecimento do Povo os seos detestaveis antecessores!”<sup>284</sup>. De modo esperançoso, dizia que, na medida em que as aulas públicas de Latim fossem diminuindo, “a instrução vai a diffundir-se, as luzes vão espancando as trevas, e temos fé de que não consolidarão o seo imperio os Jesuitas”<sup>285</sup>.

Luzes da razão contra as trevas da ignorância: estes eram valores buscados pelos liberais brasileiros do século XIX, herdeiros das Luzes francesas. Para que o sonho da civilização pudesse ser alcançado, tudo o que se vinculasse ao período colonial deveria ser combatido. Neste movimento de afirmação de uma nova ordem, a Gramática Latina, cultura sem utilidade relacionada à herança jesuítica, tornava-se sinônimo de apego ao passado colonial. Recaía contra o Latim o título de empecilho à criação de uma nova Nação, baseada na Constituição e na obediência dos cidadãos às leis que visavam ao bem público. Em vez do Latim, as aulas de Primeiras Letras deveriam ser privilegiadas, mas o método individual, até então utilizado, já não mais se adequava aos tempos pós-Independência. Era preciso um novo método, mais racional do que o método individual “esse gothico methodo de ensino”<sup>286</sup>, utilizado desde os tempos jesuíticos. O método indicado para ensino das Primeiras Letras, nas escolas das maiores vilas do Império, de acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827, era o *método do ensino mútuo*. A este método foi dada tamanha importância na legislação que se convencionou, no período, referir-se à Lei de 15 de outubro também como “Lei do Ensino Mútuo”.

O método do ensino mútuo, indicado na referida lei imperial que tratava de organizar as escolas elementares, foi criado na Inglaterra, no final do século XVIII. Seus promotores, André Bell e Joseph Lancaster, definiram em suas obras os seus princípios pedagógicos, que combatiam o método individual – o qual era criticado por ser moroso

---

<sup>284</sup> Id.

<sup>285</sup> Id.

<sup>286</sup> Id., n. 29, 24 de janeiro de 1828. p. 2.

na formação dos estudantes e gerar imensa indisciplina nas salas de aula. Na França, o novo método foi aplicado primeiramente em Paris, no ano de 1815. De acordo com Pierre LESAGE, na pedagogia do Ensino Mútuo, o aluno ocupava lugar central, sendo o agente de educação principal das salas de aula. Isto se dava na medida em que a responsabilidade pelo bom funcionamento da aula era dividida entre o professor e os monitores, também chamados de “decuriões”. Com a assistência de vários monitores, um único professor poderia lecionar para até mil alunos, dispostos de modo organizado em um só ambiente. Isto só era possível porque os alunos eram divididos em grupos e um monitor ficava responsável por orientar cada grupo de até dez estudantes (ou “decúrias”). A ajuda do professor era solicitada apenas quando os monitores não conseguiam resolver as indagações dos colegas menos adiantados. Nesta medida, os monitores eram o elemento chave para o bom funcionamento da aula. Os prêmios e castigos (melhor dizendo, a emulação) eram fundamentais para que a ordem e a disciplina fossem mantidas nas classes. Essa experiência de um professor ensinando a mil alunos com o auxílio de monitores fora vivida com êxito em Londres, na escola comandada por Lancaster. A organização escolar das escolas de Bell e Lancaster previa que os alunos ocupassem o mesmo espaço, mas que fossem divididos em “classes” diferentes, estabelecidas conforme as disciplinas em estudo e os níveis de conhecimento dos alunos. A turma poderia ser dividida em até oito classes de leitura, escrita, doutrina cristã e outras oito de aritmética. Como disse na *Introdução* desta tese, o método lancasteriano estabelecia que os ensinamentos de leitura e escrita fossem feitos de modo simultâneo e não de maneira sucessiva, como no método individual. Nas escolas lancasterianas, para que se realizasse um trabalho eficiente e econômico, o mobiliário específico e os materiais de uso cotidiano eram de extrema importância: bancos, púlpitos, estrados, relógio, círculos de leitura, mesas de areia, quadros negros e ardósias eram indispensáveis. Os livros, por sua vez, eram postos em uma posição de inferioridade com relação aos quadros dependurados à frente da classe. Ao contrário dos livros, estes quadros serviam a vários alunos ao mesmo tempo, economizando recursos e tempo. Os agrupamentos das classes de ler, escrever e contar eram flexíveis, dependendo do adiantamento dos alunos. Um mesmo estudante poderia participar, por exemplo, da terceira classe de leitura, segunda de escrita e primeira de aritmética, conforme os níveis de conhecimento que demonstrasse em cada disciplina. As

disciplinas escolares possuíam um programa organizado de acordo com os tratados que foram publicados pelos estudiosos e propagandistas do método<sup>287</sup>.

Conforme Luciano Mendes de FARIA FILHO e Walquíria Miranda ROSA, as primeiras discussões sobre o método mútuo em Minas Gerais datam de 1823, ano em que foi publicada uma portaria, segundo a qual “um soldado ‘tropa de linha’ [fora retirado] para aprender o sistema lancasteriano e, [posteriormente], praticá-lo nas aulas públicas” da Província. Em 1825, a notícia sobre a utilização do novo método na Europa e explicações sobre sua aplicação e suas vantagens, foram publicadas pelo jornal *O Universal*, periódico de Ouro Preto que circulou entre 1825 e 1842<sup>288</sup>. FARIA FILHO e ROSA consideram este periódico da Capital mineira o maior propagandista do novo método, uma vez que dedicou, em 1825, uma extensa matéria sobre o tema, intitulada “Educação elementar”. Tal matéria ocupou nada menos do que 14 números do jornal, que ia à lume três vezes por semana. Além de descrever o histórico do método, o longo artigo indicava os materiais a serem utilizados nas aulas e descrevia a organização das classes, exemplificando como as mesmas deveriam funcionar. Apontava, ainda, as grandes vantagens do método do ensino mútuo sobre o método individual de ensino, quais sejam: a economia de tempo e de recursos, uma vez que era um método objetivo e que um mesmo professor poderia ensinar a até mil alunos e a possibilidade de se “generalizar a instrução das classes necessária às classes inferiores da sociedade”<sup>289</sup>.

A primeira escola pública a empregar o método lancasteriano na Província de Minas Gerais foi a de Ouro Preto. Instalada em 1826, sob a direção de José Carlos Marink, esta escola serviu, de acordo com Marilaine Soares INÁCIO, de modelo para

---

<sup>287</sup> Todas estas explicações sobre o método de Lancaster e Bell foram retiradas de: LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas escolas mútuas no século XIX, In: BASTOS; FARIA FILHO, 1999. p. 09-24. Acerca da circulação de tratados sobre o método mútuo no Brasil, cf.: JINZENJI, Mônica Yumi. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Em sua dissertação, JINZENJI analisa um tratado publicado no Brasil em 1839, intitulado *Curso Normal para professores de primeiras letras ou direcções relativa á educação physica, moral e intellectual nas escolas primarias*, escrito pelo Barão De Gerando, um francês seguidor do método de Lancaster. Outro propagandista do método mútuo era José Carlos Mairink, que publicou, em 1828, o *Compendio explicativo sobre o methodo de ensino mutuo*. Sobre este outro compêndio, que teve ampla circulação em Minas Gerais, veja: INÁCIO, Marilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. Tal obra de Mairink encontrava-se à venda em São João del-Rei, na seção de *Avisos do Astro de Minas*: “Compêndios explicativos sobre escolas de Ensino Mutuo pelo Professor da I. C. do Ouro Preto José Carlos Mairinki; seo preço 320 réis”. *O Astro de Minas*, n. 129, 19 de setembro de 1828. p. 4.

<sup>288</sup> FARIA FILHO; ROSA, 1999. p. 178.

<sup>289</sup> Id., *ibid.*, p. 180. Sobre o Método do Ensino Mútuo em Portugal, na Iberoamérica, e em outras Províncias do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ver: BASTOS; FARIA FILHO, *op. cit.*, 1999.

as demais da Província, uma vez “que, se comparada às outras escolas, a de Ouro Preto recebeu especial atenção do governo”<sup>290</sup>. A segunda foi a da Vila de São João del-Rei, em 1827, dirigida pelo Cadete José Queiroga de Vasconcelos e Ataíde, sobre a qual será dada especial atenção no decorrer deste capítulo da tese.

Em São João del-Rei, aos 25 dias do mês de março de 1828, em uma nota publicada no *Astro de Minas*, afirmava-se que o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos estava encarregado pelo Conselho da Província de inspecionar a aula de Ensino Mútuo da Capital e que, para tanto, o Deputado a freqüentava com assiduidade, havendo nela muitos alunos matriculados. Sendo considerada a “escola modelo” a ser seguida por todos os mineiros, dizia-se, no *Astro*, que “espera-se que aquella aula se aperfeiçoe, e sirva de norma para as outras, que se houverem de estabelecer na Província”<sup>291</sup>.

Corroborando a matéria intitulada “Educação elementar”, publicada em 1825 no jornal *O Universal* e citada em linhas anteriores deste capítulo, o *Astro de Minas* fez publicar uma “circular da Sociedade do Ensino Mútuo da França”. Segundo o redator do *Astro*, tal “circular” já havia sido publicada no *Diário Fluminense*, periódico do Rio de Janeiro. A matéria, reproduzida no *Astro de Minas* de 12 de junho de 1828, destacava duas das principais vantagens do método do ensino mútuo: “a economia do tempo, e a barateza”. Assim como o texto publicado no *Universal* em 1825, a “circular” impressa em São João del-Rei, partia do pressuposto de que

o ensino primario deve ser proporcionado a toda classe de pessoas, ainda aos mais indigentes da associação civil, e he a esse fim que se dirige principalmente o Ensino mutuo, que nao he senao a ordem introduzida nas escolas, para instruir maior numero de alumnos por menos dinheiro, e em menos tempo<sup>292</sup>.

Esta matéria, publicada no número 89 do *Astro de Minas*, se mostrava menos excludente do que a intitulada *Do que se deve entender por instrução Nacional, e dos obstaculos, que ella encontra*, publicada, como disse, também em 1828, nos números 80, 81, 82, 85 e 86 do mesmo jornal. De qualquer maneira, os textos, em si, não eram contraditórios, apesar de o segundo afirmar explicitamente que o ensino elementar deveria ser oferecido a todas as categorias sociais.

---

<sup>290</sup> INÁCIO, 2003, p. 135.

<sup>291</sup> *O Astro de Minas*, n. 55, 25 de março de 1828. p. 1.

<sup>292</sup> Id., n. 89, 12 de junho de 1828. p. 4.

O que chama a atenção na matéria publicada no número 89 do *Astro* é a ênfase dada ao método do ensino mútuo, considerado extremamente conveniente para uma Nação como o Brasil, pois permitiria pôr em prática um projeto de escolarização das camadas mais baixas da população. O projeto de escolarização das camadas populares do século XIX possuía, segundo Mônica Yumi JINZENJI, “caráter marcadamente civilizatório, ao mesmo tempo que excludente [...] era, enfim, entendido como um mecanismo de intervenção decisiva do Estado sobre a população pobre”<sup>293</sup>. Educar os cidadãos livres e pobres, de maneira rápida e econômica, era importante para manter sob controle “as massas perigosas” – denominação dada às camadas livres e pobres no período em estudo. Ainda conforme JINZENJI, “as palavras de ordem voltadas para os pobres seriam a *submissão* e o *respeito às autoridades e à ordem*, não lhes sendo proporcionada a participação política” (itálicos no original)<sup>294</sup>. Corroborando as idéias de JINZENJI, Luciano Mendes de FARIA FILHO também chama a atenção para esta faceta excludente e autoritária da educação propugnada pelas elites para as camadas pobres do Brasil, durante o período imperial. Nas palavras do pesquisador: “a nação que se queria construir acabava por deixar claros os limites da inclusão. Ela seria positiva desde que não colocasse em risco as formas tradicionais de submetimento da maioria ao jugo e à exploração da elite imperial”<sup>295</sup>. O método lancasteriano seria o ideal para que tal intento fosse alcançado, uma vez que seus aspectos quantitativos asseguravam empregar um número mínimo de professores para ensinar ao maior número de alunos, os quais obteriam uma formação básica, doutrinária, submetida à hierarquia e à ordem e em tempo reduzido.

Retomando a circular da *Sociedade do Ensino Mútuo da França* reproduzida no *Astro de Minas* em 1828, afirma-se na publicação que a Dinamarca “conta 2.000 aulas Lancasterianas”. Todavia, o método do ensino mútuo aqui não prosperava como em outras nações. A circular trazia indícios para explicar o fracasso do ensino mútuo no Brasil. Dentre as causas do insucesso, asseverava que a principal era “a forma Militar, que se lhe deu desde o principio, pela desgraçada lembrança de mandarem fundar nas

---

<sup>293</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846), In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.). *Histórias da educação: histórias de escolarização*. Belo Horizonte: Horta Grande, 2004. p. 58.

<sup>294</sup> Id., p. 59.

<sup>295</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX, In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. p. 173.



diferentes Províncias aquelle systema de ensino por Sargentos, e Cadetes destacados da Corte”<sup>296</sup>.

Com relação ao mau êxito do método, de acordo com FARIA FILHO e ROSA, já em 1835 o Relatório do Presidente da Província indicava que o Método do Ensino Mútuo encontrava dificuldades de ser aplicado efetivamente, conforme seus princípios, em Minas Gerais:

O número de escolas de ensino mútuo era de apenas nove, as de ensino individual para meninos era de 108 e, para meninas, 13. As de ensino mútuo atendiam a 635 meninos (média de 70,5 por escola); as de ensino individual de meninos, a 2.239 (média de 20,7 por escola), e as escolas de ensino individual para meninas, a 236 (média de 18,2 por escola). Esses números de meninos ou meninas das escolas nos mostram que uma escola de ensino mútuo, apesar de atender mais de 3,5 vezes o número de meninos ou meninas atendidos por uma de ensino individual, estava longe de ser freqüentada por uma “multidão” deles, conforme preconizado quando da sua defesa<sup>297</sup>.

Em sua dissertação de mestrado, Marcilaine Soares INÁCIO constata que não foi possível às escolas públicas de Minas da primeira metade do século XIX incorporar plenamente as inovações trazidas pelo método mútuo ou por outros métodos de ensino propugnados no período ao qual dedicou sua pesquisa (1825-1852). Um grande obstáculo para a completa implantação do método do ensino mútuo observado pela pesquisadora foi a falta de materiais escolares específicos. A partir de inventários de bens da escola de Ouro Preto, considerada modelo a ser seguido na Província de Minas, INÁCIO demonstra que, em seus primeiros anos de funcionamento, esta escola possuía quase todos os móveis, equipamentos e materiais de consumo necessários para a prática do ensino mútuo, como: “areeiros, tabelas, compêndios, pedras e lápis para escrever em pedra”<sup>298</sup>. Já a escola de Diamantina, considerada pela pesquisadora um caso especial, chegou a funcionar graças à insistência de seu professor, Joaquim Zacharias Pacheco. Este mestre de Primeiras Letras enviou nada menos do que 14 correspondências à Presidência da Província, entre 1827 e 1838, solicitando insistentemente um local

---

<sup>296</sup> *O Astro de Minas*, n. 89, 12 de junho de 1828. p. 4. Teresa CARDOSO também encontrou indícios de associação do ensino escolar com o recrutamento militar, mas em se tratando do período colonial. Em 1762, o professor régio Luiz dos Santos Vilhena, da Bahia, afirmava que a guerra entre Portugal e Espanha de 1762 fez haver uma grande evasão escolar, uma vez que “o medo do recrutamento militar fez diminuir drasticamente o número de alunos” (CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 139).

<sup>297</sup> FARIA FILHO, Luciano; ROSA, Walquíria Miranda. O Ensino Mútuo em Minas Gerais, In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 186).

<sup>298</sup> INÁCIO, 2003, p. 136.

apropriado e utensílios necessários à perfeita execução do método lancasteriano. Após extrema perseverança, em 1838 foram dadas, ao mestre Joaquim Zacharias Pacheco, condições para que sua escola funcionasse conforme o método do ensino mútuo, “mesmo já estando comprovado o fracasso do sistema lancasteriano em Minas Gerais e havendo sinais de que o governo já estava em busca de um outro método de ensino.”<sup>299</sup>

Todavia, além de indicar as causas do malogro, a circular da *Sociedade do Ensino Mútuo Francesa*, publicada no *Astro de Minas*, indicava uma solução para que o método fosse implantado de maneira definitiva e pudesse frutificar. A saída era a Assembléia Legislativa autorizar que se mandasse à Inglaterra ou à França “quatro ou seis moços habeis, que alli se instruissem em todo o processo das escolas de Lancaster”, para que posteriormente “enxertassem no Brasil aquella planta, em toda a sua força, o que nao exige grandes despesas, e pode concluir-se em breve praso”<sup>300</sup>.

Em São João del-Rei também foi instituída uma destas aulas que se pautavam pelo método lancasteriano. Em correspondência enviada ao redator do periódico *O Astro de Minas*, o “Inimigo do inutil de mistura com o desagradavel” afirma ter se mudado para São João del-Rei com seus dois filhos para que os meninos pudessem ser educados na escola pública da vila e se refere a São João del-Rei nos seguintes termos:

Carregou a fama nas ligeiras azas, e espalhou por este sombrio retiro, onde habito, que a Villa de S. João d’El-Rei era a melhor da Provincia, e em fim o Paraizo das Minas; que nella havião magnificos templos, soberbos edificios, casa de Misericordia, Biblioteca, Imprensa, dois Medicos Inglezes, hum Portuguez, Cirurgioes approvados em Cirurgia, e Medicina, cinco boticas, vinte e quatro lojas de fazendas secas, dezassete armazens de efeitos do Reino, e muitos da terra, huma aula de Grammatica Latina, e outra de Ensino mutuo, pagas pelos cofres da Nação<sup>301</sup>.

Considerando estas boas condições, o pai de família se mudou para São João del-Rei e, ao chegar na localidade, hospedou-se na casa de um compadre, dando-lhe a boa notícia de que trazia os dois meninos para serem educados na aula do ensino mútuo. Mas o compadre alertou que, na referida aula, os estudantes, “que com o primeiro Padre Mestre eram mais de cem, hoje he o numero tão diminuto, que causa espanto!!”, uma vez que todos os pais de família, tanto os “abastados, mas ainda os indigentes tem tirado desta Aula os seos filhos”<sup>302</sup>. A solução encontrada pelos pais de São João del-Rei para que seus filhos continuassem a estudar era enviá-los a aprender

---

<sup>299</sup> Id., p. 142-143.

<sup>300</sup> Id.

<sup>301</sup> *O Astro de Minas*, n. 14, 20 de dezembro de 1827. p. 2.

<sup>302</sup> Id.

com professores particulares: “com Guilherme José da Costa, homem pardo casado, de boa vida, e costumes, e com Antonio Dias Pereira, homem creoulo casado, e de igual procedimento, em cujas Aulas se conta mais de cem discípulos”<sup>303</sup>.

Ao se deparar com esta situação, confrontando-se com uma realidade que não correspondia à fama da Vila para a qual se mudara com o objetivo de educar seus filhos, o “Inimigo do inutil de mistura com o desagradavel” desabafava ironicamente e finalizava sua carta, dizendo que,

nestes termos, Sr. Redator, vou mandar meos filhos hum para o Mestre Guilherme, e outro para o Mestre Antonio, eu quero pagar estes dous Mestres, e tambem subsidios literarios, voluntarios, decimas, sizas, meia sizas, doblas, carnes verdes, sellos, passagens de huma ponte distante desta Villa meia legoa, e da outra legoa e meia, tudo tudo para ordenados, e gratificações, dos que nao trabalho [sic]<sup>304</sup>.

Considerando as especificidades da imprensa oitocentista, esta história publicada no *Astro de Minas*, da mudança do pai com seus dois filhos para a Vila de São João del-Rei, era, muito provavelmente, fictícia. Na época, eram comuns estas correspondências publicadas sob pseudônimos, escritas até mesmo pelos redatores dos periódicos, para suscitar o debate sobre temas naquela altura candentes. Porém, a referida evasão dos alunos da escola do ensino mútuo de São João del-Rei, nos idos de 1827-1828, realmente aconteceu, podendo ser atestada a partir de outras fontes. Esta situação deu origem a uma série de debates entre os professores e a Câmara Municipal da Vila, publicados até mesmo no *Astro de Minas*. Tais discussões da opinião pública sobre o projeto imperial de escolarização são de interesse central para o presente capítulo da tese, e é sobre esta questão que doravante deter-me-ei.

A escola de ensino mútuo instituída em São João del-Rei teve como seu primeiro dia letivo a data de 28 de março de 1827. Em 1828, a Câmara Municipal da Vila registrou a existência de uma aula de Primeiras Letras do ensino mútuo e de outra cadeira, de Gramática Latina, também paga pelos cofres públicos, ambas criadas exclusivamente para atender ao sexo masculino<sup>305</sup>.

A implementação da aula do ensino mútuo gerou uma série de questionamentos no período de sua instalação. Tanto na documentação da Câmara Municipal, quanto no principal periódico local, *O Astro de Minas*, é possível acompanhar os embates das

---

<sup>303</sup> Id.

<sup>304</sup> Id.

<sup>305</sup> ACMSJDR: CAED 68, fl. 163.

famílias e dos mestres particulares contra a escola pública e as dificuldades desta instituição em se firmar como promotora do ensino na sociedade de então. Ao responder à Presidência da Província sobre a situação da aula do ensino mútuo, por meio de um ofício, a Câmara Municipal de São João del-Rei afirmava que “não podendo bem descobrir qual o motivo da deserção que da escola do ensino mútuo, aqui estabelecida, tem feito a maior parte dos alunos nela matriculados”<sup>306</sup>, pedira uma informação ao diretor da referida escola, o cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde. Sendo dada a resposta à Câmara, a mesma se incumbia de lha remeter à Presidência da Província, asseverando que a julgava “mui verídica em vista das observações que tem feito”<sup>307</sup>.

O cadete, em suas observações, datadas de 1º de fevereiro de 1828, informava que, no início de seus trabalhos, a aula do ensino mútuo contava com mais de 90 meninos matriculados, como poderia ser observado em seu livro de matrícula. Mas houve um movimento de evasão dos estudantes, fato atribuído pelo diretor, primeiramente, aos “falsos boatos de Instruções Secretas para recrutamento assoalhados, segundo creio, por anúncios do bem público não obsta-se esses boatos unidos ao Recrutamento aqui aberto”<sup>308</sup>. Estes falsos boatos, aliados à “ignorância dos pais de alguns meninos”, segundo as palavras do cadete,

lhes tem feito crer que a Matrícula, a que [os estudantes] são sujeitos antes de sua admissão à escola e sobretudo certos movimentos que executam a passarem da escrituração, leitura, e vice-versa [são consideradas] preliminares indispensáveis ao que se destinam à carreira das Armas<sup>309</sup>.

Além da matrícula e dos “movimentos” feitos pelos alunos, a presença constante do cadete na escola, segundo ele próprio, causava alarme entre os pais. De acordo com suas palavras, “sem dúvida a minha assídua presença na Escola e ninguém poderá negar que esta é quem nutre ainda as desconfianças, e suspeitas”<sup>310</sup>. Mas o cadete José de Queiroga acreditava que estas suspeitas se desvaneceriam logo que ele se ausentasse da escola, com o fim do trabalho que viera executar em São João del-Rei, que se restringia a implantar o novo método de ensino. O cadete dizia que se esforçava para demonstrar ao público “=que eu não sou mais que o Instituidor desta Escola, e não o seu professor=”<sup>311</sup>. José de Queiroga acreditava que, assim que “o Povo se persuadir desta

---

<sup>306</sup> Id.

<sup>307</sup> Id.

<sup>308</sup> Id., fl. 164v.

<sup>309</sup> Id.

<sup>310</sup> Id. fl. 165.

<sup>311</sup> Id.

verdade, afluirão infinitos meninos, que o vão receio dos pais tem levado à fuga; ao menos é esta minha íntima convicção”<sup>312</sup>.

Esta questão, tratada pelo cadete como “mera ignorância” dos pais de família de São João del-Rei, em fevereiro de 1828, data da produção das observações de José de Queiroga, fora experimentada também em alguns países da Europa e em outras partes do Brasil. A associação entre ensino lancasteriano e exército era recorrente e definitivamente dava margem à desconfiança dos pais de alunos. As primeiras escolas régias que se utilizaram do método lancasteriano em Portugal também eram militares. No período imediatamente posterior à saída das tropas napoleônicas das terras lusitanas, algumas unidades do exército português instalaram aulas do ensino mútuo para formar oficiais de nível médio, na década de 1820<sup>313</sup>. Em seu estudo, Rogério FERNANDES afirma que possivelmente “o conhecimento do ensino mútuo entre nós [portugueses] tenha a ver com a existência de oficiais ingleses no Exército”<sup>314</sup>. Em terras brasileiras, Heloisa VILLELA afirma que, a partir da década de 1820, “o Estado implantaria oficialmente o método a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra”<sup>315</sup>. Portanto, a primeira iniciativa de implantação oficial do método no Brasil já relacionava os militares ao ensino mútuo. De acordo com Maria Lúcia HILSDORF, o ensino mútuo na Província de São Paulo foi instituído antes da Lei de 15 de outubro de 1827, mas também “por intermédio da prática das escolas militares”. Segundo a pesquisadora, o professor “Damasceno Góis, que lecionou desde fins de 1824 na escola de primeiras letras de meninos da vila, deixou as aulas depois de um ano de atividades por ter sido ‘promovido a cargo no Exército’”<sup>316</sup>. Portanto, a disciplina rígida, a hierarquia entre os estudantes (divididos entre monitores e alunos que conheciam menos os conteúdos das classes) e os castigos preconizados pelo método de lancaster iam ao encontro da rotina vivida por um militar.

---

<sup>312</sup> Id.

<sup>313</sup> FERNANDES, Rogério. A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS; FARIA FILHO, 1999. p. 25.

<sup>314</sup> Id., p. 27.

<sup>315</sup> VILLELA, Heloisa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS; FARIA FILHO, op. cit., 1999. p. 161. A mesma pesquisadora afirma que a primeira Escola Normal do Brasil foi fundada em Niterói, no ano de 1835, e seu primeiro diretor foi um tenente-coronel do Exército, José da Costa Azevedo, que estudara na Academia Militar, tendo recebido o título de Doutor em Matemática e Ciências Naturais. De acordo com VILLELA, “ao que tudo indica, o contato de José da Costa Azevedo com o método lancasteriano se deu pela via do Exército” (Id., p. 161).

<sup>316</sup> HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na Província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: BASTOS; FARIA FILHO, op. cit., 1999. p. 208.

Além dessa associação, há muito estabelecida entre o método lancasteriano e o exército, as relações da população brasileira com a caserna foram significativamente tensas ao longo de nossa história. Conforme Cláudia Maria Costa ALVES, a criação da Guarda Nacional enfraqueceu o recrutamento do exército junto aos setores mais abastados economicamente e, “durante todo o século XIX, o exército debateu-se com as dificuldades impostas pelo recrutamento forçado, concretizado na captura de escravos fugitivos ou de jovens pobres, levados a servir como se estivessem sendo aprisionados”<sup>317</sup>.

Outra questão a se considerar é que, no período em análise, um importante episódio da História do Brasil se desenrolava desde o ano 1825: a “Guerra da Cisplatina”, que envolveu tropas imperiais brasileiras contra as da aliança formada pelo Governo da Província de Buenos Aires com exilados oriundos da “Banda Oriental” (atualmente Uruguai). Tratava-se de uma disputa pela expansão das fronteiras entre Brasil e Argentina na área do Rio da Prata e, para enfrentar esta disputa, o recrutamento militar era uma importante questão para o Império brasileiro<sup>318</sup>.

Por fim, faz-se relevante lembrar que a “circular da Sociedade do Ensino Mútuo da França”, publicada pelo *Astro de Minas* em 12 de junho de 1828, referida em momento anterior deste capítulo, também considerava que o malogro do método lancasteriano no Brasil tinha raízes em sua relação com o exército. Vale à pena repetir o trecho já citado: “a forma Militar, que se lhe deo desde o principio, pela desgraçada lembrança de mandarem fundar nas diferentes Províncias aquelle systema de ensino por Sargentos, e Cadetes destacados da Corte”<sup>319</sup>. Considerando todas estas variáveis e a circulação das idéias no período em análise, o fato de os pais dos estudantes relacionarem a presença de um homem do exército na escola pública ao recrutamento militar não poderia causar espanto, apesar de o cadete, surpreso, considerar esta associação uma “ignorância dos pais”. É muito possível que os pais das famílias sanjoanenses, principalmente os mais pobres, temessem que seus filhos, estudantes matriculados na escola pública lancasteriana, fossem recrutados pelo exército para lutar ao lado do Império do Brasil na Guerra da Cisplatina, conflito que teve seu fim oficialmente estabelecido em 27 de agosto de 1828.

---

<sup>317</sup> ALVES, Cláudia Maria Costa. A presença militar na educação brasileira do século XIX, In: MAGALDI; ALVES; GONDRA, 2003. p. 227-228.

<sup>318</sup> Verbete: “27 de agosto de 1828: Guerra da Cisplatina”, In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 197-200.

<sup>319</sup> *O Astro de Minas*, n. 89, 12 de junho de 1828. p. 4.

Finalizada esta discussão sobre a associação do ensino mútuo com o exército, e retomando as observações escritas por José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde em 1º de fevereiro de 1828, o cadete diz que os governantes não deveriam se preocupar com a evasão dos meninos da escola pública de São João del-Rei, uma vez que “em todas as épocas e estados de civilização tem os novos descobrimentos, e inovações nas doutrinas recebidas em contrato, igual oposição da parte do vulgo néscio e dos homens mais cultos”<sup>320</sup>. Mas este não era o principal obstáculo ao sucesso do novo método, segundo o autor das observações em questão. O que mais preocupava o cadete era outro assunto, uma vez que o método de Lancaster não poderia progredir em um lugar onde “a mocidade civilizada, e o vulgo indouto recebem com respeito, e admiração doutrinas que beberam como leite, e [...] a elas se mostram aferrados”. Pior do que o “vulgo”, aos olhos do cadete, somente os professores, pois “quanto maior não deve ser o apego a tais opiniões nos Mestres, que estão de posse de as deitar magistralmente, e que apesar de sua demasiada brutalidade, se consideram oráculos infalíveis da ciência e da Razão”<sup>321</sup>. Os mestres, apegados às antigas opiniões, eram, de acordo com a visão do cadete, os professores particulares, que, “segundo me consta, não cessam de o desacreditar [o método lancasteriano] para angariar a suas Escolas os meninos”. No mesmo relatório, afirmava ainda o cadete-diretor, que era de conhecimento de todos os cidadãos “que mais da metade dos meninos por mim matriculados freqüentam as duas escolas particulares desta Vila; e donde nasce isto”<sup>322</sup>.

O método lancasteriano, implantado na aula pública de Primeiras Letras de São João del-Rei, se deparou com outros obstáculos, além dos já descritos (o medo do recrutamento militar, o descrédito do novo método de ensino junto aos pais e os boatos dos professores particulares). Em 29 de março de 1828, a Câmara Municipal da vila fez registrar uma correspondência que lhe fora dirigida pelo padre José Lameda de Oliveira, professor de Primeiras Letras que deveria seguir o método do ensino mútuo. Cabiam às Câmaras Municipais a vigilância e a fiscalização dos professores públicos, as quais deveriam observar se os mestres e os demais funcionários cumpriam ou não seus deveres. Sendo informada que o referido padre-mestre saíra da vila há muitos dias, abandonando sua cadeira e deixando-a nas mãos do cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde, a Câmara Municipal de São João del-Rei pedia esclarecimentos

---

<sup>320</sup> ACMSJDR: CAED 68, fl. 164v.

<sup>321</sup> Id., fl. 165.

<sup>322</sup> Id.

ao professor de Primeiras Letras sobre seu desaparecimento. Segundo os vereadores da Câmara, o cadete estava “encarregado aqui da propagação e instrução deste ensino pelo método de Lencaster [sic]” e não de lecionar no lugar do padre-mestre. Pensando assim, a Câmara acordou em escrever ao professor de Primeiras Letras, “para que quanto antes informe qual o motivo de semelhante falta e abandono que tem ocasionado queixas, e murmurações dos pais de famílias, além de parecer em menoscabo da Autoridade Municipal”<sup>323</sup>.

Na mesma data, 29 de março de 1828, foi registrada uma correspondência da Câmara ao outro professor público, que ocupava a cadeira de Latim, o padre Manoel da Paixão e Paiva. Nesta carta, a Câmara fazia uma cobrança ao mestre, por saber “que Vossa Senhoria há muitos dias não vai à aula reger a sua cadeira, e nem esta é regida por Substituto, ficando assim interrompido o estudo da mocidade, que muito convém promover nesta importante parte da literatura”<sup>324</sup>. Deveras preocupada com o não comparecimento do professor de Latim às aulas, de maneira idêntica como procedera com o professor de Primeiras Letras, “acordou a mesma Câmara que se lhe oficiasse [ao mestre de Latim] para que quanto antes informe qual o motivo de semelhante falta, que tem ocasionado aquelas queixas, e murmurações dos pais de famílias”<sup>325</sup>.

A correspondência da Câmara Municipal ao padre-mestre José Lameda de Oliveira, professor de Primeiras Letras, foi publicada no número 58 do *Astro de Minas*, com data de 1º de abril de 1828. Já a carta dirigida ao Padre Manoel da Paixão e Paiva, mestre de Gramática Latina, não foi publicada no periódico.

No dia 11 de abril do mesmo ano de 1828, registrou-se a resposta do professor José Lameda de Oliveira à carta da Câmara. O padre-mestre, respondendo sobre seu publicado desaparecimento, asseverava o seguinte: “não deixei a cadeira senão no dia 25 de marco p. p., que foi dia santo; e por conseqüência faltando somente quatro dias para entrar em férias”. Dessa maneira, dizia estar certo de que não teria trazido prejuízos aos estudantes, uma vez que

para cumprir este curto período, ficou o meu colega o cadete José de Queiroga Vaconcelos, o qual por vezes no meu justo impedimento nunca se escusou de suprir a minha falta, e por isso não havendo-a absoluta pela minha ausência, e sim relativa, ficando regida a Aula pelo mencionado Lente<sup>326</sup>.

---

<sup>323</sup> Id., fl. 175v.

<sup>324</sup> Id., fl. 176.

<sup>325</sup> Id.

<sup>326</sup> Id., fl. 181.



O professor de Primeiras Letras dizia não entender como a troca “pudesse ocasionar queixas, e murmurações dos Pais de famílias, em tão limitado tempo, salvo se tais pais já d’antemão se preparavam para me fazer carga de uma ação”<sup>327</sup>. Considerava estas “murmurações” um prelúdio do que estava por vir, pois sentia que algo estava sendo tramado contra si pelos pais dos estudantes. Em sua missiva publicada pelo *Astro*, o professor de Primeiras Letras dizia se sentir profundamente ofendido,

vendo-me julgado de omisso por uma correspondência oficial da Câmara, sem ser primeiramente ouvido, como cumpria o Município ter feito, antes de mandar inserir no *Astro*, cuja inserção dando lugar a mil reflexões do público serve para mim como uma sentença final<sup>328</sup>.

Por estas e outras razões que dizia preferir omitir, o professor escrevia: “rogo à Câmara para levar a conhecimento de Sua Excelência, o Sr. Presidente da Província, a resolução em que estou de não continuar neste magistério”<sup>329</sup>. Dentre os motivos revelados pelo professor que o levavam a optar por esta solução radical, estavam:

A convicção de que haverá outra pessoa, que mais bem desempenhe os deveres de Lente de Primeiras Letras nesta Vila, e conhecendo além disto que não devo ocupar um emprego que decerto me trará continuados desgostos por ter de lidar com filhos de muitos pais e ser incompatível com o meu estado de saúde<sup>330</sup>.

No dia 12 de abril de 1828, esta carta foi publicada no número 63 do *O Astro de Minas*, e o caso tomava, indiscutivelmente, contornos de questão pública, podendo ser acompanhado no periódico local por quem tivesse interesse na questão.

Em 29 de abril de 1828 registrou-se no códice de correspondências da Câmara Municipal de São João del-Rei outra espístola da Câmara ao professor José Lameda de Oliveira, na qual se comentava o assunto de sua ausência e a publicação da resposta do mesmo professor, feita no *Astro de Minas*. A Câmara perguntava como poderia “o haver julgado omisso sem primeiramente o ouvir, quando é evidente que a exigência da informação era o meio de ser ouvido aquele funcionário Público”<sup>331</sup>. Nesta correspondência, a Câmara Municipal se dizia estar convencida que agira correta e coerentemente e que não aceitava o pedido de demissão do professor de Primeiras Letras, uma vez que

---

<sup>327</sup> Id.

<sup>328</sup> Id. 181v.

<sup>329</sup> Id.

<sup>330</sup> Id.

<sup>331</sup> Id., fl. 183.

enquanto ele Professor não se mostrar legítima e competentemente desonerado do encargo, que tomou sobre seus ombros; a Câmara considera como um empregado Público; sobre o qual tem o direito de fiscalizar e passará a dar parte ao Governo da Província e mesmo a do Império da irregularidade do procedimento dele Professor<sup>332</sup>.

Pelo fato de o mestre de Primeiras Letras ainda ser um empregado público, uma vez que não fora exonerado de seu cargo e muito menos aposentado, a Câmara afirmava que era seu dever continuar a fiscalizar seu trabalho e prestar contas de seus resultados ao Excelentíssimo Presidente da Província. Considerando os deveres da Câmara, os vereadores, de comum acordo, decidiram escrever uma nova correspondência e enviá-la ao cadete José de Queiroga Vasconcellos e Ataíde, que estava substituindo o professor de Primeiras Letras, padre José de Lameda e Oliveira. Nesta nova missiva, a Câmara solicitava ao cadete as seguintes informações sobre o padre-mestre:

do cuidado que tem tido em aprender [o método lancasteriano], a sua aplicação, e adiantamento, em que deve estar para o Exame, a que deve proceder, e a quanto tempo deixou de ir à Escola, e o mais que a esse respeito souber, o que por ordem da mesma comunico a V. Sria, para sua inteligência<sup>333</sup>.

Esta correspondência também foi publicada no *Astro de Minas*, no número 72, de 03 de maio de 1828. Mas antes dessa nova inserção no periódico local, em 26 de abril de 1828, a Câmara de São João del-Rei enviara correspondência à Presidência da Província, informando sobre a situação dos professores públicos da vila e sobre as reiteradas vezes em que os mesmos deixaram de comparecer às aulas. Com tom de indignação, os vereadores diziam ao Presidente da Província que

um professor nem se dignou ainda dar resposta a Câmara, sendo aliás muito pronto em mandar o seu atestado por ele mesmo passado, a seu belo prazer, e satisfação, para ser por ela assinado e com ele receber o seu ordenado, como tem indevidamente praticado pela criminosa tolerância das Câmaras anteriores<sup>334</sup>.

O professor que não respondera à correspondência da Câmara era o regente de Gramática Latina, padre Manoel da Paixão e Paiva. Como demonstrei anteriormente, o professor de Primeiras Letras, padre José Lameda de Oliveira, respondera, mas a Câmara se sentia ofendida com o fato de o mestre ter publicado sua réplica no *Astro de*

---

<sup>332</sup> Id.

<sup>333</sup> Id.

<sup>334</sup> Id., fl. 184.

*Minas*. Aos olhos dos vereadores, esta atitude, “além de parecer de algum modo indecoroso, é exorbitante dos deveres daquele Professor”<sup>335</sup>. As ações do mestre de Primeiras Letras eram condenadas pelos vereadores, em sua correspondência ao Presidente da Província, por dois motivos. Primeiramente, “pelo seu simples ofício à Câmara não se pode de modo algum julgar desonerado de suas obrigações de Mestre Público”<sup>336</sup>. Em segundo lugar, este mestre se encontrava persuadido de que o cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde o poderia substituir em tudo. Segundo a Câmara, esta persuasão “só o levou a abandonar, e desprezar a Escola, de que é Mestre Público, mas não o deixou de perceber o respectivo ordenado”<sup>337</sup>. Segundo a mesma correspondência da Câmara de São João del-Rei ao Presidente da Província, este mestre de Primeiras Letras “tem em grande parte com a sua costumada intriga concorrido para a pequena utilidade, que desta Escola de Lencaster [sic] se tem aqui tirado, como é patente da informação inclusa do mesmo Cadete”<sup>338</sup>. Conforme os critérios da Câmara, o comportamento dos professores públicos era digno de repreensão. O de Latim, pelo simples motivo de que nem se dignara a informar as razões de suas ausências. O de Primeiras Letras, porque se demitira do seu ofício e não mais comparecia à escola, sem ter recebido autorização superior. Estes eram, para os vereadores, “grandes inconvenientes que entorpessem a boa ordem e andamento das cousas”<sup>339</sup>, atitudes impróprias que colocavam os vereadores em uma situação delicada perante a população de São João del-Rei, pois poderia parecer que faltava “força moral” à Câmara Municipal, sobre a qual, “aliás, pesa [...] toda a responsabilidade”<sup>340</sup>. A Câmara Municipal de São João del-Rei levava os problemas à presença do Presidente da Província, cumprindo com suas funções e, ademais, solicitava seu apoio,

de modo que [a Câmara] fique revestida da necessária força moral a conter e chamar a ordem sobre quem tem direito de fiscalizar responsável pelos abusos torturas e milhares de inconvenientes, que daí resultarem. Confiada porém na sabedoria e maduresa de pensar de V. Excia. o usa esperá-las com brevidade, e de modo satisfatório a boa ordem<sup>341</sup>.

A Presidência da Província, em ofícios de 14 e 16 do mês abril de 1828, encaminhava à Câmara “as Instruções e Resoluções do Excelentíssimo Conselho, acerca

---

<sup>335</sup> Id.

<sup>336</sup> Id.

<sup>337</sup> Id., fl. 184v.

<sup>338</sup> Id.

<sup>339</sup> Id.

<sup>340</sup> Id.

<sup>341</sup> Id.

deste mesmo objeto”. Segundo estas instruções, a Câmara estava “autorizada para proceder do modo, que procedeu, e com o qual tanto se chocaram estes professores”<sup>342</sup>. Tendo em vista o condenável procedimento dos professores públicos, o Presidente da Província instava a Câmara a agir, “afim de obter toda a força moral para poder bem fiscalizar, e chamar a Ordem, estes e outros empregados, que se mostrarem assim ativos no cumprimento de seus deveres”<sup>343</sup>.

Colocando em ação suas atribuições, a Câmara então solicitou ao diretor da escola de ensino mútuo, cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde, informações sobre o comportamento do professor de Primeiras Letras. Mais uma vez, nada foi dito ou feito com relação ao professor de Gramática Latina. Em 27 de abril de 1828, o cadete respondia à Câmara que

desde o tempo da abertura da Escola, há 20 de março do ano p. pretérito, começou a falhar o Rev. Prof. já por suas enfermidades, já por motivos, que ignoro; e procurando eu saber, em 20 de julho do p. passado ano, do estado de sua saúde, e quando pretendia vir à Escola, pois que a semelhante respeito tinha de officiar a Sua Excia. o Pres. da Prov. só me respondeu em officio da mesma data = que passava uma vezes bem, e outras mal; e nesta contingência ignorava quanto poderia submeter-se ao seu dever<sup>344</sup>.

Tal resposta do professor desagradou ao cadete, o qual afirmava que o método lancasteriano “da maneira que aqui ensino, e o faço conforme aprendi na Corte [dependia] de uma assídua e constante prática”, prática esta à qual não se dedicava o professor de Primeiras Letras<sup>345</sup>. Continuando seu relato, dizia o cadete que o professor de Primeiras Letras, padre José Lameda de Oliveira era “muito pouco cuidadoso [...] em assistir as Lições [e que não respeitava os horários] vindo sempre tarde, como é público, sendo talvez este o motivo da deserção da maior parte dos Meninos”<sup>346</sup>. Ao finalizar seu relatório, “sobre as falhas que teve o mesmo professor, resta dizer, que, além de sua pouca exatidão em comparecer desde o Princípio do estabelecimento da Escola, deixou inteira de a freqüentar desde a época de sua partida para Aiuruoca”<sup>347</sup>.

Em 03 de maio de 1828, a Presidência da Província, avisando que recebera as informações da Câmara de São João del-Rei sobre os mestres que estavam faltando com seus deveres, considerando

---

<sup>342</sup> Id.

<sup>343</sup> Id., fl. 185.

<sup>344</sup> Id.,

<sup>345</sup> Id.

<sup>346</sup> Id.

<sup>347</sup> Id.

abusivos os procedimentos dos respectivos professores Pe. José Lameda de Oliveira e Pe. Manoel da Paixão e Paiva [reconhecia] digna de louvor a conduta dessa Câmara para com os referidos profs. como repreensível a d'aqueles, que prestaram atestados para receberem eles os respectivos honorários, sem que pela efetividade e desempenho de seus deveres os merecessem<sup>348</sup>.

Sendo necessário que se tomassem logo as devidas providências, sobre a cadeira de Primeiras Letras, o Presidente da Província dizia que “por agora me limito a ordenar ao Cadete José de Queiroga de Vasconcelos e Ataíde continue a ocupar a mesma cadeira até resolução ulterior, e assim lhes comunico para a devida inteligência”<sup>349</sup>. Acerca da cadeira de Gramática Latina, a correspondência enviada pela Presidência da Província não indicava qualquer medida a ser tomada pela Câmara. Em 24 de maio de 1828, esta correspondência do Presidente da Província foi publicada no *Astro de Minas*, número 81.

Aos 19 dias do mês de junho de 1828, um leitor que se dizia “hum pai de famílias”, solicitava ao redator do *Astro de Minas* que divulgasse um longo texto seu, o qual foi publicado na seção intitulada “Suplemento”, no número 92 do periódico. Suas palavras traziam preocupantes indagações:

Será verdade, que o Illm. Sr. *Padre Mestre Manoel da Paixão e Paiva*, tendo-lhe chegado a sua carta de jubilação, fechou a sua Aula de grammatica latina, depois de haver feito hum sermão aos discipulos, (*no qual dice que como nao era mais permitido surrar, nao queria mais ensinar,*) e sem ter apresentado a dita carta à Camara, nem aos Magistrados, isto he, sem dar satisfações a ninguem se recolheo aos bastidores, e acha-se assim esta Villa sem aula de grammatica latina, vendo-se os Pais na necessidade de pagar Mestres para irem às casas continuar o ensino de seos filhos para nao esquecerem o que já havião começado? (itálicos meus)<sup>350</sup>.

O “pai de famílias” afirmava ainda que “o menoscabo, com que este Mestre trata o Corpo Municipal desta Villa” não era culpa da Câmara, uma vez que, conforme pôde acompanhar pelas correspondências publicadas no *Astro de Minas*, “este Corpo [a Câmara] tem cumprido a este respeito energicamente o seu dever”. Todavia, o Vice-Presidente da Província, que, com “a frieza da sua idade, só respondera louvando a Camara, mas que nao dera providencias algumas”, deixava a questão à deriva. Sem as

---

<sup>348</sup> Id., p. 197. No período, a Presidência da Província estava sendo ocupada pelo Doutor Francisco Pereira de Santa Apolônia, Vice-Presidente de Minas Gerais.

<sup>349</sup> ACMSJDR: CAED 68, fl. 197v.

<sup>350</sup> *O Astro de Minas*, n. 92, 19 de junho de 1828. Suplemento.

devidas disposições da Capital, “o resultado he o que estamos vendo, ficar a Camara sem forças, e todos nós privados do ensino para os nossos filhos, para o qual contribuimos, e a Nação paga a taes Mestres”.

Considerando que esta correspondência publicada no *Astro de Minas* tenha mesmo sido enviada por um pai de família, tal indício comprova a grande repercussão que o assunto do não comparecimento dos professores às aulas públicas teve na vila. Ademais, mostra o quanto a população de São João del-Rei se encontrava inteirada da educação de seus filhos e de como considerava importante cobrar de seus representantes o bom emprego dos impostos que pagava. Mesmo que tenha sido escrita pelos redatores do *Astro de Minas* ou ainda pelos vereadores da Câmara Municipal, o extenso escrito, publicado em 1828, deixa entrever as representações que se encontravam ligadas ao ofício do professor. Sendo verdade que o professor de Latim tenha dito aos seus estudantes “*como nao era mais permitido surrar, nao queria mais ensinar*”, tal frase nos dá a ver indícios da dificuldade dos antigos professores em lidar com o novo método e as novas maneiras de castigar os alunos. Com a criação e o aperfeiçoamento do método mútuo, assistia-se a uma mudança no interior das escolas, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado aos alunos que cometiam faltas e desobediências. Se a tradição escolar dava aos professores liberdade para punir os estudantes com a palmatória quando bem entendessem, de acordo com o novo método iniciado por Bell e Lancaster, os castigos dados aos discípulos deveriam seguir outra conformação. Nos termos de Pierre LESAGE, o método do ensino mútuo postulava que os castigos corporais, anteriormente aplicados com o chicote e a palmatória, deveriam ser banidos das escolas. Em lugar de castigar fisicamente, os professores deveriam oferecer prêmios e recompensas e estimular a hierarquia entre os alunos. Infundir e bem administrar o sentimento de vergonha entre os estudantes era fundamental para que o professor pudesse manter a ordem e a disciplina em salas tão numerosas<sup>351</sup>. A importância de saber castigar, para os seguidores do método lancasteriano, era tamanha que, em Ouro Preto, no ano de 1829, foi publicado um pequeno livro intitulado *Castigos Lancasterianos – Em consequência da Resolução do Exmo. Conselho de Governo da Província de Minas Gerias mandado executar pelos Mestres de 1<sup>as</sup> letras e de gramática latina*. Segundo Marcilaine Soares INÁCIO, o livro descreve de modo minucioso os castigos aos quais os mestres seguidores do novo método poderiam lançar

---

<sup>351</sup> LESAGE, 1999, p. 22.

mão, tendo como objetivo manter a ordem nas classes numerosas. INÁCIO afirma que o livro *Castigos Lancasterianos...* regulamentava, de maneira detalhada, os comportamentos dos alunos, tanto os permitidos quanto os reprováveis. Segundo a leitura que a pesquisadora fez do pequeno livro, embora os castigos físicos ainda fossem recomendados,

para impor a ordem, os professores deveriam recorrer a castigos de natureza física ou moral. Embora houvesse, no momento de implantação do método mútuo, uma veemente defesa da emulação, da competição entre os meninos, prevendo inclusive a premiação dos melhores<sup>352</sup>.

Maria Helena Camara BASTOS diz que, de acordo com o método lancasteriano, mais inovadoras e eficazes do que os castigos físicos, eram as sanções aplicadas nos alunos pelos próprios colegas de sala. Recomendava-se que as penalidades fossem infligidas em ordem crescente, variando de intensidade conforme a falta cometida pelo estudante. Entre os castigos, BASTOS descreve:

Ficar em quarentena num banco particular; em isolamento num gabinete especial durante a aula; em solitária; permanecer na classe após o final dos exercícios; permanecer em frente de um cartaz, onde estão listadas as faltas cometidas, enfim, a expulsão da escola. As sanções mais graves, que fugiam ao controle do monitor, são registradas no *livro negro*. As sanções são determinadas por um júri, constituído pelos próprios alunos que avaliam os seus pares (itálicos da autora)<sup>353</sup>.

Retomando o caso do professor de Gramática Latina de São João del-Rei, padre Manoel da Paixão e Paiva, é de se estranhar que o mesmo não tenha deixado qualquer indício escrito que registrasse suas impressões sobre as polêmicas vividas no período de implantação do método lancasteriano em São João del-Rei. Das candentes discussões do ano de 1828, participaram intensamente os vereadores da Câmara Municipal de São João del-Rei, o professor público de Primeiras Letras, o cadete responsável pela implantação do método de Lancaster, a Presidência da Província e, ainda, o público leitor do periódico *O Astro de Minas*. Em 24 de julho de 1828, há, no códice “Cartas e Editais da Câmara Municipal de São João del-Rei”, um pedido de remoção do Professor de Latim José Alcebiades Carneiro. Este professor público da Vila de Baependi, afirmava que o Professor Manoel da Paixão e Paiva estava aposentado e, dessa maneira,

---

<sup>352</sup> INÁCIO, 2003, p. 18.

<sup>353</sup> BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827), In: \_\_\_\_; FARIA FILHO, 1999. p. 101.

achando-se vaga a cadeira de Gramática Latina da Vila de São João, uma vez que em si “concorrem os requisitos necessários para exercer aquele Magistério”<sup>354</sup>, solicitava à Câmara providências para ser removido para a Vila de São João del-Rei. Pretendia

ocupar a mencionada Cadeira de Latim debaixo do mesmo exame que já tem feito até a época dos exames gerais aos quais está o suplicante pronto a comparecer por isso pede a V. Excia seja servido ao Suplicante desta para aquela Vila de São João del-Rei para exercer a cadeira de Gramática Latina com o mesmo ordenado, que vencia sendo assim de Justiça<sup>355</sup>.

Esta foi a última notícia que tive, durante a pesquisa, do professor público de Gramática Latina padre Manoel da Paixão e Paiva. De forma indireta, soube que ele se aposentou no ano de 1828, provavelmente no período que antecederia à publicação, no *Astro de Minas*, da carta do “pai de famílias”, inserida no dia 19 de junho de 1828, a qual já indicava a jubilação do mestre de Latim. Quiçá, pelo fato de se encontrar às portas da aposentadoria, não quis responder à Câmara e tampouco participar do debate que sucedeu às publicações do *Astro de Minas*, citadas ao longo deste capítulo. Talvez, por este motivo, a Presidência da Província não tomou qualquer providência com relação a este professor, ao contrário do mestre de Primeiras Letras.

Como ficou demonstrado, o outro professor envolvido na polêmica ocorrida quando da implantação do método lancasteriano em São João del-Rei, após responder à Câmara através de carta datada de 11 de abril de 1828, a qual foi publicada no *Astro de Minas* (número 63, do dia 12 do mesmo mês e ano), foi afastado pelo Presidente da Província em 03 de maio de 1828. Sobre o destino deste professor de Primeiras Letras, também não foram encontradas outras informações na documentação consultada. Segundo ofício da Câmara Municipal de São João del-Rei ao Presidente da Província, com data de 13 de janeiro de 1831, havia urgência em se realizar novo concurso para a cadeira de Primeiras Letras da vila, que se encontrava desprovida de professor efetivo há mais de três anos. Esta aula, primeiramente substituída pelo cadete José de Queiroga Vasconcelos e Ataíde, estava ocupada interinamente pelo professor José Joaquim Gonçalves Pereira, mas se encontrava fechada desde agosto de 1830, uma vez que o dito professor interino solicitou dispensa para viajar. Com a aula fechada, conforme os vereadores da Câmara, na Vila de São João, havia “mais de dusesentos meninos orfaons, e pobres, que se achão sem este tão necessario recurso”<sup>356</sup>.

---

<sup>354</sup> ACMSJDR: CAED 68, fl. 230v.

<sup>355</sup> Id., fl. 230v-231.

<sup>356</sup> Id., fl. 284-284v.



Aos 21 dias do mês de maio de 1831, um novo ofício da Câmara de São João del-Rei participava ao Presidente da Província a nomeação de Antônio Pereira Pimentel, que ocuparia o cargo de professor substituto da cadeira de Primeiras Letras da vila. Esta ação foi autorizada pelo Conselho do Governo de 15 de abril daquele ano. Segundo os vereadores, o professor nomeado possuía “as circunstancias necessarias para o bom desempenho deste Magistério”, tendo entrado em exercício de suas funções no dia 16 de maio do corrente ano de 1831<sup>357</sup>.

---

<sup>357</sup> Id., fl. 290.

### Capítulo III

#### **PARA ALÉM DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE INSTRUÇÃO: ALTERNATIVAS DIVERSAS DE ACESSO À CULTURA ESCRITA**

Os dados quantitativos apresentados no *Capítulo I* desta tese comprovam que a prioridade do sistema de ensino português, tanto para o Reino quanto para o Ultramar, no período em exame, era dada ao ensino das Primeiras Letras. No contexto da colônia, o papel das aulas régias era reproduzir a ordem estamental. Após a Independência do Brasil, a “aula pública” passou a ser considerada pelo Estado como um *locus* que possibilitava a construção das noções de Nação e de cidadania. O projeto de escolarização pública brasileiro procurava educar os cidadãos para que se submetessem à ordem pública e executassem bem sua função social, sem romper com as hierarquias, conforme demonstrado no capítulo anterior. Ler, escrever e contar não eram habilidades possuídas pela grande maioria dos súditos do Império Lusitano ou mesmo dos cidadãos do florescente Império do Brasil. Em alguns casos, contudo, o aprendizado das técnicas de leitura e escrita possibilitava a ascensão social. Estas situações, incontestavelmente raras, tanto no século XVIII quanto no XIX, poderiam possibilitar que sujeitos provenientes de estratos desfavorecidos tivessem acesso a cargos melhor remunerados ou a ofícios mecânicos especializados. Uma educação mais esmerada era um elemento importante para a manutenção da distinção das camadas superiores da sociedade, é certo. Mesmo com todas as restrições características dos contextos analisados nos dois primeiros capítulos desta tese, a disseminação da cultura escrita entre alguns que pertenciam aos estratos menos abastados da sociedade poderia ser vista como útil e benéfica ao Estado. Para o Império Lusitano, ensinar a ler a partir de livros repletos de máximas morais e civilidade cristã poderia ser um caminho bastante eficaz para se manter em funcionamento a hierarquia social e garantir a obediência à monarquia e à Igreja. Tendo em vista esta perspectiva, nas décadas de 1780-1790, observaram-se algumas iniciativas de religiosos e de leigos que se dedicavam ao ensino feminino ou ainda à educação de meninos órfãos. Estas diligências eram apoiadas pela Coroa.

Este foi o caso do financiamento dado pela Real Mesa Censória a uma “casa de educação” para meninas, criada pelo clérigo Joaquim José dos Santos em Lisboa, no ano de 1790. O padre receberia, dos cofres do Subsídio Literário, 220 mil réis por ano, para aplicar “a seu arbitrio em benefício da educação, que ate agora tem sustentado

gratuitamente”<sup>358</sup>. Sabe-se que esta casa acolhia, inicialmente, 19 meninas e que, em 1794, o referido padre adquiriu um convento (das Religiosas do Calvário), onde seu colégio passou a funcionar com o nome de Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assunção, ao Calvário. Não foram encontrados mais detalhes sobre esta instituição<sup>359</sup>.

No fim do século XVIII, as iniciativas filantrópicas criadas para acolher meninos órfãos proliferavam, uma vez que, em Portugal, o abandono de crianças era bastante elevado. Segundo Áurea ADÃO, as principais causas do abandono das crianças no período foram o aumento das taxas de natalidade e o estado de pobreza muito grande da população em geral. Outra causa para desamparo era a ilegitimidade. No contexto setecentista, sob o ponto de vista moral, ser um filho ilegítimo era pior do que ser uma criança abandonada em casa de outrem ou em uma instituição que acolhia os expostos<sup>360</sup>. Esta realidade também era vivida na América Portuguesa e, de acordo com RUSSELL-WOOD: “o estigma de desonra ligado à mãe solteira era infinitamente mais forte do que o estigma de ilegitimidade que o filho teria de suportar”<sup>361</sup>. Esta relação entre ilegitimidade, moralidade e abandono de crianças continua a ser observada para o século XIX, conforme Diana Campos RESENDE, que analisou o funcionamento da roda dos expostos na Vila de São João del-Rei, entre os anos de 1827 a 1888, e Renato Pinto VENÂNCIO, que se dedicou ao estudo das rodas de expostos do Rio de Janeiro e de Salvador, entre os anos de 1738 e 1880. Vale destacar que, de acordo com VENÂNCIO, assumir um filho ilegítimo era, para as mulheres brancas, uma desonra imensa (tanto social quanto familiar). Diferentemente das negras e mestiças, uma vez que a sociedade colonial não esperava das mulheres de cor um comportamento tão austero<sup>362</sup>.

Além dos abandonados ou expostos, os seminários portugueses também atendiam a meninos que não se preparavam para ingressar no clero e que não eram

---

<sup>358</sup> AGAL: Livro 174-2.

<sup>359</sup> ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. p. 195.

<sup>360</sup> Sobre ações filantrópicas de educação de crianças em seminários e casas de educação em Portugal, ver Id. *Ibid.* p. 195-210.

<sup>361</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia (1500-1755)*. Brasília, EdUNB, 1981. p. 245.

<sup>362</sup> RESENDE, Diana Campos. *Roda dos expostos: um caminho para a infância abandonada (um estudo sobre a assistência aos expostos em São João del-Rei entre os anos de 1827 a 1888)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Pós-graduação em Histórias de Minas – século XIX. FUNREI, São João del-Rei, 1996. Ver especialmente “As causas do abandono”, p. 32-35. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999. Cf. a parte intitulada “O abandono: Hipóteses historiográficas” (p. 85-94).

órfãos, como o *Seminário da Caridade dos Órfãos Desamparados*<sup>363</sup>. Criado em 1778 em Lisboa, possuía como diretor e professor de Gramática Latina o Padre Antônio Luiz de Carvalho, que escrevia à Mesa em 1790 e relatava os bons resultados obtidos no estabelecimento. Segundo o diretor, no Seminário, em 13 anos, 147 rapazes foram ali educados, tanto do ponto de vista cristão quanto civil. Destes, 130 meninos foram destinados a ofícios mecânicos; dois à escrituração; oito tiveram formação em Heráldica; seis foram prestar serviço militar. Outros seguiram o caminho das Humanidades: estudaram Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia, sendo que, dentre estes, oito ingressaram em Congregações religiosas, dos quais seis foram enviados a missões na Ásia, onde se encontravam no ano de 1790. Outros três foram examinados e aprovados para a vida eclesiástica com louvor. Na data da solicitação (isto é, em 1790), o Padre Antônio Luiz de Carvalho afirmava que ainda havia 40 meninos a seus cuidados, entre os quais,

ao presente, são dezaseis, mandados por V. Magestade para ali serem instruidos, a fim de serem uteis ás Missões do ultramar; do que, alguns d'elles daõ ja boas esperanças pelo seu adiantamento na inteligência, e explicação do catecismo, e na Grammatica Latina<sup>364</sup>.

Desta forma, o diretor demonstrava que o Seminário há muito vinha executando um importante serviço a Portugal, educando e enviando órfãos aos domínios ultramarinos. Vale lembrar que a prática de educar meninos órfãos e enviá-los em missões ao ultramar era costumeira e que, desde a época em que os jesuítas possuíam exclusividade do ensino na América Portuguesa, em 1550 e 1551, foram enviados da Metrópole alguns estudantes do *Colégio dos Meninos Órfãos de Lisboa* para auxiliar os inacianos na catequese do gentio. Os jesuítas consideravam que os meninos órfãos tinham maior facilidade do que os padres adultos para influenciar as crianças indígenas, atraindo sua atenção principalmente com a música e convertendo-os mais facilmente<sup>365</sup>. Na Metrópole, entregues à própria sorte, os meninos órfãos pobres poderiam se tornar um grande problema para a sociedade. Seguindo os ensinamentos de São José de Calasans, o Padre-Mestre Antônio Luiz de Carvalho acreditava que “a ignorância

---

<sup>363</sup> Este seminário é citado por ADÃO, 1997, p. 196-198 como *Seminário de Caridade dos Meninos Órfãos, da Rua de São Bento*. A pesquisadora utiliza-se de documentação do IANTT.

<sup>364</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>365</sup> Sobre esta questão, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 55-83. Ou ainda: GUEDES, Ana Isabel Marques. *Os colégios dos meninos órfãos (séculos XVII-XIX)*. Évora, Porto e Braga. Lisboa: ICS, 2006. p. 38-42.

provoca no homem inúmeros estragos. Regenerá-lo pela educação seria inspirar nele o amor pela verdade, que poderia conduzi-lo a uma completa felicidade”<sup>366</sup>. Por causa da prestação de tão importante serviço, o de “aproveitar” e dar um destino útil a parte dos meninos abandonados de Lisboa, nos papéis de diretor e mestre do Seminário, o Padre Antônio Luiz de Carvalho solicitava à Mesa que lhe pagasse um ordenado pelo Subsídio Literário, pois até então vivia das esmolas dadas ao estabelecimento de ensino. Tendo em vista o solicitado, a Mesa resolveu que sua súplica era digna, em 1º de fevereiro de 1790.

De maneira similar, outro padre-mestre, Egidio José da Costa, Diretor do *Seminário dos Meninos Órfãos e Desamparados da Senhora da Salvação*, escrevia à Mesa pedindo auxílio. Inaugurado em 1784, este seminário situava-se na Travessa de Santa Quitéria, junto à Freguesia de Santa Izabel, Lisboa. Áurea ADÃO afirma que “embora tenhamos desenvolvido trabalhos de pesquisa, nada mais encontramos acerca deste instituto que teria ocupado na Corte lugar de destaque”<sup>367</sup>. Segundo documentação elaborada por seu Diretor solicitando ajuda da Mesa, até o ano de 1790, no seminário foram criados, “cristã e civilmente”, mais de 150 rapazes. No ano em que remetia a solicitação, afirmava que lá se encontravam 70 jovens. A maior parte destes se ocupava de ofícios mecânicos e alguns outros de se preparar para o estado eclesiástico.

E como para a Instrucção dos ditos meninos tem pago os Mestres que o ajudão. Pede a V. Magestade que se digne mandar que pella repartição da Meza da Comissão Geral se lhe de ajuda anual para os mestres de que necessita [1790]<sup>368</sup>.

Em relatório proveniente de inspeção ordenada pela Mesa, datado de 26 de junho de 1790, admitia-se que, no Seminário, havia realmente mais de 60 meninos órfãos, desamparados e expostos da Misericórdia. O Diretor se ocupava de lhes ensinar “a Doutrina Christã pello Cathecismo de Montpellier”, sendo que era visível que “os mais antigos e de maior idade o sabem sufficientemente”. Todos os dias os meninos assistiam a Santa Missa em sua ermida, rezavam o terço à noite e eram instruídos a fazer “oração mental”. Sob o ponto de vista da educação civil, “todas as horas do dia lhes estaõ destinadas para Lição de ler, escrever, e contar, para o refeitório, e recreio proporcionado ás suas idades estando em todos os actos, assistidos de pessoa que

---

<sup>366</sup> ADÃO, 1997, p. 197.

<sup>367</sup> Id. Ibid., p. 199.

<sup>368</sup> AGAL, Livro 174-2.

respeitam e os instrue nos bons costumes”. Os meninos que demonstravam alguma habilidade para os ofícios mecânicos eram encaminhados para Mestres de Ofício e “muitos delles se tem aproveitado nesta parte, e se tem conservado com bons costumes, lembrando-se sempre da educação, que dali lhes proveio”<sup>369</sup>.

Somam-se, a este relatório, sete atestados de padres, médicos e autoridades administrativas confirmando a necessidade de o *Seminário dos Meninos Órfãos e Desamparados* ser amparado pelo poder público, datados de junho e julho de 1790. Em resposta, aos 15 de julho de 1790, a Mesa admitiu que o seminário recebia 8 mil cruzados anuais em esmolas e que suas despesas passavam dos 12 mil cruzados, sendo necessário um acréscimo nos valores destinados às despesas cotidianas e à contratação de um número maior de professores. A resposta do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, datada de 23 de agosto de 1790, corroborava as conclusões da Mesa, ao afirmar que “o caso em questão deve ser socorrido, com o adjutório de 200 mil réis anuais, provenientes do subsídio literário”<sup>370</sup>. Para corroborar a indicação de se auxiliar financeiramente o *Seminário dos Meninos Órfãos e Desamparados*, o documento da Secretaria de Estado dos Negócios indicava um precedente: a existência de outro estabelecimento da mesma natureza que já se encontrava amparado pelo Estado, o *Seminário dos Meninos Perdidos*, dirigido pelo Padre Antônio Luiz. Porém, a documentação não cita o local de funcionamento ou qualquer outro tipo de detalhe sobre esta instituição<sup>371</sup>.

O *Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria*, que funcionava em Lisboa – do qual partiram meninos órfãos para ajudar as missões jesuíticas em terras brasileiras – encontrava-se, em 1790, na mesma situação que as demais instituições citadas até o presente momento. De acordo com Ana Isabel Marques GUEDES, desde a década de 1730 o reitor do colégio se queixava da falta de compromisso de alguns mestres. Segundo o mesmo, desde que os jesuítas deixaram de assegurar o ensino, as demais ordens religiosas que ocuparam o lugar se encontravam despreparadas para a tarefa de ensinar, o que levava a uma progressiva deterioração do ensino. Além disso, problemas econômicos assolavam a casa. Com o terremoto de 1755, parte do colégio fora destruído, o que acentuou seu declínio. Em 1780, o reitor do colégio solicitou à Real Mesa Censória autorização para abrir uma aula de Gramática Latina e outra, de

---

<sup>369</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>370</sup> Id.

<sup>371</sup> Id.

Retórica, nas instalações do colégio, com professores pagos pelo Subsídio Literário, para atender tanto aos internos quanto a estudantes externos. De acordo com GUEDES, esta estratégia visava à manutenção de professores no colégio, que não precisaria arcar com estas despesas. Em 1784, havia 80 estudantes freqüentando estas aulas<sup>372</sup>. Os dados publicados por GUEDES são corroborados com documentação de 1790. Segundo um requerimento de José da Costa Silva, professor de Gramática Latina no dito colégio da Mouraria, a cadeira de Latim estava atendendo aos órfãos e também a meninos de fora da instituição, que moravam nas redondezas, “não contando o suplicante na sua Aula menos de oitenta [estudantes]”, há 8 anos. O professor recebia de ordenado do Colégio 150 mil réis, mas tendo em vista que atendia aos demais súditos da Coroa, Costa Silva solicitava que fosse admitido como professor público, na categoria de substituto, passando a receber ordenado de 200 mil réis pelos cofres do Subsídio Literário<sup>373</sup>. Em resposta, a Mesa, aos 17 de março de 1790, aprovou também este requerimento, com um senão: admitia que o pagamento de salário do mestre fosse feito pelo Subsídio Literário, mas não aceitava que o professor se tornasse substituto da cadeira, sendo necessário, para tanto, que se submetesse aos exames do costume<sup>374</sup>. GUEDES afirma que o *Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria* entrou em declínio na década de 1790, pois já não mais acolhia órfãos no ano de 1794. Neste mesmo ano, seu diretor se retirara para um convento, e o estabelecimento da Mouraria fechava suas portas<sup>375</sup>.

Outro exemplo claro destas exceções que funcionavam como válvulas de escape foi a criação da *Casa Pia de Lisboa*, em 1780, pelo Intendente Geral de Polícia, Pina Manique<sup>376</sup>. A diferença das demais instituições citadas até o momento é que a Casa Pia partia de um programa educativo laico, aliando a assistência aos pobres à reeducação de delinqüentes. Partindo do pressuposto de que a polícia deveria exercer ações preventivas e assistenciais, a *Casa Pia* funcionou, inicialmente, no Castelo de São Jorge, onde foram recolhidas crianças (de ambos os sexos), mendigos, prostitutas e alienados da

---

<sup>372</sup> GUEDES, 2006, p. 62-65.

<sup>373</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>374</sup> Id.

<sup>375</sup> GUEDES, op. cit., 2006, p. 65-66.

<sup>376</sup> Diogo Inácio de Pina Manique iniciou sua carreira como Juiz do Crime em Lisboa, no período josefino, tendo executado muitas medidas de Pombal. No reinado de D. Maria I, foi encarregado de chefiar a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino (conforme TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos. *Pina Manique*: um homem entre duas décadas. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990. p. 25). Atuante filantropo, tomava medidas que se estendiam da assistência ao ensino, à adoção de novos métodos prisionais, ao mecenato artístico e científico, fomento agrícola e industrial, recrutamento militar, recenseamento populacional, limpeza e iluminação pública de Lisboa, a construção do Teatro de São Carlos etc. (Id., Ibid., p. 26-27).

cidade. Ou seja: qualquer indivíduo que pudesse perturbar a ordem pública de Lisboa. Às crianças, eram ministrados as Primeiras Letras, o ensino “secundário” e profissional, tornando-se “ao mesmo tempo asilo e prisão provisória”<sup>377</sup>. Ampliando o projeto inicial, Pina Manique tratou de contratar professores e funcionários, mandou construir dependências dentro do Castelo, para abrigar os órfãos, além de salas de aula e oficinas. A partir desta ampliação, o ensino no estabelecimento passou a incluir aulas de Francês, Inglês, Matemática Pura, Mecânica Ótica, Astronomia, Geometria, História Natural e Física Experimental, Química e Farmácia. Mais tarde, foram criadas aulas de Anatomia, Desenho do Nu, Comércio e Língua Alemã. Os alunos que se destacavam eram direcionados para estudos superiores em outras cidades europeias, como Edimburgo, Copenhague e Roma<sup>378</sup>. Este projeto se afastava do modelo monástico das demais instituições citadas, aproximando-se muito mais da disciplina e rigor militares. Em 1807, as tropas napoleônicas invadiram Lisboa. Os edifícios levantados dentro do Castelo de São Jorge, onde funcionavam as instalações da *Casa Pia*, foram ocupados pelos soldados franceses. Os alunos da *Casa Pia* foram dispersos por orfanatos, seminários, conventos e casas de famílias. Em 1811, a instituição Casa Pia era recuperada, passando a funcionar nas instalações do Convento do Desterro<sup>379</sup>. Manique pretendia levar as Casas Pias para o Ultramar, mas não conseguiu apoio para tanto. Além da Casa Pia de Lisboa, com intenções filantrópicas, o famoso Intendente fundara em Coimbra dois colégios (extintos ambos quando ele morreu). Trata-se de um Colégio da Ordem de São João de Deus, para formação de médicos e cirurgiões, conhecido como “Colégio dos Seringas” e um Colégio de Ciências Naturais, conhecido como “Colégio da Broa” (em 1798). Ambos os colégios se destinavam a “rapazes bons gramáticos” que, uma vez examinados, seguiriam para a Universidade de Coimbra. Os diplomados no colégio de São João de Deus trabalhariam como enfermeiros e médicos nos Hospitais Militares. Os cursos de medicina e cirurgia eram procurados apenas pelos pobres, dizia Pina Manique e os seus diplomados faltavam não só na Europa como nas Colônias. A pedido do Príncipe, foi admitido num dos colégios um brasileiro que ingressara na Universidade, mas interrompera os estudos por falta de meios. Mas, de forma mais sistemática, para preencher a falta de médicos, Pina Manique mandou vir do Brasil “os estudantes que pela sua aplicação e dotes de inteligência, mais se tivessem

---

<sup>377</sup> TAVARES; PINTO, 1990, p. 28-29. Sobre a *Casa Pia de Lisboa*, cf. ainda: MARQUES, 2006, p. 69-75.

<sup>378</sup> Id. *Ibid.*, 1990, p. 29.

<sup>379</sup> Id., *Ibid.*, p. 33.



distinguido, para que uma vez obtidos os seus cursos, pudessem obviar não só à falta de médicos nas várias capitanias, como em outros ramos da ciência”. Dentre estes brasileiros, distinguiu-se Mateus Valente do Couto, que se tornou célebre matemático, “tendo obtido o grau de Bacharel em Ciências Matemáticas em 1795”<sup>380</sup>.

Em terras americanas, a *Casa Pia* não pôde ser estabelecida, mas a prática de se permitir a frequência escolar de estudantes que não pretendiam se ordenar nos seminários ou locais de ensino criados por religiosos também se fez presente no Novo Mundo. Em relatório de 1761, o comissário Castelo Branco, citado no *Capítulo I* desta tese, referindo-se ao Distrito do Rio de Janeiro, afirmou, não sem preocupação, que “os Mestres dos referidos Seminários são de elleição e Provimto dos Bispos respectivos, e ensinão não somente aos Seminaristas e porcionistas, mas também a alguñs Estudantes de fora”<sup>381</sup>. Apreensivo com o que acontecia dentro dos seminários, em salas de aula protegidas dos olhos do Estado, Castelo Branco alertava ao Diretor Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida, que “se V. Ex<sup>a</sup> entende que os ditos Mestres devem ser examinados na forma das Ordens de S. Magestade me parecia conveniente que V. Ex<sup>a</sup> tivece a bondade de escreverlhe, porque poderão não querer estar pelo que eu lhe dicer, sem especial Ordem”<sup>382</sup>.

Ao apresentar à Diretoria Geral dos Estudos um mapa anexo ao seu relatório de 1761, no qual indicava detalhadamente os números de professores régios e de alunos do Distrito do Rio de Janeiro, fonte também referida no *Capítulo I*, Castelo Branco enviava à Metrópole informações sobre aulas particulares e locais de instrução de religiosos. Sobre os seminários, dizia haver três no Rio de Janeiro (de São José, de São Pedro e de N. S<sup>ra</sup>. da Lapa), com 95 estudantes e um em Cabo Frio, dos Padres Capuchos, com 30 estudantes. Citava outros seminários, como o de Mariana, mas sem se referir ao número de estudantes atendidos<sup>383</sup>. Na Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, afirmava que “não ha Mestre algum Secular; Os Estudantes que há aprendem no Convento dos

---

<sup>380</sup> CRUZ, Lúgia. *Pina Manique e a Universidade de Coimbra*: cartas do Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984. p. 38-39.

<sup>381</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>382</sup> Id. *Ibid.*

<sup>383</sup> Sobre a importância do *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte* (criado em Mariana) para a educação da população mineira, ver: CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1968. p. 105-107; VILLALTA, Luiz Carlos. Educação, nascimento, haveres e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 259-266. Iniciado em 1750, o seminário de Mariana atendia tanto aos que se destinavam ao clero quanto seculares e esteve, até 1759, sob orientação dos jesuítas.

Religiosos Capuchos”. Na Leal Cidade de Mariana, Comarca de Ouro Preto, Minas Gerais, dizia que: “so ha Mestre no Seminario, e se naõ declara os Estudantes que o frequentaõ, nem tambem em alguns Arrayaes do Termo da dita Cidade e Villa”<sup>384</sup>.

Posteriormente à data do relatório de Castelo Branco, em 19 de outubro de 1785, entre os documentos da Real Mesa Censória, encontra-se uma provisão de D. Maria I permitindo que estudantes seculares freqüentassem as aulas em um mosteiro. A representação enviada à D. Maria I, que gerou a referida provisão, partira do Procurador Geral da Província de São Bento do Brasil, segundo o qual “abrindo-se alguns cursos de Filosofia nos seus Mosteiros para instrucção da mocidade Religiosa muitos Estudantes seculares solicitavam cultivar aquella faculdade nas Aulas dos ditos Mosteiros”<sup>385</sup>. Tenho em vista esta representação, D. Maria I afirmava que

Hey por bem conceder Licença para que por tempo de seis annos possaõ os Mosteiros da referente Província admittir aos Estudos philosophicos os Estudantes que nelles quizerem estudar conformando-se na Doutrina e Methodo os Professores ou Mestres destes cursos com os estatutos da Universidade de Coimbra, com os Alvaras, Instrucções e Ordens que a este respeito tenho determinado e houver de Ordenar<sup>386</sup>.

Esta licença da Rainha reafirma a orientação do período mariano de recorrer às ordens religiosas para ampliar a oferta das aulas régias. Em contrapartida, além de seguir os estatutos da Universidade de Coimbra e toda a legislação educacional da época, a autorização de D. Maria I estabelecia que os professores dos mosteiros da Província de São Bento ficavam obrigados a enviar à Real Mesa Censória um livro de matrícula dos estudantes, constando seus nomes, naturalidade, idade, filiação e, ainda, como estavam progredindo nos estudos.

Em Minas Gerais, um caso exemplar deste tipo de iniciativa, que reunia educação e assistência, com o objetivo de prevenir males que os meninos desvalidos poderiam causar à sociedade, foi a criação do Seminário do Vínculo do Jaguará. Tendo sido autorizada por D. Maria I, o Alvará de funcionamento e o regimento desta instituição datam de 1787. De acordo com Thais Nívea de Lima e FONSECA, o seminário oferecia tanto o ensino das Primeiras Letras quanto da Gramática Latina,

---

<sup>384</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>385</sup> IANTT, Ministério do Reino, Real Mesa Censória: Consultas sobre Escolas Menores, Livro 24, fl. 45-46

<sup>386</sup> Idem.

recebia alunos porcionistas, mas a maioria dos que lá ingressava era pobre e não pagava pelos estudos. Recebia também expostos, órfãos e filhos de escravos<sup>387</sup>.

A permissão para os estudantes de São Bento freqüentar as aulas do seminário, a criação do *Seminário do Vinculo do Jaguará*, da *Casa Pia de Lisboa* e todos os pedidos de financiamento feitos à Real Mesa Censória pelas “casas de educação” portuguesas, citadas anteriormente, datam do período mariano. De acordo com Áurea ADÃO, naquela época, os ideais iluministas de beneficência e filantropia se encontravam disseminados em Portugal, e o Estado via, nestes estabelecimentos, “solução para alguns dos problemas que atingiam uma população infantil desprotegida”. O ensino ministrado em todas estas instituições deveria ser idêntico ao das aulas régias<sup>388</sup>. Rogério FERNANDES também se refere aos Seminários anteriormente citados e a outras “casas de educação”, afirmando que “as organizações de beneficência exerciam também uma intervenção por assim dizer direta com a fundação e financiamento de escolas”<sup>389</sup>. Em ensaio intitulado *Sobre a escola elementar no período pré-Pombalino*, o historiador demonstra que, mesmo antes da Reforma dos Estudos Menores, a prática de se aceitar alunos “de fora” nos seminários era costumeira em Portugal. Outrossim, o estudo de FERNANDES evidencia que Pombal *racionalizou e homogeneizou* uma estrutura educativa existente há séculos, aproveitando-se de iniciativas escolares experimentadas e eficientes, como a organização pedagógica dos Oratorianos<sup>390</sup>. As informações que encontrei sobre os seminários e “casas de educação” de Portugal, citadas neste capítulo, reforçam as idéias de FERNANDES, ampliando a análise para o período mariano.

Os requerimentos citados no *Capítulo I* desta tese, que solicitavam a criação de aulas públicas ou que denunciavam a pouca qualidade do ensino, atestam que a rede escolar pública não atendia de modo satisfatório àqueles a que desejavam receber uma educação voltada para o mundo das letras. Os documentos do período colonial, apresentados até o presente momento neste capítulo, comprovam que os desprovidos de

---

<sup>387</sup> FONSECA, Thais Nívea de Lima e. Instrução e assistência na Capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 535-544, Set/Dez./2008.

<sup>388</sup> ADÃO, 1997, p. 210.

<sup>389</sup> FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 193. Sobre as várias instituições religiosas que atendiam tanto meninos quanto meninas, Cf. p. 192 a 200.

<sup>390</sup> Idem. Sobre a escola elementar no período pré-Pombalino. In: FELGUEIRAS, Margarida; MENEZES, M<sup>a</sup> Cristina (orgs.). *Rogério Fernandes. Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação*. Porto: Afrontamento, 2004. p. 599-612.

recursos e que não dispunham de uma vaga em uma aula régia podiam, na categoria de seculares, estudar nos seminários ou nas casas de educação criadas por iniciativas de religiosos ou, ainda, na *Casa Pia de Lisboa*. Estas alternativas favoreciam, sobretudo, a instrução masculina. Afora estas alternativas, outra possibilidade de se ter acesso ao mundo da cultura escrita passava pela contratação de um mestre particular. De acordo com VILLALTA,

no período colonial, os pais desejosos de garantir a instrução dos filhos tiveram eles próprios que o fazer, ou que se socorrer nos préstimos de parentes e capelães, ou ainda, que contratar mestres para lhes ensinar, em especial as primeiras letras<sup>391</sup>.

Tanto no período colonial, quanto no imperial, o ensino privado ou particular possuía duas modalidades, conforme as denominações de época: *público* e *doméstico*. O *público* era quando o professor licenciado (ou seja, examinado) dava as aulas em sua própria casa ou na casa do aluno, mas não vivia com a família do estudante. No segundo caso, o mestre vivia na casa da família que o contratava, tornando-se um preceptor. Entre as famílias mais abastadas da Metrópole, contratar um preceptor ou preceptora para educar seus filhos em casa era um costume enraizado, de acordo com Rogério FERNANDES. Todas estas variações de ensino particular também eram reguladas pelo Estado desde 1759. As aulas particulares, de qualquer espécie, eram uma saída para aqueles poucos que podiam arcar com tal despesa. Os mestres particulares deveriam ser examinados e, se aprovados, recebiam licenças das câmaras municipais para ministrar suas aulas. Caso fossem flagrados a lecionar sem permissão oficial, os professores particulares deveriam ser punidos<sup>392</sup>. A necessidade de os professores particulares se submeterem a exames passou a ser cobrada de maneira mais intensiva com a Lei de 1772, tendo sido retomada energicamente com a reorganização escolar de 1800. Esta reorganização do final do século XVIII possuía dois objetivos: reduzir despesas e conhecer de modo mais sistemático o sistema escolar de Portugal e do Ultramar. Para tanto, visando à reorganização dos estudos, pôs-se em prática um concurso geral, aos 31 dias de janeiro de 1800, pela Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, com a publicação do “Edital de Convocação a Concurso Geral para provimento das Cadeiras e Escolas dos Estudos do Reino, que se acharem vagas; e de Aviso a todos os

---

<sup>391</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 357.

<sup>392</sup> A este respeito: FERNANDES, 1994, p. 192-208. VILLALTA, Educação, nascimento, haveres e gêneros. In: RESENDE; VILLALTA, 2007, p. 281.

professores que actualmente estiverem em exercício de quaisquer das mesmas Cadeiras”. Tanto os professores públicos já em exercício do magistério, quanto os particulares e ainda aqueles que nunca ensinaram, mas pretendiam se ocupar do ensino da mocidade, se encontravam obrigados a participar do concurso (realizado em 17 março de 1801). Caso contrário, suas permissões para lecionar seriam suspensas<sup>393</sup>. A importância deste concurso para o estudo das aulas particulares do período será retomada em momento ulterior deste capítulo.

Passemos agora à descrição de algumas situações em que a contratação de professores particulares ficou registrada na documentação referente ao século XVIII. Vale relembrar o requerimento encaminhado de Unhós e redondezas, citado no *Capítulo I* desta tese, que atesta que os pais de família daquela região contrataram, coletivamente, os serviços de um mestre particular que lecionava a seus filhos. Em relatório de 1765, D. Tomás de Almeida, vigilante quanto à utilização de livros proibidos, indicava, indiretamente, a existência de contratação de mestres particulares, ao afirmar que “os que ensinão pelos emolumentos dos Pays dos Estudantes, ainda alguãs vezes tenho tido queychas de dezobediencias, que tenho castigado severamente”<sup>394</sup>.

No ano da criação do Subsídio Literário, em 1772, a própria Real Mesa Censória admitia a existência das aulas particulares como benéfica e costumeira:

Parece á Mesa que se permita este ensino particular, como por exemplo: Quando alguma Pessoa queira ter Mestre que ensine seos Filhos dentro da propria casa, ou que não lhe he facil envallos e sustentalos nas Terras onde ha Estudos, servindose nestes, e noutros cazos do Capellaõ, do Parente, e do Domestico, o que se costuma praticar em todos os Países: Nem à Meza ocorre motivo para que não se permita aos vassallos de V. Mag<sup>e</sup> esse uso de liberdade bem consultada; porque não obsta aos progressos literários<sup>395</sup>.

Também de forma indireta, há notícia da existência de aulas particulares em funcionamento no Algarve, sul de Portugal. Ao receber queixas sobre o mau estado das aulas públicas daquele sítio, o Senado da Câmara da Cidade de Faro incumbiu ao Juiz de Fora Manoel Cypriano da Silva de “expor a Vossa Majestade o estrago das Letras, a ruina e decadencia das Escolas com a má educação da mocidade para a hum ponto de

---

<sup>393</sup> Uma análise deste concurso pode ser vista em MORAIS, Christianni Cardoso; FERNANDES, Rogério. *Pombalismo sem Pombal: a reorganização escolar em 1800 em Portugal e no Ultramar*. Comunicação apresentada no *VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*, Universidade do Porto, 2008. p. 1-19. Disponível em: [web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos\\_finais/eixo2/IB93.pdf](http://web.letras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_finais/eixo2/IB93.pdf)

<sup>394</sup> AGAL, Livro 174-1. O mesmo texto pode ser lido em IANTT, Ordens às Reformas dos Estudos, Livro 417, fl. 83-83v.

<sup>395</sup> IANTT, Ordens às Reformas dos Estudos, Livro 417, fl. 188v.

tanta gravidade V. M<sup>e</sup> lhe dar o mais prompto e decidido remédio”<sup>396</sup>. Segundo as constatações remetidas aos 03 de novembro 1789, a situação das aulas públicas do Algarve era deplorável, uma vez que um tabelião, ao acumular o cargo de professor de Primeiras Letras, levou

o mesmo que beber a mocidade desde a infamia e vícios, e irreparáveis prejuízos outros. Caracter de Letra que o processo uzam sempre péssima; nenhuma orthografia, obrigação do cartório; dependência do Juízo e das partes; o ensino a hum dos Meninos mais velhos ordinariamente entregue; nenhuma presença do Mestre<sup>397</sup>.

A aula de Latim também não estava sendo bem conduzida, uma vez que era ministrada no Convento dos Religiosos de Santo Antônio. Segundo o autor do relato de 1789, o religioso que se ocupou da cadeira de Gramática Latina era muito idoso e,

applicado seriamente às obrigaçoens do confessorario e do claustro; esquecido dos primeiros rudimentos de huma lingua que ja não uza, mantido com lições mais serias da Theologia, e da Moral, e que mais o entretém, a um Religioso assim se entregou huma cadeira, que não pode encher de modo algum<sup>398</sup>.

Havia, por tudo isso, apenas prejuízo da mocidade, uma vez que estas cadeiras, entregues a pessoas despreparadas para o ato de ensinar, “crião Homens que a si nem a sociedade utilizaõ bem [...] sendo esta a desgraça geral deste Algarve todo”<sup>399</sup>.

Na tentativa de sanar os problemas, os pais de família do Algarve recorriam à costumeira prática de contratação de um professor particular que ensinasse seus filhos. De acordo com o relato do Juiz de Fora Manoel Cypriano da Silva,

hum novo tributo os Pais aqui se poem elles mesmos; nem já consentem que seus filhos oução alguns dos Professores ditos, e as suas lições. Procurão particulares, que os ensinem, lhes pagão; e que ruinas não vão aqui! Numa mesma Cidade diferentes escolas, diferentes errados sistemas e methodos! Pobre mocidade! E pobre a do Algarve todo!<sup>400</sup>.

Buscando averiguar a conduta dos professores de Faro, a Mesa constatou as denúncias feitas em 1789, a partir do que escreveu o Procurador das Câmaras do Algarve, João Pedro Gorjão: “do que tem rezultado o mandarem algumas pessoas ensinar particularmente a seu filhos”. O mesmo Procurador dava a ler, aos 23 de

---

<sup>396</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>397</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>398</sup> Id.

<sup>399</sup> Id.

<sup>400</sup> Id.

fevereiro de 1790, a existência de uma alternativa elaborada pelo Bispo do local, que vendo

o péssimo methodo, e o pouco fruto que a mocidade poderia colher da dita Escola se rezolveo a mandar pôr huma Escola junta ás cazas da sua residencia, de forma que foi logo tal o concurso da mocidade, que se vio precisado a dividir a dita Escola em duas, pondo mais outro Mestre de Ler, e Escrever, e se contão já nas ditas duas Escolas de Sua Excelencia Reverendissima cento e quatorze meninos, e outros tantos se contariam, se o dito senhor admitisse os da Freguesia de S. Pedro; pois prezentemente não aceita mais do que os da Freguesia da Se nas suas Escolas<sup>401</sup>.

O Bispo conseguia, de modo alternativo, um grande adiantamento dos estudos da mocidade, “tanto no ensino de Ler, e Escrever, como na boa educação”. Segundo o relato do Procurador, o Bispo era vigilante, pois ia “repetidas vezes ás mesmas Escolas, não so a ver e prezenciar o modo, e [com]portamento dos Mestres para, com a mocidade, mas tambem a ensinar-lhes a doutrina”<sup>402</sup>.

Tendo em vista a atestada falta de compromisso dos professores públicos de Faro e o grande concurso de estudantes nas aulas criadas pelo Bispo, a Mesa foi de parecer favorável a privar os conventos daquele local das cadeiras de Latim e Filosofia, sendo estas cadeiras a partir de então ocupadas por seculares. Além disso, determinou que todos passassem a oferecer suas lições no Seminário Episcopal, sob vigilância do Bispo, em resolução datada de 31 de maio de 1790.

É lícito afirmar que, no Reino, as aulas particulares constituíam uma realidade bastante estruturada. Tomando como exemplo a *Reforma de 1800*, já referida neste capítulo, os resultados do exame dos mestres corroboram a afirmação feita há pouco. Os professores que, no exame geral, recebiam *licenças* eram os que se dedicavam ao ensino particular. Os proprietários, substitutos e apostilados eram os mestres públicos ou régios. Os professores apostilados eram os proprietários já examinados, mas que, ao se submeter a um novo exame, confirmam, com a aprovação, a propriedade de uma cadeira. De acordo com o estudo de MORAIS e FERNANDES, a distribuição dos 384 professores concursados em Portugal, no ano de 1800, dava-se do seguinte modo:

43 proprietários (11% dos 384); 7 substitutos por 1 ano (1,8%); 23 substitutos por 2 anos (5,9%); 41 substitutos por 3 anos (10,6%); 14 substitutos por tempo indeterminado (3,6%); 41 com licença de 1 ano (10,6%); 68 com

---

<sup>401</sup> AGAL, Livro 174-2.

<sup>402</sup> Id.

licença de 2 anos (17,7%); 76 com licença de 3 anos (19,7%); 66 com licença sem limitação de tempo (17%); 5 apostilados (1,3%)<sup>403</sup>.

Considerando que os professores “com licença” eram os mestres particulares, a partir destes dados, podemos afirmar que a maior parte dos professores se dedicava ao ensino particular, ministrando aulas por casas ou sendo preceptores, uma vez que havia 251 *licenciados* (65,3%) e 133 professores *públicos* (34,6%), distribuídos entre as categorias de substitutos, proprietários ou apostilados.

Além da preceptoria, ou seja, do professor contratado para ensinar e, muitas vezes, morar na casa da família do estudante, havia ainda situações em que os professores particulares acolhiam, em suas residências, alguns alunos, criando “casas de educação particulares”. A partir do requerimento feito por Miguel Bourdieu, reitor de uma “casa de educação”, uma instituição de ensino particular estabelecida em Lisboa com licença real, denominada “Colégio Francês”, percebe-se que esta também era uma prática estabelecida na Metrópole. Tendo sido um dos 384 professores examinados e aprovados em 1800, Miguel Bourdieu passou a substituir D. Afonso Marques no dito colégio em 1803. Em sua prática cotidiana como professor, compôs um livro de uso escolar para o ensino da mocidade, o qual pretendia imprimir a suas custas: “huma nova Gramatica Latina por elle composta com tenção de ampliar a utilidade das Liçoens, que por tantos annos escutarão os Alunos do Collegio, com muito adiantamento”<sup>404</sup>. Para poder imprimir sua gramática, Bourdieu necessitava de permissão e, dessa maneira, escreveu às autoridades competentes solicitando consentimento, em 15 de novembro de 1817. Tendo começado a trabalhar no “Colégio Francês” em 1803 e solicitando alvará para impressão em 1817, a documentação do professor Bourdieu indica que o dito colégio particular, instalado em Lisboa, se encontrava em bom funcionamento por, pelo menos, mais de uma década.

Todavia, os documentos que comprovam a existência do ensino particular nos domínios portugueses do Ultramar são bastante raros. De acordo com Adriana SILVA, do período colonial até meados da década de 60 do século XIX, estas informações são escassas para a Capitania e, posteriormente, Província de Pernambuco, o que não quer dizer que esta modalidade de ensino não tivesse sido estabelecida<sup>405</sup>. Apesar da escassa documentação, recorrer aos mestres particulares para que os filhos aprendessem as

---

<sup>403</sup> MORAIS; FERNANDES, 2008, p. 4.

<sup>404</sup> AGAL, Livro 174-4.

<sup>405</sup> SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: EdUFPE. 2007, p. 211.



Primeiras Letras ou Gramática Latina era, sem dúvida, uma alternativa manifesta entre as famílias que viviam nas demais possessões lusitanas. Em Goa, nove professores particulares mantinham suas licenças, alguns deles oferecendo seus préstimos à população local havia muitos anos, conforme relatório de Menezes, citado no *Capítulo I* desta tese – enviado à Metrópole no ano de 1760. Em seu relatório, Menezes cita a naturalidade, os nomes completos, a moradia, o comportamento/costumes, o tipo de aula e o tempo de prestação de serviço dos professores licenciados (ou particulares) de sua jurisdição. A citação é longa, mas vale a pena dar a ler as palavras do Desembargador Chanceler da Relação de Goa:

o Padre Sylvestre de Souza natural da Freguezia de Sirula da Província de Bardes, e assistente na Freguesia de Santa Ighes da Ilha de Goa, a quem tenho concedido Licença para ensinar na Villa de Pangim tem bom procedimento, e Costumes, e ensinava particularmente há quatro annos para sinco na Freguesia de Santa Ighes. O Padre Domingos Antunes Xavier natural da Freguezia de Condolim da Província de Bardes, tem bom procedimento, e Costumes: lhe concedy licença para ensinar como particular no Bairro de Valverde, onde rezidia ao tempo do exame, em quanto naõ alcançava Carta para ensinar de propriedade em Candolim para onde o tenho determinado; ensinava latim haverá quatro annos a esta parte. O Padre Vicente Manoel Gomes natural da Ilha de Choraõ tem bom, e notório procedimento, e respeito para o Magisterio de ensinar Dicipulos, que ensinou alguns Dicipulos pouco mais de anno: tenho lhe dado licença, e nomeado para ensinar latim na dita Ilha de Choraõ. Os seis, que restaõ dos aprovados tenho lhe por hora concedido Licença, que ensinem Grammatica, emquanto naõ mandar o contrario: a saber o Padre Miguel Lourenço Collaço natural de Margaõ, que ensine em Margaõ na mesma forma. O Padre Gabriel Lourenço natural de Margaõ, que ensine por hora na Freguesia de Carmona. O Padre Pedro Caetano Ribeiro natural de Candolim, que ensine por hora na mesma. O Padre Diogo Monteiro de Aragão, que ensine por hora como particular em Assagaõ. Caetano São Thiago natural da Freguesia de Ribandar, que ensine por hora na mesma. Todos os seis sobreditos tenho informaçoes de que procedem com bom procedimento, e que ensinaõ Grammatica há sinco, e seis annos a esta parte<sup>406</sup>.

Em 1761, Castelo Branco, em relatório referente ao Distrito do Rio de Janeiro, manifestava dúvidas sobre a manutenção das permissões dos mestres particulares. Buscando uma melhor regulamentação, o Chanceler solicitava esclarecimentos ao Diretor Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida: “sirvace V. Ex<sup>a</sup> declararme o que se deve praticar para o futuro, e se as licenças dos Mestres particulares devem ser perpetuas, e ficar registadas em Livro deputado para esse fim”<sup>407</sup>. No mapa que acompanha este relatório, referido anteriormente no *Capítulo I* da tese, sobre a Vila

---

<sup>406</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>407</sup> Id.

Nova da Rainha do Caeté (Comarca de Sabará, Capitania de Minas Gerais), dizia Castelo Branco: “no termo *ha varios Mestres que ensinaõ Estudantes nas próprias Cazas de seus Pays*, mas não se declara o numero” (itálicos meus)<sup>408</sup>.

O relato do estado das aulas no Distrito de Pernambuco também indica a prática costumeira de contratação de mestres particulares e confirma as hipóteses de Adriana SILVA, de que havia, sim, esta modalidade de ensino na Capitania em questão. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco revela, em 1760, que

deixei livre o arbitrio aos Estudantes para se matricularem em qualquer das aulas que se abrião; por que oferecendo-se com zelo o Professor Manoel da Sylva Coelho a ensinar a todos os que quizessem ouvir as suas lições; e sendo elle pago por Sua Magestade, naõ me pareceu justo obrigar aos Estudantes, ou a seus pais a que dessem *640 reis por Mez (que he o estipêndio, que se costuma pagar por cada hu nesta terra aos Mestres)* naõ tendo talvez muitos para isso pocibilidade e por esta forma evitei a censura, de ser procurador da conveniencia dos Eleytos com que poderiaõ arguirme<sup>409</sup> (itálicos meus).

O relatório referente à Goa, encaminhado por Menezes em 1760, retrata também a situação de Moçambique, possessão portuguesa em terras africanas que não fugia à regra das demais mencionadas até o momento:

Alguns moradores [...] pertendem ter lá Mestres de Latim, tenho lhes differido, que nomêem Mestres Capazes, e bem procedidos para *virem a exame perante mim para depois lhes conceder licença para poderem ensinar particularmente nas taes Freguezias*<sup>410</sup> (itálicos meus).

Dentre os relatórios analisados nesta pesquisa, o único enviado à Diretoria Geral dos Estudos em que se não indica a contratação de professores particulares é o que se refere ao Distrito do Maranhão. Isto não quer dizer que esta prática não ocorresse naquele local, mesmo porque o responsável por aquela jurisdição, o Ouvidor Geral Francisco Martins da Silva, em 1760, queixava-se de que, por falta de funcionário designado, “naõ posso ainda responder sobre mais que V. Ex<sup>a</sup> me participa a este respeyto, o que farey a seu tempo”<sup>411</sup>. Décadas após o envio deste relatório, em 1819, o mestre Francisco Sutério dos Reis, natural de São Luiz do Maranhão, recém-aprovado em concurso público para ocupar a cadeira de Latim da referida Vila, enviava uma solicitação ao rei de Portugal. Segundo o mestre Francisco Sutério, antes de ser

---

<sup>408</sup> Id.

<sup>409</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>410</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>411</sup> Id.

aprovado no concurso para professor público, “*se achava empregado a ensinar particularmente*”<sup>412</sup> (itálicos meus). Solicitava com urgência que fosse confirmado “no dito Lugar de Professor Nacional de Gramatica Latina”, uma vez que “a Mocidade da Provincia [era] mui applicada a esta Lingoa”. Além disso, já havia, na localidade, um professor régio de Latim. Mas, segundo o requerente, era necessária a abertura de uma segunda aula, primeiramente porque

achandose o Professor Nacional Luiz Manoel de Araujo [então único professor de Latim de São Luiz] inhabilitado pela sua idade e molestias para exercer suas funções como he constante do Certificado da Câmara Documento N° 1º e *derigindo-se os Pais de Familias a particulares para a instrucção de seus filhos; por que o dito Professor pela incapacidade allegada não tem a Confiança Publica*<sup>413</sup> (itálicos meus).

Outro motivo alegado para a abertura de mais uma cadeira de Latinidade era que a cidade de São Luiz do Maranhão encontrava-se, segundo o mestre Francisco Sutério, bastante populosa, “acrecendo a isto a visinhança de Villas concideraveis, como Alcantra, Guimaraes, Caxias, Itapicura Merim, e outras muitas de menos importância, onde não ha professores Nacionaes de Latinidade tendo a Mocidade estudiosa recurso a Capital”<sup>414</sup>, e uma cadeira apenas não era suficiente para atender a todos os estudantes.

O caso do professor maranhense é bastante significativo, pois comprova a existência das aulas particulares naquela região. Ademais, a estratégia utilizada para se tornar um mestre régio parece ter sido comum a vários outros colegas de profissão. Esta trajetória, documentada em 1819, iniciada como professor particular que mais tarde prestou concurso público, encontra outros exemplos similares desde meados do século XVIII, em Portugal e na América portuguesa, não sendo, portanto, um caso isolado. Foi também experimentada, em Portugal, pelo professor Carlos José da Silva, morador junto à Vila de Almada, Comarca de Setúbal. No dia 24 de maio de 1753, o referido mestre escrevera uma representação a D. José, Rei de Portugal, afirmando que, na qualidade de professor particular,

ensinava gramática havia mais de 20 annos a estudantes tanto da mesma vila [de Almada] como do Porto, de Cacilhas e suas vezinhanças com boa aceitação, e applicação [tendo] deixado da sua clace muitos e bons estudantes para a Filosofia, e Universidade de Coimbra, e Religioens como tudo era

---

<sup>412</sup> IANTT, Ministério do Reino, maço 3489 (sem numeração original).

<sup>413</sup> Id.

<sup>414</sup> Id.

notório conservando sem que mayor numero de estudantes em sua clace que na do Mestre do partido da dita vila<sup>415</sup>.

Segundo sua representação, o lugar de mestre público, pago pelo Partido da Câmara, encontrava-se vago. Desta maneira, considerando seu bom trabalho prestado como professor particular, “com aplauzo e boa aceitação de todos”, solicitava a El-Rei D. José “lhe fizesse merce mandallo prover no partido da mesma Vila donde era natural visto se achar vago o lugar”. A representação do professor foi atendida, sendo o valor do ordenado, que lhe deveria ser pago pela Câmara, de 200 réis anuais<sup>416</sup>.

Do lado de cá do Atlântico, mais precisamente no Distrito do Rio de Janeiro, Castelo Branco, ao analisar os resultados do primeiro concurso público por ele organizado, publicados em 9 de maio de 1760, não afirmou categoricamente que os opositores que ensinavam fora dos seminários cobravam por seus serviços, dedicando-se a aulas particulares. O resultado do concurso dividia os opositores em “classes”, conforme as qualidades apresentadas pelos mesmos. Ao lado dos nomes dos professores, os membros da banca registraram algumas observações sobre a experiência profissional dos mestres e, ainda, características pessoais, como no caso do candidato aprovado na “segunda classe”, Romualdo de Abreu, que “nunca ensinou e he taõ brando que me persuado lhe naõ terão respeito e obediência”<sup>417</sup>. Os seis primeiros colocados, que compunham a “primeira classe”, foram assim qualificados:

[\*] O Padre Manoel de Mendonça [e o] Padre Joze Correa Leitão estes dous ficarão com igualdade. Ensinão nesta cidade com aproveitamento dos discipulos;

[\*] O Padre João da Rocha foy Jezuita muito prudente, e ensina com grande aceitação nesta cidade;

[\*] O Padre Francisco Gomes da Fonceca de gênio áspero e desconfiado, ensinou no Seminario de Nossa Senhora da Lapa;

[\*] Antonio Joze de Abreu He natural de S. Paulo, onde ensina ha annos com boa aceitaçãõ;

[\*] Andre da Luz e Sylva Teve classe em Lisboa esta actualmente ensinando em Vila Rica com aproveitamento dos seus discipulos<sup>418</sup>.

Como a citação evidencia, tal fonte não indica de modo explícito se os professores que ensinavam há anos, com boa aceitação do público e com aproveitamento dos alunos, fora dos seminários, recebiam dos pais por seu trabalho. Todavia, em suas entrelinhas, tal documento deixa escapar a idéia de que a experiência do ensino particular poderia, sim, ter sido vivida por vários dos candidatos ao exame

---

<sup>415</sup> IANTT: *Chancelaria D. José I*, Livro 45 (1752-1754), fl. 100v.

<sup>416</sup> Id., fl. 101.

<sup>417</sup> AGAL, Livro 175.

<sup>418</sup> Idem.

ocorrido em 1760, principalmente entre aqueles que não foram classificados como professores de seminários.

Mesmo sendo até o momento impossível conseguir reunir dados quantitativos que possibilitem uma estatística das aulas particulares no período colonial, as fontes analisadas neste capítulo permitem asseverar que o ensino pago pelas famílias existia, tendo sido experimentado tanto em Portugal quanto em todas as suas possessões no ultramar.

Em 30 de junho de 1821, D. João VI promulgou um decreto permitindo “a qualquer cidadão o ensino, e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame e licença”. Ou seja: o Estado não mais fiscalizava a criação das aulas particulares de ler, escrever e contar. Tal facilitação em se inaugurar uma aula particular se justificava, segundo o próprio decreto, pelo fato de “que não é possível desde já estabelecer, como convém, Escolas em todos os lugares deste Reino por conta da Fazenda Pública; e querendo assegurar a liberdade que todo Cidadão tem de fazer o devido uso dos seus talentos, não se seguindo daí prejuízos públicos”<sup>419</sup>. Sem dúvida, o reduzido número de aulas públicas e a busca da população por organizar espaços particulares de ensino, cada vez mais desejosa de se apropriar das habilidades de leitura e escrita, teriam levado D. João VI a decretar esta medida naquele que seria o último ano do período colonial brasileiro, pondo fim ao controle legal sobre os mestres particulares.

No período posterior à nossa Independência, como foi visto no *Capítulo II* desta tese, a primeira legislação educacional promulgada pelo Império do Brasil, a *Lei de 15 de outubro de 1827*, tratava, em seus 17 artigos, exclusivamente do ensino público. Como o referido *Decreto de 30 de junho de 1821*, promulgado por D. João VI e citado em linhas anteriores, dispensava os mestres particulares de qualquer tipo de regulamentação para que pudessem lecionar, pode-se conjecturar que esta liberdade vigorou após a Independência. Mas isto não parece ter sido assim.

Em Minas Gerais, sob o ponto de vista legal, parece que os professores particulares puderam gozar de certa liberdade no exercício do magistério particular no interregno de 1821 a 1835, ano de publicação do *Regulamento Número 3 da Lei Número 13*. O *Regulamento Número 3* estabelecia, em oito de seus 78 artigos, normas

---

<sup>419</sup> BRASIL, Decreto de 30 de junho de 1821: Permite a qualquer cidadão o ensino, e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame e licença *apud* CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 320 (Anexo 8).

para funcionamento das aulas particulares e fiscalização de seus mestres, desde a necessidade de se “habilitar” perante os Delegados dos Círculos Literários (artigo 7º), à obrigatoriedade das Câmaras e dos Juizes de Paz em comunicar aos ditos Delegados o número e os locais de funcionamento das escolas particulares (artigo 8º). Segundo o artigo 35º, o “Candidato á instrucção particular não depende de licença para a exercer, mas deverá apresentar a Certidão, da qual conste ter sido approvedo ao Delegado do Circulo, em que se propuzer abrir sua Escola”. Os estudantes das aulas particulares, assim como os das escolas públicas, eram obrigados a ser submetidos a exames para que os Delegados dos Círculos Literários observassem o seu aproveitamento, conforme o artigo 49º do *Regulamento Número 3* de 1835<sup>420</sup>.

Mas mesmo antes desta regulamentação, os Ouvidores das Comarcas solicitavam informações às Câmaras Municipais não apenas sobre os números de aulas públicas, mas também das aulas particulares de cada município mineiro, o que pode ser asseverado pela documentação produzida pela Câmara de São João del-Rei, no ano de 1824. Em Acórdão de 1º de outubro de 1824, a referida Câmara Municipal recebera um ofício do Presidente da Província e se comprometera a enviar as informações solicitadas. Os vereadores acordaram em prestar as informações “sobre os estabelecimentos literários assim Públicos como particulares, que se acham nesta Vila com as distinções expressadas no mencionado Ofício, e pedir ao Cap. Mor do Termo a mesma informação acerca dos que há nos diferentes distritos do mesmo Termo”<sup>421</sup>.

A partir do que ficara acordado pelos vereadores e, de posse do estudo, a Câmara Municipal, em 12 de dezembro de 1824, encaminhou “a relação das escolas de primeiras letras, que acompanhou ao Dr. Ouvidor desta Comarca, remetendo-lhe igualmente a relação dos estabelecimentos literários existentes nesta Vila”<sup>422</sup>. Mas infelizmente não foram transcritos no livro de Acórdãos os dados remetidos ao Ouvidor da Comarca e nem foram localizadas tais informações nos demais códices do Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei.

Em sessão ordinária de 05 de outubro de 1831, a Câmara da Vila de São João del-Rei, em cumprimento às exigências da Presidência da Província, ordenou “a remessa de uma exata informação do estado das Aulas, e Escollas tanto Públicas, como

---

<sup>420</sup> Leis Mineiras de 1835. No *Regulamento Número 3* de 1835, as aulas particulares são normatizadas nos artigos 7º, 8º, 23º, 30º, 45º, 49º e no § 7º do artigo 73º.

<sup>421</sup> ACMSJDR: ACOR 14 (1823-1828, 1831), fl. 107.

<sup>422</sup> Id., fl. 111.

particulares, do seu Termo; assiduidade, e préstimo dos seus professores, nº de alunos e seu aproveitamento”<sup>423</sup>.

A partir das informações prestadas pelos vereadores em 1831, pode-se ter sob os olhos um mapa bastante detalhado das aulas particulares da Vila de São João del-Rei. Nesta Vila, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, havia duas escolas particulares de Primeiras Letras: a do professor Guilherme José da Costa, que continha 40 alunos e a do professor Antônio Dias Pereira, que era freqüentada por 62 estudantes. De acordo com o documento, “ambos [os professores] merecem o conceito público, e se esforçam para ensinar a leitura da Constituição, e do Cathecismo da Doutrina Christã, organizado por Ordem do Concelho do Governo”<sup>424</sup>.

Além destes dois professores, havia outros dois padres-mestres na Vila que instruíam seus alunos de modo particular, mas ensinando conteúdos que iam além dos saberes elementares. Em um espaço denominado pela Câmara como “colégio particular”, o Reverendo José Joaquim de Santa Ana “ensina música, dança, Francês e Latim, e conta já 10 alunos, que moram com o Professor”. O outro padre-mestre, Reverendo Francisco Freire de Carvalho, “ensina Rethorica, tendo 4 alunos que se tem aproveitado, e ambos merecem o conceito Público”<sup>425</sup>.

Segundo a Câmara de São João del-Rei, no ano de 1831, além destas quatro aulas particulares que funcionavam na sede do município, “em diversos lugares do Termo se contam *15 aulas de Primeiras Letras, uma pública e 14 particulares*”<sup>426</sup> (itálicos meus). A partir destas informações, pode-se averiguar que as aulas particulares eram uma modalidade de ensino enraizada e em pleno funcionamento na Vila e Termo de São João del-Rei, o município mais populoso da Comarca do Rio das Mortes. Os detalhes sobre as 14 aulas particulares de Primeiras Letras e outra, de ensino “secundário”, que funcionavam em diversas localidades do Termo de São João del-Rei foram coligidos e podem ser observados na **Tabela 5**, que se segue.

---

<sup>423</sup> ACMSJDR: ATA SES 27 (1831-1835), fl. 23.

<sup>424</sup> ACMSJDR: ATA SES 27 (1831-1835), fl. 23v.

<sup>425</sup> Id., fl. 23v-24.

<sup>426</sup> Id., fl. 24.

<b>Tabela 5</b>				
<b>Aulas particulares em funcionamento no Termo de São João del-Rei (1831)</b>				
<b>Local</b>	<b>Nº aulas</b>	<b>Professor</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Nº alunos</b>
Conceição da Barra	2	-	Primeiras Letras	15
Espº Santo da Varginha	1	Reverendo Bonifácio Barboza Martins	Primeiras Letras	35
Arraial de Dores	2	-	Primeiras Letras	15
Espº S <sup>to</sup> dos Coqueiros	1	-	Primeiras Letras	7
Apl. da Piedade	2	-	Primeiras Letras	45
Madre de Deus	1	-	Primeiras Letras	17
Lavras do Funil	5	-	Primeiras Letras	66
Lavras do Funil	1	-	Gramática Brasileira, Língua Latina e Francesa, generalidades de Geografia, e Música	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200</b>

**Fonte:** ACMSJDR, ATA SES 27, 1831, (1831-1835), fl. 24-24v.

A **Tabela 5** permite vislumbrar que o ensino das Primeiras Letras era o conteúdo mais procurado pelos habitantes do Termo de São João del-Rei que se dispunham a pagar mestres particulares para seus filhos. Como demonstram os dados, entre as 15 aulas particulares que configuram na **Tabela 5**, apenas uma oferecia conteúdos posteriores aos ensinamentos elementares de ler, escrever e contar, o que equivale, em termos percentuais, a 6,6%. Esta única aula, na qual se ensinavam Gramática Brasileira, Latim, Francês, generalidades de Geografia e Música, funcionava no Arraial das Lavras do Funil. Não por acaso, esta localidade era uma das mais populosas, melhor estabelecida economicamente e com uma situação geográfica favorável, pois próxima à cabeça da Comarca do Rio das Mortes e das principais estradas que levavam ao litoral brasileiro. O Arraial das Lavras do Funil possuía, além desta aula com conteúdos mais refinados, o maior número de aulas particulares de Primeiras Letras de todo o Termo: nada menos que cinco, dentre as 14 que se espalhavam pelas pequenas povoações do Termo de São João del-Rei (35,7%).

Como disse no início deste capítulo, no período colonial, era permitido que estudantes que não pretendessem seguir a vida clerical freqüentassem as aulas nos seminários. Os seminários, e até mesmo alguns orfanatos mantidos por religiosos, não eram ilhas isoladas da sociedade, uma vez que pessoas “de fora” podiam estar em alguns destes espaços apenas para assistir às aulas ali ministradas. No período posterior



à Independência do Brasil, as aulas particulares também não se constituíam como espaços isolados, nos quais se encontravam somente alunos cujas famílias podiam pagar para que eles ali fossem aprender. Pelo menos na Comarca do Rio das Mortes, as aulas particulares eram também freqüentadas por alunos que não podiam arcar com o pagamento dos mestres. As aulas que figuram na **Tabela 5**, apresentada anteriormente, eram, à época, pagas por aqueles que contratavam os serviços dos mestres. Mas alguns alunos tinham permissão para freqüentar as classes gratuitamente, o que lhes era facultado considerando-se a falta de condições financeiras de suas famílias. Muitos estavam impossibilitados de arcar com o pagamento dos professores. O documento remetido pela Câmara Municipal de São João del-Rei em 1831, no qual me baseei para elaborar a **Tabela 5**, oferece ao pesquisador, além dos dados quantitativos, algumas observações que permitem comprovar esta afirmação. Um exemplo disto é o que ocorria no Distrito de Conceição da Barra, onde havia 15 estudantes nas duas aulas de ler, escrever e contar. Um dos professores ensinava a oito alunos “recebendo honorário pelo seu magistério” e outro, ensinava a sete alunos gratuitamente<sup>427</sup>. O mesmo acontecia na localidade denominada Espírito Santo da Varginha, na qual o único professor ali existente, o Reverendo Bonifácio Barboza Martins, ensinava a 35 alunos, dos quais “21 destes sem honorários atenta a sua pobreza”<sup>428</sup>. Ou seja: 60% dos estudantes que freqüentavam a aula particular do Padre Bonifácio Barbosa Martins não pagavam ao mestre por seu trabalho. No Arraial das Lavras do Funil, este mesmo arranjo fora efetuado: os pais dos alunos que podiam arcar com as despesas e o professor admitiam que alunos pobres assistissem às aulas particulares:

a expensis de alunos Patriotas, há pouco se estabeleceu, em a qual o seu Professor ensina em a qual o seu Prof. ensina Gramática Brasileira, Língua Latina, e Franceza, generalidades de Geografia, e Música, facilitando-se gratuitamente o ensino aos menos favorecidos da paterna [1831]<sup>429</sup>.

Na pesquisa realizada para esta tese, tais situações não foram encontradas na documentação produzida durante o período colonial. A permissão para alunos pobres freqüentar as aulas particulares parece ter sido uma especificidade criada e vivida pelos brasileiros no contexto das primeiras décadas do século XIX. De acordo com os costumes da época, esta “benemerência” poderia ser considerada uma “ação patriótica”, uma vez que o Brasil necessitava de cidadãos minimamente letrados e, sobretudo,

---

<sup>427</sup> ACMSJDR, ATA SES 27, 1831, (1831-1835), fl. 24.

<sup>428</sup> Id., fl. 24.

<sup>429</sup> Id., fl. 24-24v.

submetidos à ordem pública, que pudessem contribuir para que nossa jovem Nação se firmasse perante o mundo civilizado. Estas conjecturas ganham força a partir da análise dos conteúdos ensinados nestas aulas particulares. De acordo com os vereadores da Câmara Municipal de São João del-Rei, em sua jurisdição, os professores particulares de Primeiras Letras “se esforçam quanto lhes é possível no ensino dos seus discípulos, não se esquecendo também de fazer-lhes ler a *Constituição do Império, como convém a Jovens, que pertencem a uma Nação livre, Independente, e Constitucional*” (destaques meus)<sup>430</sup>. Além disso, conforme citação anterior, um dos professores particulares do Arraial de Lavras do Funil ensinava *Gramática Brasileira* e não Gramática Portuguesa, uma referência clara ao sentimento de patriotismo que se disseminava nos Oitocentos, sendo as aulas particulares também espaços usados para que a Nação Brasileira fosse constituída.

Conforme afirmei no *Capítulo II*, as elites oitocentistas do Brasil necessitavam se “civilizar” nos moldes europeus e, para tanto, tomavam a França como modelo a ser seguido. Alguns homens da elite tentaram inaugurar, na Vila de São João del-Rei, instituições em voga na Europa e na Corte do Rio de Janeiro, como a *Livraria ou Biblioteca Pública* e uma sociedade de leitura (a *Sociedade Philopolitechnica*), apesar de esta última não ter tido permissão oficial para funcionar. Além da iniciativa de se estabelecer certas instituições tidas como “civilizadoras”, alguns saberes que constituíam uma sociedade “civilizada” também foram buscados pela elite local e oferecidos por professores particulares. Vindos de fora, os mestres particulares eram detentores de saberes apreciados à época e anunciavam seus préstimos à população local, o que pode ser flagrado na seção de *Avisos* do periódico *O Astro de Minas*. Foram analisados todos os números disponíveis da referida folha pública, nos quais se publicaram sete anúncios de aulas particulares.

O primeiro deles, dado a ler no dia 31 de maio de 1831, trazia as tais “novidades” da Corte:

Jacob Maria Bertozzi tem a honra de participar ao respeitavel publico desta Villa, que chegou proximamente da Corte do Rio de Janeiro, e que se propõe a dar lições de Piano, assim como affina lo; quem precisar do prestimo do Annunciante, pode dirigir se á Rua da Misericordia na hospedaria de Lazaro da Silva Chaves<sup>431</sup>.

---

<sup>430</sup> Id., fl. 24v.

<sup>431</sup> *O Astro de Minas*, n. 548, 31 de maio de 1831. O ensino de música a filhos, ou melhor, mais precisamente, filhas, das elites de São João del-Rei parece ser algo anterior, recuando a fins do período colonial. Nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, José Joaquim de Oliveira declara que o mestre

Anos antes do anúncio das aulas de piano, em 1828, o proprietário da estalagem na qual o professor Jacob Bertozzi se encontrava instalado, Lázaro da Silva Chaves, publicara um breve e intrigante aviso no *Astro de Minas*: “quem quiser comprar um *piano forte*, dirija-se a caça de Lazaro da Silva Chaves”<sup>432</sup> (itálicos meus) – sem, contudo, comunicar ao público o valor de venda pretendido. Talvez o Senhor Lázaro não tenha conseguido vender seu piano em 1828 e, em 1831, resolvera convidar o professor Jacob Maria Bertozzi para ministrar aulas particulares de música em sua estalagem, aproveitando a posse do referido instrumento. Apenas a título de curiosidade, outra moradora da Vila de São João del-Rei que também possuía um piano era a Professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado, uma das três primeiras mestras do ensino público para meninas de Minas Gerais<sup>433</sup>. Apesar de seu inventário possuir data posterior ao recorte cronológico estipulado para esta tese (1871), vale à pena observar seus bens. Os avaliadores calcularam que o valor de seu “piano de mesa com seu banquinho de palhinha” era 250\$000. Os sete bancos de colégio que a professora possuía valiam 6\$000. Entre seus escravos, encontravam-se Antônio africano, de 70 anos de idade (avaliado em 100\$000); Justino crioulo, de 60 anos (300\$000); “uma africana” de 45 anos (800\$000); por fim, Isabel crioula, de 8 anos de idade (550\$000)<sup>434</sup>. Sabe-se que o piano era considerado, desde finais do século XVIII, instrumento símbolo de uma educação refinada, elemento chave dentre os saberes que deveriam ser adquiridos pelas senhoras da “boa sociedade”, conforme bem demonstrou Rogério FERNANDES em estudo já referido no *primeiro capítulo* desta tese<sup>435</sup>. A constatação de que a professora pública de meninas de São João del-Rei também

---

de música José Manuel Vieira ensinava música à filha do poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto, Maria Efigênia. O referido professor declarou ao denunciante “que a dita menina nunca poderia adiantar-se muito, e isto pelo demasiado mimo com que a criava sua mãe, a qual lhe costumava chamar ‘princesa do Brasil’” (AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980, vol. 1, p. 171). O próprio Vieira afirma que Dona Bárbara “decompôs altamente a ele testemunha, dizendo-lhe que devia ensinar a sua filha como uma princesa, porque não havia neste continente pessoa mais ilustre” (Id., *ibid.*, p. 248). De toda a situação, pode-se conjecturar que, nas aulas particulares, ao final do período colonial, os pais interferiam na condução do ensino, além de reforçar a distinção dos seus filhos. Sobre esta questão, cf.: VILLALTA, 2007, p. 258.

<sup>432</sup> *O Astro de Minas*, n. 34, 05 de fevereiro de 1828.

<sup>433</sup> Mais detalhes sobre esta professora cf.: MORAIS, Christianni Cardoso. Sucesso ou fracasso: a trajetória *literácita* da família da Professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado (1803-1881). Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 632-641.

<sup>434</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário, 1871, cx. 447.

<sup>435</sup> FERNANDES, Rogério. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). *Faces de Eva*, n.9, Edições Colibri: Universidade Nova de Lisboa, 2003. 13-27.

possuía um piano é um elemento indicativo da importância do aprendizado deste instrumento musical para as mulheres de elite, as mulheres “civilizadas” dos idos de Oitocentos. Mas nunca é demais lembrar que a posse de um instrumento descrito em um inventário ou anunciado em um aviso de venda não significa que tal objeto tenha realmente sido utilizado por seus proprietários – assim como não se pode comprovar que os livros arrolados em inventários tenham sido realmente lidos por quem os possuía.

Nas primeiras décadas do século XIX, as aulas de dança também eram valorizadas, tendo sido ofertadas em uma das ruas da Vila de São João del-Rei em que residia gente da elite, conforme se observa no aviso de 1835, que anunciava uma “grande Sala de dança na rua da Prata”. Segundo o anúncio, nesta aula de dança “se ensina por novo methodo e em 40 horas o que requer huma educação cuidadosa, *sendo a dança huma prenda que embelece e órna as pessoas civilizadas*”. Conforme o anúncio, além das aulas de dança, o anunciante “offerece-se também a ensaiar bailes e dar lições em casas particulares”<sup>436</sup> (destaques meus).

De acordo com Mariza VELOSO e Angélica MADEIRA, no Brasil do século XIX, assistiu-se à perda progressiva dos valores lusitanos, tornando-se “notória a hegemonia da cultura francesa, por intermédio dos vários bens materiais – moda, arquitetura, etiqueta, obras de arte e literatura –, de práticas sociais, como a frequência a salões e saraus literários”<sup>437</sup>. Considerando todos estes elementos constitutivos de uma “nova civilidade” citados pelas autoras, cabe aqui dar a ler outros dois avisos publicados no *Astro de Minas*. Em 1828, “Francisco Sauvegrain, negociante Frances”, trouxe para vender em São João del-Rei “fazendas de bom gosto e moda para senhoras”<sup>438</sup>. E, em 1829 “Henrique Thiebaut e Cazimiro Mariano, Francezes” anunciaram o seu “sortimento de fazendas novamente chegados: vinho de Bourdeaux, quadros, espelhos, papeis pintados, meias de seda, vestidos”<sup>439</sup>. Por um lado, isso parece comprovar que consumir produtos franceses, saber tocar piano e dançar eram competências almejadas pelas elites imperiais até mesmo no interior das Províncias. O comportamento refinado dos jovens em um “salão de baile” ou em um sarau era motivo de orgulho e de distinção

---

<sup>436</sup> *O Astro de Minas*, n. 1143, 17 de março de 1835.

<sup>437</sup> VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 67. Sobre o antilusitanismo político cf.: RIBEIRO, Gladys S. ‘Pés-de-chumbo’ e ‘garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 160-165, set./ago./1992.

<sup>438</sup> *O Astro de Minas*, n. 80, 22 de maio de 1828, p. 04.

<sup>439</sup> Id., n. 204, 07 de março de 1828, p. 04.

para os que compunham a elite da época. Todavia, de outra parte, pode-se pensar neste anúncio como uma tentativa dos comerciantes ou mesmo dos homens da imprensa local em estimular o público leitor a consumir “produtos franceses”. Deve-se ter cautela, pois os anúncios de jornais não comprovam de modo patente que tais produtos eram adquiridos e/ou utilizados e apropriados pela população.

Além da música e da dança, que poderiam “ornar” as pessoas, tornando-as mais civilizadas, o estudo da Língua Francesa também era buscado por parte daqueles que se identificavam com os valores da Nação considerada exemplo de civilização no século XIX. Na Vila de São João del-Rei, como citado anteriormente, no ano de 1831, o professor Reverendo José Joaquim de Santa Ana ensinava música, dança, francês e latim. No ano de 1834, em anúncio publicado no *Astro de Minas*, um francês, de nome Henrique Thiebaut, ao afirmar que estava “precisando usar da sua instrução, e ao mesmo tempo ser útil a mocidade”, participava aos habitantes da Vila de São João del-Rei a inauguração de sua aula de Gramática Francesa, “no decurso de quinze dias”, em uma das principais ruas da vila. Dizia o professor, em seu anúncio, ademais, que “os jovens Brasileiros, que quiserem o favorecer, e utilizar se de suas lições podem dirigir-se a rua da Intendencia n. 58 aonde poderão tratar com elle das condições”<sup>440</sup>. Além das aulas de francês, o professor Thiebaut se dispunha a ensinar “também a geografia e arithmetica, conforme o trato que fizer com elle, e tomará igualmente discipulos de fora com ajuste particular”<sup>441</sup>.

Mas não apenas em São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, as aulas particulares de francês eram oferecidas<sup>442</sup>. Vale lembrar que, no ano de 1831, conforme informações prestadas pela Câmara Municipal de São João e citadas anteriormente, no Arraial das Lavras do Funil havia uma aula particular em que se ensinava francês, “generalidades de Geografia” e música.

Em correspondência enviada da Vila de São Bento do Tamanduá, uma das que compunham a Comarca do Rio das Mortes, ao redator do *Astro de Minas*, no ano de 1834, afirmava-se que

---

<sup>440</sup> Id., n. 1024, 10 de junho 1834.

<sup>441</sup> Id., n. 1024, 10 de junho 1834.

<sup>442</sup> Antes mesmo da Independência, o ensino de francês acontecia na comarca do Rio das Mortes. Ao menos é isto o que se pode deduzir de uma petição encaminhada, em 1785, à rainha D. Maria I, pelo Dr. José Álvares do Couto Saraiva, que pretendia ser nomeado professor na Cadeira de Gramática Latina na Vila de São José. Ele declarava, então, dentre outros feitos, ter ensinado a língua francesa a seus ex-alunos, conforme VILLALTA, 2007, p. 278.

à 21 do mez de Maio p.p. teve lugar a abertura de duas Aulas huma de Grammatica Latina, e outra Franceza prestadas por Joaquim Camillo de Brito, o qual exige por cada aluno (em compensação de seo trabalho 30\$000 annuaes) o que dar-se há adiantado por trimestres. As pessoas, que quizerem utilizar se do mencionado estabelecimento, dirijão se ao dito em casa do Alfs Joaquim Ferreira Carneiro, rua da Cadêa, isto he, a direita<sup>443</sup>.

No mesmo ano de 1834, um leitor de Baependi, outra importante localidade da Comarca do Rio das Mortes, solicitava ao redator do *Astro* que se publicasse a seguinte notícia:

Achando-se estabelecida nesta Villa huma Aula da Lingoa Franceza, a custa de diversos cidadaos Amantes da Literatura, rogo-lhe o favor de fazer inserir em sua folha isto mesmo, dando publicidade aos nomes dos que subscreverao para o ordenado dado ao Professor o Sr. Francisco André Morel, que outrora o foi por mais de 4 annos no Collegio de Congonhas. Baependy, 25 de julho de 1834. Relação das pessoas que subscreverão: Olimpio Carneiro Viriatio Catao por ano: 40\$000; Joaquim Ignacio de Mello: 20\$000; Joaquim Procópio de Souza Castro: 20\$000; Antonio de Pádua Pereira: 40\$000; José Joaquim de Mattos: 20\$000; Francisco José de Souza Rodrigues por anno: 20\$000; José Hermenegildo Sanches da Rocha Brandão: 20\$000; Antonio Carlos da Rocha Brandão: 20\$000; Affonso Gomes Nogueira: 20\$000; Bento Ribeiro da Silva: 20\$000; Manoel Nogueira de Sá e seos irmãos: 25\$000; Damaso Xavier da Costa: 20\$000; Domiciano Placido de Noronha: 10\$000; Antonio Gomes Nogueira: 20\$000; Carlos José da Costa: 12\$800; Padre Antonio Gomes Nogueira Freire por hum anno: 20\$000; Francisco de Paula Pereira de Souza: 20\$000; Padre Manoel Pareira de Souza: 12\$000; Antonio José de Carvalho: 20\$000. Soma: 400\$000<sup>444</sup>.

O valor a ser cobrado pelo professor da Vila de Tamanduá, 30 mil réis, não diferia tanto das subscrições pagas pelos “amantes da Literatura” de Baependi, cujos subsídios variavam entre 12 e 40 mil réis anuais. Estes eram, provavelmente, pais de família ansiosos por “civilizar” seus filhos ou mesmo por fazê-los aprender a ler na língua da Nação “civilizada”, para que pudessem ter acesso aos livros franceses que, como demonstrado, circulavam pelo Império do Brasil.

Como explicitiei há poucas linhas, havia, em 1831, uma aula particular de francês na Vila de São João del-Rei e outra no Arraial das Lavras do Funil. Em 1834, foram anunciadas, no *Astro de Minas*, mais outras três aulas particulares de francês na Comarca do Rio das Mortes: uma na Vila de São João del-Rei, uma na Vila de São Bento do Tamanduá e mais uma na Vila de Baependi. Penso que a aula pública de Língua Francesa da cidade de Mariana, inaugurada em 1831 (referida no *Capítulo II*), seja mais um fator determinante para a oferta e a procura por aulas particulares de francês. A criação desta aula pública pode ser tomada, ao mesmo tempo, como um

<sup>443</sup> *O Astro de Minas*, n. 1022. 05 de julho de 1834.

<sup>444</sup> *Id.*, n. 1050, 09 de agosto de 1834.

exemplo da busca pela aquisição de uma língua que se encontrava em voga no contexto dos Oitocentos e como um impulso à oferta de outros espaços onde as aulas de francês fossem oferecidas. Na medida em que a aula pública de francês de Mariana, que legitimava tal saber, era a única a funcionar até 1837, outras estratégias foram criadas pelas populações de outras Vilas mineiras onde havia pessoas desejosas de se apropriar da língua francesa. Dessa maneira, os casos de aulas particulares de francês da Comarca do Rio das Mortes são exemplares da disseminação de espaços de saberes em voga nos Oitocentos. A apropriação da língua francesa poderia proporcionar uma boa reputação, além de acesso a idéias contidas em livros publicados no idioma estrangeiro mais difundido nas bibliotecas do sudeste brasileiro naquela época.

Mesmo considerando que a *Lei de 15 de outubro de 1827* priorizava o ensino de Primeiras Letras, conforme demonstrei no *Capítulo II*, as aulas de ler e escrever continuaram a ser oferecidas em regime particular, conforme demonstrado na **Tabela 5**, apresentada em momento anterior deste capítulo. Nos anúncios do *Astro de Minas*, os saberes elementares de ler, escrever e contar também foram oferecidos ao público, mas em apenas dois anúncios. Um deles, de 1833, dizia que o professor

José Joaquim do Carmo, faz sciente ao respeitavel publico, que pretende abrir sua Aula de primeiras letras, na rua da Cruz casa, n. 37, sendo particular, e roga a todos os Srs., que dela se quizerem authorisar para a instrucção dos jovens podem procurar em a dita casa, a fim de se contratarem<sup>445</sup>.

Ao contrário das aulas de piano e de francês, as de Primeiras Letras, do Professor José Joaquim do Carmo, endereçadas aos jovens, não funcionavam em uma das ruas mais elitizadas da Vila de São João del-Rei. Outro aviso de aula particular de Primeiras Letras partia do professor Manoel Zacharias de Siqueira. Segundo o texto do jornal, este mestre “tem aberto a sua aula de Primeiras Letras na sua casa da rua do Curral”<sup>446</sup>. Infelizmente nenhum dos dois professores particulares de Primeiras Letras indicou, em seus anúncios, o preço que costumavam cobrar pelas aulas, o que seria interessante para compararmos com as aulas de francês, que em Tamanduá e Baependi podiam variar entre 12 e 40 mil réis anuais por aluno. Somando-se todas as subscrições dos “amantes da Literatura” de Baependi que aderiram à aula de francês e tiveram seus nomes publicados no jornal em 1834, chega-se à cifra de 400\$000 anuais. A título de comparação, a *Lei de 15 de outubro de 1827*, em seu artigo 3º, definia que os ordenados

---

<sup>445</sup> Id., n. 922, 10 de outubro de 1833.

<sup>446</sup> Id., n. 648, 19 de janeiro de 1832.

dos professores deveriam ser regulados entre 200\$000 a 500\$500 anuais<sup>447</sup>. O *Regulamento N° 3 da Lei N° 13 de 1835*, estabelecia, em seu capítulo 5°, as seguintes condições salariais para os professores públicos da Província de Minas:

Art. 52.º Os Professores do 1.º grão vencerão além do Ordenado annual de duzentos mil reis mais cincoenta reis mensaes de cada alumno até 12, cem reis de 12 até 24, cento e cincoenta reis de 24 até 36, e duzentos reis de 36 em diante até perfazerem o máximo Ordenado de tresentos mil reis.

Art. 53.º Os Professores do 2.º grão vencerão além do Ordenado de tresentos mil reis o dobro do que vencem os do 1.º grão de cada alumno até perfazerem o máximo Ordenado de quinhentos mil reis. Este mesmo ordenado compete ás Professoras públicas.

Considerando o regulamento de 1835, um professor público de Primeiras Letras de Minas Gerais poderia receber, no máximo, 300\$000 anuais, ao passo que um professor público de ensino “secundário” atingiria, na melhor das hipóteses, 500\$000 de ordenado por ano. Dessa maneira, o professor particular de francês contratado para ensinar em Baependi não receberia um salário muito díspar de seus colegas de serviço público, uma vez que a soma das subscrições citadas totalizava 400\$000 anuais.

As disparidades nos ganhos poderiam ser muito grandes se os professores particulares possuíssem poucos alunos pagantes. Talvez por tal motivo a prática de aulas particulares transcorrerem na casa onde o professor residia tenha sido predominante no período – como fica evidente no anúncio de Manoel Zacharias de Siqueira, professor particular de Primeiras Letras, citado em linhas anteriores. Para os professores particulares, não deveria ser fácil arcar com o aluguel de uma casa para que nela fossem oferecidas suas aulas, tendo em vista a possibilidade de não haver grande concurso de alunos pagantes.

A disseminação do ensino “particular doméstico” – ou seja, daquela modalidade de ensino particular em que o professor dá as lições na casa do estudante –, deve ser seriamente considerada, para todo o período analisado na tese. De acordo com Cláudia Fernanda de OLIVEIRA, que pesquisou a educação feminina na Comarca do Rio das Velhas entre 1750 e 1800, utilizando, entre outras fontes, os *Autos de contas* prestados por tutores de órfãos ao fim dos inventários, há “na documentação pesquisada, um número significativo de órfãos que se ocupavam do aprendizado das Primeiras Letras, a

---

<sup>447</sup> Livro da Lei Mineira, 1827. Disponível em: [www2.camara.gov.br/legislação/doimperio](http://www2.camara.gov.br/legislação/doimperio)



maioria deles com mestres particulares”<sup>448</sup>. O espaço doméstico, segundo Cláudia OLIVEIRA, era utilizado, sobretudo, para o ensino das meninas, “uma vez que as mulheres aprendiam os ofícios manuais com outras, da própria família (mãe, tias, avós, irmãs), assim como também poderiam desenvolver o aprendizado na casa de uma mestra de ofício”<sup>449</sup>. Na documentação da Comarca do Rio das Mortes, o registro da prática de contratação de um mestre ou mestra para ensinar na casa da família dos estudantes é bastante raro. Em toda a documentação pesquisada para esta tese, foram encontrados apenas dois casos descritos com detalhes sobre a prática da educação particular doméstica: as aulas de piano de Maria Efigênia, filha do poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora, citadas anteriormente e outro exemplo do século XIX, que passarei a descrever. Trata-se dos filhos do Capitão João Martins de Carvalho, casado com D. Mecias Cândida de Almeida. Ao fim do inventário deste comerciante, encontra-se uma “Conta da Receita e despesa dos órfãos filhos do finado Cap. João Martins de Carvalho, feita pela Mãe e Tutora dos mesmos”, com data de 1845<sup>450</sup>. Além de compras de “fazendas e outros objetos de vestuário” e seus respectivos recibos, encontram-se pagamentos feitos a um professor de música aos cinco filhos do casal, e ainda uma “gratificação à Mestra Maria Herculana Lustosa, que trouxe para casa para ensinar a ler, escrever, contar, gramática, cozer e bordar às quatro meninas”, no período correspondente ao mês de janeiro de 1839 a 1842<sup>451</sup>.

A mestra Maria Herculana Lustosa recebia 40 mil réis anuais para ensinar às quatro meninas. Cifras estas muito inferiores às recebidas pelos professores públicos e mesmo pelos professores particulares que publicavam suas aulas no jornal *O Astro de Minas*, na década de 1830. Não fica claro na documentação se a professora ia à casa para ministrar as aulas ou se morava com a família. Considerando a segunda hipótese como provável, o fato de a mestra Maria Herculana morar na casa da família e de, provavelmente, receber alimentação na residência, poderia fazer com que seus vencimentos fossem mais baixos do que os recebidos pelos professores que se dedicavam ao ensino “particular público” (os quais recebiam os alunos em suas próprias

---

<sup>448</sup> OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2008. p. 69.

<sup>449</sup> Id., p. 21-22.

<sup>450</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário 1837, cx. 48.

<sup>451</sup> No banco de dados de Silvia BRÜGGER, não consta o casamento do casal, que deve ter sido realizado fora de São João del-Rei. Nos Livros de Batismo, constam os batizados de duas filhas do casal: Ana, batizada aos 14/7/1830 e Constança, aos 13/12/1831 – ambas no Livro n. 36, fl. 227v e 305v, respectivamente.

casas ou em casas alugadas para prestar seus serviços), ou aos que iam às casas dos alunos ministrar aulas, mas não residiam com a família.

De volta aos professores contratados pela família do comerciante, entre os mestres de música, Salvador Frabegas recebeu a razão de 10 mil réis mensais para ensinar a três das quatro filhas, entre janeiro de 1843 e setembro de 1844. Sobre o único menino da família, não há qualquer registro de pagamento de professores particulares no inventário em questão. Há de se considerar a possibilidade de que o menino estaria recebendo instrução numa das aulas públicas da Vila de São João del-Rei, mas não houve como averiguar a veracidade desta conjectura.

Esta prestação de contas, feita por D. Mecias Cândida de Almeida, mãe e tutora dos menores que ficaram órfãos do comerciante Capitão João Martins de Carvalho, conduziu-me à busca por mais indícios em inventários, nos quais localizei dados sobre a educação e a instrução que as famílias ofereciam aos seus filhos. No período tomado como recorte cronológico para esta tese, 1750 a 1850, as *Ordenações Filipinas* eram o dispositivo legal que normatizava a criação dos órfãos. Tais *Ordenações* eram um código de leis, que regulava a vida dos súditos, aplicado tanto em Portugal quanto em todas suas possessões ultramarinas. Foram aprovadas por Filipe I e publicadas em 1603 por Filipe II, tendo sido confirmadas em 1643. Mesmo depois da Independência do Brasil, as linhas gerais das *Ordenações Filipinas* continuaram a ser utilizadas, sofrendo algumas modificações, deixando de vigorar totalmente apenas em 1917, quando da publicação do *Código Civil Brasileiro*<sup>452</sup>. De acordo com as *Ordenações Filipinas*, após o falecimento do pai, o Juiz de Órfãos do local onde a família residia deveria indicar um tutor para os menores de 25 anos e que não fossem emancipados (as mulheres menores de 25 anos, ao se casarem, eram consideradas emancipadas e seus bens passavam a ser administrados pelos esposos). Indicado o tutor e aceita a tutoria, este deveria fazer o inventário dos bens do falecido e administrar as legítimas de cada um dos herdeiros menores. A cada dois anos, o tutor deveria prestar contas tanto dos rendimentos das legítimas quanto dos gastos feitos com os tutelados<sup>453</sup>. Deveria, ainda, prestar informações sobre a idade, a saúde (chamada à época de “estado”), a ocupação de cada órfão (se trabalhava, estudava, se era aprendiz ou já exercia algum ofício) e o local onde

---

<sup>452</sup> BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 130.

<sup>453</sup> *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [1870]. 3 vol. Livro I, título 88, §§ 13-18.

os menores moravam. Este tipo de prestação ou *Auto de contas*, feito de modo exemplar por D. Mecias Cândida de Almeida, viúva do Capitão João Martins de Carvalho e tutora de seus filhos menores, pode ser encontrado anexado ao fim de vários inventários dos séculos XVIII e XIX. A partir destes *Autos de contas* é que os Juizes de Órfãos tentavam fiscalizar as ações dos tutores e garantir o bom uso dos bens dos menores. Se o Juiz entendesse que as contas apresentadas pelos tutores não estavam corretas, poderia destituir o tutor e nomear outro. Nem todos os tutores cumpriam seu papel como dizia a lei, realidade observada por Cláudia OLIVEIRA, para a Comarca do Rio das Velhas (entre 1750 e 1800). Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora demonstrou que alguns tutores se apropriavam de modo indevido dos bens dos órfãos<sup>454</sup>.

Quanto à natureza deste tipo de fonte, os *Autos de contas*, cabe considerar que havia, sem dúvida, a possibilidade de fraude por parte dos tutores. Alguns recibos de gastos com os menores, anexados aos processos, poderiam, sem dúvida alguma, ser o resultado de um embuste. Os tutores tinham a possibilidade de apresentar valores maiores do que realmente custavam as mercadorias ou serviços prestados aos órfãos. Mesmo considerando que a impostura era praticável, esta é uma questão secundária para a finalidade que foi dada à documentação na tese que se apresenta. Tendo havido ou não fraude nos preços contidos nos *Autos de contas*, o que interessa aqui não são os preços apresentados, mas sim as escolhas feitas com anuência dos tutores. Os destinos dos órfãos são reveladores do tipo de educação que a sociedade em estudo valorizava, são prova daquilo que considerava adequado para os menores.

Entre os 787 testamentos originais analisados, referências a tutores foram contabilizadas 68 vezes. O que equivale, em termos percentuais, a 8,6% do total de documentos. As recorrências de eleição de tutores e/ou curadores<sup>455</sup> pelos testadores para seus filhos menores somam 66 casos (8,3% dos testamentos originais), dos quais 49 eram homens (74% dos casos de tutoria) e 17 eram mulheres (25,7%).

Deve-se considerar que as pessoas escolhidas para tutores eram homens e mulheres que deveriam ser respeitados socialmente e, principalmente, da mesma condição ou qualidade dos órfãos. Na pesquisa com os testamentos da Vila e Termo de

---

<sup>454</sup> OLIVEIRA, 2008.

<sup>455</sup> Na documentação, tutela e curatela são, às vezes, conceitos tratados como sinônimos, mas para os juristas, “a tutela não se confunde com a curatela, instituição análoga, mas apropriada aos interditos, ou aos incapazes maiores”, ou seja: pessoas consideradas incapacitadas para gerir seus próprios bens e interesses, que apresentam limitações intelectuais desde a infância ou mesmo tendo insanidade mental etc. Conforme SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 427 (vol. III).

São João del-Rei, foi identificada uma relação estreita entre tutoria e parentesco. Esta analogia foi encontrada também por Talítha Maria Brandão GORGULHO, ao analisar uma documentação denominada “contas de tutelas”, produzida entre 1776 e 1908 na Vila de São João del-Rei e na de São José del-Rei (atualmente cidade de Tiradentes). Segundo GORGULHO, a categoria de parentesco mais comum entre os tutores e tutelados eram as que se seguem. Mães: 6 indicações; irmãos: 5 indicações; avós: indicados 3 vezes<sup>456</sup>. Faz-se importante alertar que, no período delimitado para esta tese, não foram encontradas *Prestações de contas de tutelas* como uma documentação que compusesse um *corpus* separado, como as analisadas por GORGULHO, mas, sim, indicações de tutores feitas em testamentos (pelos testadores) e *Autos de contas* prestados pelos tutores (anexados ao fim dos inventários *post mortem*).

Nos casos de nomeação de tutores encontrados nos 787 testamentos originais analisados, entre os homens, dos 49 tutores, 24 (49%) foram identificados como parentes dos testadores e os demais 25 (ou 51%) não traziam qualquer tipo de informações sobre parentesco. Entre os tutores do sexo masculino e os graus de parentesco, encontravam-se quatro tutores que eram irmãos dos testadores, ou seja: tio dos tutelados; seis filhos dos testadores (irmãos dos tutelados); quatro sobrinhos (primos dos tutelados); um primo; cinco genros; um neto; dois cunhados e um marido de uma das netas do testador. Entre as mulheres indicadas como tutoras, a relação que se estabelecia entre maternidade e tutoria era patente. Das 17 mulheres, 16 (ou 94%) eram esposas dos testadores e mães dos menores. Nos casos encontrados em São João del-Rei, há apenas uma (6%) esposa do testador e madrasta de um dos tutelados. Este caso excepcional é o da tutora Águida Teresa Cruz, esposa de José Carvalho Silva, o qual fora casado e ficara viúvo por três vezes antes de contrair matrimônio com Águida: primeiramente, com Ana Gonçalves Gandra, a segunda vez, com Antônia Gonçalves e a terceira, com Joana Maria Jesus. Do primeiro matrimônio, José Carvalho Silva tivera os seguintes filhos: Marinha, Manoel, Joaquim, Francisco e Vicente (dado como falecido no ano em que o testamento fora elaborado, em 1802). Do segundo matrimônio, houve apenas uma filha, de nome Maria. O próprio testador fora tutor dos filhos menores do primeiro casamento, declarando em seu testamento que, nas partilhas do “Inventario da Falecida dita minha mulher falecida Anna Gonçalves Gandra só a Marinha recebeu o

---

<sup>456</sup> GORGULHO, Talítha Maria Brandão. Contas de tutelas como fontes para pesquisa em História da Educação. Documentação de três Vilas da Comarca do Rio das Mortes, de 1776 a 1941. Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais. Unimontes, Montes Claros, 5 a 7 de maio de 2009. p. 02.

que lhe tocou, e dos mais Erdeiros desta se ácha em meu poder como Pay que sou, e tãobem Tutor". Ocorria que um dos filhos de seu primeiro matrimônio, de nome Manoel, necessitava de um curador, por ser considerado, à época, “mentecapto coáze tolo ou sem Juízo”. Dessa maneira, em 1802, o testador solicitava a sua quarta esposa e testadora, Águida Teresa Cruz, “que pelo amor de Deos e por me fazer a mim merce e ao dito meu filho Manoel úze com caridade e ámor venstindo-o sustentandoo curandoo”<sup>457</sup>.

A relação entre maternidade e tutoria também foi encontrada por Cláudia OLIVEIRA, principalmente quando a criança órfã era do sexo feminino. Segundo a autora, as “órfãs, após a morte dos pais, permaneciam preferencialmente na companhia das mães, para ser educadas com toda ‘honra e recato’”<sup>458</sup>. Outra pesquisadora identificou as viúvas como principais tutoras dos filhos através de indicações testamentárias: Ana Isabel Marques GUEDES. De acordo com a mesma, tanto os pais/testadores quanto os magistrados eram unânimes ao admitir que “a mãe, em virtude da sua afeição, seria a que melhor poderia ocupar-se dos filhos, sobretudo dos mais pequenos”. A autora sugere que a “afeição” habilitaria as mulheres portuguesas para assumir a tutoria de seus filhos, suprindo as “incapacidades [intelectuais, administrativas etc.] normalmente atribuídas às mulheres” naquele período, no Portugal continental. A autora afirma que esta realidade não era válida para toda a Europa, uma vez que, em outros espaços europeus, as mulheres já dispunham de certo poder para cuidar dos interesses econômicos, administrando os bens das famílias ao lado dos maridos<sup>459</sup>. Outro pesquisador português, António Gomes FERREIRA, utilizando esta mesma linha de pensamento, salienta que, até finais do século XVIII, nas famílias lusas, “não há dúvidas que as mulheres, até no que dizia respeito à educação dos filhos, eram relegadas para uma posição inferior à do marido”. Ambos os progenitores eram

---

<sup>457</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx. 127, 1811.

<sup>458</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 77.

<sup>459</sup> GUEDES, 2006, p. 31-32. Sobre o sentimento de *afeição* das mulheres pelas crianças, faz-se importante reter que, de acordo com Elisabeth BADINTER, nas sociedades da Europa Ocidental, antes do século XVIII, o sentimento de *amor materno incondicional* não era altamente valorizado ou uma cobrança social. Somente após 1760 é que a pesquisadora percebe um aumento das “publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los”. Tais publicações “impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho”. BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 145.

responsáveis pelos filhos, mas o pesquisador reitera que “as funções que competiam a cada um indiciam claramente a subalternidade da esposa”<sup>460</sup>.

Entre os testamentos de São João del-Rei, há dois em que foi indicado mais de um nome para a tutoria. Um deles é o de José Francisco Lima, que assumiu em testamento ter tido 21 filhos ao longo de sua vida. Antes de se casar, teve três filhos naturais: Ana, Rita e José (falecido na época em que o testamento foi escrito). Do primeiro matrimônio, ocorrido em 1798 com Felizarda Justina da Costa, nasceram José, Maria, Joaquina, João, Mariana, Teresa, Francisco, Manoel, Ana, Mecias (falecida) e Ana (também falecida). Os filhos Manoel Francisco e Ana Francisca eram menores quando da morte da mãe e, como tutor, fora indicado seu irmão mais velho, José Francisco. Do segundo matrimônio, celebrado em 1821 com Ana Ribeiro de Jesus, nasceram Vicente, Joaquim, Mariana, José, Maria Joaquina, Perpétua, Antônio e mais outros três, que faleceram na infância e cujos nomes não foram mencionados. A mãe foi eleita tutora destes sete filhos menores. Neste caso, fazia todo sentido haver um tutor para os menores do primeiro matrimônio e outra para os filhos do segundo, uma vez que o espaço de tempo entre os dois casamentos fora bastante longo (23 anos)<sup>461</sup>. Mas esta não era a questão com João Costa Souto, morador na Vila de São João del-Rei e casado com D. Maria Cândida Jesus. O testador era pai de seis filhos, um natural e cinco legítimos. Em testamento de 1847, afirmava que, quando solteiro teve “hu filho natural por nome Manoel da Costa Souto; que existe em minha companhia havido de pessoa desimpedida”. Este filho teria sido, segundo as palavras do testador, “por mim reconhecido e habilitado para entrar com meos filhos legitimos na minha herança”. Considerando as especificidades de sua prole, o negociante achou por bem nomear dois tutores diferentes para seus filhos, estabelecidos de acordo com a legitimidade (ou não) dos mesmos. Para os filhos do casamento, a esposa. Esta indicação procedia, segundo o testador, “pelo muito conceito que lhe merece a dita sua molher pela sua probidade e virtude”. E para o filho havido no estado de solteiro, nomeava para tutor seu “segundo Testamenteiro dito Cappitaõ Pedro Alves a quem encarecidamente rogava aceitar este

---

<sup>460</sup> FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar: A Criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000. p. 408.

<sup>461</sup> Primeiro casamento: 1798, Livro 9, fl. 28v; segundo casamento: 1821, Livro 10, fl. 76v. Os dados referentes às datas dos casamentos de José Francisco Lima e de outros testamenteiros foram obtidos nos bancos de dados organizado por Sílvia Maria Jardim BRÜGGER, baseado nos *Livros de Registros Paroquiais de Batismo e Casamento da Freguesia de N. Sra. do Pilar de São João del-Rei*. Agradeço profundamente à professora pela generosidade em me ceder uma cópia do bancos de dados.

encargo confiando igualmente a sua amizade, e probidade”<sup>462</sup>. A documentação não permite que se afirme que esta distinção tenha sido feita pelo fato de a esposa se recusar a gerir os bens de um filho que não era seu. Pode-se levantar a hipótese de que o marido/testador temesse que D. Maria Cândida não cuidasse com zelo deste filho concebido com outra mulher, antes de seu casamento. Neste caso a esposa/mãe foi indicada como capaz de cuidar da educação e interesse dos menores aos quais deu a luz. Considerando que, em apenas um caso, dentre os 17 encontrados, a relação maternidade/tutoria não foi estabelecida, cabe aqui a levantar a hipótese de que, naquele contexto, era preferível não impor às mulheres a responsabilidade sobre filhos que não haviam nascido de seus ventres. Esta recorrência identificada reforça a idéia de Ana Isabel GUEDES de que a “afeição” aos filhos devia ser considerada pelos pais quando indicavam suas esposas/mães como tutoras<sup>463</sup>.

Todavia, para além da “afeição”, no caso da documentação produzida em São João del-Rei, ao indicar as mulheres como tutoras, muitos testamenteiros deixavam por escrito outras justificativas para suas nomeações, como que “abonando” a opção por uma mulher, mesmo quando a tutora era a própria mãe dos menores. Do total de 17 tutoras, houve 10 casos (58,8%) em que os testadores/maridos abonavam suas esposas, asseverando, além da “afeição” ou “amor” às crianças, a “capacidade” demonstrada por estas mulheres em cumprir tão importante papel. Estes indícios de “abonação” não foram encontrados em um caso sequer, quando homens foram indicados como tutores. O tenente-coronel Luiz Manoel Silva Caldas, pai de seis filhos, em 1839, indicava, como tutora dos que ainda eram menores, sua esposa Lauriana Maria Jesus, por estar “convencido da *capacidade, zelo, e amor da dita*”<sup>464</sup> (itálicos meus). Em 1836, o tenente Francisco Antônio Carvalho, negociante e agricultor com fazenda, elegia sua esposa D. Delfina Henriqueta Júlia Resende como testamenteira e tutora de seus cinco filhos, asseverando

conhecer nella boas qualidades, e *muita capacidade*, aptidão e amor que tem a seos filhos, peço a tutoridade legitima a quem por direito lhe pertencer a hajão de nomear Tutora dos mesmos meos filhos, enquanto a lei não os autoriza a tomar conta daquillo que lhes há de pertencer<sup>465</sup> (destaques meus).

---

<sup>462</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 135, 1851. O casamento deste casal não foi encontrado no banco de dados de casamentos organizado por BRÜGGER, o que indica que fora realizado em outra paróquia que não a de N. S<sup>za</sup>. do Pilar de São João del-Rei.

<sup>463</sup> GUEDES, 2006, p. 31-32.

<sup>464</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 17, 1844.

<sup>465</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 20, 1837.

Da mesma forma, o Sargento-mor Cândido Álvaro José Lima, viúvo, pai de seis filhos e casado pela segunda vez com D. Maria Benedita Noronha Negreiros, elegia sua esposa tutora dos menores. Em 1814, assegurava “conhecer a sua *capacidade*”. Portanto, “a instituo, e nomeio tambem Tutora dos Nossos Filhos por *confiar della não só a boa iducação, e instrucção delles, mas a administração de seus bens e legítimas*”<sup>466</sup> (itálicos meus). O comerciante e Comendador Francisco Paula Almeida Magalhães, pai de 12 filhos, também nomeava sua segunda esposa, Mariana Carolina Almeida Magalhães, como tutora dos herdeiros menores. O Comendador possuía filhos naturais e legítimos. Dentre os legítimos, havia filhos concebidos nos dois casamentos que estabelecera. Admitia, no ano de 1838, “conhecer nella [sua segunda esposa] *toda a capassidade* para isso, e confiar que há de corresponder à minha confiança”<sup>467</sup> (itálicos meus). Outra esposa de comerciante, Leonarda Luiza Lacerda, casada com o negociante Capitão Leonardo João Chaves, com o qual possuía nove filhos, fora “abonada” pelo marido em seu testamento, datado de 1817. A esposa fora indicada tutora, segundo as palavras do marido “pelo *bom juizo e capacidade* que tenho sempre experimentado na dita minha mulher”<sup>468</sup> (destaques meus).

A confiança dos maridos na “capacidade” das mulheres em cuidar, educar, instruir e administrar os bens dos filhos menores fica patente na documentação produzida na Vila e Termo de São João del-Rei. Ao que tudo indica, ao contrário das portuguesas, sobre as quais, segundo Ana Isabel GUEDES, recaíam suspeitas de incapacidade, tanto intelectual quanto administrativa<sup>469</sup>, e que, sob a perspectiva de António FERREIRA, estavam encarregadas de ter, para com as crianças, tarefas que no século XVIII se entendiam como mais adequadas à sua natureza. Estas tarefas adequadas à constituição feminina eram os cuidados iniciais com os recém-nascidos, sua higiene e alimentação, mimos e afetos. Os pais deveriam agir de modo mais austero e sisudo, com objetivo de cuidar da “contenção à desenvoltura infantil”. Devendo agir de maneira vigorosa, os homens eram responsáveis pela educação das condutas infantis<sup>470</sup>. Ao contrário do que percebem estes dois historiadores portugueses, penso que as mulheres da região de São João del-Rei, pelo menos as esposas de comerciantes e de homens que detinham patentes militares e heranças consideráveis, possuíam um

---

<sup>466</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 73, 1824.

<sup>467</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 78, 1853.

<sup>468</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 25, 1825.

<sup>469</sup> GUEDES, 2006, p. 31-32.

<sup>470</sup> FERREIRA, 2000, p. 408-409.



espaço de ação em seus casamentos, conquistado e respeitado pelos maridos. Espaço este que permitia que participassem da educação de seus filhos e não apenas dos cuidados iniciais.

As pesquisas mais recentes sobre a História das Mulheres no Brasil indicam que elas poderiam se ocupar de vários papéis no mundo do trabalho, tanto em casa quanto fora do ambiente doméstico. Maria Beatriz Nizza da SILVA analisa, em *Donas e plebéias na sociedade colonial*, a situação das mulheres na Capitania de São Paulo, nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, durante os Setecentos e primeira metade do século XIX. Apresenta uma variedade de atividades das quais as mulheres poderiam se ocupar, como por exemplo: a panificação, o comércio, os ofícios de costureira, tecedeira e parteira. Afirma, portanto, que a “ociosidade das mulheres constantemente apontada constitui uma generalização” indevida<sup>471</sup>. As “donas”, muitas vezes, se ocupavam da gestão de seus patrimônios. Já as brancas sem posses circulavam para além do ambiente doméstico e exerciam ocupações como as das mulheres de cor. Luciano Figueiredo, em *O avesso da memória*, se volta para as Minas Gerais durante o século XVIII, apresentando mulheres que, em seu cotidiano, participavam de modo efetivo das práticas sociais e econômicas de seu tempo. Segundo Figueiredo, as mulheres das Minas ocupavam-se do mercado a varejo, com destaque para as forras, que eram chamadas de “negras de tabuleiro”. Outra atividade feminina destacada por Figueiredo foi a prostituição, exercida pelas escravas a mando dos seus senhores, mas também por mulheres pobres, que assim garantiam o sustento de suas famílias<sup>472</sup>. Dessa maneira, a representação de mulheres, principalmente as brancas, trancadas em casa e se ocupando apenas de trabalhos domésticos e/ou manuais deve ser repensada.

Voltando aos testamentos de São João del-Rei, neles, as mulheres indicadas como tutoras não recebiam somente elogios e abonação de seus esposos quanto à sua capacidade de administrar os bens e de cuidar da educação dos filhos. Sobre as mulheres recaíam também suspeitas. As *Ordenações Filipinas* determinavam que as mulheres, sendo mães ou avós, poderiam ser admitidas como tutoras, “vivendo

---

<sup>471</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa, 2002. p. 169.

<sup>472</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. Sobre as mulheres pobres, sóas ou chefes de família, que ganhavam a vida como quitandeiras, lavadeiras e artesãs, ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

honestamente, e não tendo passado a segundas núpcias<sup>473</sup>. Não bastava ser considerada capaz de administrar os bens. Esta capacidade da esposa foi mencionada pelo tenente-coronel João Nepomuceno Ferreira Castro, em seu testamento datado de 1844. Sendo pai de sete filhos, indicava como testamenteira e tutora sua esposa Maria Eugênia Castro Maia e, apesar de “reconhecer a capacidade e idoneidade de minha testamenteira a nomeio tutora de nossos filhos, e administradora dos bens dos mesmos cujo encargo sei he bastante capaz de desempenhar”, estabelecia uma ressalva: “*emquanto permanecer no estado de viuvez*”<sup>474</sup>. Como demonstrei neste mesmo capítulo, esta prevenção se encontrava amparada pela lei. O senão imposto pelo testador, de a viúva perder o direito à tutoria caso contraísse novo matrimônio, pode ser tomado ainda como uma forma bastante eficiente de manter a esposa ligada ao luto e à memória do falecido, pelo menos até que os filhos completassem a maioridade. Mas neste caso específico, um dos filhos do testador, de nome Domingos, era considerado “demente” e, portanto, necessitava de uma pessoa que administrasse seus bens e lhe dedicasse cuidados pela vida toda. Nessas condições, um novo marido poderia ocasionar falta de cuidados com a saúde do filho e/ou mau uso da parte da herança que cabia ao mesmo – o que seria facilitado pelo fato de uma pessoa considerada “demente” ser legalmente incapaz de administrar seus próprios bens.

As preocupações com a eleição dos tutores não eram descabidas. Mesmo com a legislação vigente, havia a possibilidade de burlar as leis e dilapidar a herança dos menores, o que constatou Cláudia OLIVEIRA em sua dissertação de mestrado, citada anteriormente. O mau uso das heranças pelos tutores pode ser comprovado a partir do testamento de João Vieira da Silva Seabra, um negociante natural da Freguesia de Sampaio da Portela, Conselho de Penafiel, Bispado do Porto e morador na Vila de São João del-Rei. Era solteiro e não possuía filhos a quem deixar sua herança. Ocupou o cargo de tesoureiro dos ausentes e, em seu testamento, citou um livro de leis e demonstra saber bem como era a legislação referente às heranças:

a meu Testamenteiro emcarrego a administração delles [bens] para os administrar [...] uzando nesta parte a faculdade que me he permitida no capitulo vinte e trez do Regimento dos defunctos e auzentes e ainda pela [...]ção de Sua Magestade de 4 de dezembro de 1750 por cuja observancia

---

<sup>473</sup> *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [1870]. 3 vol. Livro III, título 102, §§ 1º-2º.

<sup>474</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, cx 23, 1850. Destaques meus. No banco de dados de casamentos, organizado por BRÜGGER, não constam os nomes do testador ou da tutora em questão. Portanto, não foi possível saber se a tutora se casou novamente.

se procura agora nas Rezidencias dos Provedores dos ditos defunctos e auzentes cuja Ordem se acha registada em Villa Rica<sup>475</sup>.

Este tesoureiro dos ausentes sabia perfeitamente que era possível que um tutor mal intencionado utilizasse como bem entendesse a herança de um menor, não apenas por ocupar este cargo, mas, sobretudo, por ter sido vítima de um tutor pouco escrupuloso. Segundo o testador João Vieira da Silva Seabra, quando seus pais faleceram, "me ficaraõ trez fazendas por herança o que bem há de constar do Inventario que fez o Juiz de Orphaõs da minha mesma terra". Mas destas três fazendas, "se achaõ duas embaraçadas por cauza de má consciencia do Tutor que me deraõ". O testador não cita o nome do tutor que lhe fora designado, muito menos o modo como o mesmo conseguiu se utilizar fraudulentamente de sua herança, quando, pelo contrário, deveria zelar por ela. Afirma de modo contundente, em seu testamento, datado de 1763, que seu tutor, "sem authoridade da Justica nem comcentimento meu que entã hera de menor idade, vendeu duas das ditas fazendas que sem embargos destes embaraços sempre me pertencem". A única das três fazendas que lhe ficara estava sendo ocupada por uma tia, a "Tia Anna Maria e nella se comservara emquanto viver disfrutando e útilizando-se dos rendimentos da mesma como lhe tenho permitido e facultado"<sup>476</sup>. Se os tutores agiam de modo inescrupuloso com herdeiros capazes de administrar seus bens, que necessitavam apenas de atingir a maioridade para fazê-lo, como João Vieira da Silva Seabra, imaginemos as possibilidades de fraude por parte dos tutores daqueles considerados "dementes e incapazes" de zelar por si próprios e pelos seus bens, como Domingos, um dos filhos de João Nepomuceno Ferreira Castro e Maria Eugênia Castro Maia, citados há pouco.

De outra parte, além da correlação entre tutoria e parentesco, evidenciada em linhas anteriores, observa-se nos inventários uma relação estreita entre tutoria e capacidade de assinar o próprio nome, questão que será explorada mais detidamente no *Capítulo V* da tese. Agora, basta ao leitor saber que, entre os 49 homens indicados como tutores, 33 foram capazes de assinar os documentos analisados (o que equivale a 67,3% do total de tutores). Entre as 17 mulheres, 11 assinaram, o que representa 64,7% do total de tutoras. Estes dados sobre assinaturas e o fato de os testamenteiros abonarem suas esposas como capazes de ocupar o lugar de tutoras, considerando-as capazes de administrar as heranças, de cuidar da educação de seus filhos menores, são indícios

---

<sup>475</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento cx 148, 1763.

<sup>476</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento cx 148, 1763.

importantes. Permitem que se afirme que tais mulheres possuíam alguma familiaridade com a cultura escrita e autoridade para cuidar de interesses administrativos de suas famílias. Todavia, não é fácil encontrar fontes que descrevam como estas mulheres se apoderaram das tecnologias de ler, escrever e contar. Há poucas informações sobre os ambientes e onde as crianças eram instruídas, principalmente as que aprenderam com professores particulares. Documentos que descrevam, com detalhes, a contratação de professores particulares para o ensino doméstico, como o da família do comerciante Capitão João Martins de Carvalho, de 1845, são raros. Localizar fontes que descrevam a maneira como os professores particulares ensinavam, por quantas horas diárias, a partir de quais livros etc., é tarefa que se mostrou, até o momento, impossível de ser realizada. O que a documentação deixa evidente, como pôde ser visto no início deste capítulo, é que havia, no mundo luso-brasileiro, professores particulares no exercício do magistério, desde fins do período colonial até meados do século XIX. A idéia de que o ambiente doméstico tenha sido o *locus* privilegiado em que as mulheres aprendiam a lidar com a cultura escrita foi bastante enfatizada por Cláudia OLIVEIRA, que encontrou documentação que permite tal afirmação para a Comarca do Rio das Velhas<sup>477</sup>.

Como a documentação comprova, muitos testadores demonstravam ter preocupações com seus filhos ao indicar tutores para os menores. Ao descrever suas preocupações, muito sobre a criação/educação da infância naquele contexto era revelado. Havia, por parte dos testadores, disposições de cunhos diferentes. Uns se preocupavam mais com as heranças, outros com a educação dos filhos ou de menores, aos quais suas vidas estavam ligadas. Quanto aos filhos, conforme Silvia BRÜGGER, tanto legítimos quanto ilegítimos, os pais eram obrigados a criá-los, segundo as *Ordenações Filipinas*, que determinavam pais e mães deveriam zelar e custear a criação das crianças<sup>478</sup>. Exemplo disso é o caso da filha do cirurgião Capitão João Joaquim Pereira. Segundo relata a testadora Emerenciana Esméria Santos em seu testamento, o cirurgião possuía uma filha e, para cuidar da menina, havia feito com ela testadora um acordo: *foi tractado comigo de nada me levar em retribuição de lhe criar huma filha thé Idade de quatro anos*. Emerenciana Esméria declarava, ainda, que “não tenho recebido delle couza alguã” e que “nada devo ao Capitão João Joaquim Pereira, posto este fizesse

---

<sup>477</sup> OLIVEIRA, 2008.

<sup>478</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal* - família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anablume, 2002, p. 135-136.

alguãs curas como cirurgiãõ a mim, e a minha familia, e mesmo desse alguns remédios” (destaques meus)<sup>479</sup>. Não há como constatar se a menina, menor de quatro anos, era uma filha natural do cirurgiãõ que oferecia seus serviços em troca de que Emerenciana Esméria zelasse pelos primeiros anos de vida da criança<sup>480</sup>.

Outras pessoas costumavam até mesmo pagar pela criação de uma criança, mesmo não sendo fruto de seu ventre, o que fica claro na declaração feita por Inácia Fernandes Reis, que criava um exposto em sua casa “por esmolla, sem que em tempo algum pessoa alguma possa cobrar criação delle”. O menino, de nome José, teria sido aleitado pela filha de Inácia Fernandes, conforme as palavras da testadora: “a minha filha Anna cazada com Francisco Joze Paulino *pagueille 8\$000 por sete mezes que deu de mama*” (destaques meus)<sup>481</sup>. Inácia Fernandes Reis revelava ainda preocupações com a educação do exposto José, deixando para ele “32\$000 para em minha falta *aprender a ler, e o que mais percizo for*” (grifos meus)<sup>482</sup>. A diferenciação entre criar e educar parece ficar clara a partir das palavras ditadas pela testadora Inácia Fernandes Reis, em 1840. Na documentação pesquisada por Sílvia BRÜGGER, “257 inventários, 107 contendo também os [traslados dos] testamentos, e 56 testamentos [originais]” produzidos por pessoas que foram batizadas ou se casaram na Freguesia de N. Sra. do Pilar de São João del-Rei, entre 1729 e 1850, a pesquisadora não identificou uma distinção clara entre as noções de *criar* e *educar*. Segundo a historiadora, “é difícil perceber como os habitantes de São João del-Rei de fato viviam estas atribuições”<sup>483</sup>. Ao consultar a edição de 1813 do *Diccionario da Língua Portuguesa* de Antônio de Moraes e Silva, a pesquisadora diz encontrar para o termo *criar* a seguinte designação: “alimentar aos peitos, ou dar de comer, dar educação e alimentos”. O verbete *educar* era concebido pelo dicionarista como “criar, dar ensino e educação, doutrinar a

---

<sup>479</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento 1836 (1846, cx 119).

<sup>480</sup> No banco de dados elaborado por BRÜGGER, baseado nos assentos de batismos, há 09 filhos legítimos de um homem chamado Capitão João Joaquim Pereira, havidos com Rita Delfina Santana. Destes, 5 meninos e 4 meninas, cujos nomes eram: Mariana (batizada em 1816, Livro 30, fl. 118); Carlota (1820, Livro 34, fl. 28v); Rita (1822, Livro 34, fl. 69v); Carlota (1837, Livro 37, fl. 3v). Não há testamentos ou inventários do cirurgiãõ e de sua esposa e não existem outros dados que permitam comprovar que o cirurgiãõ citado no testamento de Emerenciana Esméria dos Santos seja o mesmo encontrado no referido banco de dados. Tratando-se da mesma pessoa, pode-se conjecturar que, por falecimento da mãe, a menina, ainda pequena, precisava de uma mulher que lhe prestasse cuidados, o que era feito por Emerenciana Esméria. Mas não há como comprovar esta hipótese.

<sup>481</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento 1840 (1847, cx 150).

<sup>482</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento 1840 (1847, cx 150).

<sup>483</sup> BRÜGGER, 2002, p. 153.

mocidade”<sup>484</sup>. A meu ver, a noção de educar, na concepção de Moraes e Silva, era mais ampla, na medida em que, apesar de conter em si a idéia de criar, alimentar, extrapolava os deveres com a nutrição da criança, indicando o ensino e a doutrinação. O conceito de educar estava intimamente ligado com os cuidados morais que os adultos deveriam dispensar à mocidade.

No *Vocabulário Latino e Português* de D. Raphael BLUTEAU, publicado entre 1712 e 1728, as concepções de *criar* e *educar* se encontram muito mais imbricadas do que as de Antônio de Moraes e Silva em 1813, ainda que para educar se atribua um domínio restrito à instrução profissional. BLUTEAU designa *criar* como “dar o ser”, “gerar, produzir, criar ao peito”. Criar um menino era “ter cuydado da sua criação, ensynar, instruir”. Ou seja: algumas pessoas “criam-se os seus filhos nos bons costumes” e, logo, o campo da criação estende-se até o da educação e da instrução<sup>485</sup>. O significado de *educação*, de acordo com BLUTEAU, é a “acção, com que se constitue alguem com dignidade; da eleycaõ, & constituiçaõ dos sogeytos em algum officio”<sup>486</sup>. O instigante título do livro de António Gomes FERREIRA: *Gerar, criar e educar*, no qual analisa os saberes médicos dedicados à infância, também remete à questão. Em suas palavras, FERREIRA estabelece que, nos Setecentos, “além de gerar, a família servia para *criar, no sentido de conservar e educar*, dentro dos limites que a religião impunha” (destaques meus)<sup>487</sup>. Donde se conclui que, nos Setecentos, os dois vocábulos, *criar* e *educar*, de acordo com a concepção do dicionarista BLUTEAU e com os resultados da pesquisa de FERREIRA, eram indissociáveis da correção dos costumes. As palavras em tela, cujos significados são semelhantes, estavam permeadas pela noção de moralidade, de retidão das práticas.

A dificuldade encontrada por Sílvia BRÜGGER em entender a diferenciação entre os termos criar e educar para a sociedade sanjoanense dos séculos XVIII e XIX foi também um obstáculo para esta tese que ora se dá a ler. Nos 787 testamentos originais e 205 inventários produzidos entre 1750-1850 na Vila e Termo de São João del-Rei, analisados nesta pesquisa, ao se mencionarem cuidados em favor das crianças, as palavras *criar* e *educar* são largamente utilizadas, mas não fica claro se as mesmas palavras possuíam significados distintos. Ao que tudo indica, não se estabelecia,

---

<sup>484</sup> SILVA, Antônio de Moraes e. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typ. Lacerdyna, 1813. p. 495.647 *apud* BRÜGGER, 2002, p. 153.

<sup>485</sup> BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Latino e Português*. Coimbra: 1712-1728. p. 610-611. Disponível em: [www.ieb.usp.br/online/](http://www.ieb.usp.br/online/) Acesso em: 13 jun. 2009.

<sup>486</sup> Id., *Ibid.* p. 608 e p. 609.

<sup>487</sup> FERREIRA, 2000, p. 424.

socialmente, uma diferenciação rígida ao se utilizar os vocábulos em questão, parecendo que criação e educação significavam, no dia-a-dia, “ensino para a direcção dos costumes”. Para concluir esta discussão, utilizo-me das palavras de BLUTEAU, que cita os dizeres de um “certo poeta Turco”. O anônimo poeta da Turquia, “para mostrar a força da educação, diz, que huma pedra tosca se faz diamante, quando em purificalla se empenha o sol”<sup>488</sup>.

Os estudos recentemente publicados também indicam que a educação das crianças, órfãs ou não, esteve, durante longo período, permeada pela idéia de moralidade. Ao pesquisar a educação das crianças na América Portuguesa/Brasil, Mary DEL PRIORE demonstra que, no século XVIII e no XIX, a preocupação pedagógica estava imbricada à moralidade católica, uma vez que as cartilhas para ensinar a ler se encontravam repletas de ensinamentos morais e religiosos<sup>489</sup>. Principalmente na criação das meninas, a educação moral era mais importante do que o aprender a ler/escrever/contar; segundo Cláudia OLIVEIRA:

É comum na maioria das famílias observadas nas fontes pesquisadas o cuidado com a criação e a educação moral dos órfãos e órfãs. Há uma nítida preocupação por parte dos tutores em informar aos Juizes de Órfãos que seus tutelados eram criados e alimentados com todo amor e caridade, e no caso das meninas sempre era ressaltado o fato de viverem com toda “honra e honestidade”<sup>490</sup>.

A preservação da honra, tema encontrado também nos documentos de São João del-Rei, aparece nos dizeres de um dos tutores. Em 1792, das 6 filhas de João Francisco Carvalho, Ana, Francisca e Isabel, se encontravam casadas. Já as menores (Luiza, Helena, Francisca e Inácia) viviam em companhia do tutor, Domingos Teixeira Carvalho, genro de seu pai, ou seja, cunhado das tuteladas. Conforme as palavras do tutor, as meninas viviam “*com muita virtude* aplicando as prendas que pede seu sexo”<sup>491</sup>.

Ana Cristina BASTOS, que pesquisou período posterior ao recorte cronológico estipulado nesta tese, ao analisar as relações entre órfãos e seus tutelados para o período de 1891 a 1920, afirma que

---

<sup>488</sup> FERREIRA, 2000, p. 13.

<sup>489</sup> DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, 2004. p. 100.

<sup>490</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 113.

<sup>491</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário, 1792, cx. 48.

ainda que a legislação previsse a responsabilidade do tutor com relação à escolarização dessas crianças, observa-se que isso não era objeto de grandes preocupações nas práticas da administração da justiça, pois a educação dos órfãos, ao contrário das luzes, isto é, do ideário civilizatório iluminista, esteve muito mais atrelada à moralização e ao ajustamento ao trabalho<sup>492</sup>.

Ao aceitar a tutoria de um menor, o tutor ficava obrigado a prestar contas ao final do processo de inventário do pai falecido. Na feitura dessas prestações de contas, deixaram-se evidências sobre a educação das crianças órfãs. Ressalto que, neste caso, se trata de órfãos que possuíam alguma herança a receber. Tais prestações de contas não permitem ao historiador saber como o processo de educação foi conduzido pelos tutores, como foram sendo construídas, dia-a-dia, as trajetórias das crianças até o momento em que elas se casaram, emanciparam ou completaram os 25 anos, atingindo a maioridade. O que as fontes oferecem são o resultado da educação, resultado este demonstrado pelo órfão no momento em que as prestações de contas foram feitas e aceitas pelos Juízes de Órfãos. Como disse na *Introdução* da tese, para a escrita do presente capítulo, utilizei oito prestações de contas, escolhidas aleatoriamente. A partir desta documentação foram retirados os seguintes dados: ocupações dos testadores, seus haveres, a quantidade de filhos/herdeiros, os graus de parentesco dos testadores com os tutores e os destinos dos órfãos. Informações que podem ser observadas no **Anexo 3**.

Analisando os dados coligidos no referido anexo, produzidos no período de 1792 a 1845, entre os oito testadores, constatei que a maioria era natural do Brasil. Apenas um deles, um agricultor, identificado com um asterisco (\*), era português. Nestes oito casos analisados, três testadores viviam na Vila de São João del-Rei, os cinco demais eram moradores do Termo, residindo em fazendas, chácaras ou sítios, todas unidades produtivas de gêneros agrícolas ou de pecuária. Independentemente do local de residência, todos possuíam negócios ligados à produção de gêneros de abastecimento. Em suas terras de cultura, produziam farinha, aguardente e açúcar. Plantavam milho e/ou criavam *gado vacum*, porcos, carneiros. Um deles possuía, além de uma fazenda, também terras minerais. Chama a atenção o grande número de escravos arrolados nos inventários dos testadores: 7 deles possuíam entre 12 e 44 escravos. Apenas um padre tinha um número menor: 6 escravos. No que se refere à distribuição da propriedade escrava, a partir das listas nominativas feitas em Minas Gerais entre 1831 e 1840,

---

<sup>492</sup> BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. Autos de tutoria e contrato de órfãos (1891-1920): Fontes para a História da Educação. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação. PUC, Curitiba, 2004, p. 04.



Douglas LIBBY afirma que, de um conjunto de 6.583 domicílios, em apenas 163 foram arrolados plantéis com mais de 30 cativos<sup>493</sup>. O mesmo pesquisador estabelece que os plantéis em Minas Gerais eram constituídos, em média, por 5 escravos<sup>494</sup>. Segundo Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO, em 103 inventários dos maiores fazendeiros da região de São João del-Rei, feitos entre 1831-1885, a média de escravos por fazenda era de 36 cativos<sup>495</sup>. Utilizando os dados censitários de 1831-1832, GRAÇA FILHO localizou 223 proprietários de escravos com ocupações ligadas à agricultura e à pecuária, verificando que apenas 14 proprietários possuíam plantéis com mais de 50 cativos<sup>496</sup>.

De volta às 8 prestações de contas em análise, há, entre os testadores, dois padres que diziam, em seus testamentos, eleger alguns menores como seus herdeiros. Não foi encontrada indicação explícita de que os padres/testadores eram pais destes herdeiros, tanto nos testamentos quanto nos inventários analisados. Mas a possibilidade de estes herdeiros serem filhos naturais destes padres é grande<sup>497</sup>. Os filhos de clérigos seriam, conforme Sílvia BRÜGGER, filhos “espúrios”, uma vez que, quando foram concebidos, o foram por pessoas que possuíam algum impedimento ao casamento. Neste caso específico, os clérigos cometeram um sacrilégio ao ter relações sexuais com mulheres. A reprovação social e a ilegalidade impediam que os filhos de padres fossem reconhecidos como filhos “naturais”. Estes poderiam um dia ser reconhecidos, mesmo sendo gerados fora do casamento, desde que nascessem de pessoas “desempedidas”<sup>498</sup>.

Foram citadas, nas oito prestações de contas que compõem o **Anexo 3**, 58 órfãos, sendo 30 do sexo masculino (51,7%) e 28 do sexo feminino (48,2%). A documentação oferece dados referentes à educação e ocupações de 22 dos 30 meninos e 11, entre as 28 meninas, o que equivale a 73,3% e 39%, respectivamente.

As *Ordenações Filipinas* indicam que os filhos deveriam exercer trabalhos semelhantes aos de seus pais. De acordo com Ana Isabel GUEDES, um aspecto estreitamente ligado à tutela é a preocupação dos pais em reproduzir a situação social da

---

<sup>493</sup> LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 98.

<sup>494</sup> Id. Ibid., p. 97.

<sup>495</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 111.

<sup>496</sup> Id. Ibid., p. 113.

<sup>497</sup> No banco de dados organizado por BRÜGGER, não foram encontrados assentos de batismos em que os dois padres em questão figurassem como pais.

<sup>498</sup> BRÜGGER, 2002, p. 134-135.

família. A referida autora afirma que a lei portuguesa era muito clara quanto a isso: “só os filhos de pessoas de *qualidade* deviam obrigatoriamente receber uma educação literária que lhes permitisse, mais tarde, escolher uma carreira de acordo com o seu estatuto social”<sup>499</sup>. Ao analisar a Comarca do Rio das Velhas, Cláudia OLIVEIRA não encontrou uma relação direta entre as ocupações paternas e os caminhos seguidos pelos órfãos daquela região<sup>500</sup>. Os dados encontrados para São João del-Rei, apesar de menos numerosos do que os publicados por OLIVEIRA, indicam uma relação estreita entre a posse de bens e negócios dos pais e as ocupações dos menores no momento em que os tutores prestavam contas. Como afirmei, entre os oito testamentários, todos se ocupavam, com maior ou menor intensidade, da produção de gêneros de abastecimento. Dos 30 meninos, têm-se indícios de inserção no mundo do trabalho para 17 (56,6%), dos quais 13 “trabalhavam na roça” e/ou no “cuidado da criação”. Dessa forma, 43,3% dos herdeiros se ocupavam, assim como os testadores, de negócios ligados à produção de gêneros de primeira necessidade. Ademais, um dos órfãos analisados era tropeiro (3,3%). Considerando o total de 17 órfãos para os quais foram identificadas ocupações e que, destes, 14 se integravam à produção de gêneros alimentícios ou ao seu transporte, conclui-se que 82,3% deles se dedicavam a atividades sobre as quais se alicerçava a economia da Comarca do Rio das Mortes, conforme visto na *Introdução* desta tese. Eram meninos e jovens que herdavam terras e gado e continuavam no caminho dos pais, passando suas vidas tentando ampliar suas heranças. Um caso exemplar, dentre os 17 órfãos para os quais foi possível estabelecer a ocupação, era o de Domeciano, herdeiro do clérigo e produtor de aguardente José Freire Mata. De acordo com seu tutor, Domeciano, com 20 anos de idade, “tomou conta dos escravos que lhe tocaram e os ocupou no trabalho da roça para com ele se tratar, vestir e sustentar”<sup>501</sup>.

Entre os 13 meninos que se dedicavam à lavoura e criação de gado, 11 aprenderam a ler, escrever e contar (84,6% do total de 13). Mas parece que estes ensinamentos não interferiram muito diretamente em suas ocupações. Sem dúvida, era importante ter conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo para melhor gerir os negócios, mas a ausência das letras não os impediria de tomar conta de seus haveres.

Considerando ainda as ocupações estabelecidas para 22 dos 30 órfãos, havia, como disse, um tropeiro (para o qual não há informação sobre capacidade de ler e

---

<sup>499</sup> GUEDES, 2006, p. 31.

<sup>500</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 72.

<sup>501</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário, 1830, cx 535.

escrever); um carpinteiro; um cadete “em corpo de primeira linha na Capital”; um “caixeiro de negociante” (4,5% do total de 22). Segundo os tutores, estes três órfãos, o carpinteiro, o cadete e o caixeiro, sabiam ler, escrever e contar. Foram ainda encontradas informações sobre emancipação e casamento dos órfãos: 4 meninos se emanciparam e outros 4 já se encontravam casados no período em que foram feitas as prestações de contas (o que equivale a 13,3% dos 30).

Os destinos apresentados pelos tutores com relação às meninas órfãs eram muito diferentes do mundo vivido pelos meninos. Entre as 28 mulheres, há dados sobre educação/ocupação para 11 órfãs (39%). Mais da metade destas, 6 ou 54,5%, se dedicava exclusivamente às prendas femininas, ou seja: coser, bordar, fiar e fazer rendas. De acordo com Maria Beatriz Nizza da SILVA, “o coser significava ‘costuras grossas ou finas’ e o bordar era com seda, ouro ou prata”. As meninas “aprendiam ainda a fazer ‘meias e redes de linhos, algodão ou retrós’”<sup>502</sup>.

Entre as órfãs da Vila e Termo de São João del-Rei, apenas duas se dedicavam com exclusividade ao aprendizado da leitura e da escrita (18%). As 3 restantes reuniam em sua educação os dois tipos de formação: aprendiam trabalhos manuais, ler e escrever, o que equivale a 27% das 11 meninas para as quais há informações sobre sua educação. O aprendizado do contar, quer dizer, das quatro operações básicas da Matemática, não foi mencionado uma vez sequer para as mulheres. Também não foram encontradas mulheres se ocupando do serviço da lavoura ou de cuidados com o gado, e isto também foi constatado por Cláudia OLIVEIRA para a Comarca do Rio das Velhas<sup>503</sup>. Esta pesquisadora chama a atenção para o fato de que o aprendizado das prendas manuais era uma maneira das órfãs ganharem dinheiro sem sair de casa. Trabalhando no ambiente doméstico, tais meninas e jovens órfãs manteriam sua honra, não ficariam “mal vistas”. Podendo se utilizar dos rendimentos obtidos com seus trabalhos para sobreviver, conseguiriam, ainda, poupar suas heranças para a vida adulta<sup>504</sup>.

A diferenciação entre a educação masculina e feminina já foi bastante explorada por Maria Beatriz Nizza da SILVA, em seu artigo denominado *Educação feminina e*

---

<sup>502</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia, In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Volume I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 135.

<sup>503</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 95.

<sup>504</sup> Id. Ibid., p. 106-107.

*educação masculina no Brasil Colonial*, publicado em 1977<sup>505</sup>. Segundo a pesquisadora, em vez das letras, a moralidade imperava na educação feminina. Em seu estudo, SILVA mostra que, em Pernambuco, no ano de 1798, foram redigidos dois estatutos por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, um para o *Recolhimento de N. S<sup>ra</sup>. da Glória do lugar da Boavista* e outro para o *Seminário Episcopal de N. S<sup>ra</sup>. da Graça da Cidade de Olinda*. O primeiro estabelecimento era um recolhimento que recebia meninas para serem educadas em um ambiente de clausura, mas não era um convento. Seguindo os ensinamentos do *Traité de l'éducation des filles* de Fénelon (do século XVII), o objetivo do recolhimento, de acordo com SILVA, era o “aprimoramento e a maior rentabilidade das duas funções primordiais da mulher: guardiã da economia doméstica, mentora dos filhos”. Procurava-se, neste estabelecimento, evitar que as mulheres tivessem uma vida ociosa, educando-as de maneira que aprendessem a ler, escrever, contar, coser e bordar e a “arte de prender a seus maridos, e a seus filhos, como por um encanto, sem que eles percebam a mão, que os dirige, nem a cadeia, que os prende”<sup>506</sup>. Em Olinda, no *Seminário Episcopal de N. S<sup>ra</sup>. da Graça*, os objetivos a serem atingidos com a educação dos jovens eram muito diferentes destes e de muito maior complexidade. Aos rapazes eram oferecidas aulas de canto, Latim, Retórica, Poética, História e Geografia. Filosofia Racional, Moral e Natural (nos ramos de Mecânica e Hidroestática), Geometria e Aritmética e, por fim, História Eclesiástica, da Teologia Especulativa, da Teologia Prática. SILVA conclui que a educação feminina no período colonial era encarada como uma *formação* e a masculina como *instrução*<sup>507</sup>.

Estudando o século XIX, Ana Maria MAUAD detecta a mesma diferenciação básica entre a educação masculina e a feminina: investimento nos atributos intelectuais para os meninos e nos manuais para as meninas<sup>508</sup>. O mesmo foi observado por Rogério FERNANDES, em seu artigo *Estratégias de ironia e sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX)*<sup>509</sup>. FERNANDES demonstra que, na educação das mulheres portuguesas (que deveriam se dedicar ao lar e à família, e se comportar conforme normas morais), a ênfase ao aprendizado das “prendas manuais” era patente. É importante lembrar que até mesmo o projeto aprovado para a criação de

---

<sup>505</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. *Revista de História*. São Paulo, vol. 55, Nº 109, jan./1977. p. 150-164.

<sup>506</sup> Id. Ibid., p. 159.

<sup>507</sup> Id. Ibid., p. 164.

<sup>508</sup> MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, 2004, p. 137-176.

<sup>509</sup> FERNANDES, Rogério. 2003, p. 13-27.

aulas públicas de Primeiras Letras para meninas, durante o reinado de D. Maria I, dava destaque ao aprendizado de ocupações ou “prendas manuais” no currículo, conforme pôde ser visto *Capítulo I* desta tese.

Na busca por uma educação baseada na moral e nos bons costumes, muitos pais de família da Europa enviavam suas filhas para os conventos e recolhimentos. Cláudia OLIVEIRA afirma que, na Comarca de Sabará, o *Recolhimento de Macaúbas* cumpria este papel<sup>510</sup>. Na documentação produzida pelos moradores da Vila e Termo de São João del-Rei, foi encontrada apenas uma menção à educação feminina em convento. Trata-se do testamento do português Joaquim Pedro Souza Câmara, solteiro, natural de Vila Viçosa e morador no Arraial de Matosinhos, subúrbios da Vila de São João del-Rei, que participava da criação e educação de sua filha natural, apesar da menina viver em casa de outrem. Sua filha, D. Inácia Xavier Caetana Araújo Castro, estava sendo criada por Joaquim Faria, nos subúrbios da Vila de São João del-Rei. Em seu testamento, datado de 1791, o pai solicitava que a menina fosse “recolhida a um convento com toda brevidade”. Pedia, ainda, que se reservassem dois de seus nove escravos para trabalhar para o sustento de sua filha, a quem legava, ademais, uma quinta em Portugal e terras no Algarve<sup>511</sup>.

No que se refere à preocupação das famílias em reproduzir sua situação social ao longo das gerações, ficou evidenciado, a partir da análise das ocupações dos meninos herdeiros de São João del-Rei, que eles seguiam os caminhos abertos pelos pais ou pelos testadores que lhes elegeram legatários, tendo a maioria se dedicado a negócios vinculados à produção e comércio de gêneros de primeira necessidade. Entre as 08 prestações de contas estudadas, os órfãos que tiveram a educação mais esmerada, incluindo a apropriação da cultura escrita por parte de todos, tanto meninos quanto meninas, eram os menores eleitos como “órfãos legatários” pelo Padre Joaquim Mariano da Costa Amaral Gurgel. Este clérigo, natural de São Paulo e morador na Vila de São João del-Rei, possuía uma chácara, duas moradas de casas na dita vila e 6

---

<sup>510</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 105. Ao fazer referência à educação em conventos, não se pode deixar de mencionar o livro de ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres na colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: Edunb; José Olympio, 1999. A partir do estudo dos recolhimentos de Santa Teresa e da Luz (em São Paulo), de Macaúbas (Minas Gerais) e dos conventos da Ajuda e de Santa Tereza (no Rio de Janeiro), a pesquisadora investiga a vida das mulheres reclusas na sociedade colonial. Havia tanto as que pretendiam seguir a vida religiosa quanto as que foram enclausuradas para serem “corrigidas” (por infringir os códigos morais da sociedade) e, ainda as que se encontravam no claustro para obter uma melhor educação. Ainda sobre o Recolhimento de Macaúbas, cf: VILLALTA, 2007, p. 270-273.

<sup>511</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1791 (1806, cx 17); inventário 1798, cx 444.

escravos. Considerando o perfil das prestações de contas estudadas, entre os inventários analisados, este era o que descrevia o menor plantel de escravos. Os legatários do Padre Joaquim Mariano, três do sexo masculino e três do sexo feminino, foram todos expostos na casa de D. Ana Romeira do Sacramento. Esta mulher, que residia na Vila de São João del-Rei, também deixou testamento, escrito em 1848, mas não há registro de inventário de seus bens. Seu testamento, escrito “a rogo” por Joaquim Antônio Gouvêa, é bastante lacunar. A testadora dizia-se livre e viúva, mas não mencionou o nome de seu marido. Possuía escravos, mas também não se sabe quantos. Era irmã da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, afirmou ter lido e assinou seu testamento com significativa desenvoltura. Elegeu como herdeiros seus oito filhos: Francisco da Rocha Romeiro, Joaquim Ferreira Barbosa, José Ferreira Barbosa, Manoel, Antônio, Maria, Francisca e Mariana. O filho Joaquim Ferreira Barbosa era seu testamenteiro, que também assinou a documentação de modo perfeito<sup>512</sup>. A partir de outras fontes, foi possível identificar o nome da mãe de D. Ana: Antônia Maria do Sacramento, o que não levou a grandes revelações. O Padre Joaquim Mariano da Costa Amaral Gurgel era padrinho de um dos filhos de Ana Romeira: Francisco, batizado em 1809<sup>513</sup>.

As vidas de Ana Romeira Ferreira e do Padre Joaquim Mariano da Costa Amaral Gurgel se encontravam imbricadas, pois ela criava os herdeiros do clérigo e ele fora padrinho de um dos filhos da dita mulher. Além disso, dois filhos de D. Ana possuíam os mesmos nomes de dois dos herdeiros do padre: Mariana e Joaquim. O fato de um dos filhos de D. Ana, de nome Joaquim, ter sido batizado como exposto em 1818, levanta suspeitas no que se refere ao tipo de relação que esta mulher possuía com o padre. Mas este dado por si só não é suficiente para comprovar que o Padre Gurgel era o pai biológico de Joaquim, exposto e batizado como filho de D. Ana.

Como disse, quando comparamos os destinos dos legatários do Padre Gurgel aos demais órfãos encontrados nos 08 autos de contas estudados, observa-se que as crianças

---

<sup>512</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1848 (1854, cx. 117). No banco de dados elaborado por BRÜGGER, constam 12 filhos de Ana Romeira Ferreira, 11 tidos com o Alferes Antônio Ferreira Barbosa, provavelmente seu marido e um filho exposto. Seus nomes e datas de batismo são: Joaquim (1794, Livro 16, fl. 21); Manoel (1783, Livro 17, fl. 233); Maria (1785, Livro 18, fl. 16v); Francisca (1786, Livro 18, fl. 100v); José (1789, Livro 19, fl. 253v); Marina (1791, Livro 21, fl. 472); Francisco (1798, Livro 23, fl. 354); Teresa (1801, Livro 24, fl. 472v); Bárbara (1806, Livro 25, fl. 316v); Francisco (1809, Livro 27, fl. 485v); Joaquim *exposto* (1818, Livro 29, fl. 176v); Antônio (1814, Livro 30, fl. 82v). Consta, ainda, o nome da mãe de D. Ana: Antônia Maria do Sacramento, sem maiores detalhes. O padre Joaquim Mariano da Costa Amaral Gurgel era padrinho de um dos filhos de Ana Romeira: Francisco, batizado em 1809.

<sup>513</sup> Estes dados também foram retirados do banco de dados elaborado por BRÜGGER, a partir dos assentos de batismo.

indicadas como herdeiras do referido clérigo obtiveram uma educação mais apurada do ponto de vista das letras. No auto de contas prestado pelo tutor, em 1830, afirma-se que Bernardo estudou Gramática Latina, francês e música (nesta data o órfão possuía 17 anos de idade), tendo ido mais tarde para a Corte estudar Medicina. Cristiano, com 11 anos de idade em 1830, já havia aprendido a ler, escrever e contar e se ocupava do ofício de caixeiro de negociante. Joaquim, aos 9 anos, “andava na escola de primeiras letras”. As meninas D. Rita (15 anos de idade), D. Mariana (12 anos) e D. Matildes (9 anos), aprenderam, além de coser, bordar e fazer rendas, a ler e a escrever. Em 1830, aos 9 anos de idade, D. Matildes se encontrava casada com Raimundo Vicente de Melo. Ao fim deste auto de contas, o tutor afirmava que os “órphãos legatários” se encontravam “todos bem acudidos e tratados”. E concluía que “ele Tutor nada tem recebido, nem tem dispendido couza alguma com esta Tutoria”<sup>514</sup>.

Em 1834, D. Ana Romeira enviou uma petição ao Juiz de Órfãos, comunicando que o menino Joaquim falecera. Na mesma petição, D. Ana solicitava que fossem vendidos alguns bens do órfão Bernardo, que “se acha na Corte nos seus estudos de medicina, e já está a completar o tempo da sua formatura”. A venda dos bens era, de acordo com a petição, “de absoluta necessidade não só a sua subsistência [...] e para comprar livros e mais utencilios” para o estudante. O tutor José Joaquim Correia falecera em 1838 e, em 1839, para este encargo, o Juiz de Órfãos indicou Francisco da Rocha Romeiro, filho e testador de D. Ana Romeira.

A educação letrada dos “órphãos legatários” do Padre Gurgel não era fortuita. Há relações estreitas entre o fato de o padre ser um homem das letras e o tipo de educação proporcionada aos seus herdeiros. Entre os 205 inventários pesquisados, foram encontradas bibliotecas particulares com livros impressos em apenas 18 documentos, o que equivale a 8,7% do total de inventários. O padre Gurgel possuía uma das maiores bibliotecas particulares inventariadas e descritas, com 227 volumes. Estes livros foram avaliados em 72\$040. O monte-mor do inventário deste clérigo, ou seja, o valor total dos bens inventariados, somava 5:634\$487, sendo que possuía, ainda, 663\$400 de dívidas ativas (a receber) e 998\$415 de dívidas passivas (a dever). Acrescentando as dívidas ativas e subtraindo-se as passivas, o resultado final, o monte líquido, era de 5:299\$472. Dividindo este total pelo valor da biblioteca do clérigo, a soma gasta com os livros representa 7,3% do valor de todos os seus bens.

---

<sup>514</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento 1823 (1839, cx 60). Inventário 1823, cx 443.

Quanto à composição da biblioteca do Padre Gurgel, foram identificados 41 títulos e/ou autores diferentes. Saber exatamente quantos títulos havia é difícil, uma vez que os avaliadores responsáveis pela relação de bens do inventário não descrevem, detalhadamente, as obras de “Russó, 32 volumes avaliados em 12\$800”. Poderia se tratar da obra de Jean Jacques Rousseau ou da obra de Jean-Baptiste Rousseau. Além deste tipo de anotação lacunar, que gera obstáculos para a identificação dos autores presentes na biblioteca, foram indicados “28 livros de diferentes ordens e qualidades todos truncados sem jeito”, avaliados em 3\$200 e ainda “45 livros em brochura de diferentes qualidades” – conjunto cujo valor foi calculado em apenas 1\$440. Dessa maneira, não se sabe qualquer tipo de detalhe sobre estes livros, apenas que se encontravam “truncados sem jeito” ou “em brochura”. Poderiam ser folhetos baratos, romances, livros de santos, folhinhas de algibeira ou outro tipo de material impresso e barato que circulava à época. Mas na medida em que foram citados no inventário, além dos livros, “11 mapas velhos com seus paus de dependurar”, no valor de \$960, pode-se levantar a hipótese de que possivelmente eram estes mapas, os livros velhos e os livros em brochura objetos de uso didático ou escolar. É possível que o Padre Gurgel fosse um professor particular e lecionasse na Vila de São João del-Rei. Ou mesmo que ensinasse aos seus herdeiros, os quais moravam na mesma Vila, em casa de D. Ana Romeira.

A considerar os títulos dos livros e os autores, a biblioteca do Padre Gurgel fora constituída, em sua maior parte, para o uso profissional, uma vez que 25 dos 41 títulos ou autores identificados podem ser classificados como religiosos (61%). Exemplo deste perfil profissional/religioso são os *Salmos de David*, as *Cartas de São Paulo*, o *Evangelho de Jesus Cristo*, *Evangelhos de São João*, *Dicionário da Bíblia por Calmet*, 4 tomos de *Breviários*, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* etc. Mas além das obras de cunho religioso e aquelas possivelmente usadas no ensino, na biblioteca do Padre Gurgel havia lugar para a Filosofia, uma vez que possuía um tomo de alguma obra de Verney (avaliado em \$320), os 32 volumes de “Russó” (que poderiam ser do filósofo Jean-Jacques Rousseau) e o livro *Importances*, de Necker (também avaliado em \$320). Este último trata-se, provavelmente, da obra de Filosofia Política de Jacques Necker, intitulada *De l'importance des opinios religieuses*<sup>515</sup>. Ao

---

<sup>515</sup> A BORABCA/SJDR possui os dois volumes da obra, cujos dados bibliográficos são: NECKER, Jacques. DE L'IMPORTANCE// DES// OPINIONS RELIGIEUSES,// PAR M. NECKER.// Pr(...)'is orbat'i muneribus , haec studia renovare// coepimus , ut et animus molestiis hac potissimum// re levaretur , et prodessemus civibus nostris quâ// re cumque possemus.// CICÉRON.// TOME PREMIER. A LONDRES,// Ét se trouve à PARIS. Hôtel de Thou ,// rue des Poitevins. 1788.



analisar a distribuição e a posse de bibliotecas particulares em Mariana, São João del-Rei e São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes), no período de 1714 a 1874, VILLALTA e MORAIS observamos que os clérigos constituíam a categoria profissional que mais possuía livros<sup>516</sup>.

A partir da análise dos bens culturais do Padre Gurgel e da trajetória de seus herdeiros, considero que a posse de bens culturais e o investimento na educação intelectual dos menores foram fundamentais para aproximar os órfãos do mundo das letras. A posse das tecnologias de ler, escrever e contar passou a fazer parte da história de todos os integrantes da “família”. Eram pessoas que possuíam um considerável grau de *letramento* e que, não necessariamente, aliavam a isso excelente situação econômica. Dadas as condições, os herdeiros do Padre Gurgel aceitaram sua herança cultural, tendo um dos meninos chegado ao curso de Medicina na Corte do Rio de Janeiro, ampliando esta herança consideravelmente<sup>517</sup>.

Um único caso de estratégia individual de acesso à cultura escrita foi identificado nos 787 testamentos e 205 inventários analisados (0,1% do total de documentos analisados). Trata-se da história de Bento Francisco de Paula Magalhães, que tentou se ordenar no Seminário de Mariana. Para conseguir executar seu projeto, o testador afirma, em seu testamento, que sua estratégia fora a seguinte: "pedi esmolas a varias pessoas para me acabar de ordenar, e que athe agora o não consegui". Estas esmolas foram pedidas no Serro do Frio, no lugar denominado “Picada” e na Vila de Campanha do Rio Verde. Em 1796 o estudante não havia ainda conseguido o intento de se ordenar e, temendo a hora da morte, “se Deos Nosso Senhor desposer de mim antes de que eu seja Presbitero”, solicitava a seu testamenteiro que consultasse “tres sacerdotes os mais doutos nas materias morais, e com seu disernimento restituira a quem pertencer”<sup>518</sup> as esmolas que havia pedido. As esmolas recebidas por Bento Francisco, insuficientes para que ele se mantivesse no seminário e chegasse a se ordenar foram as seguintes:

---

<sup>516</sup> Foram analisados 1.691 inventários e encontrados livros em 105 documentos. Entre os inventários com bibliotecas, havia 32 de clérigos, o que equivale a 1,8% do total de documentos analisados e a 30,4% dos proprietários de livros. VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)*. 2008, (no prelo). p. 5. Atenção à *Tabela I*.

<sup>517</sup> Faz-se importante ressaltar que o fato de possuir livros ou de ser alvo de investimento em bens culturais, como escolarização, não faz de ninguém um letrado. É preciso que haja trabalho de apropriação da cultura por parte daquele que herda. Conforme indica Pierre BOURIDEU, o “herdeiro cultural” precisa aceitar ser “herdado pela herança” para seguir o caminho das letras e ampliar seus bens culturais. BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.<sup>a</sup> Alice e CATANI, Alfredo (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>518</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx 78.

trinta oitavas que tirei na Campanha, vinte e duas que tirei na Picada dez que tirei na Borda do Campo, e setenta que tirei na Borda do Campo, e setenta que tirei na Comarca do Serro Frio, e hum credito que me deu hum Tio meu já falecido de quinze oitavas e meia para o fim de me ordennar<sup>519</sup>.

A análise das trajetórias das contas de tutelas e, principalmente, dos “órfãos legatários” do Padre Gurgel demonstra que a reprodução das condições sociais das famílias, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, era característica fundamental da sociedade em estudo, sendo que o rompimento com o universo cultural de origem era muito difícil de ser executado. A falta de êxito do seminarista Bento Francisco revela o quanto era difícil conseguir ingressar no mundo dos letrados sem condições econômicas favoráveis.

Os casos das casas criadas para atender aos órfãos (tanto as iniciativas de religiosos quanto a Casa Pia) em Portugal provam que a sociedade luso-brasileira temia que aquelas crianças, entregues à própria sorte, se tornassem um problema para o Estado. Oferecer o aprendizado de um ofício a um órfão era importante para que estes menores se tornassem úteis à sociedade. A educação profissional era, então, um meio de controle das camadas mais baixas da população. A partir de uma educação moral e voltada ao mundo do trabalho, os órfãos aprendiam ofícios manuais e podiam prestar serviço militar ou, ainda, ser tornar sacerdotes úteis nas missões do Ultramar. Grande parte das casas de educação analisadas não excluía alunos “de fora”, que ali estavam para aprender as habilidades de ler, escrever e contar. Mas em contrapartida, tais instituições solicitavam ao Estado que suas iniciativas fossem apoiadas e recebiam pareceres positivos, uma vez que prestavam um importante serviço ao Reino de Portugal.

Apesar de haver menor quantidade de dados oficiais disponíveis sobre as aulas particulares, os documentos referidos, tanto do período colonial quanto do imperial, atestam que esta era uma alternativa da qual os pais de família lançavam mão para que seus filhos pudessem tomar posse dos saberes elementares. Quem eram estes professores, de que maneira e onde ensinavam, a partir de quais livros, também não se sabe. Depreende-se deste tipo de estratégia de ampliação do acesso à cultura escrita que, quanto mais ela era utilizada, mais fazia crescer as distâncias sociais e simbólicas entre as diversas camadas sociais, pois nem todos podiam pagar por este serviço.

---

<sup>519</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx 78.

Como demonstrei, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, alguns alunos pobres tinham permissão para freqüentar gratuitamente as aulas particulares. Estas medidas, apoiadas por parte da população civil, tinham em vista contribuir para a formação dos cidadãos de nossa incipiente Nação. Havia uma disposição das famílias em reproduzir sua condição social, pois percebe-se uma relação estreita entre a posse de determinados bens, como escravos, terras de cultura e de criar por parte dos testadores e a continuidade dos filhos no trabalho de produção de gêneros voltados ao mercado de abastecimento. Ou ainda uma relação entre testadores letrados e legatários com uma educação mais esmerada. Via de regra, conforme VILLALTA, “origens sociais diferentes, educações distintas”<sup>520</sup>.

Além da condição social, aos diferentes sexos eram dadas educações variadas. Em uma mesma família, havia educações distintas para cada sexo, o que reforça os dados publicados e as análises dos historiadores citados ao longo deste capítulo. Aos meninos oferecia-se maior possibilidade de acesso ao mundo da cultura escrita, mesmo quando estes não se ocupavam de trabalhos nos quais as habilidades de ler, escrever e contar eram indispensáveis. A educação feminina deveria se restringir à sabedoria de bem administrar o lar e a família de forma virtuosa. A prioridade da educação das mulheres era a aquisição das “prendas domésticas” ou das “prendas manuais”.

Ao fim deste capítulo, cabe uma indagação: de que maneira a posse e a apropriação da cultura escrita se disseminavam entre as pessoas de diferentes origens sociais e de sexos distintos, numa sociedade fortemente hierarquizada? Esta pergunta será respondida no próximo capítulo da tese, a partir do estudo da distribuição das assinaturas feitas pelos moradores da Vila e Termo de São João del-Rei que procederam ao ato de testar.

---

<sup>520</sup> VILLALTA, 2007, p. 256.

## Capítulo IV

### POSSE E CIRCULAÇÃO DA CULTURA ESCRITA EM SÃO JOÃO DEL-REI

Os processos de alfabetização têm sido tomados como objeto de estudo por historiadores europeus desde a década de 1960. Dessa época até mais recentemente, definir o perfil de quem se alfabetiza e entender de que maneira e por quais motivos as pessoas se tornam letradas são as questões principais para os que trabalham com esse campo de estudo<sup>521</sup>. A presente tese, que tem como fontes principais os testamentos produzidos pelos moradores da Vila e Termo de São João del-Rei entre os anos de 1750 e 1850, inscreve-se neste movimento. Considerando os limites e possibilidades das fontes utilizadas, os objetivos deste capítulo são, primeiramente, conhecer *quantos* e *quem* eram os testadores e testamenteiros capazes de assinar e, em segundo lugar, analisar, de modo qualitativo, suas assinaturas a partir de uma escala de *literacia* ou *letramento*.

Durante os anos de Setecentos e Oitocentos, as condições de *letramento* na América Portuguesa/Brasil eram precárias ou incipientes. Esse fenômeno pode ser percebido também em vários países europeus, na medida em que até

meados do século XIX os países europeus, de acordo com sua porcentagem de analfabetismo, classificavam-se em três grandes grupos. Um (grupo A), com uma cifra inferior a 30%, no qual junto com Dinamarca, Noruega e Suíça, destacavam-se os casos da Prússia (20%), Escócia (20%) e Suécia (10%). Outro (grupo B), França (40-45%), Império Austríaco (40-45%) e Bélgica (45-50%). E outro (grupo C), por último, com mais de 75% de analfabetismo, no qual juntamente com Portugal, Romênia, Bulgária, Grécia e a [...] Iugoslávia, destacavam-se expressamente a Itália (75%), Espanha (75%) e o Império Russo (90-95%). Em suma, com algumas exceções e variações, uma Europa do Norte, protestante e alfabetizada, e outra Europa, a do Sul, católica e analfabeta<sup>522</sup>.

No que se refere a Portugal, Rita MARQUILHAS<sup>523</sup>, analisou depoimentos prestados ao *Tribunal do Santo Ofício*, a partir de duas fontes principais: os *cadernos do promotor* e os *livros de denúncia*, documentos que cobrem todo o século XVII. A

---

<sup>521</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

<sup>522</sup> Id. Ibid. p. 30.

<sup>523</sup> MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

pesquisadora trabalhou com 5.279 testemunhos assinados, os quais se referem a todos os bispados portugueses do período, ou seja: são fontes bastante representativas, tanto sob o ponto de vista quantitativo quanto geográfico<sup>524</sup>. Os resultados apresentados por MARQUILHAS indicam que 3.048 dos 3.878 homens foram capazes de assinar, o que representa, em termos percentuais, 78,4%. A realidade feminina portuguesa era muito diferente desta. Entre os 1.401 depoimentos de mulheres, apenas 132 foram assinados (9,4%). Somando-se os dados de ambos os sexos, dos 5.279 depoimentos, 3.175 foram assinados, o que equivale a 60,1% de assinantes<sup>525</sup>. Dessa forma, os dados publicados por MARQUILHAS se diferem bastante daqueles publicados por VIÑAO FRAGO, na citação anterior, na qual o pesquisador afirma que, em Portugal, o analfabetismo girava em torno de 70% em meados do século XIX. O fato de os autores em questão se referirem a recortes cronológicos distintos pode ser decisivo para tal diferença nos resultados apresentados. MARQUILHAS indica, também, que em meados do século XIX, os índices de analfabetismo em Portugal se aproximavam dos 80%<sup>526</sup>. De acordo com a autora, no período pós-Tridentino a familiaridade com as letras pode ter sido maior uma vez que,

nas constituições do século XVII que passou a recomendar-se insistentemente aos agentes de ensino, os seculares sobretudo, que tivessem um empenho paralelo na formação cristã dos discípulos e que dessem uma orientação moralizante à actividade didática, a qual, por exemplo, não deveria nunca apoiar-se em materiais impudicos<sup>527</sup>.

A catequese pode ter sido uma via de disseminação da cultura escrita no período, mas tal conjectura não pôde ser confirmada categoricamente pela pesquisadora, pois uma coisa é o que se determina nas leis e outra coisa são as práticas sociais<sup>528</sup>. De qualquer maneira, o investimento da Igreja Católica no período seiscentista para formar bons cristãos pode sim ter elevado as taxas de portugueses capazes de ler e escrever<sup>529</sup>.

Com relação à familiaridade dos brasileiros com a cultura escrita, referindo-se a anos posteriores ao meu recorte cronológico, José Murilo de CARVALHO<sup>530</sup> utiliza os recenseamentos realizados em 1872 e 1890. Afirma que, em 1872, 15,75% da

---

<sup>524</sup> Id. Ibid. p. 120 a 125.

<sup>525</sup> Id. Ibid. p. 143.

<sup>526</sup> Id. Ibid. p. 168.

<sup>527</sup> Id. Ibid. p. 163.

<sup>528</sup> Id. Ibid. p. 163-165.

<sup>529</sup> Id. Ibid. p. 168.

população brasileira era alfabetizada, excetuando-se 181.583 pessoas, para as quais o pesquisador não encontrou esse tipo de informação. Desses 15,75% que classifica como alfabetizados, 34,31% eram livres, sendo que os que viviam nessa condição somavam 8.490.910 habitantes. Para o ano de 1890, o censo contabiliza 14,80% de alfabetizados<sup>531</sup>. Os mesmos dados foram utilizados por Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz FERREIRA<sup>532</sup>. Nenhum dos autores citados descreve quais critérios de avaliação foram utilizados nos referidos censos para se afirmar que determinado indivíduo era “alfabetizado”, o que mereceria uma análise mais detida.

Como foi dito na *Introdução*, a Vila de São João del-Rei caracterizava-se por seu dinamismo econômico, pelo desenvolvimento de atividades diversificadas, sobretudo no decorrer do século XIX. Essas atividades econômicas variadas permitiram que se estabelecessem complexas articulações entre a produção agrícola e o comércio. Além disso, a Vila possuía uma expressiva vida cultural e política. Para o desenvolvimento de todos esses aspectos, as posses das habilidades de leitura e escrita desempenharam papel extremamente relevante.

Os dados referentes à população da região em estudo não são uniformes e tampouco completamente confiáveis, mas é possível, a partir de seu cruzamento, estabelecer uma estimativa populacional. Segundo Silvia BRÜGGER<sup>533</sup>, na Comarca do Rio das Mortes, havia, em 1767, 49.485 habitantes. Em 1776, 82.781 e, no ano de 1821, a população chegava a cerca de 210.000. Já o Termo da Vila de São João del-Rei possuía, em 1821, 31.029 habitantes; em 1833-1835, 22.135; em 1837, apresentaria o contingente populacional de 16.005<sup>534</sup>. Essa diminuição da população, que pode ser observada ao longo do século XIX, relaciona-se diretamente com a redução dos limites do Termo no decorrer dos Oitocentos, não podendo ser definida por um suposto decréscimo populacional, incompatível com o crescimento econômico, fato apontado tanto por Sílvia BRÜGGER quanto por Afonso de Alencastro GRAÇA FILHO<sup>535</sup>.

---

<sup>531</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 70.

<sup>532</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. p. 60.

<sup>533</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado) Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2002.

<sup>534</sup> Id. *Ibid.* p. 38.

<sup>535</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 15, jul./2003, p. 93-110.

Não há, para o recorte geográfico em estudo, pesquisas específicas que busquem analisar as capacidades de leitura e escrita de sua população. Existem alguns dados publicados, como os levantados por Ivan VELLASCO<sup>536</sup>, em sua tese de doutorado. Ao trabalhar com os registros criminais da Comarca do Rio das Mortes, VELLASCO afirma que

o número dos que declararam saber ler e escrever é de 275 em um total de 1.584 registros para o período de 1800-1890, ou seja, 17%. E entre esses, somente 94 situavam-se entre as elites, sendo o restante composto por pequenos lavradores e comerciantes, artesãos, jornaleiros, tropeiros, entre outros que formavam os estratos intermediários e pobres daquela sociedade<sup>537</sup>.

O referido pesquisador diz, ainda, que “embora seja difícil precisar exatamente o que ‘saber ler e escrever’ significa, em termos das práticas da leitura e escrita, talvez essa porção de ‘letrados’ não esteja muito distante da realidade”<sup>538</sup>. Os dados citados por VELLASCO e a busca pela compreensão dos significados atribuídos à expressão “sabe ler e escrever”, tão comum no contexto em estudo, indicam caminhos promissores para a pesquisa sobre a cultura escrita na Vila e Termo de São João del-Rei. Avaliar a disseminação das capacidades de ler e de escrever em uma dada região constitui uma interessante estratégia de pesquisa para uma melhor compreensão histórica da cultura escrita, pois permite observar os usos sociais atribuídos à palavra escrita em uma população delimitada.

Como foi afirmado na *Introdução*, não se têm, para o período em exame, documentos produzidos com o objetivo específico de se registrar as capacidades de ler e escrever. Por isso, os testamentos foram utilizados como fontes indiretas para avaliar tais capacidades, pois trazem as assinaturas dos testadores e testamenteiros e, ainda, outras relevantes informações sobre os usos da cultura escrita. Ao mapear a distribuição das capacidades de assinaturas entre os que procederam ao ato da testamentaria, traçarei, neste capítulo, um perfil dos assinantes, considerando que se trata de analisar uma parcela da população do local em estudo. No próximo capítulo, descreverei os usos cotidianos da cultura escrita a partir dos testamentos e de outras fontes citadas no interior dos processos de testamentaria, como correspondências, cartas de alforria, recibos, livros de razão etc. Farei também o cruzamento dessas informações com outras,

---

<sup>536</sup> VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*, Minas Gerais – século XIX. Bauru: EDUSC, 2004.

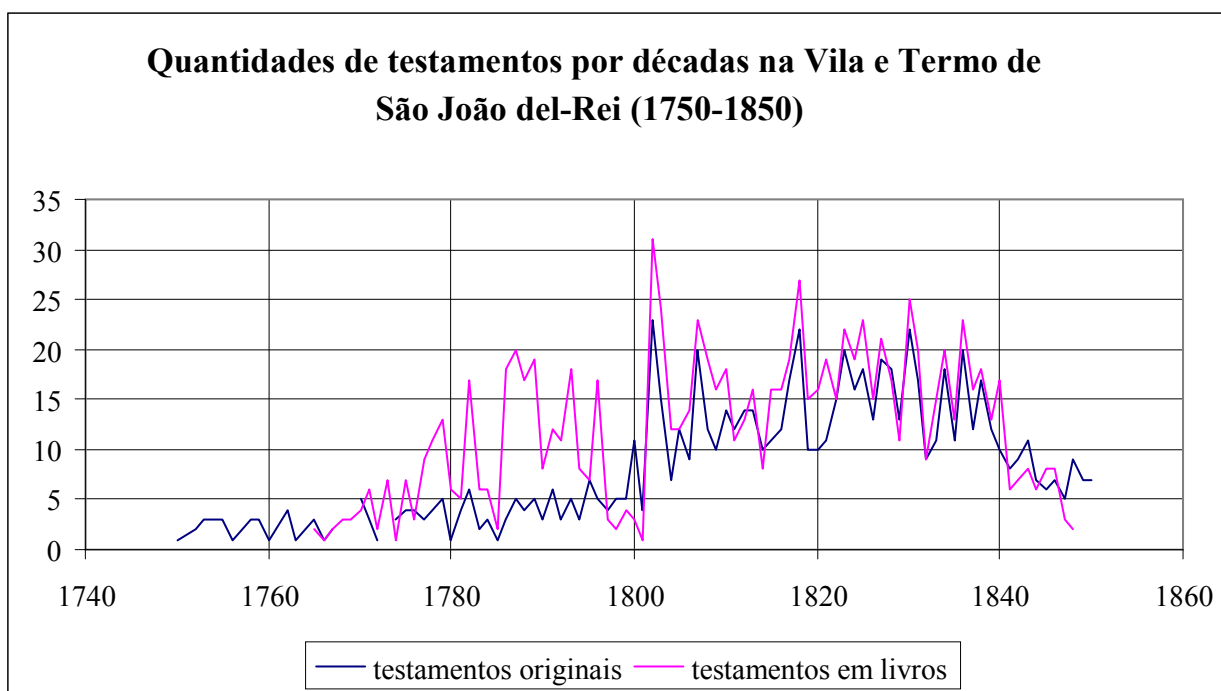
<sup>537</sup> Id. Ibid. p. 55-56.

<sup>538</sup> Id. Ibid. p.56.

obtidas em fontes como os inventários *post mortem*, processos-crime e anúncios de periódicos da época e a integração de estudos de caso. Considero, ainda, como objeto de análise, a dimensão simbólica da utilização do escrito, já que as habilidades de ler e escrever, numa sociedade basicamente iletrada, eram vistas como fatores sociologicamente diferenciadores.

Conforme esclarecido na *Introdução*, os indícios para se avaliar a difusão das capacidades de leitura e escrita foram buscados tanto nos testamentos originais quanto nos códices que contêm os traslados desses testamentos. A comparação da quantidade de testamentos transcritos nos códices com a quantidade de testamentos originais permite que se perceba melhor a representatividade das assinaturas originais às quais tive acesso (e que serão analisadas no final deste capítulo). A quantidade de testamentos distribuídos ao longo das décadas em estudo, tanto nos códices quanto nos testamentos originais, foi cotejada no **Gráfico 2**:

**Gráfico 2**



**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) e livros de testamentos (1759-1848) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

O **Gráfico 2** demonstra que foi encontrado um número bastante inferior de testamentos originais entre os anos de 1760 e 1800. No decorrer do século XIX, principalmente a partir do ano de 1802, observa-se que não há grande disparidade entre



as quantidades de testamentos transcritos em códices e de originais, o que diminui possíveis distorções na pesquisa.

Com base nos cálculos feitos por Sílvia BRÜGGER para a população de São João del-Rei, citados anteriormente, havia, em 1821, 31.029 habitantes; em 1833-1835, 22.135; e, em 1837, um contingente populacional de 16.005 habitantes<sup>539</sup>. Considerando as quantidades de testamentos e os anos para os quais BRÜGGER conseguiu estimar o contingente da população local, contabilizei 19 testamentos transcritos em códices e 12 originais para o ano de 1821 - o que representa, em números relativos, respectivamente 0,06% e 0,03% da população da Vila e seu Termo. Para o intervalo de 1833 a 1835, há 48 testamentos em códices e 41 originais (0,2% e 0,18% da população). No ano de 1837, foram relacionados 16 testamentos nos códices e 13 originais, números que representam 0,09% e 0,08% dos habitantes de São João del-Rei. Há que se lembrar que testamentos originais podem ter sido perdidos ou danificados irremediavelmente e que os dados apresentados por BRÜGGER, conforme a mesma historiadora afirma, não são totalmente confiáveis, o que pode gerar distorções. Mesmo considerando essas peculiaridades, nesta tese investigo um universo de sujeitos bastante inferior ao da população que habitava a região estudada: os testamentos, tanto os transcritos em códices quanto os originais, perfazem uma amostra limitada deste contexto ao qual me reporto. Isso, porém, não invalida a utilização de tais fontes, uma vez que o tratamento quantitativo de suas informações permite que se façam inferências e que se avalie, pelo menos parcialmente, a difusão da cultura escrita no espaço geográfico e no período delimitados.

Ainda considerando o **Gráfico 2**, observa-se que as três primeiras décadas do século XIX evidenciam um aumento no número de testamentos, tanto nos códices quanto originais, com um pico em 1818, ano para o qual foram contabilizados 27 documentos em códices e 22 originais (o que corresponde, respectivamente, a 2,6 e 2,7% dos totais). As três primeiras décadas dos anos de Oitocentos foram, de acordo com GRAÇA FILHO, de intenso comércio da região com o Rio de Janeiro<sup>540</sup>, e o crescimento econômico poderia ser o responsável pelo aumento no número de testamentos. Provavelmente, o maior poder econômico das pessoas que se encontravam de alguma forma ligadas ao comércio interprovincial tenha gerado uma maior

---

<sup>539</sup> BRÜGGER, 2002, p. 38.

<sup>540</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.p. 38.

acumulação de bens e fortunas e, desta maneira, o aumento dos registros de testamentos, para que não houvesse problemas na hora da partilha entre os herdeiros. Há, entre os testamentos originais, 77 testadores (9,7%) que se ocupavam de “negociar”. Alguns especificam do que se tratava seus negócios (comércio de fazendas secas, molhados da terra e do Reino, tecidos e louças), outros não, limitando-se a afirmar “vivo do meu negócio”, “devo a pessoas com as quais tive negócios”. No contexto, da expressão “viver de negócio” se originou o termo “negociante”. Este é entendido aqui à maneira como o compreende BRÜGGER, ou seja, como a pessoa que trabalhava com vendas de produtos variados que poderiam gerar lucro e que não necessariamente estivesse ligada à atividade mercantil<sup>541</sup>.

Mas os testamentos são documentos que indicam o temor de uma determinada sociedade pela morte. Pensando assim, torna-se importante lembrar que o Rio de Janeiro apresentava muitas epidemias nas primeiras décadas do XIX. De acordo com Marina dos Santos FERREIRA, houve no Rio as epidemias de febre amarela entre 1828-1840, de sarampo entre 1834-1835 e de gripe (1835), seguida pela de febre tifóide em 1836<sup>542</sup>. Neste contexto de temor face à morte iminente, também se deve pensar o aumento do número de testamentos em São João del-Rei. Considerando-se essas epidemias que assolavam a Corte, dada a proximidade desta com a Vila de São João, as idas e vindas de tropeiros que se ocupavam do comércio intraprovincial, não é de se admirar que houvesse um aumento no número de testamentos nesse período. Preocupados com as epidemias de seu tempo, os membros da Câmara Municipal de São João del-Rei deixaram registrados em suas atas a necessidade de “mandar vir o pus vacínico para ser distribuído pelo termo” (1831). Agindo assim, foram efetivados movimentos de vacinação contra varíola em São João del-Rei e seu Termo nos anos de 1831 a 1834, conforme FERREIRA<sup>543</sup>.

Mas retomemos o tema central deste capítulo. A respeito da relação dos mineiros com a cultura escrita, Luiz Carlos VILLALTA<sup>544</sup> afirma que, desde o período colonial, Minas Gerais se destacava como uma região mais urbanizada que as demais e a relação entre urbanização e a circulação de objetos da cultura escrita, além de seus variados

---

<sup>541</sup> BRÜGGER. 2002, p. 29.

<sup>542</sup> FERREIRA, Marina dos Santos. *O projeto civilizatório e a medicina social em São João del Rei (1839/1860)*. 2000. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). FUNREI: São Joao del-Rei, 2000. p. 30.

<sup>543</sup> Id. Ibid. p. 30-31.

<sup>544</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.

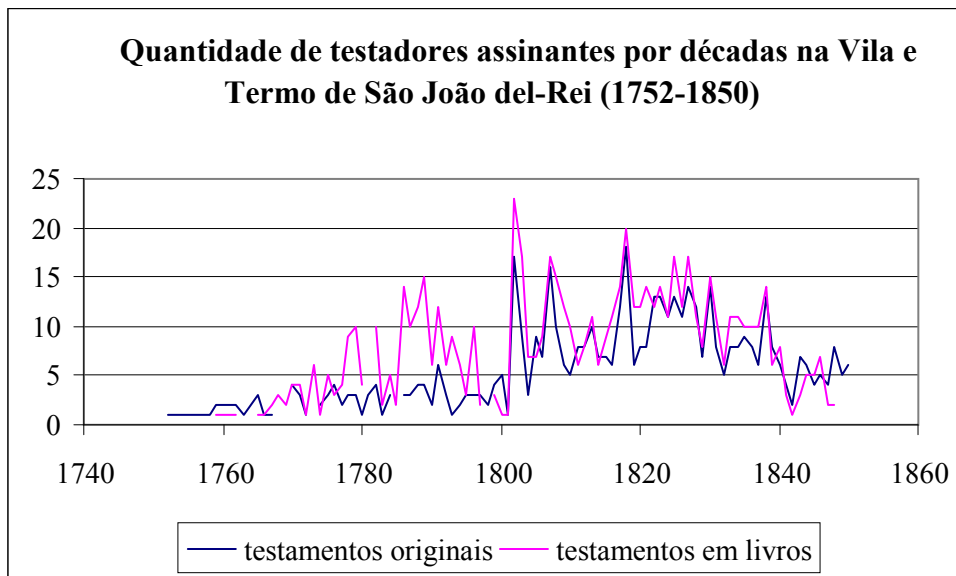
usos, deve ser levada em conta. Em pesquisa feita nos inventários do cartório do 2º ofício de Mariana, produzidos entre 1714 e 1822, VILLALTA analisou as capacidades autográficas dos inventariantes. De um total de 911 inventários, o pesquisador percebeu que “570 inventariantes (62,5%) foram capazes de assinar, enquanto 45 (4,9%) recorreram a um sinal; 296 (32,5%) indivíduos nada conseguiram registrar”<sup>545</sup>.

A partir da análise das capacidades autográficas dos testadores de São João del-Rei, cheguei às seguintes cifras: do total de 1.011 testamentos transcritos em códices, 673 assinam (66,5%), 80 fizeram um sinal (7,9% – cada qual uma cruz) e 242 (23,9%) não fizeram qualquer registro, afirmando não saber ler nem escrever ou não poder assinar, geralmente por motivo de doença. Do total de 787 testamentos originais, 519 assinam (65,9%), 54 fizeram um sinal (6,8% – também cruces) e 214 (27%) não registraram nada, pelos mesmos motivos citados. Apesar de partirmos de fontes diferentes, de nos determos em recortes temporais distintos e de utilizarmos quantidades diversas de indivíduos, quando comparados os números relativos, observa-se que os dados por mim obtidos nos testamentos são bastante próximos aos referentes à região de Mariana publicados por VILLALTA, com ligeiros acréscimos nas porcentagens de assinantes (cerca de 4%) e daqueles que fizeram sinais (cerca de 3%). Além disso, verifiquei uma diminuição mais significativa dos que não foram capazes de deixar qualquer marca entre os testadores de São João del-Rei, com cerca de 8% a menos que Mariana. Talvez estas diferenças possam ser explicadas pelo fato de meu recorte cronológico ser mais amplo do que o tomado por VILLALTA. Conforme pôde ser demonstrado a partir do **Gráfico 2**, há um aumento importante do número de documentos na medida em que se avança pelas três primeiras décadas do século XIX. Em números absolutos, percebe-se, para o mesmo período, um aumento do número de assinantes, o que pode ser observado no **Gráfico 3**:

---

<sup>545</sup> Id. Educação, nascimento, haveres e gêneros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 287.

**Gráfico 3**



**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) e livros de testamentos (1759-1848) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

Mas uma análise mais refinada dos dados pode ser feita a partir da observação das porcentagens de assinantes comparadas aos números absolutos de testamentos ao longo das décadas, o que pode ser visto na **Tabela 6**:

<b>Tabela 6</b>						
<b>Testamentos por décadas e testadores assinantes da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850)</b>						
<b>Décadas</b>	<b>Testamentos em livros (1759-1848)</b>			<b>Testamentos originais (1750-1850)</b>		
	<b>Quantidade de testamentos</b>	<b>Testadores assinantes</b>		<b>Quantidade de testamentos</b>	<b>Testadores assinantes</b>	
		<b>Abs</b>	<b>%</b>		<b>Abs</b>	<b>%</b>
1750-1760	01	01	100%	17	07	41%
1761-1770	16	14	87,5%	16	12	75%
1771-1780	65	47	72%	28	22	78%
1781-1790	118	76	64%	36	27	75%
1791-1800	85	52	61%	54	32	59%
1801-1810	170	118	69%	126	83	65%
1811-1820	157	109	69%	132	90	68%
1821-1830	187	131	70%	165	116	70%
1831-1840	164	97	59%	137	79	57,6%
1841-1850	48	28	58%	76	51	67%
<b>TOTAL</b>	1.011	673	-	787	519	-

**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) e livros de testamentos (1759-1848) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

Tomando a tabela apresentada como escala de análise, pode-se constatar que, para o século XVIII, há um número menor de documentos, mas as porcentagens de testadores assinantes são maiores nas décadas posteriores a 1760, girando acima dos 70%, o que não ocorre no decorrer do século XIX. De maneira mais detalhada, a **Tabela 6** evidencia que, entre os testamentos transcritos em livros, havia 87,5% de assinantes em 1760 e 72% em 1780; entre os originais, observa-se 75% de assinantes em 1760, 78% em 1770 e outros 75% no ano de 1790.

Para que estas diferenças dos índices de autografia ao longo do tempo e a concentração de assinantes nas últimas décadas dos Setecentos possam ser compreendidas, faz-se necessária a inclusão de outras variáveis no processo de análise dos dados. Dessa maneira é que foram elaborados os **Gráfico 4 e 5**, a partir dos quais perfilarei as capacidades de assinatura dos testadores, considerando o sexo e a origem dessa população. É importante ressaltar que selecionei as capacidades autográficas de acordo com os dados oferecidos pelas fontes. Dessa maneira, foram indicados: **a)** os que assinam (sem que se diferenciem os que fizeram rubricas daqueles que escreveram seus nomes completos); **b)** os que não puderam assinar; **c)** os que não sabiam assinar e que afirmavam não saber ler nem escrever; **d)** os que fizeram um sinal. Como dito anteriormente, em todos os casos daqueles que fizeram sinais os testadores marcaram

uma cruz perto do local onde os responsáveis por redigir os testamentos escreveram seus nomes.

Ao contrário dos inventários, fontes citadas anteriormente, os testamentos são bastante detalhados no que se refere à condição das pessoas que *não puderam* assinar. Permitem que se separem os que *sabiam*, mas *não podiam* assinar, em razão de algum impedimento para fazê-lo, daqueles que realmente não detinham essa capacidade. Dos testamentos transcritos em códices, 66 testadores (6,5%) não puderam assinar – dos quais 37 homens e 29 mulheres, respectivamente 3,6% e 2,8%. Entre os originais, 42 testadores (5,3%) não puderam assinar – sendo 23 (2,9%) homens e 19 (2,4%) mulheres. Alguns destes merecem destaque pelas justificativas que deram à ausência de suas assinaturas. Ana Clara Jesus, natural da Capela de Nossa Senhora da Penha do Arraial do Bichinho, Freguesia da Vila de São José, moradora na Vila de São João del-Rei, viúva e proprietária de 5 escravos afirmava, ao fim de seu testamento, em 1850, que não assinava "por não poder escrever em razão de *aleijada das maons*" (itálicos meus)<sup>546</sup>. Outras pessoas explicaram a ausência de suas chancelas por problemas motores causados por adoecimento, como Ana Joaquina Albina Azevedo Lemos, cujo testamento, em 1818, informava que a testadora, natural e moradora da Vila de São João del-Rei, ouviu ler o testamento mas não o assinou, por se “achar impossibilitada de escrever por *impedimento nas mão*” (itálicos meus)<sup>547</sup>. José Sousa Freitas, morador no Sítio Paraíso, Aplicação de Nossa Senhora da Piedade, Termo da Vila de São João del-Rei, afirmou que, apesar de “querendo assignar e não podendo por estar com *a mão direita muito inchada*” (itálicos meus)<sup>548</sup>. Antônio João, natural da Freguesia de São Cristóvão do Rio Vinto, Bispado da Cidade do Porto e morador na Aplicação de Nossa Senhora de Nazaré, Filial da Senhora do Pilar da Vila de São João del-Rei, em 1800 ditou o que se segue: "declaro que por escrever muito mal, e agora, achar-me de presente *privado do livre uzo de meos membros pela gravidade da enfermidade* roguei ao Padre José Custódio Dias" que o fizesse (itálicos meus)<sup>549</sup>. Maria Eulina Carmo, moradora e natural da Vila de São João del-Rei, solteira, foi exposta e criada em casa de Maria Lopes. Não pôde assinar porque se encontrava, no momento da feitura de seu testamento, em 1825, cega. Apesar disso, afirmava que: "*posto saiba ler, e escrever, contudo pelo motivo acima relatado de falha de vistas*, pedi e roguei a José Maria da

---

<sup>546</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1852, cx 61.

<sup>547</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1823, cx 02.

<sup>548</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1824, cx. 54.

<sup>549</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1808, cx 06.

Camara que este por mim fizesse, e assinasse" (itálicos meus)<sup>550</sup>. Assim como Maria Eulina, outras testadoras fizeram questão de declarar que sabiam ler e escrever, mas se encontravam impossibilitadas de fazê-lo no momento em que determinaram seus testamentos, como o caso de Feliciano Joaquina Espírito Santo, que rogava, em 1840, a uma testemunha: que "por mim se assignasse por eu o *não poder fazer por impossibilidade da mão, posto saiba escrever*" (itálicos meus)<sup>551</sup>. O mesmo ocorreu com Rita Adelindes Carneiro. Casada com Bernardo José Carneiro e moradora na Vila de São João del-Rei, no ano de 1844 pediu que "a seo rogo assignasse o Dr. Francisco José Araújo Oliveira Massa *posto que sayba ler, e escrever, mas no estado presente se acha inabilitada para o fazer*" (itálicos meus)<sup>552</sup>. O registro pelos testadores da declaração *não poder escrever, apesar de sabê-lo*, é importante, tanto para o processo de testamentaria, como para a pesquisa. Em primeiro lugar, tais declarações poderiam conferir autenticidade a algum outro documento que porventura surgisse assinado após a morte dos testadores – como, por exemplo, um recibo ou carta de alforria. Além disso, o cuidado dos testadores em deixar registrado que não assinaram, apesar de saberem ler e escrever, revela, indiretamente, o quanto se ganhava em *status* nessa sociedade quando se era uma pessoa ligada à cultura escrita. A respeito da capacidade de assinatura dos que viveram em séculos passados e corroborando a conjectura sobre o valor simbólico outrora atribuído a este saber, André PETITAT afirma que "o *status* social aparece como o discriminante mais importante [uma vez que] desde o final do século XVII, nobres, oficiais, profissionais liberais e comerciantes, em sua totalidade, sabem assinar"<sup>553</sup>. Portanto, assinar o próprio testamento poderia ser uma forma de engrandecimento social.

Retomando a análise do perfil dos testadores e suas capacidades autográficas, examinemos, primeiramente, a variável sexo, uma das mais importantes a se considerar quando se trata de estudar os processos de disseminação do *letramento* ao longo da história. Entre os livros de testamentos, encontram-se 675 homens (66,7%) e 354 mulheres (35%). Entre os originais, 477 são homens (60%) e 310 são do sexo feminino (39%). A pesquisa feita por VILLALTA com 911 inventários de Mariana do período colonial mostra que, entre os inventariantes que possuíam informação sobre o sexo, "os

---

<sup>550</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1833, cx 19.

<sup>551</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1847, cx 44.

<sup>552</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1848, cx. 19.

<sup>553</sup> PETITAT, André. *Produção da escola - produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 114.

homens chegavam a 519 (ou 56%) e as mulheres correspondiam a 383 (ou 42%)”<sup>554</sup>. Dessa forma, dadas as características dos documentos disponíveis, pode-se afirmar que o estudo de VILLALTA sobre os inventariantes de Mariana e o que ora se apresenta sobre São João del-Rei trazem similaridades às pesquisas feitas na Europa, uma vez que evidenciam sobretudo a alfabetização do sexo masculino<sup>555</sup>.

Os **Gráficos 4 e 5** mostram a distribuição das capacidades autográficas entre homens e mulheres no momento de testar e ainda suas origens (se nascidos em Portugal, América Portuguesa/Brasil ou África), o primeiro elaborado a partir dos livros ou códices e o segundo baseado nos testamentos originais.

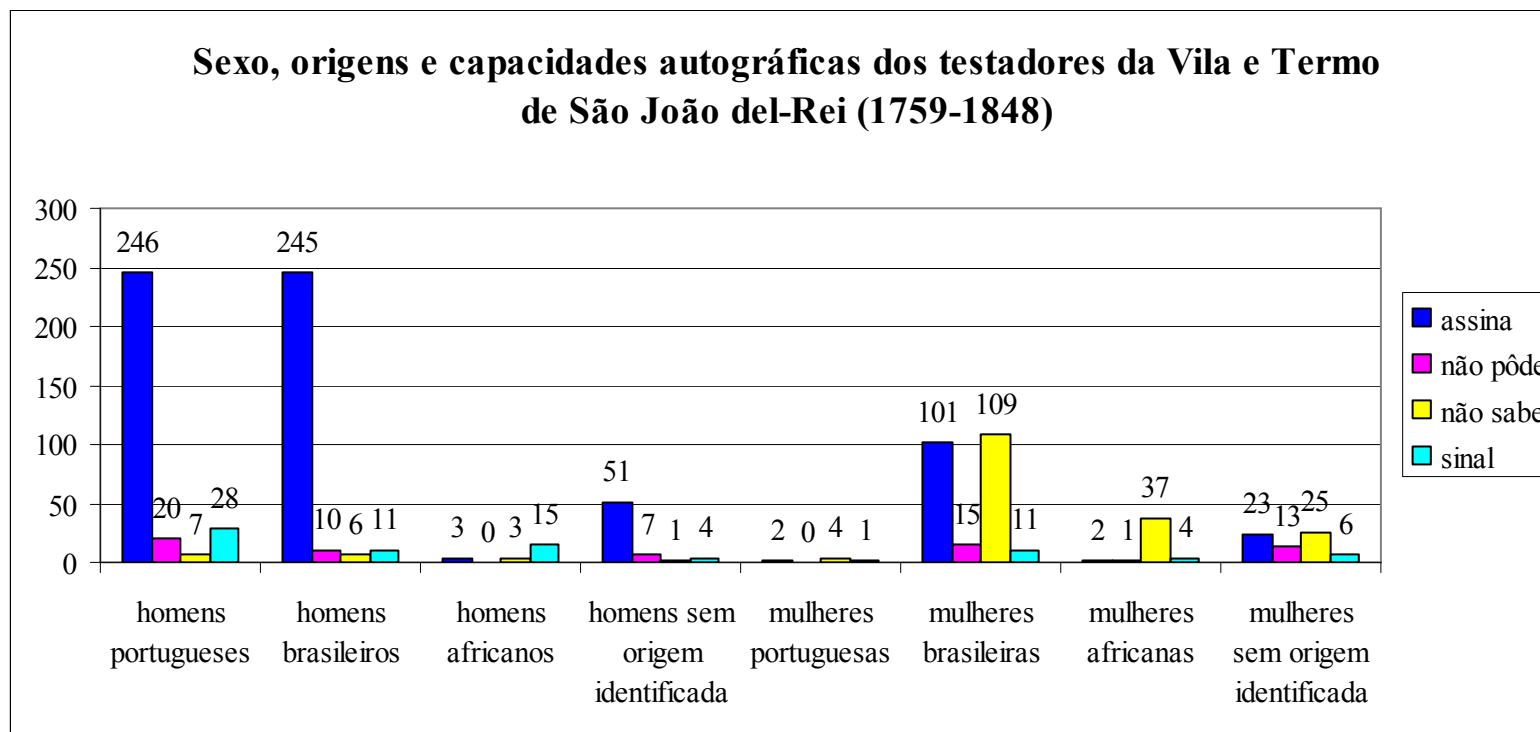
---

<sup>554</sup> VILLALTA, 2007, p. 266.

<sup>555</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

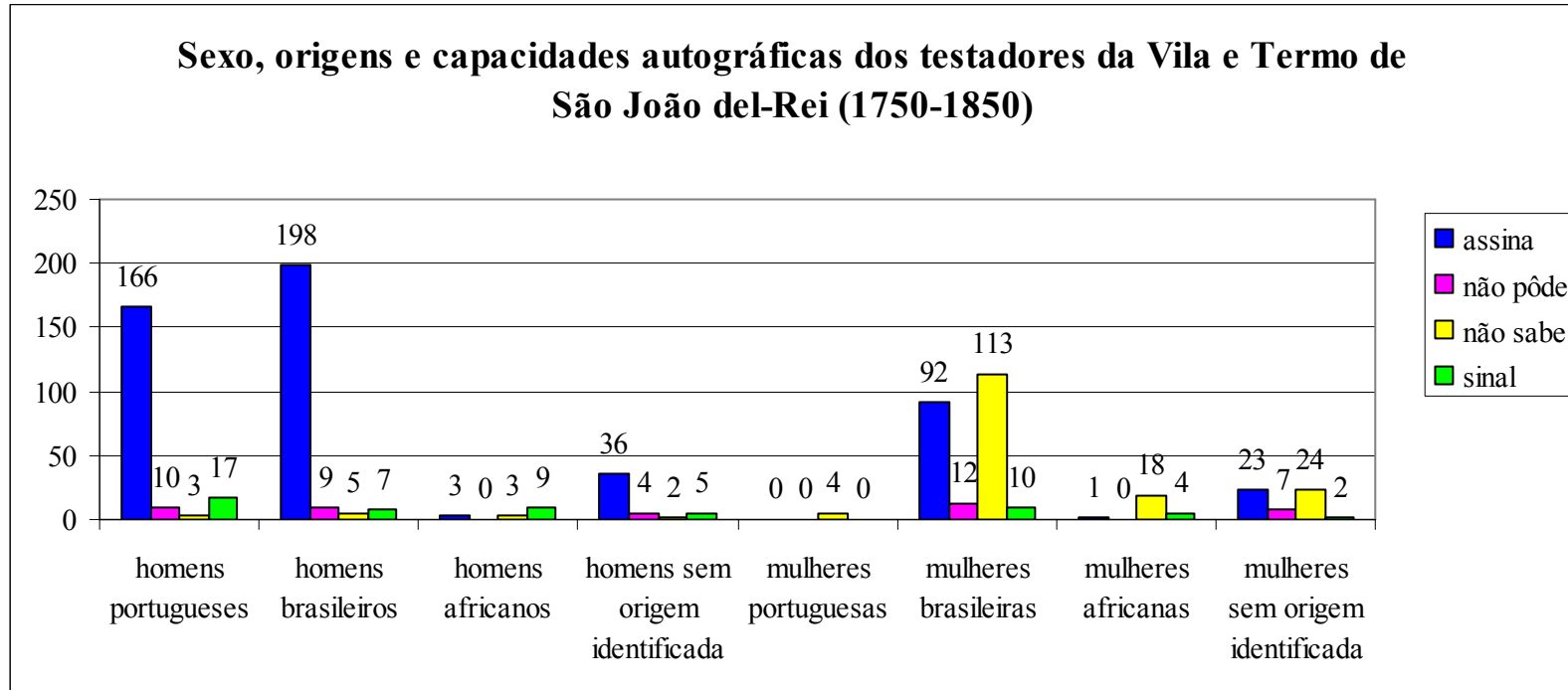


**Gráfico 4**



**Fontes:** Testamentos em livros (1759-1848) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

**Gráfico 5**



**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

Entre os testamentos que trazem informações mínimas sobre a origem de seus titulares, há 508 brasileiros em códices (50% do total) e 446 em testamentos originais (56,6% do total). Nem todos os documentos trazem dados precisos que permitam identificar os locais de nascimento ou batismo. Há, entre brasileiros com naturalidades identificadas nos códices, 454 mineiros (89% de 508) e 54 de outras capitanias/províncias (10,6%). Considerando os testamentos originais, há 436 testadores brasileiros com naturalidade estabelecida com exatidão, dentre os quais 409 mineiros (93,8%) e 27 de outras capitanias/províncias (6%). Há 10 brasileiros cuja origem não foi possível certificar (2,2% do total de 446 brasileiros).

Dos 308 portugueses identificados nos códices (30,4% deste conjunto de testadores), a maior parte era proveniente da cidade de Braga ou de localidades compreendidas pelo Bispado de Braga (147 ou 47,7%). Em segundo lugar, estavam os originários do Porto (51 ou 16,5%). Havia 38 testadores açorianos (12%), 19 de Lisboa (6%) e, finalmente, 53 provenientes de diversas outras localidades de Portugal (17%). Os testamentos originais contam com 200 portugueses (que representam 25,4% deste conjunto), com locais de nascimento distribuídos da seguinte maneira: 91 de Braga e sua região (45%), 48 do Porto (24%), 22 dos Açores (11%), 33 de outras localidades (16,5%) e apenas 6 pessoas de Lisboa que migraram para São João del-Rei (3%).

É muito difícil precisar os locais de origem da população africana. Dos 65 testadores identificados como “africanos” nos códices e dos 38 em testamentos originais (respectivamente 6,4 e 4,8%), poucos trazem informações que permitam precisar os locais onde nasceram. A documentação, em grande parte, traz como registro os locais de onde os africanos foram embarcados como escravos para a América. Nos livros, há 64 indicações dessa natureza, que perfazem 98,4% dos testadores “africanos” e, dadas as dificuldades em lidar com estes dados, optei por manter a nomenclatura utilizada na época em que foram registrados os documentos, sem agrupar denominações que sugerem ter o mesmo significado. Dessa maneira, nos livros de testamento há 1 testador originário da África (1,5%); 1 de Angola (1,5%); 1 Benguela (1,5%); 1 da Costa da África e Nação Rebola (1,5%); 1 da Costa Benguela (1,5%); 7 da Costa da África (10,9%); 5 da Costa da Guiné (7,8%); 27 da Costa da Mina (42%); 1 da Costa de Courana (1,5%); 1 da Costa de Angola (1,5%); 2 da Guiné (3%); 7 Mina (10,9%); 1 da Nação Angola (1,5%); 1 da Nação Benguela (1,5%); 4 da Nação Mina (6%); 1 Rebola (1,5%); 1 do Reino de Angola (1,5%); e 1 do Reino do Congo (1,5%). Nos testamentos originais, foram encontrados 38 testadores de procedência africana (4,8% do total),

dentre os quais há 37 ou 97% com as informações sobre suas origens descritas da forma seguinte: 1 natural da África (2,7%); 1 da África e Nação Benguela (2,7%); 2 da África e Nação Mina (5,4%); 2 de Angola (5,4%); 1 Banguela (2,7%); 1 de Cabo Verde (2,7%); 7 da Costa da África (18,9%); 3 da Costa da Guiné (8%); 13 da Costa da Mina (35%); 1 da Costa da África, cidade de Luanda (2,7%); 1 da Freguesia de Santa Madalena, Cidade de São Tomé (2,7%); 2 da Nação Banguela (5,4%); 2 da Nação Mina (5,4%).

Em relação aos testadores do sexo masculino, como se constata no **Gráfico 4** (baseado nos livros de testamentos), os portugueses possuíam os seguintes índices de assinantes: 37% do total de homens e de 24% do total de documentos. Os brasileiros 37% do total de homens e 24% do total de documentos e os africanos, respectivamente 0,4 e 0,2%. O **Gráfico 5**, elaborado a partir dos testamentos originais, indica valores muito semelhantes aos do **Gráfico 4** no quesito em questão: portugueses que assinavam perfazem 34% do total de homens e 21% do total de testamentos; brasileiros possuíam uma interessante elevação, com 41% do total masculino e 25% de todos os documentos; africanos apenas 0,6% do total de homens, o que representa 0,3% desse conjunto de testamentos. Já o universo feminino não era marcado por esses altos índices. Mas as questões referentes à situação das mulheres perante suas taxas de assinaturas serão retomadas em momento posterior deste capítulo.

Pelo exposto, a presença elevada de homens portugueses que migraram, habitaram e fizeram seus testamentos em São João del-Rei e uma análise mais detida da distribuição desta presença ao longo do período em estudo, pode elucidar a concentração de assinantes verificada nas últimas décadas do século XVIII, observada na **Tabela 6**, apresentada anteriormente. De acordo com esta referida tabela, os testamentos assinados concentram-se nos anos compreendidos entre 1760 a 1790 e no intervalo de 1821 a 1830. Verifiquemos, primeiramente, os dados referentes ao século XVIII.

No conjunto dos testamentos originais, mais de 75% dos homens assinam entre 1760-1790. Entre estes homens, 50 têm origem portuguesa, o que corresponde, em termos relativos, a 30% de todos os portugueses que assinaram, 12% de todos os homens que assinaram e a 6% dos 787 testadores pesquisados. Dos testamentos em códices, 87,5% de assinantes concentram-se entre 1761-1770 e 72% nos anos de 1771 a 1780. No primeiro intervalo de tempo, observa-se a existência de 12 e, no segundo, de 35 portugueses capazes de assinar seus testamentos. Somando esses números, chega-se

a 47 homens capazes de assinar e originários de Portugal, o que corresponde a 19% de todos os portugueses que assinam, 8,6% de todos os homens que assinam e a 46% do conjunto de 1.011 testamentos. Os brasileiros que assinaram seus testamentos são muito menos numerosos do que os portugueses. Foram contabilizados 6 homens entre os testamentos originais (3% do total de brasileiros assinantes, 1,4% do total de homens assinantes e 0,7% do total de documentos). Nos testamentos em códices, apenas 1 brasileiro foi capaz de firmar seu nome entre 1761-1770, e 7 o fizeram no intervalo de 1771-1780. Esses 8 brasileiros representam, em números relativos, também 3% do total de brasileiros assinantes, 1,4% do total de homens assinantes e 0,7% do total de documentos.

A quantidade elevada de portugueses assinantes pode ser entendida quando se considera que, desde o período das grandes navegações, a escrita era uma ferramenta muito útil para os que saíam de sua terra natal, uma vez que a emigração – da qual são companheiras a ausência, a distância e a falta – pode ser tomada como estímulo para a aquisição das habilidades da leitura e da escrita. A questão do uso da palavra escrita para comunicação entre aqueles que viviam em lados opostos do Atlântico foi analisada por Antonio CASTILLO GÓMES, segundo o qual a escrita epistolar chega, ao século XVIII, como um importante meio de comunicação, sendo que “a ida e a vinda das cartas [entre os dois lados do Atlântico] faziam parte da realidade cotidiana daqueles tempos”. Para o referido pesquisador, os portugueses tomaram “consciência do desenraizar-se” ao migrar. Desta maneira, entre os portugueses, a “ausência prolongada, primeiro como descobridores e depois como emigrantes, determinou um longo uso da forma epistolar”<sup>556</sup>. Isto se deve ao fato de a correspondência permitir uma “conversação entre os ausentes”, que poderia tanto consolar aqueles que se encontravam distantes quanto informar sobre questões de ordem prática e sempre manter os vínculos<sup>557</sup>. Há trabalhos sobre a América Portuguesa que corroboram as idéias de CASTILLO GÓMES sobre a importância da correspondência e, portanto, da utilização da cultura escrita para comunicação entre o mundo colonial e a metrópole. Pode-se citar o de Júnia Ferreira FURTADO, que analisa as teias de informações e negócios estabelecidas entre comerciantes, tomando como caso exemplar a correspondência produzida por ordem de

---

<sup>556</sup> CASTILLO GÓMEZ, António. “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Tereza Santos; MIGNOT, Maria Chrystina Venâncio (orgs.). *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002. p. 15.

<sup>557</sup> Id. Ibid. p. 17. E, ainda: Id. *Hablen cartas y callen barbas. Escritura y sociedad en el siglo de oro. Historiar*. Barcelona, n. 4, jan./abr. 2000. p. 118.

Francisco Pinheiro, um negociante português iletrado que desenvolveu atividades mercantis nas Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Para tanto, contava com vários agentes. No período, tendo sido institucionalizado o correio, “as correspondências privadas estabeleciam um elo permanente de informações sobre os mais diferentes assuntos” entre os que se encontravam na colônia e os que residiam na metrópole <sup>558</sup>. Segundo Furtado, “o domínio da informação era vital não só para o bom desempenho dos negócios, como também para ter notícias dos familiares”<sup>559</sup>.

Justino MAGALHÃES compartilha das concepções dos autores citados, ao afirmar que “a carta tornou-se um instrumento fundamental na organização do Estado Colonial, nomeadamente por parte dos funcionários régios e por parte dos missionários [...] A carta fora muito utilizada nos séculos XVII e XVIII” <sup>560</sup>.

Dessa forma, as necessidades de se administrar negócios e a vontade de se manter relações pessoais e/ou familiares por meio da correspondência podem ser consideradas como estímulos para a busca do domínio da leitura e da escrita por parte dos portugueses que se dirigiram para o Novo Mundo. Deve-se considerar, ainda, que partir de 1772, com a segunda fase da *Reforma dos Estudos*, as aulas régias haviam se firmado de maneira mais consistente em Portugal continental, conforme demonstrei no *primeiro capítulo*. Ademais, a contratação de mestres particulares era uma realidade disseminada na Metrópole, o que ficou explicitado no *Capítulo III* desta tese. Todas estas variáveis podem sim ter concorrido para que se criasse uma maior familiaridade da população portuguesa com as letras. A associação destas múltiplas variáveis pode explicar o fato de haver tantos portugueses assinantes em São João del-Rei nas últimas décadas dos Setecentos.

Muitos são os trabalhos de historiadores que afirmam ter havido, no período imediatamente posterior à transmigração da família real portuguesa para o Brasil, dada em 1808, intensas mudanças nos planos político e cultural da colônia. Começaram a surgir variados espaços que legitimavam o campo da leitura no Brasil, como a imprensa periódica, o aumento da posse e da circulação de livros e uma mudança nos interesses dos leitores. No início dos Oitocentos, foram inaugurados, no Rio de Janeiro, vários

---

<sup>558</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Uma correspondência de negócios nas Minas Gerais setecentistas: possibilidades de leituras. In: SCHAPOCHNIK, Nelson; ABREU, Márcia (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005. p. 138.

<sup>559</sup> Id. *Ibid.*, p. 146.

<sup>560</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994. p. 159.

espaços que legitimam o campo da leitura, como por exemplo: a Impressão Régia (1808); a Escola Anatômica, Cirúrgica e de Medicina (1808, transformada posteriormente em Academia Imperial de Medicina); a Academia da Marinha (1808); um Laboratório de Química (1810); os Arquivos Militares (1810); a Escola de Agricultura e de Botânica (1810/1812); o Jardim Botânico (1812); a Academia Imperial de Belas-Letras (1814); os cursos de Química (1812) e de Agricultura (1814); o Museu Nacional (1816) <sup>561</sup>. Mas em São João del-Rei não foram encontrados acréscimos nos números de assinantes e tampouco aumento da presença de portugueses, no período em exame. Nos códices foram registrados, entre 1808 e 1810, 13 testamentos de portugueses (1,2% do total de documentos) e, no mesmo período, entre os originais, 8 testamentos de portugueses (ou 1% do conjunto).

Um aumento significativo do número de assinantes foi observado somente entre 1821-1830, conforme a **Tabela 6**. Os dados revelam que 17 homens portugueses assinaram, nos testamentos originais (10% do total de portugueses assinantes, 4% do total de homens assinantes e 2% do total de documentos). Nos livros de testamentos, há 15 portugueses para o mesmo período, o que corresponde a 6% do total de portugueses assinantes, 2,7% do total de homens assinantes e 1% do total de documentos. Neste mesmo espaço de tempo, entre 1821 e 1830, pude perceber um expressivo número de brasileiros capazes de assinar: 63 entre 787 os testamentos originais, o que equivale, em termos percentuais, a 31,8% do total de brasileiros assinantes, 15,6% do total de homens assinantes e 8% do total de testamentos originais. Entre os 1.011 testamentos transcritos em códices, foram encontrados, entre 1821 e 1830, 76 brasileiros capazes de assinar. Tal número equivale a 31% dos brasileiros assinantes, 13,9% do total de homens assinantes e 7,5% do total de testamentos em códices. Como afirmei, nas três primeiras décadas dos Oitocentos, a Vila de São João del-Rei vivia um momento extremamente próspero com o comércio intraprovincial, o que poderia explicar, em parte, tamanho

---

<sup>561</sup> Cf.: ALMEIDA, Jane Soares de. As propostas da co-educação dos sexos nos finais do século XIX: ambigüidades de ordem moral e religiosa. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: história e historiografia*. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura – UFRJ, 2000. p. 79 (CD-ROM). A respeito da vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e as mudanças provocadas, cf. ainda: DIAS, Maria Odila Leite Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 160-184; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). In: *Revista de História*, São Paulo, v. 94, n. 46, 1973, p. 450-451. FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

número de assinantes entre os homens brasileiros. Dentre os “negociantes” que habitavam São João del-Rei, 57 (74%) fizeram seus testamentos entre os anos de 1801 e 1839, período que corresponde à ampliação do comércio intraprovincial, ao aumento da quantidade de testamentos registrados e a uma expressiva quantidade de assinantes. Não há dúvidas que, para uma sociedade com alto desenvolvimento do comércio, a escrita é um instrumento de fundamental importância. Em estudo sobre Vila Rica e suas Freguesias, Marco Antônio SILVEIRA chama a atenção para a importância da escrita, ao analisar a sociedade colonial mineira. Minas Gerais possuía uma organização socioeconômica extremamente diversificada, na qual se encontravam articuladas várias atividades, da mineração, à agricultura, dos ofícios mecânicos ao comércio<sup>562</sup>. De acordo com o autor, para esta sociedade em que havia um mercado desenvolvido e articulado, os pagamentos a prazo eram comuns e, dessa forma, a escrita tinha um papel fundamental. Os agentes sociais ligados ao comércio necessitavam dos saberes da leitura, escrita e cálculo e produziram uma farta quantidade de testemunhos escritos ao selar seus compromissos de débito e crédito. SILVEIRA analisa uma documentação denominada de *obrigações creditícias*, nas quais muitos agentes sociais deixaram registradas suas assinaturas<sup>563</sup>. Para Vila Rica e suas Freguesias, o pesquisador encontrou 227 obrigações creditícias entre 1750 e 1769, das quais 206 foram produzidas em Vila Rica e 121 nas Freguesias. Nas 206 obrigações da Vila, 178 pessoas assinam, 14 não assinam, 10 fizeram cruz e, em relação a 4, não foi possível determinar suas capacidades autográficas (em termos percentuais, respectivamente: 86,4%, 6,8%, 4,9% e 1,9%). Nas 121 obrigações referentes às Freguesias de Vila Rica, 78 pessoas assinaram, 21 não o fizeram, 20 fizeram cruces e para 2 não foi dada a informação sobre assinatura (o que corresponde, respectivamente, a 64,5%, 17,4%, 16,5% e 1,6%)<sup>564</sup>.

Apesar de os fatores econômicos serem importantes para a compreensão das relações sociais com o escrito, devo ressaltar que não se pretende, nesta tese, lhes atribuir um papel de determinante único. Não é possível estabelecer uma única variável para explicar a posse e a disseminação da cultura escrita. Mas a partir da comparação com os trabalhos de outros pesquisadores, considero que a elevação nas taxas de assinantes brasileiros, no período de 1821 a 1830, relacionava-se com a expansão das variadas atividades econômicas estabelecidas em Minas Gerais.

---

<sup>562</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 87-95.

<sup>563</sup> Id. Ibid. p. 95.

<sup>564</sup> Id. Ibid. p. 96.



Como demonstrei no *Capítulo II*, no período posterior à Independência do Brasil, houve um expressivo aumento da publicação e circulação de materiais impressos, como os periódicos e folhetos políticos de baixo custo e, portanto, mais acessíveis ao público leitor. Foram também inaugurados cursos superiores, bibliotecas e outras instituições que legitimavam o campo da leitura. Minas Gerais era uma Capitania/Província marcada pela presença de aulas públicas e de mestres particulares, em todo o período em análise, conforme demonstrei nos Capítulos *I*, *II* e *III* desta tese. Sem dúvida, a articulação de todas estas variáveis contribuíram para tornar mais expressivo o número de pessoas capazes de se utilizar das tecnologias de leitura e escrita nas Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX.

Passarei, a seguir, a examinar os dados referentes aos testamenteiros. A prática de se aceitar mais de uma testamentaria ao longo da vida era bastante comum no período em estudo. Fiz uma detalhada pesquisa para excluir os nomes repetidos, uma vez que a reprodução dos testamenteiros comprometeria a análise quantitativa. A seleção desse tipo de dado nos códices tornou-se difícil, dada a grande possibilidade de haver homônimos que não foram identificados como tais, uma vez que a pesquisa revelou que os livros de traslados de testamentos guardam imprecisões quando se referem aos testamenteiros (principalmente sobre suas capacidades de assinar)<sup>565</sup>. Assim, o critério de identificação de alguns testamenteiros dos códices foi a observação das datas em que foram lavrados os documentos. Quando o mesmo nome era identificado em anos muito distantes, os sujeitos foram tratados como homônimos. Como exemplo, pode-se citar os casos de duas testamenteiras, ambas batizadas com o nome Ana Josefa de Souza, que foram incluídas como homônimos, uma vez que 54 anos separam os documentos em que foram testamenteiras<sup>566</sup>. Essa tarefa foi menos dificultosa e mais precisa com os testamentos originais, principalmente os que traziam as assinaturas dos testamenteiros. A análise das diferenças das assinaturas revelou-se uma excelente maneira de identificação de repetições e casos de homonímia, tornando esta seleção mais confiável que a descrita anteriormente. Na ausência das assinaturas, foi utilizado o critério data dos documentos, conforme empregado no caso dos

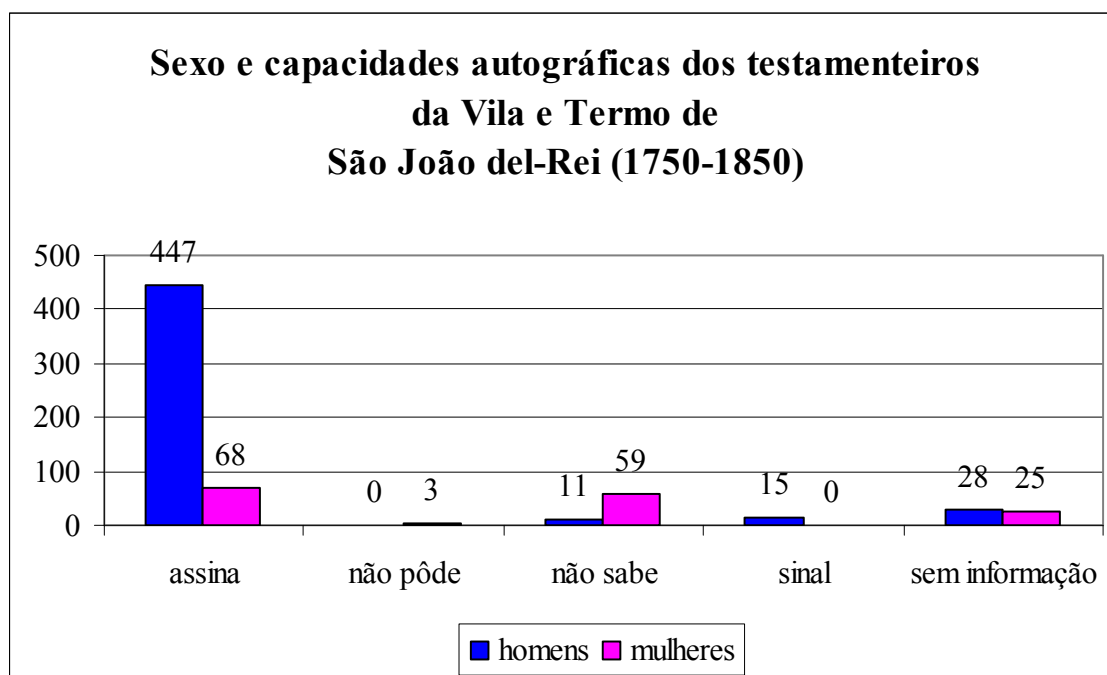
---

<sup>565</sup> Há, nos livros, um testamento no qual não constava qualquer nome de testamenteiro e outros dois a cargo de ordens religiosas - um por conta da Ordem Terceira de São Francisco e outro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Entre os testamentos originais também a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi indicada como testamenteira.

<sup>566</sup> A primeira foi testamenteira em 1788 (livro 8, fl. 01) e a segunda em 1842 (livro 58, fl. 84v).

códices<sup>567</sup>. Nos testamentos para os quais foram indicados “dois testamenteiros em um só corpo”, ou seja, duas pessoas com as mesmas responsabilidades, apenas um nome foi indexado, priorizando aquele em que havia informação sobre a capacidade autográfica do testamenteiro, também a fim de evitar distorções<sup>568</sup>. A partir dos códices, foram contabilizados 628 homens (75%) e 207 mulheres (24,7%). Entre os originais, 501 homens (76%) e 155 mulheres (23,6%). Os números relativos são muito próximos quando se comparam os dois conjuntos e, assim como no caso dos testadores, entre os testamenteiros, o número de homens supera o de mulheres. Tomando como análise os documentos originais, a distribuição dos testamenteiros por sexo e suas capacidades de assinatura podem ser observadas a partir do **Gráfico 6**. Advirto, mais uma vez, que esse mesmo estudo não foi realizado com os códices de testamentos por causa das imprecisões que esses documentos guardam no que se refere à capacidade de assinar dos testamenteiros.

**Gráfico 6**



**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

<sup>567</sup> Entre os testamentos originais, 90 testamenteiros tiveram seus nomes repetidos. Os nomes e as repetições podem ser observados no **Anexo 3**.

<sup>568</sup> Entre os testamentos originais também a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi indicada como testamenteira, não sendo, portanto, incluída na análise em tela.

Entre os 501 homens e 155 mulheres, os homens que assinaram somam 447 indivíduos ou 68% do total de testamenteiros e a 89% do total de homens; as 68 mulheres capazes de assinar correspondem, em números relativos, a 10% da totalidade dos testamenteiros e a 43,8% das mulheres deste conjunto. Os dados apresentados nos **Gráficos 4 e 5** demonstram que os homens, de origem portuguesa, brasileira, africana ou sem identificação, assinavam mais do que as mulheres. Considerando os códices, há 657 testadores do sexo masculino, dos quais 545 foram capazes de assinar (53% do total de testamentos em códices e 80% do total de homens). Os testamentos originais contam com 477 homens e, dentre estes, 403 são assinantes (51% do total de testamentos originais e 84% do total de homens). Entre as mulheres, há 354 nos códices, das quais apenas 128 assinaram, o que corresponde a 12,6% do total de testamentos e a 36% do total de mulheres. Os testamentos originais contam com 310 mulheres e 128 destas assinam (o que representa 16% do total de testamentos originais e 41% do total de mulheres). Os números relativos, tanto de códices quanto de testamentos originais, também demonstram que a maioria dos homens foi capaz de assinar: cerca de 80%, ao passo que mulheres assinantes não superaram a casa dos 40%.

O índice inferior de assinaturas das mulheres com relação aos homens pode ser comprovado também no caso das testamenteiras, dentre as quais apenas 60 ou 10%, assinaram, conforme o **Gráfico 6**. Mas no caso dos testamenteiros, mais do que a capacidade de assinar, a disparidade entre os números de homens que declararam *não saber* assinar chama a atenção quando comparados aos de mulheres: 11 homens (1,6% de 565 testamenteiros) e 59 mulheres (8,9% do total). Fizeram sinais 15 homens (2%) e nenhuma mulher. Entre os testamenteiros que asseveraram não poder assinar, encontram-se apenas 3 mulheres (0,4%). Há um número expressivo de documentos que não trazem informações acerca da capacidade de assinatura dos testamenteiros (53 ou 8%). Dentre estes, muitas vezes porque os testamenteiros indicavam procuradores que os representassem, não deixando pistas de suas capacidades autográficas.

De acordo com Maria do Céu ALVES, nas Freguesias portuguesas de Santo André de Mafra e Santo Isidoro, em 1820, “no universo dos assinantes, 91% eram indivíduos do sexo masculino e 9% eram mulheres”<sup>569</sup>. Os indícios sobre a baixa ocorrência de assinaturas entre mulheres e a quantidade expressiva daquelas que não

---

<sup>569</sup> ALVES, Maria do Céu G. L. R. *Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896*. Dissertação (Mestrado em Educação). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2003. p. 123.

sabiam assinar corroboram uma constatação comum para o período pesquisado, mesmo considerando outros recortes geográficos: a de que não havia processos de alfabetização uniformes, pois eles eram seletivos e se desenvolviam sob uma lógica de diferenciação social e cultural, sendo o sexo masculino o que se alfabetizava primeiramente, como demonstrado pelas pesquisas de Rogério FERNANDES, Justino MAGALHÃES, Maria do Céu ALVES e Rita MARQUILHAS<sup>570</sup>.

Sobre a indicação dos testamenteiros, não há dúvidas de que esta era pautada levando-se em consideração laços de confiança que os ligavam aos testadores. Quando se observam os laços familiares que uniam testadores e testamenteiros, percebe-se que, do total de 786 documentos originais – sem excluir as recorrências de nomes –, há 436 testamenteiros (ou 55%) que possuíam alguma relação de parentesco com os testadores, dos quais 301 homens (ou 38%) e 135 mulheres (17%)<sup>571</sup>. Mas o fato de dominar a palavra escrita seria também um importante requisito para que os testamenteiros fossem designados? A resposta a esta questão é afirmativa, ao se ponderar que, quando os testamenteiros eram capazes de ler e escrever, a possibilidade de o processo correr mais tranqüila e rapidamente era maior. No desenrolar de um processo de testamentaria, desde o cumprimento dos legados até a comprovação de que as disposições do falecido foram executadas, tudo, enfim, deveria ser comprovado por escrito. Sem dúvida, havia da parte de um testamenteiro um conjunto considerável de documentos escritos a distribuir, recolher e organizar, os quais seriam, posteriormente, apresentados em juízo, o que demandava tempo disponível, muito trabalho e familiaridade com a cultura escrita. A partir dos testamentos originais, percebe-se que os homens que ocuparam a função de testamenteiros possuíam uma capacidade de assinar um pouco superior à dos testadores que os elegiam. Havia 447 testamenteiros capazes de assinar (89% dos 501

---

<sup>570</sup> FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto Editora, 1994. MAGALHÃES, Justino Pereira de. *op.cit.*, 1994. ALVES, 2003. MARQUILHAS, 2003.

<sup>571</sup> A noção de família para o período é mais ampla do que a utilizada contemporaneamente, uma vez que diz respeito não apenas a pais e filhos, como à família extensa, que integrava, inclusive, agregados e pessoas ligadas por laços de compadrio. A este respeito: BRÜGGER, 2002. De acordo com Eni SAMARA, entre os historiadores não há um consenso com relação ao termo *família*. Para alguns, significa o núcleo doméstico, para outros, o grupo de sangue ou, ainda, o grupo de parentes e aliados que não necessariamente co-residiam. SAMARA identifica família ao grupo domiciliar, utilizando como critério básico para a análise da organização familiar a co-residência. Cf: SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e grupos de convivência*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1989. De acordo com Maria Luiza MARCÍLIO, seria necessário aliar-se os laços de parentesco à coabitação, estabelecendo uma distinção entre família e domicílio. Veja: MARCÍLIO, M. Luiza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero. (Org.). *Historia Econômica e Demográfica*. São Paulo: FIFE-USP, 1986, p. 11-27. Sílvia BRÜGGER trabalha com uma noção de família ampla, que diz respeito não apenas a pais e filhos, como à família extensa, que integrava, inclusive, agregados e pessoas ligadas por laços de compadrio. A presente pesquisa se filia a este conceito de família utilizado por BRÜGGER, 2002.

testamenteiros) e, entre os testadores, 403 o fizeram (84% dos 477 testadores), uma pequena diferença de 5% entre os dois grupos. Entre as mulheres, havia 68 testamenteiras assinantes (o que equivale a 43,8% das 155 mulheres com este encargo). Entre as 310 testadoras, 116 assinaram (37%), uma diferença de 6,8% entre os dois grupos do sexo feminino. Comparando mulheres e homens, os dados demonstram que a cultura escrita estava muito menos disseminada entre as mulheres, cujos números relativos de assinantes não ultrapassam os 45%, ao passo que, entre os homens, os assinantes atingem cifras superiores a 80%.

Em São João del-Rei, foram encontradas 7 mulheres portuguesas nos livros de testamentos e 4 entre os testamentos originais (0,6% e 0,5% dos totais). Apenas 2 indicadas nos livros foram capazes de assinar (0,19% do total de documentos e 28,5% do total de portuguesas) e uma fez sinal (0,09% do total de documentos e 14,2% das lusitanas). As demais asseguraram não saber assinar, ao passo que, entre as brasileiras, 101 mulheres em livros e 92 em testamentos originais foram identificadas como assinantes, o que representa, em números relativos, respectivamente: 10 e 11,6% dos totais de documentos e 28,5 e 29,6% dos totais de mulheres nascidas no Brasil.

Apesar de ser pouco representativo o número de portuguesas encontrado na documentação em análise, a ausência de escrita entre mulheres com essa origem parece ter sido a regra. As pesquisas sobre Portugal demonstram que poucas mulheres puderam ser contabilizadas como assinantes. Justino MAGALHÃES, a partir de fontes paroquiais da região insular e do Norte de Portugal (Paróquia de São Mateus e São Caetano no Sul do Pico, nos Açores; a do Couto de Ronfê e a de Poiares, de Freixo de Espada a Cintra), afirma que “muito dificilmente surgem referenciadas as mulheres na situação de assinantes”<sup>572</sup>. As exceções entre as portuguesas eram as filhas ou esposas de comerciantes. A explicação dada por MAGALHÃES para os baixos índices de assinatura das mulheres portuguesas refere-se a um maior controle sobre o ato da escrita do que da leitura, uma vez que aquele “é gerador de uma maior privacidade. Assim se comprova com a ausência de instrumentos de escrita nas celas monacais e nas celas prisionais. Assim o comprovam alguns momentos pedagógicos de alfabetização da mulher”<sup>573</sup>. Ao analisar a situação espanhola, Antônio VIÑAO FRAGO afirma que a escrita feminina sempre foi mais policiada do que a masculina, uma vez que saber escrever

---

<sup>572</sup> MAGALHÃES, 2001, p. 90.

<sup>573</sup> Id. Ibid. p.39.

significa poder-se comunicar em segredo, indivíduo a indivíduo [...] Daí a difusão da leitura, mas não da cultura escrita, num sistema de alfabetização restringida e estamental, especialmente entre as mulheres [...] A cultura oral é pública e coletiva e a escrita, secreta e pessoal. O escrito une o indivíduo com um conjunto humano mais amplo que sua comunidade<sup>574</sup>.

Para vários historiadores europeus, a educação feminina, no século XVIII e até muitas décadas após o início do século XIX, encontrava-se reduzida à leitura, pois “a escrita [ocupava] uma função de reserva e de segurança”<sup>575</sup>. Tal redução explica-se pelo fato de a habilidade da escrita, quando possuída pelas mulheres, poder se transformar em “instrumento de uma perigosa independência, [tornando-se inclusive] meio da correspondência amorosa”, o que não agradaria de maneira alguma aos pais de família zelosos e aos possíveis maridos traídos. Portanto, o potencial de alfabetização “restrito” das mulheres, ou seja, a identificação daquelas que só aprendiam a ler, não pode ser depreendido apenas a partir de “seus medíocres índices de alfabetização, calculados a partir de suas assinaturas”<sup>576</sup>. Antonio VIÑAO FRAGO também chama a atenção para a necessidade de trabalhos que abordem mais detidamente as relações das mulheres com a cultura escrita. Confirma a tradição da mulher leitora e incapaz de escrever e os “perigos morais” que poderiam resultar do contato das mulheres com a escrita. Daí as capacidades de *letramento* variarem, de maneira tão significativa, de acordo com o sexo e não somente conforme a condição social<sup>577</sup>.

Também no Brasil são poucos os estudos que abordam diretamente a relação das mulheres com a cultura escrita, entre os quais se destacam o de Norma TELLES – *Escritoras, escritas e escrituras* – e o de Guacira Lopes LOURO – *Mulheres na sala de aula*<sup>578</sup>. Ambas as pesquisadoras citadas tomam como recorte cronológico a segunda metade do século XIX e demonstram que as mulheres eram menos letradas que os homens por possuírem uma educação voltada para o mundo doméstico, encontrando-se, assim, afastadas da cena pública. Na transição do período colonial para o Império, as mulheres eram educadas para se tornarem mães. No decorrer dos Oitocentos, ocupavam o lugar de colaboradoras da construção da Nação, pois passaram a concorrer para a

---

<sup>574</sup> VIÑAO FRAGO, 1993, p. 34-35.

<sup>575</sup> ROCHE, Daniel. *As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII*. In: CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 186.

<sup>576</sup> CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, op. cit., p. 81.

<sup>577</sup> VIÑAO FRAGO. *op. cit.*

<sup>578</sup> TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escritos*. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-442. LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: DEL PRIORE, 2004, p. 443-481.

educação dos filhos, futuros cidadãos. Somente no final do século XIX houve uma produção literária feminina mais considerável, como poesias, jornais e romances escritos por mulheres.

Para que se entenda a distribuição diferenciada das capacidades de *letramento* no século tomado como referência, além da variável sexo, há que se considerar a dissociação do ensino da leitura e da escrita, sempre tendo em conta que a primeira era uma habilidade mais disseminada do que a segunda, conforme visto na *Introdução*. Partindo dos trabalhos citados, examinando os “perigos morais” que rondavam a escrita feminina e a maior disseminação da leitura do que da escrita, pode-se levantar a hipótese de que, para o universo do Termo e da Vila de São João del-Rei, parte das mulheres que não sabiam assinar seus nomes poderia ser capaz de ler seus testamentos. Atentando para essa possibilidade, a habilidade de ler foi quantificada separadamente no banco de dados feito a partir dos códices e dos testamentos originais. Foram criados campos que quantificassem os testadores capazes de: **a)** ler e assinar; **b)** ler e não poder assinar; **c)** ler e não saber assinar; e **d)** ler e fazer sinal. A situação “leu e não sabe assinar” não foi identificada nos documentos pesquisados. Dessa maneira, os resultados obtidos não corroboram a existência de leitores que não sabiam pelo menos assinar seus nomes entre os testamenteiros. Ou então essa situação não era relevante o bastante para ser registrada no momento em que os testamentos foram produzidos. Ao estudar os Açores e o Norte de Portugal, MAGALHÃES conclui que “como princípio básico admite-se que a assinatura é um nível intermédio de alfabetização, que em qualquer caso traduz uma capacitação literária mínima, permitindo decifrar pela leitura pequenas mensagens”<sup>579</sup>. Neste sentido, considerando que aquele capaz de assinar poderia muito provavelmente ler pequenos textos, o caso de Caetana Maria Duarte é exemplar. Mulher livre e viúva, natural e moradora da Vila de São João del-Rei, procedeu ao ato de testar na referida vila, afirmando que “*por me custar a escrever pedi ao Padre João Ferreira Leite, que este por mim escrevesse, e eu me asignei com o meu nome somente depois de o ler, e achar em tudo conforme o dictei*” (itálicos meus)<sup>580</sup>. A testadora afirma no início de seu testamento, datado de 1817, que se encontrava em boas condições de saúde. Portanto, não se pode dizer que havia qualquer impedimento físico que a obstasse a escrever. O que a impossibilitava de fazer de próprio punho seu testamento, ao que parece, era a pouca familiaridade com a escrita, uma vez que essa prática exige reforço,

---

<sup>579</sup> MAGALHÃES, 2001, p. 127.

<sup>580</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1825, cx 42.

“treino escriptológico”, ou seja, repetição constante, para que possa ser executada de maneira desembaraçada. Requeria muito mais destreza que a leitura e a assinatura de um nome, o que Caetana executou sem maiores embaraços. Os que asseveraram ter lido os testamentos antes de assiná-los somam 151 testadores nos códices (15%) e 127 nos originais (16%).

Ainda tomando como referência os **Gráficos 4 e 5** e considerando o percentual de homens portugueses capazes de assinar (24% nos livros e 21% nos originais) em comparação ao de homens brasileiros (24% e 25%), observa-se que não há grande disparidade entre as porcentagens de assinantes apresentadas por homens brasileiros e portugueses. Entre as mulheres brasileiras, verifica-se que um percentual bastante reduzido, quando comparado aos dos homens, deixou suas assinaturas em seus testamentos. Apenas 9% em livros e 11,6% em testamentos originais. Os homens, tanto nascidos em Portugal quanto no Brasil, assinam mais que o dobro do que as mulheres brasileiras. Apesar da inferioridade de assinaturas das testadoras brasileiras em relação aos homens, quando comparamos mulheres nascidas na América Portuguesa/Brasil com as naturais de Portugal, os índices de assinaturas das brasileiras que habitavam São João del-Rei tornam-se instigantes. Ao pesquisar a situação feminina em Portugal, ALVES<sup>581</sup> revela que 9% das mulheres da região de Mafra assinavam. MAGALHÃES demonstrou que a relação das portuguesas do Norte com a escrita ocupava lugar inferior, uma vez que:

*São muito poucos os casos que encontramos de mulheres assinantes, que para o Antigo Regime, quer mesmo para a primeira metade do século XIX, sobretudo nos estratos mais baixos da população. Das 37 mães solteiras registradas junto do Administrador do concelho de Guimarães para o ano de 1836, todas ‘rogam’ a alguém que por elas assine. A situação não se altera para os anos de 1837 e 1838<sup>582</sup> (itálicos meus).*

Conforme os **Gráficos 4 e 5**, 10% e 11,6% de brasileiras assinaram. Nenhuma habitante de São João del-Rei de origem portuguesa ou africana foi capaz de fazê-lo. Alegando estarem enfermas, 27 testadoras brasileiras (15 nos códices e 12 nos originais) não puderam assinar, o que ampliaria o número de assinantes para 116 (11% dos códices) e 104 (13% dos originais) assinantes. Essas constatações sobre a relação das testadoras brasileiras com as assinaturas dos testamentos levam a examinar duas hipóteses. A primeira seria a de que a escrita feminina no Brasil talvez não fosse

---

<sup>581</sup> ALVES, 2003.

<sup>582</sup> MAGALHÃES, 1994, p. 220.



considerada como um problema tão grave, como se vê nos trabalhos mencionados que se debruçam sobre diferentes realidades européias. Minas Gerais, se comparada às demais capitanias do litoral, é uma região de colonização mais recente e extremamente mestiça, na qual ter domínio da cultura escrita por parte das mulheres poderia ser tomado como um elemento de distinção. A segunda hipótese e, a meu ver, a mais interessante, seria considerar que as mulheres capazes de assinar *conquistaram*, não se sabe exatamente a partir de quais estratégias, a possibilidade de acessar o mundo da cultura escrita. As habilidades de ler e escrever teriam sido conquistadas pelas mulheres de origem brasileira residentes em São João del-Rei ou este aprendizado teria sido permitido pelos homens, seus pais e maridos? A idéia de que as mulheres dos setecentos e oitocentos eram incapazes de administrar bens há muito tem sido repensada pela historiografia brasileira e a capacidade do sexo feminino de gerir negócios tem sido cada vez mais documentada, como demonstrei no *Capítulo III* desta tese.

Os estudos publicados e a documentação sobre São João del-Rei não trazem muitos indícios sobre os locais e, principalmente, as maneiras como e onde as mulheres se apropriaram da cultura escrita, conforme foi averiguado no *Capítulo III* desta tese. Mesmo sendo poucos os indícios, havia mulheres em São João del-Rei que se tornaram ativas no que se refere à administração de seus bens, fazendo o uso cotidiano de seus conhecimentos de leitura e escrita sem maiores empecilhos, como o caso de Maria Joaquina de São José. Moradora na Vila de São João del-Rei, assinou seu testamento em 1837, não sem antes declarar que

infelizmente casei-me com Marianno Antonio Coelho, com quem nunca fiz harmonia, por que logo no dia subsequente ao do casamento, foi chamado para acodir a hum crime que lhe tinhaõ armado para as partes da Parahyba pelo defloramento de huma moça, e tornando d'ahi a mez e meio com pouca diferença a Fazenda aonde moravamos denominada = Rossinha = Freguezia de Carrancas, onde esteve unicamente tres dias, dentro dos quais arrecadou de caça tudo quanto pode de moeda corrente ouro lavrado, e mais joias minhas proprias, dois escravos, hum optimo cavallo de estrebaria, e outros objectos desta natureza, e com tudo aballou para a dita Parahyba, onde consta que fora logo assassinado e consumido o seo cadaver nas ondas do mar, e isto há muito mais de trinta annos por cujo motivo nunca tive filhos alguns de tal Consorcio, que só servio para me deixar em total miseria, de maneiras que tudo quanto possuo he dividido a minha agencia<sup>583</sup>.

Apesar do fatídico consórcio que somente lhe trouxe prejuízos e abandono, ao fazer o testamento, Maria Joaquina possuía 4 moradas de casas, 3 escravos, ouro

---

<sup>583</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1838, cx 121.

lavrado, talheres de prata e roupas de seu uso, o que demonstra que realmente conseguiu refazer sua vida por sua própria “agência”.

Conforme indiquei no *terceiro capítulo* da tese, os casos de indicação de tutoras pelos testadores são relevantes indícios que demonstram a capacidade feminina de administrar os bens dos órfãos e, também, de lidar com a cultura escrita. De acordo com os dados que antecipei no *Capítulo III*, entre os 49 homens indicados como tutores, 33 foram capazes de assinar os documentos analisados (o que equivale a 67,3% do total). Para os demais 16 (32,6%), não há informação nos documentos sobre este assunto. Nenhum homem indicado para tutoria foi identificado como incapaz de assinar seu próprio nome. Entre as 17 mulheres, 11 assinam (64,7%); 5 não sabiam assinar (29,4%) e apenas uma não consta este tipo de informação (5,8%). Contudo, uma das mulheres que alegou incapacidade de assinar o próprio nome parecia bastante capaz de administrar os bens de sua única filha, D. Joaquina Lacerda. Esta era Maria Silvéria, casada com um português natural da cidade do Porto, João Rodrigo Lacerda, testamenteira e inventariante de seu marido<sup>584</sup>. Segundo informações obtidas no inventário do falecido, Maria Silvéria ocupava-se de negociar, sendo uma “quitandeira”. Os bens discriminados no inventário não eram poucos: 13 escravos, uma chácara, chamada “Água Limpa”, que ficava no Arraial de Matosinhos, subúrbios da Vila de São João del-Rei e uma morada de casas térreas, cobertas de telhas, com quintal e um forno, situada na Rua do Curral da dita Vila<sup>585</sup>. A documentação pesquisada demonstra que, para a eleição dos tutores, era relevante que os mesmos possuíssem alguma familiaridade com a cultura escrita, uma vez que 67,3% dos homens e 64,7% das mulheres foram capazes de assinar seus nomes – o que indica que, provavelmente, se encontravam de posse da capacidade básica da leitura. Ademais, as fontes atestam a capacidade das mulheres indicadas como tutoras em administrar os bens dos órfãos, característica marcante observada principalmente entre as esposas de comerciantes, ou que de alguma forma participavam do mundo do comércio, mesmo asseverando não saber ler ou escrever, como o caso da quitandeira Maria Silvéria.

Retomando os índices de assinaturas indicados nos **Gráficos 4 e 5**, passarei à análise daquelas mulheres que recorreram a um sinal (todas fizeram uma cruz). Foram contabilizadas nos livros de testamentos 1 portuguesa, 11 brasileiras e 4 africanas (em

---

<sup>584</sup> Não há o registro de casamento deste casal, tampouco o assento de batismo de sua única filha no banco de dados organizado por BRÜGGER, o que indica que a família tenha se mudado para São João del-Rei depois de já constituída.

<sup>585</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário, 1813, cx 526. Testamento, 1810 (1815, cx 71).

termos relativos 0,09, 1 e 0,3% dos 1.011 testadores). Os testamentos originais apresentam, em números absolutos, 10 brasileiras e 4 africanas assinando “de cruz” (1,2 e 0,5% dos 787 documentos). Nenhuma portuguesa foi capaz de fazê-lo nos testamentos originais. Apesar de o número de portuguesas que habitavam São João del-Rei ser pequeno (apenas 4 casos), o “assinar de cruz” não era, como demonstra a citação abaixo, um costume entre as mulheres de Portugal. De acordo com MAGALHÃES,

*não se encontrou ainda nenhuma situação, para o período em estudo, genericamente os séculos XVIII e XIX, em que a mulher firme ‘de cruz’ ou por qualquer outro sinal. Em contrapartida, quando um homem e uma mulher não sabem assinar, ele firma de cruz e ela ‘por não saber assinar’ (roga) recorre a um terceiro ‘a rogo’ [...]. A mulher tomou no entanto parte ativa em processos sócio-administrativos como madrinha, como testemunha (caso freqüente nas Inquirições de *Genere*), ou mesmo como outorgante, ré ou queixosa; todavia não firma ‘de cruz’, como genericamente a mulher rural não assina antes da segunda metade do século XIX<sup>586</sup> (itálicos meus).*

As pessoas que faziam sinais não eram capazes de ler e, tampouco, de escrever, como revela o caso de Isabel Ferreira Branca, natural da Costa da África e moradora no Arraial da Conceição Termo da Vila de São João del-Rei. Em 1779, ela assinou de cruz por "não saber ler nem escrever"<sup>587</sup>. Também Antônia Silva Jesus, que ocupou o cargo de ministra na Ordem Terceira de São Francisco em 1779, firmou com uma cruz, o que, em testamento datado de 1794, justificava da seguinte maneira: "por não saber ler nem escrever pedi ao Padre Marçal Cunha Matos que este escrevesse e eu me assinei com o meu sinal costumado que he huma cruz"<sup>588</sup>.

Mesmo sabendo que os que fazem um sinal não dominavam as tecnologias de ler e escrever, sua contabilização é importante. Aquelas mulheres capazes de fazer uma cruz se colocavam em uma situação simbólica de superioridade em relação aos que se mostravam incapazes de fazê-lo. A pena, o tinteiro e o papel não eram objetos comuns nas moradas de casas dos séculos XVIII e XIX. Manusear um instrumento de escrita, mesmo que de modo rudimentar e marcar sobre uma folha um sinal que simbolizasse seu entendimento e concordância com o que ali fora registrado, era um ato importante, que demarcava um lugar simbólico diferenciado em relação aos incapazes de dominar uma pena.

---

<sup>586</sup> MAGALHÃES, 2001, p. 124.

<sup>587</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1879, cx 15.

<sup>588</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx 63.

Além da variável sexo, considerada até o momento, há outra essencial para os historiadores da alfabetização, referente à dicotomia mundo rural *versus* mundo urbano. Há um consenso em se afirmar que a alfabetização irradia-se dos núcleos urbanos para as comunidades ligadas ao mundo rural. Conforme MAGALHÃES, a alfabetização “se desenvolve numa dinâmica processual que irradia da cúpula para as bases e dos núcleos urbanizados para os meios rurais”<sup>589</sup>, ou seja, segundo uma lógica vertical, que se traduz em diferenciação e hierarquização. Daniel ROCHE afirma que, no mundo urbano, “as exigências da vida ordinária conferem à escrita e à sua circulação um lugar particular”<sup>590</sup>. Outro pesquisador da cultura escrita, Daniel FABRE, também afirma que, nas cidades, em diversas situações, enquanto “uns lêem, os outros escutam ou, ao menos, vêem, mas todos se aproximam, de perto ou de longe, da escrita, todos percebem-na e experimentam sua presença”<sup>591</sup>. Pode-se dizer que, para os que viviam em vilas prósperas e sedes administrativas, como era o caso de São João del-Rei, nas mais diferentes situações e nos mais diversos momentos de suas vidas, o escrito estava presente em uma multiplicidade de formas de acesso. A palavra escrita se encontrava por toda a parte, desde a hora de se fazer o registro de batismo e em demais cerimônias religiosas, até na hora da morte e, ainda, nas negociações, nos pregões, na hora de registrar os escravos. Em suma: “a cidade constitui um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram”<sup>592</sup>. Grande parte dos homens que vivia nas cidades desenvolvia ocupações que requeriam as práticas de leitura, escrita e cálculo, como no caso dos comerciantes, administradores públicos, notários, clérigos, juizes etc. Mas na região e no período analisados nesta tese, a divisão dicotômica urbano *versus* rural não deve ser tomada de forma radical. Não se pode pensar em separação completa dessas duas realidades, em estagnação do mundo rural ou em impermeabilidade absoluta das urbes em relação ao que se vivia no campo. A difusão da escrita pode mesmo ser processada de maneiras e em velocidades diferenciadas quando se tomam em comparação lugares menos populosos e de estrutura social mais simplificada, com locais mais populosos e dinâmicos, como a Vila de São João del-Rei, que possuía intensa atividade econômica e administrativa, na qual conviviam grupos com ocupações diversificadas. Mas é preciso ter em mente que entre o mundo rural e o urbano, mais que oposições, há interpenetrações e continuidades. No

---

<sup>589</sup> MAGALHÃES, 2001, p. 77.

<sup>590</sup> ROCHE, 1996, p. 178.

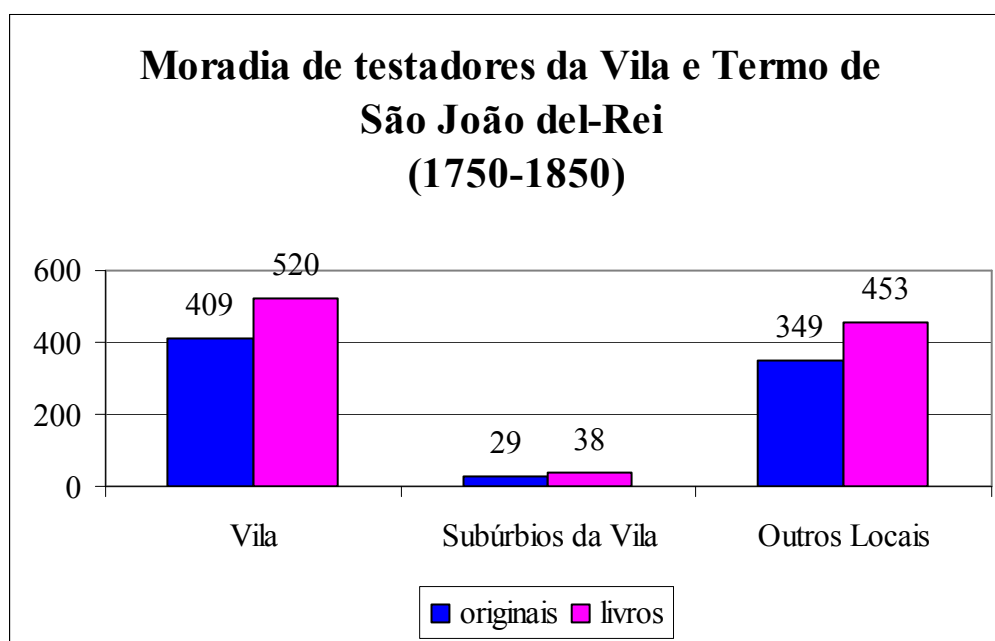
<sup>591</sup> FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: Chartier 1996, p. 202.

<sup>592</sup> ROCHE, op. cit., p. 177.

caso em estudo, esta “interpenetração” de mundos dava-se muito em razão da grande possibilidade de circulação das pessoas, favorecida principalmente pelo fato da Vila de São João del-Rei ser um entreposto comercial e com excelente localização e acessibilidade. Além disso, houve a possibilidade de aumento do contato com a cultura escrita a partir da intensa circulação de periódicos nos finais da segunda década do século XIX. Grande parte dos fazendeiros, proprietários de pequenas ou grandes unidades agropastoris, negociava seus produtos na vila e, tanto para controlar sua produção, quanto para escoá-la, necessitava de um grau de *letramento* mínimo, de controle manuscrito sobre a movimentação de seus sítios e fazendas. A administração centrada na escrita é mais organizada, sendo as habilidades de leitura/escrita instrumentos de gestão cotidiana tanto das unidades produtivas, quanto dos assuntos pessoais.

O **Gráfico 7**, a seguir, demonstra os locais de moradia dos testadores e sua distribuição percentual:

**Gráfico 7**



**Fontes:** Livros de testamentos (1759-1848) e testamentos originais (1750-1850) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

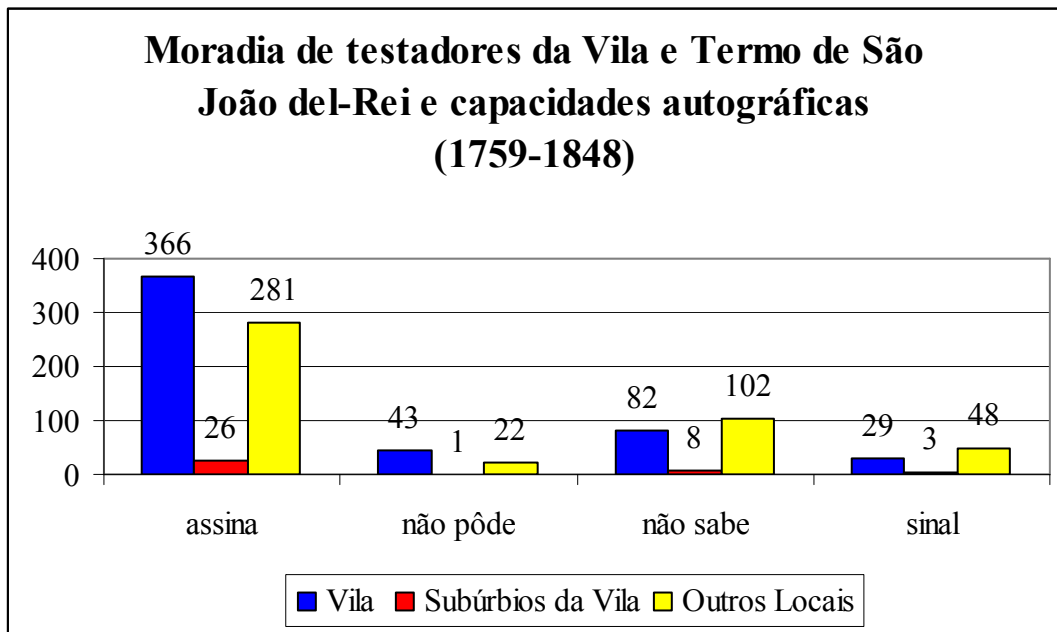
Percebe-se, no **Gráfico 7**, que a maioria dos testadores residia na Vila, tanto quando se toma os documentos originais quanto os registrados em códices. Há 409 testadores entre os originais e 520 entre os livros que moravam na Vila, o que corresponde a 52 e 51%. Quanto aos Subúrbios da Vila de São João del-Rei, esta

denominação de época refere-se à região da Água Limpa, ao Arraial de Matosinhos e outros. Esses locais, discriminados na documentação como “subúrbios”, traziam o benefício de se situarem próximos à Vila e se caracterizavam principalmente pelo fato de neles os moradores construírem, nos Oitocentos, chácaras e casas de campo mais arejadas do que as situadas na parte central de São João del-Rei. Nestes arrabaldes da Vila habitavam 29 testadores ou 3,6% (dos documentos originais) e 38 ou 3,7% (dos livros). As demais povoações, classificados no **Gráfico 7** como “outros locais”, eram as diversas paragens, fazendas e sítios distribuídos nos distritos que compunham o Termo de São João del-Rei, ou mesmo constituíam propriedades rurais isoladas. Há grandes oscilações nos nomes e, portanto, extrema dificuldade em se estabelecer tanto uma nomenclatura quanto uma localização precisa dos distritos e arraiais aos quais pertenciam essas propriedades rurais, fato observado também por GRAÇA FILHO <sup>593</sup> e mencionado na *Introdução*. Dadas essas dificuldades, optei por não fazer distinção entre os distritos, arraiais mais distantes da sede e as propriedades rurais. Os nomes dos distritos mudaram muito ao longo do período pesquisado. Ao selecionar, entre os documentos pesquisados, aqueles testadores cujos locais de moradia pertenciam ao Termo de São João del-Rei, tomarei como referência o quadro elaborado por GRAÇA FILHO (**Anexo 02**). Aqui, importa analisar não apenas como se distribuía a população de acordo com as áreas rurais e urbanas, mas, sobretudo, quais eram as capacidades autográficas dos testadores de acordo com sua moradia. Nos **Gráficos 8 e 9**, vê-se a relação entre assinantes e moradia. O **Gráfico 8** foi elaborado a partir dos livros de testamentos e o **Gráfico 9**, fundamentado nos originais.

---

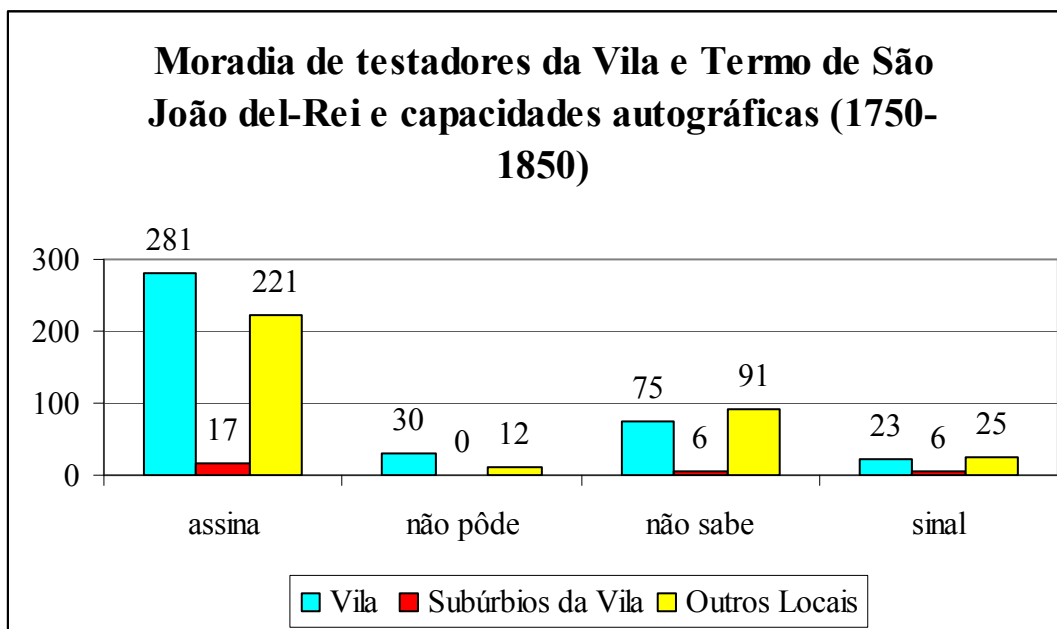
<sup>593</sup> GRAÇA FILHO, 2002.

**Gráfico 8**



**Fontes:** Livros de testamentos da Vila e Termo de São João del-Rei (1759-1848), AHET2/IPHAN/SJDR

**Gráfico 9**



**Fontes:** Testamentos originais da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850), AHET2/IPHAN/SJDR

Nos livros de testamentos, os 366 moradores da Vila de São João del-Rei que se encontravam na situação de assinantes representam 36% do número total de 1.011

testadores. Nos originais, os 281 testadores que assinaram perfazem 35,7% dos 787 documentos. Entre os moradores dos subúrbios da Vila que assinaram, somam-se 26 nos livros e 17 nos originais (2,5% e 2% respectivamente). Os demais habitantes das áreas de perfil mais rural, classificadas como “outros locais” e que assinaram seus testamentos, representam 281 (27,7% nos livros) e 221 (28% nos originais).

Pelo exposto, vê-se que não há demasiada diferença entre os testadores assinantes que moravam na Vila (cujas cifras de assinantes perfaziam 36% nos códices e 35,7% nos testamentos originais) e os que moravam nos locais que, segundo a documentação, eram divididos em arraiais, sítios e fazendas que compunham o Termo de São João del-Rei (cujos percentuais de assinantes encontrados nos códices eram de 27,7% e de 28% nos testamentos originais). A disparidade entre os assinantes que moravam na Vila e os que residiam em lugares mais isolados é de 8,3% nos livros e 8% nos originais. As cifras são ainda mais próximas quando se trata de analisar aqueles que não sabiam assinar: nos livros, 82 testadores ou 8% entre os moradores da Vila e 102 ou 10% dos moradores de “outros locais”; nos testamentos originais, 75 ou 9,5% da Vila e 91 ou 11,5% de “outros locais” (2% de disparidade em ambos os casos). O recorte geográfico em estudo traz especificidades que tornam difíceis as comparações com pesquisas realizadas em regiões européias. As diferenças entre os mundos urbano e rural, em várias regiões do Velho Continente, expressavam-se de maneira mais marcante. Os estudos de VIÑAO FRAGO sobre a Espanha indicam grandes diferenças entre os níveis de *letramento* de habitantes de zonas rurais quando comparados aos dos moradores de regiões urbanas <sup>594</sup>. Na região de São João del-Rei, conforme mostram os **Gráficos 8 e 9**, não havia uma oposição entre a realidade urbana e a rural. A proximidade entre os números de assinantes da Vila e de outros locais mais isolados do Termo pode ser entendida quando se inserem outras variáveis no processo de análise dos documentos: a propriedade de bens e as ocupações dos testadores capazes de assinar.

Em seu trabalho, MAGALHÃES <sup>595</sup> afirma que os proprietários de bens móveis ou imóveis estão sempre à frente nas quantificações dos níveis de *letramento* e que há grande relação entre as estruturas sócio-profissionais e as capacidades autográficas dos que possuem certas ocupações, com destaque para os comerciantes. O universo de pessoas capazes de assinar, nos testamentos transcritos em livros, é de 673 ou 66,5% e,

---

<sup>594</sup> VIÑAO FRAGO, 1993, p. 57.

<sup>595</sup> MAGALHÃES, 1994.



nos testamentos originais, 519 ou 69%. Tomando como referência os testamentos originais, esses documentos indicam que muitos testadores capazes de assinar eram proprietários de bens imóveis, ou seja, possuíam casas e/ou terras agrícolas e/ou terras minerais. Há 208 proprietários de bens imóveis (40% dos 519 assinantes). Os ligados a atividades rurais eram muito mais numerosos do que os ligados à mineração: 116 testadores assinantes (22%) afirmaram possuir bens que se relacionavam a atividades agrícolas (98 ou 19% possuíam terras de plantio e 43 testadores ou 8% mencionam a criação de *gado vacum* ou cavalari). Os que possuíam terras minerais eram 18, ou seja, representam apenas 3% do total de testadores que souberam assinar seus nomes.

Os bens móveis são mencionados em menor número de testamentos. Apenas 26 pessoas fazem referência a ouro (5% dos 519 assinantes), 28 a prata (5%), 9 a jóias (1,7%), 8 (1,5%) a utensílios de mesa (todos em prata) e 1 ou 0,1% a louça. A posse de escravos é o bem mais relacionado entre os 519 testadores que assinam: 351 pessoas (67,6%) deixaram algum indício de que foram, ao longo de suas vidas, senhores de escravos. Foram contabilizados como proprietários, nesse caso, tanto os que possuíam cativos vivos e os citaram nos testamentos, quanto os que somente solicitavam que fossem rezadas missas em intenção das almas daqueles que os serviram em vida. Assim, 303 testadores (58% dos assinantes) fizeram referência a escravos vivos. Grande parte dos escravos era mencionada quando os senhores deixavam disposições a respeito de alforrias ou coações e, por isso, os números de cativos registrados nos testamentos, na maioria das vezes, não correspondem ao total dos plantéis desses senhores. Dessa forma, os testamentos são fontes limitadas quando se referem à posse de bens, mas os dados que trazem não devem ser desprezados. Por esse motivo, as informações obtidas nos inventários *post mortem* auxiliam a compor um perfil socioeconômico mais detalhado dos testadores pesquisados e, conseqüentemente, de seus plantéis.

A partir dos dados contidos nos testamentos, contabilizei 172 testadores assinantes que mencionam cativos vivos, no Termo e na Vila de São João del-Rei (21,8% do total de 787 testamentos originais). A posse de escravos entre estes senhores se encontrava distribuída da seguinte maneira: 48 proprietários com apenas um escravo; 32, com dois cativos; 28, com três escravos; 17, com 4; 7, com 5; 25, com a posse de 6 a 10 cativos; 10, com 11 a 20 escravos; 4, com mais de 20; apenas um, com mais de 30. Nos testamentos, o senhor com maior número de cativos identificado era uma mulher: Ana Souza Guarda. Natural de Congonhas do Campo, viúva do Coronel Antônio Correia Lacerda, que fez seu testamento em 1805, afirmou que residia na Fazenda Bom

Jardim, Aplicação da Ibitipoca, Termo da Vila de São João del-Rei, onde possuía terras de cultura e 32 escravos<sup>596</sup>. Acrescentando a estes dados as informações obtidas nos 205 inventários *post mortem* pesquisados, as cifras sobem para 338 testadores que eram capazes de assinar e possuíam cativos (o que equivale a 43% dos testamentos originais). Entre estes, a propriedade escrava estava distribuída da seguinte forma: 82 eram proprietários de apenas um escravo; 44, possuíam dois cativos; outros 44, com três escravos; 37, com 4 cativos; 23, com 5; 50 senhores, com a posse de 6 a 10 cativos; 31, com 11 a 20; 8, com 22 a 30 escravos; 7 com 31 a 40; 5 proprietários com 44 a 50 escravos; 4 com 51 a 59 escravos; um senhor com 61; outro senhor com 69 escravos e, por fim, um único proprietário de 73 escravos. O proprietário deste plantel era Francisco Xavier Moura, brasileiro, solteiro, morador na Fazenda “O Tanque”, Aplicação da Capela de N. Sra da Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei. A fazenda era composta por terras de cultura e campos de criar, situada na outra parte do Rio do Peixe. O testador possuía também terras minerais, mas não há descrição nem localização destas terras. Além disso, uma morada de casas no Arraial de N. Sra da Conceição da Barra e outra na Rua da Câmara, na Vila de São João del-Rei<sup>597</sup>.

Dentre os senhores de escravos, 93 afirmaram, ao fim de seus testamentos, que não sabiam assinar (11,8% do conjunto de 787 testamentos originais). Considerando estes dados e ainda as especificidades de Minas Gerais, lugar em que a média dos plantéis era de 5 escravos, conforme Douglas Colle LIBBY<sup>598</sup>, percebe-se que os proprietários de cativos que viviam em São João del-Rei eram pessoas que aliavam a propriedade escrava com a capacidade autográfica.

Ainda buscando traçar o perfil dos assinantes, uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa foi precisar a qual ou quais ramos profissionais os testadores se dedicavam, já que não existe, em local pré-determinado na estrutura do testamento, referência explícita à ocupação exercida por seu titular. Muitos dos sujeitos estudados atuavam em mais de um ramo de negócio, fato comum para o período, tendo sido vários os casos semelhantes encontrados por Ângela MAGALHÃES, em pesquisa comparativa nas listas nominativas de São João del-Rei e Campanha<sup>599</sup>. Para definir as ocupações, outra referência tomada foi o trabalho de VILLALTA sobre os proprietários de livros

---

<sup>596</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1817, cx 58.

<sup>597</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Inventário, 1809, cx 362.

<sup>598</sup> LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 98.

<sup>599</sup> MARTINS, Ângela Magalhães. *Século XIX: Estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha*. IV Seminário sobre Economia Mineira (Anais). Diamantina: CEDEPLAR, 1990. p. 34-35.

em Mariana<sup>600</sup>. Consegui identificar a ocupação de poucos testadores e optei por contabilizar os números de ocorrências, uma vez que há testadores que atuavam em mais de um tipo de ocupação, o que dificulta que se privilegie uma ou outra “profissão”. Há 146 sujeitos cujas ocupações foram identificadas e em relação aos quais as capacidades de autografia distribuem-se conforme mostra a **Tabela 7**:

<b>Ocupações</b>	<b>Assina</b>	<b>Não pôde</b>	<b>Não sabe</b>	<b>Sinal</b>	<b>TOTAL</b>
Negociante	68	2	5	2	77
Clérigo	51	0	0	0	51
Tropeiro	1	2	0	0	3
Mecânico	3	0	0	1	4
Agricultor	57	1	15	3	76
Magistrado	3	0	0	0	3
Professor	2	0	0	0	2
Boticário	2	0	0	0	2
Músico	1	0	0	0	1
Ajudante	2	0	0	0	2
Tesoureiro dos ausentes	1	0	0	0	1
Doutor*	2	0	0	0	2
<b>*Obs.:</b> Os documentos não especificam as áreas de atuação.					
<b>Fontes:</b> Testamentos originais (1750-1850) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR					

Mais uma vez os dados demonstram que os testamentos foram registrados a rogo de um estrato específico da população. Além de serem proprietários de bens imóveis e de escravos, percebe-se que parte dos testadores capazes de assinar possuía ocupações que demandavam alguma habilidade de lidar com a palavra escrita, ou seja, graus mais elevados de *letramento*. Daí as capacidades de assinatura elevadas quando distribuídas de acordo com as ocupações, como entre os clérigos (100%), magistrados (100%), professores (100%) e negociantes (88% dos que exerciam esta ocupação).

Os testamentos em análise são limitados no que se refere à sua representatividade e também à capacidade de informar sobre as condições econômicas de seus titulares, donde nasce a necessidade de se recorrer aos inventários. Mesmo não tendo sido possível localizar os inventários de todos os testadores, com base nos números referentes à posse de bens imóveis e escravos e, ainda, às ocupações

<sup>600</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

identificadas, percebe-se que as hipóteses caras à História da Alfabetização – que estabelecem uma íntima relação entre posse de bens, profissões e capacidades de assinatura – confirmam-se quando são examinados os dados dos moradores da Vila e Termo de São João del-Rei. Trata-se de um fenômeno também identificado por ALVES: ao comparar os níveis de assinaturas com as médias dos impostos pagos pelos habitantes da Freguesia de Mafra, a pesquisadora conclui que “existe uma relação entre as classes com maior poder económico e aquelas que apresentavam maiores níveis de alfabetização”<sup>601</sup>.

Para além das variáveis analisadas até o momento, há outras que se relacionam com a especificidade do contexto brasileiro, tanto do século XVIII quanto do XIX. Em relação a esse período, convém verificar a “cor” e a “condição” dos sujeitos estudados. A caracterização da sociedade brasileira do período de acordo com o critério “cor”, contudo, é extremamente complexa, uma vez que as designações da época são muitas e imprecisas e que não remetiam somente à pigmentação da pele, mas, ainda, levavam em conta a condição social e o *status* dos sujeitos<sup>602</sup>.

Para o trabalho com testamentos de São João del-Rei, não é possível estabelecer esta caracterização de modo preciso. As fontes são muito limitadas, uma vez que a maioria dos documentos não menciona a cor dos testadores (877 ou 86,7% entre os livros de testamentos; 707 ou 90% entre os testamentos originais). Os dados demográficos referentes à cor dos habitantes de São João del-Rei evidenciam que a Comarca do Rio das Mortes possuía um contingente populacional de brancos superior a outras comarcas mineiras<sup>603</sup>. De acordo com Silvia BRÜGGER, “no mapa de habitantes, feito em 1776, do total de 82.781 pessoas da comarca do Rio das Mortes, 29.926 (36,15%) foram caracterizadas como brancas”<sup>604</sup>. A “cor” dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei pode ser observada no **Gráfico 10**:

---

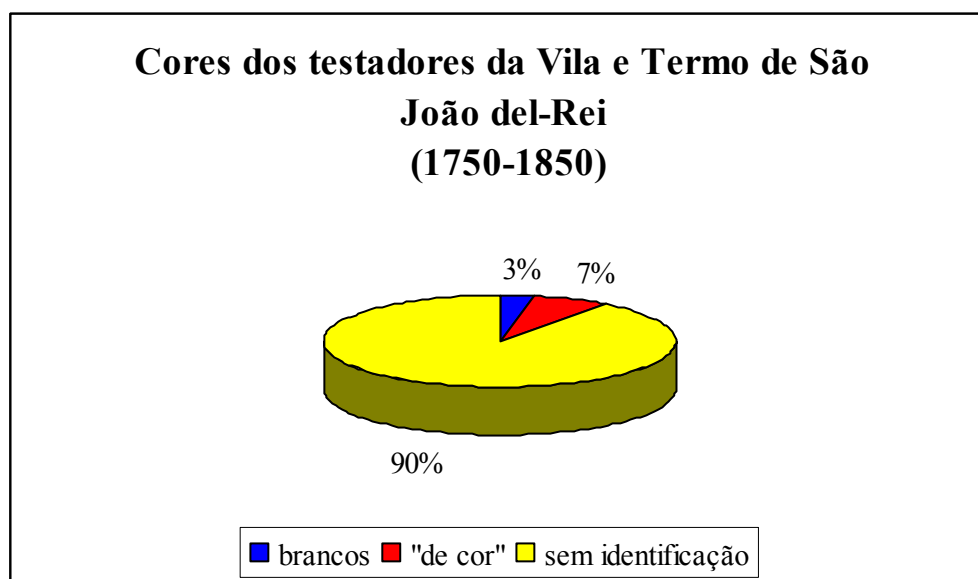
<sup>601</sup> ALVES, 2003, p. 122.

<sup>602</sup> Ver, a este respeito: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Ou ainda: CASTRO, Hebe Matos de. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>603</sup> PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>604</sup> BRÜGGER, 2002.

## Gráfico 10



**Fontes:** Testamentos originais da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850)

Entre os testamentos originais, todos os que foram referidos como brancos eram portugueses (25 ou 3%). Entre os 55 testadores ou 7% que constam no **Gráfico 10** como pessoas “de cor”, há 41 pretos, todos africanos (5% do total de testadores); 6 crioulos (0,7%); 2 ou 0,2% mulatos; 5 pardos (0,6%); e 1 homem classificado à época como cabra (0,1%). Os dados dos livros ou códices de testamentos não se encontram contemplados no **Gráfico 10**, mas acompanham de perto as cifras observadas nos testamentos originais: 25 ou 2,4% brancos; 68 ou 6,7% pretos; 26 ou 2,5% crioulos; 15 ou 1,4% pardos.

A possibilidade de haver muitos brancos entre aqueles que não tiveram suas cores indicadas é grande, uma vez que os testamentos dizem respeito a uma parcela bastante privilegiada da população. Os dados demográficos mostram que a Comarca do Rio das Mortes possuía um percentual de brancos significativo entre os homens livres, o que reforça esta conjectura.

Uma alternativa para tentar resolver este limite imposto pela documentação foi contabilizar as irmandades e ordens terceiras mais indicadas nos testamentos originais. Conforme Caio César BOSCHI, estas associações “não se reduziam ao inerente caráter devocional”<sup>605</sup>. Eram espaços de coesão grupal que se organizavam de modo bastante singular em Minas Gerais, com uma grande difusão em diversas localidades, sobretudo

<sup>605</sup> BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE; VILLALTA. 2007, p. 59.

na segunda metade do século XVIII. A adesão de um “irmão” a mais de uma destas associações leigas era comum. Mas em algumas delas, principalmente as “ordens terceiras”, o candidato a irmão deveria corresponder aos “traços distintivos” exigidos, uma vez que “a admissão em seus quadros sociais se realizava mediante a aplicação de critérios mais rigorosos do que os praticados na constituição das irmandades e confrarias. A considerar, ainda, que integrar tais quadros significava adquirir ou reforçar o *status* social do agremiado”<sup>606</sup>. Apesar de o pertencimento a uma destas ordens significar *status*, de acordo com o referido historiador, “a percepção das irmandades como espaço de coesão grupal se torna mais flagrante no estudo das associações formadas pelos negros”<sup>607</sup>. Os africanos e seus descendentes invocavam santos que possuíam “afinidades epidérmicas” ou mesmo origem social próxima à dos escravos, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia<sup>608</sup>.

Entre os testadores de São João del-Rei, 210 (26,6%) não mencionaram pertencer a quaisquer irmandades ou ordens. Nos demais 577 testamentos, foram citadas diversas dessas organizações religiosas<sup>609</sup>, mas dadas as possibilidades de se relacionar cor e *status* social com o pertencimento a uma destas instituições, optei por contabilizar apenas as ocorrências das que se seguem: a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, referida 250 vezes (43%) e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 225 vezes (ou 39%). Somadas as cifras destas duas Ordens Terceiras, temos 475 testadores ou 82%. Em contrapartida, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, da qual os escravos participavam maciçamente, foi indicada 60 vezes (10%) e a de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos 35 vezes (6%). Estes indícios, apesar de não serem totalmente confiáveis, permitem a seguinte conjectura: 82% dos 577 testadores de São João del-Rei que indicaram o seu pertencimento a uma ordem religiosa eram, certamente, livres e brancos. As cifras daqueles que pertenciam a irmandades que aceitavam escravos, livres e libertos “de cor” somam número bastante inferior: 95 recorrências (16%). É importante considerar que a participação dos livres e brancos nestas últimas irmandades não era proibida, o que significa que os testadores brancos poderiam ser muito superiores a 82%.

---

<sup>606</sup> Id. Ibid., p. 62.

<sup>607</sup> Id. Ibid., p. 67.

<sup>608</sup> Id. Ibid., p. 66.

<sup>609</sup> Dentre outras, de Nossa Senhora da Boa Morte, Senhor Bom Jesus de Congonhas, São Miguel e Almas, Santa Casa da Misericórdia, Santíssimo Sacramento, Senhor dos Passos, São Gonçalo Garcia e Nossa Senhora das Dores.

Contudo, optei por não interferir nas informações trazidas pela documentação ao analisar a relação cor/capacidade autográfica<sup>610</sup>. Retomando apenas os testadores para os quais há indicação explícita da cor e examinando as variáveis cor e capacidade autográfica, os brancos são os que mais assinam (18 ou 2,2%), seguidos pelos pretos (5 ou 0,6%). Os pretos também são os que figuram com o maior número dos que não sabiam assinar (23 ou 2,9%) e que fizeram sinais (13 ou 1,6%). Nos dados obtidos nos livros de testamentos, os brancos que assinam totalizam 16 (1,5%). Os crioulos 9 (0,8%); 6 pretos e 6 pardos (0,5%). Entre os pretos, 44 não sabiam assinar (4,3%) e 17 fizeram sinais (1,6%). Entre os crioulos, 10 não eram capazes de assinar (0,9%) e 5 fizeram uma cruz (0,4%).

Em Mariana, VILLALTA localizou, nos inventários, um “predomínio dos brancos (757 ou 83,3%), seguidos pelos sem especificação de cor (139 ou 15,2%), pelos negros (10 ou 1%) e mulatos (5 ou 0,5%)”. Ao comparar esses dados com o perfil demográfico da Capitania, o pesquisador conclui que possuem um alcance social muito limitado, “na medida em que negros e mulatos, no geral, preponderaram no conjunto da população”<sup>611</sup>. Os testadores de São João del-Rei sem especificação de cor possuem um percentual muito elevado, o que dificulta a comparação com os dados de VILLALTA. Chama atenção o fato de haver uma disparidade significativa na quantidade de negros, quando comparamos São João del-Rei com Mariana. Na primeira localidade, foram indicados, nos testamentos originais, 5% de negros e, nos livros de testamentos, 6,7%. Na Leal Cidade, havia apenas 1% de inventários de negros. Acredito que tal desigualdade seja proveniente do fato de partirmos de fontes diferentes em nossos estudos, havendo sempre um maior número de negros entre os testadores do que entre os inventariados.

No período em tela, saber a “condição” significa conhecer qual a situação jurídica dos estudados, ou seja, se eram pessoas livres, cativas ou forros/libertos. Tal variável se mostrou muito mais profícua do que a anteriormente apresentada, pois as fontes são mais eloqüentes quanto a este aspecto. Nos códices de testamentos, foram localizados 1 escravo que não sabia assinar (0,09%) e outros 3 testamenteiros com a

---

<sup>610</sup> Tentei preencher esta lacuna confrontando o banco de dados dos testamentos originais com o banco de dados elaborado por Sílvia BRÜGGER a partir dos documentos paroquiais da região. Em muitos casos, ao mencionar os pais de batizando, os noivos, noivas e padrinhos, os registros de batismo e de casamento trazem as especificações sobre a cor da população em estudo. Mas esta tarefa tornou-se impraticável, dado o reduzido tempo disponível. Agradeço à Professora Sílvia Brügger a generosidade de me oferecer uma cópia de seu banco de dados.

<sup>611</sup> VILLALTA, 2007, p. 271.

condição não indicada – dentre estes, 1 assinou (0,09%) e 2 não sabiam assinar (0,19%). Por serem muito pouco representativos, esses dados não foram contemplados na **Tabela 8**, em que se apresenta a distribuição das capacidades autográficas de acordo com a condição dos testadores de São João del-Rei:

<b>Tabela 8</b>								
<b>Condição e capacidades autográficas dos testadores da Vila e Termo de São João del-Rei (1750-1850)</b>								
	<b>Livres</b>				<b>Forros</b>			
	<b>Códices</b>		<b>Originais</b>		<b>Códices</b>		<b>Originais</b>	
	Nº Abs	%	Nº Abs	%	Nº Abs	%	Nº Abs	%
<b>Assina</b>	665	65,7%	512	65%	7	0,6%	7	0,8%
<b>Não pôde</b>	63	6%	42	5%	3	0,2%	Zero	Zero
<b>Não sabe</b>	142	14%	143	18%	47	4,6%	29	3,6%
<b>Sinal</b>	57	5,6%	39	4,9%	23	2%	15	1,9%
<b>TOTAL</b>	927	91%	736	58%	80	8%	51	2,5%

**Fontes:** Testamentos originais (1750-1850) e livros de testamentos (1759-1848) da Vila e Termo de São João del-Rei, AHET2/IPHAN/SJDR

Na pesquisa feita por VILLALTA, “os homens livres correspondiam à maior parte (763 ou, em números relativos, 83,6%), seguidos por aqueles sem especificação (136 ou, em números relativos, 14%) e pelos forros (apenas 12, ou 1,3%)”<sup>612</sup>. Em sua avaliação, o pesquisador afirma que as cifras que encontrou

distanciam-se dos dados demográficos (estimativas de população, censos, róis de confessados) referentes ao conjunto da sociedade mineradora, entre 1776 e 1821. Neles, a soma de livres e forros (sem que se especifique a participação de cada um) corresponde, nas zonas urbanas, a mais de 2/3 da população, cabendo aos escravos o restante; nas zonas rurais, ao que parece, a situação se inverte, havendo a preponderância do elemento servil<sup>613</sup>.

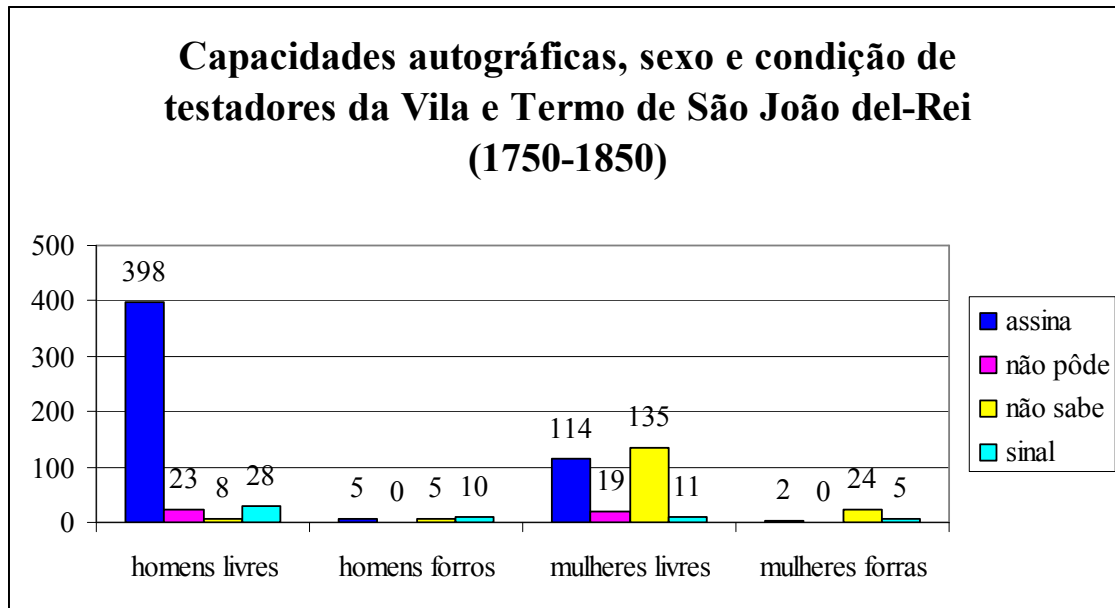
Os testamentos de São João del-Rei também dizem respeito a uma parcela restrita da sociedade, mas demonstram que as capacidades autográficas se distribuíam a partir de uma lógica de diferenciação social, o que pode ser percebido a partir do **Gráfico 11**, que relaciona as variáveis condição, sexo e capacidades de assinatura.

<sup>612</sup> Id. Ibid., p. 268.

<sup>613</sup> Id. Ibid., p. 269.



**Gráfico 11**



**Fontes:** Testamentos da Vila e Termo de São João del-Rei, (1750-1850), AHET2/IPHAN/SJDR

A mesma relação de distribuição das assinaturas conforme uma diferenciação social foi percebida por VILLALTA em publicação mais recente. Ao analisar inventários da Leal Cidade de Mariana, o historiador encontrou as seguintes cifras:

dos 519 homens inventariantes, 422 eram capazes de assinar (81,3%); das 383 mulheres, 147 (38,4%) detinham esta habilidade; dos 757 brancos, 475 (62,8%) assinaram; dos 10 negros, 3 (30%); dos 5 mulatos, 3 (75%) e dos 139 para os quais não há especificação de cor, 73 (52,5%); dos 763 livres, 482 (63,2%) assinaram (394, com boa caligrafia) e dos forros, apenas 4 (1/3) assinaram (2, com boa caligrafia)<sup>614</sup>.

Acerca de São João del-Rei, o **Gráfico 11** indica que a maior parte dos documentos em análise foram produzidos a rogo de pessoas livres (736 ou 93,5% do total de testamentos originais). Quando se toma como referência a caracterização da população da Comarca do Rio das Mortes, segundo sua condição jurídica, observa-se que esta era a que contava com o maior contingente cativo das Minas Gerais, principalmente no decorrer do século XIX<sup>615</sup>. Na medida em que a maioria dos

<sup>614</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Cultura letrada y Estratificación Social en la Capitanía de Minas, Brasil: las bibliotecas y las habilidades de leer y escribir. In: FERNÁNDES, Manuel; GONZÁLEZ, Carlos Alberto; MAILLARD, Natalia (Orgs.). *Testigo del Tiempo, Memoria del Universo: cultura escrita y sociedad en el mundo ibérico (siglos XV-XVIII)*. Barcelona: Rubeo, 2009, p. 178.

<sup>615</sup> BRÜGGER, 2002; LIBBY, 1988.

testamentos traz informações a respeito da população livre, quando são confrontados com os estudos demográficos, os dados sobre a condição dos testadores mostram como é limitado o alcance social dos testamentos. O alcance social dos inventários é ainda menor, uma vez que estes documentos eram produzidos apenas por aqueles que possuíam bens, conforme sublinhei na *Introdução* da tese.

Como disse anteriormente, dos 787 testadores, 519 foram capazes de assinar (66% do total de testamentos). Os homens livres totalizam 398, o que representa 76% dos testadores assinantes. As mulheres livres e capazes de assinar foram 114 (22% dos assinantes). Entre os forros, foram poucos os que assinaram. Apenas 5 homens e 2 mulheres (0,9% e 0,3% dos assinantes). Ao citar a pesquisa feita em testamentos produzidos por forros entre 1790 e 1890 em Salvador, Klebson OLIVEIRA afirma que, “em um universo de 482 indivíduos – 240 homens e 242 mulheres –, apenas 22 sabiam assinar o nome e 3 declararam também saber ler e escrever”<sup>616</sup>. Tais cifras demonstram que, no período em estudo, uma vez tendo vivido a experiência do cativo, as possibilidades de se tornar letrado eram reduzidas.

Entre os testadores de São João del-Rei, somam 172 aqueles que declararam não saber assinar (22% do total de testamentos originais), dentre os quais se encontravam somente 8 homens livres (1,5% dos que não sabiam) e 5 forros (0,9%). Os índices de mulheres que não sabiam assinar são muito mais altos do que os dos homens: 135 casos (ou 78%) entre as mulheres livres e 24 testadoras forras (ou 14%) afirmaram não saber assinar. Quando foram comparadas as capacidades de assinatura com os totais de homens e mulheres de cada condição, os números relativos são ainda mais reveladores. Entre 457 homens livres, 398 ou 87% assinaram e apenas 8 ou 1,7% não sabiam assinar. Do total de 20 homens forros, 5 ou 25% assinaram e outros 5 ou 25% não sabiam assinar. Das 279 mulheres livres, 114 ou 40% assinaram e 135 ou 48% afirmaram não saber ler nem escrever e, portanto, não assinaram. As mulheres forras se caracterizam por terem índices ainda mais baixos de assinantes: apenas 2 ou 6%, ao passo que 24 ou 77% foram incapazes de assinar seus nomes, rogando a outrem que o fizesse. No

---

<sup>616</sup> Estes 22 indivíduos capazes de assinar equivalem, em termos relativos, a 4,5% e os 3 capazes de escrever representam 0,6% do total de testamentos de forros analisados por OLIVEIRA. A comparação com os dados do pesquisador torna-se difícil, uma vez que o mesmo não cita os índices de testadores assinantes que eram pessoas livres. (OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto o seu mundo e os outros*: Salvador (1790-1890). São Paulo: Brasília: Corrupio/CNPq, 1988, p. 7 *apud* OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. p. 70).

contexto em questão, pode-se pensar que a habilidade de leitura e, principalmente, a de escrita, fossem vistas como perigosos instrumentos quando adquiridos pelo sexo feminino, o que explicaria o limitado número de assinantes entre as mulheres. Ao se comparar os números relativos, chega-se à conclusão de que as mulheres livres que não sabiam assinar possuem índices maiores do que os homens forros, uma disparidade de 23% a favor destes. Dessa maneira, mais uma vez constata-se que, no século tomado como referência, pertencer ao sexo masculino era um fator preponderante para que se tivesse acesso às habilidades de leitura e escrita, independentemente até mesmo da condição jurídica.

Pelo exposto até o momento, fica patente que as assinaturas servem de porta de entrada para que se conheça o perfil dos que se utilizavam da cultura escrita. São indicadores frágeis, uma vez que nem todos os que lidavam com o escrito deixaram suas marcas. Ainda que possuam muitos limites, as assinaturas são, na maioria das vezes, o que sobrou da relação com a cultura escrita dos que viveram nos Setecentos e Oitocentos, podendo ser transformada em objeto de estudo. Como afirmado na *Introdução*, com o auxílio de uma escala de assinaturas, as mesmas podem ser avaliadas quanto à segurança de seus traços, sendo tomadas como indicadores de *letramento*.

Nesta pesquisa, a qualidade das assinaturas tem sido analisada a partir da escala proposta por Justino MAGALHÃES, apresentada anteriormente, na *Introdução* da tese. Essa escala possui 5 níveis de chancela, aos quais correspondem diferentes níveis de *letramento*. No período do Antigo Regime português, como demonstrou MAGALHÃES em seu estudo sobre a região Norte de Portugal e os Açores, o perfil daquele que possuía o domínio da escrita era o de um

assinante que medeia entre os níveis 2 e 3, que por defeito é um leitor/assinante rudimentar e por excesso lê de forma compreensiva, podendo fazer leitura coletiva; assina razoavelmente e redige pequenas mensagens por sua iniciativa, embora incorrendo em falhas gramaticais de diversa natureza<sup>617</sup>.

Na região de São João del-Rei, no universo de 787 testadores, 519 assinaram (66%) e 54 fizeram sinais (6,8%). Entre os testamenteiros, 15 fizeram sinais (2%) e, excetuando-se as repetições de nomes, entre 656 testamenteiros, 515 deixaram suas assinaturas nos documentos (o que equivale a 78,5%). A porcentagem de assinantes entre os testamenteiros é significativamente superior à dos testadores (12,5%), o que se

---

<sup>617</sup> MAGALHÃES, 1994. p. 374.

explica, provavelmente, pela importância de se saber ler e escrever para que o processo de testamentaria corresse de modo mais rápido, como dito anteriormente. Para que se tenha idéia do que significa cada nível da escala supracitada, observemos alguns exemplos de assinaturas retirados da documentação em análise.

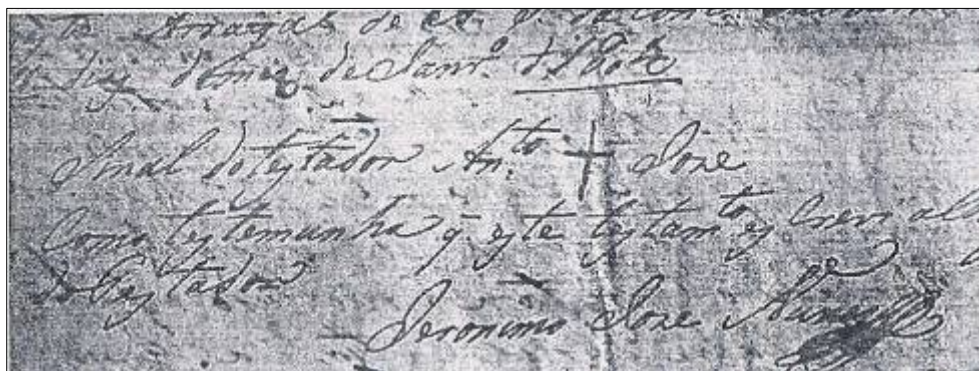
O *nível 1* caracteriza-se por sinais, ou seja, as pessoas não conseguiam formar letras, não sabiam nem ler nem escrever, mas deixaram uma marca pessoal (na maioria das vezes uma cruz). Esse tipo de registro foi muito comum entre as mulheres africanas que viveram na Vila de São João del-Rei.

#### Figura 4

Nível 1: Sinal/assinatura

Cruz de Antônio José, preto forro, firmada em 1810 (testamento, 1818, cx 06).

AHET2/IPHAN/SJDR



Os que se encontravam no *nível 2*, faziam assinaturas abreviadas, imperfeitas e rudimentares. Não há composição entre as letras, podendo ocorrer hiper-segmentação entre as mesmas, o uso inapropriado de maiúsculas no lugar de minúsculas e vice-versa. Todos os casos analisados trazem a principal característica dos que se encontram neste nível: foi necessário recorrer a outras partes do documento para que se conhecesse o nome completo dos assinantes, uma vez que não se consegue decifrar o que foi escrito. As letras são postas no papel de modo inseguro, trêmulo e desorganizado, não seguindo uma linha reta. Os traços mostram-se como de “mão guiada”. Entre os que se encontram no *nível 2*, pode-se ver o exemplo de João da Silva Abreu (**Figura 5**), cuja assinatura traz as características descritas.

### Figura 5

Nível 2: Assinatura de “mão guiada”

Assinatura de João Silva Abreu, preto forro, firmada em 1789 (testamento 1791, cx 01).

AHET2/IPHAN/SJDR



De acordo com MAGALHÃES<sup>618</sup>, os que se encontravam nesse nível de assinatura seriam capazes de ler e escrever mal, ou escrever o nome. Em 1825, Francisco Rodrigues Guimarães assinou de forma insegura e afirmou ter lido seu testamento: “escrito a meo rogo pelo Alferes Francisco da Cunha Barros e *assignado por mim depois de o ler* e o achar conforme o dictei”. Ainda afirma que rogou a João Antônio Ferreira Costa “que este por mim escrevesse por mal o saber fazer”, o que comprova estar no nível em que o classifiquei (*itálicos meus*)<sup>619</sup>.

Os que possuíam o *nível 3* eram capazes de ler, de assinar seus nomes de forma completa e de escrever pequenas mensagens, muito ligadas à oralidade, incorrendo, porém, em erros. A principal característica desse nível é o fato das letras terem uma boa composição, porém, aquele que assina não consegue executar de modo preciso a escrita cursiva, havendo, assim, uma ausência de ligação entre as letras, o que demonstra que houve pouco reforço ou treinamento da escrita por parte do assinante. Como exemplo, vê-se a **Figura 6**: a assinatura de Maria do Carmo Albina, solteira, natural e moradora na Vila de São João del-Rei. Ela afirmou que lera e assinara seu testamento em 1829. Observa-se que o primeiro nome, Maria, está escrito de forma mais firme do que o restante e que, além disso, apresenta dificuldade em executar a escrita cursiva, não interligando todas as letras. A testadora também não conseguiu seguir uma linha reta.

---

<sup>618</sup> Id. Ibid.

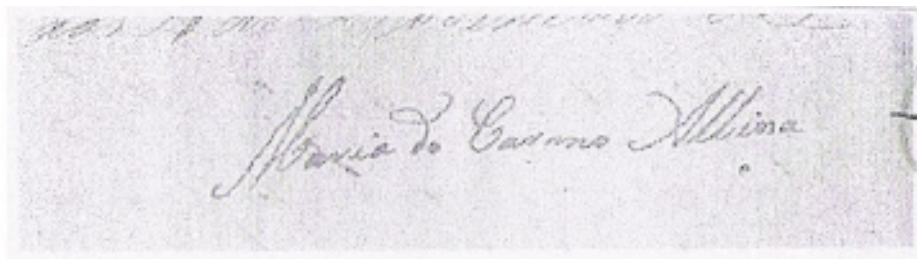
<sup>619</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1831, cx. 59.

### Figura 6

Nível 3: Assinatura normalizada, completa

Maria do Carmo Albina, firmada em 1829 (testamento, 1831, cx 02).

AHET2/IPHAN/SJDR



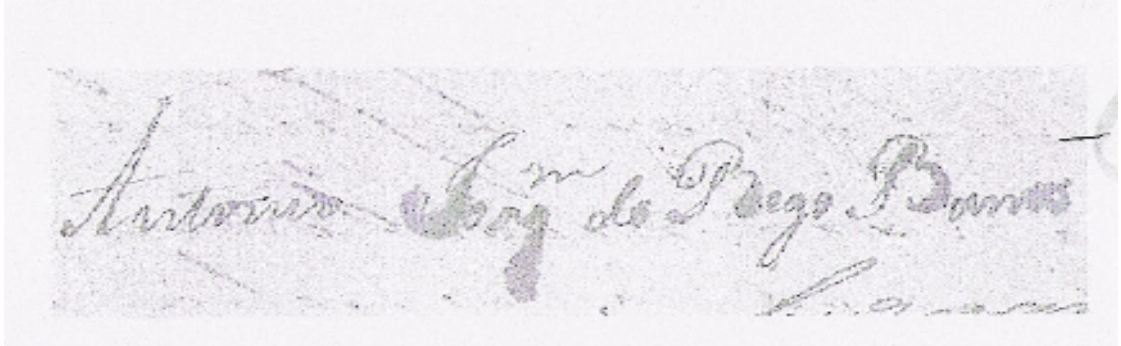
A assinatura de *nível 4* traduz uma significativa competência motora daquele que a realizou. Eram pessoas que liam e escreviam e que efetuavam uma chancela desenhada e bem distribuída na página. As letras em estilo cursivo encontram-se interligadas de forma harmoniosa, o que revela que houve reforço na prática da escrita. Embora cuidada e de fácil compreensão, é “caligráfica”, ou seja, não apenas respeita, mas praticamente copia o estilo da época. Esse tipo de assinatura deixa claro que não houve, por parte do assinante, uma apropriação criativa da habilidade de escrever, na medida em que a pessoa não foi capaz de criar uma assinatura com estilo próprio. A letra de *nível 4* assemelha-se muitíssimo às letras dos manuais de caligrafia apresentados na *Introdução*. Antônio Joaquim do Rego Barros, natural e morador na Vila de São João del-Rei, em 1844, assinou seu testamento, e sua letra se enquadra perfeitamente nas características deste nível de assinatura, como pode ser visto na figura seguinte, de **número 7**:

## FIGURA 7

Nível 4: Assinatura caligráfica

Antônio Joaquim do Rego Barros, firmada em 1844 (testamento, 1846, cx 11).

AHET2/IPHAN/SJDR



Para chegar ao *nível 5*, mais elevado na escala utilizada, era preciso submeter-se a constante treinamento, o que permitia apropriar-se da escrita e executar uma assinatura de modo criativo e inventivo. Tomo de empréstimo as palavras de José Saramago, em *Todos os nomes*, para descrever melhor uma assinatura com esse nível de elaboração: esse tipo de assinante demonstra ter “um domínio completo das falanges, do pulso e da chave da mão, uma firmeza absoluta tanto nas linhas curvas como nas linhas retas, um quase instintivo sentido dos grossos e dos finos, uma noção perfeita do grau de fluidez e viscosidade das tintas”<sup>620</sup>. Manoel Ignácio de Almeida Faria, natural da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, filho natural de Ana Fernandes Bastos, preta forra, manifestou, em 1781, tal desenvoltura com a pena. Abreviou seu nome, sabendo o que estava fazendo, criou “penadas” que alternaram traços finos e grossos, o que indica grande apropriação da habilidade de escrever, como pode ser observado a partir da **Figura 8**, que apresenta sua assinatura:

---

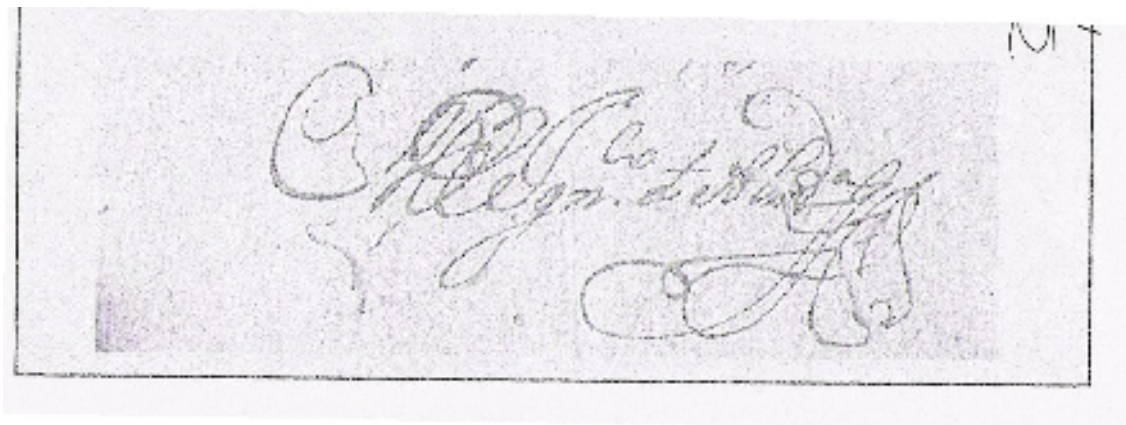
<sup>620</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 56.

### Figura 8

Nível 5: Assinatura pessoalizada

Manoel Ignácio de Almeida Faria, firmada em 1781 (testamento, 1789, cx 03).

AHET2/IPHAN/SJDR



O testador em questão era professor, como pode ser observado a partir da declaração: "deixei hum Rol de dividas que se me devem de emsino os rapazes da minha escola por mim assignado no qual declaro as pessoas que me devem e as quantias". Daí sua grande intimidade com a escrita. Chama a atenção o fato de Manoel Ignácio de Almeida Faria ser descendente de uma preta forra e demonstrar tamanha habilidade com a cultura escrita, ao ponto de se tornar professor. Os clérigos, magistrados, professores e alguns negociantes eram capazes de efetuar este nível elaborado de assinatura, havendo poucas mulheres que demonstravam tamanha habilidade, como pode ser observado nos gráficos que se seguem.

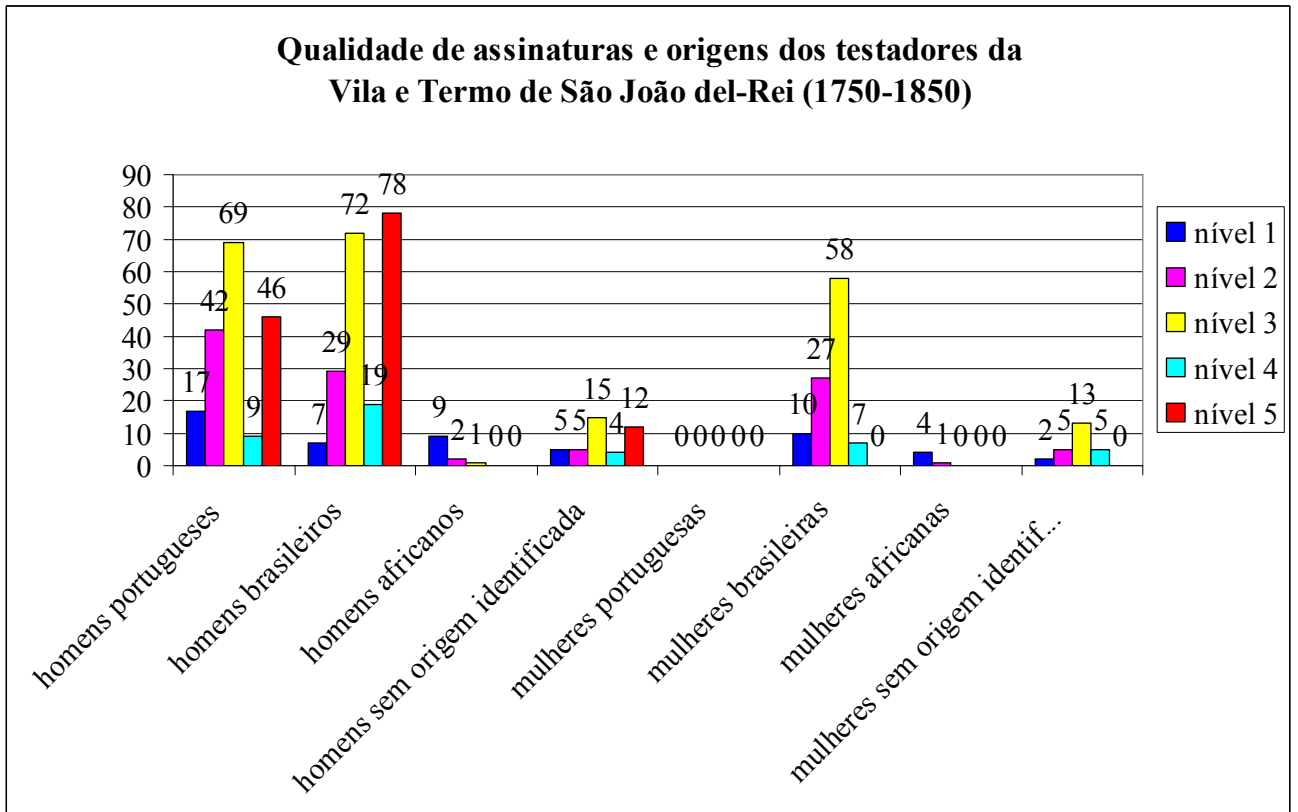
A distribuição dos testadores, conforme suas origens, sexo e qualidades de assinaturas, classificadas segundo a escala elaborada por MAGALHÃES<sup>621</sup>, é apresentada no **Gráfico 12**; já a distribuição referente aos testamenteiros está representada no **Gráfico 13**, ambos os gráficos mostrados adiante. O primeiro gráfico informa sobre a origem dos assinantes, sexo e qualidade das assinaturas.

---

<sup>621</sup> MAGALHÃES, 1994.



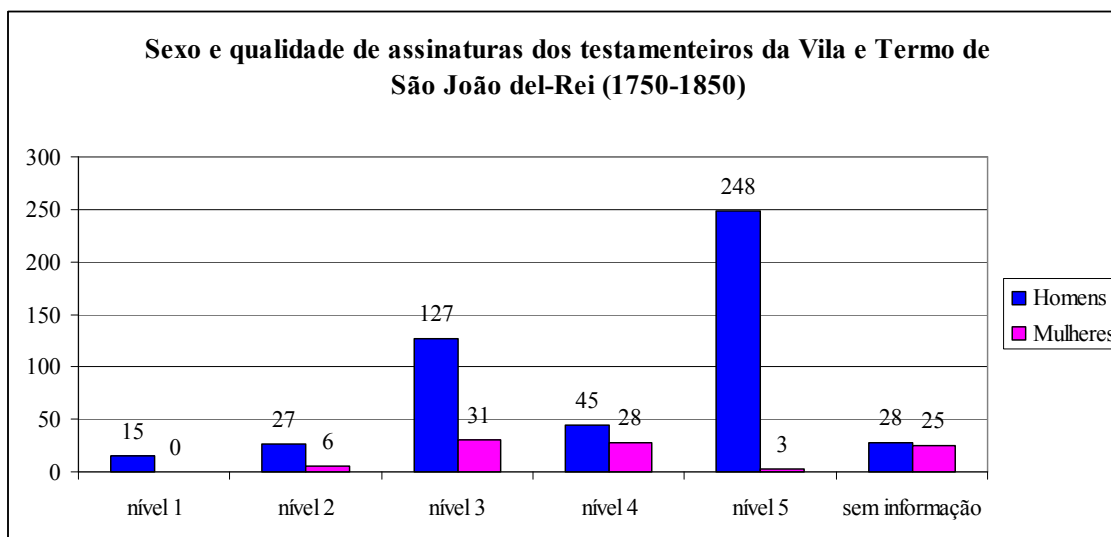
**Gráfico 12**



**Fontes:** Testamentos originais da Vila e Termo de São João del-Rei, (1750-1850), AHET2/IPHAN/SJDR

Para os testamenteiros, não há informação sobre suas origens, ficando sua análise reduzida às qualidades das assinaturas distribuídas conforme o sexo.

**Gráfico 13**



**Fontes:** Testamentos originais da Vila e Termo de São João del-Rei, (1750-1850) AHET2/IPHAN/SJDR

Somando-se testadores e testamenteiros, chega-se ao total de 1.034 assinaturas. Dadas as especificidades da documentação, tomei o cuidado de observar se os testadores mencionaram sofrer de alguma enfermidade no momento da produção das assinaturas. Identifiquei 363 pessoas que afirmaram se encontrar doentes, apesar de estarem em pleno poder de suas faculdades mentais (o que corresponde a 46% do total de testadores assinantes). Essa informação é importante para o estudo das assinaturas, uma vez que o adoecimento poderia acarretar uma perda de qualidade da escrita.

Em São João del-Rei, os que fizeram apenas sinais totalizam 54 (6,8% de 787) testadores e 15 testamenteiros (2% de 656). Na Freguesia de Mafra, em Portugal, foi identificado um número altíssimo de pessoas capazes apenas de fazer sinais: 48%<sup>622</sup>. Logo, São João del-Rei, comparando-se com a freguesia portuguesa, estava em condições muito melhores. Como demonstrado, os que faziam sinais não eram capazes de ler qualquer mensagem, muito menos de escrever, encontrando-se, na escala de Magalhães, no *nível 1*.

Utilizando os critérios de qualidade de assinaturas propostos por Magalhães em sua escala e tomando como referência os dados apresentados nos **Gráficos 12 e 13**,

<sup>622</sup> ALVES, 2003, p. 121.

chega-se às seguintes cifras: entre os testadores, 519 ou 66% do total de documentos analisados assinaram, dentre os quais 111 ou 21% se encontravam no *nível 2*; 228 (44%) no *nível 3*; 44 ou 8,4% no *nível 4*; e 136 no *nível 5* (26%). Dos 656 testamenteiros, além dos que fizeram sinais e dos que não puderam e ainda os que não sabiam assinar, há 53 casos (8%) para os quais não foram encontradas quaisquer informações sobre suas capacidades autográficas. Restam 515 que assinaram (78,5% do total de testamenteiros), dos quais 33 foram classificados como *nível 2* (6,4%), 158 estavam no *nível 3* (30,6%), 73 no *nível 4* (14%) e 251 no *nível 5* (48,7%). A título de comparação, observa-se que, em Maфра,

mais de metade dos manifestantes da Freguesia (68%) não sabia ler, nem escrever; destes, 48% manipulava materiais de escrita, utilizando uma marca ou sinal, com que se identificava na realização de actos burocráticos e 20% necessitava de recorrer a outrem para consolidar atos oficiais do quotidiano. No entanto, 32% por cento dos manifestantes assinavam o nome, deixando antever a utilização corrente da leitura e escrita <sup>623</sup>.

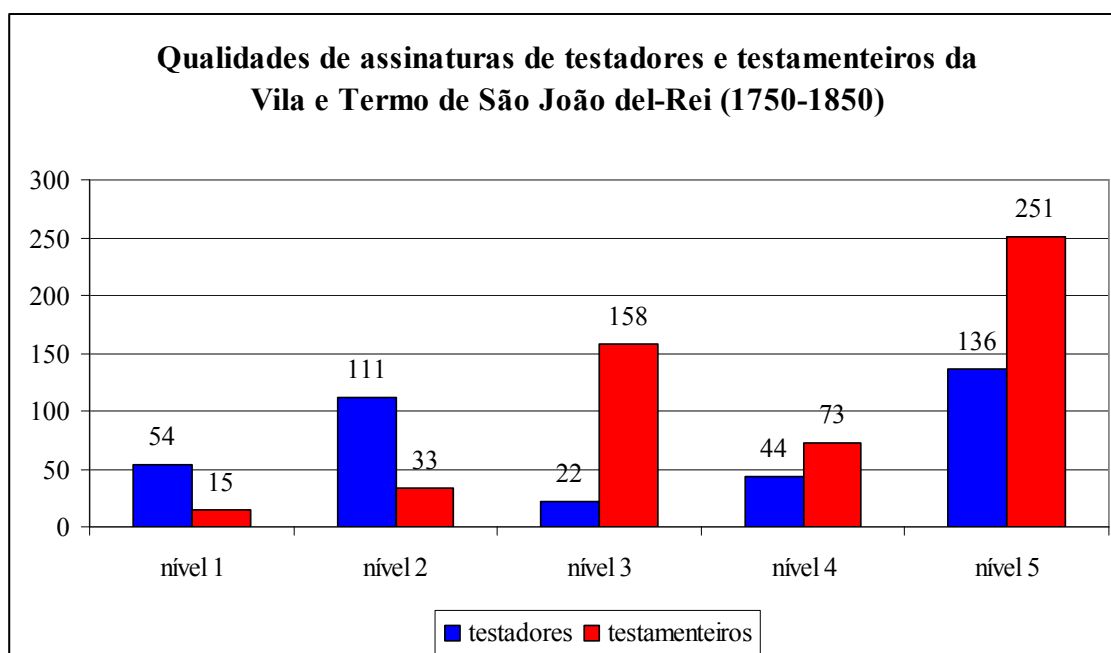
Se, de acordo com os dados de Alves, em Maфра apenas 32% foram capazes de assinar, os números relativos de assinantes em São João del-Rei eram de 66% entre os testadores e de 78,5% entre os testamenteiros, portanto, bastante superiores.

Na elaboração do **Gráfico 14**, a seguir, foram comparados os níveis de assinaturas de testadores e testamenteiros. Considerando-se a soma de testadores e testamenteiros, entre os 1.034 que assinaram, 144 se encontravam no *nível 2* (14%); 386 no *nível 3* (37%); 117 no *nível 4* (11%) e, por fim, 387 no *nível 5* (37%).

---

<sup>623</sup> Id. Ibid., p. 121.

### Gráfico 14



**Fontes:** Testamentos originais da Vila e Termo de São João del-Rei, (1750-1850), AHET2/IPHAN/SJDR

A maioria das assinaturas dos testamenteiros se distribui a partir do *nível 3*, intermediário, e nos níveis superiores. Das 1.034 assinaturas, as cifras mais significativas são as que dizem respeito aos *níveis 3* e *5*: 386 (37%) assinaturas para aquele e 387 (37%) para este. A grande recorrência de assinaturas de *nível 3* se dá entre os testadores e, de *nível 5*, entre os testamenteiros. Entre os assinantes, a maior quantidade se encontrava no *nível 3*: 228 testadores (44%) e 158 testamenteiros (ou 30,6%), perfil bastante semelhante ao encontrado por MAGALHÃES em seu estudo sobre o Norte de Portugal<sup>624</sup>. Para a Freguesia de Mafra, a realidade era diferenciada. Entre os assinantes, 8% se encontravam no nível 2; 6% no *nível 3*; 11% no *nível 4* e 7% no *nível 5*<sup>625</sup>. Ainda relativamente a São João del-Rei, no *nível 5*, há 136 testadores (13%) e 251 testamenteiros (24%), uma disparidade de 11% do total de 1.034 assinaturas. Estes números são significativos, pois indicam que, ao se eleger um testamenteiro, um critério importante para a indicação era sua capacidade de lidar com a cultura escrita. Tais diferenças apontadas podem também ser explicadas pelo fato de haver um número muito maior de homens entre os testamenteiros do que de mulheres. Como se sabe, a alfabetização do sexo masculino estava sempre à frente do feminino, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Esta diferenciação, ao que tudo indica, foi

<sup>624</sup> MAGALHÃES, 1994.

<sup>625</sup> ALVES, 2003, p. 121.

preponderante para a diferenciação numérica observada entre os dois grupos, o dos testadores e o dos testamenteiros. Pouquíssimas mulheres demonstraram uma assinatura elaborada e pessoal, características daquelas de *nível 5* (apenas 3 testamenteiras ou 0,2% do total de 1.034 assinaturas).

Considerando a origem, o sexo, as variáveis sócio-econômicas e a condição jurídica dos testadores, percebe-se que a pesquisa restringe-se a alguns setores mais favorecidos economicamente da sociedade sãojoanense e aos nascidos livres. A documentação não oferece indícios sobre a idade ou a cor dos testadores. Mas pude constatar, indiretamente, que a população em estudo pertencia, em sua maior parte, ao mundo dos brancos. Isto pode ser afirmado uma vez que a maioria dos testadores vinculava-se à Ordem Terceira de São Francisco e/ou à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, nas quais não eram admitidas “pessoas de cor”. A disseminação da capacidade de assinar se organizava, entre os testadores da Vila e Termo de São João del-Rei, de forma similar a outras partes do Velho Mundo: atingindo mais os homens do que as mulheres, principalmente os proprietários e aqueles que desempenhavam ocupações para as quais a familiaridade com a cultura escrita era fundamental. Mas os testamentos produzidos em São João del-Rei demonstram que as mulheres naturais da América Portuguesa/Brasil apresentam índices de *letramento* superiores do que suas contemporâneas européias e africanas, uma vez que as mulheres portuguesas, as escravas e as forras, em sua maioria, não foram identificadas como assinantes. Apesar disso, mesmo buscando perceber rupturas ou mudanças de padrão ao longo do tempo, com relação às mulheres, foram encontradas continuidades na longa duração, à vista de que seus índices de assinaturas eram sempre inferiores aos dos homens. A partir dos registros deixados por aqueles que se foram há tempos, ao reconstituir parte da população que viveu na Vila e no Termo de São João del-Rei entre 1750 e meados dos Oitocentos, conclui-se que o mundo das letras era marcadamente ocupado pelos homens e que as mãos que assinavam testamentos eram, sobretudo, brancas.

## Capítulo V

### ARQUEOLOGIA DOS USOS COTIDIANOS DA CULTURA ESCRITA: INDÍCIOS INDIRETOS ENCONTRADOS NA VILA E TERMO DE SÃO JOÃO DEL-REI

Como demonstrei no *Capítulo IV*, a partir dos testamentos e inventários, é possível quantificar os assinantes, elaborar seu perfil sócio-econômico e analisar a qualidade das assinaturas com o auxílio de uma escala de autografias. Estes são caminhos importantes para se conseguir indicadores da distribuição e da posse das capacidades de *letramento*, da intimidade da população em estudo com a cultura escrita. Mas, além disso, os testamentos são fontes que trazem interessantes dados acerca dos usos cotidianos das habilidades de ler e escrever e, ainda, registram o poder que a palavra escrita adquiria numa sociedade basicamente iletrada. Mostram como a escrita constituía instrumento de gestão dos negócios e, ao mesmo tempo, podia se tornar uma ferramenta da qual pessoas mal intencionadas se valiam para fazer ameaças e trapaças. Apesar de menos numerosos, o estudo dos usos dos manuscritos, denominado nesta tese como *arqueologia dos usos cotidianos da cultura escrita*, é relevante, pois permite aos historiadores perceber que as formas de sociabilidade estabelecidas em torno da cultura escrita foram variadas e inventivas.

Apesar de muitos testadores declararem não saber ler nem escrever, alguns asseveraram ter ouvido ler seus testamentos, o que indica que a prática da “leitura de oitiva” no período em análise era bastante difundida, conforme ressaltam PAIVA<sup>626</sup> e VILLALTA<sup>627</sup>. Há, nos livros de testamentos, 257 (25%) testadores que foram identificados como “leitores de oitiva”, por declararem ter ouvido a leitura de seus testamentos antes de assiná-los. Entre os testamentos originais, 140 foram identificados como leitores de oitiva (o que corresponde a 17,7%). Entre estes estava Antônia Martins Ferreira, preta forra Angola, que em 1807 afirmou o seguinte: “por ser molher e não saber ler nem escrever pedi ao Reverendo João Luiz Coelho que este testamento por mim fizesse e a meu rogo assignace *depois de elle me ser lido e o achar conforme o*

---

<sup>626</sup> PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: *Colóquio Internacional Política, Nação e Edição*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História – UFMG, 2003 (vol. 1).

<sup>627</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

*dictei*” (itálicos meus)<sup>628</sup>. Essa habilidade de compreender o que é lido em voz alta se torna relevante para o entendimento da relação dos testadores com a cultura escrita. A linguagem escrita possui uma lógica interna própria, não se tratando da simples transcrição da oralidade, ou seja, não é seu decalque. Portanto, para que um texto, lido em voz alta, seja percebido, é indispensável que haja alguma intimidade com a cultura escrita da parte daquele que escuta. Quem ouve a leitura e entende, mesmo que sejam tratados assuntos que acabou de ditar, tem um grau de *letramento* superior àquele que não é capaz de compreender o sentido de um escrito que lhe é lido em voz alta. A mesma facilidade encontrada pela preta forra Antônia não foi registrada por Domingos Gomes de Nação Benguela, em 1824, que também não sabia ler nem escrever e assegurou que: “*depois de me ser lido duas vezes estas minhas ultimas dispoziçoens que em tudo achei conforme*” (itálicos meus)<sup>629</sup>. Portanto, Domingos demonstrava menor intimidade com a lógica da palavra escrita.

Antes de continuar a análise dos usos cotidianos da cultura escrita pela população em estudo, abrirei parênteses para examinar a especificidade da escrita dos documentos cartorários. Deve-se considerar que a escrita de um testamento é uma tarefa de grande complexidade. Trata-se de uma grafia continuada, o que quer dizer que aquele que escreve é obrigado a preencher quase que uma linha inteira sem retirar a pena do papel. Os testamentos são documentos em que quase não há espaços em branco entre uma palavra e outra, uma vez que seus redatores procuravam, ao máximo, ocupar todas as lacunas do papel. Este cuidado tinha em vista não permitir que fosse feita, posteriormente, alguma interferência no documento, como a inclusão de um nome de herdeiro, por exemplo. Como disse na *Introdução*, quem executa este tipo de escrita profissional, a arte caligráfica, – precisa ter o corpo extremamente adestrado, demonstrando uma apropriação e uso sofisticado deste instrumento de comunicação que é a escrita. Entre os contemporâneos dos Setecentos e Oitocentos, os que conseguiam ler documentos cartorários e judiciais eram leitores refinados. Assim como era difícil escrever um documento cartorário ou judicial, era também custoso ler a letra com que eram produzidos testamentos, processos-crime ou outros documentos que possuem este padrão de escrita que se denomina continuada. Fechando os parênteses e, de volta ao universo de testadores analisados, 151 entre os 1.011 testamentos transcritos nos códices e 127 entre os 787 testamentos originais afirmaram, ao fim, terem lido seus

---

<sup>628</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1815, cx 47.

<sup>629</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1834, cx. 56.

testamentos, o que corresponde, respectivamente, a 15% e 16%. Estas pessoas que foram capazes de ler seus próprios testamentos demonstram uma boa habilidade de leitura, pois foram capazes de ler textos com escrita continuada. Como demonstrei anteriormente, no *Capítulo IV*, a situação “leu e não sabe assinar” não foi encontrada para os dados referentes a São João del-Rei.

Entre os 787 testamentos originais, apenas 42 testadores ou 5% redigiram seus próprios testamentos. Todos eles eram do sexo masculino e homens livres. Um dos redatores não teve sua naturalidade estabelecida, ao passo que 16 (38%) foram identificados como portugueses e 25 (59,5%) como brasileiros. A autoria de um documento complexo como um testamento é indicativo de um alto grau de *letramento*. Quem escreve um texto destes é capaz de fazer um uso bastante abrangente da cultura escrita em seu cotidiano. Ao analisar a qualidade de suas assinaturas, 33 testadores escritores foram identificados como de *nível 5* (78,5%), 2 como de *nível 4* (5,7%) e 7 como de *nível 3* (16,6%). Destes 42 testadores capazes de redigir seus próprios testamentos, foi possível identificar a ocupação para 25 (62%). Todos os casos para os quais foi possível identificar a ocupação dos redatores indicam, mais uma vez, que havia grande correspondência entre a ocupação e a capacidade de lidar com os códigos escritos. Assim é que se encontram 10 autores de testamentos identificados como clérigos – o que corresponde a 38% do total de redatores; 8 (ou 30,7%) negociantes; 3 (11,5%) magistrados; um boticário (ou 3,8%), um ajudante (3,8%), um músico (3,8%) e 2 “doutores”, sem especificação exata da ocupação (4,7%). A título de comparação, ressalta-se o fato de que nenhum dos 76 agricultores conseguiu redigir seus próprios testamentos, apesar de 57 ou 75% deles terem sido capazes de assiná-los.

Na maioria das vezes, a redação dos testamentos era uma função delegada a outrem. Essa escrita exigia a apropriação, por parte do redator, de vários tipos de habilidades: a padronização do documento, de acordo com a qual havia certos temas a serem tratados e em determinada sucessão; a escrita continuada para evitar lacunas na folha de papel e, porventura fraudes; a adaptação de informações, passadas oralmente, à lógica da escrita – sem que se perdesse a fidedignidade do que era ditado. Era, portanto, uma tarefa árdua para pessoas pouco familiarizadas com a escrita. Em 1836, o negociante português João José Souza Campos, residente na Vila de São João del-Rei, rogou a João José Cardoso Rego que redigisse suas últimas vontades, afirmando que assim o fez “por [...] não poder escrever [...] em razão de muita escrita”. Possivelmente assim o tenha feito pelo fato de se encontrar enfermo, uma vez que possuía uma



ocupação que exigia conhecimento mínimo da cultura letrada: ele era proprietário de “Livros e róis de acentos, créditos que se lhe devem”. A documentação não explicita se era ele mesmo quem redigia estes seus livros de razão, mas o testador demonstrou grande desenvoltura ao assinar<sup>630</sup>.

Como disse anteriormente, poucos foram capazes de escrever seus próprios testamentos e muitos recorriam a outrem para que executasse esta tarefa. Entre os 787 testamentos originais analisados, tanto os escritos pelos próprios titulares quanto os escritos “a rogo”, somente homens foram encontrados no papel de redatores. Observa-se que há muitas recorrências entre aqueles que se ocupavam da função de escrever um testamento “a rogo”. Em apenas 4 testamentos os nomes dos redatores não foram indicados (0,5%).

Excetuando-se os nomes dos 42 testadores que escreveram seus próprios testamentos e os 4 documentos para os quais não há informação sobre quem os tenha escrito, restam 741 documentos (94% do total de 787). Entre estas 741 pessoas que escreveram testamentos “a rogo” dos testadores, muitos nomes se repetem, como o Guilherme José da Costa, responsável pela escrita de 33 documentos (4,4%), o Padre João Ferreira Leite, que escreveu 24 (3%) e o Padre Manoel Joaquim Castro Viana, que redigiu 22 testamentos (ou 2,9%)<sup>631</sup>. Entre estes 741 redatores, 227 ou 30,6% tiveram suas ocupações identificadas. Destes 227 redatores para os quais foi possível estabelecer suas ocupações, os clérigos figuravam como responsáveis por redigir a maioria dos documentos: 203, que equivalem a 89,4%. Tais cifras podem ser explicadas não apenas porque os clérigos eram uma categoria que dominava a cultura escrita, mas pelo fato de que, no momento de testar, as pessoas possivelmente quisessem fazê-lo na companhia de um guia espiritual, aproveitando a ocasião para confessar seus pecados e se preparar para a morte. Os números dos demais redatores de testamentos se distribuem de maneira muito menos expressiva entre o restante das ocupações identificadas: 5 foram feitos por advogados (2,2%); 11 por ajudantes (4,8%); 2 por escrivães do Juízo de Paz (0,8%); 2 por tabeliães (0,8%); um por um desembargador (0,4%) e 3 por “doutores”, sem especificação da área de atuação (1,3%).

Outros sujeitos que provavelmente eram possuidores de grande familiaridade com a cultura escrita foram os que afirmaram terem sido indicados como testamenteiros

---

<sup>630</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1840, cx. 18.

<sup>631</sup> Não foram encontradas outras informações sobre estes homens que se ocupavam de escrever testamentos em qualquer dos arquivos consultados.

ao longo de suas vidas. De todos os testadores, 5 (0,6%) se encontravam na função de testamentários e possuíam dívidas com algum processo de testamentaria. Entre esses estava Custódio Neto Carneiro, natural da Freguesia de São Salvador de Pena Maior, Bispado do Porto, morador na Vila de São João del-Rei. Possuía terras minerais próximas à Vila de Ouro Preto e terras agrícolas vizinhas ao Distrito de Ibertioga, Termo de São João. Em 1790, dizia em seu testamento que: "fui testador de meu Thio, o Alferes Manoel Neto Ferreira, e para dar as contas desta, só me falta vir huma Certidão de Portugal a respeito de cem mil reis do Reverendo Padre Pedro Ferreira Velho"<sup>632</sup>. Domingos Araújo Cerqueira, português da Freguesia de São João Batista do Rio Frio, Aveiros, Termo da Vila dos Arcos de Valdevez, Arcebispado de Braga, negociante sediado na Vila de São João del-Rei, em 1800 declarou ser testamentário, afirmando: "tenho em meu poder varios documentos para a conta della", ou seja, da testamentaria de Antônio Fernandes Barbosa e se encontrava "a espera de outros [documentos] de Portugal para onde remeti aos herdeiros hum conto e quatrocentos mil e tantos reis dos quais tenho em autos os recibos"<sup>633</sup>. O clérigo Matias Paz Castro, natural de Pernambuco e residente na Paragem Barro Vermelho, Termo da Vila de São João del-Rei, havia sido testamentário de Francisco Mendonça e devia 1:700\$000 aos seus herdeiros, conforme relata em 1777<sup>634</sup>. Outro português, Sebastião Fernandes Costa, natural da Freguesia de São Isidoro da Vila do Eixo, Comarca de Esgueira, Bispado de Aveiro e morador na Fazenda da Samambaia, Aplicação da Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei, era negociante e testamentário de José Barros, morador na Freguesia de Lavras.

Além dos que aceitaram ser testamentários, outros demonstraram fazer uso corrente da palavra escrita pela própria natureza de seus trabalhos ou ocupações, como o mestre de obras Francisco Lima Cerqueira. Nascido na Freguesia de São Mamede de Parada do Monte, Termo de Valadares, Arcebispado de Braga, ocupou-se das obras da Igreja de São Francisco de Assis da Vila de São João del-Rei, conforme seu testamento, feito em 1807:

Os mesarios da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco desta Villa quando quizerão edificar a mesma Capela da dita Ordem foram pessoalmente buscar-me a Vila Rica donde me achava, e chegando a esta Vila me asceitarão para ser Mestre da dita obra que de facto o fui e apos no

---

<sup>632</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1820, cx. 19.

<sup>633</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1812, cx 24.

<sup>634</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1793, cx 24.

estado em que se acha e fui muitos anos Procurador geral da mesma Ordem.

Houve uma contenda entre o mestre de obras e os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco e seus bens foram seqüestrados em juízo. Ao declarar a discórdia com os irmãos da Ordem, em seu testamento, deixou o registro de que também havia aceitado uma testamentaria e que possuía vários outros manuscritos seqüestrados:

Levaram os Mezarios nessa ocasião do seqüestro hua caixa com *varios, papéis, e Livro pertencentes a testamentaria de Francisco Ribeiro Mendes*, entre os quais foram alguns creditos, e mais documentos e de nada se fez lembrança nem entrou no sequestro, nem sei que papeis foram; e segundo a minha lembrança também entrava dentro dessa caixa hum credito pela quantia restavame o sobret.º da dita Ordem (itálicos meus)<sup>635</sup>.

Todos os que se ocuparam da função de testamenteiros assinavam com bastante qualidade e desenvolviam atividades que requeriam algum entendimento do mundo das letras: um era clérigo, outro, negociante e, por fim, um mestre de obras.

Passando à indicação de outros manuscritos referidos nos testamentos, 162 documentos variados foram indicados entre os 787 testadores (20,5%). Destes 162, 28 foram citados por mulheres (17%) e apenas 4 por forros (2%). Entre os mais indicados, encontram-se os recibos, de natureza diversa, tendo sido citados 38 vezes nos testamentos – o que equivale a 23,4% dos 162 documentos citados nos testamentos.

Um dos usos dos recibos, para comprovar transações comerciais feitas com escravos, foi indicado pelo português Manoel Francisco Moreira, morador na Vila de São João del-Rei. Em 1788, ele registrou que: sobre "a conta do quartamento [de Maria] tenho recebido da mesma preta a quantia de 60 oitavas de oiro, e de tudo isto passei papel, e no cazo que não appareça este paragrafo tenha o mesmo vigor"<sup>636</sup>. Cláudio da Silva Porto, morador e natural da mesma Vila de São João, também faz referência ao quartamento de escravos. Em 1822, o referido Cláudio da Silva solicitava a seu testador:

Quero se pague ao Capitao Jeronimo Jozé Rodrigues doze mil reis pertencentes a Manoel Escravo que foi dos Pereirinhas do Rio Abaixo cujo papel de quartamento e recibos estaõ em meu poder. Item a Joaõ preto do Capitao Jozé Martins da Costa o que constar de hum bilhete, que lhe passei, e quero se pague juros. Item a Victorino de Maria Jozefã moradora em S. Gonçalo do Brumado o que constar de outro bilhete = Item a Catherina do falessido Manoel da Costa Souto nove mil e seiscentos rs e declaro que todos estes dinheiros os pretos assimã me deraõ a guardar<sup>637</sup>.

<sup>635</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1815, cx. 24.

<sup>636</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1814, cx 89.

<sup>637</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1824, cx 108.

Esta declaração do testador indica que ele, Cláudio da Silva Porto, era depositário dos dinheiros dos pretos, o que revela uma relação de confiança e da qual o testador parece ter se demonstrado respeitador<sup>638</sup>. Documentos manuscritos que possuíam o objetivo de melhor administrar bens eram os referentes a créditos, parecidos como as *obrigações creditícias* analisadas por Marco Antônio SILVEIRA, citadas no *Capítulo IV* desta tese<sup>639</sup>. Foram citados 17 documentos desta natureza – dos próprios testamentários, de suas famílias e/ou de terceiros –, o que equivale a 10,4% do total dos testamentos originais. Em 1829, José Marcos Castilho, músico, natural e morador da Vila de São João del-Rei, leu e assinou seu testamento, indicando estar de posse de uma quantia que não lhe pertencia: "tenho em meo poder, e em goarda dezoito mil e tantos réis pertencente a preta Teresa escrava de João Alves Castilho, de cuja quantia lhe passei recibo, e ella o perdeo"<sup>640</sup>. Assim como a preta Teresa, outra mulher, D. Teresa de Jesus Maria José, não soube cuidar de seus papéis referentes a créditos, chegando a perder um importante documento. Tal distração foi registrada pelo português da Freguesia de Santa Marinha de Lodares e Concelho de Lousada, Francisco Pereira Matta Lodares, que também residia na Vila de São João del-Rei. Referindo-se ao uso dos créditos, as palavras de Francisco Pereira demonstram que a perda desses poderia ser perigosa, pois facilitaria sua cobrança por pessoa indevida:

Declaro que se por meo falecimento apparecer *hum Credito* da quantia de 200\$000, *passado, e assinado por minha mão* a D. Teresa de Jesus Maria José, meo testamentario, não o pague, por eu o ter feito como consta de hum recibo, ou resalvo da dita Senhora, passando em prezença de tres testemunhas a dezenove de setembro de 1833 por causa do crédito se lhe ter desencaminhado (destaques meus)<sup>641</sup>.

Estes créditos e os recibos referentes às coartações de escravos, referidos anteriormente, demonstram o uso da cultura escrita por parte dos cativos e dos forros. Havia, por parte dos africanos e de seus descendentes, uma prática comum de confiar a

---

<sup>638</sup> Sobre escravos coartados cf.: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

<sup>639</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>640</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1834, cx. 23.

<sup>641</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1839 (1853, cx. 74).

alguém livre e de probidade seus papéis e até mesmo dinheiro, uma interessante estratégia utilizada para garantia da liberdade e dos pecúlios<sup>642</sup>.

Luiz Fortes de Bustamante e Sá, natural e morador da Vila de São João del-Rei, negociante, em 1832, afirmava ter sido Administrador dos Dízimos desta Freguesia entre os anos de 1827 e 1829. Possuía vários documentos em seu poder, dentre eles o crédito que escreveu, passando um abono a um filho menor de Francisco J. S. Araújo, para que o menino comprasse uma boiada. Exigiu em quinze dias uma autorização por escrito de seu pai e, caso o menor não cumprisse o trato, reclamaria o crédito junto ao vendedor. No momento em que escreveu seu testamento ninguém ainda se responsabilizara pela compra, e ele afirmava ter escrito a Joaquim Carlos, vendedor, participando o ocorrido, no mês de julho de 1832<sup>643</sup>.

A única mulher que possuía recibos e se encontrava na condição de credora chamava-se Maria Madalena Jesus. Natural de Ouro Preto, habitava a Vila de São João del-Rei e, em 1835, assinou seu testamento, assegurando tê-lo lido. Demonstrava fazer uso da escrita em seus negócios ao registrar a seguinte informação: "sou credora de alguãs quantias [...] o que ha de constar de documentos que tenho em meo poder meo testamenteiro cobrará"<sup>644</sup>.

A documentação pesquisada revela que muitos testadores possuía um determinado grau de *letramento* que lhes permitia lidar com manuscritos no seu cotidiano e administrar seus bens. O caso do crédito/abono para a compra do boi é exemplar, pois demonstra o quanto o escrito se encontrava disseminado na sociedade em estudo, principalmente entre aqueles que se ocupavam de “negociar”, até mesmo entre os que ainda eram menores de idade, mas já se encontravam inclinados a seguir esta ocupação.

A possibilidade de se adquirir ascensão social a partir do domínio da cultura escrita foi indicada pelo advogado Bernardo Leite Faria Souza Loar, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Natural da Vila de São João del-Rei, foi exposto e criado em casa do Alferes Bento José Faria Souza. O advogado foi um daqueles que escreveram o próprio testamento. Ele afirmou que: "os bens que possuo, de raiz, moveis, semoventes e escravos são todos *adquiridos pelo uso das minhas Letras*

---

<sup>642</sup> Sobre escravos que conseguiam acumular pecúlios para comprar a liberdade ver: LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>643</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1833, cx 16.

<sup>644</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1838, cx 67.

[...] e entre os meus papeis se achão titulos de compra dos de raiz, e dos escravos" (itálicos meus)<sup>645</sup>. Outra forma de *letramento*, muito sofisticada, da qual outro testador se ocupava era a música. Demonstrando lidar com códigos musicais em seu dia-a-dia, em 1809, o músico Francisco José Sales, natural e residente na Vila de São João del-Rei, assim declarava: "o Capitão Jose Joaquim Correa me deve hua dobra importe da Muzica do Dezertor que o dito mandou copiar e como eu sou devedor a este de maior quantia deve ser abonada na minha conta ou em parte da dita dobra"<sup>646</sup>. As partituras de música foram citadas por 2 dos 797 testadores (0,2%).

Algumas vezes alegando ignorância no lidar cotidiano com a cultura escrita, determiados testadores tentavam, nos testamentos, corrigir erros cometidos em transações comerciais ou em partilhas de bens. Assim aconteceu com Maria Fernandes São José, brasileira, moradora na Vila de São João del-Rei, que afirmava em 1830 que,

por ignorancia minha, e sem consultar a peçoa prudente vindi a meu filho Bernardino Alves Pedroza já falecido, em fraude do Direito dos mais filhos hum pasto chamado dos Bois todo cercado, que se compoe de campos, e capoeiras, e recibi do mesmo meu filho a quantia de sicoenta mil reis, se bem que no papel que lhe pazei esta declarada a quantia de trinta mil reis; e porque agora conheço, que eu naõ devia fazer, por esta me denuncio para que elles posaõ reinvendicalo, e chamalo a seu poder, restituindo o dinheiro recibido, e para iço lhes declaro seu salvo Direito<sup>647</sup>.

Outra produção manuscrita bastante aludida nos testamentos no período era nomeada como “livros de contas” ou “livros de razão”. Comumente utilizados pelos que necessitavam administrar a vida e a contabilidade de modo organizado, estes “livros” são definidos por Jean HÉBRARD como um tipo de escrita, disseminada no final do século XVII, que podia pertencer tanto ao “comerciante consciencioso” quanto ao “bom administrador”. Utilizo-me das palavras do dicionarista seiscentista Antoine FURETIÈRE, para definir um livro de razão<sup>648</sup>:

---

<sup>645</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1823 (1832, cx 74).

<sup>646</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1828, cx 117.

<sup>647</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1833, cx 121.

<sup>648</sup> Outros trabalhos interessantes sobre a utilização de livros de razão ou cadernos bastante similares a estes livros podem ser encontrados em: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; BLAS, Verónica Siena (orgs). *El legado de mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*. Gijón: Ediciones Trea, 2007. Especialmente os seguintes capítulos: MARTÍNEZ, Rosa M. Blasco; PÉREZ, Carmen Rubalcaba. Las escrituras del yo e los libros de cuentas de Pedro Jado (1844-1879). p. 53-73; CAFARENA, Fabio. Dai conti ai racconti, appunti quotidiani e racconto di sé fra ‘800 e ‘900. p. 75-94; STIACCINI, Carlo. Orsanti, i quaderni de famiglia dei Girovagli dell’Appennino Ligure-Emiliano. p. 95-112.

*Livre de raison* é um livro no qual um bom administrador ou um negociante escreve tudo o que recebe e gasta para prestar contas e explicar a si mesmo a razão de todos os seus negócios. Os negociantes estabelecem esse livro também em débito e crédito, o que de fato não é senão um extrato de seus outros livros<sup>649</sup>.

A menção aos livros de razão foi feita por 30 testadores (ou 18,5%). Alguns de seus utilizadores tiveram o trabalho de descrever a materialidade dessa escrita contábil, como o português Luiz Manoel Silva Caldas, natural da Freguesia de São Gonçalo da Vila de Amarante, Arcebispado de Braga e morador na Vila de São João del-Rei. Luiz Manoel parecia precisar muito dessa “escritura ordinária”, uma vez que era negociante e tropeiro, possuindo 5 escravos, 24 bestas de carga e 2 cavalos selados. Em 1839, sua vida administrativa se encontrava anotada em um livro de razão, no qual constavam todas as dívidas e créditos, dotes dos filhos etc. Segundo sua descrição, o livro "contem quarenta e nove meias folhas com termos de abertura e encerramento, e he coberto com capa de Olanda crua, e atilhos de cadaço de linho riscado"<sup>650</sup>.

Antônio Gonçalves Cardoso, natural de Congonhas do Campo e também morador na Vila de São João del-Rei, além de bilhetes e cartas trocadas com seu sobrinho quando este morou no Rio de Janeiro, dizia possuir assentos em um livro, no qual estavam anotadas dívidas a receber. Em seu testamento, datado de 1802, descreve com detalhes o modo como organizava seu livro de razão e como gostaria de dispor de seus bens a partir de sinais feitos no referido livro:

Tenho um quaderno de acentos de dividas [...] e algumas dellas as passei a hum livro de razão de noventa e quatro folhas numeradas e rubricadas [...] tenho varios bens moveis todos descriptos no referido meu livro de razão [...] ao tempo de meu falecimento *se acharem no acento do dito meu livro notadas com o sifram e huma estrella* a margem entregarão a meus Irmãos [...] os bens que no dito livro de razão *se acharem notados a margem com uma cruz* [...] os entregara meu testamenteiro a sobredita minha preta Ana Mina (itálicos meus)<sup>651</sup>.

De maneira menos elaborada que Antônio Gonçalves Cardoso, o português João Felisberto Gomes Couto, natural de Braga e habitante da Vila de São João del-Rei, organizava seus livros de razão dando-lhes títulos. Em 1803, informava ao

---

<sup>649</sup> FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire Universel*. Haia: Rotterdam, 1690 *apud* HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 39.

<sup>650</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1844, cx 17.

<sup>651</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1809, cx. 18.

testamenteiro sobre "dívidas clarezas e assentos em hum meu caderno intitulado = Caderno de lembranças =". Há outro intitulado "patrocínios"<sup>652</sup>. Muito provavelmente os cadernos tenham sido preenchidos pelo testador, uma vez que Antônio escreveu seu testamento de próprio punho.

Francisco José Chagas, também português e negociante, natural da Freguesia de São Nicolau da Cidade do Porto e residente na Vila de São João del-Rei, informava ao testador que, de acordo com seu livro de razão, "se me devem varias dividas, as quaes constão dos livros ou borradores de minhas contas e de algumas clarezas que estão em meu poder". Afirma ainda que: possuía "contas com o Cap. Antônio Oliveira Durão no Rio de Janeiro, e me resta o que consta de hum livrinho em pergaminho de fl. 93 the fl. 105 [...] Tenho contas com Manoel Costa Cardoso no Rio de Janeiro em resto o que consta do dito livrinho fl. 106"<sup>653</sup>.

Estes livros de registro econômico eram extremamente importantes para aqueles que possuíam um negócio, inclusive os que se declararam incapazes de ler e escrever, como Francisco Coelho Souza. De origem africana (Banguela), forro, vivia de seu ofício de barbeiro e sangrador na Vila de São João. Foi testamenteiro de sua primeira esposa. Não assinou seu próprio testamento, tendo feito apenas um sinal, uma cruz. A partir do sinal, depreende-se que não sabia ler ou escrever, mas utilizava-se cotidianamente da palavra escrita, tendo sido inclusive proprietário de um livro de contas para controlar os lucros obtidos com sua ocupação. Não declarou, em seu testamento, quem se responsabilizava pelas anotações, mas fazia questão de manter um livro organizado, como pode ser considerado a partir das palavras que ditou em 1828:

Tenho servido das Artes de Barbeiro e sangrador, e tenho muitos freguezes, com os quaes as minhas contas saõ de = Deve, e Hadever, e meo Testamenteiro pelos meos assentos as ajustará, ressebendo o que elles me deverem, e pagando o que eu dever, sem figura alguma de Juizo, bastando para as contas, as declaraçoens de meo Testamenteiro em hum simples requerimento em que exponha e jure qualquer ajuste de contas.

Sabe-se que os testamenteiros deviam tomar posse destes livros de razão para melhor cumprir os legados e cobrar/pagar as dívidas dos testadores, mas não se sabe qual o destino destes escritos ao final dos processos de testamentaria. Nenhum manuscrito dessa natureza foi encontrado em anexo aos testamentos ou aos inventários.

---

<sup>652</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1818, cx 36.

<sup>653</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1766 (1817, cx 25).



A boa administração das heranças, legítimas (parte da herança da qual o testador não poderia dispor, por ser legalmente dos herdeiros necessários) e dotes parece ter sido uma constante preocupação dos proprietários de bens, os quais recorriam às “memórias” contidas nos livros de razão para melhor gerir seus haveres. O negociante José Lourenço Dias, português de Braga, era um dos habitantes da Vila de São João del-Rei que fazia uso dos livros de razão para o fim referido. Em testamento, ele declarou que "nas legítimas que qouberem aos Herdeiros que me são devedores por creditos e acentos de livros, serão encontradas as suas dividas nas legitimas, e o liquido destas, então se lhes entregará"<sup>654</sup>. O Comendador e negociante Francisco Paula Almeida Magalhães, natural e residente na Vila de São João del-Rei, escrevia de próprio punho, em 1838, que: "tem mais em dinheiro a premio de 1% ao mez quanto constar dos meus livros, sendo tudo isto producto de Escravos, e ouros lavrados em que consistio a dita legitima Materna [...] como tudo consta dos ditos meus livros"<sup>655</sup>. Ainda sobre as rendas das heranças dos filhos, Alexandre Alves Ferreira, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas e morador em Barreiras, Distrito da referida Vila e Termo de São João del-Rei, afirmava em 1848 que "os mais herdeiros que devem a Caza tudo se achará declarado em papeis"<sup>656</sup>. O português João Gonçalves Liberal demonstrou uma capacidade bastante vasta de lidar com a palavra escrita, ao informar que fez "a duação *por minha letra* a meu sobrinho João Gonçalves Liberal Gomes da erança que me tocou dos falecidos meos Pai e Mai" em 1813<sup>657</sup>.

Outro testador que deixou evidências de que era capaz de fazer uso cotidiano da escrita foi José Francisco Guimarães, natural da Freguesia de São Sebastião da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga. Habitava o lugar denominado de “Engenho”, nos subúrbios do Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei e dizia que: "o que eu possuir em dinheiro ou creditos que se me devão constara do *asentto que por minha letra se a de achar em hú caderno* e por elle se estara" (itálicos meus)<sup>658</sup>.

Além dos homens que possuíam negócios, outros faziam uso de anotações para facilitar sua vida profissional, como o clérigo Domingos Rodrigues Costa, morador na Vila de São João del-Rei, que se ordenou no Bispado de Mariana em 1763 e usava de

---

<sup>654</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1837 (1851, cx. 41).

<sup>655</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1853, cx. 78.

<sup>656</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1848, cx. 47.

<sup>657</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1816, cx. 73.

<sup>658</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1782 (1795, cx. 60).

notas para controlar as missas solicitadas por seus fiéis: "todas as tenções que tenho de Missas apontadas no meu caderno meu Testamenteiro logo depois do meu falecimento as mandará dizer", como consta de seu testamento, datado de 1808<sup>659</sup>. O padre fizera estes registros para controlar o "dever" e "haver" de suas missas, uma vez que as celebrações eram pagas pelos fiéis.

Alguns testadores tinham uma maior preocupação com o bom andamento de suas disposições e a correta partilha de seus bens. Utilizavam de registros escritos, não contidos nos testamentos, para oferecer um maior suporte aos testamenteiros no atendimento de suas disposições ou na cobrança de dívidas. Assim foi feito por 15 testadores (2% do total), dentre eles, Francisco Ferreira Costa, natural da Freguesia da Vila de Arruda dos Vinhos, Patriarcado de Lisboa e morador na Vila de São João del-Rei, era proprietário de uma sesmaria de terras de cultura na Mantiqueira. Em seu testamento, deixou um escrito que nomeou de "apontamento" para guiar seu testamenteiro e alertou: "as mais disposições que deixo constará de hú apontamento que fora entregue a meu testamenteiro o qual não sirvira mais senão para se regullar por elle sem obrigação de o apresentar em juízo", em 1795. Não se pode afirmar com certeza que o testador Francisco Ferreira Costa tenha sido o redator de seu "apontamento". Talvez sim, uma vez que, ao final de seu testamento, dizia que não pôde escrevê-lo sozinho e que nem poderia assiná-lo "pelo justo impedimento que tenho no braço direito"<sup>660</sup>.

Com o mesmo intuito de facilitar o trabalho dos testamenteiros, outros testadores deixaram listas de bens, como Miguel Martins, natural da Freguesia de Santo Antão de Lagoaça, Arcebispado de Braga, morador na Paragem Macaia do Rio Grande, Termo da Vila de São João del-Rei. Ele declarou: "os mais bens que posso saõ divididos por creditos e rois de *huma Listra [sic] que melhor consta Asinada por mim*". Ao que parece, não foi ele quem escreveu a lista, restringindo-se ao ato de assiná-la, conforme o trecho destacado por mim<sup>661</sup>.

Outro português, o negociante Bento José de Faria e Souza, natural da Freguesia da Vila Nova das Infantes, Termo de Guimarães, morador na Vila de São João del-Rei,

---

<sup>659</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1815, cx. 32.

<sup>660</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1812, cx 32.

<sup>661</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1779 (1794, cx 81).

em 1822 fez testamento e nele alegava possuir “varias dividas que se me devem por Creditos e Execuçoens de Negros Novos em que sempre negocieei, e algumas por rol”<sup>662</sup>.

Dentre as listas de bens, um caso interessante foi o do lisboeta Dr. José Antônio Apolinário da Silva. Ao fazer seu testamento na Vila de São João del-Rei, em 1816, revelava que havia elaborado uma lista de bens “e o mais que possuo há de constar de hum papel”. Até aqui nada de surpreendente, mas o local onde o testador encontraria tal papel chama a atenção:

se achará metido entre a pasta das minhas Horas, em que encomendava a Deus, e a sua Santissima May; a cujo papel, que he de minha Letra, e asinado com a minha firma se dará todo o credito em qualquer parte que for apresentado<sup>663</sup>.

Mas não apenas a lista de bens de José Antônio Apolinário encontrava-se escondida. Outras questões, ligadas à esfera pessoal, foram mencionadas nos testamentos. Para a resolução de problemas “de consciência”, o uso da escrita em outra forma que não exclusivamente o testamento foi fundamental. Os testadores se utilizavam dos *codicilos*, registros adicionais, geralmente cartas lacradas feitas após os testamentos, produzidas com o objetivo de alterar legados e disposições já registradas, ou mesmo para indicar outras prescrições que deveriam ser cumpridas em segredo. Ao trabalhar com testamentos da Comarca do Rio das Velhas, em *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, Eduardo França PAIVA afirma que os codicilos “não eram comuns [...] não [tendo] representado modificações profundas nos textos originais”<sup>664</sup>. Entre os 787 testadores que moravam na Vila ou Termo de São João del-Rei, 24 (3%) fizeram uso deste dispositivo, dos quais 20 eram homens e 4 mulheres. Alguns solicitaram não apenas o cumprimento em segredo de suas determinações, como também a destruição das “cartas” pelos testamenteiros assim que tudo fosse resolvido. Este foi o caso do português José Monteiro Cardoso que, em 1796, não pôde escrever seu testamento “por na occasiã não poder bem escrever”, mas conseguiu assinar. Residente na Vila de São João del-Rei, Cardoso determinava suas últimas vontades da seguinte maneira:

Com este meo testamento *se há de achar huma carta minha fechada com sobscripto ao testamenteiro [...] cuja carta contem varias disposiçoens, assim*

---

<sup>662</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1834, cx 136.

<sup>663</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1817, cx 132.

<sup>664</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 43.

*pias, como profanas, as quaes meu testamenteiro cumprira inviolavelmente da minha fazenda, e em segredo, e cumpridas reduzirá a cinzas a dita carta, e muito lhe recomendo o cumprimento de tudo, e que não seja vista a dita carta (itálicos meus)*<sup>665</sup>.

Já o Padre Vicente Araújo Pereira, ao fazer seu testamento, ainda não tinha certeza se deixaria ou não um desses codicilos, mas tinha intenção de fazê-lo, tendo declarado, em 1816, que

se eu me levantar desta cama, hei de fazer hua carta fexada, que o meu testamenteiro consultará homens e Morallistas, e seguirá o que elles lhe disserem sempre em segredo, e encargo de consciencia, cuja carta não será obrigada a apresentar em Juizo, nem dizer o que ella conthem, por ser em cazo de consciencia<sup>666</sup>.

O brasileiro Francisco Joaquim Araújo Magalhães, natural e morador na Vila de São João del-Rei, em 1805, redigiu o próprio testamento, no qual menciona uma carta-codicilo, sobre a qual diz: "todas as mais claresas de que eu devo fazer aqui hua expressa mensão ficao em hua carta serrada a dia minha Irman, a qual ella cumprira, ou suas filhas sem que de della conta a ninguem, cuja Carta he de consciencia." Ao final, afirmou que, após cumpridas as disposições da carta, a irmã não precisaria prestar contas das mesmas em juízo<sup>667</sup>.

No ano de 1798, Joana Batista Macedo, natural e habitante da Freguesia das Lavras do Funil, Termo de São João del-Rei, também deixou disposições em uma carta fechada, assim como os detalhes a serem seguidos em seu funeral. Somente o testamenteiro que aceitasse a incumbência da testamentaria poderia abrir a carta em segredo "e depois de cumprir o que nella se declara a queimar<sup>668</sup>". Manoel Andrade Cunha, natural de Lisboa, outro testador que assinava e dispunha de um livro de razão, também solicitou que suas determinações secretas jamais viessem a público e que sua carta-codicilo fosse queimada:

Dispore meu testamenteiro de 1:825\$515 réis na forma que particularmente lhe ordeno *em carta fechada que fica dentro neste testamento, a qual assim fechada receberá, e abrirá particularmente com o Reverendo Vigário atual da Igreja (...) dita carta, que queimarão quando que estiver satisfeita, sem que a pessoa mais alguma revelem o que ela contiver (itálicos meus)*<sup>669</sup>.

---

<sup>665</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1799, cx 18.

<sup>666</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1822, cx 105.

<sup>667</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1805 (1828, cx 78).

<sup>668</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx 76.

<sup>669</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1765 (1766, cx 38)

Além desses assuntos secretos de consciência, os negócios também geravam inimizades e culpa entre os testadores. Ao redigir seu testamento em 1796, Bento Francisco Paula Magalhães nascido e residente na Vila de São João del-Rei, fez uma carta em anexo ao seu testamento, recomendando ao testamenteiro que

ouvindo dizer a alguma pessoa do Arraial de Sam Gonçalo, ou desta Villa que eu a damnificasse nos seus bens lhe restitua pello seu juramento tudo aquillo em que eu os agravasse o que melhor *constara de huma carta fexada aqual deixo a meu testamenteiro*, e com o seu juramento se lhe levava em conta toda a despesa que nella lhe determino (itálicos meus)<sup>670</sup>.

Os codicilos eram, no período em estudo, um tipo de escrita pessoal e privada. Os exemplos citados sugerem que os assuntos secretos, contidos nos codicilos, geralmente envolviam questões caras à moralidade da época. As principais características desse tipo de manuscrito são a ausência de pistas sobre seu conteúdo, a desobrigação de se prestar contas em juízo das solicitações feitas pelos testadores e, muitas vezes, as recomendações expressas para que os testamenteiros incinerassem os documentos, com o propósito de que ninguém mais tivesse acesso ao que neles estava disposto. Nenhum documento desta natureza foi encontrado anexado aos processos de testamentaria, ao contrário de alguns recibos. Isto se explica por sua própria constituição secreta e pelo fato de muitos testadores solicitarem que os codicilos fossem destruídos quando as determinações fossem cumpridas. A exceção fica por conta de um documento nomeado como “carta de ordem”, espécie de codicilo escrito a rogo de Ana Lourenço Souza, em 1808. Segundo a dita “carta de ordem”, que se encontra em anexo ao testamento original, o testamenteiro deveria distribuir alguns valores em dinheiro, a pedido de Ana Lourenço<sup>671</sup>. Apesar de não tratar de assuntos secretos, este raro manuscrito é relevante para que se tenha uma idéia de como os codicilos provavelmente eram escritos, a abertura, a seqüência das novas disposições, o desfecho etc.

Como foi afirmado em páginas anteriores, variados tipos de escrita pessoal consolidaram-se e tornaram-se mais utilizadas a partir do século XVIII, como as correspondências. Ao analisar vários tratados do século XVIII que prescreviam modelos para o gênero epistolar, Teresa Sousa de ALMEIDA afirma que, na segunda metade do referido século, a “carta familiar” adquire grande importância, sendo, a partir de então,

---

<sup>670</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx. 78.

<sup>671</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1823, cx 135.

valorizada por todos os tratadistas como o lugar de uma estética da espontaneidade, correspondendo a uma evolução literária que consagra a expressão da sensibilidade e do sentimento que deveriam ter a primazia sobre o policiamento do discurso [característico da Retórica]. Progressivamente, a Retórica perde o peso e revela-se impotente para ditar regras ao coração, embora todos os tratadistas salientem a importância do saber cultural e mundano para se poder escrever correctamente<sup>672</sup>.

Além de muito importantes no período colonial, sendo progressivamente utilizadas como forma de comunicação, as cartas,

sobretudo no século XIX sofrem um impulso qualitativo de fundamental importância. Não apenas o papel e a escolarização permitem uma *utilização da correspondência como forma privada e sigilosa de comunicação*, como são reorganizados os serviços de correios e comunicações (destaques meus)<sup>673</sup>.

Nos testamentos originais produzidos em São João del-Rei, as correspondências foram mencionadas 17 vezes (2% do total). Não tive acesso a qualquer uma destas cartas, o que impossibilita uma averiguação quanto aos modelos seguidos por aqueles que as escreveram – como o trabalho realizado por Klebson OLIVEIRA<sup>674</sup> e vários capítulos do livro intitulado *Correspondências: usos da carta no século XVIII*, organizado por Vanda ANASTÁCIO<sup>675</sup>. Estas cartas, trocadas entre os que viviam na região de São João del-Rei e os que se encontravam em lugares mais distantes, como Rio de Janeiro e ainda Portugal, comumente diziam respeito a assuntos ligados às famílias dos testadores. O agricultor Manoel Gonçalves Costa, natural da Cidade de Angra, em 1789, era morador nos subúrbios da Vila de São João del-Rei, na Paragem Cuiabá, onde possuía um engenho de cana, 6 escravos e 8 bois de carro. Não sabia ler nem escrever, uma vez que firmou um sinal ao fim de seu testamento, o que não o impossibilitava de fazer uso das correspondências para se comunicar com sua família. Afirmava se corresponder com Portugal, uma vez que: "na ocasião presente escrevo para a dita minha Patria, pedindo me mandem para cá hum sobrinho meu, se quiserem,

---

<sup>672</sup> ALMEIDA, Teresa de Sousa. Tratados Epistolares do Século XVIII. Teoria e Prática na correspondência de Chelas. In: ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Correspondências*. (Usos da Carta no século XVIII). Lisboa: Colibri, 2005. p. 31.

<sup>673</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994. p. 159.

<sup>674</sup> OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese (Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

<sup>675</sup> ANASTÁCIO, op. cit.

e se este vier [...] em caso de vindo este meu sobrinho [...] herdará ele e se lhe entregará tudo em o estado que se achar”<sup>676</sup>.

Também José Caetano Figueiredo, morador e negociante de sal na Aplicação de Carrancas, Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil, Termo da Vila de São João del-Rei, assegurou ter enviado uma correspondência para Portugal. Nesta missiva, solicitava a um de seus sobrinhos que cumprisse uma promessa que havia feito a São Macário, de “fazer uma perna de cera e mandar rezar duas missas”. Se a promessa não fosse cumprida antes de seu falecimento, o testador deveria cobrar a sua execução ao sobrinho<sup>677</sup>.

Outro exemplo é o negociante de fazendas José Joaquim Correia, natural do Rio de Janeiro e residente na Vila de São João del-Rei. Ele redigiu muito bem o próprio testamento, o que indica que era capaz de escrever suas epístolas. Teve oito filhos e gastou com os estudos de seu filho Antônio 1:863\$385, "como consta do meu livro 4.º a f. 161". Sempre se correspondia com os amigos para ter notícias do referido Antônio, que fora enviado a Coimbra para estudar. De acordo com as palavras do negociante, a partir das correspondências trocadas, não era bem dos estudos que o filho se ocupava, uma vez que:

Tendo eu o mandado para Coimbra para se formar, estive lá alguns annos, que passarão de 8 ou 10 sem que se occupasse em outra cousa mais, que nos divertimentos profanos de jogos, e paravilhações [sic] libidinozas, de que fui munto sabedor, e *bem informado por cartas de pessoas fidedignas*; não tendo entrado na Universidade, nem sequer feito a primeira Matriculla, nem exame, nem acto algum, gastando com seus vicios as mesadas que eu prontamente lhe fazia em boa fé, sendo estas Mezadas avultadas, e acestidas por Domingos Jorge Ribeiro da Cidade do Porto, e Manoel Pinto Miranda até que sem Ordem minha se passou para a Cidade de S. Luiz do Maranhão aonde faleceu (destaques meus)<sup>678</sup>.

O trecho citado indica que o negociante deveria fazer um uso bastante constante da correspondência com Portugal e outras regiões do Brasil, tanto para tratar das mesadas enviadas ao filho durante mais de oito anos, quanto para ter notícias sobre os rumos tomados pelo rapaz. Ao ler o testamento de José Joaquim Correia, pode-se observar que algumas palavras demonstram uma proximidade da escrita com a oralidade, como “munto” em vez de muito e “paravilhações” em vez de parvilhações

---

<sup>676</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1791, cx 15.

<sup>677</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1805 (1814, cx 51).

<sup>678</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1833 (1841, cx 30).

(de parvo, tolíces), mas sua escrita era, para o contexto em que vivia, bastante clara e correta.

A testadora Josefa Joaquina Câmara, natural do Rio de Janeiro, residia na Vila de São João del-Rei e afirmava encontrar-se divorciada do marido Manoel Caetano Azedias, o qual morava no Rio de Janeiro. Com o objetivo de resolver questões com o ex-marido que vivia distante, em seu testamento acabou por fazer menção ao uso das cartas em sua vida, da seguinte maneira:

Da outra minha escrava Rosa parda nasceo huma Menina por nome Ritta Iva Eulina Cassia a qual por motivos particulares e por condescender com a vondade de minha Filha Herdeira, [ilegível] liberalidade gratuitamente a declarei por liberta de toda escravidão quando se baptizou, e sobre a qual mulatinha Ritta, muito recommendo a minha Filha Herdeira, *haja de escrever ou mandar escrever*, e conjurar a seu Pay para que cumpra com as obrigaçoens de sua honra e Christandade manndando-a [ilegível] dando-lhe estado honesto e decente pois que só nesta confiança a libertei (itálicos meus)<sup>679</sup>.

O contato de residentes no Brasil com parentes na Europa fazia com que as missivas cruzassem o Atlântico nos dois sentidos, como demonstra a disposição feita em 1788 no testamento de João da Silva Ribeiro Queirós. Natural da Freguesia de Santa Maria de Idães, Arcebispado de Braga, era morador no Arraial de Santa Ana das Lavras do Funil, Termo da Vila de São João del-Rei e prescrevia:

meus testamenteiros logo que eu falecer *escreveraõ para o Rio de Janeiro* ao meu procurador Reverendo Conego Francisco Moreira da Costa e *lhe mandaram procuraçãõ* sua por expirar a minha com o meu faleçimento para este procurar e arrecadar o que lá ouver, pertençaente ao meu casal, e juntamente *mandarlhe as verbaz deste testamento respectivas as despoziçoens que faço para Portugal para elle avizar para lá* e por via dele se dar cumprimento ao que lá dizponho (itálicos meus)<sup>680</sup>.

Outro testemunho da troca de correspondências entre moradores da América e do Velho Mundo foi obtido a partir da recomendação que se segue, feita em 1788 pelo português Antônio Francisco Sargento, morador na Vila de São João del-Rei:

Instituo por minha herdeira a huma filha de meu Primo Manoel Antonio do Monte a qual he única e agora me não lembro o nome sem embargo de que *tenho cartas que o declarãõ* e tambem fica enstituhida herdeira em os bens [ilegível] que me tocarem em a minha Patria, donde a mesma he moradora e [...] para ella haver o que ca he tocar bastará que mande huma procuraçãõ

<sup>679</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1803 (1811, cx 149).

<sup>680</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1801, cx 109.



bastante em forma, e com recibo do procurador que esta eleger (destaques meus)<sup>681</sup>.

Estevão Salgueiro, natural da Freguesia de São Lourenço de Almofrei, Termo da Vila de Ponte Vedras, Arcebispado de São Tiago de Galiza, também deixou registrada em seu testamento (datado de 1786) a troca de correspondências com sua terra natal, à procura de informações sobre seus filhos e herdeiros:

O primeiro [filho] por nome Andre; este tenho noticia que foi para a India, se por vontade ou constrangimento por algum isidente [sic] não sei e menos ao depois tive dele noticia, e o segundo por nome Joaõ tambem *por cartas que tive me mandaraõ dizer* que se auzentou da Patria e dele não há noticia alguma; a terceira por nome Andreza, esta se acha cazada em a Freguezia de Santa Maria de Abade Termo de Barcellos, e não se me mandou dizer o nome do Marido com quem cazou; a quarta pr nome Maria esta Julgo que inda se acha solteira, em a mesma Freguezia de Santa Maria de galegos (itálicos meus)<sup>682</sup>.

Além dessas correspondências em busca de notícias das famílias, 4 testamenteiros, naturais de Portugal, solicitaram aos seus testadores que fizessem remessas de dinheiro para herdeiros compatriotas, como João Moura Silva, morador em Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei, que em 1799 ditou:

Deixo ao meu sobrinho Antonio de Carvalho filho de minha Irman Luiza Thereza moradores na patria onde nassi, cem mil reis, e na mesma forma deixo a minha sobrinha Luiza Irman do dito asima cem mil reis que estes dois legados remeterá meu testamenteiro aos ditos por conta, e risco dos mesmos, e com conhecimento da Náu em que ele remeter se lhe levarão em conta sem que seja nesasario mais documento<sup>683</sup>.

As mensagens escritas poderiam organizar os negócios das pessoas em seu cotidiano, ocultar segredos, informar, trazer notícias daqueles que se encontravam distantes. Mas além de todas estas, outra função foi atribuída ao escrito na sociedade em estudo: trapacear. Alguns documentos poderiam se tornar armas perigosas nas mãos de pessoas mal intencionadas, como ocorrido em 1831, com Bento José Passos Guimarães, natural da Freguesia de Santa Maria de Gordizela, Arcebispado de Braga e ao tempo morador nos subúrbios da Vila de São João del-Rei, onde possuía uma chácara. Apesar de afirmar ter lido e de assinar seu testamento, a falta de entendimento de uma mensagem escrita foi o motivo alegado por este testamenteiro para que caísse em uma

---

<sup>681</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1788, cx 122.

<sup>682</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1804, cx 118.

<sup>683</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1803, cx 126.

armadilha. Tendo ficado viúvo e casado novamente, o português afirmava que sua esposa o havia abandonado para viver sozinha, na Vila de São João del-Rei, "em plena liberdade talvez com fins que a caridade, a decencia, e a modestia pedem que oculte". Segundo Bento José, uma trapaça tinha sido forjada pela esposa, com a ajuda de seu pai (sogro do testador) e de outro homem, os quais conseguiram retirar

furtivamente do meu poder seis escravos [tendo-os vendido] como ha de constar do Livro de sua paga [...] para esta venda [...] aproveitando-se a dita minha mulher da minha rusticidade, ignorancia, boa fê e singelesa, mão-comumnada com [...] Theodoro Xavier e seu Pai Francisco Rodrigues Pires, meo Sogro, *me apresentarão um papel para eu assignar, e que de facto inocentemente assignei sem conhecimento algum do seu contheudo*, no qual sobrepticamente extorquirão de mim o consentimento necessario para ella poder vender os mencionados seis escravos<sup>684</sup> (itálicos meus).

Os escravos foram avaliados e vendidos, segundo o testador, em 1:450\$000. Mas além dos escravos, a mulher levou

os moveis e trastes a saber: huma dúzias de colheres de prata com seus garfos e duas facas com cabos de prata; hum tacho grande de cobre; huma bacia de arame d'assar pão do ló; hum almofariz; huma caixa grande; seis dúzias de pratos brancos; huma bandeja grande e outra pequena; hum espeto grande de ferro; hum tear; oito toalhas; hum boi; três novilhas; dez oitavas em cobre, e todo o mais enxoval, que achou em casa, deixando-me com a maior deshumanidade, e ingratitude apenas hum unico lençol, e hum enxugão de algodão, e nada mais<sup>685</sup>.

A esposa desse português, que lamentava o estado de “desumanidade” em que fora deixado, não foi a única a usar do expediente da escrita para fins ilegítimos. O negociante Luiz Manoel Silva Caldas, que possuía um livro de razão “com capa de Olanda crua”, referido anteriormente, também se viu nas mãos de uma mulher depois que assinou um documento. Ao que tudo indica, Luiz Manoel deve ter incorrido em falta grave, o que o teria levado a se tornar vítima de uma chantagem. Encontrava-se em uma situação embaraçosa, mencionada em seu testamento, datado de 1839:

*por motivos ocultos, que não me hé dado revelar, fui obrigado a passar a minha falecida Sogra D. Ana Barbara hum credito fantastico de dois contos e quatro centos mil reis, mas quantia esta que dela não recebi e nem lhe devo e se tal credito chegar a aparecer depois de minha morte, meus testamenteiros se recusarão pagal-o, defendendo sua nullidade (itálicos meus)*<sup>686</sup>.

<sup>684</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1835, cx 59.

<sup>685</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1835, cx. 59.

<sup>686</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1844, cx 17.

Papéis passados com a intenção de enganar também foram motivo de preocupação para D. Ana Maria Moura. Em 1802, sendo moradora na Fazenda Engenho de Santo Antônio do Rio Abaixo, Termo da Vila de São João, fez seu testamento com o seguinte aviso ao testamenteiro que aceitasse sua testamentaria:

*lhe advirto que se aparecer hú papel asignado por mim de hua divida a meo Irmaõ o Tenente Ignacio da Costa Homem, não pague por ter sido este papel feito entre o mesmo meo Irmao, e meo Primo Manoel Caetano da Silva para embarçar hua cobrança que mim fazia meo Cunhado Mathias, o qual papel por ser fingido e de nenhú valimento entre nos estava em poder meo e o entreguei ao mesmo meo primo para com elle defender aquella cobrança e por sua morte procurando o não achei, e agora me dizem está em poder dos segundos testamenteiros de meo Irmao e como foi hum papel fantastico e hoje de nenhú efeito por que meo Cunhado cobrou de mim o que quis advirto a meo testamenteiro se defenda desta falcidade por não prejudicar a meos legitimos credores, e diminuir de meos bens a esmola que lhes deixo, que segundo mal me lembro no papel mesmo se declara ser o seo rezultado de segredo (itálicos meus)<sup>687</sup>.*

De outra parte, a suposta existência de documentos com assinaturas falsas também atormentava os testadores, como José Alves Proença, proprietário de terras e morador no Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, Termo da Vila de São João del Rei. Ao se referir, em testamento, a algumas porções de terras que possuía próximas ao Rio Ingaí, afirmava que

*sobre este Patrimonio há hum papel ajuizado na Vila de Campanha de duação feita em meu nome ao Capitao Germano da Silva Freire o qual he falço e nunca o fis e nem assinei por cujo motivo o mandei citar hoje a seu filho e testamenteiro Germano para o exhibir, em Juizo, e mostrar a sua falcidade o que o meu testamenteiro se opora a esta Demanda a custa dos meos bens athe finalizar este pleito, e da mesma forma declaro falça e malicioza toda e qualquer assinatura minha que se achar em poder da viuva e herdeiros do falecido meu Cunhado dito Germano aos quaes em minha consciencia nada devo (itálicos meus)<sup>688</sup>.*

O testador assinou com muita propriedade seu testamento, assinatura esta, por sinal, muito difícil de falsificar. Sobre a demanda judicial na Vila de Campanha e seu resultado não foi possível encontrar o desfecho da história. De qualquer modo, analisando-se o conjunto de casos aqui examinados, verifica-se que os documentos escritos e assinados serviam também para garantir poder de uma pessoa sobre a outra. No primeiro exemplo, a posse do recibo assinado atribuiu à esposa o direito legal de retirar os bens do marido, o que foi feito sem embaraços. No segundo, o “crédito

<sup>687</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1816, cx 90.

<sup>688</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1821 (1828, cx 108).

fantástico” poderia perfeitamente garantir à sogra um controle sobre as ações do genro. Se, porventura, suas ordens não fossem cumpridas, D. Ana Bárbara teria o direito legal de cobrar o crédito e fazer o negociante sofrer um considerável prejuízo financeiro e, quem sabe, até mesmo um sério constrangimento de ordem moral – dependendo dos “motivos ocultos” que o fizeram passar o crédito. No caso de D. Ana Maria Moura, um documento falso, feito entre esta testadora, seu irmão e seu primo, para iludir a outro parente, acabou por desaparecer e se tornar uma arma em potencial. Já José Alves Proença, ao que tudo indica, precisou enfrentar uma contenda judicial, alegando que o testador de seu cunhado Germano apresentara papéis falsos, a partir dos quais poderiam abarcar seu patrimônio. Pelo exposto, fica evidenciado que, quando um testador se sentia ameaçado por um documento (tanto verdadeiro quanto falso), a hora de testar era o momento em que algum recurso em defesa de seus interesses poderia ser acionado, daí a importância dos testamentos como fontes que descrevem, indiretamente, os usos cotidianos da cultura escrita. Outrossim, conclui-se que, tanto do ponto de vista das disputas materiais, quanto simbólicas, estamos lidando com uma sociedade que atribuía poder ao escrito – apesar de possuir altos índices de iletrados.

No contexto em estudo, determinados documentos escritos possuíam extremo valor, e não eram apenas os créditos ou recibos que permitiam ameaças e trapaças. Alguns traziam a possibilidade de mudar radicalmente a vida das pessoas, como as cartas de alforria, que foram citadas por 7 testadores (0,8% do total de testamentos originais). Alguns senhores, ao libertar legalmente seus cativos, tinham o cuidado de citar as cartas de alforria nos testamentos. Esta era uma forma de assegurar que os escravos seriam mesmos libertados após seu falecimento, caso perdessem seus documentos sem antes registrá-los em cartório ou as alforrias fossem contestadas pelos herdeiros. Assim o fez Joaquim Rodrigues Souza em 1826, ao declarar: “fiquem todos os meos Escravos forros e libertos, e aquelles que se acharem com Cartas de liberdade escriptas, e assignadas por meo punho ou inda somente por mim assignadas, e com testemunhas se estará por ellas”<sup>689</sup>. Ou ainda José Inácio da Silva Souto Maior, natural de Sabará e morador na Fazenda da Lagoa Verde, Curato de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, Termo da Vila de São João del-Rei, ao pronunciar que:

no estado de viuves tive tres filhas naturais havidos de Theresa crioula, que foi minha escrava as quais se chamaõ Paullina, Delfina e Francisca, esta foi

---

<sup>689</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1832, cx 137.

baptizada por liberta, e aquellas *tem cartas de liberdade, que se acharão entre meus papeis*; as quais todas tres reconheço por filhas (itálicos meus)<sup>690</sup>.

No contexto ao qual me reporto, deve-se considerar que as cartas de alforria poderiam se tornar importantes instrumentos de negociação entre senhores e escravos. Assim provavelmente ocorreu em 1823, com Catarina Cunha Pinto, moradora na Fazenda o Curral, Aplicação de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, Termo da Vila de São João del-Rei e sua escrava Felícia crioula. Ao se referir a esta escrava, a testadora solicitou a seu testamenteiro “lhe passará carta de Alforria dando o seu vallor ficando de nenhum effeito hua Carta que lhe mandei passar cuja está em poder do Senhor Padre Joaquim de Moura por ter tomado novo acordo”<sup>691</sup>. Não se sabe qual “novo acordo” teria sido feito. Acredito que o documento foi utilizado pela testadora para administrar sua relação com a escrava. De outra maneira, por que teria deixado a carta de liberdade nas mãos do Padre Joaquim de Moura e não a entregou à escrava e tampouco a guardou em sua casa? Por quais motivos, mais tarde, houve a renegociação de uma nova carta, com novos termos que anulariam a primeira?

Sabendo do valor de negociação que este tipo de documento ensejava, em 1810, João Rodrigo Lacerda, natural do Porto, fez uso manifesto das cartas de alforria para melhor lidar com seus escravos. Residente na Vila de São João del-Rei, o português possuía uma chácara chamada Água Limpa, no Arraial de Matozinhos e 7 cativos. Ao contrário de Catarina Cunha Pinto, o português relata de modo explícito como se utilizou das cartas de alforrias para administrar tensões entre si e seus escravos. Em seu testamento, escrito em 1810, começa o relato do caso dizendo que,

sendo solteiro e aleijado de huma perna que supro a falta da esquerda com huma perna de pau me cazei [...] e vendo os meus Escravos que eu me cazava não gostavaõ por verem vinha molher para caza e estarem acostumados a viverem comigo solteiro fazendo tudo o coanto querião por me verem entrado em annos e aleijado e se entrarão a conjurar contra mim de sorte que vim a perder dois Escravos no mato<sup>692</sup>.

A convivência com os escravos, depois do casamento do senhor, ficou mais difícil a cada dia. Desse modo, a estratégia utilizada para melhor lidar com os cativos passou pela utilização do escrito, conforme o trecho a seguir elucidado:

---

<sup>690</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento de 1838 (1838, cx 135).

<sup>691</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1824, cx 107.

<sup>692</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Testamento, 1815, cx. 71.

*Temendo-me de que eles me dessem a morte por algum modo fis dois papeis hum para minha negra Maria Banguela e outro para a minha negra Joanna e seus filhos [...] declaro que feitos estes papeis os dei a guardar com a minha propia mão ao falecido Custodio Francisco Ribeiro a quem declarei fizera os ditos papeis para assim sosegar os animos daquelles escravos em me não solectarem a morte (itálicos meus)<sup>693</sup>.*

Os ânimos dos escravos se acalmaram depois da “negociação” e, com as cartas de alforria nas mãos de um amigo em quem o testador confiava, a situação parecia estar sob controle. Mas a solução encontrada por João Rodrigo Lacerda tomou rumos inesperados, uma vez que,

*falecendo o dito Custodio mandei tirar os ditos papeis do poder de seu testamenteiro por Antonio Manoel da Veiga Parada por entender era meo amigo e com efeito este os houve a si e porque elle mesmo me tinha vendido as ditas escravas, não quis mais nunca entregar-mos sendo-lhes pedidos por mim e por minha molher [...] e passados alguns annos sobrratisamente sem eu ser ciente os fez lansar na nota asignando elle mesmo o Livro da nota do que ao depois fui siente, por aviso do mesmo Tabalião Gregorio Joze Ribeiro<sup>694</sup>.*

A partir do momento em que as cartas de alforria se encontravam completamente fora do alcance do testador, o mesmo se viu obrigado a descrever no testamento toda a trama que havia urdido, para não correr o risco de deixar seus herdeiros sem a posse dos cativos após seu falecimento, declarando que

*quando eu fiz aqueles papeis não foi para terem efeito em tempo algum mas sim para conservação da minha vida que naquele tempo corria risco. [...] Os papeis que tenho tratado neste meu testamento são de liberdade por minha morte que lavrei de meu punho na prezensa dos ditos meus escravos pela razão unica de os assinar para me servirem bem e me livrar por este modo que elles me tirassem a vida. [...] Tanto assim que os li os ditos papeis para me não matarem, e com este engano que lhes fis e por isso lhes não entreguei os ditos papeis nem os quis ter em meu poder com o risco que eles os furtassem (itálicos meus)<sup>695</sup>.*

Ao escrever as cartas de liberdade, o testador em questão demonstrava mais do que saber redigir. Sua capacidade de utilização do escrito era bastante ampla, uma vez que soube, de forma astuta, usar de “papéis” para mediar uma situação de conflito com seus cativos – a qual provavelmente teria sido perfeita se Antônio Manoel da Veiga Parada não se negasse a devolver os documentos.

---

<sup>693</sup> Id.

<sup>694</sup> Id.

<sup>695</sup> AHET2/IPHAN/SJDR:Testamento, 1815, cx. 71.

Em uma sociedade na qual a palavra escrita se encontrava disseminada, tanto os sujeitos capazes de ler e escrever, quanto os que não dominavam essas técnicas, sabiam que os acordos firmados por escrito e assinados possuíam mais valor do que os que se baseavam na oralidade e, ainda, que a posse de determinados documentos poderia garantir poder. Os escravos do português João Rodrigo Lacerda muito possivelmente não eram leitores ou escritores, mas entendiam o valor das cartas de liberdade. Dessa forma, supuseram que a melhor estratégia para alcançar a alforria era esperar a morte natural do testador para depois tomarem posse dos documentos que lhes foram prometidos caso se comportarem cordatamente. Assim, demonstravam grande sagacidade em melhor ajustar sua convivência, mudando suas atitudes com relação ao cativo a partir do momento em que avistaram a possibilidade de se tornarem libertos legalmente, sem precisar fugir ou derramar o sangue de seu senhor. A partir do relato do testador, tudo indica que as ações dos escravos passaram a ser pautadas a partir da existência dos documentos manuscritos e do desejo de possuí-los – o que provavelmente pode ter ocorrido com Felícia crioula, escrava de Catarina Cunha Pinto.

O valor atribuído às cartas de alforria e outros indícios já citados no *Capítulo IV*, referentes aos escravos e forros, suscitam uma questão: como os cativos se relacionavam com a cultura escrita? Apesar de os dados sobre a população demonstrarem que os escravos representavam a grande maioria dos habitantes da Comarca do Rio das Mortes, acerca da relação dos mesmos com a cultura escrita, os testamentos são fontes pouco eloqüentes, excetuando-se os indícios mencionados no *capítulo anterior* desta tese. A primeira impressão que se tem, é a de que os cativos utilizavam a palavra escrita de modo limitado em seu cotidiano. Como ficou evidenciado no *quarto capítulo* da tese, comparados aos índices das pessoas livres, poucos forros fizeram testamentos, e um número muito inferior foi capaz de assiná-los, principalmente os nascidos na África, muito provavelmente provenientes de comunidades ágrafas. Mas essa leitura pode estar permeada por representações pejorativas construídas acerca dos africanos desde o século XVI, quando os portugueses desembarcaram na “África negra”. Como mencionei no *Capítulo I*, os lusitanos que desembarcaram na África subsaariana consideravam os povos encontrados como primitivos. Também os viajantes que estiveram no Brasil entre 1802 e 1822 produziram relatos escritos e, de acordo com Márcia ABREU, tentaram tornar as coisas que viam “legíveis” ao público europeu. Além dos discursos escritos, os viajantes criaram um *corpus* iconográfico sobre o Brasil de os Oitocentos. Relatos escritos e iconografia

traziam discursos diferentes. Mas quando os viajantes se referiam às condições culturais brasileiras, os variados discursos eram, segundo a pesquisadora, “notavelmente homogêneos” ao asseverar que a vida letrada não existia no Novo Mundo. Aos olhos dos viajantes, o que havia era “apatia, fracasso, ignorância, desinteresse”<sup>696</sup>. Ao analisar dois representantes desta iconografia sobre o Brasil - Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas - cujas obras são muitas vezes apresentadas como “retratos fiéis” do cotidiano brasileiro, ABREU identificou pouquíssimas cenas em que as pessoas são retratadas lendo ou escrevendo. Em seus desenhos e pinturas, quando Debret e Rugendas registraram estas práticas culturais, o fizeram em segundo plano. Nesta iconografia, os escravos não eram retratados como leitores e/ou capazes de escrever. Em seu estudo, ABREU demonstra que “a relação com os livros só aparece de maneira clara quando personalidades que viviam na colônia se fazem retratar, revelando seu desejo de associar-se a sinais de erudição”<sup>697</sup>.

Estas criações discursivas e imagens que tomam os povos africanos e seus descendentes como iletrados não são o “espelho do real”. Apesar de poucas etnias africanas terem desenvolvido uma cultura escrita própria, essa não era inexistente. Muitos povos africanos eram ágrafos, mas alguns possuíam uma vida ligada à cultura escrita, como ocorrido no “Estado” islamizado do Mali, o qual, espalhado ao sul do continente, possuía um intenso comércio de livros e uma cidade universitária: Tomboctu, conforme António Luís FERRONHA<sup>698</sup>. Outro exemplo pode ser percebido a partir da apropriação, por parte dos africanos, de uma visão de mundo “estrangeira” ao seu universo cultural. Disso são exemplos a criação de uma escrita contábil pela mãe de D. Afonso, “rei” do Congo, no início do século XVI e a apropriação, por parte do “Estado” congolês, de instituições culturais disseminadoras da cultura escrita, como escolas de primeiras letras e compras constantes de livros portugueses<sup>699</sup>.

Na historiografia brasileira, alguns pesquisadores mencionam a capacidade de utilização da palavra escrita por africanos ou por seus descendentes, dentre os quais

---

<sup>696</sup> ABREU, Márcia. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e cidadania: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 228-229.

<sup>697</sup> Id. Ibid. p. 247.

<sup>698</sup> FERRONHA, António Luís de. *As civilizações africanas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996. p. 20.

<sup>699</sup> Id. Ibid. p. 24 e 26.



Raimundo NINA RODRIGUES, em *O animismo fetichista dos negros baianos*<sup>700</sup>. O autor se refere a uma rebelião de escravos ocorrida em Salvador, no ano de 1835, na qual foram encontrados amuletos nos corpos dos revoltosos mortos. Esses amuletos continham papéis escritos em árabe, produzidos por escravos muçulmanos e utilizados com a finalidade de proteger quem os portava. O levante em questão, conhecido como “Revolta dos Malês”, é também citado por Gilberto FREYRE em *Casa grande & senzala*<sup>701</sup>, ao sugerir que “nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas grandes”. Ao retomar a história dos revoltosos de 1835, João José REIS, em *Rebelião escrava no Brasil*<sup>702</sup>, descreve a utilização desses amuletos para fins de proteção entre os malês e outros escravos, mesmo que não islamizados, e torna pública a existência de outros dois importantes documentos da época do levante: um “livrinho malê” de 7,4 X 5cm, contendo 102 folhas (94 escritas em árabe) e um documento avulso de 41 X 32,2cm. Ambos se encontram sob a guarda do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e trazem, em suas linhas, orações islâmicas ou passagens do Corão. Não cabe aqui analisar as motivações que levaram esses escravos a se insurgirem em 1835 na Bahia. Todavia, para o presente estudo, os dados referentes à utilização da palavra escrita por parte de escravos africanos são relevantes. Não se pode comprovar a idéia de Freyre de que havia, na Bahia do século XIX, mais escravos do que livres que sabiam ler e escrever. Contudo, a partir dos depoimentos de alguns escravos como Gaspar, Pedro e do liberto Pompeu, João José REIS sugere que essa escrita religiosa era aprendida pelos africanos “antes de vir de sua terra”<sup>703</sup>. Esses depoimentos dão mostras de que os africanos trazidos para cá não pertenciam a sociedades completamente iletradas e que eram capazes de lidar com a cultura escrita.

Mais recentemente é que se percebe a constituição de estudos que têm como objetivo central entender como eram as possíveis relações de africanos escravos, forros e seus descendentes – mestiços ou não mestiços – com a palavra escrita. Destacam-se os trabalhos de Sarita MOYSÉS, Maria Cristina WISSENBACH, Marcus Vinícius

---

<sup>700</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

<sup>701</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 382.

<sup>702</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos Malês*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>703</sup> Id. Ibid. p. 179-180. A edição utilizada, de 2003, traz, nas páginas 185-188, 190, 194 e 195, fotos dos papéis encontrados dentro dos amuletos dos malês, no ano de 1835. Nas páginas 199 e 204, há reproduções do “livrinho malê”. O documento avulso contendo versos da *Sura* “O Sol” pode ser visto na página 207.

FONSECA, Klebson OLIVEIRA , Eduardo França PAIVA e Adriana Maria Paulo da SILVA<sup>704</sup>. A maioria dos pesquisadores citados privilegia como recorte cronológico a segunda metade do século XIX.

Sarita MOYSÉS deixa claro que, mesmo havendo proibições legais que impediam os escravos de freqüentar as escolas públicas, existia uma “diversidade de produções e apropriações culturais, com a invenção – segundo Certeau – de várias maneiras de ler desses grupos sociais”<sup>705</sup>.

A partir de um conjunto de sete cartas ditadas pela escrava Theodora (que não sabia ler nem escrever) ao “escravo de ganho” Claro, que exercia o ofício de pedreiro, Maria Cristina WISSENBACH<sup>706</sup> chega à conclusão de que, mesmo não sendo leitores nem escritores, os escravos sabiam como e em que circunstâncias deveriam utilizar os códigos escritos.

Marcus FONSECA<sup>707</sup> afirma que, durante a primeira metade do XIX, os escravos geralmente aprendiam a ler e a escrever em espaços não escolares. Ao analisar os anexos e relatórios dos ministros da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, entre os anos 1867-1889, o pesquisador tentou buscar a maneira como foram criadas, pelos homens livres e proprietários, iniciativas para a abolição da escravidão e de que modo essas ações se vinculavam a propostas de educação escolar. Já em sua tese de doutoramento, citada no *Capítulo II* desta tese, Marcus FONSECA<sup>708</sup> analisa, de modo quantitativo, as listas nominativas elaboradas na Província de Minas Gerais (a partir da década de 1830) e consegue fazer uma radiografia da população escolar mineira. Seus resultados mostram que as aulas públicas eram compostas, em sua maioria, por mestiços, negros e seus descendentes. As constatações de FONSECA vão ao encontro do trabalho de Adriana SILVA<sup>709</sup> que, ao analisar as “qualidades” (cores) dos estudantes das aulas públicas de Pernambuco, encontra uma pluralidade social e racial. Apesar de haver, em 1837, uma interdição legal à freqüência de escravos nas escolas

---

<sup>704</sup> MOYSÉS, Sarita Maria Afonso. Literatura e história: imagens de leituras e leitores no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n.0, set./dez.1995, p.53-62. WISSENBACH, Maria Cristina . *Cultura e escravidão*. 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. Caxambu, 2002. p. 1-15. (CD- ROM). FONSECA, Marcus V. *Educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. PAIVA, 2003. OLIVEIRA, 2005; SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: EdUFPE, 2007.

<sup>705</sup> MOYSÉS, op. cit. 1995, p. 53.

<sup>706</sup> WISSENBACH, op. cit. 2002.

<sup>707</sup> FONSECA, op. cit., 2002.

<sup>708</sup> Id., 2007.

<sup>709</sup> SILVA, op. cit. 2007.

públicas da referida Província, estas aulas não eram privilégio apenas de famílias brancas e abastadas.

O estudo de Klebson OLIVEIRA<sup>710</sup>, baseado em textos escritos por/ou “a rogo” de africanos e seus descendentes, analisa a relação desses sujeitos com a cultura escrita, tanto do ponto de vista historiográfico quanto lingüístico, inovando, sobretudo, na publicação de fontes inéditas. Conclui que havia três caminhos viáveis para que os escravos e forros, notadamente os nascidos no Brasil, se tornassem letrados: o afeto criado na convivência entre senhores e escravos; o exercício, por parte dos escravos, de alguma profissão especializada que requeresse as habilidades de leitura e escrita; o papel das irmandades religiosas.

Por fim, Eduardo PAIVA<sup>711</sup> destaca o hibridismo cultural que ocorria a partir da convivência próxima de escravos africanos com brancos livres. A leitura oralizada, para o autor, teve papel fundamental para o trânsito cultural entre o mundo dos que sabiam ler e escrever e o daqueles que não possuíam estes saberes – apesar de admitir as possibilidades de impermeabilidade cultural. PAIVA descreve diversos casos de escravos que aprenderam a ler e escrever, assumindo assim lugares de destaque na sociedade da época, como o crioulo Cosme Teixeira Pinto de Lacerda, que ocupou o cargo de escrevente de cartório em Paracatu e Sabará e construiu soluções para resolver pessoalmente os problemas legais com seu processo de coartação, até conseguir sua liberdade. O referido pesquisador revela, a partir de disposições deixadas em testamentos, as preocupações de pais e mães forros com a educação de seus filhos, buscando inseri-los no mundo das letras a partir da contratação de professores particulares. Como se evidenciou no *Capítulo III*, no período abarcado por esta tese, as aulas particulares eram uma prática disseminada em todas as colônias lusitanas. Após a Independência do Brasil, continuaram a existir. Dessa forma, muitas das pessoas que dominavam a palavra escrita provavelmente aprendera a ler, escrever e contar em espaços não escolares<sup>712</sup>.

---

<sup>710</sup> OLIVEIRA, 2005.

<sup>711</sup> PAIVA, 2003. p. 4.

<sup>712</sup> Ao consultar a produção historiográfica recentemente publicada no Brasil sobre escravos, tive sob as vistas o livro: LIBBY, Cole Douglas; FURTADO, Júnia Ferreira. (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006. Apesar de tratar de temas relevantes e instigantes acerca do trabalho livre e do trabalho escravo numa perspectiva comparativa Europa-Brasil, de apesar um grande esforço de sistematização dos estudos mais avançados sobre escravidão, o tema escravos e trabalho letrado, por exemplo, não foi contemplado pela referida obra. O que demonstra que muito há de ser feito neste terreno ainda pouco explorado.

Conforme o *segundo capítulo* desta tese, em 1827 foi promulgada a primeira e única lei geral sobre educação primária no período imperial brasileiro, conhecida como Lei de 15 de Outubro, a qual estabelecia que fossem inauguradas escolas de primeiras letras em todas as vilas e lugares mais povoados, privilegiando a população masculina. Em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos foram legalmente proibidos de freqüentar as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada como fruto do temor das elites. Se a população cativa continuasse tendo acesso livre à instrução, o aprendizado das tecnologias de leitura/escrita poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que os escravos ou seus descendentes não freqüentassem as aulas públicas, como ficou comprovado pelo trabalho de Marcus FONSECA<sup>713</sup>. Além do quê, a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. Na primeira metade de os Oitocentos, os próprios professores produziam os “mapas de freqüência de alunos” exigidos pela Presidência da Província. Ademais, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres, conforme comprovei no *terceiro capítulo*. Essa foi a alternativa encontrada pela africana forra Antônia Soares Rodrigues, habitante da Vila de São João del-Rei, que deixou três filhos órfãos: Francisco mulato (10 anos de idade), José crioulo (8 anos) e Ana mulatinha (6 anos). No inventário de Antônia, o tutor dos menores, que se chamava Manoel Francisco Azevedo, prestou informações sobre a educação dos meninos da africana. Veio a declarar que Francisco “andava alguns anos na escola, aprendendo a ler e a escrever” e José “está aqui nesta vila [de São João] e que tem de idade oito e que anda na escola aprendendo a ler e escrever e contar e que é de mais tenra idade para ter outro exercício”. Ao que tudo indica, a menina Ana não havia sido encaminhada para o mundo das letras, estando na “casa de Antonio Viheyra, homem casado, morador no Brumado, donde lhe fazem favor de a ensinarem e educarem aos bons costumes”<sup>714</sup>. Estes dados demonstram a representação positiva que a africana em questão possuía acerca da posse da cultura escrita, daí o investimento para que seus filhos se apropriassem dos saberes de ler e escrever. Outrossim, refinam os resultados baseados em testamentos e apresentados no *Capítulo IV*: as mulheres, principalmente as

---

<sup>713</sup> FONSECA, 2007.

<sup>714</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: cx 218, 1752, *apud* PAIVA, 2003, p. 07.

descendentes de africanos, estavam mais distantes das habilidades de leitura e escrita do que os homens.

Os testamentos e inventários oferecem informações interessantes para aqueles que buscam perceber como se distribuía, entre a população escrava e liberta, as habilidades de leitura e escrita. Mas como os dados são, do ponto de vista quantitativo, muito inferiores àqueles referentes às pessoas livres e brancas, procurei nos processos-crime registrados na Comarca do Rio das Mortes sinais que atestassem as capacidades autográficas de escravos e/ou forros<sup>715</sup>. Nos processos em que essa população esteve envolvida, no que se refere à capacidade de assinar, foram contabilizadas as cifras mostradas na **Tabela Número 9**:

<b>Tabela 9</b>					
<b>Capacidades autográficas de escravos e forros da Comarca do Rio das Mortes (1793-1850)</b>					
CONDIÇÃO	Nº	REFERÊNCIAS A ASSINATURAS	%	ASSINANTES	%
Escravos ofendidos	47	3	6%	0	0
Escravos réus	83	35	42%	0	0
Forros ofendidos	16	3	18%	0	0
Forros réus	26	13	50%	2	7,6%
<b>TOTAL</b>	172	54	31%	2	1%
<b>Fontes:</b> Processos-crime da Comarca do Rio das Mortes (1793-1850), AHET2/IPHAN/SJDR					

Nem sempre a capacidade de assinar dos escravos ou forros era questionada. Entre os 172 envolvidos, acham-se 54 réus e ofendidos aos quais se perguntou se sabiam ou não assinar. Dentre estes 54, apenas 2 (3,7%) responderam positivamente. Um deles era Antônio Prudente de Paula, crioulo forro, solteiro, 25 anos, pedreiro, acusado de causar ofensas físicas a outro escravo em 1830<sup>716</sup>. O outro, Martinho da Paixão Paiva, brasileiro, natural de São Gonçalo do Brumado, negro, forro, solteiro, 22 anos, alfaiate, foi processado por ter arrombado e furtado uma loja em São João del-Rei<sup>717</sup>. Não tive acesso às assinaturas dos réus devido ao fato de o arquivo possuir as

<sup>715</sup> Organizado por Ivan VELLASCO e Maria Tereza Pereira CARDOSO, este banco de dados encontra-se disponível em: [www.acervos.ufsj.edu.br](http://www.acervos.ufsj.edu.br)

<sup>716</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Processo-crime, 1830, cx. 06-02.

<sup>717</sup> AHET2/IPHAN/SJDR: Processo-crime, 1856, cx. 11-03.

cópias dos processos e não os originais. Com relação aos processos-crime, penso que os silêncios ou lacunas dos documentos também podem ser historicizados. O fato de os homens da lei não argüirem os escravos ou forros sobre suas capacidades de assinar merece ser olhado de modo mais atento. Possivelmente, os homens que escreviam partiam do pressuposto de que aqueles escravos ou libertos que ali chegavam como réus ou ofendidos não sabiam ler nem escrever. Dessa forma, seria uma perda de tempo perguntar para alguém considerado inferior em capacidade intelectual sobre algo que, *a priori*, não pertencia a seu universo cultural. Trabalho ainda com a hipótese de que aos forros e, principalmente, aos escravos, não era vantagem, no momento em que se encontravam prestando contas à Justiça, revelar suas capacidades de ler e escrever, que poderiam ser vistas como a posse de uma ferramenta perigosa nas mãos de sujeitos que não as deviam portar.

Outros indícios da relação de escravos e forros com a cultura escrita podem ser encontrados nos anúncios de venda ou fuga de escravos. Pesquisei o periódico *O Astro de Minas*, no qual foram coletados 76 casos de fuga: 71 homens e 5 mulheres. No que se refere àqueles capazes de ler e escrever, foram identificados apenas homens. O primeiro a que se dá destaque é o “escravo pardo de nome Vicente”. Tinha como ocupação ser “official de alfaiate, *sabe ler, e escrever*, tem a cor clara, os cabellos pretos, o braço esquerdo seco e os dedos quase encolhidos” (destaques meus)<sup>718</sup>. Outro escravo fugido que possuía algum grau de *letramento* era “hum pardo escuro de idade de 15 annos, boa estatura, feição miuda, os dedos dos pes abertos, tem falta de unha em hum dos dedos dos pes, bem feito, bons dentes, *sabe ler*”. Não há referência ao nome do escravo, apenas ao de seu proprietário, o Ajudante Joaquim Desiderio de Paula, cadete no Rio de Janeiro à época da fuga (itálicos meus)<sup>719</sup>. O caso deste escravo fugido no Rio de Janeiro confirma o costume de se ensinar a leitura e a escrita, de forma dissociada, como foi visto na *Introdução*, uma vez que o anúncio revela que o pardo de 15 anos de idade sabia apenas ler.

Esses casos vão ao encontro dos resultados obtidos por WISSENBACH, PAIVA, MAGALHÃES, VILLALTA e OLIVEIRA<sup>720</sup>, uma vez que se pode identificar, através de seus estudos, uma estreita ligação entre a inserção na cultura escrita e as

---

<sup>718</sup> *O Astro de Minas*. n. 144, 18/10/1828, p. 4.

<sup>719</sup> Id. n. 292, 01/10/1829, p. 4.

<sup>720</sup> WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998. E também: Idem, 2002. PAIVA, 2003. MAGALHÃES, 1994. VILLALTA, 1999. OLIVEIRA, 2005.

ocupações daqueles que aprendiam a ler e escrever. Os escravos identificados como aqueles que se apropriaram da cultura escrita eram os que exerciam trabalhos especializados, como o escrevente citado por PAIVA <sup>721</sup>, os “escravos de ganho” estudados por WISSENBACH <sup>722</sup> ou os localizados nos processos-crime da Comarca do Rio das Mortes: os oficiais de alfaiate Martinho e Vicente. O primeiro desses dois afirmou ser capaz de assinar o nome e o segundo, disse que sabia ler e escrever. Além desses, outro escravo réu que afirmava saber assinar seu nome, Antônio Prudente de Paula, possuía o ofício de pedreiro. Por possuírem profissões especializadas, certamente lidavam cotidianamente com os códigos numéricos. Por causa de seus ofícios, possuíam a capacidade de decifrar números e de utilizá-los como forma de medição, o que denota grau significativo de *letramento*. Além desses casos, apesar de não ser mencionada explicitamente a capacidade de leitura e/ou escrita, nos anúncios de fugas, identifiquei o “crioulo de nome Joaquim Machado” e o outro “oficial de sapateiro e muito tocador de viola, instrumento que sempre traz consigo”, de nome Manoel<sup>723</sup>. Esses dados são relevantes, pois, de acordo com VIÑAO FRAGO, é necessário que se tenha

uma concepção mais ampla da alfabetização [letramento, a qual] deveria contemplar também *a capacidade para decifrar/decodificar outros signos diferentes dos alfabéticos, especialmente os do mundo da imagem, do número e das formulações algébricas* [ou ainda o] código da música (itálicos do autor)<sup>724</sup>.

Seguindo as orientações de VIÑAO FRAGO, os dois escravos fugidos que, conforme os anúncios publicados, conheciam os códigos musicais, possuíam um tipo de *letramento* bastante especializado.

Na documentação sobre escravos e forros, destacam-se ainda dois sujeitos: o escravo João, pertencente a Bento José de Carvalho, fugido em 1828; e o escravo Adão, fugido em 1829. Segundo o anúncio que se refere a João, o cativo, “quando fugio, furtou huma carta de alforria de Thomaz, escravo que foi de Venancio Modesto de Toledo”. O anúncio informa ainda que “a carta esta passada a 28 annos, e elle apresenta

---

<sup>721</sup> PAIVA, 2003.

<sup>722</sup> WISSENBACH, 1998.

<sup>723</sup> *O Astro de Minas*, n. 327, 22/12/1829, p. 4; n. 401, 15/06/1830, p. 4.

<sup>724</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.p. 42.

como sua”<sup>725</sup>. Já em 1829, publicou-se o aviso de Pedro Pires da Silveira, dizendo que havia fugido de sua morada em Pouso Alto

hum crioulo muito fula, nariz chato, bons dentes, baixo, e grosso, sem barba, de 18 a 20 annos de idade, avieiro, seo proprio nome he Adão; porem *por subterfugios apanhou hum passaporte do Juiz Ordinario da Villa de Baependy, no qual se faz chamar pelo nome de Jeronimo*: segundo algumas noticias desconfia-se esteja para a parte da Franca (destaques meus)<sup>726</sup>.

No caso de João, pode-se levantar a hipótese de que este escravo não conseguia ler o que havia na carta de alforria, já que utilizava um documento escrito há muitos anos. Deve-se ainda atentar para o fato de que, mesmo que não soubessem ler (o que não fica explícito nos anúncios), João e Adão entendiam a importância daqueles documentos escritos para a sociedade em que viviam. João sabia identificar o que era uma carta de alforria e ambos os escravos fugidos souberam muito bem utilizar os documentos escritos da forma que desejaram.

Ao examinar mais atentamente os casos de libertos capazes de assinar, considerando os dados analisados no *Capítulo IV* e os processos crime analisados neste *último capítulo* da tese, pude perceber que o mundo do trabalho tornou-se o espaço possível de mediação entre estes sujeitos e a cultura escrita. Todos os forros assinantes possuíam ofícios para os quais o conhecimento de códigos numéricos ou algum meio de medição e cálculo era fundamental. Assim como os forros letrados de Salvador, encontrados por Klebson OLIVEIRA, todos os capazes de ler/escrever eram nascidos no Brasil<sup>727</sup>.

As fontes indicam que os manuscritos foram usados para a gestão dos negócios do dia-a-dia e ainda como instrumento para facilitar ameaças e trapanças. Esses indícios são relevantes para que se possa historicizar os diversos usos atribuídos ao escrito, mesmo entre aqueles que não foram identificados como leitores diretos ou capazes de escrever, mas que souberam utilizar a palavra escrita em seu favor. Nesse sentido, os casos do forro barbeiro e sangrador que possuía um livro de razão para melhor administrar seus negócios, apesar de não saber assinar e dos escravos que furtavam documentos para facilitar suas fugas são exemplares. No século XVIII e na primeira

---

<sup>725</sup> *O Astro...* n. 262, 23/7/1829, p. 4.

<sup>726</sup> *O Astro...* n. 302, 24/10/1829, p. 4.

<sup>727</sup> OLIVEIRA, 2005.



metade do XIX, enfim, as pessoas atribuíam valor aos registros gráficos e se favoreciam com eles, mesmo as que não sabiam ler nem escrever.

## Conclusão

Neste ano de 2009, comemoramos os 250 anos de implantação da escola pública em Portugal e suas ex-colônias, uma vez que a Reforma dos Estudos Menores, promovida durante o reinado de D. José I, foi estabelecida com o *Alvará Régio de 28 de junho de 1759*. Muitas gerações de historiadores consideraram-na um retrocesso à grande obra de escolarização estabelecida pelos jesuítas na América Portuguesa. O conjunto de seguidores deste modo de pensar a História da Educação no Brasil, denominado atualmente “matriz azevediana”, considerava que nada de grandioso foi feito em favor da escolarização dos brasileiros, tanto no período colonial quanto no Império. Nas primeiras décadas do século XIX, após a Independência do Brasil, o método do ensino mútuo ou lancasteriano, empregado nas aulas públicas, foi um fracasso em várias províncias. O malogro do método lancasteriano, assim como de outros métodos de ensino foi, durante muito tempo, creditado pelos historiadores à falta de “espírito crítico” de nossos legisladores, que “importavam” idéias concebidas para outros contextos, as quais, em nossa terra, não poderiam dar bons frutos, uma vez que eram “idéias fora de lugar”. O pequeno número de escolas públicas e as desastrosas medidas para implantar métodos de ensino ineficazes para nossa realidade foram tratados por nossos historiadores “azevedianos” como as chaves a partir das quais se explicavam os altos índices de analfabetismo com os quais o Brasil adentrou o século XX.

Todavia, estas concepções têm sido revistas por nossa historiografia desde finais da década de 1980. Há pelos menos duas décadas os historiadores que se debruçam sobre o tema da Educação têm procurado demonstrar que a Reforma dos Estudos Menores e a implantação das aulas públicas no Império devem ser observadas no contexto em que foram produzidas. A esta mirada, que procura *compreender* o passado e não exigir de nossos antecedentes as respostas que os mesmos não poderiam oferecer, é que se vincula esta tese, elaborada no interior da linha de pesquisa *História e Culturas Políticas* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

A historiografia da Educação convencionou dividir a Reforma dos Estudos Menores em duas etapas. Na primeira fase (1759-1772), durante os nove anos de atuação do Principal D. Tomás de Almeida, que tomava a frente da Diretoria Geral dos

Estudos (1759-1768), a providência primordial foi a destruição da tradição cultural deixada pelos jesuítas em todo o Reino de Portugal e no Ultramar. Uma verdadeira caçada foi empreendida para que os livros de uso escolar publicados pelos inicianos fossem localizados e destruídos, uma vez que passaram a ser consideradas obras proibidas a partir de 1759. Contudo, era necessário que a Diretoria Geral dos Estudos criasse um novo *corpus* de livros dirigidos ao mundo escolar. A impressão desses novos livros, indicados pelas *Instruções para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica e de Retórica* de 1759, que continham os princípios norteadores da reforma, não foi tarefa fácil de se concluir. Os grandes obstáculos enfrentados por D. Tomás neste ponto eram a precariedade da imprensa portuguesa, em decorrência do terrível terremoto que acometera Lisboa em 1755 e a falta de pessoal especializado para produzir materiais de uso escolar. O pequeno número de funcionários da Diretoria também obstava a chegada de novos livros para o ensino nas possessões portuguesas espalhadas pelas quatro partes do mundo.

Com a substituição da Diretoria Geral dos Estudos pela Real Mesa Censória, que passou a ser a responsável por fiscalizar as escolas públicas (entre 1768 e 1787), outros problemas foram enfrentados pela Reforma dos Estudos Menores. A Real Mesa Censória era também o órgão responsável pelo exame, aprovação e autorização de publicação de todos os livros que poderiam ser impressos e/ou circular no Reino de Portugal e suas possessões. Com relação às aulas régias, o principal problema enfrentado pela Real Mesa Censória era o escasso financiamento, que levava aos baixos salários dos professores e aos recorrentes atrasos em seus pagamentos. A partir do ano de 1770, foi dada especial atenção ao ensino da Língua Portuguesa. Para tanto, publicou-se o famoso *Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier*, de Carlos Joaquim Colbert, livro de leitura obrigatório para os estudantes de Primeiras Letras, que conjugava uma tentativa de normatização ortográfica da Língua Portuguesa com a propagação e o fortalecimento da doutrina cristã entre a mocidade.

Com a *Real Mesa da Comissão Geral para o exame a censura dos livros* se ocupando plenamente da fiscalização e organização das escolas (de 1787 a 1794), sob a orientação do poderoso ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, foi publicada a Carta de Lei de 6 de novembro de 1772. Este marco legal instituiu o primeiro sistema público de ensino do Ocidente, organizado em todos os níveis de instrução. No mesmo ano, foi criado o Subsídio Literário, imposto que deveria ser utilizado para o pagamento dos ordenados dos professores régios, o que trouxe uma melhor normatização nos

pagamentos dos mestres. Estas medidas centralizadoras instauravam uma segunda fase na Reforma dos Estudos Menores, que perdurou até o ano de 1777, quando D. Maria I subiu ao trono, após a morte de seu pai, D. José I. Contudo, os atrasos dos salários dos professores ainda eram recorrentes e as aulas oferecidas eram poucas para atender a toda a população desejosa de que seus filhos aprendessem as habilidades básicas de ler, escrever e contar. Os “pais de família” e as Câmaras Municipais, em diversos pontos do Reino e Ultramar, remetiam, no período mariano, várias solicitações de abertura de aulas régias. O reinado de D. Maria I foi marcado pela queda de Pombal e por uma significativa ampliação da oferta de cadeiras de Primeiras Letras. Para tanto, a Rainha estabeleceu o que se convencionou chamar de processo de “conventualização” das aulas, sob o controle da *Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino* (1794-1799). Os salários dos mestres régios foram diminuídos, e os freis e padres dos conventos, despreparados para ensinar a mocidade, fizeram com que a qualidade do ensino piorasse. Esta expansão das aulas públicas não deixou de se basear naquele que seria o principal papel da educação no período colonial: reproduzir a ordem estamental. Mas um dos grandes feitos de D. Maria I foi dar existência legal ao ensino público feminino, em 1790. Apesar da lei, às mulheres continuava a ser oferecido um papel secundário na educação, sendo a instrução masculina prioritária e mais voltada para a aquisição da cultura escrita do que a feminina, que enfatizava a doutrina cristã e as “prendas manuais”.

Em 1792, D. Maria I foi afastada do poder e seu filho D. João passou a ser o regente, ainda que extra-oficialmente. Após muitas disputas internas na Universidade de Coimbra, criou-se a *Junta da Diretoria Geral dos Estudos*, em 1799, órgão que passou então a regular o ensino. Com a Reforma de 1800, o Príncipe Regente D. João retomou a orientação centralizadora pombalina. Às portas de nossa Independência, em 30 de junho de 1821, D. João VI promulgou um decreto permitindo que qualquer cidadão pudesse abrir uma escola particular, uma vez que o Estado não tinha condições de estabelecer escolas públicas em todos os lugares do Reino.

Estas várias mudanças ocorridas no âmbito das aulas menores em Portugal e seus domínios guardam um objetivo comum: oferecer aos súditos o ensino elementar da leitura, escrita e as quatro operações básicas da Matemática e, principalmente, a doutrina cristã. As escolas de Primeiras Letras eram prioritárias em todo o período colonial, seguidas pelas aulas de Gramática Latina. Apenas lugares mais urbanizados

possuíam uma maior diversidade de cadeiras de ensino “secundário”, como as de Filosofia, Retórica ou Geometria.

Outra constante verificada em todo período colonial refere-se aos baixos salários dos mestres públicos e aos atrasos em seus pagamentos. Tal situação desestimulava o ingresso de pessoas bem preparadas nesta carreira, havendo ainda uma política por parte do Estado de nomeação de poucos professores proprietários (efetivos) e de contratação de muitos professores substitutos.

A oscilação na oferta de cadeiras públicas no mundo colonial também foi intensa. Esta inconstância é um dos elementos que indica que a rede pública de ensino não se encontrava solidamente estabelecida e que outras alternativas para a disseminação dos aprendizados elementares tinham que ser criadas pelos súditos. Entre estas alternativas, encontram-se as casas de educação criadas para atender aos órfãos (tanto as iniciativas de religiosos quanto a Casa Pia) em Portugal, que comprovam que a sociedade portuguesa, no Reino e na Colônia, temia que as crianças órfãs e expostas, entregues à própria sorte, se tornassem um problema social. Oferecer o aprendizado de um ofício a um órfão pobre era importante para que estes menores se tornassem úteis à sociedade. A educação profissional era, então, um meio de controle das camadas mais baixas da população portuguesa. A partir de uma educação moral e voltada ao mundo do trabalho, os órfãos aprendiam ofícios mecânicos e podiam prestar serviço militar ou, ainda, se tornar sacerdotes úteis nas missões do Ultramar. Grande parte das casas de educação privadas analisadas não excluía alunos “de fora”, possivelmente meninos pobres que ali estavam para aprender as habilidades de ler, escrever e contar. Mas em contrapartida, tais instituições requeriam com instância ao Estado que suas iniciativas fossem apoiadas e geralmente recebiam pareceres positivos, uma vez que prestavam um importante serviço ao Reino de Portugal.

Durante o período colonial, todas as possibilidades de acesso aos aprendizados elementares de leitura e escrita indicadas – escolas públicas, criadas por filantropos, e aulas particulares – guardam relações entre si. As informações obtidas na pesquisa, muitas delas referidas raramente em outros estudos, atestam que iniciativas organizadas à margem da estruturação centralizadora do Estado eram desenvolvidas pela população para suprir suas necessidades de educar a mocidade, inclusive para o sexo feminino. Estas estratégias educativas não estatais, algumas delas iniciativas formuladas por religiosos, acabavam por atender a súditos que não dispunham de um lugar nas aulas públicas e nem condições de contratar um professor particular. Havia mestres

particulares ou mesmo clérigos das “casas de educação” que solicitavam o recebimento de um ordenado pago pelos cofres do Subsídio Literário. Com efeito, algumas destas diligências da população acabavam por ser absorvidas pelo sistema educacional público. Isto significa que o projeto centralizador iniciado pelo Marquês de Pombal e retomado durante o reinado de D. João VI não excluía, de modo algum, as demais estratégias postas em prática naqueles tempos, por diversas instituições e grupos sociais. O Estado português se aproveitava de uma estrutura já existente para se expandir, uma vez que todas as alianças eram importantes para que o titubeante sistema educacional público se tornasse sólido.

Apesar de haver menor quantidade de dados disponíveis sobre as aulas particulares no período colonial, os documentos encontrados comprovam que havia professores atuando nesta modalidade de ensino. As famílias mais abastadas e mais letradas procuravam estabelecer alternativas para que seus filhos se apropriassem da cultura escrita, o que fazia com que as distâncias sociais aumentassem, pois nem todos podiam pagar por tais serviços.

Após 1822, ano de nossa Independência, o principal objetivo do Estado imperial e das elites brasileiras era a construção de uma nova Nação, o que necessariamente passava pelo rompimento com o passado colonial. A busca pela civilização aos moldes europeus (leiam-se, franceses) era um tema recorrente entre as elites políticas, econômicas e culturais, que assumiam como principal via de acesso ao poder uma dimensão civilizatória. As aulas régias, frutos do período colonial, passaram a ser denominadas aulas públicas, mas, nos primeiros anos do Império, foi mantida a mesma estrutura de ensino herdada de Portugal. Em 1827 foi promulgada a *Lei de 15 de outubro* ou *Lei do ensino mútuo*, estabelecendo-se, assim, um marco no processo de constituição de uma rede nacional de escolas elementares. O método de ensino propugnado pela Lei de 15 de outubro, denominado de ensino mútuo ou lancasteriano, trazia inovações com relação ao método individual, até então empregado. Estabelecia que os ensinamentos de leitura e escrita fossem feitos de modo simultâneo, com um mobiliário e utensílios específicos para o aprendizado das técnicas de leitura e escrita e, ademais, recriminava as punições físicas comumente impingidas aos estudantes. O novo método de ensino prometia, se bem aplicado, permitir que se ensinasse o maior número possível de alunos, com o menor número de professores, tendo como objetivos a economia de tempo e de recursos. Para alcançar tais pretensões, eram previstos agrupamentos em classes de até mil estudantes e o auxílio de monitores. Para que se

pudesse manter a ordem nestas salas tão numerosas, os seguidores do método lancasteriano estabeleciam, de maneira detalhada e rigorosa, normas de comportamento que deveriam ser seguidas pelos alunos. Estimular a hierarquia entre os estudantes mais adiantados e os mais atrasados, a competição, a emulação e os castigos de natureza moral eram, nesta medida, armas fundamentais das quais os professores deveriam lançar mão para garantir a ordem e a disciplina em suas classes.

Na década de 1820, o Estado Imperial implantou oficialmente o método lancasteriano, a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra. Em várias localidades, o método do ensino mútuo foi implantado, nas aulas públicas, por oficiais do exército. Não é de se admirar que os pais de família de São João del-Rei relacionassem a matrícula dos estudantes da escola pública de ensino lancasteriano com o recrutamento militar, o que levou à evasão dos alunos e às intrigas com os professores particulares da vila, conforme demonstrei no *Capítulo II* desta tese.

No final da década de 1820, assistiu-se, ainda, a um movimento do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais, encabeçado pelo Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, que convocava as várias Câmaras Municipais mineiras a refletir sobre os números de escolas de Latim que havia em suas localidades, visando à extinção de algumas destas cadeiras. Este impulso relacionava-se, indubitavelmente, à necessidade das elites políticas imperiais de romper com o passado colonial. Tal impulso encontrou eco inclusive na Vila de São João del-Rei, na qual havia um debate levado a público por seu principal periódico, *O Astro de Minas*, que se debruçava intensamente sobre as questões educacionais da época.

Em 1834, com a instituição do *Ato Adicional à Constituição*, foram instaladas as Assembléias Provinciais, o que gerou um movimento de descentralização política no Império. A partir de então, cada província possuía liberdade para organizar e financiar seu sistema de ensino. Dessa forma, deixou de existir um projeto nacional de ensino público no Império do Brasil. No nível provincial mineiro, a publicação da *Lei número 13* e de seu respectivo *Regulamento número 3*, assistiu-se a um intenso debate, seguido de variadas tentativas para que se normatizasse e organizasse a educação escolar. As aulas de Primeiras Letras mantiveram seus objetivos civilizatórios e, ao mesmo tempo, excludentes, uma vez que visavam a estabelecer o controle do Estado sobre a população pobre e livre, denominada no período “massas perigosas”. O objetivo era incluir os pobres na escola para que se tornassem bons cidadãos, ou seja: aprender os rudimentos

de leitura e escrita para bem conhecer seus deveres civis e se tornassem bons cristãos, obedientes ao Imperador Constitucional do Brasil, continuando à margem do poder.

A *Lei número 60 de 1837* da Província de Minas Gerais apoiava a criação de aulas avulsas e, até mesmo, de colégios de ensino “secundário”. Foram criadas, na Capital da Província e nas vilas mais populosas, aulas de Gramática Latina e Francesa, de Retórica, Lógica, Geometria e Desenho. Todavia, somente na década de 1860, é que Minas Gerais assistiria a um movimento favorável à criação dos colégios, período que escapa ao recorte cronológico estipulado para esta pesquisa.

Os estudos de outros historiadores da Educação citados no *Capítulo II* da tese demonstram que as aulas públicas elementares mineiras eram freqüentadas pelas camadas mais pobres da população e por negros, o que levava as famílias mais abastadas a contratar professores particulares. A prática de mestres particulares estava comprovadamente enraizada no mundo luso-brasileiro, ao longo do período colonial. No período posterior à Independência, a documentação da Câmara Municipal de São João del-Rei, as prestações de contas de tutelas anexadas ao final dos inventários *post mortem* e, ainda, os anúncios de professores particulares feitos no *Astro de Minas* oferecendo seus préstimos, evidenciam que, também no século XIX, se recorria ao ensino particular (público ou doméstico). Todavia, algumas diferenças com relação ao período colonial devem ser enfatizadas. Nas escolas particulares de Primeiras Letras, alguns alunos pobres possuíam autorização para freqüentar as aulas, o que era considerado, naquela altura, como um ato “filantrópico”, que possibilitava a formação de um povo civilizado para a florescente Nação Brasileira. Como demonstrei, nas primeiras décadas do século XIX, assistia-se a um movimento de busca por valores considerados civilizados e a França era o modelo seguido pelas elites imperiais. As aulas particulares, anunciadas no periódico local *O Astro de Minas*, ofereciam os ensinamentos ou “prendas” que eram considerados capazes de “ornar” as pessoas civilizadas, quais sejam: saber falar francês, tocar piano e dançar nos bailes.

Em todo o período analisado, observa-se uma disposição das famílias em reproduzir sua condição social, pois foi encontrada nos inventários *post mortem* uma relação estreita entre a posse de determinados bens, pelas famílias mais abastadas – escravos, terras de cultura e de criar – e os destinos seguidos pelos seus filhos. Ademais, havia uma ligação entre testadores letrados, proprietários de bibliotecas particulares, e seus legatários, crianças que geralmente possuíam uma educação mais esmerada, voltada para o mundo da cultura escrita.



A pesquisa com inventários e testamentos deixou patente que, aos diferentes sexos, eram dadas educações variadas. Em uma mesma família, eram oferecidos ensinamentos distintos para meninos e meninas. Tal constatação empírica reforça os dados publicados por outros historiadores, citados no *Capítulo III* da tese, segundo os quais os meninos recebiam maiores oportunidades de acesso ao mundo da cultura escrita. A educação do sexo feminino se encontrava mais restrita ao saber administrar o lar e a família, de forma virtuosa. A virtude ou moral cristã era um elemento indispensável a uma mulher bem educada. A educação das meninas priorizava a aquisição das “prendas domésticas” chamadas também de “prendas manuais”, dentre as quais a costura, o bordado, as rendas, em detrimento das habilidades *literácitas*. Algumas meninas aprendiam, além das prendas apropriadas ao seu sexo, a ler e a escrever, mas não foi encontrado um caso sequer de menina que estivesse aprendendo a “contar”, ou seja, as operações básicas da Matemática.

Entretanto, com todos os limites sociais impostos, mulheres consideradas capazes de educar, instruir e bem administrar as heranças de seus filhos menores eram indicadas como tutoras. Dentre estas, estavam esposas de comerciantes e de homens que possuíam alguma patente militar. Mas estes casos não desmentem a realidade dada a ver a partir dos dados quantitativos encontrados nos testamentos. Ao quantificar as pessoas capazes de assinar os testamentos produzidos entre 1750 e 1850, na Vila e Termo de São João del-Rei, ficou constatado que as capacidades *literácitas* se diferiam muito, tanto no que se refere à condição social quanto conforme o sexo dos testadores.

Considerando todas as variáveis analisadas no *Capítulo IV* (origem, sexo, condição sócio-econômicas e situação jurídica), ficou evidente que a pesquisa restringe-se a alguns setores mais favorecidos economicamente da sociedade sanjoanense e aos nascidos brancos e livres. A disseminação da capacidade de assinar se organizava, entre os testadores, de forma similar às constatações feitas por outros pesquisadores europeus. A cultura escrita era apropriada mais pelos homens do que as mulheres, principalmente os proprietários de bens e aqueles que possuíam ocupações que exigiam as habilidades de leitura, escrita e cálculo. Nos testamentos de São João del-Rei, as mulheres naturais da América Portuguesa/Brasil apresentam índices de *letramento* muito superiores do que suas contemporâneas européias e africanas. Apesar disso, no que se refere ao sexo feminino, uma continuidade percebida em todo o período pesquisado é que os índices de assinaturas das mulheres se encontravam sempre abaixo dos masculinos, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

Entre os escravos e os forros, ficou constatado que o mundo do trabalho era a ponte de acesso destes sujeitos ao mundo da cultura escrita. A grande maioria dos forros capazes de assinar possuíam ofícios para os quais o conhecimento de códigos numéricos e/ou algum meio de medição e cálculo eram fundamentais.

Além de bem administrar os negócios, informar e registrar disposições testamentárias, os usos dos recibos, dos livros de razão, das correspondências e dos codicilos, citados pelos testamenteiros, comprovam que a palavra escrita era utilizada, também, para ocultar segredos e trapacear. As menções aos usos variados e inventivos de documentos manuscritos por parte dos testadores atestam que alguns sujeitos, comprovadamente incapazes de ler e de escrever, sabiam, nos séculos XVIII e XIX, utilizar a palavra escrita a seu favor, mesmo incorrendo em alguma prática desonesta.

Enfim, ao pesquisar fontes de natureza diversa e em grande número, utilizando-me tanto de metodologia quantitativa quanto qualitativa, acredito ter demonstrado, com esta tese, que, na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, havia um pequeno número de locais públicos e particulares em que eram ensinados o ler, o escrever e o contar. Tanto por parte das iniciativas estatais quanto no seio das famílias mais abastadas e letradas, a difusão da cultura escrita entre todas as categorias sociais e a ambos os sexos não era o objetivo central e nem se dava da mesma maneira. Todavia, isto não impedia que fosse atribuído valor aos registros em papel. As pessoas se valiam das técnicas de leitura e escrita quando preciso fosse e da forma como melhor entendessem, apesar de todas as regras impostas pela sociedade no período estudado.

## Fontes

### Fontes documentais impressas

*O Astro de Minas*, n. 09, 08 de dezembro de 1827. p. 3; n. 14, 20 de dezembro de 1827. p. 2; n. 29, 24 de janeiro de 1828. p. 2; n. 30, 02 de janeiro de 1828. p. 4; n. 34, 05 de fevereiro de 1828. p. 3; n. 55, 25 de março de 1828. p. 1; n. 58 1º de abril de 1828. p. 1; n. 59, 03 de abril de 1828. p. 2; n. 59, 03 de abril de 1828. p. 3; n. 63, 12 de abril de 1828. p. 1; n. 72, 03 de maio de 1828. p. 2; n. 80, 22 de maio de 1828. p. 4; n. 81, 24 de maio de 1828. p. 4; n. 82, 27 de maio de 1828. p. 3; n. 85, 03 de junho de 1828. p. 4; n. 86, 05 de junho de 1828. p. 4; n. 89, 12 de junho de 1828. p. 4; n. 92, 19 de junho de 1828. Suplemento; n. 127, 09 de setembro de 1828. p. 1; n. 129, 19 de setembro de 1828. p. 4; n. 144, 18 de outubro de 1828. p. 4; n. 204, 07 de março de 1828. p. 4; n. 262, 23 de julho de 1829. p. 4; n. 292, 01 de outubro de 1829. p. 4; n. 302, 24 de outubro de 1829. p. 4; n. 327, 22 de dezembro de 1829. p. 4; n. 401, 15 de junho de 1830. p. 4; n. 548, 31 de maio de 1831. p. 4; n. 648, 19 de janeiro de 1832. p. 4; n. 922, 10 de outubro de 1833. p. 4; n. 1022, 05 de julho de 1834. p. 4; n. 1024, 10 de junho de 1834. p. 4; n. 1050, 09 de agosto de 1834. p. 4; n. 1143, 17 de março de 1835. p. 4.

AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980, vol. 1.

CAMPANGNE, E. M. *Diccionario universal de educação e ensino*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1886. Vol. I.

Lei de 15 de outubro de 1827, Livro da Lei Mineira, 1827.

Lei Número 13 de 1835, Regulamento Número 3, Livro da Lei Mineira, 1835.

Lei Número 60 de 1837, Livro da Lei Mineira, 1837.

MOURÃO, Paulo Krügger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytechnica emprehendida em a Villa de São João D'El Rei, *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899. p. 815-842.

Parecer do Visconde Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a organização da Sociedade Phylopolytemprehendida em a Villa de São João D'El Rei. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, Ano IV, 1899. p. 838 e 839.

SILVA, Antônio de Moraes e. *Diccionario da Língua Portugueza*. Lisboa: Typ. Lacerdyna, 1813 *apud* BRÜGGER, 2007.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. vol. I.

## **Fontes documentais manuscritas**

### **Arquivo da Câmara Municipal de São João del-Rei**

CAED 68, CAED 69, CAED 70, ATA SES 27.

### **Arquivo Geral das Alfândegas de Lisboa**

*Relação dos Livros prohibidos, que em observancia do decreto de S. Mag<sup>de</sup> de 20 de Dezembro próximo passado, se remetem do Collegio da Companhia da Cidade de Coimbra ao Ex<sup>mo</sup> Principal D. Thomas de Almeida director geral dos Estudos do Reyno, e suas Conquistas, Livro 174-1.*

Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa (AGAL): *Lista dos Livros Classicos prohibidos pelo Alvará e Instrucções de Estudos que se achão em poder de particulares nesta Corte na forma da Relação que seu o Provedor dos Orphaos e Capelas Joze Roberto Vidal da Gama assignada pelo mesmo Ministro e se lhe remeteo com a Carta Regia para os fazer entregar ao Secretario da Directoria, Livro 174-1.*

Livro 174-2; Livro 175.

### **Biblioteca Pública de Évora**

BPE, CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13; BPE: CXI, n. 8//2-11; BPE: CXXIX/2-7 maços 10, 11, 12 e 13.

### **Instituto e Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

Chancelaria D. José I, Livro 9 (1769-1771)

Consultas sobre escolas menores, Livro 363, Real Mesa Censória

Intendência Geral de Polícia, Livro 3.

Ministério do Reino, maço 3483.

Ministério do Reino, Negócios Diversos Relativos à Instrução Pública, Maço 3518, 1800-1818.

Ordens às Reformas dos Estudos, Livro 417.

**Arquivo Histórico e Escritório Técnico 2 de São João del-Rei/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Processo-crime, 1830, cx. 06-02; Processo-crime, 1856, cx. 11-03.

**Lista nominal de testamentos originais e inventários**

Nome do testador	Ano da testamentaria	Caixa	Ano do inventário	Caixa
Antônio José Afonso	1843	01	1842	1
Felix José Proença e África	1789	01		
Gaspar José Abreu (Cap)	1813	01	1810	1
Manoel Figueira de Abreu (sargento mor)	1812	01		
João Silva Abreu	1791	01		
Bonifácio Gonçalves Aguiar	1812	02		
Ana Joaquina Albina Azevedo Lemos	1823	02	1823	2
Maria do Carmo Albina	1831	02		
Ana Joaquina Albuquerque	1826	02	1826	2
José Costa Alcamim	1789	02		
Tomás Aguiar	1769	02		
João Batista Pinto Almeida (Ten. Cel)	1838	03		
José Borges Almeida	1790	03		
José Martins Almeida	1829	03		
Manoel Alves Almeida	1809	03	1806	8
Manoel Inácio Almeida Faria (sargento mor)	1789	03		
José Mendes Almeida	1830	03	1830	
Josefa Almeida	1821	03	1820	
João Damaceno Alves	1844	04		
Bernardino Sena Alvarenga	1830	04	1830	20
Basília Tereza Alves	1829	04		
Manuel José Correia Alvarenga	1834	04		
Jeronimo Oliveira Alves	1782	04		
Domingos Pereira Andrade	1758	05		
José Joaquim Andrade (alferes)	1823	05	1824	376
Ana Leonor	1836	05	1830	13
Casemiro José Andrade	1823	05		
Antônio Martins Andrade	1790	05	1790	14
Francisco Barbosa Amaral	1823	05		
Maria Madalena Arantes	1837	06		
Custódia Monteiro Anjos	1821	06	1820	308

Marcelino Rodrigues Aquino	1843	06		
Ana Maria Anunciação	1816	06		
Antônio José	1818	06		
Venância Constância Andrade	1846	06		
Manoel Joaquim Andrade (alf.)	1829	06	1822	565
Antônio João	1808	06	1800	18
Antônio Benguela	1818	06		
Antônio Gonçalves Anjos	1789	06		
Antônia Maria Araújo	1801	07		
Lauriana Maria Araújo	1824	07		
Tomé Gonçalves Araújo	1825	07		
José Francisco Araújo	1836	07	1836	20
Domingas Araújo (preta forra)	1773	07	1770	337
Violante Moreira Assunção	1788	08		
Ana Teresa Assunção	1828	08		
Úrsula Pereira Assunção	1789	08		
Manoel Azevedo	1777	09	1773	464
José Carvalho Azevedo	1830	09	1828	24
Francisco Machado Azevedo (Tenente)	1845	09	1841	24
Maria Rosa Azevedo	1831	09		
Antônia Martins Bahia	1816	10	1813	25
Lourenço Souza Barbosa (tenente)	1822	10	1817	454
Mateus Leme Barbosa	1819	10		
Francisca Paula Barbosa	1832	10		
José Raimundo Barbosa	1851	10	1849	27
Ana Vieira Barbosa	1815	10		
João Fonte Barros	1764	11	1763	30
Francisco Cruz Barreiros Cr forro	1771	11	1767	362
Joaquim Antônio Barros	1829	11	1829	359
Antônio José Barros (sargento mor) OBS: consertar desc escr	1850	11	1844	323
Amaro Cunha Barreto (cap)	1812	11		
Perpétua Fernandes Barrosas	1816	11		
Manoel Fernandes Barrosas	1810	11		
Antônio Joaquim Rego Barros	1846	11	1844	29
Joaquim Rego Barros (tenente)	1809	11		
Joaquim José Barros (Ten)	1836	11	1832	496
Luiza Barros	1768	11		
José Pedro Costa Baptista	1828	12	1819	32
Isabel Batista	1843	12		
Manoel Inácio Costa Barroso	1835	12		
Antônio José Bento	1818	13	1815	33
Maria Luz Belém	1834	13		
Oliver Bird	1838	13		
Cesária Maria Beatriz	1831	13		

Manoel Bitencourt (alferes)	1813	13		
Ana Paula Bitancurt	1828	13	1822	33
Maria Rosa Bitancurt	1837	13		
Florência Teles Bitancurt	1837	13	1837	267
Escolástica Maria Bonsucesso	1826	14	1822	34
Bento Ferreira Brito - capitão	1831	15	1827	333
João Antônio Faria Braga	1845	15	1846	423
Domingas Claudina Silva Braga	1840	15	1839	348
Gonçalo Ribeiro Brito	1807	15		
Francisco Freitas Brandão	1831	15	1827	380
Pascoal Brandão	1816	15		
Isabel Ferreira Branca	1789	15		
Manoel Gonçalves Costa	1791	15		
Luiza Felícia Sinfroza Bustamante	1846	16	1845	455
Jerônimo Andrade Brito (ajudante)	1821	16		
Luiz Fortes Bustamante Sá (guarda mor)	1833	16		
Maria Mendes Brito	1824	16		
José Ferreira Brito (furriel)	1825	16		
Manoel Silva Brito	1828	16		
Joaquim Pedro Souza Câmara (sarg. Mor)	1806	17	1798	444
Manoel Cabo Verde	1811	17		
João Ferreira Calisto	1818	17	1820	374
Francisca Antônia Calada	1802	17		388
Luiz Manoel Silva Caldas (tenente cel)	1844	17		
Teresa Inácia Costa Cabral	1855	17		
Narcisa Maria Caetana	1813	17		
Antônio Souza Caldas	1789	17		
João José Souza Campos	1840	18		
Gertrudes Maria Campos	1828	18		
Matias Gonçalves Araújo Campos	1830	18	1831	475
José Monteiro Cardoso	1799	18		
Antônio Gonçalves Cardoso	1809	18		
Rita Adelindes Carneiro	1848	19		
Maria Eulina Carmo	1833	19		
Gertrudes Magna Souza Caria	1834	19		
José Mendes Carneiro	1829	19		
Bernardo José Gomes Carneiro (cap.)	1855	19	1847	44
Custódio Neto Carneiro	1820	19	1793	309
Domingos Francisco Carneiro	1778	19	1778	337
João Paulo Carneiro	1818	19		
Antônio Gonçalves Carvalho	1810	20		

Gonçalo Correia Carvalho	1840	20	1836	385
Francisco Antônio Carvalho (tenente)	1837	20	1837	521
Isidoro Correia Carvalho	1840	20		
José Teixeira Carvalho	1831	21		
José Pinto Carvalho	1807	21	1805	423
Joaquim Antônio Carvalho	1840	21		
João Francisco Carvalho	1802	21	1792	48
José Santos Carvalho	1834	21		
Valério Alves Carvalho	1796	22		
Rita Custódia Cássia	1822	23		
João Nepomuceno Ferreira Castro (tenente-cel)	1850	23	1845	53
Joaquim José Lobo Castro	1853	23		
José Marcos Castilho	1834	23		
João Marcelino Castro	1820	23		
Francisco Lima Cerqueira (demente)	1815	24	1808	362
Domingos Araújo Cerqueira (cap)	1812	24	1807	338
Antônio Gonçalves Cerqueira(padre)	1810	24	1808	55
Venâncio Toledo Castro	1825	24		
Matias Paz Castro	1793	24		
Eulália Gonçalves Chaves	1803	25	1796	693
Ana Rosa Francisca Chagas	1828	25	1815	55
José Alves Chaves (cap)	1823	25	1821	564
João José Chagas	1829	25	1828	55
Francisco José Chagas	1817	25		
Leonardo João Chaves (cap.)	1825	25		
Joaquim Anselmo Coelho (tenente) negociante	1825	26	1821	60
Antônia Almeida Colaça	1792	27		
Maria Pestana Coimbra	1853	27		
Ana Silvéria Conceição	1832	27		
João Pestana Coimbra	1843	27	1841	391
Diogo Rodrigues Carvalho	1853	27		
Bárbara Maria Conceição	1847	28		
Helena Francisca Conceição	1814	28		
Inácia Maria Conceição	1815	28	1799	558
Ana Joaquina Alves Conceição	1844	28		
Cipriana Marcelina Conceição	1813	28		
Justa Maria Conceição	1834	28	1834	365
Vitória Maria Conceição	1827	29	1827	64
Maria Barbosa Conceição	1834	29		
Maria Conceição	1820	29		
Maria Perpétua Conceição	1831	29		
Maria Romana Conceição	1818	29		



Maria Conceição	1809	29		
Verônica Maria Conceição	1835	29	1833	64
Francisca Dorotéia Costa e Francisco Neto Correa (casal)	1852	30	1852	382
José Joaquim Correia (sarg-mor)	1841	30	1839	593
Francisco Correia Neto	1855	30		
Bartolomeu Gomes Costa	1829	31	1830	67
Domingos Pires Costa	1821	32		
Xavier Jose Silva	1829	C-02		
Francisco Ferreira Costa	1812	32	1801	517
Domingos Rodrigues Costa	1815	32	1823	335
Francisco Ferreira Costa	1817	32		
José Antônio Ferreira Costa	1827	33	1826	68
Juliana Rodrigues Costa	1827	33	1827	68
Jerônima Rodrigues Costa	1821	33	1814	423
José Marques Costa	1836	33	1836	68
José Costa	1807	33	1804	539
Mateus Machado Costa	1829	34		
Maria Rodrigues Costa	1824	34		
Manoel José Costa	1820	34		
Manoel Costa	1794	34		
Manoel Gomes Costa	1818	34		
Rita Moreira Costa	1777	35		
Sebastião Fernandes Costa	1814	35		
Francisco Gonçalves Cota	1822	36	1816	384
João Tavares Couto	1813	36	1818	348
João Felisberto Gomes Couto	1818	36		
Domingos Cunha Coutinho	1829	36		
Domingos Abreu Coutinho (cap.)	1835	36	1827	70
Boaventura Abreu Coutinho	1827	36	1827	70
Luzia Cruz	1764	37		
Maria Inácia Ferreira Cruz	1846	37		
Cipriano Pereira Cruz	1816	37		
Manoel Ribeiro Cruz	1835	37		
Ana Inácia Cunha	1828	38	1828	73
Maria Custódia	1841	38		
Manoel Andrade Cunha	1766	38	1765	74
Manoel Pereira Cunha	1829	38		
Luiz Inácio Cunha	1836	38	1835	427
Jerônimo Cunha	1780	38		
Inácia Jesuína Cunha	1856	38	1852	408
Pedro Amorim Dantas	1819	39		
Antônia Joaquina Dias	1835	39		
Antônia Zeferina São Gonçalo Dias	1818	39		
Domingas Silva Dantas	1789	39		

Maria Dantas	1816	39		
Antônio Vicente Dias	1816	39		
Bárbara Quitéria Dias	1823	39		
Francisco Costa Dias	1815	40		
Francisco José Dias (cap)	1854	40		
Manoel Souza Diniz (tenente)	1826	41		
Manoel José Dias (Dr)	1816	41		
Silvério Joaquim Dias	1848	41		
Tomé José Dias	1822	41		
Luiza Barbosa Dias	1829	41	1817	455
Ana Rufina Dores	1835	41	1835	77
Jacinta Maria Dores	1852	41	1851	461
Rita Joaquina Dias	1832	41		
Manoel Luiz Dias	1810	41		
José Lourenço Dias (cap.)	1851	41		
D. Maria Antônia Duarte	1843	42		
Caetana Maria Duarte	1825	42	1819	339
Manoel Francisco Dutra	1822	42		
José Rodrigues Duarte	1847	42	1844	349
Manoel Carvalho Duarte	1824	42		
Antônio Silva Duarte	1796	42	1792	T42
Antônio Carvalho Duarte	1833	42	1819	732
Ana Francisca Espírito Santo	1830	44	1832	79
Joana Maria Espírito Santo	1840	44		
Feliciano Joaquina Espírito Santo	1847	44	1847	382
Joaquina Pereira Espírito Santo	1816	44		
Catarina Encarnação	1783	44		
André Ávila Fagundes	1785	45		
Maria Rosa Angélica Fagundes	1840	45	1839	353
Felix Antônio Faria	1859	45		
João Lima Fagundes	1816	45	1814	526
Joaquina Rosa Faria	1848	46	1814	526
Ana Teresa Felisberta	1828	46	1825	83
Pedro Duarte Faria (cap.)	1840	46		
João Rosário Faria	1816	46	1815	370
João Antunes Fernandes	1796	46	1795	302
Pedro Vieira Ferraz	1827	46		
Jerônimo Souza Ferras	1823	46	1815	295
Rita Maria Fernandes	1857	46		
Ana Rodrigues Ferreira	1824	47		
Alexandre Alves Ferreira	1848	47		
André Martins Ferreira	1850	47	1847	84
Luiz Carvalho Ferreira	1820	49		
Joaquim Antônio Ferreira	1841	49		
Jerônimo Alves Ferreira	1809	49		
José Alves Ferreira (alferes)	1839	49	1838	86

Jacinta Plácida Ferreira	1858	49	1844	294
Antônio Gonçalves Figueiredo	1827	50	1819	88
Rosa Alves Ferreira	1814	50		
José Alves Figueiredo (cap)	1823	51	1822	578
Pedro Pereira Silva Fogaça	1836	51		
José Caetano Figueiredo	1814	51	1811	347
Manoel Taveira Figueiredo	1792	51		
Mariana Vieira Fonseca	1829	52		
Antônio Rodrigues Fonseca	1838	52	1838	89
Felix Vieira Fonseca	1827	52		
Antônio Pereira Fonseca	1829	52		
Jacinto Ferreira Fontes (ajudante)	1842	52		
Teresa Maria Conceição Franca	1840	53		
João Ávila Freire	1824	53	1823	356
João Machado Franco	1827	53		
Manoel João Freire	1780	53		
Rosa Freitas Baraxa	1814	54		
José Sousa Freitas	1824	54	1822	443
Joana Freitas	1832	54	1824	130
Sebastião José Freiria Pinheiro	1833	54		
Ana Maria Glória	1812	55	1810	97
Domingos Fernandes Gil	1799	55		
Cosme Ferreira Galvão (tenente)	1809	55		
Diogo Garcia	1763	55		
José Lourenço Siqueira Galindo	1816	55	1814	345
Domingos Gomes	1834	56	1833	337
Rita Gomes	1812	56	1811	C-36
Antônio Gonçalves Gomes	1808	56		
Inácia Lemos Godois	1815	56	1805	97
João Faria Silva Gomes	1831	56		
Frutuoso José Gomes	1843	56	1838	389
Antônio Pereira Gomes	1801	56		
José Lourenço Gomes	1829	56	1829	454
Luiz Gomes	1819	56		
José Antônio Gonçalves	1820	57	1811	507
Ana Costa Gonçalves	1841	57		
Manoel Souza Diniz Gonçalves	1821	57		
Manoel José Gonçalves (alferes)	1827	57		
Pedro Moreira Gonçalves	1814	57		
João Silva Gonçalves	1785	57	1778	488
Pedro Rodrigues Gondim	1850	58		
José Gouveia	1807	58		
Francisco Soares Graça	1812	58		
Manoel Dias Gouveia	1822	58		

Francisca Alves Gouveia	1829	58		
Francisca Maria Paula Graça	1849	58	1848	393
Ana Souza Guarda	1817	58	1809	101
Domingos Cunha Guimarães	1785	59		
Francisco Rodrigues Guimarães	1831	59	1831	103
Francisco José Antunes	1851	59	1849	382
Bento José Passos Guimarães	1835	59	1832	298
José Francisco Guimarães	1795	60	1786	104
João Costa Guimarães	1836	60	1836	480
Joaquim Mariano Costa Amaral Gurgel	1839	60	1823	443
João Castro Guimarães (alferes)	1812	60	1807	421
Ana Barbosa Jesus	1832	61	1832	106
Ana Clara Jesus	1852	61		
Ana Antônia Jesus	1826	61		
Ana Maria Jesus	1837	62	1837	108
Ana Maria Jesus	1866	62	1853	108
Ana Maria Jesus	1831	62		
Ana Ferreira Jesus	1824	62	1820	107
Ana Teresa Jesus	1827	63		
Ana Rodrigues Jesus	1804	63		
Ana Teresa Jesus	1843	63		
Ana Teresa Jesus	1841	63		
Ana Rosa Jesus	1850	63	1849	287
Ana Vitória Jesus	1816	63		
Antônia Silva Jesus	1801	63	1796	111
Antônia Maria Jesus	1839	63	1832	111
Catarina Maria Jesus	1818	64		
Claudina Justiniana Jesus	1846	64		
Escolástica Maria Jesus	1824	65	1823	114
Inácia Teodora Jesus	1852	66	1847	408
Inácia Joaquina Jesus	1843	66	1844	116
Joana Angélica Jesus	1838	66	1837	117
Josefa Senhorinha Jesus	1839	66	1839	433
Maria Custódia Jesus	1809	67		
Maria Gertrudes Jesus	1816	67		
Luíza Teresa Jesus	1841	67		
Manoel Silva Jesus	1795	67		
Maria Custódia Jesus	1833	67		
Leonor Pereira Jesus	1832	67		
Maria Madalena Jesus	1831	67	1830	4221
Maria Madalena Jesus	1838	67		
Mariana Josefa Joaquina Jesus	1849	68		
Maria Vieira Jesus	1843	68		
Maria Narcisa Jesus	1819	68		
Narcisa Maria Jesus	1850	68		

Quitéria Alves Jesus	1808	68		
Maria Teresa Jesus	1803	68		
Maria Pinta Jesus	1812	68		
Maria Pereira Jesus	1813	68		
Quitéria Pereira Jesus	1828	68		
Mariana Bárbara Jesus	1844	68		
Mariana Bernardina Jesus	1844	68		
Silvéria Maria Jesus	1824	69		
Rosa Maria Jesus	1816	69		
Rita Maria Jesus	1830	69		
Rita Barbosa Jesus	1831	69		
Rita Barbosa Jesus	1816	69		
Teresa Maria Jesus	1822	70		
Teresa Maria Jesus	1842	70	1840	372
Teresa Maria Jesus	1845	70		
Antônio Costa Vieira Jordão	1818	70	1817	131
Maria Teresa Jesus	1819	70		
Teresa Tomásia Jesus	1828	70		
Teresa Maria Jesus	1852	70		
Bernarda Proença Góis Lara	1841	71		
Antônio José Silva Lapa (capitão)	1828	71	1823	132
João Rodrigo Lacerda	1815	71	1813	526
José Lavrador	1821	71	1821	421
Antônio José Mendes Leitão	1807	72	1801	136
Constantino Gomes Leitão	1818	72	1817	344
João Gonçalves Liberal	1816	73	1816	137
Joana Josefa Maria Lima	1813	73	1812	295
Antônio Rodrigues Lima	1825	73		
Joaquim Soares Rodrigues Lima (coronel)	1843	73		
Tomásia Maria Leite	1830	73		
Francisco Ferreira Lemos	1841	73	1840	348
Felix Siqueira Lima	1825	73		
Cândido Álvaro José Lima (sargento mor)	1824	73		
João Fernandes Lima	1829	73	1828	460
Francisco Pereira Matta Lodares	1853	74		
José Francisco Lima	1838	74		
José Francisco Lima	1835	74	1835	582
Bernardo Leite Faria Souza Loar	1832	74	1828	297
José Pinheiro Lobo	1832	74		
Joaquim Felisberto Lopes	1832	75		
Antônio Vaz Loureiro (capitão)	1797	75	1789	402
João Lopes Loureiro	1754	75	1752	522

Joaquim Souza Lopes e Delfina da S. de Miranda	1855	75	1846	162
Antônio Machado	1824	76	1824	144
Joaquim Rabelo Macedo	1814	76	1814	143
Joana Batista Macedo	1801	76		
Manoel Silva Machado	1819	77		
Serafim Anjos Vieira Machado	1834	77		
Aureliano Almeida Magalhães	1830	78		
Messias Joaquina Magalhães	1834	78		
Messias Joaquina Magalhães	1828	78		
Francisca Maria Magalhães	1830	78		
Francisco Joaquim Araújo Magalhães	1828	78	1825	393
Bento Francisco Paula Magalhães	1801	78		
Francisco Paula Almeida Magalhães (comendador)	1853	78	1849	400
Antônio Pinto Madureira	1849	78		
Maria Luiza	1815	79		
Maria Antônia	1841	79		
Manoel Afonso	1788	79		
Manoel Teixeira Marinho	1835	79		
José Silva Mariz	1800	80		
Estevão José Martins	1849	80	1848	152
Antônio Ferreira Martins	1800	80		
Antônio Ferreira Martins	1835	80		
Antônio Martins	1785	80		
Miguel Martins	1794	81		
Mathias Ferreira Martins	1775	81		
José Gonçalves Martins	1795	81		
José Freire Mata	1831	82	1830	535
José Marçal Cunha Matos	1841	82	1839	62
Francisco Ribeiro Matos	1789	82		
Delfina Cândida Faria Matos	1805	82		
Ana Fernandes Matos	1835	82		
Antônio Fonseca Matos	1824	82	1821	153
José Fernandes Medelas (guarda mor)	1844	83	1841	366
Francisco José Melo Costa (tenente)	1813	83	1810	364
Francisco Fernandes Medela	1824	83	1815	144
Antonio Costa Miranda	1808	86		
João Batista Miranda	1830	86		
Jose Jeronimo Mirandda	1844	86		
Ana Costa Miranda	1813	86		
Lauriana Souza Monteiro	1834	87		
Ana Fortunata Souza Monteiro	1833	87		
Francisco Costa Monteiro	1846	88		

Isabel Buena de Morais	1817	89		
Jose Morais	1815	89		
Manoel Pereira Monteiro	1789	88		
Joana Morais	1763	89		
Joao Teixeira Monteiro	1792	88		
Manoel Francisco Moreira	1814	89		
Catarina Godois Moreira	1788	89		
Ana Joaquina Moreira	1839	89		
Ana Inocencia Moreira	1843	89		
Jose Antonio Castro Moreira	1828	89		
Luzia Josefa Oliveira	1815	96		
Luiz Jose Oliveira	1796	96		
Joaquim Costa Oliveira	1832	96	1831	345
Joao Araujo Oliveira	1821	96	1818	357
Joaquim Jose Oliveira	1831	96		
Frutuoso Dias Oliveira	1805	95		
Francisco Pimenta Oliveira	1828	95		
Francisco Ferreira Oliveira	1825	95		
Gracia Dias Oliveira	1769	95		
Antonio Correia Noronha	1816	93		
Teresa Joaquina Nunes	1821	93		
Francisca Maria Neves	1834	92		
Manoel Almeida Naves	1824	92		
Narcisa Gomes Nascimento	1831	92		
Maria Nunes	1809	93		
Manoel Joaquim Nogueira	1820	93		
Maria Joana Nazare	1833	92		
Francisco Paula Gonçalves Nogueira	1829	93		
Clara Mariana Nogueira	1824	93		
Domingas Lemes Oliveira	1831	94		
Ana Maria Oliveira	1813	94		
Ana Silva Oliveira	1853	94		
Isabel Rodrigues Oliveira	1824	95		
Arsenia Maria Oliveira	1835	94		
Ana Rodrigues Oliveira	1812	94		
Rosa Rocha Moura	1761	90		
Joaquim Jose Moura	1817	90		
Andre Marinho Moura	1833	90		
Ana Maria Moura	1816	90		
Francisco Xavier Mota	1801	90		
Ana Maria Moura	1843	90		
Joao Gonçalves Moura	1824	90		
Francisco Xavier Moura	1816	90	1809	362
Antonio Xavier Moura	1825	90		
Ana Joaquina Nascimento	1829	91		
Ana Maria Nascimento	1800	91		

Ana Maria Nascimento	1812	91		
Mariana Vitoria Nascimento	1812	91		
Maria Vitoria Nascimento	1822	91		
Maria Gomes Nascimento	1825	91		
Jose Moreira Nascimento	1836	91	1835	411
Doroteia Maria Nascimento	1829	91		
Tomas Aquino Figueiredo Neves	1836	92	1832	469
Manoel Jose Oliveira	1825	97	1824	187
Manoel Machado Oliveira	1836	97		
Monica Oliveira	1799	97		
Jose Silva Pacheco	1796	98		
Valentim Correia Paes	1818	98		
Antonio Jose Pacheco	1842	98	1837	183
Pudenciana Umbelina Paiva	1835	99		
Joaquim Leonel Paiva	1848	99		
Ana Quiteria Ribeiro Paiva	1846	99		
Francisco Emiliano Paiva	1854	99	1851	362
Antonio Fernandes Paiva	1790	99		
Jose Custodio Paiva	1845	99		
Joaquina Ferreira Paiva	1837	99		
Mariana Eufrasia Paiva	1831	99		
Francisco Carlos Paiva	1808	99	1826	362
Manoel Paixao Paiva	1845	99		
Mariana Bernarda Paiva	1814	99		
Vitoriano Paixao	1801	100		
Joaquim Jose Passos	1839	100		
Joaquim Jose Passos	1835	100		
Francisca Vitoria Paula	1836	101		
Isabel Pedrosa	1815	101		
Joao Costa Pedroso	1775	101		
Alexandre Barroso Pereira	1792	102		
Ana Caetana Pereira	1833	102		
Antonio Fernandes Pereira	1813	102		
Antonio Dias Pereira	1837	102		
Dionisio Ferreira Cruz Peixoto	1836	102		
Manoel Ferreira Peixoto	1813	102		
Bento Andre Pereira	1789	103		
Bernarda Maria Pereira	1819	103		
Domingos Antonio Pereira	1782	103		
Felipe Gomes Pereira	1839	103		
Francisco Silva Pereira	1834	103		
Jose Pereira	1815	104		
Juliana Maria Pereira	1849	104	1847	274
Jose Luiz Abreu Pereira	1795	104		
Jose Garcia Pereira	1829	104		
Joaquim Jose Pereira	1833	104		



Joana Permenciana	1818	105		
Vicente Araujo Pereira	1822	105		
Tomasia Maria Pereira	1830	105		
Tomas Aquino Pereira	1834	105		
Maria Silva Pereira	1828	105		
Marcela Joaquina Silva Pereira	1828	105		
Manoel Jose Pereira	1834	105		
Manoel Francisco Pereira	1834	105	1834	194
Manoel Costa Pereira	1803	105		
Manoel Azedias Pereira	1844	105		
Francisco Matos Pinho	1821	106		
Antonio Martins Pimentel	1820	106		
Maria Josefa Pilar	1831	106		
Antonio Romao Pilar	1831	106		
Rosa Maria Piedade	1817	106		
Juliao Ferreira Pinho	1853	106		
Catarina Cunha Pinto	1824	107		
Felipe Ferreira Pinto	1820	107	1819	346
Joao Lopes Pinto	1816	107		
Rosa Maria Pires	1824	107		
Antonio Manoel Veiga Prada	1816	108		
Manoel Rocha Porto	1827	108		
Claudio Silva Porto	1824	108		
Ana Portes del Rei	1812	108		
Francisca Irene Purificação	1847	108	1849	361
Manoel Moreira Prudente	1830	108		
Jose Alves Proença	1828	108		
Joao Costa Portela	1834	108		
Joao Rodrigues Prado	1760	108		
Ana Doroteia Soledade	1853	108		
Ana Ribeira Quinta	1848	109		
Diogo Moreira Silva Rabelo	1817	109		
Manoel Martins Ramalho	1801	109		
Joao Silva Ribeiro Queiros	1801	109		
Domingos Fernandes Reis	1835	110		
Maria Juliana Reis	1831	110		
Pedro Medeiros Centeno Reis	1803	110		
Rita Felicia Ramos	1825	110		
Antonio Dias Raposo	1828	110		
Ana Leonor Raquel	1844	110		
Maria Ribeira	1843	111		
Francisca Antonia Ribeiro	1824	111		
Antonia Tomasia Ribeiro	1830	111		
Aguida Ribeira	1833	111		
Alexandre Jose Ribeiro	1828	112		
Francisco Pinto Ribeiro	1760	112		
Joao Ferreira Leite Ribeiro	1844	112		

Francisco Leite Ribeiro	1842	112		
Antonio Teixeira Rocha	1782	113		
Ana Francisca Alexandrina Rios	1815	113		
Carlos Jose Silva Rios	1841	113		
Antonio Ferreira Rocha	1811	113		
Antonio Ferreira Rocha	1840	113		
Faustino Silva Rocha	1807	113		
Joao Vieira Rocha	1803	114		
Jose Moreira Rocha	1848	114		
Manoel Moreira Rocha	1835	114	1835	217
Angelo Alves Ferreira Rodrigues	1825	114		
Francisco Alves Ferreira Rodrigues	1828	114		
Jose Antonio Rodrigues	1828	114		
Narcisa Maria Rosa	1828	115		
Marcelo Silva Rodrigues	1813	115		
Maria Lara Rodrigues	1835	115		
Matias Rodrigues	1801	115		
Joao Costa Roriz	1832	115		
Angelica Oliveira Rosa	1840	115		
Antonio Caetano Rosa	1815	115		
Inacia Maria Rosa	1845	115		
Joaquim Ribeiro Rosa	1831	115		
Joaquim Ferreira Sa	1796	116		
Antonio Martins Saldanha	1754	117		
Antonio Martins Saldanha	1809	117		
Francisco Jose Sales	1828	117		
Joao Costa Sampaio	1852	117		
Jacinta Maria Sacramento	1855	117	1836	295
Ana Romeiro Sacramento	1854	117		
Anta Custodia Sacramento	1851	117		
Felizarda Matilde Moraes Salgado	1826	118		
Josefa Moraes Salgado	1826	118		
Alexandre Carlos Salgado	1803	118		
Estevao Salgueiro	1804	118		
Jacinto Teixeira Cunha Sampaio	1786	118		
Antonio Joaquim Santana	1832	118		
Custodia Maria Santana	1841	118		
Damiana Josefa Santana	1823	118		
Francisco Paula Santana	1841	118		
Inacia Francelina Santana	1819	118		
Jose Joaquim Santana	1845	118		
Rosa Emerenciana Santana	1827	118		
Antonio Felisberto Santos	1858	119		

Emerenciana Esmenia Santos	1846	119		
Domingos Dias Santos	1791	119		
Caetana Rosa Santos	1810	119		
Ana Maria Freire Santos	1840	119		
Ana Dias Santos	1844	119		
Isabel Santo Antonio	1793	119		
Joao Claudino Santos	1830	120		
Jose Fernandes Santos	1827	120		
Manoel Dias Santos	1820	120		
Joao Pedro Santos	1858	120		
Pedro Cruz Santos	1760	121	1759	539
Joao Esteves Sao Francisco	1844	121		
Antonio Sao Jose	1804	121		
Francisco Sao Jose	1813	121	1812	347
Laureana Bernarda Sao Jose	1850	121		
Maria Fernandes Sao Jose	1833	121	1830	355
Maria Joaquina Sao Jose	1838	121	1838	606
Heitor Jose Alves Santiago	1852	122		
Rita Maria Sao Jose	1825	122		
Rosa Custodia Sao Jose	1830	122		
Antonio Francisco Sargento	1788	122		
Francisco Antonio Sarzedo	1824	122		
Antonio Pires Segurado	1815	122		
Maria Micaela Barbara Serafins	1831	122		
Aguida Ribeiro Silva	1814	122		
Antonio Jorge Silva	1800	123	1799	243
Ana Domingas Reis Silva	1831	123		
Antonio Gomes Silva	1807	123		
Antonio Costa Silva	1841	123		
Antonia Pereira Silva	1819	123		
Ana Vitoria Teles Silva	1838	123		
Ana Ribeiro Silva	1822	123		
Bartolomeu Braz Silva	1825	124		
Antonio Paiva Silva	1812	124		
Cosme Francisco Silva	1801	124		
Francisco Silva	1781	125		
Felisberto Ribeiro Silva	1832	125		
Francisco Antonio Silva	1838	125	1835	362
Francisco Joao Silva	1802	125	1801	361
Francisco Jose Cardoso Silva	1838	125		
Francisco Pereira Silva	1843	125		
Francisco Vaz Silva	1796	125		
Pedro Silva	1776	126		
Joao Moura Silva	1803	126		
Joana Rodrigues Silva	1816	126		
Joana Maria Silva	1834	126		
Inacia Maria Silva	1818	126	1818	408

Inacia Maria Silva	1829	126		
Helena Maria Silva	1845	126		
Isabel Caetana Bessa Silva	1852	126		
Juliana Silva	1826	127		
Jose Ribeiro Silva	1826	127	1825	564
Jose Carvalho Silva	1811	127		
Joaquim Manoel Silva	1840	127		
Jose Ribeiro Silva	1817	127	1811	252
Joao Reis Silva	1813	127		
Marcelina Inacia Silva	1830	129		
Maria Claudiana Silva	1834	129		
Maria Joaquina Costa Silva	1815	129		
Mariana Josefa Silva	1816	129		
Miguel Ribeiro Silva	1826	129		
Quiteria Silva	1795	130	1794	529
Teodora Rodrigues Silva	1840	131	1840	491
Tomas Silva	1798	131		
Felicia Barbosa Silveira	1820	131		
Inacia Barbosa Silveira	1830	131		
Maria Antonia Jesus Silveira	1828	132		
Jose Antonio Apolinario Silva	1817	132		
Andre Vaz Siqueira	1831	133		
Bento Lopes Siqueira	1829	133		
Clemente Vaz Siqueira	1811	133		
Custodio Lopes Siqueira	1837	133		
Felipe Vaz Siqueira	1826	133		
Inacio Soares Siqueira	1800	133		
Ines Fernandes Siqueira	1813	133		
Joaquim Jose Siqueira	1842	133		
Jose Vaz Siqueira	1823	133		
Manoel Jose Siqueira	1834	133	1834	262
Manoel Lopes Siqueira	1838	133		
Simao Lopes Siqueira	1830	133		
Joao Rodrigues Soares	1764	134		
Manoel Lopes Soares	1765	134	1764	355
Domingos Soares	1796	134		
Maria Costa Soares	1762	134	1760	542
Joao Costa Souto	1851	135	1849	347
Ana Lourenço Souza	1823	135		
Augusto Leite Faria Souza	1850	135		
Feliciano Antonio Castro Azevedo Souto Maior	1813	135		
Jose Inacio Silva Souto Maior	1838	135		
Ana Esmeria Souza	1843	135		
Hipolito Jose Souza	1823	136		
Francisco Jose Souza	1814	136		
Francisco Coelho Souza	1837	136		

Francisco Carlos Souza	1818	136		
Francisco Antonio Souza	1819	136		
Delfina Matilde Souza	1844	136		
Camilo Jose Souza	1839	136		
Bento Jose Faria Souza	1834	136		
Joana Borges Souza	1765	137		
Joana Xavier Souza	1805	137		
Joao Almeida Souza	1780	137		
Joaquim Jose Souza	1841	137		
Joaquim Jose Souza	1801	137	1795	359
Joaquim Rodrigues Souza	1832	137		
Manoel Antonio Pereira Souza	1830	138		
Porcina Fortunada Souza	1834	139		
Simplicia Maria Souza	1835	139		
Mariana Benta Souza	1834	139		
Mariana Josefa Souza	1815	139		
Mariana Severina Souza Caldas	1840	139		
Maria Candida Souza	1831	139	1830	542
Manoel Teodoro Souza	1814	139		
Manoel Pereira Souza	1801	139		
Manoel Julio Souza	1853	139		
Francisco Silva Tavares	1832	140	1832	361
Manoel Tavares	1816	140		
Joaquim Alves Taveira	1816	140		
Luiz Alves Taveira	1819	140	1830	422
Ana Antonia Teixeira	1800	140		
Andreza Maria Teixeira	1832	140		
Bernardino Rodrigues Teixeira	1844	141		
Francisco Nunes Teixeira	1800	141		
Gonçalo Teixeira	1828	141		
Joaquim Jose Teixeira	1847	141		
Manoel Antonio Teixeira	1821	141		
Laurindo Rodrigues Teixeira	1852	141		
Teresa Maria Teixeira	1815	142		
Ilaria Barbosa Teles	1834	142		
Joao Moreira Novaes Terra	1766	142		
Manoel Francisco Terra	1813	142		
Brigida Angelica Toledo	1824	142		
Jose Machado Tostes	1831	142		
Joao Gonçalves Valim	1819	143		
Manoel Vale	1818	143		
Luiz Gonçalves Trindade	1813	143		
Gertrudes Vieira Vasconcelos	1811	143		
Silvestre Coelho Velho	1765	144		
Antonio Jose Velho	1828	144		
Manoel Rodrigues Viana	1816	145		
Vicente Francisco	1818	145	1812	628

Joao Ribeiro Viana	1835	145		
Jose Francisco Unhao	1839	146		
Jose Joaquim Vilela	1827	146		
Mariana Rosa Viterbo	1821	146		
Jose Gomes Vitoria	1817	146		
Francisco Gomes Xavier	1831	147		
Francisca Gomes Xavier	1838	147		
Joaquim Silva Xavier	1817	147		
Antonio Souza Xavier	1815	147		
Manoel Antonio Silva	1836	C-01		
Manoel Gonçalves Carvalho	1844	148		
Simiao Cunha Guimaraes	1771	148		
Josefa Joaquina Moura	1851	148		
Joao Diniz Pinheiro	1756	148		
Joao Vieira Silva Seabra	1763	148		
Verissimo Antunes Couto	1806	148	1806	585
Jose Gomes Costa	1836	148		
Manoel Pinto Leitao	1824	152	1821	351
Manoel Alves Pedrosa	1812	152		
Quiteria Maria Soares Assunção	1828	150		
Custodio Castro Moreira	1849	150		
Jose Madeira	1764	150		
Inacia Fernandes Reis	1847	150		
Miguel Ferreira	1855	150		
Josefa Joaquina Camara	1811	149		
Antonio Ribeiro Silva	1817	149		
Francisco Ferreira Silva	1837	151	1843	452
Mariana Bernarda Sacramento	1849	151		
Maria Siqueira Paes	1801	184		
Antonio Nunes	1778	177		
Antonio Caetano Almeida Vilas Boas	1805	147		
Maria Aniceta Dias	1796	479		
Maria Caetana Rosa Anunciação	1843	06	1837	353
Maria Gertrudes Silva Braga	1848	147		
Manoel Teixeira Melo	1818	84		
Maria Justina Gomes Silveira Mendonça	1840	84		
Josefa Maria Mendonça	1815	84		
Tomas Mendes	1829	84		
Manoel Joao Melo	1829	84		
Manoel Jose Mesquita	1839	85		
Joaquina Custodia Mesquita	1829	85	1824	509
Ana Antonia Mesquita	1836	85		
Romana Francisca Meneses	1834	85		
Teodora Maria Mendonça	1820	85		

### Lista nominal de testamentos transcritos em códices

Testador	N, Livro	Folha	Ano
André de Ávila Fagundes	1	165v	1786
João Coelho Rocha	1	163v	1767
Manoel Rodrigues Cardoso	1	136	1767
Manoel Lopes Oliveira	1	77v	1768
Vicente Romeiro Costa	1	192	1768
Tomas Aguiar	1	117	1762
Josefa Nunes Silva	1	199	1769
Francisco Siqueira Campos	2	291	1779
Catarina Oliveira Galante	2	161	1777
Quitéria Moreira	2	178	1771
Verônica Gonçalves Trindade	2	198v	1778
Maria Rosario	2	261	1771
Teresa Moura	2	186	1777
Josefa Nunes Carvalho	2	120v	1777
João Garcia Duarte	2	27v	1777
Antônio José Morais	2	181v	1778
Miguel da Silva Costa	2	188v	1771
Matias Paz Castro	2	61v	1777
Francisco de Mendonça Sa	2	15v	1776
Roque Vieira Machado	2	128	1778
Antônio Francisco Sargento	2	147v	1778
José Francisco Leite	2	175v	1773
João da Silva Gonçalves	2	210v	1778
Francisco Velho Morais	2	23	1776
Bento Coelho Araujo	2	204v	1778
José Vital Almeida	2	28v	1776
Domingos Dias Ferreira	2	159v	1773
Jacinto Teixeira Cunha Sampaio	2	92v	1777
João do Couto Monteiro	2	197	1775
Antônio Teixeira Silva	2	100	1773
José Francisco Abreu	2	88v	1773
Francisco Pereira Ramos	2	220v	1778
Simão Rodrigues Souza	2	83	1777
Maria Marins	2	130v	1777
Manoel Luiz Brito Lima Varela	2	236	1779

Domingos Francisco Carneiro	2	153	1775
Jerônimo Paiva	2	222v	1778
Roque Rocha Trigueiro	2	215	1778
Manoel Freire	3	159	1773
Francisco Antônio Mendonça	3	73	1773
Francisco Antônio Jardim	3	134	1780
Ana Oliveira	3	40	1779
João Pereira Carvalho	3	77	1770
Bento André Pereira	3	19v	1779
José Rodrigues Cruz	3	122	1779
Manoel Antunes Nogueira	3	82v	1779
Estevão Correa Costa	3	85	1779
Bartolomeu Nunes	3	95v	1779
Francisco Ribeiro Matos	3	21v	1779
José Martins Almeida	3	199v	1775
Teresa Maria Luz	3	180	1780
Felipe Mota	3	12	1775
Antônio Fernandes Costa	3	16	1779
Manoel Costa	3	10	1778
Manoel Fernandes Prado	3	150v	1780
José Ferreira Ribeiro	3	79v	1775
Úrsula Pereira Assuncao	5	95	1782
Antônio Luís Belem	5	236v	1770
Margarida Gonçalves Ramos	5	66v	1782
Catarina Antônia Silveira	5	163	1772
Manoel Pereira Azevedo	5	97v	1780
Teresa Lopes	5	144	1782
Vitória Gonçalves Ferreira	5	131v	1782
Domingos Dias	5	139v	1771
Micaela Silva	5	146v	1782
Antônio Ferreira Silva	5	149v	1782
Francisco Lobo Rios	5	69v	1782
André Francisco Furtado	5	56v	1779
José de Lima Noronha Lobo	5	86v	1782
José Teixeira Braganca	5	45	1782
Jerônimo Ferreira Guimarães	5	20	1780
Antônio Ferreira Lima	5	92	1782
José Araújo Martins	5	178	1781
Caetano Geraldês Castro	5	18v	1771
Manoel Pereira Monteiro	5	37v	1782
Custódio Ferreira Airão	5	114	1769
José Antônio Castro	5	180v	1782
Dâmaso de Barros Lima	5	238	1783
Henrique Costa	6	139	1786
Custódio Ferreira Braga	6	197	1778
João Rodrigues Borges	6	38v	1784
Caetano Teixeira Carneiro	6	162v	1783
José Gouveia	6	116	1786



Gabriel Marcos Godinho	6	14v	1785
Pedro Antônio da Costa Silva	6	21v	1784
Isabel de Souza Lira	6	151v	1784
Micaela Marcelina Gusmão	6	160v	1786
João Alves Fernandes	6	51v	1783
Domingos Dias Santos	6	23v	1784
Manoel Francisco Guimarães	6	165	1786
Pedro de Faria Sa	6	211	1779
Catarina Godois Moreira	6	17	1781
José Pinto Ribeiro	6	106	1786
Julião da Silva Abreu	6	107v	1786
João da Silva Gomes	6	233v	1787
Maria Costa Sardinha	6	4v	1784
Manoel José Freitas	7	216	1787
Antônio Soares Rodrigues	7	163	1789
Josefa Costa	7	121	1788
Rita de Bastos	7	104v	1783
José Nunes Souza	7	180v	1782
Catarina Sao Jose	7	31	1787
Joana Correa Falcoa	7	158	1787
Antônio Barbosa Nunes	7	203	1787
João Ferreira Guimarães	7	1	1787
Manoel Gonçalves Costa	7	132	1787
Inácio Caetano Soares	7	214	1770
Manoel Crisóstomo Pereira	7	95	1782
Maria Leme Oliveira	7	189	1779
Ana Rodrigues Oliveira	7	43	1787
Manoel de Moura Silva	7	155v	1788
Manoel Francisco Nogueira	7	39v	1786
José Ferreira Martins	7	139	1788
Diogo Alves Araujo	7	197	1786
Manoel Afonso	7	67v	1786
Ana Quitéria Souza	7	69v	1786
José Andrade Peixoto	7	241	1789
Domingos Alves Fontes	7	221	1774
Pascoal Alves Rodrigues	7	34	1787
João Fernandes Guimarães	7	182v	1788
Manoel Gonçalves Martins	7	160	1788
Jacinto Pereira Silva	7	135v	1775
João José Pereira	7	119	1787
Manoel Gonçalves Duarte	7	137	1788
Félix José Silva	7	153v	1788
José Borges Almeida	7	122v	1788
Joaquim de Resende Costa	7	229v	1786
Francisco Xavier Costa Fialho	7	200	1788
Jorge de Souza Pereira	7	83v	1787
João Burgos Correia	7	211v	1789
Alexandre Barroso Pereira	7	10v	1787

Gervásio Fernandes Rodelos	7	127v	1788
Germana Silva Guimarães	7	134	1788
Margarida Oliveira	7	140	1765
Manoel Martins Ramalho	7	17	1783
Maria Bárbara Conceicao	7	13v	1787
Francisco Furtado Mendonça	8	135	1788
Francisco José Teixeira	8	1	1788
Manoel Soares Araujo	8	80v	1789
Helena Joaquina Barros	8	4	1789
Antônio Fernandes Costa Machado	8	227	1789
João Farto	8	72	1781
Pedro José Espindola	8	283v	1788
João da Silva Oliveira	8	126v	1789
Manoel Pereira Tinoco	8	212v	1790
Antônio da Mota Teixeira	8	198v	1786
Antônio Machado Romeiro	8	188	1789
Henrique João Faria	8	93	1787
Antônio Gonçalves Anjos	8	95	1777
Francisca Mariana	8	61	1786
Francisco Ribeiro Mendes	8	274v	1765
Joana Maria Fonseca	8	108	1781
Antônio João Coelho	8	279v	1790
Josefa Maria Conceicao	8	217v	1790
Francisco Vieira Souza Ferraz	8	44v	1786
Maria Moreira Castilho	8	36v	1782
Manoel da Cruz Maciel	8	267	1759
José Coelho Santos	8	78v	1789
Francisco da Costa Miranda	8	8	1782
Maria Rosa Angelica	8	129	1789
João Martins Ramalho	8	193	1787
José Alves Cruz	8	59	1789
José Almeida Coutinho Vasconcelos	9	206	1791
Manoel de Oliveira Machado	9	134v	1773
Manoel Ferreira Braga	9	111v	1787
Joaquim Ferreira Sa	9	15	1787
José Gonçalves Martins	9	199v	1791
Domingos Alves Bastos	9	96	1791
José Rabelo Maia	9	37	1790
Maria Pereira Rocha	9	32v	1789
José de Azevedo Braga	9	172	1791
José Garcia Carvalho	9	35v	1790
Luiz Pereira Monteiro	9	39	1787
Jerônimo da Silva Pereira	9	125	1791
Manoel Taveira Figueiredo	9	139	1766
Antônio de Pinho Monteiro	9	209	1791

Manoel Gonçalves Assuncao	9	198	1786
Bento José Vivas	9	109v	1791
José de Souza Vieira	9	13v	1790
João Garcia Silveira	10	283v	1793
Inácio José Rego	10	418v	1789
Antônio Moreira Ribeiro	10	404	1785
Manoel Barbosa Cunha	10	384	1794
José Gonçalves Mendes	10	392v	1793
Francisco Nunes Teixeira	10	42	1792
Luiz Matol	10	379v	1787
Tomásia Maria Silva	10	266v	1793
Catarina Tinoco Silva	10	155	1792
Isabel Pires Menezes	10	160	1792
Manoel Pinto Souza	10	122	1768
João Gomes Vitoria	10	52	1769
José Rodrigues Guimarães	10	80	1789
Antônio Silva Duarte	10	12	1791
José Paim Camara	10	230	1792
Antônio Lopes Costa	10	264v	1792
Ana Maria Silva	10	232	1793
Quitéria Silva	10	355	1793
José de Cerqueir Matos	10	227	1793
Ana Moura	10	244	1792
Lauriana Joaquina Sao Jose	10	201	1792
Manoel Luiz Santos	10	108v	1780
Pedro José Silva	10	234v	1789
João Moreira Santos	10	395	1793
Manoel da Costa Lima	10	106	1792
João Ferreira Souza	10	352v	1792
Antônia Maria Duarte Abreu	10	43v	1784
Joana Alvares Fontes	10	346v	1793
Jerônimo de Oliveira Alves	10	47v	1782
Manoel José Barros	10	333v	1793
Antônio Gonçalves Barbosa	10	28v	1791
Francisco Antunes Cerqueira	10	338v	1793
Josefa Pinta	10	89v	1786
Maria Xavier Souza	10	324	1793
Caetano Pinto Silva	10	288v	1791
Maria Silva Miranda	10	104	1789
Manoel Silva	11	87	1788
Francisco Roberto Souza Ferraz	11	6v	1792
Joaquim Pinto Silveira	11	141	1794
João Cardoso Oliveira	11	69v	1794
Domingos Soares	11	158	1790
João Cosme Rebelo Vieira	11	50v	1793
João da Silva Fonseca	11	151v	1790
Maria Joaquina Leitao Leal	21	63	1811

Maria Rosa Luisa Nascimento	21	23	1815
Antônio José Bento	22	21	1815
Joana Alves Martins	22	98	1815
João Coelho Figueiredo	22	113	1810
Maria Antônia de Jesus Silveira	22	37	1802
Inácia Maria Silva	22	135	1817
Antônio José Silva	22	126	1808
Juliana Silva	22	137v	1815
Antônio da Silva Teixeira	22	50v	1815
Jerônimo de Andrade Brito	22	65	1814
Antônia Pereira Silva	22	131	1815
Manoel Joaquim Nogueira	22	9	1813
Francisco José Sales	22	11v	1809
Bárbara Quitéria Dias	22	72	1810
Felícia Barbosa Silveira	22	103v	1817
Rosa Maria Leite Coimbra	22	108	1803
Manoel Gomes Costa	22	93	1815
José Antônio Apolinário Silveira	22	85	1816
Maria Angélica Conceicao	22	68	1816
Antônio Gonçalves Pereira	22	81v	1816
José Martins Nogueira	22	16v	1803
Gregório José Ribeiro	22	45	1816
João Paulo Carneiro	22	109v	1816
Luiza Bárbara Dias	22	99v	1812
Teresa Bernarda Joaquina Teodora Almeida	22	75	1816
Ana Paula Bitancurt	22	83v	1816
Teresa Tomásia Jesus	22	60v	1812
Felipe Rodrigues Costa	22	94v	1814
Constantino Gomes Leitao	22	91	1808
Bento Tavares Couto	22	121	1817
Tomas Carlos Souza	22	89v	1816
Manoel Carvalho Duarte	22	56v	1811
Manoel Moreira Fonseca	22	70	1815
José Costa Miranda	22	42	1813
Jerônimo de Souza Ferraz	22	40v	1813
Luiz Ferreira Rocha	22	139v	1817
Bárbara Germana Claudimira Almeida	22	20	1815
Valentim Correa Paes	22	111	1817
Inácia Francelina Santana	22	18	1815
João Gonçalves Liberal	22	52	1813
Francisco Matos Pinto	22	54v	1804
Antônio José Fernandes Araujo	22	79	1814
Manoel Costa Souto	22	38	1813
Francisco Gonçalves Cota	22	58v	1816
Antônio da Costa Vieira Jordao	22	88	1807
Manoel Antônio Castro	22	48	1816

Lourenço de Araújo Dantas	22	118v	1817
Feliciana Joaquina Espirito Santo	22	141v	1840
Maria Rodrigues Costa	22	61v	1815
José Vaz Siqueira	22	7v	1815
Teodora Maria Mendonça	23	82v	1818
Clara Mariana Nogueira	23	16	1816
Bernarda Maria Francisca Justina Sa	23	24	1815
Henrique Ferreira Lopes	23	106	1811
Luiz Correa Souza	23	85v	1819
Francisco Antônio Souza	23	71v	1810
Isabel Rodrigues Oliveira	23	107v	1810
Manoel Souza Diniz Gonçalves	23	6v	1802
José Pedro da Costa Batista	23	26v	1818
Rita Antônia Jesus	23	52v	1818
João de Araújo Oliveira	23	44v	1818
Luiz Antônio da Silva Rodarte	23	28v	1810
Ana Ferreira Jesus	23	81	1817
Aureliano de Almeida Magalhaes	23	18	1818
Ana Joaquina Albina Azevedo Lemos	23	12	1818
José Marcelino Castro	23	22v	1817
Francisco da Silva Pereira	23	33	1811
Antônio Dias Raposo	23	57v	1817
Francisco Carlos Souza	23	4v	1817
Antônio Gonçalves Figueiredo	23	49v	1818
Mariana Bernarda Oliveira	23	61v	1817
José Fernandes Santos	23	74	1818
Pedro de Amorim Dantas	23	76v	1818
Caetana Maria Duarte	23	69	1817
Antônio Jacinto Miranda	23	88v	1819
Tomé Gonçalves Araujo	23	20v	1807
Josefa Almeida	23	92v	1816
Luíza Gomes Silveira	23	51v	1818
José Albano Nogueira	23	47v	1818
Rita Antônia Ribeira	23	103	1813
Antônio Carvalho Duarte	23	78	1819
Teresa Maria Jesus	23	37v	1818
Manoel Antônio Teixeira	23	121v	1813
Luiz Gomes	23	54	1818
Ana Rodrigues Ferreira	23	39	1811
Maria Romana Conceicao	23	40v	1818
Bernarda Maria Pereira	23	8v	1817
Rita Maria Sao Jose	23	87	1818
Maria Narciza Jesus	23	34v	1818
Silvéria Maria Jesus	23	66v	1818
Luiz Alves Taveira	23	2	1807
Manoel José Silva	24	15v	1814

José Silva	25	5	1816
João Gonçalves Moura	25	71	1813
Águida Maria	25	149v	1807
Antonia da Silva	12	18-v.	1781
Joaquim Lopes Siqueira	28	83	1819
Custódia Monteiro Anjos	28	30	1818
José da Silva Xavier	28	25v	1818
Maria Arcângela Jesus	28	67	1819
Anacleto Pereira Silva	28	47	1814
Jerônima Francisca Rosario	29	85	1821
José Moraes Machado	30	21v	1822
José Joaquim Andrade	30	47v	1823
Máximo Barroso Pereira	30	40v	1823
Bartolomeu Bráz Silva	30	18	1807
Bartolomeu Gomes Costa	30	43	1821
José Ribeiro Almeida	30	10v	1817
Clara Maria Assuncao	30	46	1821
Rita Felícia Ramos	30	8	1822
Matias Gonçalves Araújo Campos	30	19v	1822
Felipe Vaz Siqueira	30	1v	1822
Paulo José Rodrigues	30	3	1814
João Machado Franco	30	12v	1822
Francisco Monteiro Fonseca Borges	31	33	1821
Francisco Martins Coelho	32	20v	1824
Joana Rodrigues Neves	32	6v	1823
José Alves Proença	32	42v	1821
Antônio Pinto Morais	32	10	1824
Ana Tereza Felisberta	32	22v	1825
Maria Fernandes Medela	32	18v	1825
Juliana Rodrigues Costa	32	37	1825
Basília Tereza Alves	32	77v	1826
Manoel Teixeira Cunha	32	27v	1825
Félix Vieira Fonseca	32	55v	1824
João Barbosa Antunes	32	58v	1825
Francisco Ferreira Oliveira	32	44v	1825
José da Silva Pacheco	32	96v	1816
José Antônio Ferreira Costa	32	47	1825
José de Araújo Cortes	32	49	1826
Maria Hilária Silva	32	17	1825
Antônio Ribeiro Resende	32	25v	1825
Luiz José Gouveia	32	33	1825
Joaquim Antônio Barros	32	14	1825
Narcisa Maria Rosa	32	63v	1825
Mecia Joaquina Magalhaes	32	85	1824
Boaventura de Abreu Coutinho	32	54	1826
Rita Joaquina Dias	32	15v	1819
Alexandre José Ribeiro	32	57v	1826
Joaquina Maria Souza	32	35	1824
Tomásia Maria Leite	32	78v	1817

João Pereira Carvalho	32	60	1825
José Ribeiro Silva	32	1v	1824
João Batista Lustosa	32	24v	1825
Gonçalo Teixeira	32	31v	1825
Antônia Maria Pereira	32	12	1823
Tomé Inácio Botelho	32	66v	1825
José Carvalho Azevedo	32	65	1824
Quitéria Maria Soares Assuncao	32	3	1823
José Joaquim Vilela	33	130	1825
José Mendes Carneiro	34	183v	1827
Ana Antônia Assuncao	34	32v	1826
Joaquim Gomes Santos	34	45v	1826
Inácia Teodora Menezes	34	91v	1820
José dos Santos Carvalho	35	89v	1828
Antônio Jacinto Rodrigues Lara	35	40	1825
Manoel Moreira Prudente	36	98	1820
Teresa Joaquina Nunes	36	24v	1819
Maria Vitória Nascimento	36	30	1818
João Garcia Almeida	36	115	1818
José Alves Chaves	36	51	1813
Antônio Gonçalves Silva	36	119	1821
Joaquim Anselmo Coelho	36	40v	1820
João Ferreira Calisto	36	19	1818
Ana Maria Silva	36	21v	1820
Antônio Martins Pimentel	36	13v	1820
Ana Antônia Jesus	36	117	1822
Cláudio da Silva Porto	36	111	1822
Frutuoso Antunes Nogueira	36	107v	1822
Brígida Angélica Toledo	36	68	1819
Rosa Geraldês	36	11	1814
Manoel José Costa	36	39	1820
Manoel Leite Freitas	36	46v	1818
Ana Joaquina Gouveia	36	26	1820
Francisco Xavier Fortes Bustamante Sa	36	125v	1819
Bento Francisco Lima	36	94v	1821
Rosa Emerenciana Santana	36	27v	1820
Francisco Joaquim Araújo Magalhaes	36	101v	1805
Antônia Tomázia Ribeira	36	36v	1819
Rosa Freire Santos	36	5v	1810
Francisca Antônia Ribeira	36	103v	1821
José Ferreira Brito	36	49v	1820
Mariana Angélica Souza	36	79	1821
José Antônio Ferreira	36	35v	1820
Manoel de Souza Diniz	36	120v	1820
Antônio da Fonseca Matos	36	80v	1817
Inácia Gonçalves Araujo	36	2	1811
Miguel da Silva Paes	36	33v	1819
Maria Perpétua Conceicao	36	109v	1817

Manoel Caetano Guedes	36	60v	1817
José de Souza Freitas	36	123v	1822
João de Ávila Freire	37	64v	1822
Francisco Xavier Vale	37	150	1815
Maria Paes Garcia	37	165v	1820
Francisco Antônio Sarzedo	39	95v	1813
Maria Mendes Brito	39	11	1823
Joana Freitas	39	91v	1821
Tomas Mendes	39	23v	1821
Antônio Machado	39	21v	1823
Rita Maria Jesus	39	84v	1817
Manoel de Almeida Neves	39	14v	1823
Casemiro José Andrade	39	18v	1823
Luciana Maria Araujo	39	76v	1823
Antônio José da Silva Lapa	39	22v	1823
Gertrudes Maria Campos	39	89v	1823
Francisco Pimenta Oliveira	39	64v	1818
Antônio Rodrigues Lima	39	80	1824
Maria Carvalho Duarte	39	33	1822
Maria Joaquina Lara	39	82	1824
Francisco Barbosa Amaral	39	2	1823
Hipólito José Souza	39	10	1823
Rosa Custódia Sao Jose	39	98	1815
Joaquim Paiva Pilouros	39	35	1820
Francisco Alves Ferreira Rodrigues	39	66	1824
Joaquina Custódia Mesquita	39	59	1824
João de Deus Alves Azevedo	39	3v	1814
Joaquim Mariano da Costa do Amaral Gurgel	39	39v	1823
Antônia Mariana Felizarda Neves Rocha Abreu Lima	39	87	1819
Bento José de Faria Souza	39	54v	1822
João Vaz Costa	39	57	1824
Manoel José Oliveira	39	93v	1815
Rosa Maria Lopes	39	16v	1823
Quitéria Teresa Jesus	39	62v	1821
Félix de Siqueira Lima	39	26v	1823
Angelo Alves Ferreira Rodrigues	39	8	1821
Manoel Joaquim Andrade	40	104v	1822
João Claudino Santos	40	85	1827
Antônio Teixeira Cunha	40	109	1828
Mateus Machado Costa	40	11	1826
Joana Maria da Silva Fonseca	40	58	1822
Manoel João Melo	40	129	1828
Felipe Rodrigues Souza	40	83	1827
Amaro de Faria Neves	40	97	1827
Pedro Antônio Lemes Andrade	40	68v	1827



Domingos Cunha Coutinho	40	78v	1827
Inácia Barbosa Silveira	40	87v	1820
Anselmo Santo Antonio	40	16	1824
Mecias Joaquina Magalhaes	40	32v	1823
Maria da Silva Pereira	40	89v	1828
Rosa Maria Angelica	40	18v	1826
Joana Justina Rosa	40	65	1827
Maria Alves Gouveia	40	40	1826
Inácia Maria Silva	40	49	1827
Ana Joaquina Albuquerque	40	6v	1825
José Antônio Rodrigues	40	122v	1828
Manoel Inácio Silva	40	59v	1819
João Fernandes Lima	40	124	1828
Marcela Joaquina da Silva Pereira	40	45v	1819
João Batista Miranda	40	31	1827
Joaquim Veríssimo Fonseca	40	27	1823
André Vaz Siqueira	40	20v	1826
Ana Eufrásia Barbosa	40	51v	1821
Francisco Xavier Duarte	40	92	1825
Francisca Maria Rodrigues	40	34	1821
Bento Lopes Siqueira	40	118	1828
Rosa Maria Paixao	40	9v	1827
Manoel da Silva Brito	40	127	1823
Bento Ferreira Brito	40	46v	1826
Manoel Antônio Piedade	40	28v	1826
José Alves Borges	40	64	1827
Francisco de Freitas Brandão	40	50v	1827
José Gomes Costa	40	115v	1827
Francisco Gomes Xavier	40	76	1827
Antônio José Velho	40	95v	1827
Manoel Antônio Pereira	40	100v	1824
José Fernando Souza	40	54	1818
João José Chagas	40	120v	1824
Simão Lopes Siqueira	40	113	1818
Maria Josefa de Alcami	12	21	1794
Francisco da Mata Reis	12	25	1793
Rosa Martins de Jesus	12	68	1794
Josefa Ferreira Barreto	12	74	1793
Francisco Vaz da Silva	12	88	1793
Jose Marques do Vale	12	105	1791
Teresa Lopes da Guerra	12	123-v.	1795
Bento Fernandes da Cunha	12	125	1789
Rosa Gonçalves	14	145	1802
Antonio Afonso Machado	14	158-v.	1802
Domingos Pires da Costa	14	162-v.	1802
Jose Pereira Viana	14	164-v.	1803
Henrique Rodrigues Ferreira	14	168-v.	1803
Quiteria Maria de Jesus	14	190-v.	1794

Antonio Benguela	14	197-v.	1803
Jose Garcia	14	202-v.	1803
Manoel Gonçalves de Matos	14	218	1802
Manoel Xavier	14	232	1803
Joao dos Reis Silva	14	233-v.	1802
Manoel Tavares	14	261	1804
Manoel Figueira de Abreu	14	267-v.	1803
Lourenço Gonçalves Braga	14	272	1802
Manoel Cabo Verde	14	288	1804
Manoel Lopes Moreira	14	291	1804
Jose Dias de Sa	14	297	1804
Jose Botelho de Mesquita	14	298-v.	1802
Faustino da Silva Rocha	14	311	1802
Francisca Xavier de Azevedo Cotrim	14	312-v.	1795
Manoel de Souza Couto	14	317	1804
Jose Dias Palhao	14	342	1803
Agostinho Gonçalves Pinheiro	14	350	1799
Delfina Candida de Faria Matos	14	352	1810
Antonia Gomes do Couto	14	353-v.	1799
Sebastiao Fernandes da Costa	14	355	1802
Manoel Dutra Pereira	14	...,360-61-v.	1804
Antonio de Souza Xavier	14	361-v.	1804
Francisco Soares da Graça	14	383	1803
Pedro Moreira Gonçalves	14	384-v.	1804
Pedro Aires da Costa	14	388	1802
Domingos Gonçalves Ribeiro	14	391-v.	1805
Manoel Gonçalves Romeiro	14	393-v.	1805
Antonio Gonçalves Cardoso	14	399	1802
Manoel Martins	15	34	1803
Maria Custodia de Jesus	15	41	1802
Joao Tavares do Couto	15	45-v.	1806
Antonio Ferreira Mendes	15	50-v.	1805
Rosa Maria da Piedade	15	65-v.	1798
Antonio Jose Fernandes	15	66-v.	1804
Manoel Pereira Penela	15	69	1804
Domingas Machada	15	83-v.	1798
Agostinho Fernandes da Costa	15	86	1802
Alexandre Rodrigues	15	95-v.	1803
Marcos Gonçalves Branco	15	121	1806
Joao de Castro Guimaraes	15	122-v.	1800
Manoel Gonçalves de Carvalho	15	123-v.	1806
Manoel da Cunha Passos	15	126	1802
Manoel Alves de Almeida	15	128	1806

Florencia da Silva Rios	15	134	1806
Maria da Conceição	15	136	1800
Manoel Francisco Moreira	15	159-v.	1788
Clemente Vaz de Siqueira	15	161-v.	1807
Domingos de Araujo Cerqueira	15	163-v.	1800
Domingos de Abreu Coutinho	16	37-v.	1807
Pedro Ferreira Pires	16	56-v.	1805
Cosme Ferreira Galvao	16	59	1810
Ana Maria da Silva	16	66-v.	1807
Antonio Manoel da Veiga Prada	16	69	1807
Joaquim da Silva Xavier	16	77	1807
Joao Moreira de Souza	16	83	1775
Antonio Pereira Tostes	16	87-v.	1807
Ana Alves dos Santos	16	94-v.	1806
Bonifacio Gonçalves de Aguiar	16	99	1802
Maria Lourença de Oliveira	16	110-v.	1805
Jose da Cunha Machado	16	120	1807
Diogo Moreira da Silva Rabelo	16	124	1806
Antonio da Costa de Miranda	16	129-v.	1802
Jose Gomes Vitoria	16	172-v.	1803
Antonio Gonçalves Cerqueira	16	191	1806
Ana Josefa de Siqueira	16	198	1806
Gabriel Antonio de Mesquita	16	200-v.	1802
Francisca Pereira Sampaio	16	203	1802
Rosa Perpetua Caetana	16	210	1807
Antonio Correa Pinto	16	230-v.	1807
Antonio Ribeiro da Silva	16	236-v.	1808
Joaquim Jose de Moura	16	240-v.	1807
Manoel Alves Pedrosa	16	242	1803
Antonio Gonçalves de Carvalho	16	247-v.	1807
Luiz Cardoso Fontes	16	250	1808
Domingos Rodrigues da Costa	16	269-v.	1808
Joao Batista da Graça	16	271	1808
Vitoria Rolim	16	272-v.	1806
Vicente de Araujo Pereira	16	283	1806
Francisco Xavier de Moura	16	288-v. (286v)	1807
Jose Antonio	16	290-v.	1806
Antonio Lobo da Silva Rios	16	293	1808
Luiz Pereira Gonzaga	17	4	1808
Domingos Francisco de Oliveira	17	08-v.	1808

Maria Leonor Candida de Jesus	17	15	1807
Joao Felisberto Gomes do Couto	17	16-v.	1803
Manoel Luiz Dias	17	20-v.	1807
Ana Maria da Glória	17	23-v.	1808
Antonio Xavier de Moura	17	33-v.	1809
Ana Maria do Nascimento	17	57-v.	1802
Pedro Domingues de Carvalho	17	59	1809
Manoel da Costa Azevedo Pereira	17	66-v.	1806
Francisco Fernandes Guimaraes	17	99	1808
Pascoal Brandao	17	101	1803
Inacia Maria de Jesus	17	107	1807
Domingos de Paiva e Silva	17	110	1808
Helena Francisca da Conceicao	17	118-v.	1809
Aguida Ribeiro da Silva	17	120	1808
Maria Nunes	17	125-v.	1809
Jose da Silva Ramos	17	131-v.	1809
Manoel Fernandes Barrosas	17	133	1808
Manoel Francisco Terra	17	138	1809
Mariana Josefa de Souza	17	144	1809
Maria Josefa de Magalhaes	17	159-v.	1809
Francisco Ferreira da Costa	17	161	1808
Gonçalo Correa Neto	17	166	1809
Salvador Jorge Bueno	17	179	1805
Madalena Josefa da Costa	17	183	1809
Narcisa Maria Caetana da Conceicao	17	185	1810
Luiz Antonio da Silva	17	201	1802
Jose Caetano de Figueiredo	17	237	1805
Antonio Vicente Dias	18	01-v.	1808
Gonçalo Ferreira de Freitas	18	04-v.	1805
Joana Josefa Maria de Lima	18	8	1807
Ana Maria de Oliveira	18	18v	1810
Domingos Francisco Casqueiro Braga	18	30-v.	1772
Joao Pedro Lobo de Araujo Pereira	18	55	1803
Jose Ferreira da Silveira	18	59-v.	1812
Feliciano Antonio Araujo Castro Souto Maior	18	61	1770
Joao Antunes do Prado	18	72-v.	1811
Francisco Jose de Vasconcelos	18	88	1809
Manoel Teixeira de Melo	18	101-v.	1811
Aguida Maria de Menezes	18	104	1812
Joao da Costa Vale	18	111-v.	1812

Rita Luiza Vitoria de Bustamante	18	127	1809
Teresa Maria da Conceição	18	133	1812
Maria do Pilar da Conceição	18	135-v.	1812
Francisco Jose de Souza	18	140-v.	1810
Ana Maria da Conceição	18	149-v.	1771
Marcelo da Silva Rodrigues	18	156	1807
Ana Tereza de Jesus	18	158	1812
Antonio Pires Segurado	18	160	1812
Ana da Costa de Miranda	18	162	1812
Cipriano Pereira da Cruz	18	169	1812
Antonia Martins Bahia	18	186-v.	1813
Manoel Jose Vidigal	18	193-v.	1812
Teresa Maria Teixeira	18	214	1810
Agostinha Aurelia da Fonseca Buena	18	217	1813
Joao Rodrigo de Lacerda	18	246-v.	1810
Joana Josefina de Melo	18	253 252v	1813
Antonio Fernandes Pereira	18	257	1809
Custodio Jose Ribeiro	18	281	1812
Perpetua Fernandes Barrosas	18	286-v.	1813
Jose de Moraes	19	04-v.	1808
Luiza Josefa de Oliveira	19	17	1809
Mateus Lemes Barbosa	19	34-v.	1813
Jose Pereira dos Santos	19	36-v.	1813
Caetana Josefa do Espirito Santo	42	40	1824
Manoel Pereira de Carvalho	42	81	1821
Tome Bernardes da Costa	42	103	1829
Gertrudes de Vasconcelos	43	2	1802
Manoel Afonso da Cruz	43	20-v.	1810
Rosa Maria de Viterbo	43	22	1810
Jeronima Rodrigues da Costa	43	25	1806
Inacio Correa Pamplona	43	31-v.	1810
Tomasia Joaquina Custodia	43	41-v.	1809
Helena Maria do Espirito Santo	43	43	1805
Lourenço Botelho Chaves	43	47-v.	1804
Manoel dos Santos	43	54	1803
Antonio de Paiva e Silva	43	68	1810
Joaquim do Rego Barros	43	76-v.	1803
Manoel Jose de Almeida	43	81-v.	1810
Maria Tereza Jesus	43	96	1805
Jose Antonio Gonçalves	43	106	1811
Maria Joaquina Costa Silva	43	146-v.	1803
Jose Ribeiro da Silva	43	157	1805
Vicente Francisco	43	162-v.	1811
Ana Joaquina Gomes do Couto	43	186-v.	1808

Joaquim Alves Taveira	43	195-v.	1807
Francisca Alves de Gouveia	44	42	1819
Manoel Pinto Leitao	44	107	1808
Jose Joaquim Gomes Branquinho	44	121	1821
Manoel da Silva Ramos	45	13	1821
Manoel da Rocha Porto	46	80	1823
Jeronimo Pereira de Carvalho	46	140-v.	1824
Ana Albina Dias	46	176	1824
Maria Rosa de Jesus	46	194v	1821
Bernardo Leite de Faria e Souza Loar	48 / 1º liv.	30-v.	1823
Joao Antunes Fernandes	12	129-v.	1789
Joaquim Jose de Souza	12	135-v.	1795
Luiz Jose de Oliveira	12	138	1793
Manoel Rodrigues Serra	12	144-v.	1793
Maria Vieira	12	146-v.	1795
Antonio Ferreira Martins	12	157-v.	1792
Emerenciana Helena de Santana	12	181-v.	1795
Jose de Souza Barbosa	12	188	1795
Sebastiao Luiz Monteiro	12	232	1794
Antonio de Araujo Silva	13	6	1796
Custodio Francisco Ribeiro	13	12-v.	1796
Manoel Pereira de Souza	13	17	1795
Manoel Antonio de Azevedo Peixoto	13	19	1789
Francisco Jose Duarte	13	22-v.	1796
Antonio Tavares da Rocha	13	27	1793
Antonia da Silva de Jesus	13	37-v.	1794
Antonio Botelho de Mesquita	13	63-v.	1796
Maria da Costa de Miranda	13	67-v.	1796
Estevao Jose de Siqueira	13	70	1796
Maria Aniceta Dias Raposo	13	74	1796
Joao de Matos Cervieira	13	78-v.	1796
Florencia Martins	13	80-v.	1787
Jose de Souza Gonçalves	13	86	1796
Ana Francisca da Conceição	13	104-v.	1796
Domingos Fernandes Gil	13	106-v.	1796
Pedro Alves Maciel	13	108	1796
Francisco Machado da Rocha	13	123	1796
Josefa de Souza Pinheiro	13	128	1796
Jose Simoes de Aguiar	13	202-v.	1783
Joana de Castilho e Gois	13	223	1796
Joao Jose de Passos	13	237	1797
Teodosio Alves Bitancurt	13	242	1796
Miguel Rabelo Barbosa	13	271	1797
Joaquim Pedro da Camara	13	288	1791

Manoel Jose Chaves	13	302	1788
Manoel Rodrigues de Aguiar	13	311-v.	1797
Francisco Justiniano Pereira de Carvalho	14	04-v.	1799
Manoel Fernandes Gomes	14	05-v.	1801
Manoel Ferreira Coelho	14	13	1799
Antonio Pires Moreira	14	18	1796
Joana Dias da Rosa	14	39	1802
Luiz Antonio Gomes Viana	14	42-v.	1802
Margarida de Jesus	14	50	1802
Estevao Salgueiro	14	54-v.	1786
Sebastiao Barbosa Raposo	14	70	1802
Francisco de Almeida Silva	14	87	1802
Joao Vieira da Rocha	14	97-v.	1802
Caetana Rosa dos Santos	14	101	1803
Joaquim Coelho de Souza	14	106	1803
Manoel Ferreira Guimaraes	14	119	1802
Eugenio de Matos Lobo	14	129-v.	1803
Jose Ribeiro de Carvalho	14	134-v.	1802
Jose da Costa	14	143	1803
Isabel Inacia de Souza	49	70	1828
Inacia Joaquina de Andrada	50	02-v.	1828
Andreza Maria Teixeira	50	6	1829
Isabel Teresa de Jesus	50	8	1820
Francisco Antonio da Cunha Magalhaes	50	12-v.	1829
Maria Candida de Souza	50	15	1830
Inacia Maria de Jesus	50	17	1830
Bernardino de Senna Alvarenga	50	18-v.	1825
Narcisa Gomes do Nascimento	50	20-v.	1830
Francisco Rodrigues Guimaraes	50	22-v.	1825
Gertrudes Magna de Souza Faria	50	24	1830
Oliver Bird □ ÕR 0Fi□	50	26-v.	1830
Ana Maria de Sampaio	50	28	1830
Domingas Lemes Oliveira	50	30	1830
Alexandre Jose Lopes	50	34	1827
Jose Mendes de Almeida	50	36-v.	1830
Felisberto Ribeiro da Silva	50	38-v.	1839
Jose Machado Tostes	50	41	1830
Maria Rosa de Azevedo	50	43-v.	1830
Joao da Costa Portela	50	48	1828
Joao de Faria Silva Gomes	50	53-v.	1830
Jose Teixeira de Carvalho	50	58	1830
Joaquim Felisberto Lopes	50	60	1827
Joaquim Jose de Souza	50	62	1830
Francisca Maria Esperança de Mendonça	50	66-v.	1818

Jose Freire da Mata	50	75-v.	1830
Antonio Romao do Pilar	50	77-v.	1830
Antonia Joaquina Dias	50	82-v.	1830
Jose Marcos de Castilho	50	84-v.	1829
Francisca Maria das Neves	50	88	1831
Ana Maria de Jesus	50	90	1831
Ana Fernandes de Matos	50	92-v.	1831
Maria Joana de Nazare	50	95-v.	1829
Ana Fortunata de Souza Monteiro	51	61	1831
Joaquim Francisco Maia	51	72-v.	1829
Manoel Gomes de Aguiar	52	01-v.	1831
Joaquim Jose de Barros	52	04-v.	1831
Antonio da Costa e Silva	52	13-v.	1831
Joao Barroso Pereira	52	15	1828
Francisco da Silva Tavares	52	17	1828
Francisco Pereira de Araujo	52	21	1831
Maria Michaela Barbara dos Serafins	52	23-v.	1828
Jose Garcia Duarte	52	26	1820
Pedro Pereira da Silva Fogaça	52	28	1831
Firmiano Jose Mendes	52	29-v.	1831
Joaquim da Costa de Oliveira	52	31-v.	1831
Aguida Ribeira	52	33-v.	1830
Antonio Pinheiro de Faria	52	36	1826
Josefa Maria do Nazare	52	38	1831
Veronica Maria da Conceição	52	41	1831
Francisco Coelho de Souza	52	43-v.	1828
Ana Barbosa de Jesus	52	46-v.	1827
Joaquim Jose Pereira	52	49-v.	1831
Jose Pinheiro Lobo	52	52	1831
Ana Caetana Pereira	52	57	1830
Ana Felizarda de Barros	52	59	1832
Justa Maria da Conceição	52	61-v.	1829
Bento Jose dos Passos Guimaraes	52	63-v.	1831
Manoel Inacio da Costa Barroso	52	70	1828
Jose Alves Pedrosa	52	73	1832
Joao da Costa Guimaraes	52	75	1826
Francisco Jose da Silva	52	78	1829
Maria Claudiana da Silva	52	82	1831
Tomas de Aquino Figueiredo Neves	52	84-v.	1830
Maria de Lara Rodrigues	52	88	1832
Serafim dos Anjos Vieira Machado	52	90-v.	1832
Manoel Francisco Vieira	52	94	1833
Francisco de Paula Siqueira	52	96	1833
Maria Francisca	52	104-v.	1833



Manoel Jose Pereira	52	106-v.	1830
Luiz Fortes de Bustamante Sá	52	110-v.	1830
Manoel Jose de Siqueira	52	116-v.	1832
Antonio Dias Pereira	52	126-v.	1833
Lizarda Florisbela Augusta Jacinta Teodora Gama	52	129-v.	1831
Emerenciana Maria de Sao Jose	52	132	1832
Joaquim Manoel da Silva	52	134-v.	1833
Lauriana de Souza Monteiro	52	141-v.	1822
Ana Inacia de Almeida	52	144-v.	1833
Domingos Fernandes dos Reis	52	147-v.	1833
Tomas de Aquino Pereira	52	150-v.	1833
Quiteria Lopes da Guerra	52	153-v.	1830
Hilaria Barbosa Teles	52	160-v.	1833
Arsenia Maria de Oliveira	52	162-v.	1827
Manoel Jose Correa de Alvarenga	52	164-v.	1834
Romana Francisca de Menezes	52	170-v.	1834
Domingas Claudina da Silva Braga	52	173	1834
Antonio Jose da Silva Branco	52	175-v.	1830
Joaquim Jose da Cruz	53	33	1832
Manoel Jose Rendao	53	36	1832
Joao Gomes Salgado	54	25-v.	1811
Antonia Alves de Oliveira	54	43-v.	1824
Jose Gonçalves Pinto	54	57-v.	1826
Maria Teresa da Conceição Franca	54	87	1834
Mariana Benta de Souza	54	90	1834
Ponciana Lioniza Ferreira de Anapar	54	95-v.	1829
Joaquim Jose dos Passos	54	97-v.	1834
Porcina Fortunata de Souza	54	101	1832
Prudenciana Umbelina de Paiva	54	103-v.	1834
Ana Rufina das Dores	55	1	1834
Jose Francisco Lima	55	3	1833
Simplicia Maria de Souza	55	6	1830
Jose Moreira do Nascimento	55	8	1834
Dionisio Ferreira da Cruz Peixoto	55	10	1816
Maria Madalena de Jesus	55	12	1835
Quiteria Teixeira	55	14	1830
Manoel Moreira da Rocha	55	16	1835
Juliana Maria da Silva	55	18	1835

Jose Pereira de Almeida Beltrao	55	19-v.	1834
Francisco Jose Cardoso da Silva	55	24-v.	1835
Francisco Antonio da Silva	55	26-v.	1835
Mariana Bernardina de Jesus	55	31	1835
Luiz Inacio da Cunha	55	33-v.	1835
Maria Antonia	55	38	1835
Maria Madalena de Arantes	55	40-v.	1835
Manoel Machado	55	43	1834
Ana Antonia de Mesquita	55	45	1831
Francisco Antonio de Carvalho	55	46-v.	1836
Jacinta Maria do Sacramento	55	48-v.	1836
Manoel Venancio dos Santos	55	50	1835
Jose Francisco de Araujo	55	53	1835
Maria Rosa de Bitancurt	55	56-v.	1834
Francisca Teodora de Almeida	55	58-v.	1833
Maria Leonor Ribeira	55	60-v.	1836
Francisca Vitoria de Paula	55	62	1836
Teodora Rodrigues da Silva	55	64	1834
Joao Jose de Souza Campos	55	68-v.	1836
Angelica de Oliveira Rosa	55	71	1836
Gonçalo Correa de Carvalho	55	73-v.	1836
Manoel Lopes de Siqueira	55	75-v.	1836
Florinda Ferreira	55	77	1836
Luiza Joaquina da Silva	55	78-v.	1836
Jose Francisco Unhao	55	80-v.	1836
Ana Maria de Jesus	55	82	1836
Marcelino Rodrigues de Aquino	55	85-v.	1836
Francisca Gomes Xavier	55	86 (pg. rep.)	1833
Florencia Teles de Bitancourt	55	88	1836
Ana Joaquina Moreira	55	89-v.	1836
Josefa Maria das Virgens	55	91	1837
Joana Angelica de Jesus	55	93-v.	1837
Emerenciana Esmeria dos Santos	55	95	1836
Antonio Ferreira Rocha	55	98	1836
Jose Joaquim Correa	55	99-v.	1833
Custodia Maria de Santana	55	107	1827
Isabel Francisca de Assis	55	108-v.	1837
Custodio Lopes de Siqueira	55	110	1837
Joao Batista da Silva	55	112	1836
Jose Antonio da Silveira	55	113-v.	1837
Maria Ribeira Quinta	56	1-v./ct. 69-v.	1839

Maria Caetana Rosa da Anunciação	56	2	1837
Ana Esmeria Francisca de Paula	56	4	1827
Joaquina Ferreira de Paiva	56	06-v.	1837
Jose Francisco Lima	56	8	1837
Antonio Jose Pacheco	56	09-v.	1836
Maria Joaquina de Sao Jose	56	11-v.	1837
Antonio Rodrigues da Fonseca	56	13-v.	1828
Custodia Maria	56	15	1831
Ana da Costa	56	16	1836
Helena Maria da Silva	56	18	1838
Manoel da Paixao e Paiva	56	19-v.	1838
Joaquim José Lopes de Siqueira	56	21-v.	1838
Jose Inacio da Silva Souto Maior	56	24-v.	1838
Carlos Jose da Silva Rios	56	26-v.	1838
Jose Alves Ferreira	56	29	1838
Ana Vitoria Teles da Silva	56	32-v.	1838
Maria Justina Gomes da Silveira Mendonça	56	34-v.	1838
Manoel Jose de Mesquita	56	36-v.	1838
Manoel Carvalho de Souza	56	38-v.	1834
Rafael Ferreira da Silva	56	41	1838
Frutuoso Jose Gomes	56	44-v.(46v)	1837
Felipe Gomes Pereira	56	48	1836
Camilo Jose de Souza	56	49-v.	1838
Antonio Joaquim de Oliveira e Silva	56	51	1833
Inacia Joaquina de Jesus	56	55-v.	1839
Maria Antonia Duarte	56	57-v.	1836
Gomes da Silva Pereira	56	59	1834
Francisco Xavier de Castro	56	62-v.	1837
Josefa Senhorinha de Jesus	56	64-v.	1839
Maria Rosa Angelica Fagundes	56	66	1837
Maria Francica da Costa	56	68	1838
Joaquim Antonio Ferreira	56	70-v.	1839
Bento Joaquim Pereira	57	07-v.	1816
Maria Francisca da Encarnação	57	66	1829
Ana Teresa de Jesus	58	01-v.	1839
Joaquim Antonio de Carvalho	58	04-v.	1838
Ana Josefa de Santana	58	6	1840
Maria Narcisa da Silva	58	8	1839
Ana Leonor Rangel	58	09-v.	1840
Maria Vicencia de Jesus	58	11-v.	1840
Isidoro Correa de Carvalho	58	15-v.	1839
Maria Isabel de Toledo	58	17-v.	1840

Joana Maria do Espirito Santo	58	22	1834
Clara da Costa	58	24	1840
Luiz Manoel da Silva Caldas	58	25-v.	1839
Francisco Pereira da Silva	58	30	1838
Francisco Ferreira Lemos	58	33-v.	1840
Miguel Ferreira	58	36	1835
Angelica Clara Maria	58	38-v.	1840
Jose Marçal da Cunha Matos	58	41	1840
Joaquim Jose de Souza Lira	58	45-v.	1840
Francisco de Paula Santana	58	52	1838
Francisco da Costa Monteiro	58	54	1839
Maria Inacia Ferreira da Cruz	58	56	1838
Luiza Tereza de Jesus	58	61	1840
Jacinto Ferreira Fontes	58	63-v.	1841
Francisco Leite Ribeiro	58	67	1840
Joaquim Jose Teixeira	58	69	1840
Antonio dos Reis Silva	58	72	1834
Francisca Irene da Purificação	58	75	1840
Antonio Jose Afonso	58	78	1840
Maria Vieira de Jesus	58	80-v.	1841
Ana Silveria da Conceição	58	82-v.	1841
Delfina Matildes de Souza	58	84-v.	1842
Ana Esmeria de Souza	58	87-v.	1841
Ana Joaquina Alves da Conceição	58	90	1842
Barbara Maria da Conceição	58	94	1842
Ana Inocencia Moreira	59	01-v.	1842
Jose Lourenço Dias	59	08-v.	1837
Custodio Jose Machado	59	12	1842
Ana Maria de Moura	59	17-v.	1841
Quiteria Maria da Conceição	59	20-v.	1838
Teresa de Jesus Maria Jose	59	23	1839
Joaquim Soares Rodrigues Lima	59	32	1843
Francisco Ferreira da Silva	59	35	1837
Ana Tereza de Jesus	59	40	1843
Manoel de Azevias Pereira	59	42	1843
Ana Maria de Cadis	59	46-v.	1845
Teodora Matildes de S. Jose	59	49	1839
Mariana Fidelis de Jesus	59	51-v.	1837
Joaquina Benedita dos Anjos	59	54	1838
Delfina Domiciana de Jesus	59	56-v.	1837

Joao Esteves de S. Francisco	59	58-v.	1843
Inacia Maria Rosa	59	65	1842
Maria Barbara Joaquina da Natividade	59	68-v.	1843
Inacia Fernandes dos Reis	59	71-v.	1840
Joaquina Rosa de Faria	59	75-v.	1843
Mariana Barbara de Jesus	59	80-v.	1834
Jacinta Placidia Ferreira	59	86	1843
Antonio Joaquim do Rego Barros	59	89	1844
Rita Adelindes de Carvalho	59	92	1844
Floriano Jose Pinto	59	94	1844
Jose Joaquim de Santana	59	97-v.	1844
Vicente Antonio de S. Jose	59	101-v.	1833
Joao Nepomuceno Ferreira de Castro	59	105	1844
Boaventura Pestana Coimbra	60	1	1840
Luiza Felicia Sinfroza de Bustamante	60	3	1836
Matias Moreira da Silva	60	5	1845
Venancia Constancia de Andrade	60	06-v.	1841
Jose Custodio de Paiva	60	08-v.	1834
Claudina Justiniana de Jesus	60	10	1845
Joao Antonio de Faria Braga	60	11	1829
Manoel Jose Dias	60	14	1839
Pedro Rodrigues Gondin	60	15	1844
Francisco Jose da Cruz	60	16	1845
Francisca Maria de Paula da Graça	60	17-v.	1842
Ana Ribeira Quinta	60	18-v.	1845
Antonio Jose de Freitas	60	20-v.	1846
Jose Moreira da Rocha	60	23	1846
Francisco de Sales Pereira	60	26-v.	1846
Inacia Teodora de Jesus	60	28-v.	1843
Juliana Maria Pereira	60	30	1834
Manoel Ferreira da Cruz	60	31-v.	1845
Custodio de Castro Moreira	60	32-v.	1846
Augusto Leite de Faria e Souza	60	35	1845
Joaquim Leonel de Paiva	60	36-v.	1847
Antonio Pinto de Madureira	60	38-v.	1846
Maria Gertrudes da Silva Braga	60	42	1847
Teresa Inacia da Costa Cabral	60	43	1835
Andre Martins Ferreira	60	46-v.	1847

Laurindo Rodrigues Teixeira	60	48-v.	1848
Alexandre Alves Ferreira	60	50	1848
Mariana Josefa Joaquina de Jesus	60	52	1828
Silverio Joaquim Dias	60	53-v.	1846
Gertrudes Maria de Paula	60	54-v.	1845
Ana Rosa de Jesus	60	56	1846
Estevao Jose Martins	60	59	1846
Iria Gonçalves de Moura	60	60-v.	1825

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros*. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_\_. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e cidadania: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 228-229.

\_\_\_\_\_. (org.). *Leituras no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. Idem. Leitura de ficção no Brasil Colônia. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 124, jan./mar. 1996, p. 55-68.

\_\_\_\_\_. “O ‘mundo literário’ e a ‘nacional literatura’: leitura de romances e censura”, In: \_\_\_\_\_. *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Histórias de Leitura). p.275-306.

ABREU, Sandra Elaine Aires de. O ensino da escrita, da leitura, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de primeiras letras da província de Goiás no século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 18, p. 13-48, set/dez/2008.

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

AMARAL, Sérgio Alcides Pereira do. *Desavenças: poesia, poder e melancolia nas obras do Dr. Francisco de Sá de Miranda*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. I

\_\_\_\_\_. *Honradas e devotas: mulheres na colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: Edunb; José Olympio, 1999.

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Notas sobre a reforma pombalina dos estudos menores no Brasil. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. p. 99-116.

ALMEIDA, Jane Soares de. As propostas da co-educação dos sexos nos finais do século XIX: ambigüidades de ordem moral e religiosa. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: história e historiografia*. Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura – UFRJ, 2000. (CD-ROM).

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história da legislação*. Tradução de Antônio Chizzotti. Brasília: ENEP/MEC, 1989.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. “Romances e a formação de um clima de opinião no Rio de Janeiro em 1794”. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2008. (Coleção Histórias de Leitura). p. 329-350.

ALMEIDA, Teresa de Sousa. Tratados Epistolares do Século XVIII. Teoria e Prática na correspondência de Chelas. In: ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Correspondências*. (Usos da Carta no século XVIII). Lisboa: Colibri, 2005. p. 25-32.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e Livros em Vila Rica: 1750-1800*. Dissertação (Mestrado) São Paulo: FFLCH da Universidade Federal de São Paulo, 2003.

ALVES, Cláudia Maria Costa. A presença militar na educação brasileira do século XIX, In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. p. 227-251.

ALVES, Maria do Céu G. L. R. *Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896*. Dissertação (Mestrado em Educação). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2003.

AMORIN, Marina Alves. Por uma História da Educação para além da escola. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM).

ANDRADE, Antônio Banha de. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981. Vol. 2. (Documentação).

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ANTUNES, Álvaro. “Administração da justiça nas Minas Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 169-189. Vol. 1.

AZEVEDO, Fernando de *A cultura brasileira*. Brasília: UNB, 1963.

AZEVEDO, Moreira. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVIII, parte II, p. 265-322, 1884. MORAES, Rubens Borba de. *O problema das bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: CEB, 1943.



AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. D. João e sua corte do Rio de Janeiro: cumprindo o calendário. In: *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 287-341.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. Autos de tutoria e contrato de órfãos (1891-1920): Fontes para a História da Educação. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. PUC, Curitiba, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara, FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

\_\_\_\_\_. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827), In: \_\_\_\_; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 95-118.

BELO, André. *História & Livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção. História &... Reflexões).

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822) nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Unijuí, FAPESP: Hucitec, 2003. p. 345-363.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Latino e Português*. Coimbra: 1712-1728. p. 610-611. Disponível em: [www.ieb.usp.br/online/](http://www.ieb.usp.br/online/) Acesso em: 13 jun. 2009.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-75.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico do Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 130.

BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *Revista de Educação da Universidade de São Paulo*. Vol. 22, Nº 1, p. 169-192. jan./jun. de 1996.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.<sup>a</sup> Alice e CATANI, Alfredo (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira*. XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007, p. 11. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0782-1.pdf> Acessado em 15/02/2009.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado) Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2002.

CAFARENA, Fabio. *Dai conti ai racconti, appunti quotidiani e racconto di sé fra '800 e '900*. In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; BLAS, Verónica Siena (orgs). *El legado de mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*. Gijón: Ediciones Trea, 2007. p. 75-94.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as Vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes - 1810/1844*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

CANDEIAS, Antônio; SIMÕES, Eduarda. *Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso*. In: *Análise psicológica*, v. 1, n. XVIII. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 1999, p. 169-173. (Coleção Estudos CDAPH – Série Historiografia).

CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro, 1759-1834*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. "Raízes históricas da escola pública no Rio de Janeiro", In: MAGALDI, M; ALVES, C.; GONDRA, José (orgs). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 117-145.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Configuração da historiografia educacional brasileira*, In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003 . p. 329-

CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal I: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; BLAS, Verónica Siena (orgs). *El legado de mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*. Gijón: Ediciones Trea, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Tereza Santos; MIGNOT, Maria Chrystina Venâncio (orgs.). *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002. p.13-54.

\_\_\_\_\_. Hablen cartas y callen barbas. Escritura y sociedad en el siglo de oro. *Historiar*. Barcelona, n. 4, jan./abr. 2000. p. 116-127.

\_\_\_\_\_. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 5, p.93-124, jan./jun. 2003.

CASTRO, Eufrásia C. *A difusão do livro através de bibliotecas particulares em São João del-Rei*. Monografia (Especialização) São João del-Rei: Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas da Universidade Federal de São João del-Rei, 2003.

CASTRO, Hebe Matos de. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 55-83.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

\_\_\_\_\_. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Idem. *As utilizações do impresso*. Portugal: DIFEL, 1998.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Unijuí, FAPESP, Hucitec, 2003. p.61-91.

CRUZ, Lígia. *Pina Manique e a Universidade de Coimbra: cartas do Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a Família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 447- 468.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Schuarcz, 1992.

DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAVES, Alexandre. Subsídios para a História da instrução em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII: as vilas coloniais mineiras. . In: “I Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação”, 2001, Belo Horizonte. *Caderno de resumos*.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: \_\_\_\_\_. História das crianças no Brasil. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p.84- p. 106.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 160-184.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V 1.

ELIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo, n. 30, p. 387-447, 1957.

FABRE, Daniel. O livro e sua magia. In: CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 201-228.

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*, São Paulo: Ática, 1982.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. A escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, José (org). *Dos arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX, In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. p. 171- 182.

\_\_\_\_ (org.). *Modos de ler, formas de escrever*. BH: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Representações da escola e do analfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de

Oliveira (orgs.) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.143-164.

\_\_\_\_\_. ROSA, Walquíria Miranda. O Ensino Mútuo em Minas Gerais, In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 177-196.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994.

\_\_\_\_\_. A difusão do ensino mútuo em Portugal no começo do século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). *Faces de Eva*, n.9, p. 13-27, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_. Notas em torno de retratos de criança, In: FELGUEIRAS, Margarida; MENEZES, M<sup>a</sup> Cristina (orgs.). *Rogério Fernandes*. Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação. Porto: Afrontamento, 2004. p. 435-444.

\_\_\_\_\_. Sobre a escola elementar no período pré-Pombalino, In: FELGUEIRAS, Margarida; MENEZES, M<sup>a</sup> Cristina (orgs.). *Rogério Fernandes*. Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação. Porto: Afrontamento, 2004. p. 599-612.

FERRAZ LORENZO, Manuel. La educación en Tenerife Durante el Antiguo Régimen (S. XVIII): entre el estatismo medieval y el pseudorreformismo Borbónico. *Revista de Educación*. N. 331. p. 265-285. 2002.

FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar: A Criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

FERREIRA, Marina dos Santos. *O projeto civilizatório e a medicina social em São João del Rei (1839/1860)*. 2000. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). FUNREI: São Joao del-Rei, 2000.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

FERRONHA, António Luís de. *As civilizações africanas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Monomotapa*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

\_\_\_\_\_. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FONSECA, Marcus V. *Educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. Historiografia da Educação na América Portuguesa. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. Instrução e assistência na Capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 535-544, Set/Dez./2008.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 17-27, julho de 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire Universel*. Haia: Rotterdam, 1690 *apud* HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

FURTADO, Junia Ferreira. Uma correspondência de negócios nas Minas Gerais setecentistas: possibilidades de leituras. In: SCHAPOCHNIK, Nelson; ABREU, Márcia (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. "O Distrito dos diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 303-320. Vol. 1.

GOMES, Joaquim Ferreira. *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra: Almedina, 1982.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. Contas de tutelas como fontes para pesquisa em História da Educação. Documentação de três Vilas da Comarca do Rio das Mortes, de 1776 a 1941. Anais do V Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais. Unimontes, Montes Claros, 5 a 7 de maio de 2009.

GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, p. 450-460, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-110, jul./2003.

\_\_\_\_\_. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUEDES, Ana Isabel Marques. *Os colégios dos meninos órfãos (séculos XVII-XIX)*. Évora, Porto e Braga. Lisboa: ICS, 2006.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Flávia Maria da Mata, “Agricultura e mineração no século XVIII”, In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 321-335.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.2, jul./dez. 1990, p.65-110.

\_\_\_\_\_. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 1, p. 115-141, jan/jun/200.

\_\_\_\_\_. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na Província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 197-215.

INÁCIO, Marcilaine Soares ROSA, Walquíria Miranda; DE SALES, Zeli Efigênia Santos; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Profissão docente e escolarização em Minas Gerais: exames para provimentos das cadeiras de instrução pública (1846-1850), In: \_\_\_\_\_. *Escola, política e cultura: a instrução elementar nos primeiros anos do Império brasileiro*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2006. p. 65-87.

INÁCIO, Marcilaine Soares ROSA. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

\_\_\_\_\_. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_. A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846), In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (orgs.). *Histórias da educação: histórias de escolarização*. Belo Horizonte: Horta Grande, 2004. p. 53-64.

KLEIMAN, Angela B. O que é letramento? In: KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/ 2, p. 153-166, jan./dez. 1995.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LESAGE, Pierre. A Pedagogia nas escolas mútuas no século XIX, In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 09-24.

LIBBY, Cole Douglas; FURTADO, Júnia Ferreira. (orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. “Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)”. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 39, p. 535-544, set/dez 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Vida intelectual. In: *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, 1980, p. 197-218.

MACHADO, J. T. Montalvão. *No II Centenário da Instrução Primária*. 1972, p. 87-102.



MACIEL, Guilherme de Souza. *O 'Recreador Mineiro' e a construção da nação (Ouro Preto: 1845-48): formas de representação do conhecimento histórico na Construção de uma Identidade Nacional*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

MAGALHÃES, Beatriz R. Vestígios de formas elementares da instrução em uma comarca mineira setecentista: o ler, o escrever e o contar. In: *Anais do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: EDUFU, 2003. (CD-ROM).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (org) *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

\_\_\_\_\_. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A morte de nossos ancestrais. In: MARTINS, José de Souza (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MARTINS, Ângela Magalhães. *Século XIX: Estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha*. IV Seminário sobre Economia Mineira (Anais). Diamantina: CEDEPLAR, 1990.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro, 1994.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. . In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 137-176.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENESES, José Newton Coelho. “A terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial”, In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 337-358. Vol. 1.

MORAIS, Christianni Cardoso & FERNANDES, Rogério. *Pombalismo sem Pombal*. Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 20-23 de junho de 2008, Porto. <http://web.lettras.up.pt/7clbheporto/> Acesso em: 1º mai. 2009. p. 01.

\_\_\_\_\_. A noção de instrução no periódico sanjoanense *O Astro de Minas* (década de 20 do século XIX), In: MATA, Speranza França da *et al* (orgs.). *Direito e cidadania: interfaces científicas sob o olhar da educação*. São João del-Rei: UFSJ, 2003, p. 63-72.

\_\_\_\_\_. “*Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria*”: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2002.

\_\_\_\_\_. Sucesso ou fracasso: a trajetória *literácita* da família da Professora Policena Tertuliana de Oliveira Machado (1803-1881). Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 632-641.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTT, Luiz. O cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil antigo. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 69, p. 32-39, maio/1989.

MOYSÉS, Sarita Maria Afonso. Literatura e história: imagens de leituras e leitores no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n.0, p.53-62, set./dez.1995.

NEVES, Leonardo Santos. O ensino secundário em Minas Gerais: a construção de uma cultura pedagógica no Império, In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. p. 166-192.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 377-394.

\_\_\_\_\_. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revam/FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. *A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2008. p. 69.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese (Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto o seu mundo e os outros: Salvador (1790-1890)*. São Paulo: Brasília: Corrupio/CNPq, 1988.

PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

\_\_\_\_\_. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: *Colóquio Internacional Política, Nação e Edição*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História – UFMG, 2003 (vol. 1).

PALLARES-BURKE, M.<sup>a</sup> Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, n. 104, p. 144-161, jul/1998.

PAULA, João Antônio de. “A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII”, In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 279-285. Vol. 1.

PETITAT, André. *Produção da escola - produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro; Salvador: Imprensa Régia: Silva Serva, 1820-1822, vol. 5º, p. 14. *apud*.

PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos Malês*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RESENDE, Diana Campos. *Roda dos expostos: um caminho para a infância abandonada* (um estudo sobre a assistência aos expostos em São João del-Rei entre os anos de 1827 a 1888). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Pós-graduação em Histórias de Minas – século XIX. FUNREI, São João del-Rei, 1996.

RESENDE, Fernanda; FARIA FILHO, Luciano M. de. História da política educacional em Minas Gerais no século XIX: os Relatórios dos Presidentes da Província. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 02, p. 79-115, jul./dez./2001.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys S. ‘Pés-de-chumbo’ e ‘garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 160-165, set./ago./1992.

ROCHE, Daniel. *As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII*. In: CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 177-200.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a constituição da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Unijuí, FAPESP: Hucitec, 2003. p. 365-388.

RUSSELL-WOOD, A. J. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia* (1500-1755). Brasília, EdUNB, 1981. p. 245.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

SARAMAGO, José. *A viagem do elefante*. Lisboa: Caminho, 2008.

\_\_\_\_\_. *Todos os nomes*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. D. João e sua corte do Rio de Janeiro: cumprindo o calendário, In: *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 287-341.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: EDUFPE, 2007.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 427 (vol. III).

SILVA, Diana de Cássia. “As Reformas Pombalinas e seus reflexos na constituição dos mestres de Primeiras Letras no Termo de Mariana (1772-1835)”, In: VAGO, Tarcísio Mauro, OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 20-40.

SILVA, Flávio Marcus da. “Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. p. 359-375. Vol. 1.

SILVA, Francisco Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, M<sup>a</sup> Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 33-94.

SILVA, José Carlos de Araujo. “A ilustração dos baianos: o magistério régio na capitania da Bahia (1788-1808). Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 20-23 de junho de 2008, Porto, p. 01. <http://web.lettras.up.pt/7clbheporto/> Acessado em: 1º de maio de 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade de Coimbra à Independência*. Lisboa: Estampa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Donas e plebéias na sociedade colonial*. Lisboa: Estampa, 2002.

\_\_\_\_\_. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia, In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Volume I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. *Revista de História*. São Paulo, vol. 55, N° 109, p. 150-164, jan./1977.

\_\_\_\_\_. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado da Letras: ALB: São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Histórias de Leitura). p. 147- 164.

\_\_\_\_\_. A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história. *Revista de História*. São Paulo, 43 (87), p. 225-239, 1971.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). In: *Revista de História*, São Paulo, v. 94, n. 46, 1973, p. 450-451.
- SILVA, Rita Cristina Lima Lages e. “As práticas de ensino da língua francesa em Minas Gerais na primeira metade do século XIX”, In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. p. 121-141.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SOARES, Magda B. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, set./out./nov./dez. 1995.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Schwarcz, 1996. p. 347-366.
- STIACCINI, Carlo. Orsanti, i quaderni de famiglia dei Girovaghi dell’Appennino Ligure-Emiliano. p. 95-112.
- TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos. *Pina Manique: um homem entre duas décadas*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escritos. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-442.
- VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri/Instituto de Cultura Ibero Atlântica, 2004.
- VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 39. set/dez 2008. p. 502-516.
- VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século XIX*. Bauru: EDUSC, 2004.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. “Cachaça”. In: *Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

VIANA, Fabiana da Silva; VEIGA, Cynthia Greive. Relação Governo, família e educação na primeira metade do século XIX na Província de Minas Gerais. In: “II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO”, 2002, Natal. *CD-ROM com textos completos*.

VICENT Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, n. 33, p. 7-48, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*. N. 8, p. 13-30, mai/ago/1998.

VILLALTA, Luiz Carlos; BECHO, André Pedroso. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 555-578. Vol. 1.

\_\_\_\_\_. MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse de Livros e Bibliotecas Privadas em Minas Gerais (1714-1874)*. 2008 (no prelo).

\_\_\_\_\_. *Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar*. Belo Horizonte, 2005 (mimeo).

\_\_\_\_\_. Cultura letrada y Estratificación Social en la Capitanía de Minas, Brasil: las bibliotecas y las habilidades de leer y escribir. In: FERNÁNDES, Manuel; GONZÁLEZ, Carlos Alberto; MAILLARD, Natalia (Orgs.). *Testigo del Tiempo, Memoria del Universo: cultura escrita y sociedad en el mundo ibérico (siglos XV-XVIII)*. Barcelona: Rubeo, 2009.

\_\_\_\_\_. “Educação, nascimento, haveres e gêneros”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 253-287. Vol.2.

\_\_\_\_\_. *1789-1808 – O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

\_\_\_\_\_. Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social. In: RESENDE, Maria Efigênia de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.p. 289-311.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os livreiros, os ‘livros’ proibidos e as livrarias em Portugal, sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807)”. 2009. (arquivo do autor).

\_\_\_\_\_. Livro, língua e leitura no Brasil e em Portugal na Época Moderna. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 91-115.

\_\_\_\_\_. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385. Vol 1.

\_\_\_\_\_. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

VILLELA, Heloisa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil, In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 145-176.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

\_\_\_\_\_. El espacio y el tiempo como objeto historico. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, Ano V, v. 7, p.9-33, 2000.

\_\_\_\_\_. *Leer y escribir: Historia de las practicas culturales*. México: Fundacion Educación, voces y vuelos, I.A.P, 1999.

WISSENBACH, Maria Cristina . *Cultura e escravidão*. 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. Caxambu, 2002. p. 1-15. (CD- ROM).

\_\_\_\_\_. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. (vol. II).



## Anexo 1

### Relação dos Manuais de Caligrafia consultados na BNPT

DATA	AUTOR	TÍTULO	LOCAL/ EDITORIA
1719 )	Manoel de Andrade e Figueiredo	<i>Nova escola para aprender a ler, escrever, &amp; contar.</i>	Lisboa Occidental, Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho
1796	Não tem	<i>Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes. Parte terceira: da calligraphia, e orthographia, ou arte de escrever bem, e certo a língua portugueza.</i>	Coimbra, Real Imprensa da Universidade
1803	Joaquim José Ventura da Silva	<i>Regras methodicas para se aprender a escrever o caracter da letra ingleza, acompanhadas de humas noções de Arithmetica.</i>	Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira
1803	Joaquim José Ventura da Silva	<i>Regras methodicas para se aprender a escrever o caracter da letra ingleza.</i>	Não tem
1807	Manoel José Satirio Salazar	<i>Nova arte de escrita para se aprender theorica, e praticamente a I e II parte da forma de letra portugueza, intituladas de secretaria, e escritório, caracteres próprios para se ensinarem nas escolas deste Reino; e ultimamente a letra ingleza, extrahida dos sobreditos caracteres nacionaes, própria para todas as pessoas, que não tiverem aprendido a escrever com methodo, e se acharem occupadas em empregos públicos, que lhe embaracem frequentar as aulas</i>	Lisboa, na Impressão Regia
1807	Manoel José Satirio Salazar	<i>Compendio calligrafico em forma de dialogo para se entenderem as mais principaes regras da Calligrafia, e se aprenderem methodicamente os Caracteres da Letras de secretaria, de escritório; e ingleza, Proprio para as pessoas, que não tiverem aprendido a escrever com methodo, e muito mais para os Meninos, que frequentarem as Escolas.</i>	Lisboa, na Impressão Regia
1816	Não tem	<i>Ideia geral dos novos métodos de ensinar a ler, escrever e contar, ensaiados na Escola Geral de Belem, e mandados seguir nas Escolas particulares do Eisercito e Marinha.</i>	Lisboa, na Impressão Regia

**...Continuação do Anexo 1:**

1827	Manoel Severo Leonardo	<i>Novo, e breve resumo calligrafico muito util para se aprender a escrever com methodo, dando à penna movimento regular para adquirir accento theorico, e conseguir escrever expedito.</i>	Lisboa, na Impressão Regia
1840	Fortunado Rafael Hermano Wanzeller	<i>Compedio calligrafico ou Regras geraes da Calligrafia. Muito necessario para uso da mocidade, como tambem para toda a qualidade de pessoa poder aprender methodicamente a escrever com perfeição, o character da letra portugueza, o appellidado letra ingleza, com todas as regras d'escrita, sem que para isso seja necessario de professor: dividida em seis lições, e com as estampas análogas.</i>	Lisboa, Typographia de José Baptista Morando
1841 (3 ed)	Joaquim José Ventura	<i>Regras methodicas para se aprender a escrever os caracteres das letras ingleza, portugueza, aldina, romana, gotica-italica, gotica-germanica, e gotica-lusitana. Acompanhadas de hum tratado completo de Arithmetica, e de hum appendice de Geographia.</i>	
1850	Manoel Nunes Godinho	<i>Preceitos calligraphicos theoricos e práticos para instrucção da mocidade.</i>	Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza
1850	A.J.C.G.	<i>Regras para aprender a aparar pennas, coordenadas por A.J.C.G. para uso dos Alumnos do Collegio d'Humanidades</i>	Lisboa, Lith. de Lopes & Bastos
1855	D. Pedro Sebastião Vila	<i>Analyse do curso de calligraphia ingleza.</i>	Lisboa, Typ. Lisbonense de Aguiar Vianna

## Anexo 2

### Quadro com evolução da composição do Termo de São João del-Rei

<b>São João del-Rei – 1821</b>	<b>São João del-Rei – 1835</b>	<b>São João del-Rei –1855</b>
1 - Arraial de Matosinhos	1 - São João del-Rei	1 - São João del-Rei
2 - São Gonçalo do Brumado	2 - Sto. Antônio do Rio das Mortes	2 - Sto. Antônio do Rio das Mortes
3 - Sto. Antônio do Rio das Mortes	3 - S. Miguel do Cajuru	3 - S. Gonçalo do Brumado
4 - S. Gonçalo de Ibituruna (ou Itauruna)	4 - S. Francisco da Onça	4 - Conceição de Carrancas
5 - S. Miguel do Cajuru	5 - Madre de Deus	5 - Espírito Santo de Carrancas
6 - Elvas e Onça	6 - Piedade do Rio Grande	6 - Conceição da Barra
7 - Bertioga	7 - Conceição da Barra	7 - Nazareth
8 - Piedade do Rio Grande	8 - Nazareth	8 - S. Gonçalo do Ibituruna
9 - Madre de Deus	9 - Gonçalo da Ibituruna (ou Itaruna)	9 - Conceição do Porto do Saco
10 - Carmo do Rio Grande	10 - Conceição de Carrancas	10 - Sto. Antônio da Ponte Nova
11 - Sta. Rita do Rio Abaixo	11 - Espírito Sto. de Carrancas	11 - S. Miguel do Cajuru
12 - Santana do Jacaré	12 - Campo Belo	12 - S. Francisco da Onça
13 - Nazareth	13 - Luminárias	13 - Piedade do Rio Grande
14 - Sto. Anacleto	14 - S. Tomé das Letras	14 - Madre de Deus
15 - Sto. Antônio do Amparo	15 - Sto. Antônio da Ponte Nova	
16 - S. Thiago	16 - Conceição do Porto	
17 - Ribeirão da Onça	17 - S. Gonçalo do Brumado	
18 - Conceição da Barra		
19 - Bom Sucesso		
20 - Conceição de Carrancas		
21 - Espírito Sto. de Carrancas		
22 - Luminárias		
23 - Sto. Inácio das Lavrinhas		
24 - Saco do Rio Grande		
25 - S. Tomé das Letras		
26 - Campo Belo		
27 - Lavras do Funil		
28 - Arraial do Mato Dentro		
29 - Arraial do Taboão		
30 - Macaíá		
31 - Rosário de Lavras		
32 - Ingaí e Serra Branca		
33 - Córrego Pintado		
34 - S. Manoel		
35 - São João Nepomuceno		
36 - Boavista		
37 - Sacramento		
38 - Marimbondó		
39 - Catandubas		

**...Continuação do Anexo 2:**

40 - Varginha		
41 - Dores do Paraíso		
42 - Duas Barras		
43 - Três Pontas		
44- Ajudá		
45 - Esmeril		
46 - Quilombo das Araras		
47 - Córrego das Urtigas		
48 - Palmeira		
49 - Chameca		
50 - Morro Cavado		
51 - Bom Jesus dos Perdões		
52 - Dores do Pântano ou da Boa Esperança		
53 - Dores de Sapé		
54 - Espírito Sto. das Dores		
55 - Cachoeira		
56 - Dores do Serrote		
57 - Bom Jesus dos Aflitos		
In: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. <i>A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais</i> : São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p.35.		

### **Anexo 3:**

#### **Lista nominal de testamenteiros que aceitaram mais de uma testamentaria e datas em que o fizeram**

*Ocuparam a função de testamenteiro por duas vezes:* Antônio Justiniano Monteiro Queirós (1808 e 1812 - datas que dizem respeito aos anos em que foram lavrados os testamentos); Bento Francisco Lima 1810 e 1817); Bernardo José Gomes Carneiro (1807 e 1808); Bonifácio Gonçalves Aguiar (1755 e 1794); Cândido José Silva (1817 e 1834); Custódio Castro Moreira (1816 e 1818); Custódio Lopes Siqueira (1823 e 1825); Custódio Nogueira Costa (1805 e 1841); Domingos Fernandes Gomes (1787 e 1795); Domingos Silva Alves (1834 e 1844); Francisco Antônio Silva Rios (1835 e 1838); Francisco Ferreira Rodrigues (1838 e 1850); Francisco Joaquim Coelho Faria (1782 e 1798); Francisco José Dias (1823 e 1825); Francisco José Silva (1818 e 1821); Francisco Paula Miranda (1827 e 1831); Francisco Pereira Mendes (1834 e 1843); Gabriel Francisco Junqueira (1825 e 1830); Jacinto Eugênio Ferreira Fontes (1818 e 1841); Jacinto Ferreira Fontes (1810 e 1825); Jacinto Francisco Lima (ambos 1827); Jerônimo José Carvalho (1840 e 1843); Jerônimo José Martins (1804 e 1821); Jerônimo José Rodrigues (1817 e 1822); João Ferreira Cunha (1833 e 1834); João Ferreira Leite (1811 e 1837); João Francisco Paula (1831 e 1837); João Paulo Carneiro (1789 e 1805); João Pedro Santos (1791 e 1828); João Vaz Silva (1779 e 1793); Joaquim Antônio Ferreira<sup>2</sup> (1792 e 1800); Joaquim Bonifácio Braziel (1823 e 1826); Joaquim José Siqueira (1810 e 1830); Joaquim Leite Faria Souza (1820 e 1822); Joaquim Leonel Paiva (1810 e 1818); Joaquina Maria Jesus (1825 e 1833); José Alves Figueiredo (1794 e 1824); José Antônio Castro Moreira (1791 e 1813); José Dias Barbosa (1804 e 1812); José Felipe Castro Viana (1843 e 1848); José Joaquim Costa (1821 e 1827); José Joaquim Ferreira (ambos 1839); José Marcos Castilho (1809 e 1825); José Martins Almeida (1814 e 1824); José Silva Braga (1834 e 1847); Luiz Alves Magalhães (1823 e 1827); Manoel Antônio Pereira<sup>1</sup> (1775 e 1818); Manoel Antônio Pereira<sup>2</sup> (1832 e 1836); Manoel Costa Vilas Boas Gama (1797 e 1802); Manoel Fernandes Gomes (1792 e 1797); Manoel Freire (ambos 1775); Manoel José Dias (1789 e 1801); Manoel José Souza (1830 e 1836); Manoel Machado (1823 e 1830); Manoel Pestana Coimbra (ambos 1849); Maria Josefa Conceição (1826 e 1829); Maria Tomásia Firmina Paixão (1836 e 1840); Máximo Barroso Pereira (1787 e 1799); Sabino Almeida Magalhães (1845 e 1846).

*Aceitaram três testamentarias:* Antônio Balbino Negreiros Carvalho (1826, 1836 e 1848); Antônio Maurício Gouveia (1819, 1827 e 1831); Bernardino Souza Caldas (1838, 1840 e 1850); Carlos José Ribeiro Gomes (1789, 1793 e 1794); Custódio José Dias (1771, 1798 e 1800); Domingos José Vieira (1827, 1831 e 1838); Francisco Ferreira Silva (1807, 1809 e 1830); Francisco José Alves Santiago (1837, 1846 e 1847); João Bernardo (1804, 1817 e 1818); João Correia Carvalho (1832, 1836 e 1839); José Antonio Pereira (1803, 1813 e 1818); José Freire Mata (1804, 1808 e 1817); Manoel Ferreira Pinho (1838, 1839 e 1842); Silvestre Correia Carvalho Júnior (1841, 1844 e 1849).

*Quatro testamentarias:* Francisco Antônio Cunha Magalhães (1806, dois em 1809 e 1810); Francisco Paula Almeida Magalhães (1818, 1824, 1830 e 1834); José Dias Oliveira (1826, 1836, 1846 e 1848); José Joaquim Santana (1818, 1823, 1824 e 1828); Manoel Jesus Siqueira (1795, 1796, 1800 e 1802); Manoel Venâncio Santos (1807, 1818, 1826 e 1827); Martiniano Severo Barros (1830, 1838 e dois em 1843).

*Foi testamenteiro cinco vezes:* Luiz Cardoso Fontes (1791, dois em 1796, dois em 1802).

*Seis vezes:* Antônio Leite Ribeiro (1806, 1809, 1823, 1827, 1835 e 1838).

*Sete vezes:* João Gonçalves Gomes (dois em 1834, dois em 1837, um em 1843 e dois em 1846).

**Fontes: AHET2/IPHAN/SJDR: Testamentos originais (1750-1850)**

## Anexo 4

Quadro com dados das prestações de contas de tutelas

TESTADOR	BENS DE RAIZ	GADO	ESCRAVOS	TUTOR(A)	ÓRFÃOS, SEUS DESTINOS E IDADES
1) José Francisco Lima	morada de casas na V. de SJDR; sítio com terras de cultura e criar; roça de milho.	53 vacas; 22 garrotes; 22 bezerros; [...] cavalos.	12	Mãe	1) Joaquim Francisco: sabe ler, escrever, tem ofício de carpinteiro (15 anos); 2) José Francisco: sabe ler, escrever, trabalha na lavoura (12 anos); 3) Maria Joaquina: sabe coser, bordar, fiar (10 anos); 4) Antônio: sabe ler, escrever, trabalha na lavoura (12 anos); 5) Mariana: casada; 6) Vicente: casado.
2) Joaquim José Barros	fazenda; terras minerais.	9 bois de carro; 7 novilhas; 8 vacas; 3 bezerros.	15	Mãe	1) Antônio: sabe ler, escrever, contar, emancipado, trabalha na lavoura, solteiro (19 anos); 2) Manoel: <i>idem</i> (18 anos); 3) Bernardino: <i>idem</i> (14 anos); 4) João Evangelista: <i>idem</i> ; 5) Francisco: <i>idem</i> , porém casado; 6) José Joaquim: <i>idem, idem</i> . 7) Rita: casada; 8) Maria Madalena: casada; 9) Cândido: sabe ler, escrever, contar, solteiro, mora com tutora; 10) Joaquim: <i>idem</i> . 11) Aureliano: <i>idem</i> .
3) João Nepomuceno Ferreira Castro	-	28 vacas; 12 novilhos; 34 bois de carro.	44	Mãe	1) D. Helena: casada; 2) Rita: casada; 3) João: casado;

					<p>4) Francisco: 1º cadete em corpo de 1ª linha na Capital;</p> <p>5) D. Mariana: sabe ler, escrever, mora com a mãe;</p> <p>6) Domingos: demente;</p> <p>7) D. Clara: sabe ler, escrever, mora com a mãe;</p> <p>8) José: aprendendo a ler, escrever, contar, trabalha na lavoura e cuida da criação, mora com a mãe.</p>
4) José Alves Ferreira	fazenda; campos de cultura; terras de criar.	20 vacas; 17 novilhas; 28 bois de carro; 19 garrotes; 49 carneiros; 45 porcos; 22 vacas com bezerros.	39	Mãe	<p>1) Francisco: maior;</p> <p>2) Antônio: sabe ler, escrever, contar, trabalha na lavoura, solteiro, vive com a mãe (20 anos);</p> <p>3) José: <i>idem, idem</i> (18 anos);</p> <p>4) Genoveva: maior;</p> <p>5) Maria: maior;</p> <p>6) D. Prudenciana: casada com Francisco Antônio Diniz.</p>
5) Joaquim Mariano da Costa Amaral Gurgel (Pe.)	duas moradas de casas na V. de SJDR, sendo uma na R. Direita; chácara em SJDR.	1 cavalo	6	Homem, sem parentesco	<p>1) Bernardo: estuda Latim, Francês e música (17 anos). Foi para a Corte estudar Medicina;</p> <p>2) Rita: sabe ler, escrever, coser e bordar (15 anos);</p> <p>3) Cristiano: sabe ler, escrever, contar e é caixeiro de negociante (11 anos);</p> <p>4) D. Mariana: sabe ler, escrever, coser e fazer renda, casada (12 anos);</p> <p>5) Joaquim: anda na escola de Primeiras Letras (10 anos);</p> <p>6) Matildes: sabe ler, escrever, coser e fazer renda (9 anos).</p>
6) José Freire Mata	fazenda com capoeiras, matos virgens, campos, casa, engenho de cana	20 bois de carro; 7 novilhas; 1 cavalo;	32	Filho do testador	<p>1) Domenciano: tem escravos na roça (20 anos);</p> <p>2) Luciano: sabe ler e escrever;</p>



		3 poldros; 9 bestas.			3) D. Guilhermina: sabe coser, fiar, casada.
7) João Francisco Carvalho (*)	sítio de cultura e criação, com matos virgens, capoeiras, campos, casas de vivenda e senzala	5 cavalos; 70 ovelhas; 250 <i>gado vacum</i> ; 130 porcos.	16	Genro do testador	1) Ana Francisca: casou com José Coelho, natural das Ilhas; 2) Isabel: casou com João Moreira de Andrade; 3) Luiza: vive com o tutor, “com muita virtude aplicando as prendas que pede seu sexo”; 4) Helena: <i>idem</i> ; 5) Francisca: <i>idem</i> ; 6) Inácia: <i>idem</i> .
8) Antônio Carvalho Duarte	fazenda de terras de cultura, capôs de criar, casas, moinho, monjolo, senzalas, oficinas.	41 vacas solteiras; 152 novilhas; 38 garrotes; 4 bois marruás; 21 bestas; 16 bois de carro.	44	Homem, sem de parentesco	1) Ana: não há informações sobre a herdeira; 2) Manoel: <i>idem</i> ; 3) Maria: <i>idem</i> ; 4) Tereza: <i>idem</i> ; 5) José: <i>idem</i> ; 6) Rita: <i>idem</i> ; 7) Mariana: <i>idem</i> ; 8) Francisco: <i>idem</i> ; 9) Caetana: <i>idem</i> ; 10) Tristão: tem negócio de tropa no caminho do Rio de Janeiro (mais de 24 anos); 11) Antônio: tem bens de raiz, cabeças de gado e dois escravos (mais de 21 anos).
AHET2/IPHAN/SJDR: 1) – Testamento 1833 (cx 74 1835); Inventário 1835, cx 82; 2) – Testamento 1831 (cx 11, 1836); Inventário 1832, cx 496; 3) – Testamento 1844 (cx 23, 1850); Inventário 1845, cx 53; 4) – Testamento 1838 (cx 49, 1839) Inventário 1838, cx 86; 5) – Testamento 1823 (cx 60, 1839) Inventário 1823 cx 443; 6) – Testamento 1830 (cx 82, 1831); Inventário 1830 cx 535; 7) – Testamento 1791 (cx 21,1802) Inventário 1792, cx 48; 8) – Testamento 1819 (cx 42,1833); Inventário 1819 cx 732.					